
ilusões perdidas

a degradação, a deterioração do trabalho e o discurso empreendedorista em um estudo sobre trabalhadores criativos autônomos da indústria criativa no século XXI

Túlio Augusto Samuel Custódio

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TULIO AUGUSTO SAMUEL CUSTÓDIO

ILUSÕES PERDIDAS:

**A degradação, a deterioração do trabalho e o
discurso empreendedorista em um estudo
sobre trabalhadores criativos autônomos da
indústria criativa no século XXI**

São Paulo

2023

TULIO AUGUSTO SAMUEL CUSTÓDIO

ILUSÕES PERDIDAS:

**A degradação, a deterioração do trabalho e o discurso
empreendedorista em um estudo sobre trabalhadores criativos
autônomos da indústria criativa no século XXI**

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Braga Gomes Neto

São Paulo

2023

Autorizo a divulgação total ou parcial e a reprodução de trechos deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C987i

Custódio, Tulio Augusto Samuel

Ilusões Perdidas: A degradação, a deterioração do trabalho e o discurso empreendedorista em um estudo sobre trabalhadores criativos autônomos da indústria criativa no século XXI. / Tulio Augusto Samuel Custódio; orientador Ruy Braga Gomes Neto - São Paulo, 2023.
370 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Trabalhadores criativos autônomos. 2. Indústria criativa. 3. Flexibilização. 4. Discurso empreendedorista. 5. Deterioração subjetiva. I. Gomes Neto, Ruy Braga, orient. II. Título.

Nome: CUSTÓDIO, Tulio Augusto Samuel.

Título: Ilusões Perdidas: A degradação, a deterioração do trabalho e o discurso empreendedorista em um estudo sobre trabalhadores criativos autônomos da indústria criativa no século XXI.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: **11/05/2023**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*A meus pais e minhas irmãs. A base que deu estrutura
para tudo que se fez.*

*À Sté e ao Basquiat. Minha família, meu núcleo, minha
motivação maior.*

*À Inesplorato. Se “compartilhar conhecimento é
fomentar uma revolução”, essa tese faz parte disso.*

*What's wrong n*gga?
I thought you was keeping it gangsta?
I thought this what you wanted?
They say if you scared go to church...
But remember He knows the Bible too.*
(Kendrick Lamar, 2015)

E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser.... Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele, o cúmulo da ilusão fica sendo o cúmulo do sagrado.
(Feuerbach, 1843)

Um ofício não é superior ao outro – e os homens tendem a uniformizar-se. Essa ideia choca nosso individualismo pequeno-burguês: achamos vantagens nas discrepâncias, receamos tornarmos rebanho. E nem vemos que somos um rebanho heterogêneo, medíocre, dócil ao proprietário. Queremos guardar o privilégio imbecil de não nos assemelharmos ao vizinho. Enfraquecendo-nos, julgamo-nos fortes. Realmente, somos bestas.
(Graciliano Ramos, 1952)

Resumo

A pesquisa realizada para esta tese aborda os impactos da flexibilização do trabalho a partir da experiência de trabalhadores criativos autônomos na indústria criativa de mercado. Por meio da compreensão do fenômeno da flexibilização, analisamos as transformações nas relações de trabalho e seus impactos a partir de dois movimentos: a degradação do trabalho, marcada pela degradação das formas e pela degradação substancial; e a deterioração subjetiva, marcada por afetos atrelados à experiência de degradação, como a ansiedade, o medo e a vergonha. O impacto na subjetividade, da contradição entre a expectativa e a experiência vivida, é analisado a partir do discurso do trabalho flexível que, na indústria criativa, assume uma especificidade aqui chamada de discurso da mentalidade empreendedorista. Nesse sentido, as ideias em torno do empreendedorismo não apenas representam o mascaramento das condições de degradação, mas também incorporam substantivamente a dimensão volitiva desses trabalhadores autônomos em torno das ideias de liberdade, autonomia e autodeterminação. A pesquisa empírica foi realizada por meio de 30 entrevistas em profundidade e da análise de formulários respondidos por 533 trabalhadores autônomos. Além de análise dos relatos dos trabalhadores, também analisamos a literatura de negócios da indústria criativa e podcasts sobre trabalho criativo.

Palavras-chave: trabalhadores criativos autônomos; indústria criativa; flexibilização do trabalho; discurso empreendedorista; degradação do trabalho; deterioração subjetiva.

Abstract

The research conducted for this thesis addresses the impacts of work flexibilization, based on the experience of creative freelance workers in the creative market industry. Through the understanding of the flexibilization phenomenon, we analyzed the impact of transformations in work relationships and their effects from two movements: the degradation of work, marked by degradation of form and substantial degradation; and subjective deterioration, marked by affects related to the experience of degradation: anxiety, fear, and shame. The impact on subjectivity, resulting from the contradiction between expectation and lived experience, is analyzed from the discourse of flexible work, which in the creative industry assumes a specificity called the discourse of entrepreneurialism mindset. In this sense, ideas around entrepreneurship not only represent the masking of degradation conditions, but also substantially incorporate the volitional dimension of these freelance workers around the ideas of freedom, autonomy, and self-determination. The empirical research was conducted through 30 in-depth interviews and analysis of forms answered by 533 freelance workers. In addition to the analysis of workers' accounts, we also analyzed business literature in the creative industry and podcasts about creative work.

Keywords: freelance creative workers; creative industry; work flexibilization; entrepreneurial discourse; work degradation; subjective deterioration.

Agradecimentos

Uma tese não nasce sozinha, tampouco pode circular e se sustentar sem a devida rede de apoio e trocas. Esta tese foi produzida no intervalo de cinco anos, entre acertos, tropeços, dificuldades e desafios. De certo modo, também em certa itinerância, seja de espaços – entre academia, debate público e mercado –, seja de lugares – entre endereços que habitei e habito, como a cidade de São Paulo, sendo escrita em Nova York, Portugal, Paris e São Paulo, mais especificamente na Praça da República –, ou mesmo de sons e músicas que atravessaram minha mente e fomentaram novos caminhos, ideias e insights. O tempo, o som e o espaço foram fundamentais, como aparecem no objeto desta pesquisa, para a composição deste trabalho, especialmente porque no meio dele uma pandemia de Covid-19 atravessou (ou podemos dizer “atropelou”) o mundo, o tempo (e prazos) e os espaços. É nesse contexto que nasceu esta tese.

Começo meus agradecimentos mencionando uma figura fundamental de apoio, troca e orientação para que este trabalho fosse realizado: o professor doutor Ruy Braga Gomes Neto. Ruy desempenhou um papel ímpar como orientador, apoiando cada passo, corrigindo rotas e trazendo provocações essenciais. A maior delas, sem dúvidas, foi destacar a importância de um campo empírico para sustentar o tema original, que estava presente no projeto apresentado para o PPGS-FFFLCH/USP, mas não contava ainda com um objeto tão bem definido. Ademais, a generosidade e a paciência de Ruy foram muito importantes em razão de eu ter me lançado a um tema e campo de trabalho sociológicos novos para o doutorado, movimento bastante desafiador, mas incontornável para lidar com os problemas que me atravessavam para realizar esta pesquisa.

Outras duas figuras acadêmicas foram muito importantes neste processo, e faço questão de mencioná-las e agradecer-las: os professores doutores Rosana Pinheiro-Machado e Rafael Grohmann. Rosana esteve muito presente no início da pesquisa e foi uma grande incentivadora e interlocutora crítica, desejando não apenas que eu ingressasse no doutorado, mas também alinhasse de algum modo o projeto de pesquisa. Já Rafael, além de um grande interlocutor – com o qual tive a honra de participar em diversos eventos e mesas de discussão durante o período da pesquisa –, foi uma das presenças fundamentais na qualificação, trazendo

provocações que direcionaram acertadamente minha inserção no campo da indústria criativa.

É importante destacar, com muita alegria, a contribuição essencial do professor doutor Antônio Sérgio A. Guimarães na banca de qualificação. Antônio Sérgio é, para mim, uma espécie de co-orientador da minha trajetória acadêmica, pois desde a graduação, passando pelo mestrado (no qual tive a alegria de ter como orientadora a professora doutora Márcia Lima, em uma pesquisa sobre a trajetória de Abdias Nascimento no exílio), ele esteve presente. Sua contribuição crítica a esta pesquisa foi fundamental, e os caminhos que tomei, a partir da qualificação, foram pertinentes para que a pesquisa em si pudesse ser realizada. A todas essas figuras atribuo as melhores qualidades que esse trabalho pode ter – todos os equívocos são, é claro, apenas por conta deste pesquisador.

Agradeço também às professoras doutoras Roseli Fígaro e Aline Pires, pela brilhante participação na banca examinadora da defesa, e excelentes comentários para aperfeiçoamento contínuo da pesquisa. Muito Obrigado!

Quero agradecer também, apesar de não mencionar os nomes para proteger a identidade, a todos os trabalhadores criativos autônomos e profissionais da indústria criativa com quem conversei e troquei, que foram generosos de partilhar suas narrativas e experiências, seja nas entrevistas, seja no preenchimento dos formulários. Vocês foram determinantes para que esta pesquisa pudesse ocorrer! Muito obrigado!

O caminho do doutorado é um caminho mais longo e intenso que o mestrado. Nesse sentido, a vida “do lado de fora” da academia aparece atravessada por muitos contatos e pessoas que se tornam fundamentais. Desde os colegas do PPGS-FFLCH/USP, dentre os quais quero destacar as professoras doutoras Maria Helena Oliva Augusto e Ana Paula Hey, pelos ensinamentos e trocas nos seminários de projetos, e os colegas André Marega Pinhel, Bruna Ramachiotti, Larissa Lacerda, Renan Theodoro, Jéssica Melo, Ana Lídia, Monica Moraes, Vitor Silva e Gustavo Higa. Há muitos outros, mas com estes tive maiores trocas e contatos durante a pesquisa. Aproveito e estendo meus agradecimentos a todo departamento e ao PPGS pela solicitude, trocas e grande

aprendizado especialmente nos primeiros anos do doutorado, com disciplinas, seminários e eventos realizados.

O processo de compor uma pesquisa de doutorado foi uma mescla de dedicação e descompressão. Uma série de atividades, tangibilizadas em textos, artigos ou debates foram decisivas para o meu desenvolvimento intelectual. Quero agradecer em especial às pessoas que convidaram para produzir textos que acabaram sendo importantes para concretizar alguns aspectos da pesquisa. Agradeço em especial Sabrina Fernandes, Aline Klein, Fabiane Secches e Tereza Bettinardi.

Fora da academia, há muita gente! Primeiramente, quero agradecer meus sócios da Inesplorato, que tiveram generosidade de cobrir meu período sabático nos últimos meses para elaboração da tese: Débora, Cabé, Mich, André e Chan. Agradeço também a toda equipe presente e que passou os últimos anos pela Inesplorato, pois, sem dúvidas, as trocas e discussões nos estudos e projetos realizados foram importantes para diversos insights e incorporações na pesquisa.

Aos amigos de longa jornada, que começaram na graduação comigo e se tornaram amigos da vida: Roberta, Sido, Uyrá, Lucas, Felipe, Polan, Tchê, Vando, Nat M., Nat L., Milena, David, Iki, Otávio e Tó. Quero agradecer a três companheiros, Viny Rodrigues, Oga Mendonça e Márcio Black, tão fundamentais em muitas trocas, parceria e torcida. Também quero agradecer a amigas tão atenciosas e presentes, cada uma a sua maneira, e tão importantes para trocas e acolhimento: Luciana Wilm, Rafaela Pannain, Daniela Diniz e Samille Sousa... Muito obrigado pela amizade de vocês, algo tão leve e agradável, que foi fundamental nos momentos mais complicados desses anos. Também gostaria de agradecer ao Dorly e Ian Black duas pessoas com quem troquei e também aprendi muito sobre questões que atravessavam meu objeto de estudo.

Sem dúvidas, além dos amigos, o suporte mais precioso para que qualquer trabalho e projeto façam sentidos na vida é a família. Aos meus pais, Antônio e Regina, e minhas irmãs, Talita e Tássia, quero agradecer pela motivação, pelo amparo, por existirem e serem a minha base. Agradeço também ao apoio e carinho de Cristiane Mendonça, e de minha afilhada Clarinha. É para vocês que tudo isso é feito!

E, no final e não menos importante, agradeço a meus companheiros de vida, intimidade e sonhos: Stephanie e Basquiat. Stephanie é a companheira que nunca imaginei ter e com quem tenho a alegria de dividir minha vida, meus sonhos e minhas conquistas. O mundo ao seu lado é sempre tão mais interessante, cheio de amor e descobertas. Obrigado por você existir, por toda paciência que você teve em um processo no qual minhas ausências estiveram tão presentes. Basquiat, sem dúvidas, é mais do que um cachorro, um pet. Ele é destino de amor e cuidado, responsabilidade e cumplicidade. Sem ele, presente ao nosso lado em momentos tão incríveis, mas também tão complicados, sei que tudo seria muito mais difícil. A tese tem muito de pesquisa, trabalho árduo e dedicação, mas também de inspiração e afeto. Vocês são a maior fonte deles.

Sugestão de guia para consulta desta tese:

- **Se for pesquisador/a sobre trabalho: pode ler a tese inteira, considerando que os capítulos 1 e 2 são mais focados na discussão teórica a partir da sociologia do trabalho, utilizado para compreensão da análise do campo presentes nos capítulos subsequentes. A análise do material do campo ocorre com maior intensidade na parte 2 (capítulo 3 em diante), mas você encontrará algumas abordagens já nos primeiros capítulos.**
- **Se for interessada/o no tema “Indústria Criativa”: você pode ler a introdução, e depois partir para segunda parte (capítulo 3 em diante). Caso sinta interesse em conhecer melhor os conceitos sociológicos abordados, pode retornar aos capítulos 1 e 2.**

Sumário

Resumo	7
Abstract	8
Agradecimentos	9
Sumário	13
Introdução: Para desvendar uma jornada de ilusões e perdas	15
CAPÍTULO 1 - Perdas evidentes: neoliberalismo e a degradação do trabalho	31
1.1 O que caracteriza a perda? Neoliberalismo demonstrando sua força	33
1.2 Sentidos das perdas: mudanças nas relações de trabalho e flexibilização	38
1.2.1 <i>Perda como tragédia: da cidadania salarial à cidadania sacrificial</i>	38
1.3 Flexibilidades em perspectiva	44
1.3.1 <i>Relação de oposição com jornada integral</i>	45
1.3.2 <i>Relação com controle do trabalho e divisão de horas laborais</i>	55
1.4 - Múltiplas formas que a flexibilização assume no setor de informação e comunicação	60
1.5 Quem perdeu? O trabalho de conhecimento no centro da questão	70
1.5.1 <i>Evidenciando as perdas: a degradação do trabalho de conhecimento criativo</i>	86
CAPÍTULO 2 - Ganhos desejados: o discurso sobre trabalho flexível e a deterioração subjetiva	108
2.1) “Vou ganhar com isto”: racionalização por meio do discurso do trabalho flexível	110
2.1.1 <i>Eixos do discurso sobre trabalho: racionalidade neoliberal</i>	118
2.1.2 <i>Eixos do discurso do trabalho: realismo capitalista e empreendedorismo</i>	132
2.2 “Mas eu preciso conseguir ganhar com isso”: A deterioração da condição subjetiva dos trabalhadores	146
CAPÍTULO 3 - Ilusões no campo (I): a indústria criativa de mercado e o freelancer criativo	168
3.1 A indústria criativa (de mercado) como campo	170
3.1.1 <i>Publicidade como força centrípeta do campo da ICM</i>	176
3.2 O freelancer criativo: mapeando a constituição do trabalhador criativo autônomo no campo	195
CAPÍTULO 4 - Ilusões no campo(II): a mentalidade “empreendedorista”	222
4.1 - Discurso empreendedorista como discurso do trabalho na ICM	222
4.2 Inspirando mentalidades: a literatura de negócios	235
4.3 - Disseminando mentalidades: a produção cultural (imagens e podcasts)	277
CAPÍTULO 5 - Ilusões perdidas: degradação e deterioração na ICM	300
5.1 - A degradação na experiência do trabalho criativo	305
5.1.1 <i>Experiência na degradação das formas</i>	306

5.1.2 - <i>A experiência da degradação substancial</i>	330
5.2 - A deterioração subjetiva a partir da experiência do trabalho criativo	335
CONSIDERAÇÕES FINAIS - para além da deterioração (?)	349
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	362

Introdução: Para desvendar uma jornada de ilusões e perdas

O século XIX parece muito distante da realidade que vivemos no mundo atual, especialmente quando olhamos para a literatura. O livro clássico da literatura francesa, *Ilusões Perdidas* (1837), de Honoré Balzac (BALZAC, 2013a; BALZAC, 2013b), pode parecer muito afastado e desconexo para pensar os problemas que atravessam a realidade contemporânea em nossa sociedade brasileira, ainda mais na periferia do capitalismo. Não obstante, a tragédia de Lucien Rubempré traz algumas analogias interessantes para refletirmos não só sobre a tragédia moderna do trabalho de conhecimento criativo como uma trajetória trágica de vitórias e derrotas, mas também sobre como as próprias transformações de uma época ecoam nas possibilidades e obstáculos que envolvem seus personagens.¹

O mundo do trabalho criativo parece fazer eco àquele universo da ficção sobre Paris do século XIX: mistura de trabalho de criativo (intelectual), projeção de talentos, mercadorização do saber, egos e perspectivas, subjetividades atravessadas pelos discurso e sonhos. Está tudo ali. Ilusões que nem sempre são realizadas e, quando muito, estão perdidas na dimensão das trajetórias de trabalhadores criativos. Pois bem, é essa dinâmica que desejamos tratar nesta tese sobre a realidade de alguns milhares de trabalhadores criativos autônomos, denominados "freelancers", em um campo de atuação que atende o nome de *indústria criativa*.

Esse termo atende por todas as áreas de trabalho de conhecimento criativo que giram em torno da produção publicitária, ou seja, aquela que é a conexão entre produção e consumo e agrega valor à disseminação de informações sobre serviços e produtos, gerando valor social sobre aqueles. Nessa *indústria* – e mais adiante vamos mostrar o porquê do uso desse termo –, há uma mistura de caminhos e desígnios do capitalismo contemporâneo, com a expectativa de um agir laboral que não é simplesmente técnico ou formal, pois vem de dentro, isto é, da própria vontade do trabalhador. É no movimento entre as condições de trabalho, as narrativas de uma racionalidade entrelaçada com o capitalismo e as expressões subjetivas de todo o

¹ Como bem fica exposto em uma passagem do prefácio da edição francesa do livro, que de algum modo conversa com algumas das aspirações presentes neste estudo: “Le drame d’une génération tout entière, la mêlée des passions et des intérêts, des souffrances et des rêves, des désirs et des pouvoirs dans la société française des premières années de la Restauration, réfractée à travers la destinée exemplaire de deux poètes de province, voués de façon différente mais également désastreuse à l’échec de leurs ambitions et à la perte de leur illusions” (BALZAC, 2013b, p. 7-8).

processo que encontramos, agora na realidade e não nas páginas de num romance oitocentista, as *ilusões perdidas*.

O mundo do trabalho criativo, como todo campo laboral, tem suas especificidades, mas também possui certa continuidade em relação ao movimento de décadas que transformou o capitalismo e todas as esferas societárias a partir dos anos 1960 e 1970: o neoliberalismo. Este, alcunha consistente utilizada para compreender todo movimento social, econômico, político e cultural que reestruturou o mundo nos últimos 60 anos (HARVEY, 2005; DARDOT & LAVAL, 2016; KLEIN, 2008; BROWN, 2005; FRASER & JAEGGI, 2020), é um objeto-vespeiro de onde se retira muitas questões, mas ao mesmo tempo pode ser um complexo objeto para as explicações de seus fenômenos.

Um dos enfoques consiste em abordar o neoliberalismo como um divisor de águas que teria produzido uma clara ruptura no capitalismo global durante os anos 1970 – período em que a crise do petróleo de 1973 se torna um marco crucial para a reconstituição dessa história. Embora tenha havido, de fato, mudanças significativas, não se pode compreender os processos associados ao metabolismo do capital, com sua dinâmica de destruição, exploração e expropriação, simplesmente como um momento de ruptura. É preciso reconhecer que tais processos ocorreram de forma “orgânica”, gradual, como parte do apodrecimento das esferas sociais, econômicas, políticas e culturais, que foram sendo absorvidas pela lógica da acumulação infinita, em que a desigualdade e o aumento da precarização são consequências evidentes. Entretanto, existe um movimento fluído e lento, ao mesmo tempo viscoso e totalizante, que está se apropriando não apenas das condições objetivas, mas também da subjetividade dos sujeitos. Com o intuito de captar e analisar esse movimento, construímos esta tese.

Por essa razão, olhar para a indústria criativa se tornou um desafio instigante. Este é um campo com muitos profissionais, conectados ao que se concebe como trabalho criativo, qualificado e de alto valor agregado (UNCTAD, 2008; 2010; WOLFF, 2009; CASAQUI, 2011; CUSTÓDIO, 2023), que parece estar à parte das narrativas contemporâneas sobre precarização – como podemos verificar em excelentes trabalhos sobre precariado, tanto no Norte como no Sul global. Mas é exatamente por isso que este objeto é pertinente para analisarmos o movimento do metabolismo do capital na medida em que a indústria criativa é um campo importante para observar as

consequências que o processo de flexibilização do trabalho produz. A flexibilização, por sua vez, pode envolver tanto a forma como o trabalho de conhecimento gera processos que chamamos de degradação da condição de trabalho do trabalhador criativo, como o processo que engloba a subjetividade, orientado por discursos, que poderíamos denominar de deterioração da condição subjetiva do trabalhador.

Para ilustrarmos essa tendência, vale a pena trazer o conteúdo dos inúmeros relatórios que são criados sobre as tendências do mercado. Em 2013, um relatório da empresa Deloitte² previu que, em 2020, haveria uma mudança no padrão da apropriação do capital humano³. Em uma das tendências apontadas, a emergência de um novo mercado, ou melhor, de um novo campo de disponibilidade de trabalhadores, estava colocada como um fato irreversível. A “economia aberta de talentos” (tradução livre para o termo *open talent economy*) seria a marca do novo mundo dos negócios, expondo uma redefinição das relações de trabalho tanto para profissionais empregados (*staff*), quanto para profissionais autônomos. Por trás dessa demanda de abertura, estaria o ritmo cada vez mais intenso de inovação e disrupção que levaria à necessidade dessas modificações, que passavam pelo aumento da flexibilidade e da circulação de trabalhadores sem vínculos fechados ou definitivos. Ainda na perspectiva do relatório – cheio de palavras-chave que não significam nada concretamente, mas pegam pelo sentido de pertencimento e circulação que possuem no contexto do mercado de trabalho de conhecimento criativo –, tais mudanças seriam propulsionadas pela globalização e pela tecnologia, mas teria efeitos amplos nas relações de trabalho, na educação e, claro, na vida e na expectativa que as pessoas (trabalhadores) deveriam ter sobre seus próprios trabalhos.

Em suma, o relatório está delineando o que, no limite, é a própria indústria criativa e sua tendência de crescer e conectar cada vez mais trabalhadores oriundos de outras áreas de atuação com o ramo de trabalhos tido como criativos. Há uma relevância em torno das questões do futuro do mercado acerca desse campo, que tem sido objeto

² Para conferir o relatório “The Open Talent Economy”, de 2013, da Deloitte, ver: <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/HumanCapital/dttl-humancapital-trends6-open-talent-next-no-exp.pdf>>. Acesso em Maio de 2022.

³ Esse conceito está diretamente associado com os elementos da racionalidade neoliberal. Discutiremos sobre capital humano no capítulo 2.

de interesse do mercado e também de planejamento por parte de alguns países⁴. Ademais, esse relatório, feito no contexto de disseminar uma "tendência", ou um caminho comportamental quase inevitável, para outras empresas e agentes no mercado (chamado *players*), *na verdade* não previu ou antecipou nada. A chamada *open talent economy* é apenas uma denominação de um fenômeno já conhecido na teoria social sobre trabalho: a flexibilização do trabalho.

A concepção de flexibilização tem se ampliado nas relações de trabalho do século XXI, embora não seja uma prática recente. A desregulamentação do trabalho tem sido uma realidade evidente em diversos países, tanto do Norte Global quanto do Sul Global, como Índia e África do Sul, assumindo um papel crucial na dinâmica de metabolismo do capital há pelo menos seis décadas (HARVEY, 2005; ANTUNES & BRAGA, 2009; BRAGA, 2013; 2017; ANTUNES, 2019; 2020; ROSSO, 2017; ABÍLIO, 2017). Diversas pesquisas na área da teoria social e da sociologia do trabalho evidenciam como a flexibilização afeta as relações de trabalho, o estabelecimento de contratos e o horizonte de expectativas dos trabalhadores e trabalhadoras, que atuam em condições cada vez mais precárias, com menos garantias de direitos e mais trabalho.

O que talvez esse relatório tenha apontado bem é o sentido de "inevitável": a flexibilização, mais do que um drama ou uma tendência, tem se configurado como uma tragédia, um ritmo de processo que ocorre mesmo à revelia da vontade ou potencial de controle daqueles que estão participando dele. Em números atuais, há um crescente aumento de trabalhadores atuando por conta própria – há cerca de 25,6 milhões de trabalhadores autônomos (PNAD, 2022) –, dentre os quais se avoluma intensificamente o número de trabalhadores informais. É, portanto, uma maioria que não possui nenhum registro, não faz nenhum tipo de recolhimento previdenciário, tampouco possui benefícios e direitos enquanto trabalhadores. Diante disso, são pessoas que vivem de jornadas de trabalho cada vez mais extenuantes, regimes incertos, frágeis e precários de trabalho, com uma realidade de vida objetivamente degradada e a deterioração da possibilidade de futuro.

Em nossa investigação, identificamos a presença de violência psicológica no percurso que a flexibilização do trabalho impôs aos trabalhadores criativos. Tal

⁴ Como podemos identificar nos relatórios de 2018 e 2013 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

violência psicológica se aproxima do conceito de *bullshit jobs*, elaborado por David Graeber (2022), que aponta um conflito constante nas relações de trabalho entre a moralidade do empregador e o senso comum do subordinado, sendo o controle do tempo um dos elementos centrais desse embate. Em nosso estudo, o tempo revelou-se não apenas como um aspecto importante na percepção de liberdade e autodeterminação dos trabalhadores criativos autônomos, mas também como objeto concreto de transformação da dinâmica laboral em decorrência da flexibilização. De fato, o tempo parece conter, em sua relevância enquanto marcador do tempo laboral, um conflito explícito entre o desejo de liberdade e o desejo de exploração. Embora muitos trabalhadores criativos acreditem que o trabalho autônomo proporcione maior controle sobre o tempo, a flexibilidade tem como consequência a apropriação cada vez maior do tempo de não-trabalho pelo tempo de trabalho.

Porém, é essencial traçarmos uma linha já no início deste trabalho: a despeito do que a fundamental contribuição de Graeber (2022) para a análise de processos modernos de trabalhos de conhecimento na contemporaneidade, podemos afirmar que o trabalho criativo não é um trabalho de merda. Há, claro, alguns processos em torno da flexibilização – como trataremos neste trabalho –, como a degradação, que podem, em partes, “merdificar” o trabalho criativo na indústria criativa, mas ser um trabalho de merda não é evidentemente uma forma deles. As ações de *capatazes* (aqueles que só servem para gerenciar de maneira incisiva o trabalho alheio) ou *preenchedor de formulários*⁵ (aqueles profissionais que estão ocupados apenas com o preenchimento burocrático de relatórios e formulários, também sobre o trabalho alheio) podem ser manifestações pontuais que trabalhadores criativos autônomos, especialmente os que estão em condição de líderes de projetos, podem acabar desempenhando. No entanto, são condições pontuais, que mais respondem à dinâmica de generalização da flexibilização – como o acúmulo de tarefas – do que propriamente a uma realidade efetiva de um trabalho de merda. Ainda que haja, em alguns aspectos do trabalho criativo, alguma aproximação com o universo da comunicação e da informação, de fato não se trata disso.

⁵ Tanto capatazes quanto preenchedores de formulários são alguns dos perfis criados por Graeber a fim de sistematizar o que seriam trabalhos de merda, cf. Graeber (2022), especialmente capítulos 2 e 3.

No contexto da flexibilização do trabalho, os discursos que a promovem ou a explicam são apresentados como uma epopeia ou tendência, tornando mais difícil discernir a percepção dos seus efeitos negativos, sobretudo para os trabalhadores envolvidos. Embora a flexibilização objetivamente contribua para a precarização do trabalho, ela também pode ser entendida como uma oportunidade para aqueles que a promovem. Essa retórica sugere que a flexibilidade pode ser interpretada como liberdade de horários, autonomia geográfica e possibilidade de se livrar das restrições dos horários fixos de trabalho herdados do modelo de produção fordista.

Na visão que circula nas publicações, mídias e sites ou plataformas dedicadas a esses trabalhadores criativos flexibilizados, a ideia de flexibilidade vai além de ter não ter que bater ponto ou não usar mais uniforme de operários: a flexibilização representa uma relação de trabalho (geralmente chamada de "colaboração") mais aberta, autônoma e livre (inclusive geograficamente), fazendo com que cada vez mais pessoas queiram aderir a essa dinâmica de vida e trabalho. Os chamados "talentos" – profissionais qualificados de maior potencial de criação, produção e inovação – estariam cada vez mais convencidos de que o trabalho flexível é o único caminho que vale a pena. Em outras palavras, existe uma questão social por trás do discurso que encampa uma racionalidade do capitalismo contemporâneo e que enreda, em suas consequências, a legitimação de processos que nem sempre são benéficos aos trabalhadores.

Esta pesquisa busca, nesse sentido, investigar os elementos que compõem as narrativas sobre a flexibilização do trabalho e como essas narrativas se conectam com processos de transformação das relações de trabalho, incluindo a degradação objetiva das condições e a deterioração subjetiva dos trabalhadores. O problema central desta tese é compreender como a racionalidade contemporânea do capitalismo reproduz a tragédia da precarização para os trabalhadores e como esses impactos se manifestam em esferas que ultrapassam as condições objetivas das relações produtivas, examinando como a racionalidade conectada ao capitalismo adentra e produz adesões contrárias à vida dos trabalhadores, condicionando-os a consentir com o quadro destrutivo em que vivem.

Para desvendar o problema proposto, é necessário analisar não só o movimento real da transformação das relações de trabalho, mas também suas possíveis conexões com a dimensão subjetiva dos trabalhadores. Embora não se trate de um estudo de

psicologia social ou psicanálise⁶, é possível sociologizar esse processo por meio dos afetos, que podem ser observados nas falas e discursos dos trabalhadores criativos sobre sua experiência de trabalho. Para identificar os efeitos da racionalidade do capitalismo contemporâneo na reprodução de seus mecanismos destrutivos, focamos na análise dos discursos sobre trabalho flexível e como eles impactam a perspectiva dos trabalhadores pesquisados, incluindo não apenas a degradação das suas condições objetivas de trabalho, mas também a deterioração de sua condição subjetiva.

Os discursos sobre liberdade e autonomia do trabalho flexível, conforme verificamos, nos dão a possibilidade de enxergar outra camada dos processos de sujeição de trabalhadores no capitalismo contemporâneo. Como trataremos adiante, esses discursos assumem uma dimensão nas especificidades da indústria criativa, e a eles denominamos, seguindo a sugestão de Lorusso (2018; 2023), de *mentalidade empreendedorista*. Além da generalização da degradação das condições laborais gerada pela reestruturação do capital e seu metabolismo diante do neoliberalismo, teríamos também a ampliação da deterioração subjetiva dos trabalhadores, afetados por tais discursos.

Nossa abordagem sustenta que as contradições entre o discurso empreendedorista sobre trabalho criativo flexível, impregnado de elementos da racionalidade neoliberal e do realismo capitalista, e a realidade da degradação experimentada pelos trabalhadores, revelam perspectivas sobre a deterioração subjetiva que envolvem afetos como ansiedade, medo e vergonha. A tensão entre discurso e realidade, presente no campo empírico que estudamos, mostra como a exploração se reproduz também por meio da dimensão subjetiva. Os afetos, analisados de forma sociológica, evidenciam a precarização do trabalho criativo. Nossa hipótese é que o discurso empreendedorista apresenta uma nova perspectiva do empreendedorismo: *um encapsulamento de uma visão da contracultura sobre liberdade e autonomia, difundida nas narrativas dos trabalhadores criativos autônomos como forma de exercer autodeterminação apesar das condições precárias, assumindo, portanto, a forma de consentimento e adesão às dinâmicas flexíveis de trabalho criativo e de reconhecimento.*

⁶ Para uma perspectiva com esse recorte, ver Dunker (2014); Safatle, Silva Jr. & Dunker (2021); Dejours, (2015); Cappelano & Carramenha (2019).

O problema desta pesquisa nasceu em um contexto teórico diferente, mas que não se tornou fértil para explorar o objeto. Por trás da questão da expansão e generalização da deterioração subjetiva de trabalhadores criativos como elemento de precarização, estava, para nós, a inspiração e busca por um diálogo teórico com o conceito de *niggerization*. Esse conceito, proposto pelo filósofo Cornel West (1993; 1999; 2004), daria conta de entender os processos de generalização da quebra de sentidos e laços como consequência do avanço do neoliberalismo⁷. De fato, um olhar sobre as consequências das transformações do capitalismo tardio passaria pela compreensão do impacto desse metabolismo nas dimensões subjetivas da classe trabalhadora não apenas como efeito colateral, mas também como elemento de reprodução (CUSTÓDIO, 2020). No entanto, a dificuldade (e quase impossibilidade) de transpor uma discussão que envolveria a matização das questões de raça e identidade (GUIMARÃES, 2003; 2021; BALIBAR & WALLERSTEIN, 2021), mesmo que traçando alguns contatos com teorias análogas, como do *devir negro do mundo*, de Achille Mbembe (2018) – que também dão conta de uma processo de generalização da precarização ou da condição precária diante do capitalismo contemporâneo –, nos levou à constatação durante a pesquisa que o tema e a hipótese não eram propriamente em torno da transposição do conceito da teoria crítica racial para a sociologia do trabalho, mas a percepção do porquê do apelo acerca dessa ideia (CUSTÓDIO, 2019; 2022). Dessa maneira, a questão da deterioração subjetiva dos trabalhadores criativos se configurava como indício de um elemento de precarização, entendendo a ampliação desse processo (como tendência de “generalização”) a partir dos discursos que ganham espaço, intensidade e força no universo do trabalho.

A verificação da hipótese proposta é delineada com base na especificidade do campo de investigação. Dado que a hipótese se refere a um movimento em processo, o que torna sua captação mais difícil, optamos por lidar com um campo mais delimitado, no qual a análise do movimento não prejudique a capacidade de investigar o objeto em questão. Para tanto, escolhemos concentrar nossa atenção no campo específico dos trabalhos de conhecimento criativo da indústria criativa, que envolve atividades

⁷ “Meu ponto é: todo mundo está à venda (...). Comoditização, militarização e, então, claro, niggerização. O que é niggerização? A tentativa de ter certeza que aqueles que Sly Stone chamava de “pessoas ordinárias” estejam tão assustados e intimidados e com medo e sentindo se tão desesperançosos e sem ajuda que eles nunca irão se levantar, se erguer. Eles andarão por aí se sentindo como se eles não fizessem a diferença. Suas vozes não importam” (WEST, 2004, 21).

relacionadas à publicidade, comunicação e produção de informações para o mercado. Esse campo é composto por trabalhos de conhecimento criativo altamente qualificados⁸, cujos profissionais tendem a ser bem remunerados em virtude de seu nível de preparação e formação, diferentemente dos trabalhos de aplicativo ou telemarketing, que são marcados pela precariedade (ANTUNES & BRAGA, 2009; BRAGA, 2012; ANTUNES, 2014; 2019; 2020b; HUWS, 2017; BRIDI & LIMA, 2018; GROHMANN, 2021).

No entanto, é nesse espaço que observamos o surgimento de formas particulares de precarização, relacionadas às condições de trabalho flexibilizadas, que surgem por meio da atuação dos trabalhadores autônomos, conhecidos como *freelancers*. A escolha de focar a investigação nesses trabalhadores criativos autônomos se deve à possibilidade de perceber a relevância do discurso sobre liberdade e autonomia na constituição da racionalidade capitalista e, conseqüentemente, na constituição das relações de trabalho. Conforme descrito nesta tese, esse discurso organiza um conjunto de expectativas em relação à atuação desses trabalhadores criativos autônomos, que passa pela recomposição de uma identidade de trabalho permeada pela ideia de empreendedorismo e compõe uma mentalidade específica – a mentalidade *empreendedorista*. Essa mentalidade, que se manifesta na intersecção entre as imagens do empreendedor e do profissional liberal criativo, encobre questões de precarização, exploração e alienação desses trabalhadores, sendo um componente significativo da deterioração subjetiva, marcada por ansiedade, medo e vergonha.

A discussão em questão tem como foco, portanto, a compreensão dos discursos sobre o trabalho, bem como o papel fundamental que a ideia de liberdade desempenha na ancoragem dos discursos dos trabalhadores autônomos de conhecimento. É importante salientar que essa ideia de liberdade, na sua vertente de flexibilização, não apenas influencia as relações concretas de trabalho, mas também tem conseqüências na subjetividade desses trabalhadores. À medida que o discurso de liberdade ganha mais

⁸ Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), profissionais qualificados são funcionários e trabalhadores acima de 25 anos, que possuem curso superior completo e atuam no mercado de trabalho privado.

espaço e evidência, como é o caso da ideia da Grande Renúncia⁹, torna-se cada vez mais claro que a falta de benefícios e de acesso a direitos degrada a vida dos trabalhadores e deteriora sua condição subjetiva.

Encontramos no campo um processo que tornou evidente como o discurso empreendedorista fomenta expectativas sobre ser livre (dono do próprio negócio, indivíduo de seu tempo) como *empreendedor*, mas, ao mesmo tempo, essa flexibilidade gera angústias diante da expectativa, também presente, da estabilidade salarial e do reconhecimento profissional¹⁰. A ideia do risco, vinculada ao empreendedor, assume a figura de "sentir-se desprotegido", um tipo de situação que deteriora a condição de realidade do sujeito, mantendo-o sem ação, algo como emparedado pela própria realidade, que parece mais fruto de sua incapacidade de realizar seu desejo e menos uma imposição estrutural das relações às quais ele estaria enredado.

No entanto, apenas olhar o empreendedorismo como um elemento de mistificação não abrange toda a riqueza analítica que pudemos apreender no campo. Há um elemento a mais do que apenas o falseamento e que produz a agência dos trabalhadores criativos a partir dos lugares e escolhas (possíveis) que realizam no campo. É nesse sentido que compreendemos, a partir da narrativa dos trabalhadores criativos¹¹, o sentido do empreendedorismo como uma dimensão da contracultura do mercado, na qual a autodeterminação representa uma potencialidade de realização da liberdade e autonomia, nos moldes que um ideal de contracultura – como rebeldia, dissolução de tradições – possuía nos discursos do século XX. O empreendedorismo se tornou a forma de subverter, na visão desses agentes, as amarras e a rigidez sistêmica do

⁹ A chamada “Grande Renúncia” (*Great resignation*) é conhecida pelo "movimento" supostamente orgânico (por não ser organizado) da demissão de cerca de 48 milhões de pessoas nos EUA em 2021, segundo dados divulgados pela CNBC. A mídia e canais vinculados ao mercado atribuíram esse movimento ao descontentamento dos trabalhadores (especialmente jovens) com a cultura fechada de muitas empresas, que envolvia a retomada do trabalho presencial, horários fixos, pouco sentido naquilo que faziam, além de remuneração insuficiente. O interessante é que esse "movimento" foi lido como um impulso demandado por uma nova geração de trabalhadores em prol da flexibilização do trabalho, que teria inclusive chegado ao Brasil – atribuindo a esse movimento a demissão pedida pelo trabalhador de mais de 600 mil pessoas em 2021. No entanto, como pesquisas mais recentes têm mostrado, o movimento é mais uma evidência da degradação e da deterioração promovidas pela flexibilização.

¹⁰ "O empreendedorismo é uma forma mistificadora que imagina eliminar o desemprego, em uma sociedade que é incapaz de preservar trabalho digno com direitos. Como essas novas modalidades de trabalho são deprimentes, a mistificação torna-se o remédio que só fará alimentar a doença" (ANTUNES, 2018, 34).

¹¹ O termo *criativos* aparece nativamente para nomear grande parte dos profissionais da indústria criativa, tanto como designação direta quanto como designação simbólica da atuação com trabalho criativo. Teremos um tratamento mais minucioso desse termo usado nativamente no campo no capítulo 3.

trabalho subordinado e da distribuição das horas laborais e o não-reconhecimento a partir de uma dinâmica explicativa que demarcaria o trabalho regular. Fato ou não, como também pudemos capturar durante a pesquisa, é essa dimensão fragmentada e encapsulada da liberdade da contracultura que projeta a dimensão volitiva dos trabalhadores criativos autônomos e se torna elemento seminal para a nossa análise sobre as formas de reprodução do capitalismo a partir de sua racionalidade contemporânea.

Para tanto, foi desenhado um trabalho de campo no qual tivemos contato com vários desses trabalhadores em algumas etapas, em nível primário e secundário. No nível primário, a metodologia da pesquisa seguiu o caminho qualitativo, ancorado em entrevistas em profundidade com esses *freelancers*. Nessa etapa, realizamos trinta entrevistas com profissionais criativos desse campo da indústria criativa. A composição do recrutamento foi feita de maneira “em rede”, em que, a partir da seleção num primeiro grupo de entrevistados, pedimos que cada um indicasse outras duas pessoas. Essa foi uma maneira de chegar em mais contatos desconhecidos e garantir uma amplitude de experiências¹². Dessa maneira, o primeiro grupo de entrevistados foi constituído a) por meio da circulação de um formulário preliminar sobre questões gerais do trabalho *freelancer* (no qual pedimos o contato e a confirmação de interesse em participar de uma pesquisa) e b) por meio de busca ativa em redes sociais profissionais, a partir de palavras-chave em torno do trabalho autônomo e indústria criativa.

Durante esse processo de constituição dos 30 entrevistados, também aplicamos três formulários online (utilizando a ferramenta do Google Forms), nos quais pudemos coletar depoimentos sobre algumas das questões principais que nortearam o roteiro que aplicamos nas entrevistas em profundidade. Questões sobre como foi o processo de se tornar *freelancer*, quais os elementos positivos e negativos do trabalho autônomo, quais

¹² É importante uma nota biográfica sobre nós, que determinou essa escolha metodológica na pesquisa. Pessoalmente, o autor deste trabalho possui uma relação próxima com esse campo por atuar por muitos anos em uma iniciativa que tem relações diretas com profissionais do campo da indústria criativa. Para evitar “contaminação” da visão de conhecidos, que poderiam enviesar totalmente a análise do material, optamos pela expansão em rede da referência de profissionais. A estratégia do formulário também seguiu essa lógica, de modo a acessar, utilizando-se das redes sociais na internet, mais profissionais que estavam fora do hall de relações do autor. Além dos cuidados para evitar enviesamento da pesquisa, é importante apontar que essa proximidade com o campo também possibilitou uma inserção mais efetiva pelo fato de o autor dominar linguagens e conhecer previamente alguns dos espaços de presença de profissionais desse campo. Isso não caracteriza o autor como um “pesquisador engajado”, no sentido gramsciano do *intelectual orgânico*, mas de algum modo projeta esta pesquisa como próxima ao que Braga e Burawoy (2009) trataram em “Por uma Sociologia Pública”, uma interlocução entre a produção sociológica e o público.

os maiores desafios, as possibilidades de atuar em trabalho regular e, algo inescapável ao período no qual a pesquisa foi realizada, algumas percepções sobre como a pandemia de Covid-19 afetou o trabalho. No total, com os três formulários, tivemos 533 profissionais *freelancers* respondentes¹³. O primeiro formulário (respondido por 163 profissionais autônomos) era composto de questões mais amplas, que possibilitaram delimitar as questões que seriam base tanto para o roteiro das entrevistas em profundidade como um segundo formulário mais definitivo. No segundo formulário, com 370 respondentes, obtivemos depoimentos mais centrais acerca da experiência de atuação sobre o trabalho como *freelancer*. Por fim, no terceiro formulário, com 26 respondentes (focado em respondentes selecionados no segundo formulário¹⁴), coletamos informações sobre espaços de trabalho, bem como fotos desses espaços. Toda a coleta de dados, seja as entrevistas (realizadas pela ferramenta de videochamadas Zoom), seja os formulários, foi feita de forma exclusivamente online. Desse modo, para além das restrições impostas pela pandemia, que tomou grande parte do momento do campo, pudemos acessar profissionais de diversas partes do país, sem se restringir, apesar da preeminência, à cidade de São Paulo.

Na apresentação dos dados, como será possível ver nos capítulos subsequentes desta tese, optamos por ocultar a identidade dos entrevistados, bem como dos respondentes dos formulários, por se tratar de trabalhadores autônomos que se encontram na ativa, de maneira que revelar sua identidade pode ter impactos políticos em sua atuação profissional. Tomamos tal decisão durante a pesquisa, ao perceber a importância que a questão da reputação e da autoimagem possui para esses profissionais, que pode ser determinante para a contratação ou exclusão dos seus trabalhos. Dessa maneira, organizamos os depoimentos, alteramos alguns termos que poderiam explicitamente identificar os depoentes e sempre discriminamos no trabalho esse conteúdo como oriundo dos *Cadernos do campo*, de modo a explicitar que são

¹³ Vale ressaltar que os 533 (número do qual excluímos, na totalidade, respostas invalidadas, bem como profissionais que foram entrevistados em profundidade) respondentes não são todos da indústria criativa – a escolha por circular os formulários em redes nas quais esses profissionais aparteiem mais atuantes garantiu um bom número destes (cerca de 81% dos respondentes eram profissionais direta ou indiretamente atuantes na indústria criativa). A participação de cerca de 19% de freelancers que não eram da indústria criativa foi fundamental para conseguirmos “isolar” elementos que caracterizam as especificidades do campo, contra os que aparecem representados de maneira mais geral na experiência de trabalhadores autônomos de outros campos de atuação.

¹⁴ Enviamos o 3o formulário apenas para 100 dos respondentes diretamente vinculados à indústria criativa, selecionados do 2o formulário, a partir de uma pré-análise de suas respostas.

materiais coletados e analisados a partir da parte empírica da pesquisa. De todo modo, abaixo temos uma tabela para que oferece uma noção dos perfis escolhidos, levando em conta a diversidade de gênero, raça, origem social e região¹⁵. A faixa etária dos entrevistados variou entre 20 anos e 43 anos de idade, com distribuição entre aqueles que atuam entre 1 e 2 anos como *freelancer* e aqueles que atuam há mais de 5 anos como *freelancers*.

Atuação Profissional	Gênero	Cor
Publicidade/ Estratégia	Homem	Branca
Redação/ Produção de conteúdo	Mulher	Branca
Redação/ Produção de conteúdo	Mulher	Preta
Design	Mulher	Branca
Pesquisa de Mercado	Mulher	Parda
Design	Homem	Branca
Design/ Produção audiovisual	Homem	Preta
Jornalismo/ Redação	Homem	Branca
Design	Mulher	Amarela
Publicidade/Redação	Mulher	Preta
Pesquisa/ Planejamento	Mulher	Preta
Design	Homem	Parda
Ilustração	Homem	Amarela
Design	Mulher	Parda
Publicidade/ Planejamento	Mulher	Branca
Pesquisa/ Planejamento	Mulher	Branca
Pesquisa/ UX Research	Mulher	Preta
Design	Homem	Branca
Planejamento/ Gestão de negócios	Mulher	Branca
Publicidade/ Social Media	Mulher	Branca
Designer/ Social Media	Homem	Parda
Ilustrador	Mulher	Branca

¹⁵ Grande parte eram profissionais que atuam na cidade de São Paulo. Além destes, conversamos com profissionais de Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Vitória e Recife.

Atuação Profissional	Gênero	Cor
Design/ Publicidade	Mulher	Branca
Jornalismo/ Redação	Homem	Parda
Design	Mulher	Branca
Publicidade/ Criação	Mulher	Branca
Publicidade/ Criação	Homem	Branca
Design/ Estratégia	Homem	Branca
Pesquisa/ UX Research	Mulher	Preta
Design/ Publicidade	Mulher	Branca

O campo ocorreu entre setembro de 2019 e março de 2022, com todos os formulários e entrevistas realizados neste período. A análise desse material coletado começou a ser processada qualitativa e manualmente a partir de julho de 2021, de modo que conseguimos retornar para novas rodadas de entrevistas em profundidade com os selecionados, bem como aprofundar, na literatura, novos tópicos relevantes que foram surgindo.

Concomitantemente a esse processo de coleta e análise no nível primário do material de pesquisa, realizamos trabalho em nível secundário da coleta e análise de matérias que configuram uma forma de disseminação do discurso empreendedorista, que aparece disseminado nas narrativas dos *freelancers* da indústria criativa. Para tanto, fizemos a coleta e análise de três tipos de materiais: a) literatura de negócios de mercado; b) imagens coletadas em redes sociais, posts, materiais produzidos ou disseminados em fóruns, páginas e redes voltadas para produção de conteúdo para profissionais *freelancers* da indústria criativa; c) podcasts voltados para profissionais *freelancers*. No capítulo 4 detalhamos mais o processo de escolha e como esses conteúdos foram importantes para compreender a maneira como discurso empreendedorista chega e é replicado pelos profissionais criativos autônomos.

A partir da análise dos dados do campo e exame da literatura sociológica em torno dos temas relevantes para o objeto tratado, como flexibilização do trabalho, neoliberalismo, discurso sobre trabalho flexível, racionalidade neoliberal, realismo capitalista e indústria criativa, organizamos a tese em duas partes. Na primeira parte,

exploramos os processos de reestruturação do mundo do trabalho, sua relação com o campo do trabalho de conhecimento criativo a partir dos dois movimentos analisados na tese: da degradação do trabalho e da deterioração da condição subjetiva. Para tanto, no capítulo 1 analisamos as transformações do neoliberalismo e aprofundamos o fenômeno da degradação do trabalho, tanto em sua perspectiva das formas quanto da substância do trabalho criativo. No capítulo 2 fazemos um mergulho sobre o discurso do trabalho flexível e delineamos o que se trata do fenômeno de deterioração subjetiva. Realizamos neste capítulo uma análise mais detida sobre a constituição de uma racionalidade neoliberal e sobre o realismo capitalista, assim como a projeção em torno do sofrimento no trabalho a partir do neoliberalismo.

Na parte II, desenvolvemos mais propriamente a experiência da degradação e da deterioração na indústria criativa. No capítulo 3, realizamos uma explicação sobre a conformação do campo da indústria criativa – denominada como “indústria criativa de mercado”, ou ICM – como uma maneira de delimitar suas especificidades em relação a abordagens mais amplas sobre indústria, cultura e economia criativa. Também delimitamos o profissional criativo *freelancer*, compreendendo, a partir das experiências analisadas, os perfis que encontramos. No capítulo 4, por sua vez, mergulhamos na composição do discurso empreendedorista, analisando sua especificidade quanto ao discurso do trabalho flexível neoliberal e a sua forma de disseminação por meio da exposição sobre literatura de negócios e produção cultural a partir de imagens e podcasts. Por fim, no capítulo 5, analisamos como as narrativas dos *freelancers* demonstram processos de degradação das condições de trabalho e como a deterioração subjetiva pode ser captada nesses discursos. Além da análise das formas de degradação, fizemos uma análise dos afetos que compõem a deterioração subjetiva e como ela está presente na experiência desses trabalhadores criativos autônomos.

A experiência da pesquisa é sempre um universo de desafios e descobertas. Passar praticamente cinco anos num mergulho sobre questões da indústria criativa, as formas como flexibilização do trabalho impactam o trabalho criativo e a penetração do discurso empreendedorista nos profissionais autônomos foi uma experiência intelectual bastante peculiar. Apesar dos limites que esta tese possui, bem como o próprio pesquisador, esperamos que esta pesquisa possa ser uma pequena contribuição para discutir os efeitos da racionalidade neoliberal no trabalho e, conseqüentemente,

para questionar os processos de degradação e deterioração. Como o trecho presente na epígrafe nos inspira, a liberdade e a autonomia podem compor o desejo dos trabalhadores. Mas é preciso estar ciente de como o próprio capitalismo capturou e ressignificou tais desejos a seu favor. É possível fugir “para igreja”, mas é importante lembrar que o “diabo também conhece a bíblia”. Ignorar isso é manter-se num universo de ilusões, ilusões estas que, na experiência do capitalismo tardio, se mostram cada vez mais perdidas.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1 - Perdas evidentes: neoliberalismo e a degradação do trabalho

*So many changes, going in and out of my life
how can anyone survive when everybody's been made a sacrifice.
Look all around – and see yourself so weak and so vulnerable
So you're trying to be strong – but your money ain't too long
And it's so terrible
Don't know – if you want a good life
Best look into yourself
'Cause the world is cold – and everybody's bold
And there's no one else*

Curtis Mayfield, “When Seasons Change” (1974)

O estudo sobre trabalho na contemporaneidade é um universo complexo, que apresenta múltiplas perspectivas e abordagens. Em boa parte dessas perspectivas, a noção de "transformação" é central, pois a sociologia busca compreender as mudanças significativas que ocorreram nas relações de trabalho e no capitalismo nas últimas décadas. A transformação é, nesse contexto, vista como uma tentativa de compreender as perdas e as mudanças causadas pelo metabolismo destrutivo do capital.

Para estabelecer o objeto de estudo desta tese, que é a deterioração subjetiva dos trabalhadores *freelancers* da indústria criativa, é importante analisar as condições concretas que contribuíram para essa transformação. Neste capítulo, serão examinadas as condições que envolvem as mudanças nas relações de trabalho, destacando as particularidades desse processo no universo do chamado "trabalho de conhecimento" (ou imaterial). Será verificado como um setor considerado improdutivo acompanhou as mudanças que afetaram o setor produtivo e como esta tem sido uma fronteira importante para compreender as formas de exploração e acumulação flexível de mais-valor.

A partir da nossa tese, argumentamos que o processo de degradação do trabalho de conhecimento é o que ancora as raízes dos conflitos entre a realidade dos trabalhadores de conhecimento e a racionalização da flexibilidade no trabalho. A partir das primeiras investigações, tornou-se evidente que as questões que circundam o trabalho giram em torno do processo de transformação da flexibilidade no trabalho e suas consequências no trabalho de conhecimento.

Compreendemos que os grandes tópicos referentes à percepção sobre condição e realidade desses trabalhadores envolviam noções diretamente afetadas pelas transformações trazidas pelos processos de flexibilização do trabalho, como questões de liberdade, relações de trabalho, gestão do trabalho, remuneração e tempo de trabalho. Para ilustrar, logo no início, que tais questões fazem parte do material coletado e analisado, as explicitamos citando algumas das verbalizações ouvidas em campo:

“A possibilidade de desenvolver autonomia e independência, assim como de desenvolver habilidades complementares à sua entrega primária, o que também demanda um dos maiores desafios: autoconhecimento.”

“Liberdade de horários e trabalhar em casa, não tendo que me deslocar pela cidade em horário comercial.”

“Também sinto falta de feedback ‘superior’. Sou freela há 11 anos e mesmo me organizando com outros freelas para trocar ideias, sinto falta de ter outros profissionais envolvidos no projeto para trocar experiências e opiniões.”

“Quando você vai ser freelancer pra alguma empresa, com certeza o problema é que a galera perde a noção de direitos e tratamento humano com você. Por você ser freelancer, rola muito de explorar, querer extrapolar horário, porque se você não é funcionário, pode estar ali na hora que quer. Falta um entendimento no que diz respeito a direitos trabalhistas. Entretanto, vivenciei isso poucas vezes. Além disso, o mercado é instável. Você tem que estar sempre correndo atrás dos trabalhos, o que não é necessariamente ruim, né, mas cansa. É parte do processo mesmo.”

“Só quero conseguir organizar minhas responsabilidades e conseguir prospectar mais clientes para me sentir melhor da cabeça, da ansiedade.”

“Controle de finanças, pois preciso pagar todos os seguros sozinha, além de não possuir férias remuneradas, não ter seguro-desemprego em caso de um mês ou período sem trabalho, nem direito à licença médica (remunerada). Não existe espaço para fragilidades da saúde pessoal e mental quando se é freelancer.”

“Flexibilidade de horário, disponibilidade para viagens, entre outros. Liberdade de escolha de trabalho e melhor possibilidade de negociação de pagamento.”

“Flexibilidade de tempo (isso inclui melhor tempo para almoçar, menos tempo em transporte público, ficar longe de todo o caos da cidade e seus perigos etc.). Vai muito além de “posso acordar mais tarde.”

“Agenda flexível. É possível conciliar tempo para demandas pessoais (consultas médicas, banco, etc.) e demandas domésticas, fazendo com que o final de semana não fique tomado pela burocracia da vida.”

(Cadernos do campo)

Faremos uma exposição mais precisa sobre esses itens na parte II desta tese; no entanto, podemos adiantar que tanto as questões que envolviam a dimensão volitiva sobre ser *freelancer* quanto as negativas, trazem aspectos atrelados às relações concretas de trabalho em sua forma e conteúdo.

O que estamos verificando é, nesse sentido, um processo de proletarização do trabalhador de conhecimento criativo autônomo a partir da flexibilização das condições

de trabalho e assalariamento, base da precarização. Constatamos tal proletarização, em consonância com teses que enxergam novas formas de imbricação entre trabalho material e imaterial como novas fronteiras de exploração promovidas pelo capital, em sua extração de mais-valor e seu metabolismo destrutivo, que empreende a absorção e o uso do trabalho vivo de maneira destrutiva, assim como em outras esferas – como a ambiental (ANTUNES, 2018; 2020a).

Vamos discutir as bases teóricas e contextuais para compreensão do fenômeno que está por detrás dos discursos sobre trabalho flexível imprimido pelos trabalhadores de conhecimento autônomos. Para tanto, além das questões sobre flexibilidade, faremos uma abordagem sucinta sobre o neoliberalismo e a natureza do trabalho de conhecimento (ou trabalho imaterial), que têm especificidades concretas no interior dessa transformação.

Iremos também nos aprofundar na questão das transformações no mundo do trabalho como processo de degradação, seguindo a perspectiva de compreensão do metabolismo antissocial do capital como um processo “quase orgânico”, ou seja, como um movimento de “apodrecimento” destrutivo das relações que impactam a esfera laboral. Por esse motivo, utilizamos o termo degradação¹⁶. Trataremos das duas dimensões principais, nas quais o processo de flexibilização atinge o trabalho de conhecimento criativo: a degradação das formas e a degradação substancial do trabalho.

1.1 O que caracteriza a perda? Neoliberalismo demonstrando sua força

O que apontamos como *perdas* é o processo de transformação das relações de trabalho no contexto brasileiro, que ecoam os movimentos do capital global com o neoliberalismo, cristalizando-se por meio da flexibilização, da informalidade e da precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2012; 2017; CASTRO, 2016; ROSSO, 2017; DUMÉNIL & LÉVY, 2003). Esse processo tem se conflagrado, de maneira generalizada, como um grande processo de perda, em vistas do que se concebe como uma experiência de degradação das condições de vida e atividade dos trabalhadores. Tal processo só foi possível de ser considerado mediante as transformações profundas ocorridas nos últimos 60 anos.

¹⁶ A escolha do termo “degradação” foi em grande parte inspirada pela referência de Braverman (1980) e pela crítica de Antunes (2018; 2020a) ao metabolismo destrutivo do capitalismo.

Podemos iniciar nossa exposição contextualizando as bases das transformações sobre as quais estamos tratando neste trabalho. Há um processo denominado por alguns autores como *contra-revolução preventiva* (ANTUNES, 2018; 2019; 2020^a), marcado pela exacerbação da valorização do capital, ou seja, pelo enriquecimento privado das classes burguesas, dominantes e proprietárias. Esse processo é demarcado por crises: as crises entre 1968 e 1973, assim como entre 2008 e 2009, proporcionaram condições favoráveis para o processo de deterioração dos mecanismos de interação social. A crise estrutural do sistema capitalista é uma crise do capital, não apenas do capitalismo, porque, de certo modo, a normalidade do sistema do metabolismo antissocial do capital é da destrutividade, ou do que pode ser chamado de *criação destruidora* (MARX, 2013; ANTUNES, 2018). Para crescer e continuar avançando, o capital precisa destruir tudo e todos.

Em sua nova configuração social e econômica, chamada *neoliberalismo*, o capitalismo é marcado por grande desigualdade, crises, reconstrução do poder das elites econômicas, desconfiguração das relações de trabalho, perda de direitos e benefícios trabalhistas e sociais. O neoliberalismo tem seu engendramento a partir da crise estrutural do capital nos anos 1970, mais especificamente com a crise do petróleo em 1973.¹⁷

Segundo o geógrafo David Harvey, o neoliberalismo representa uma transição que implica mudança no regime de acumulação e no modo de regulação social e política. A mudança do regime rígido do fordismo para um regime mais flexível foi resultado da crise estrutural do capital que surgiu na década de 1970, caracterizada por baixo investimento, crescimento fraco, inflação, desemprego, redução na taxa de progresso técnico, lentidão no aumento dos salários e diminuição da rentabilidade do capital. Essa mudança afetou a esfera do trabalho, sendo compreendida pela correspondência entre as condições de produção e de reprodução dos assalariados.

De acordo com Harvey (2014), a acumulação flexível surgiu como um confronto direto com a rigidez do fordismo e se caracteriza pela flexibilidade dos processos e dos

¹⁷ A crise do petróleo, ocorrida em 1973, foi o evento em que os países pertencentes à Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPEP) declararam embargo à exportação do produto, em represália ao apoio de países ocidentais à Israel durante a Guerra de Yom Kippur. Diversos países foram afetados, dentre eles os Estados Unidos que, além do aumento do custo da fonte energética – com reflexos nos custos de produção do capital e consequente redução das taxas de lucro –, sofreram processos de inflação e deflação, cf. Harvey (1992, 2008).

mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, além do surgimento de setores de produção inteiramente novos e taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Esse contexto de mudanças e reconfigurações trouxe consigo duas tendências dominantes na evolução do capitalismo: a financeirização e a globalização dos mercados. A financeirização, em particular, está fortemente associada à internacionalização do capital e à hegemonia do capital financeiro como uma força econômica e social autônoma em relação ao trabalho, resultante da busca das elites financeiras por formas de estabilizar o movimento de reprodução e valorização do capital independentemente do trabalho. Portanto, é mais apropriado conceituar esse movimento como um regime de acumulação, e não como um regime de crescimento, uma vez que o foco envolve estratégias de valorização de valor (por meio de uma massa de dinheiro centralizada), não a força de trabalho, o que resulta na formação de camadas sociais dependentes da retirada financeira que envolve valor.

É relevante destacar que o sistema capitalista possui um metabolismo social composto pelo tripé formado por capital, trabalho assalariado e Estado, conforme discutido por Antunes (2018). O capital, em sua essência, possui uma lógica expansionista, buscando constantemente a extração de mais-valia, e uma tendência destrutiva, dado o sentido ilimitado de seus movimentos, que acaba por impactar negativamente sua relação com outras dimensões. Nesse contexto, o capitalismo promove a subversão da vida e da produção, visto que a produção social (trabalho) é subordinada integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital em vez de atender às necessidades humanas e sociais, acarretando ampla taxa de desemprego, destruição ambiental, mercantilização da vida e incentivo a conflitos e guerras, dentre outras consequências.

Dentro dessa engrenagem metabólica pode-se compreender o que impulsiona o processo de corrosão do trabalho. O capital, em seus movimentos, promove um sistema produtivo que desperdiça vidas, trabalho vivo, carne, corpos e cérebros. De acordo com Antunes (2020a), como a força de trabalho é considerada uma mercadoria especial, por ser a única que cria valor, sua constante redução também se torna objeto dessa mesma tendência decrescente de valor de uso das mercadorias. Da mesma forma, a natureza é vista como infinita e submetida ao uso destrutivo do capital.

A crise estrutural de lucratividade do capitalismo levou a intensos movimentos para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho como uma exigência vital do capital. A recessão de 2008 foi uma manifestação dessa crise que vem ocorrendo desde os anos 1970, levando a uma reestruturação do mercado de trabalho impactada pela acumulação flexível, resultando em desindustrialização, enfraquecimento dos sindicatos e aumento do desemprego. Empresas adotaram uma nova forma de gerenciamento da força de trabalho baseada na governança corporativa voltada para a maximização do mais-valor e do lucro, o que resulta na precarização estrutural do trabalho e na expansão dos trabalhadores precários e supérfluos. O contrato zero hora é um exemplo dessa tendência.

Duménil e Lévy (2003) indicam que a crise estrutural de lucratividade atual exige uma alta taxa de exploração do trabalho, provocando pressões crescentes sobre as empresas para aumentar a produtividade do trabalho. A flexibilização laboral e a precarização do assalariado são mecanismos utilizados para impor a liquidez característica do capital financeiro ao trabalho. Essa lógica de acumulação de capital permanece, apesar das mudanças ocorridas, mantendo a dependência da exploração do trabalho vivo e a dinamicidade inerente ao capitalismo em sua organização e utilização de tecnologias. A reestruturação produtiva do capital é entendida, assim, como um processo de precarização estrutural do trabalho, em que o desemprego estrutural, a informalidade, a terceirização e a flexibilidade laboral são manifestações da superexploração da força de trabalho, característica intrínseca ao capitalismo.

E qual a relação entre o trabalho imaterial e o produtivo? De acordo com a perspectiva marxista, há uma distinção entre o trabalho produtivo, que gera mais-valor, e o trabalho improdutivo, que produz bens úteis de valor de uso, mas não gera valor. O capitalismo busca, no entanto, apreender o trabalho improdutivo para novas formas de extração de valor, o que inclui o trabalho imaterial. Conforme argumenta Antunes (2018), há uma tendência global de crescimento de novas formas de extração de valor, tanto nas esferas de produção material quanto nas atividades imateriais, que são cada vez mais constitutivas das cadeias produtivas de valor. O trabalho imaterial tem, portanto, assumido um papel relevante na conformação do valor, uma vez que é parte da articulação relacional entre distintas modalidades de trabalho vivo em interação com trabalho morto, sendo partícipe do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o

setor de serviços é cada vez mais controlado pela lógica do capital, com maior mercadorização, mas também faz parte das cadeias produtivas de valor como parte integrante do processo de geração produtiva do valor.

A reestruturação produtiva é um aspecto fundamental do processo contínuo do capital, que compreende a produção no interior do processo de circulação e incorporação de trabalhos imateriais. A expansão da lei do valor em esferas que eram anteriormente consideradas improdutivas é ilustrada pela crescente importância da terceirização como mecanismo para intensificar a exploração do mais-valor. Essa tendência resulta em uma nova categoria de trabalhadores de serviços, que se configuram como um novo proletariado em vez de uma classe média que realiza trabalho intelectual.

Ainda, essa tendência também é evidenciada nos processos de flexibilização e degradação do trabalho de conhecimento na indústria criativa. O que se verifica é um movimento de assalariamento, proletarização e mercadorização que leva à constituição de um grupo sem consciência de classe. Antunes destaca, por sua vez, a importância da compreensão dos mecanismos de funcionamento da lei do valor na nova morfologia do trabalho e na extração do sobretrabalho, uma dinâmica que acarreta a transformação de novos espaços de trabalho em fontes de mais-valor por meio da subsunção do trabalho ao mundo maquínico. Antunes aponta para uma multiplicidade de tendências na nova configuração do trabalho, com diferentes formas de informalidade, como trabalho atípico, terceirização, cooperativismo, 'empreendedorismo', trabalho voluntário e intermitentes. Ele enfatiza que a aparente invisibilidade do trabalho é uma máscara que oculta a real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laboral em que possa ser realizada. Nesse sentido, a classe trabalhadora hoje realiza o trabalho abstrato, que envolve uma despesa de energia física e intelectual para produzir mercadorias, bem como inclui uma categoria de trabalhadores improdutivos, que são utilizados como serviços.¹⁸

¹⁸ “As novas modalidades laborativas (incluindo o chamado trabalho imaterial) são expressões do trabalho vivo, partícipes, em maior ou menor escala, do processo de valorização do valor. A forma imaterial do trabalho acrescenta coágulos de trabalho vivo na lógica da acumulação de capital em sua materialidade, inserindo-os no tempo social médio de um processo de trabalho cada vez mais complexo” (ANTUNES, 2018, p. 93).

Passemos agora a compreender de maneira mais detida os efeitos desse processo de reestruturação produtiva e de avanço do capital sob o neoliberalismo a partir de seus efeitos concretos na estrutura das relações de trabalho.

1.2 Sentidos das perdas: mudanças nas relações de trabalho e flexibilização

Para entender as transformações nas relações de trabalho é preciso analisar o novo paradigma decorrente da reestruturação produtiva do capital e das novas formas de acumulação flexível das últimas cinco décadas. No Brasil, a cidadania salarial que garantia direitos à classe trabalhadora foi substituída por uma realidade precária e insegura para os trabalhadores, sob as demandas do capital.

1.2.1 Perda como tragédia: da cidadania salarial à cidadania sacrificial

Para compreender o impacto do neoliberalismo nas sociedades do trabalho, é necessário ir além das questões de formas laborais ou contratos. A transformação do trabalho é resultado do metabolismo do capital, que sujeita as formas de vida à mercadorização. Como afirmou Antunes, a flexibilização produtiva, as desregulamentações, a ampliação da terceirização e da informalidade, combinadas com um relativo avanço tecnológico, transformaram o capitalismo no Brasil. Tais mudanças não são apenas transformações objetivas, pois têm impactos profundos na sociedade (ANTUNES, 2019, p. 90).

A mudança nos regimes de trabalho tem impactado a forma como a classe trabalhadora concebe suas possibilidades, oportunidades e pertencimento. Antes de examinarmos o processo de flexibilização em si, é importante considerar a transição da cidadania salarial, que caracterizou boa parte do século XX, para uma cidadania sacrificial, que se tornou predominante no contexto neoliberal. O modelo de fordismo periférico, que representava uma forma de cidadania salarial, foi marcado por um projeto de sociedade baseado na combinação de direitos sociais e rendimentos do trabalho, conectados a jornadas integrais de trabalho. Esse modelo envolvia garantias e segurança de trabalho, como mercado de trabalho e vínculo empregatício garantidos, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidades,

segurança de renda e garantia de representação (BRAGA, 2012; 2017; STANDING, 2013).

Entre os anos 1950 e 1990, houve uma importante mediação histórica entre países capitalistas avançados e em desenvolvimento, sendo que os níveis mais elevados de desenvolvimento industrial e inovação tecnológica permaneceram concentrados no Norte global. Internamente, os mercados de consumo de bens duráveis e a dinâmica econômica estavam centrados na elevação do poder aquisitivo das classes médias, com a degradação da capacidade de consumo dos trabalhadores. No contexto brasileiro, a passagem para o modelo pós-fordista e financeirizado do neoliberalismo alimentou a ascensão via consumo, despolitizando a classe trabalhadora. Braga destaca, além disso, que os ganhos de produtividade não eram repassados aos salários, reforçando a contenção das necessidades dos trabalhadores.

De acordo com a análise de Oliveira (2003), há uma dinâmica denominada "hegemonia às avessas", na qual as vitórias políticas dos trabalhadores acabam fortalecendo as relações sociais de exploração em benefício das elites. No caso do Brasil, a hegemonia às avessas mantida pelo lulismo contribuiu para a desmobilização das massas e a internalização da lógica e do modelo neoliberais de trabalho, impactando as condições subjetivas dos trabalhadores e a organização do mercado de trabalho nos últimos anos. Os trabalhadores precarizados experimentam uma deterioração da subjetividade e uma "angústia popular" decorrente das contradições entre formalização e precarização, bem como o acesso deficitário a serviços públicos.

Essa tendência de formalização com salários baixos, terceirização, aumento do assalariamento feminino, incorporação de jovens não-brancos, ampliação do emprego no setor de serviços e elevação da taxa de rotatividade do trabalho tem se intensificado, contribuindo para uma precarização crescente do trabalho. Conseqüentemente, há uma tensão entre a necessidade de flexibilidade do capitalismo globalizado e a precarização da vida dos trabalhadores, o que resulta em um impacto negativo na saúde física e mental dos trabalhadores.

A implementação do neoliberalismo no Brasil trouxe mudanças nas relações de trabalho, favorecendo os interesses do capital financeiro e impondo sua lógica de valorização a diferentes setores da economia, o que levou a condições precárias de vida e trabalho, como o aumento do endividamento das famílias, que foi incentivado pelo

direcionamento dos investimentos públicos para o consumo. Segundo Braga (2017), a desconcentração de renda promovida pelas políticas redistributivas, o crescimento econômico e a formalização do mercado de trabalho absorveu a massa de trabalhadores pobres e incapazes de poupar, transformando toda entrada de dinheiro em consumo.

Obviamente, olhando para a realidade do trabalho no Brasil, o fenômeno do trabalho precarizado ou informal não é tão novo. Ao recorrermos ao trabalho de Reginaldo Prandi (1980) sobre o trabalhador por conta própria, podemos olhar para algumas modalidades ainda atuais, como o trabalhador autônomo, traçando algumas analogias com aquela realidade. Prandi nos lembra que olhar para o fruto do trabalho flexibilizado, no caso o trabalhador autônomo, é captar

(...) a oposição entre uma forma de trabalho que essencialmente não é capitalista, mas que ao mesmo tempo não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista. (...) ao invés de propor uma tipologia ou uma taxonomia das formas de relação social de produção, é preciso entender o sentido da categoria 'trabalhador por conta própria' no processo de transformação global da sociedade provocado e determinado pelas regras fundamentais da acumulação capitalista (...) é necessário analisar a 'reprodução da sociedade' como sociedade capitalista, tomando o trabalho autônomo, portanto, como elemento da reprodução das classes sociais. (PRANDI, 1980, p. 15)

Apesar da análise de Prandi estar voltada para setores menos qualificados e pré-regulamentação – ou seja, formas históricas que seguiram em paralelo, menos diante do processo de cidadania salarial –, é possível notar que a degradação promovida pelo neoliberalismo encontrou aqui terreno fértil para prosperar a precariedade. A conexão dos modelos precários de trabalho, marcados pela experiência e vivências das camadas mais baixas da sociedade, tem sido trazida à tona, mostrando como formas precárias não estão sendo "inventadas", havendo, na verdade, uma *subsunção da viração*¹⁹ na experiência do trabalhador precarizado contemporâneo (TELLES, 2006; ABÍLIO, 2017). De acordo com Antunes (2019), o atual momento do capitalismo financeiro é impulsionado por um mecanismo informacional-digital que tem como meta a valorização do valor. Esse contexto tem levado a uma crescente precarização e instabilidade do trabalho, resultando em um aumento do subemprego e do desemprego.

Mas o que significa ser precarizado? Segundo Standing (2013), a condição de precarização implica em viver em um estado de instabilidade e insegurança, sem uma

¹⁹ *Viração* aparece como termo apropriado na análise de Vera Telles sobre formas de sobrevivência das camadas baixas da cidade que, diante da precariedade das condições de vida, “se viram” como podem para sobreviver. É essa camada que constitui, como as análises contemporâneas vêm demonstrando (BRAGA, 2013; 2017; ABÍLIO, 2017), o precariado brasileiro.

identidade estável e um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho e do estilo de vida. Além disso, a mobilidade ocupacional fictícia, ou *uptitling*, é outra característica da precarização, em que cargos estáticos são revestidos com nomes pomposos, com o objetivo de encobrir a realidade da precariedade. Essa figura, também conhecida como "CEO de uma empresa só", representaria uma tentativa de preencher o vazio de significado do posto de trabalho diante da desvalorização simbólica engendrada pelo neoliberalismo.

O atual regime de acumulação pós-fordista e financeirizado é marcado, assim, pela degradação da cidadania salarial e do mundo do trabalho, com aumento da rotatividade e de acidentes de trabalho, redução de salários e intensificação do ritmo de trabalho. Além disso, a terceirização, a flexibilização dos contratos e a rotatividade contribuíram para a precarização das condições de trabalho. Braga (2017) identificou, por sua vez, duas tendências contraditórias no período: a formalização crescente da força de trabalho e, ao mesmo tempo, a terceirização das atividades produtivas para todos os setores, precarizando contratos e salários e despossuindo os trabalhadores de direitos sociais, o que culminou no desbotamento da cidadania salarial. O atual cenário caracteriza-se pela competição por pequenas oportunidades de negócios no espaço público, com uma tendência preocupante de extrema individualização da angústia de todos aqueles que vivem de seu próprio trabalho, que desafia a sociedade brasileira.

O modelo de trabalho exigido pelo capitalismo financeiro é o flexível, no qual não há jornadas preestabelecidas, remuneração fixa, atividades pré-determinadas ou direitos trabalhistas. A terceirização, a informalidade e a flexibilidade são agora componentes habituais do vocabulário das corporações, enquanto o empreendedorismo se apresenta como uma solução para todos os problemas. Na atual sociedade, com altas taxas de desemprego, subemprego e precarização, há um terreno fértil para o surgimento do empreendedorismo, o que se traduz em uma profusão de trabalhadores por conta própria que se autointitulam "empresários e proletários de si". No entanto, o empreendedorismo é uma forma enganosa de imaginar a eliminação do desemprego em uma sociedade que não é capaz de fornecer trabalho digno com direitos (MARX, 2013; ANTUNES, 2019). É nesse contexto que prolifera o que Wendy Brown (2018) denominou de *cidadania sacrificial*, em que o elemento decisivo dessa forma de vida é a *economicização da vida* gerada pelo neoliberalismo, ou seja, a conversão de todos os

domínios, sujeitos e esferas da vida em assujeitados ao econômico. De acordo com Brown, a atual economicização neoliberal da vida política e social implica uma sociedade de sujeitos que atuam sob a lógica de "investimento", pois são tratados como empresas. Brown argumenta que a produção discursiva desse fenômeno converte cada indivíduo em capital humano, seja de si próprio, das empresas ou de uma constelação econômica nacional ou pós-nacional. Consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo que o "si mesmo" é visto como uma empresa individual (BROWN, 2018, p. 6).

O neoliberalismo apresenta o sujeito humano como uma parte integrante do capital, em que o indivíduo é formulado como membro de uma empresa e como sendo ele mesmo uma empresa, ou seja, sujeito-empresarial total, minando a liberdade prometida pelo neoliberalismo, uma vez que a forma de vida que seria de máxima liberdade e autonomia se torna um contexto no qual sujeitos legitimam sacrifícios. Além disso, o neoliberalismo desregulamentado desmembra bens públicos e de seguridade social, corroendo a base dos laços de solidariedade entre trabalhadores e gerando indivíduos isolados e desprotegidos, em constante risco de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos. Como Brown (2018) aponta, há uma exploração incessante na mensagem em torno da liberdade, da autonomia que, na verdade, gera um efeito de vulnerabilidade aos perigos das condições de reprodução da vida.

O neoliberalismo tem como foco a total determinação de uma conduta empreendedora, em que liberdade é sinônimo de empreendedorismo e igualdade é a possibilidade de competir. Brown aponta que essa lógica cria um pertencimento pautado por formas de autodireção diante dos sacrifícios necessários para o desenvolvimento da economia. O sujeito neoliberal é convertido em uma partícula isolada de capital humano autoinvestidor, o que o torna mais fácil de governar e o integra a um projeto mais geral de crescimento econômico, mesmo que signifique ser sacrificado. Essa conversão quebra os impedimentos à governança e à integração, passando a promovê-las e a invadir também o campo da política, esvaziando o sentido de uma cidadania ativa voltada ao bem comum.

Dessa forma, a cidadania é reduzida à participação no crescimento nacional enquanto indivíduo, célula, ou seja, é o capital (e seu desenvolvimento) que regula essa situação, o que promove a passividade política e o exercício público é reduzido a

comprar e gastar. Brown aponta que, diante da governança, não há lugar para uma cidadania agitadora, e a economicização neoliberal converte os elementos da força social em partículas isoladas de capital humano que são facilmente governáveis e integráveis a um projeto mais amplo de crescimento econômico.

Essa nova perspectiva de forma de vida neoliberal, administrada pela governança, esvazia o engajamento e, portanto, um senso de protagonismo voltado ao bem comum, apropriando-se da lógica do sacrifício, apontada ao cidadão. O sacrifício é compartilhado por todos os viventes naquele contexto para garantir uma economia e crescimento, mas é sempre protagonizado pelo indivíduo, pela mônada. Assim, há uma nova forma de pertencer e existir: a *cidadania sacrificial*. Sacrifício significa “oblação”, ou seja, esvaziar-se de si por Deus. No caso do neoliberalismo, o sujeito é oblatado em relação ao projeto de crescimento econômico, quase uma dimensão teológica do capitalismo.

A cidadania sacrificial se configura pela disposição voluntária de indivíduos em suportar privações e inseguranças em nome do bem-estar econômico. Esta é uma resultante do modelo neoliberal, que enfatiza a liberdade individual e a competição como valores máximos e reduz a participação política à adesão passiva às políticas de crescimento econômico. A governança do sacrifício implica na delegação de responsabilidade aos indivíduos, que são culpabilizados por seu fracasso em prosperar economicamente, bem como pelo fracasso da economia. Para os trabalhadores, isso significa que a solidariedade e o sacrifício, antes direcionados ao movimento organizado dos trabalhadores, como os sindicatos, são agora redirecionados para o capital.

Essa lógica se faz presente em discursos de austeridade, que naturalizam a necessidade de as elites econômicas ganharem mais para que possa ocorrer a distribuição. A sobrecarga moral posta sobre o indivíduo mais fraco na linha produtiva impõe a necessidade de discernir e seguir corretamente as estratégias de valorização do capital humano. Dessa forma, a responsabilização recai sobre o elemento mais fraco e as estruturas são eximidas de suas responsabilidades. Combinada à delegação, essa lógica produz uma ordem na qual os efeitos sociais do poder são vistos como completamente responsáveis e culpabilizáveis por suas vidas e pela vida da nação.

É nesse cenário de cidadania sacrificial que encontramos a classe trabalhadora sob o neoliberalismo. Vamos compreender como o processo de flexibilização se deu concretamente no conjunto das relações de trabalho no Brasil e, depois, faremos um recorte mais preciso dentro da classe trabalhadora acerca do trabalho de conhecimento para entender os processos de degradação.

1.3 Flexibilidades em perspectiva

Como consequência do neoliberalismo nas transformações profundas promovidas na esfera do trabalho, é importante compreendermos mais a fundo o fenômeno da flexibilização. Na verdade, de maneira mais apurada, “flexibilidades”, pois não se trata de um processo único, nem de uma novidade na história do trabalho no capitalismo. Porém, há algumas particularidades que atravessam a experiência dos trabalhadores na contemporaneidade, que serão fundamentais para tratarmos mais adiante do fenômeno que envolve a degradação do trabalho, com o olhar mais detido para o trabalho de conhecimento.

A ideia de flexibilidade acaba, portanto, sendo norte ideal para onde tudo deve caminhar, o que é condizente com a dominação ideológica que o processo de acumulação flexível desenvolveu a partir dos anos 1970. Não se trata apenas das relações de trabalho, mercados de trabalho ou produtos, mas também de toda uma gama de fatores e perspectivas que organiza o mundo social (produtivo e não produtivo) a partir da noção de flexibilidade. Por baixo dessa construção discursiva, há um processo concreto de acumulação flexível que, a partir do que Harvey (2008) apontou, se organiza pela acumulação por despossessão. Na prática, há um processo de reorganização, pautado pela financeirização, privatização e crises, geridas pelo Estado, de transferências de ativos entre classes sociais, com ampliação da desigualdade para camadas baixas e crescimento exponencial da riqueza das altas classes, gerando ambientes sociais mais desiguais, fragmentados, conflituosos e violentos (HARVEY, 2008; ROSSO, 2017).

A ideia de flexibilidade, segundo o sociólogo Sadi Dal Rosso (2017), absorve diversos significados. Etimologicamente, deriva de *dobrar*, mas também significa

elástico, maleável, mutável, móvel. Visão parecida também é exposta pelo sociólogo Richard Sennett, quando postula que flexibilidade

(...) designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas. (SENNETT, 2014, Kindle edition)

É esse sentido de 'dobrar', de adaptabilidade, que é absorvido no contexto do mercado, no qual ser flexível torna-se parte importante das estratégias de manutenção e crescimento no capitalismo contemporâneo. Porém, a flexibilidade não aconteceu de uma vez; fez parte de um processo amplamente trabalhado na literatura sociológica e que aparece bem sintetizado neste trecho de Rosso:

A década de 1970, nos países ricos, caracterizou-se por um ambiente de recessão e de altas taxas de inflação e desemprego, quando então foram negociadas semanas de trabalho com duração menor e aumentaram as práticas de trabalho em tempo parcial, trabalho temporário e trabalho com duração predeterminada, entre outras. Na década de 1980, os governos nacionais incentivaram as políticas de trabalho flexível para diminuir o desemprego. Na década de 1990, os tomadores de decisão continuaram a desregular os mercados de trabalho e a promover políticas de livre mercado, flexibilidade no emprego e no trabalho. (ROSSO, 2017, p. 57)

Uma das questões centrais em torno do processo de flexibilização contemporânea no mundo do trabalho envolve a) sua relação de oposição com a jornada de trabalho integral e regulamentada; b) a relação com controle do trabalho e, mais especificamente, a divisão das horas laborais; c) as múltiplas formas que assumem a flexibilização, promovida pelas empresas e com chancela do Estado. Essas questões norteiam o entendimento principal sobre esse processo de flexibilização na realidade do mercado brasileiro e nos permitirá compreender as implicações para os trabalhadores de conhecimento.

1.3.1 Relação de oposição com jornada integral

Grande parte do que se compreende como flexibilização na atualidade advém de uma situação de perspectiva relacional com o mundo do trabalho regulamentado, o que fica bastante nítido também na polarização entre trabalho flexível e trabalho rígido que marcou o discurso do mercado, especialmente a partir dos anos 2000, quando a ideia de futuro do trabalho passou a convergir com os processos da flexibilização do trabalho. Dentre elas, mais empregos, mais liberdade, mais inovação; todas, no limite, ignorando

as consequências desse processo no que diz respeito a perdas de direitos, desregulação das relações trabalhistas e significativa precarização dos contratos e relações de trabalho para boa parte da classe trabalhadora. De certo, a flexibilidade transformou os modos de vida e trabalho, o que não significou a redução da duração da jornada nem sua intensificação. Nisso, o discurso sobre trabalho flexível encobriu em grande parte possíveis entendimentos críticos dessas relações, bem como possibilitou formas de superação da exploração, como nos aponto Rosso: “A qualidade de ser flexível e o processo de flexibilização chegam ao nosso alcance como objetos foscos, recobertos por camadas de pressupostos ideológicos e teóricos, de tal modo que se torna difícil interpretar seu significado” (ROSSO, 2017, p. 12).

No entanto, para além do discurso, as noções de rigidez ou flexibilidade não são meras abstrações, ganhando corpo concreto na organização das relações de trabalho. A flexibilidade altera não apenas a dimensão das horas laborais, mas também, como argumenta Rosso (2017), gera instabilidades para empresas e dificulta a manutenção da força de trabalho qualificada, além de ampliar as desigualdades no curso do capitalismo.

O primeiro passo para compreender é enxergar, no interior da oposição ao trabalho rígido, como se constituiu o modo de regulação pública desse processo. As flexibilidades foram chanceladas por dispositivos legais e governamentais, mas em grande medida promovidas e desenvolvidas no seio das empresas, ou seja, na esfera privada²⁰. A flexibilidade também compôs parte de um processo que alterou a regulação pública dos contratos de trabalho, o que ocorreu no mundo e teve, especialmente a partir dos anos 1990, também lugar no Brasil.

A partir da contribuição de Burawoy (1990), sabemos que o processo de regulação do trabalho possuía caráter privado e teve em sua resultante um caráter que privilegiou o capital em detrimento do trabalho. Burawoy (1990) caracteriza tal natureza inicial desses contratos como “despótica”, pois há uma desigualdade latente na relação capital-trabalho da apropriação dos resultados gerados por esse modo de regulação. Tal composição determinou alguma flexibilidade favorável ao capital para compra da força de trabalho, mas forte rigidez nas condições dos trabalhadores para venda de sua força.

²⁰ Não nos concentraremos aqui na discussão de como flexibilização também atuou na esfera pública do trabalho, isto é, no setor público. Para essa discussão, ver Rosso (2017); Bridi & Lima (2018); Antunes, (2014).

Um exemplo da flexibilidade conquistada pelo capital, ainda na Segunda Revolução Industrial, é a mudança da forma de remuneração: antes a remuneração era baseada por produção, depois passou a ser horária ou mensal. Tal forma, característica dos moldes do trabalho assalariado, garante a desvalorização progressiva do salário real por garantir, nesse regime, uma distribuição progressivamente desigual do excedente em favor do capital. A base dessa forma de regulação era o contrato individualizado de trabalho.

No entanto, na história do trabalho do século XX, as pressões dos movimentos dos trabalhadores, bem como configurações do próprio sistema em seu controle e reprodução – como desenvolvimento de novos métodos gerenciais, ou a administração científica da produção –, levaram ao estabelecimento crescente de contratos-padrão que, de certa maneira, reduziram a flexibilidade por parte das empresas. Essa mudança ganha mais corpo quando o Estado entra nesse processo de regulação, transferindo a regulação do âmbito privado para o âmbito público dos contratos de trabalho. De certo modo, a regulação feita na esfera pública reduziu, especialmente nos chamados gloriosos anos (30 anos após a II Guerra Mundial, entre 1945 e 1970), a assimetria entre capital e trabalho. É esse contexto de regulação que envolve o que tratamos acima como *cidadania salarial*.

Essa configuração começou a ser desarticulada internacionalmente no final dos anos 1960. A contestação sobre a burocratização das instâncias de representação do trabalho (sindicatos), a demanda por maior descentralização dessa representação e por maior democratização da gestão cotidiana do processo de trabalho provocaram maior acirramento da composição de forças entre capital e trabalho. Do lado das empresas, a crise do sistema no início dos anos 1970 promoveu aumento do custo de produção, revertendo o crescimento do lucro e gerando críticas sobre o processo de regulação pública como obstáculo ao desenvolvimento do capital.

Nesse contexto, a flexibilidade se torna uma arma contra a regulação pública do contrato de trabalho, “com objetivo de recompor o poder (autonomia) das empresas de decidir sobre as condições de contratação e organização do trabalho em seus processos produtivos” (DEDECCA, 2009, p. 131). Assim, algumas estratégias passam a fazer parte da gramática empresarial. Uma delas é a modernização tecnológica, que corroborou a desativação de algumas plantas industriais – além da transferência

geográfica de indústrias para regiões de menor organização sindical e, conseqüentemente, custo da força de trabalho – e a redução de necessidades quantitativas de força de trabalho. O resultado quase imediato foi a ampliação de desemprego, bem como a desqualificação da força de trabalho, diante do incremento tecnológico.

Historicamente, a flexibilidade foi inventada pelos próprios trabalhadores. No entanto, o processo de colonização e implantação do capitalismo jogou a realidade laboral destes para jornadas repetitivas, longas e exaustivas, nas quais grande parte das mercadorias produzidas ficavam nas mãos dos empregadores. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores no século XIX e XX foi uma luta em prol da flexibilização das condições de exploração às quais estavam submetidos, que envolvia jornadas excessivas e condições degradantes de trabalho. A regulação trabalhista da cidadania salarial surgiu nessa esteira, garantindo aquilo que se convencionou chamar de jornada de trabalho padrão: jornada de oito horas diárias, entre 40 e 44 horas semanais, restrição de horas extras, redução de jornadas insalubres e reconhecimento de dias de não trabalho – ou seja, o tempo de não trabalho também foi delimitado e conquistado a partir dessa regulamentação.

É exatamente contra as limitações que essa regulação coloca para a dinâmica da acumulação capitalista que opções e perspectivas sobre flexibilidade vão ganhando espaço na visão das empresas. Como aponta Rosso,

Ao introduzir jornadas flexíveis no processo do trabalho, o capital está movendo um mecanismo que converte tempos de não trabalho em tempos de trabalho, trazendo para a esfera de controle do capital horas laborais que estavam sistematicamente fora de sua dominação, ativando o processo de subsunção real. Por outro lado, reorganiza horários laborais de maneira a transformar a produção de valor mais adequada e produtiva, atendendo antes às necessidades do capital do que às necessidades da força de trabalho (...) O dilema emerge do fato de não estar sob seu controle [da força de trabalho] exclusivo a distribuição dos horários laborais. (ROSSO, 2017, p. 15)

Não obstante a existência da regulação, vale ressaltar que, no contexto do Brasil enquanto país de capitalismo periférico, a flexibilidade pré-regulação não foi totalmente eliminada. Os estoques da força de trabalho flutuante ou estagnada, como trabalhadores rurais, lumpesinato, encarcerados, pobres e miseráveis, continuaram a serem submetidos a uma realidade não padronizada de trabalho. Ainda, na realidade do Sul global, é mister reconhecer que as jornadas flexíveis anteriores à regulamentação sempre foram realidade.

A importância de delinear essa realidade histórica é perceber que grande parte da discussão sobre flexibilidade no capitalismo contemporâneo ocorre a partir de uma ideia de flexibilização pós-regulamentação, ou seja, apesar de haver um *continuum* da flexibilidade do trabalho, o que está em jogo é o conflito que o processo de flexibilização gera (suas propostas, projetos de leis, discussões, adesões e resistências) a partir dos processos de regulação do trabalho ocorridos no século XX. E tais processos, como é possível inferir, estariam em contradição com interesses da dinâmica da acumulação do capital, resultando, assim, em um movimento que tende a beneficiar, na concretude de seus resultados, o capital e não o trabalho.

Entretanto, mesmo nessa forma, a flexibilidade aparece nos anos 1970 como um discurso pró trabalhadores. A ideia de *flex-tempo* é defendida tanto como forma de trazer condições de trabalho mais favoráveis, bem como forma de ampliar a força de trabalho – conectada com necessidades diferenciadas ao regime rígido, como no caso das mulheres e das mães pela necessidade de compartilhar horas laborais com horas de trabalho reprodutivo. Em outras palavras, a possibilidade de flexibilização (a priori, dos tempos de trabalho) apareceu como uma ideia positiva, em discurso, para a classe trabalhadora. Esse discurso sobre flexibilidade acaba atingindo a própria organização dos trabalhadores, que passam a discutir e introjetar a ideia de possibilidades positivas da flexibilização, criticando o fato de que o regime de trabalho fixo não atendia às necessidades sociais de criação de postos de trabalho e que a rigidez dos horários não contemplava as necessidades cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras (ROSSO, 2017). No limite, o processo de flexibilização do trabalho conduziu à desestruturação do modelo de inclusão por meio do trabalho formal, da cidadania salarial.

Mas o que pôde ser erigido de fato é que as vantagens concretas reais eram interessantes para as empresas, não necessariamente para força de trabalho. Para aquelas, a redução do absenteísmo, a substituição de custos em torno de horas extras e rotatividade, bem como o maior controle (mesmo que flexível) sobre o horário de trabalho, se mostraram como passos fundamentais para novas formas de acumulação flexível do capital desde os anos 1970 e 1980. Ademais, a ideia de ganhos de produtividade e a ampliação da intensificação do trabalho tornaram o caminho da flexibilidade cada vez mais apelativo para as empresas, dado que incidem diretamente na efetividade da produção do valor.

Ainda, em grande medida a partir de questões ideológicas sobre a redução do Estado, a crítica sobre peso e custo da proteção social também abriu caminho para a demanda de flexibilização, que teve a regulação estatal como objeto de pressão e oposição. O regime de trabalho em tempo integral, a "jornada de trabalho padrão" se consolidou no século XX, em especial nos países industrializados. Sua característica, marcada pelo fordismo e taylorismo, é um modelo de trabalho uniforme e repetitivo, com oito horas ao dia, quarenta horas por semana e cinco dias de trabalho. É em relação a esse regime que a flexibilização, a partir dos anos 1970, marca uma alternativa. Diante da crise social e da ampliação do desemprego, o trabalho organizado acaba por ceder e incluir em suas demandas, para garantia de emprego da força de trabalho, ideais de flexibilização. Empregos de tempo parcial, horários de trabalho flexíveis, semanas comprimidas de trabalho são algumas das alternativas que se apresentam, nesse primeiro momento, em uma oposição ao trabalho padrão.

Nesse sentido, algumas mudanças afetam diretamente esse processo de regulação e se tornam iniciativas que vão sendo implantadas, minando as relações reguladas e ampliando o processo de flexibilização, a saber: a) redução do tempo do seguro-desemprego e das condições para manutenção do benefício; b) alteração das condições de demissão da força de trabalho, expandindo as formas de rompimento (e reduzindo os custos desse processo); c) desvalorização crescente do poder de compra do salário mínimo, envolvendo a negociação dos pisos salariais; d) estabelecimento, com chancela da regulação pública, da flexibilidade salarial e da jornada de trabalho; e) flexibilização das estruturas ocupacionais por meio de negociação coletiva, afetando, portanto, na capacidade de controle da esfera pública em torno dos processos de alocação do trabalho no mercado. Essas mudanças se tornaram, desde os anos 1980, um receituário liberal para empresas e governos sobre como prosseguir com a flexibilização em oposição à regulação pública. Por ser um processo que ocorre com a chancela do Estado, em conjunto com a representação trabalhista e as empresas, Burawoy denomina-o de "despótica-hegemônico" na medida que mantém a assimetria em relação ao capital e, com a condescendência das instituições reguladoras, restabeleceu-se o aumento da desigualdade na relação capital-trabalho.

Por isso, é em torno da flexibilidade pós-regulamentada que se organiza todo o processo de transformação do mundo do trabalho na atualidade. Como verificamos em

nossa pesquisa, com os dados empíricos coletados, todos os discursos, percepções e questões que apareceram advêm de uma explícita oposição colocada acerca do trabalho regular, a partir da experiência laboral dos trabalhadores pesquisados. Além disso, pelo lado das empresas, é interessante notar que esse discurso toma pitadas de choque, ou seja, de ameaça²¹. Aquilo que era uma alternativa se torna o único caminho possível, pois “As firmas que não incorporarem essa flexibilidade não sobreviverão” (ROSSO, 2017, p. 40). E esse “único caminho possível” vem recheado de promessas e potencialidades: ganhos de produtividade, maior satisfação do cliente, redução do absenteísmo dos empregados, estímulo moral aos funcionários, novas formas de remuneração e de recrutamento.

Concretamente, os primeiros passos do movimento de flexibilização em oposição à regulação percorrem três caminhos, que se tornaram base para as empresas e o mercado (ROSSO, 2017). O primeiro é a flexibilização numérica. A partir da readequação produtiva com a produção *just in time* e possibilidade de redução de equipes (*downsizing*) para empresas mais enxutas, a flexibilização numérica dá condições para empresas “crescerem ou reduzirem” de acordo com necessidades pontuais – ou seja, de projetos. Esse caminho é possibilitado por meio da flexibilidade de contratos e maior regulação em torno dos contratos temporários, de validade mais curta, além de menos encargos em torno da contratação e demissão da força de trabalho. A redução de quadro fixo ajuda a reduzir custos, e a própria contratação de trabalhadores temporais também à medida que, sem os encargos trabalhistas, a possibilidade de contratar e descontratar é mais barata (“menos burocrática”).

Outro caminho é o da flexibilidade funcional. Diante da redução dos quadros, há expectativa de que os empregados que ficaram possam desenvolver mais atividades, o que impacta tanto a dinâmica das horas laborais – com a possível extensão delas –, como a intensificação do trabalho. Para tanto, a regulação precisa ser alterada em relação a jornada de horas laborais, bem como a manutenção da desregulamentação de profissões a partir do enfraquecimento de sindicatos de categorias e ocupações. A ideia

²¹ Cornel West, em sua análise sobre os processos de *niggerization* e erosão da democracia diante do neoliberalismo, atribui como uma das características do mercado neoliberal (dominado pelo capital financeiro de Wall Street) a *gangsterização*: além da rapinagem (análogo à acumulação por despossessão) das classes trabalhadoras, há um constante tom de ameaça no diálogo público. Em certa medida, essa visão da ameaça como elemento de autoritarismo do capital também está presente na análise de Naomi Klein sobre capitalismo de choque, cf. West (2004) e Klein (2009).

de o trabalhador ser flexível e adaptável muitas vezes concerne, por um lado, a essa perspectiva de flexibilização e, diante da realidade de corte de empregos, esta se torna uma premissa quase obrigatória, gerando insegurança e angústia nos trabalhadores. Por outro lado, essa flexibilidade funcional também é esperada dos trabalhadores temporários: a possibilidade de resolver múltiplos problemas de uma só vez, em menos tempo (ou projetos), se torna expectativa da matéria "mercadoria trabalho", em que essa força flexibilizada passa a ser demandada.

O terceiro caminho é o da flexibilidade do tempo, que "permite grande variabilidade para as empresas, reduz a necessidade de horas extras, ajuda a evitar uma dependência excessiva de uma força de trabalho externa e aumenta o comprometimento dos trabalhadores com a empresa em função de maior controle sobre suas vidas" (ROSSO, 2017, p. 42). Esse controle se dá porque a mudança da estrutura do tempo impacta profundamente os indivíduos e a sociedade na medida em que grande parte do tempo de não trabalho está organizado em torno do tempo de trabalho, pois essa flexibilidade é menos sobre tempo disponível para trabalhadores do que tempo demandado pelas empresas para a produção. Para tanto, a alteração de regulação em torno do controle das horas laborais e a aceitação da desregulação de horas extras são, por exemplo, um caminho desejável.

Esses caminhos se tornam uma espécie de "remédio" para o mundo empresarial em adequação de seus interesses à reestruturação produtiva, seja concretamente por meio das decisões de negócio, seja ideologicamente por meio do discurso adotado sobre flexibilidade. É com esse receituário que uma série de demandas por reformas e reestruturação legislativa trabalhistas, além de sufocamento do poder de negociação da organização dos trabalhadores, são construídos pelo empresariado e seus representantes no cenário social e político. De acordo com Rosso,

Opera-se, atualmente, com uma concepção epistemológica diversa de flexibilidade, que destaca estratégias para as empresas obterem resultados satisfatórios na competição global. Desaparecem as preocupações com os efeitos positivos ou negativos sobre os trabalhadores, e a flexibilidade apresenta-se como aquilo que efetivamente ela é, a saber, um mecanismo de adequação dos trabalhadores às necessidades empresariais, donde procede a expressão 'trabalhadores flexíveis'. As diversas formas de flexibilidade passam a ocupar lugares estratégicos nas decisões empresariais de crescimento, expansão, desenvolvimento e sucesso nas competições. (ROSSO, 2017: 43-44)

Tais práticas em questão são, portanto, práticas que visam se opor a uma lógica de trabalho regulamentado padrão que, mesmo não sendo a realidade plena das jornadas padrão nesses países do Sul global, entraram por aqui nessa esteira. Enquanto no Norte global essas práticas foram o receituário do capital para a solução das crises – empunhadas pela crise do modo de acumulação –, no Sul global elas se tornaram estratégias perversas para dinamizar o processo de superexploração que já estava em curso, obstaculizando o crescimento do regime de tempo integral e impondo novas formas de exploração do trabalho por meio da desregulamentação dos contratos, das horas laborais e da intensificação do ritmo de trabalho. Conforme argumenta Rosso,

Flexibilizar a regulamentação significa alterar, de alguma maneira, os critérios e as condições já estabelecidas de exercício da atividade laborativa, de retirar in totum ou em parte a legislação anterior estabelecida. Desregulamentar ou flexibilizar a regulamentação consiste num processo de retirar direitos constituídos, de retirar vantagens maiores ou menores estabelecidas em favor dos trabalhadores, ou ainda de criar atalhos por meio dos quais os tempos e horários de trabalho se tornam mais adequados ao processo de acumulação de capital das empresas privadas (...) desregulamentar pressupõe recriar condições de aumentar a produção de mais-valor. (ROSSO, 2017, p. 65).

No contexto da flexibilização pós-regulamentada, dois eixos principais estruturam seu desenvolvimento, que abarcam os caminhos de flexibilidade anteriormente citados. Primeiro, a **flexibilidade quantitativa**, que se expressa pela flexibilidade numérica e se refere à possibilidade das empresas de ajustar flexivelmente o tamanho de seu quadro de subordinados a partir das necessidades específicas da operação. Nesse eixo, tanto a redução numérica (*downsizing*) como a ampliação de contratações flutuantes – como de temporários, para suprir demandas pontuais de acordo com momentos ou projetos – se complementam como estratégias. Ela possui, portanto, caráter interno, geralmente vinculado à variação da duração das horas, aumentando ou diminuindo conforme a necessidade de acomodação desse quadro variável. Nesse contexto, de maneira complementar às estratégias de *downsizing* e contratação de temporários, a jornada de trabalho pode ser fragmentada e reduzida de acordo com novos acordos que vão sendo estabelecidos.

Há também o eixo da **flexibilidade qualitativa**, que se manifesta tanto interna como externamente. Do ponto de vista externo, representa a substituição de contratações regulamentadas (padrão) por relações comerciais de prestação de serviços, conhecida como terceirização. Do ponto de vista interno, temos a flexibilidade funcional, ou seja, a necessidade dos subordinados de desenvolverem múltiplas tarefas,

dar conta de novas responsabilidades e serem multifuncionais, o que incide não apenas na intensificação do trabalho (e costuma ter reflexos também nas jornadas), mas também atravessa outras formas de flexibilidade, como salarial (mudança qualitativa das formas de pagamento) e de lugar (hibridização do espaço de atuação, geralmente com a extensão da casa).

A realidade brasileira desse processo teve algumas particularidades. Inicialmente, porque o processo de regulação pública, sobretudo com a CLT, teve maior natureza formal do que real, ou seja, apesar do estabelecimento de diretrizes da regulação em prol da jornada-padrão rígida, grande parte da força de trabalho não esteve incluída nela. A desigualdade já presente entre capital-trabalho se agudizou durante a ditadura civil-militar, na qual, mesmo diante do crescimento econômico, não ocorreu a distribuição de renda. Podemos afirmar que a natureza vigente da realidade brasileira, até antes das reformas e do peso do liberalismo dos anos 1990 para o processo de flexibilização, tinha sido de caráter despótico.

A liberalização econômica no Brasil teve reflexos pesados no mercado de trabalho, tendo o desemprego como um dos maiores deles, além do crescimento da informalidade e da desvalorização. No entanto, em discurso, governo e empresas justificaram esses resultados como oriundos da rigidez da regulação pública e da baixa qualificação da força de trabalho. Estava armado, assim, em condições concretas e discursivas, o cenário para a ampliação da flexibilização no país. De acordo com Dedecca (2009), a flexibilização da regulação pública sobre os contratos de trabalho no país partiu da instituição da remuneração por resultados (chamada de “PLR”, que significa participação nos lucros e resultados, que teve, por pressão do contexto, adesão de sindicatos), da adoção de jornadas de trabalho flexível (como banco de horas), do enxugamento das estruturas de cargos e salários (além da redução destes, o *downsizing*) e da regulamentação de jornadas em dias de não trabalho, como aos domingos. Em consequência disso, a implementação, com a chancela do governo, da redução das contribuições sociais para empresas de menor porte, de contratos por tempo parcial ou determinado e subsídio público ao emprego de jovens entraram no hall de demandas por flexibilização da regulação pública. Em outras palavras, ambos os eixos, da flexibilidade quantitativa e da flexibilidade qualitativa, tiveram lugar nas estratégias de desmonte da regulação trabalhista no país.

Esse processo não aconteceu, porém, sem conflitos. A partir de 2003, houve um esforço em conter esse processo, com ampliação da fiscalização de contratos de trabalho – para tentar coibir fraudes – e tentativa de frear abusos a partir da adoção de PLR e banco de horas, buscando fortalecer, por meio de uma reforma sindical, a organização dos trabalhadores e a negociação coletiva e até a adoção da agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para ampliar a discussão sobre trabalho decente. Não obstante, o ritmo e o processo de flexibilizações prosseguiram, especialmente com uma das características que mais demarcou os contratos de trabalho a partir desse período: o crescimento de contratos de serviços de natureza de pessoa jurídica como forma de contratação da força de trabalho. Sobretudo no setor de serviços e comunicação, foco desta pesquisa, a pretensa equiparação de trabalhadores a empresas, por meio do PJ e, posteriormente, do MEI, determinou uma relação de subordinação de trabalho totalmente destituída de proteção social, configurando como um dos alicerces mais estabelecidos de flexibilização da regulação pública. Nesse sentido, o trabalhador assalariado sofre uma transfiguração na figura do prestador de serviços, em que a forma de trabalho assalariado assume aparência de não trabalho: empreendedores, pejetizados, MEIs – um ideário mistificador do trabalhador sem patrão. É um novo patamar de subsunção real do trabalho ao capital, do aumento da superfluidade da classe trabalhadora.

No seio desse movimento, está um dos mecanismos que mais introjetou e possibilitou tais transformações, tanto quantitativas quanto qualitativas: a relação sobre o controle das horas laborais. É sobre ele que trataremos agora.

1.3.2 Relação com controle do trabalho e divisão de horas laborais

Sem dúvidas, a mudança nas condições de trabalho promovida pela flexibilização implicou novas perspectivas sobre como o tempo do trabalho pode ser preenchido. Ao mesmo tempo, impactou a maneira como os trabalhadores tiveram seu tempo fora do trabalho atravessado pelas demandas do capital, reconfigurando-os a partir das expectativas de intensidade e quantidade de tempo destinada ao trabalho. A análise empreendida por Sadi Dal Rosso (2017) nos ajuda a enxergar como a centralidade dos processos de flexibilização é explicitada quando analisamos o controle e a divisão das horas laborais, abrindo possibilidade para compreender tanto as formas assumidas da flexibilização no interior da valorização do valor, bem como a percepção

dos trabalhadores em torno de desejo de flexibilidade a partir de como as horas estão distribuídas.

A distribuição das horas laborais se refere aos horários nos quais o trabalhador executa suas tarefas. Ela difere da duração da jornada (ou “quantas horas dura o trabalho”) e também da intensidade laboral (ou “quanto de esforço o trabalhador despense em seu trabalho”), ao mesmo passo que tudo se relaciona como elementos importantes para a configuração das relações de trabalho. As horas laborais costumam ser a fronteira, no capitalismo, entre aquilo que se reconhece como tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Estabelecidas na relação entre empregadores e empregados, elas podem ser flexíveis e móveis ou rígidas e repetitivas, marcando o passo das configurações de trabalho nas diversas modalidades de trabalho.

No entanto, de qualquer um dos modos, os caminhos da flexibilização são da transformação do trabalho em tempo integral, geralmente promotor de direitos, para o trabalho flexível sem direitos. É essa reconfiguração que está em disputa. A realidade é que, na alocação dos tempos laborais, o regime flexível se torna uma fonte de desigualdades. Apesar da ideia de liberdade e autonomia, o que ocorre é o não controle da distribuição das horas laborais por parte dos trabalhadores flexibilizados. Na perspectiva de Rosso, é nessa questão da distribuição das horas laborais que se concentra o eixo fundamental para o entendimento da problemática do trabalho flexível quando submetida ao exame crítico da teoria do valor:

[a distribuição das horas laborais] produzem efeitos específicos e próprios sobre o valor das mercadorias e dos serviços e, conseqüentemente, sobre os processos de acumulação, mediante a redução, senão a completa retirada, dos espaços de não trabalho do interior das jornadas laborais e a incursão sobre novos tempos de não trabalho, agregando à esfera da mercadoria novos valores, tempos que costumeiramente seriam empregados em lazer, descanso ou o que quisessem os trabalhadores. (ROSSO, 2017, p. 85)

Em suma, a realidade moderna flexível transforma todo e qualquer momento de vida em um tempo rotineiro de trabalho. Segundo Rosso (2017), as modalidades flexíveis de distribuição das cargas laborais, em relação ao valor, são: 1) horas extraordinárias, as horas adicionais às jornadas regulares padrão, que prolongam a jornada e, assim, o tempo de trabalho excedente; 2) o trabalho em tempo parcial, que reduz o tempo morto de trabalho e a percepção de exaustão (de longas jornadas), além de ser eficiente para a intensificação do trabalho – dado que os trabalhadores farão em menos tempo quantidade igual ou maior de trabalho; 3) trabalho temporário, que

também possibilita a intensificação e reduz o tempo morto, bem como supre necessidades especiais de força de trabalho, que não são atendidas pelo quadro fixo; 4) trabalhos aos fins de semana, que absorve tempos de não trabalho para dentro da dinâmica do processo de produção; 5) trabalhos em dias de feriados ou noturno, que possuem função parecida com o anterior, de ampliar tempos laborais disponíveis; 6) banco de horas, que reduz despesas com horas extras, custos de trabalho, bem como reduz tempo morto de trabalho; 7) contratos anuais de trabalho com uso flexível das horas, que tanto reduz o tempo morto como colabora com a produção de valores, aumentando o tempo excedente.

Tais modalidades caracterizam, portanto, três situações essenciais nessas relações de trabalho. Primeiramente, da generalização do modelo de inspiração toyotista do *just in time*, ou seja, da adequação do trabalho e carga laboral às exigências de valorização do capital, deslocando o trabalho de tempo integral para horários convenientes ao negócio. Tal movimento implica em uma redistribuição das equipes e subordinados em novos tempos (extra ou fora do tempo de trabalho) para a realização laboral. Em seguida, ocorre o inegável alongamento das jornadas, especialmente com as horas extras, que têm efeito de ampliar o mais-valor absoluto. De fato, com o acréscimo de horas é possível ampliar o tempo excedente, ir além do tempo necessário para cobrir o custo da reprodução da força de trabalho. Ainda, e talvez um dos mais dramáticos efeitos para os tempos atuais, tem-se a transformação de horas não laborais em tempos de trabalho, promovendo a mercadorização de todo o tempo e espaços da vida e fomentando uma subsunção real ao capital.

A invasão do tempo de trabalho em outras esferas promove uma diluição da organização da classe trabalhadora – em sua totalidade, pois atinge não apenas os trabalhadores per si, mas também seus familiares, comunidades e toda organização social que é estruturada a partir do tempo de trabalho – em relação a outros tempos, como tempo de lazer e tempo de ócio. O tempo de lazer já sofre transformações anteriores ao processo de flexibilização, quando esse tempo se transformou, conforme indicou Adorno (2006), em sua reflexão sobre tempo livre e consumo, dado o fato da indústria cultural pregar esse momento como forma de retroalimentar o capital. O trabalhador e sua comunidade já se apropriam desse tempo consumindo mercadorias em circulação, tendo seu modo de vida baseado no trabalho e no consumo.

Já o tempo de ócio, ou fruição, se torna, no contexto do neoliberalismo, uma nova fronteira a ser explorada. Ele tem sido apropriado também pela dinâmica do consumo²², mas é especialmente esse tempo que se torna desestabilizado pelas novas formas de integrar o trabalho. A jornada padrão, a partir do que se estabeleceu em marcos legais, contém entre 40 e 44 horas semanais. Ela demarca, portanto, dois caminhos de flexibilidade dos tempos laborais: os de horas extraordinárias, que passam de 45 horas semanais, e os de horas insuficientes, que estão abaixo de 39 horas semanais. O processo de flexibilização pode apontar para essas duas direções. É a fronteira dos 3 “8s” (8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 horas de ócio/descanso) que a flexibilização das horas laborais desmantela.

Ainda assim, é possível notar um padrão interessante na configuração do mercado brasileiro. Conforme analisa Rosso (2017), há uma padronização da jornada de trabalho a partir do jornada-padrão; ou seja, há um processo de convergência do mercado (incluindo empregadores) para atuarem dentro da jornada-padrão. Com a flexibilização, há um movimento de drenagem crescente de autônomos e pessoas que trabalham por conta própria para o sistema de assalariamento. No entanto, paradoxalmente (e em oposição ao que tratamos acima), essa organização ainda se dá nos parâmetros da jornada padrão.

Acreditamos que o que ocorre é que a jornada padrão ajuda a organizar o processo de recrutamento do trabalhador flexível para o modo assalariado como pertencente à dinâmica de subordinação a partir da organização de sua vida. Essa inclusão, mobilizada por um elemento simbólico dessa jornada, gera a sensação de integração. Porém, diante dessa configuração, a flexibilidade funciona como modo que parece espelhar, para o trabalhador, maior controle (leia-se autonomia) sobre suas horas laborais, ou seja, reflete a aparência das relações que corrobora a adesão desses trabalhadores flexibilizados, os quais, cada vez mais destituídos de direitos, aderem volitivamente à dinâmica a partir da aparência de maior liberdade.

²² Em 2017, o ex-CEO da plataforma de streaming Netflix, Reed Hastings, uma das mais populares mundialmente, mencionou que o grande concorrente de sua empresa é o sono dos consumidores, ou seja, o fato de que as pessoas precisam dormir é o que tira o tempo delas de consumirem mais e mais seus produtos. A fala se casa com a analogia trabalhada anteriormente por Jonathan Crary (2016), em *24/7*, no qual analisa que a última fronteira do capitalismo são as necessidades biológicas, entre elas o sono. Sobre a declaração do CEO do Netflix, ver <<https://www.fastcompany.com/40491939/netflix-ceo-reed-hastings-sleep-is-our-competition>>. Acesso em out. 2022.

Não é por menos – como já demos uma pista no início deste capítulo – que as verbalizações positivas em relação ao trabalho autônomo flexível por parte dos pesquisados gira fortemente (de maneira direta e indireta) em torno do tempo laboral. A ideia de que possuem mais autonomia a partir da flexibilização das horas laborais aparece como grande atributo em ser *freelancer*.²³

Esse processo pode ser percebido no interior do contexto do trabalho de conhecimento. Em termos de flexibilização, tendo a prevalência da jornada-padrão como referencial, há movimento para jornadas reduzidas (abaixo de 39h semanais). De acordo com Censo 2010 (IBGE), ainda que haja concentração de trabalhadores no setor de informação e comunicação – no qual se inserem os profissionais do campo da indústria criativa – atuando na jornada padrão (56%), há indícios tendenciais de que a flexibilização atinja jornadas reduzidas (que possui 23% de profissionais nesse regime). Como aponta Rosso,

O setor de informação e comunicação é conhecido pela flexibilidade das jornadas reduzidas de trabalho. A característica fundamental do trabalho flexível de jornadas insuficientes, algumas horas por semana, trabalho temporário, diárias e estágios é preencher tempos mortos, adequar a oferta de mão de obra a sua demanda e intensificar o labor para que renda mais com menos horas de trabalho e pagamento. (ROSSO, 2017, p. 196-197)

Isso implica não em menos trabalho, mas em mais, com a necessidade de buscar múltiplas fontes de renda, que corrobora outro processo essencial da flexibilização: o de ocupar tempos de não trabalho pelo trabalho²⁴. Diante da insuficiência de trabalho, a pessoa estará disponível para quando houver, implicando possibilidade (e até desejo) de ocupação de todo o tempo para tal. Assim, a questão central dinamizada pela distribuição flexível das horas laborais é a intensificação e a aceleração do ritmo de trabalho. É nessa intensificação no trabalho de conhecimento que encontramos as formas de extração do mais-valor na medida que os trabalhadores são implicados de uma maneira mais totalizante na relação de trabalhador, levados a exaurir ao máximo, dentro do mínimo, sua força de trabalho. Segundo Rosso,

A essência da intensificação do trabalho está naquilo que realmente ela é: maior quantidade de trabalho. Ao relacionar intensidade com flexibilidade de

²³ Voltaremos a trabalhar mais detidamente sobre esse tópico no capítulo 3.

²⁴ “Sob o manto da flexibilidade de horas reduzidas – donde procede o fetichismo da flexibilidade laboral –, esses setores de atividades escondem a precarização do trabalho, a heteronomia do controle sobre a decisão do número das horas trabalhadas, a desigualdade da atribuição das cargas laborais segundo gênero, cor, idade, classe, a desigualdade de remuneração e suas inúmeras consequências, o trabalho em horários indesejados por ‘não-sociais’, entre outros problemas suscitados” (ROSSO, 2017, p. 205).

horários, a flexibilidade resulta como importante condição para intensificar ainda mais o trabalho. Com efeito, as formas de trabalho flexível criadas com as políticas neoliberais de emprego envolvem grande número de atividades de tempo parcial, diárias, substituições emergenciais, contratos com vigência determinada, e casos semelhantes não promovem a exaustão regular e continuada do trabalhador da mesma maneira que as distribuições de horários rígidos. (ROSSO, 2017, p. 106-107)

É também em torno da distribuição das horas laborais que se organizam múltiplas formas de contrato e relação entre a força de trabalho e as empresas, sob a flexibilização. É deste tópico que trataremos adiante.

1.4 - Múltiplas formas que a flexibilização assume no setor de informação e comunicação

Comprendemos até aqui como a flexibilização estabeleceu uma alteração estrutural das relações de trabalho, em especial na sua oposição à regulação do trabalho, modificando a distribuição das horas laborais como forma de intensificar e acelerar o ritmo de trabalho. É preciso, no entanto, mergulhar nas múltiplas formas que esse processo assume em termos contratuais e que podem ser verificadas no mundo do trabalho. Nosso foco será o trabalho de conhecimento na medida em que reflete a realidade dos dados empíricos analisado no campo desta pesquisa.

A realidade traçada pelas transformações no mundo do trabalho pode ser verificada em diversas áreas do trabalho de conhecimento (ou imaterial)²⁵ e converge com o que captamos na indústria criativa. Além da própria indústria criativa, conectada com o setor de informação e comunicação, encontramos modalidades convergentes em setores próximos, como a da indústria da tecnologia da informação. A partir do trabalho da socióloga Bárbara Castro (2016), focado no universo do trabalho informacional das Tecnologias de Informação (TI), a descrição dos quadros nos parece pertinente aqui para aproximarmos do campo pesquisado porque, de certo modo, ainda são escassas na realidade brasileira as análises sobre a flexibilização do trabalho focada somente na

²⁵ No próximo tópico deste capítulo (C), analisaremos as configurações do trabalho de conhecimento e questões em torno da nomeação.

indústria criativa. Por isso, utilizaremos essa aproximação, apontando, no entanto, quando as diferenças se fizerem presentes.²⁶

É mister observar as transformações que engendraram um mundo empresarial bastante pulverizado, com ampliação da vocação em prestação de serviços como parte do processo de acumulação flexível. Este é um movimento que também ocorreu em todo o setor de informação e comunicação:

Essa organização empresarial, aliada ao cenário de redução e individualização dos direitos, produz uma identidade profissional que é tratada como natural ao setor. Trabalhar jornadas extensivas e intensivas de trabalho (invadindo finais de semana e feriados), ter uma rotina imprevisível, deslocar-se constantemente na cidade ou entre cidades para atender clientes, trabalhar de casa e ter um contrato que fraudas relações de trabalho (em especial, PJ) é tido como norma no setor. O trabalhador ideal (...) deve estar disposto a se dobrar a essas regras informais para construir uma carreira na área. (CASTRO, 2016, p. 9)

Os efeitos da flexibilização no setor de informação e comunicação atingem as esferas da remuneração, as jornadas de trabalho, as formas de contratação e alocação do trabalho. Na questão da remuneração, há determinação de processos de negociação individual – ou seja, sem composição de classe, como via sindicatos e entidades representativas²⁷ – para remuneração e benefícios, ao mesmo passo que a lógica da remuneração variável (baseada na quantidade de horas trabalhadas), conectada também com a mudança das formas de contratação (como Pessoa Jurídica²⁸, por exemplo), se dissemina mais.²⁹

Em relação ao tempo de trabalho, a flexibilização ganha espaço de regulação a partir dos anos 1990, como mencionamos acima, com a introdução de elementos como banco de horas, regulamentação do contrato parcial, liberação de trabalho aos domingos

²⁶ No caso do estudo de Castro, ela analisa o TI não como setor, pela amplitude de atividades, mas a partir das ocupações. No caso da indústria criativa, esse caminho analítico também ajuda a circunscrever o objeto, como veremos no capítulo 3. No entanto, estamos tratando de um "campo" que é simbolicamente constituído e que agrega concretamente diversas ocupações que giram em torno da lógica de trabalho deste campo.

²⁷ O que verificamos durante a pesquisa acerca da indústria criativa é que a dificuldade do processo de organização da força de trabalho envolve a barreira da categoria e da ocupação. Por ser um campo que se estrutura a partir de múltiplas ocupações, havendo, portanto, uma identidade mais conectada com o campo de atuação do que com a categoria em si, a constituição do processo de negociação coletiva se torna mais complexa. Porém, a partir das condições de contrato, há alguns experimentos sendo realizados, como a Guilda, uma proposta de sindicato voltado para *freelancers* produtores de conteúdo. Abordaremos mais sobre esse tema no capítulo 5.

²⁸ Doravante PJ.

²⁹ Vale ressaltar que, no campo da indústria criativa, essa remuneração variável atende mais pelo apelo "por peça", ou seja, há uma remuneração variável baseada em projetos – vamos discutir isso mais à frente no capítulo 3.

– prática restrita ao comércio varejista, mas que abre brechas para sua expansão em outros setores –, contratos temporários e terceirização. A própria lógica de contratação flexível vai ganhando mais fôlego, tornando-se uma “norma” no setor a partir desse período. Há crescimento de figuras como PJ, cooperativas, sócio, parcerias, autônomo, estagiário, trabalhador em domicílio e o *freelancer*.

Um elemento importante que colaborou para esse quadro na realidade brasileira é como essa regulação da flexibilização teve base estatal a partir da oposição à regulação trabalhista para estimular a formação de um *habitus* de individualização entre os trabalhadores (CASTRO, 2016). Esse cenário se inicia nos anos 1990, mas ganha força nos anos 2000 por meio de programas de estabelecimento de microcrédito e processo de “regularização da informalidade”, com incentivo à criação de micro e pequenas empresas com sistema Simples e MEI (Micro Empreendedor Individual). O Simples, dos anos 1990, fez um processo de unificação de obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias para uma faixa de faturamento de até R\$ 2,4mi³⁰, o que, de maneira geral, promoveria mais incentivo à criação de empresas. Já o MEI, mais voltado para o trabalhador informal que precisaria se regularizar, é um programa que estimula o trabalhador por conta própria a se legalizar como pequeno empresário³¹. Em outras palavras, é a ideia de que a política de geração de renda e trabalho poderia ser construída a partir do empreendedorismo, substituindo a empregabilidade pelo auto-emprego.

Na prática, tanto o Simples quanto o MEI estimularam a “inundação” de trabalhadores (quando formalizados) que se tornaram “eu-empresas” e atuam no mercado de trabalho de maneira assalariada prestando serviços, mas com vínculos empregatícios (direitos e benefícios) oriundos dessas novas formas de regulação.

³⁰ Na atualidade, 2022, esse valor é de R\$ 4,8 mi. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em out. 2022).

³¹ O limite de faturamento anual do MEI é de R\$ 81 mil, cf.: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>> Acesso em out. 2022).

Ademais, a flexibilização da regulação trabalhista³² acabou por se tornar um mecanismo de conversão à flexibilidade de quem já tinha vínculo empregatício³³, isto é, no limiar, para conversão de empregados em regime padrão regulamentado para sujeitos flexíveis às novas dinâmicas de padrão flexível: “(...) a Pessoa Jurídica que deriva dessa Lei na verdade não passa de uma Pessoa Física que, para conquistar o trabalho, abre uma empresa” (CASTRO, 2016, p. 32).

A partir desse quadro, há uma série de modalidades de vínculo trabalhista, a partir do que está categorizado pela legislação, que pode mapear as relações de trabalho no setor de informação e comunicação. São elas: CLT, Pessoa Jurídica Individual (PJ) ou limitada (LTDA), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, estagiários, trabalhadores informais (dentro do qual há parte dos *freelancers*³⁴) e pseudo-sócios. O ponto central aqui é perceber que há um processo crescente de relações trabalhistas determinadas a partir de contratos sem regulação, o que, como mostram as pesquisas, tende a informalizar e precarizar o mercado de trabalho.

No interior desse quadro, há cada vez mais jornadas laborais baseadas em projetos, nos quais o desenvolvimento de um serviço contratado por um cliente é denominado por ter um objetivo específico e um ciclo de vida definidos previamente, com duração também variável, a depender da complexidade e da demanda da empreitada. É nesse contexto do trabalho por projetos que a contratação de trabalhadores temporários (como PJ, *freelancers* etc.) entra em voga, fomentado pela terceirização, que foi uma das grandes responsáveis pelo aumento da jornada de trabalho de autônomos e PJs. Tempo comprimido, altas demandas (para atender projetos em menos tempo e gradativamente mais baratos), além da competição com outros

³² Desde anos 1990, houve pressão intensa do empresariado e setores liberais para reformas na regulação do trabalho. A partir dos anos 2000, eles obtiveram algumas “vitórias”, além da criação do Simples e da MEI, como a Lei do Bem (Lei n. 11.196), que criava um regime diferenciado de tributação para exportação de serviços de tecnologia da informação e, dentro dela, abriu precedente para liberação de contratação de PJ para vínculo de prestação de serviços – que teve impacto no setor de informação e comunicação; e a Reforma trabalhista de 2017, do Governo Temer, que estabelece uma série de precedentes para terceirizações, trabalho temporário, intermitente, entre outros, cf. Castro (2017); Antunes (2019).

³³ “As medidas que visavam facilitar a formalização de trabalhadores por conta-própria, levando a eles acesso a direitos trabalhistas, também autorizou o rebaixamento de vínculo de trabalho formal para muitos trabalhadores das empresas criativas” (Castro, 2016, p. 34).

³⁴ Essa categorização, na concretude do campo, não se configura desse modo. O que verificamos, conforme explicitaremos no capítulo 3, é que o *freelancer* configura um vínculo de trabalho autônomo que pode ser tanto PJ quanto informal.

profissionais para acessar oportunidades de projeto, constroem um cenário cada vez mais evidente de precarização.

O que ocorre no setor de informação e comunicação, como foi explicitado na pesquisa de Castro (2016), converge com a perspectiva encontrada em nossa pesquisa, a saber: à medida que condições de flexibilização avançam, cada vez mais profissionais qualificados são inseridos no contexto de precarização. São profissionais que possuem Ensino Superior e que estão constantemente evoluindo e desenvolvendo suas técnicas por meio de cursos e aprimoramento e que, diante desse cenário, precisam comprovar de forma constante sua relevância para que não sejam descartados. É um processo social de institucionalização da instabilidade que atravessa esses trabalhadores e setores de atuação.

Diante da flexibilização, esses contratos flexíveis vão sendo "naturalizados" no discurso dos trabalhadores como condição *sine qua non* para trabalhar. Os cinco vínculos empregatícios flexíveis que se destacam são: CLT Flex, cooperativa, PJ, pseudo-sociedade e informal. De certo, encontramos as cinco presentes na indústria criativa, mas voltaremos foco aqui para as formas que mais atravessam a experiência e a trajetória dos trabalhadores de conhecimento autônomos que estudamos: PJ e informalidade.

Sobre Pessoa Jurídica (PJ), é importante entender que sua derivação advém do processo de terceirização. Diante de demandas de uma empresa (geralmente uma grande empresa), ao invés de realiza-las internamente, esse trabalho ou atividade é atribuída a uma outra empresa – que pode ser uma empresa *stricto sensu* ou um prestador de serviço. O que configura o modelo de contrato flexível do PJ é a transformação do trabalhador em uma empresa prestadora de serviços. Nesse sentido, seja como empresa individual (EIRELI³⁵ ou MEI), ou limitada (LTDA, que pode ter sócios, mas nem sempre é o que ocorre), esse trabalhador trabalha para clientes de maneira "entre empresas". No entanto, aquilo que na aparência é uma relação entre empresas se configura, na verdade, como uma burlagem à legislação trabalhista, uma vez que são trabalhadores-com-CNPJ atuando na prestação de serviços. Ainda, vale ressaltar, em

³⁵ A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) foi criada em 2011 e traz a possibilidade de ter um CNPJ sem a necessidade de outros sócios (como no caso da LTDA), além da diferenciação entre os bens da pessoa física e jurídica, ou seja, de dissociação de ambos. O faturamento máximo é baseado no regime Simples, de R\$ 4,8mi.

relação aos profissionais em questão, que estamos nos referindo a processos de “quarteirização”, pois em grande parte esses trabalhadores prestam serviços a outras empresas (pequenas e médias) que, por seu turno, atendem grandes clientes. No caso das LTDA, há um mecanismo de manobra que também ocorre, de modo a minimizar riscos da fiscalização trabalhista: obrigar o trabalhador prestador de serviços a utilizar tal modalidade, ampliando a sensação de legitimidade da transação empresa-empresa. Quando não abrem empresa, há possibilidade de os trabalhadores que precisam da emissão de notas comprarem de amigos, familiares ou empresas (chamadas “empresas macacos”, algo que caracteriza fraude, vale ressaltar) que vendem notas.

Na prática, o que ocorre é a redução de encargos tributários e trabalhistas para as contratantes, bem como a possibilidade de estipular jornadas de trabalho desatreladas dos limites regulamentados (incluindo a não-remuneração de horas extras) e a negociação de contratos de prazo reduzido, conectados com “projetos”. A remuneração varia por projeto, e o tempo alocado nesse trabalho pode assumir uma dinâmica de assalariamento, ou seja, de uma subordinação na qual o trabalhador autônomo, mesmo sem laços empregatícios regulados, precisa prestar conta de tempo e jornada para o empregador (chamado de cliente). Essa relação institui peso nas jornadas e tempos laborais, mas também na própria substância do trabalho no caso do trabalho de conhecimento, no qual a interferência direta do cliente pode impactar no produto que será realizado.

Esse controle, seja do tempo, das formas de remuneração ou mesmo do produto, impõe uma condição desconexa com o discurso sobre trabalho flexível acerca de suas potencialidades, ou daquilo que atrai o trabalhador para que adote (ou prefira) tais modalidades de trabalho. Há um constante sentimento de cobrança (de se sentir cobrado como um funcionário regular) e também de competição (entre os trabalhadores PJtizados, e os regulares, CLT)³⁶ em que a sensação de estagnação e desvalorização do trabalho se torna um forte componente entre esses trabalhadores de conhecimento

³⁶ Um dos conflitos que surgem, além das questões relativas à jornada ou gestão do trabalho, é a relação estabelecida em certos contextos de trabalho entre os PJs e os CLTs: “(...) o cotidiano de trabalho que se passa alheio aos colegas da mesma empresa, causando uma sensação de isolamento, e o sentimento de não pertencimento ao ambiente de trabalho ao qual se está alocado, muitas vezes reforçado por ações do setor de Recursos Humanos, que diferencia os benefícios a serem recebidos pelos trabalhadores assalariados e PJs. A diferença de status entre trabalhadores PJ e CLT, quando os primeiros são prestadores de serviços vindos de outra empresa, causa constrangimento e sofrimento aos trabalhadores e trabalhadoras” (CASTRO, 2016, p. 156).

(CASTRO, 2017). Há grande convergência com essa situação também na indústria criativa, como verificamos em nossa pesquisa. A sensação de que estão sendo feitos de “funcionário” gera atrito direto com a expectativa de liberdade e autonomia dos trabalhadores autônomos; no entanto, isso parece ser visto não como problema do “empregador”, mas do cliente para quem a pequena ou média empresa está prestando serviço.

Por outro lado, para os trabalhadores os contratos flexíveis parecem, em sua percepção, trazer algumas possibilidades de controle do tempo. Como mencionamos acima, o controle da distribuição das horas laborais é central no processo de flexibilização. Na visão dos trabalhadores, levados a ignorar outras questões que envolvem os vínculos flexíveis, a possibilidade de certa margem, se comparado com a realidade do trabalho de jornada padrão regular tido como rígida, leva à percepção de que esse controle é viável, em grande medida, pelas negociações individuais com outros pares ou mesmo clientes. De fato, essas negociações não se caracterizam, concretamente, como grande ganho nem inviabilizam o processo de precarização dos flexibilizados, mas podem dar sentido à dimensão volitiva que o pejetizado possui em relação ao trabalho. Como Rosso argumenta, “(...) a distribuição flexível, até mais do que a rígida, exerce um efeito de fetiche, no qual o trabalho não parece estar presente e o valor ‘tem todo charme de uma criação do nada’” (ROSSO, 2017, p. 104).

O processo de flexibilização não é dado. Mesmo com tais formas “fixas”, ou pelo menos reconhecíveis, há remodelamentos e adaptações constantes nesses vínculos, como o PJ *Flex*. Inspirado na ideia (também já flexibilizada) do CLT *Flex*³⁷, o PJ *Flex* recebe “parte do valor combinado pelo seu trabalho em contraprestação de nota fiscal, parte como o que se convencionou chamar de ‘auxílios’ ou ‘benefícios’” (CASTRO, 2016, p. 151). Tais adaptações, que sugerem até uma distinção entre PJ *Full* (que seria o PJ convencional) e modalidade *Flex*, indicam não apenas processos de burlagem, mas especialmente o modo de assalariamento que assume tais vínculos, uma vez que não faria sentido uma “sociedade empresarial” (entidade) obter benefícios ou auxílios – o

³⁷ A modalidade burla a legislação trabalhista na qual o trabalhador é registrado como CLT, mas com menor jornada. Assim, outra parte de sua remuneração é paga informalmente, seja com bônus ou reembolso de gastos. Geralmente, é uma forma utilizada para manter vínculos formais, mas burlar os custos cheios de uma contratação formal.

que é para Pessoa –, apontando, assim, como esses modelos estão mais conformados para estruturação de relações assalariadas flexibilizadas do que entre empresas.

Há ainda outras adaptações em torno do vínculo flexível de PJ aplicadas, como o PJ *horista*, que tem contrato fechado a partir de horas determinadas; o PJ *Flex*, no qual parte da nota é remuneração e outra parte vem de notas de auxílios e benefícios (alimentação, transporte e outros serviços); e o PJ *Full* (nota cheia), que tem remuneração integralmente emitida na nota e pode ter outras formas de contrato (para além de horas trabalhadas). Em nosso campo, a modalidade mais presente percebida na indústria criativa é da PJ *Full*, que assume tom de “naturalidade”: “*assim que as coisas são mesmo*”³⁸. Como ressalta Castro,

Um aspecto que merece destaque é o fato de que com uma exceção, o contrato [modalidade PJ] não aparece como escolha ativa na fala desses profissionais, mas como uma imposição que parte do empregador para baratear os custos do trabalho. A sensação de inevitabilidade da prática, dado sua ubiquidade, os leva a desenvolver argumentos que justifiquem as vantagens que podem obter nessa relação de trabalho. (CASTRO, 2016, p. 155)

Como trataremos mais à frente, é esse processo de justificativa que constitui a racionalização do discurso sobre trabalho flexível, que exploraremos nos capítulos subsequentes, fundamental, em nossa análise, para compreender como as contradições presentes no processo de degradação do trabalho, a partir da flexibilização, determinam a deterioração subjetiva desses trabalhadores.

Antes de tratarmos sobre a modalidade do trabalhador informal, vale ressaltar que encontramos – em menor grau, mas é importante trazer mesmo assim – a modalidade pseudo-sociedade. Ela também aparece como uma forma de burlagem da fiscalização, mas soa *mais forte* para trajetória de profissionais que se encontram nela. Questões como busca por valorização da experiência e reconhecimento e certo sentido de promoção do status estão por trás dessa forma de contrato no qual o trabalhador se torna parte do estatuto da empresa como um “acionista” (bem minoritário). Essa modalidade talvez é uma das que carreguem mais efetivamente a introjeção da racionalidade neoliberal flexível porque, além dos elementos envolvendo valorização, há demanda pela “adoção da visão da empresa” por parte do corpo de sócios e clientes.

³⁸ Essa frase foi repetitiva diversas vezes por vários dos entrevistados no campo.

O importante aqui é que essa posição (status, reconhecimento) acaba superando a questão que envolve condições formais de trabalho, bem como direitos e benefícios.

Na modalidade “sem contratos”, ou informais, aparecem profissionais *freelancers*, autônomos e informais. A definição desse tipo de contrato flexível é a própria inexistência de contrato de regulação, seja flexível – como PJ – ou não, que pode ocorrer na construção de uma rede de prestadores (autônomos) e remuneração feita sem prestação de conta de notas fiscais. Ainda assim, configura-se como “contrato” porque há estabelecimento de uma relação de trabalho, mas que passa à margem da regulamentação.

Vale destacar que a informalidade aqui difere da abordagem mais ampla, que costuma conectar informalidade com baixa qualificação. No caso do nosso campo na indústria criativa, a qualificação é um pressuposto para participação e manutenção na área de atuação. Assim, padrões mais elevados de remuneração podem ser instituídos sem deixar de expressar precarização, uma vez que há uma relação de subordinação, mas destituída de direitos e benefícios ao trabalhador. Os modelos de trabalhadores informais que aparecem é o autônomo sem contrato, o *freelancer* que não emite nota (e também não é autônomo nem PJ) e o trabalhador sem vínculo algum de trabalho.

É importante também demarcar que o modo como estamos trabalhando com a categoria “*freelancer*” envolve tanto PJs (ou seja, que possuem regulação flexível), quanto informais (que não estabelecem nenhum tipo de regulação). O que percebemos é o crescimento de padrões flexíveis na atuação desses profissionais de maneira assalariada, mas em grande medida ainda ancorados na modalidade de PJ. Ainda assim, vimos também uma narrativa próxima à que Castro destrinchou:

O mais comum às narrativas acessadas para este livro, era que essa maneira [informal] de inserção na esfera produtiva se desse de modo temporário, passageiro, como uma espécie de transição para outra etapa em que houvesse algum tipo de relação contratual ou o investimento efetivo em uma carreira empresarial, em caso de desemprego, pedidos de demissão ou início da vida profissional. (CASTRO, 2016: 167)

Uma das formas mais próximas dessa informalidade, no processo de assalariamento e precarização, é o *freela fixo*. Nessa modalidade, há prestação de serviço informal por tempo indeterminado, que pode gerar rompimento ou estabelecimento de um contrato. A relação e a gestão da jornada de trabalho assumem a feição de subordinação regular, mas nenhum vínculo formal se estabelece. Esse tipo de

modalidade, que pode, como mencionamos acima, comportar o pejotizado, tende em caráter informal a capturar trabalhadores com menor experiência ou no início da carreira. É na captação da experiência e qualificação, mas sem vínculos que tragam algum suporte ao trabalhador, que vamos encontrando novas formas de exploração, como a noção de *Hope labour*.³⁹

A percepção dos trabalhadores quantos aos contratos flexíveis é moldada pela oposição aos contratos formais, mais especificamente embebida pelo discurso em torno do individualismo e do ideal de empreendedorismo, o que envolve noções de auto-disciplina, auto-gestão e curto prazo, perspectivas que aproximam cada vez mais esses trabalhadores da visão dos empregadores. Há certa deturpação sobre o que significa CLT e trabalho regulado em muito desses trabalhadores (inclusive por experiências de flexibilização), que não atribuem estabilidade e segurança à regulação do trabalho, além de haver quase um fatalismo acerca da flexibilização, algo como “*é assim mesmo que tem que ser*”. Dessa maneira, a percepção desses trabalhadores se estrutura em pares de oposição, que remontam às contradições presentes em suas experiências, como “estabilidade e instabilidade”, “segurança e aventura”, “tranquilidade e angústia”.

Não obstante a percepção desses trabalhadores, a realidade fundamental desse modelo de desenvolvimento pautado na flexibilização submeteu a força de trabalho a uma precarização constante, a partir de relações laborais que aferem poucos direitos e ganhos. Nas palavras de Ruy Braga, o “(...) emprego precário sob forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços via pessoa jurídica (PJ) e terceirização tornou-se parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado” (BRAGA, 2017, p. 167).

Alguns dados ajudam a circunscrever essa realidade de precarização: em média, os trabalhadores terceirizados no Brasil recebem 24,7% a menos por renda que contém 7,5 horas a mais na jornada semanal e têm taxa de rotatividade 53,5% superior à de trabalhadores contratados⁴⁰. De certo modo, o trabalhador terceirizado é uma síntese da nova precariedade que se enraizou no regime de acumulação pós-fordista. Vale notar, como nos últimos movimentos após 2016 em relação às reformas, que essa modalidade

³⁹ Conceito que significa “trabalho por esperança”, quando o trabalhador executa o trabalho sendo sub ou não remunerado com a esperança de que ser contratado ou de ter visibilidade (para, então, conseguir mais trabalho). Vamos explorar essa noção mais adiante, quando discutirmos processos de degradação.

⁴⁰ Dados citados em Braga (2017, p. 169) a partir de outras pesquisas sobre terceirização no Brasil.

antecede formas mais degradantes de trabalho assalariado que vão ganhando espaço no mercado nacional, como o trabalho intermitente e o trabalho subordinado contratado por PJ.

Essas modalidades dão forma, portanto, às relações de trabalho constantemente presentes no setor de comunicação e informação. De todo modo, é preciso recortar as especificidades sobre trabalho de conhecimento. Trataremos desse tema na sequência.

1.5 Quem perdeu? O trabalho de conhecimento no centro da questão

Os processos de flexibilização do trabalho atingiram o mercado em sua totalidade, mas há algumas particularidades desse processo que atravessam a experiência dos trabalhadores de conhecimento, como vimos acima. A expansão da pejetização e a modalidade freelancer (seja ela pejetizada ou informal) fazem parte da realidade que acomete uma série desses trabalhadores.

Há, no entanto, certos desafios para abordar trabalhadores imateriais. Apesar de haver um esforço da teoria social nos últimos tempos, especialmente pelo crescimento do setor de serviços nas economias ocidentais, em tratar desse recorte, ainda é um tópico a se desvendar a partir de dados empíricos e suas complexidades. Uma vez que o objeto desta pesquisa são trabalhadores do campo da indústria criativa, faz-se necessário circunscrever melhor as definições que demarcam o que estamos falando quando utilizamos o termo “trabalhador de conhecimento”, ou “trabalhador imaterial”.

A escolha pela indústria criativa reforça o olhar para os movimentos em torno da flexibilização, em sua degradação promovida do trabalho, de um ponto de vista mais próximo do que o setor de comércio ou de gerenciamento. Apesar do trabalho imaterial produzido por tais profissionais, o produto do seu trabalho (e, portanto, a dinâmica de acumulação e exploração) é representado ali, mas em um aspecto diferente, por sorte, do trabalho industrial. O trabalho de conhecimento traz o desafio de olhar para o trabalho imaterial como nova fronteira da exploração do trabalho e incremento do mais-valor, refletindo, seguindo as pistas oferecidas por Ursula Huws (2017), Antunes & Braga (2009), Antunes (2018) e Rosso (2017) acerca do aumento da mercadorização no setor de serviços – como aponta Huws (2017, p. 219), “com a inventividade

aparentemente inexaurível do capital, cada área da atividade humana torna-se a base para novas mercadorias lucrativas”. Vamos tratar sobre isso neste tópico.

Um dos trabalhos seminais sobre trabalho imaterial é de Andre Gorz (2005). Na perspectiva de Gorz, trabalho imaterial está ligado ao fornecimento de serviços e à mudança na hegemonia de trabalho. É o trabalho vinculado ao cognitivo, que não produz, portanto, produtos concretos e mercadoria, mas imprime um saber na produção, que passa ao circuito produtivo. Na economia do conhecimento, há um componente de *saber* que é crescente e assume uma forma e sentido de um saber não substituível e não formalizável. Estes são elementos de saber que facilmente comporiam o conjunto de habilidades e atributos desejáveis para um profissional nesse contexto de trabalho, como “saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação” (GORZ, 2005, p. 9). Nas palavras do autor,

O desempenho não é mais definido na relação com essas tarefas; ele tem a ver diretamente com as pessoas. O desempenho repousa sobre sua implicação subjetiva, chamada motivação (...) O modo de realizar as tarefas, não podendo ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente operador pode produzir ao “se dar” à sua tarefa. As qualidades impossíveis de demandar, e que deles são esperadas, são o discernimento, a capacidade de enfrentar o imprevisto, de identificar e de resolver os problemas. (GORZ, 2005, p. 18)

Na visão de Gorz (2005), o trabalho imaterial apreende uma dimensão de imensurabilidade por conectar o lado cognitivo do trabalhador e, de certa maneira, elementos de si, ou de certa vocação. Essa imensurabilidade do “serviço”, em seu valor, é tão menos mensurável quanto maior é a parcela de doação e produção de si, ou seja, quanto mais seu caráter incomparavelmente pessoal lhe confere valor intrínseco que prevalece sobre seu valor de troca normal e que atribui à competência do profissional seu valor de “marca”, de “firma”. Assim, é como se cada trabalhador imaterial tivesse uma dimensão em que seu saber profissional escapa, de algum modo, ao processo de mercadorização do trabalho⁴¹. É como se cada trabalhador imaterial tivesse um fantasma da grandeza de sua atuação, interno à realização de pequenos atos como se fosse parte de uma grande ação.

Apesar de reconhecer o crescimento do trabalho imaterial como etapa da produção da mercadoria, o que carrega a analogia do material e, portanto, os processos

⁴¹ “A profissionalização não consegue, entretanto, traduzir em conhecimentos, em procedimentos homologados, ou até em ciência a totalidade dos saberes que os profissionais praticam. Um resíduo mais ou menos importante escapa à formalização” (GORZ, 2005, p. 32).

de exploração, a limitação da análise de Gorz (2005) está na ideia de descentralidade do trabalho. Gorz (2005) compreende o desenvolvimento da economia do conhecimento e do trabalho cognitivo como uma chave crítica contra a possibilidade da leitura sobre processos contemporâneos do trabalho à luz da teoria de valor. A nosso ver, como as pesquisas mais contemporâneas sobre trabalho têm demonstrado, essa visão se torna ilimitada por não perceber como o capitalismo tem se apropriado do trabalho de conhecimento para desenvolver novas formas de extração do mais-valor.

Esse movimento não é, no entanto, apenas do século XXI. O desenvolvimento do capital durante o século XX, a partir de uma transformação técnico-organizacional, promoveu uma metamorfose na organização das empresas a partir da gestão. Por trás dessas transformações, há o desafio do próprio sistema de aumentar a produtividade do capital sem atravancar o aumento do capital, o que determinou o impacto na composição da gestão, que foi fundamental para que, no século XX, as novas classes médias assalariadas se formassem de forma distinta dos trabalhadores produtivos. Nesse sentido, o capitalismo se estruturou a partir de meados do século XX a partir de um projeto de reorganização como maneira de restabelecimento das condições de acumulação do capital, ou seja, é uma transformação para manter o que está no horizonte do sistema: sua valorização e crescimento constantes.

Compreendido por alguns autores como capitalismo gerencial e monopolista (BRAVERMAN, 1980; DUMÉNIL & LÉVY, 2003), esse processo desaguou no desenvolvimento de novas tecnologias de gestão, conectadas com a obtenção, o tratamento e a transmissão de informações. É dentro desse processo que estão a implementação e a apropriação do trabalho imaterial nas novas composições de forma de exploração e extração do mais-valor. O ponto, importante para conectar com a questão da indústria criativa, é que ela está vinculada ao próprio desenvolvimento do sistema a partir da "revolução gerencial e informacional", que marca um lugar no capitalismo contemporâneo, transformando o trabalho imaterial a partir da relação entre produtividade do capital e produtividade do trabalho. O trabalho imaterial agrega substância de produtividade ao capital, ao passo que aprofunda, na divisão do trabalho gerada pela transformação técnica das TICs, o horizonte de proletarização (ampliação da exploração + pauperização) das classes médias gerencializadas.

A transformação da relação de propriedade e sua ambivalência: a separação da propriedade e da gestão reforçou a propriedade capitalista através de sua financeirização e de sua institucionalização. (...) a distância entre o proprietário e os meios de produção aumentou consideravelmente, afrouxando o aspecto funcional da relação de propriedade, por intermédio da delegação da gestão. (DUMÉNIL & LÉVY, 2003, p. 33)

De certo modo, o trabalho imaterial se conjuga nesse intervalo, ampliando o escopo da alienação do trabalho para mais porções da classe trabalhadora. Na análise da socióloga Ursula Huws (2017), encontramos formulações relevantes tanto para pensar a condição de proletarização dos trabalhadores de conhecimento, bem como perspectivas para refletir sobre a condição de alienação do trabalho no capitalismo contemporâneo, olhando para o trabalho imaterial:

A primeira dessas estratégias capitalistas envolve a reorganização do trabalho: usar novas tecnologias para padronizar e simplificar tarefas, quebrar o poder dos sindicatos que representam os trabalhadores qualificados e introduzir uma nova força de trabalho para realizar as atividades destes de maneira mais barata, com contratos mais instáveis e utilizando um exército industrial de reserva que está localizado no Sul Global. O segundo aspecto da reestruturação capitalista envolve a geração de mercadorias inteiramente novas, retiradas de aspectos da vida e da natureza que, anteriormente, permaneciam fora do escopo das relações capitalistas. (HUWS, 2017, p. 11-12)

De acordo com Huws (2017), a análise do mundo do trabalho na contemporaneidade precisa levar em conta o movimento que proletarizou a força de trabalho no contexto das novas tecnologias e da vigência do trabalho imaterial no final do século XX e início de XXI. Essa nova força, calcada no trabalho de conhecimento, ela denomina de *cibertariado*. Sua argumentação se baseia nas duas forças dinâmicas do capitalismo: mercadorização e acumulação⁴². A mercadorização, especialmente no contexto do uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação que são tecnologias tanto de produção quanto de consumo, alterou profundamente a divisão social do trabalho.

A partir dessa divisão, vale a pena fazer um sucinto comentário acerca das nomeações para esses novos processos de trabalho, bem como criticar o uso do termo "trabalhador de conhecimento". Huws argumenta que a expressão "trabalho de conhecimento" pode sugerir uma espécie de 'subcategoria' a partir do topo da escala das qualificações, perdendo de vista, portanto, toda a cadeia de menor qualificação. A nosso

⁴² "Por um lado, o capital busca insaciavelmente novas mercadorias, das quais se pode extrair mais-valia durante sua produção; por outro, busca novos mercados para alimentar sua expansão voraz. Novas mercadorias emergem tanto da absorção à economia monetária de atividades que eram realizadas por trabalho não pago – por dádiva ou troca –, quanto do refinamento das mercadorias existentes" (HUWS, 2017, p. 203-204).

ver, a crítica faz sentido; porém, como estamos recortando nosso estudo para trabalhadores qualificados desse universo do trabalho imaterial criativo, da indústria criativa, acreditamos ser pertinente manter o uso do termo, uma vez que sugere, de fato, um recorte das escalas mais superiores de qualificação. Huws, a partir de uma discussão com outros autores, pondera que acertar uma descrição precisa sobre esses trabalhadores não é tarefa fácil, seja pela dificuldade de encontrar uma descrição adequada que consiga abranger a amplitude de cenários que marca essa realidade, seja de encontrar um termo com o qual os trabalhadores envolvidos se reconheçam.

De fato, em se tratando da indústria criativa, há certa intercambialidade do uso "trabalhador de conhecimento" e "trabalhador criativo", à parte de uma posição e atributo específico desse *criativo*. No contexto dos trabalhadores da indústria criativa, o uso categorial de "de conhecimento" acaba sendo mais interessante pelo recorte mais preciso que traz (apesar de sua amplitude), ao contrário de "criativo", que pode produzir certos equívocos para o enquadramento e tratamento do objeto. Ao mesmo tempo, no contexto do campo, o termo utilizado foi *freela*, pois é o termo que circula no campo e gera identificação por parte desses trabalhadores autônomos – concomitantemente, acolhe a polissemia de identificações, usos e entendimentos e aplicações, como no caso dos autônomos e também de pequenos empreendedores individuais.

O ponto interessante é que nem sempre a descrição adequada convergirá perfeitamente com os termos de reconhecimento no campo, gerando uma dupla função de análise e sintetização dos materiais coletados. Dessa maneira, a escolha do uso "autônomo" pode minimizar o estranhamento entre a categoria analítica (trabalhador autônomo de conhecimento) e a categoria nativa ("*freelas*").

Ademais, é fundamental considerar que esses trabalhadores de conhecimento estão dentro, analiticamente, da escala de proletarização já prevista na teoria marxiana. Marx (2013) considerava inevitável o processo de proletarização da pequena burguesia, movimento este que estava conectado com a expansão do trabalho em escritório (fora do operacional manual, dotado de outras habilidades e qualificações). Esse "trabalhador comercial assalariado", conforme denominava Marx, não era responsável direto pela produção de mais-valor pelo seu trabalho ser um efeito e não a causa desse fenômeno de valorização, o que torna mais complexas as definições em torno desse grupo de trabalhadores, mas não diminui a importância do desafio de enfrentá-la. Diante da

reestruturação produtiva e do crescimento da atuação da força de trabalho no setor de serviços, esse enfrentamento se torna uma tarefa essencial para compreender os caminhos do mundo do trabalho no século XXI.

Outro termo que abrange essa categoria é “trabalhador de escritório”, consolidado na magistral contribuição crítica de Harry Braverman (1980). Em Braverman (1980), podemos conceber o escritório como um local diferenciado da luta entre o capital e o trabalho. Nesse espaço, a evolução tecnológica tem impacto na divisão do trabalho, contribuindo para o processo de degradação deste. O trabalho de escritório não é causa do aumento de excedente, mas o resultado, a consequência, de maneira que sua existência (e ampliação) está diretamente associada ao lucro disponível no setor produtivo, não à disponibilidade de verbas. Tais trabalhadores pertencem, supostamente, à parcela mais bem paga dos assalariados e possuem maior qualificação, em que o trabalho improdutivo é contratado pelo capitalista para ajudar na concretização ou na apropriação do valor excedente. Na análise desse autor, o que ele denomina como “nova classe trabalhadora”, realizadora do trabalho qualificado, é uma fração de classe. Desse modo, é preciso apreender criticamente a classe em sua totalidade e, a partir disso, perceber o fenômeno totalizante da transformação da força de trabalho em mercadoria, que tem sua utilidade organizada em torno das necessidades de seus compradores, ou seja, do capital.

Podemos, conectado com os processos de exploração do trabalho a partir da teoria do valor, delinear uma definição em torno desses trabalhadores a partir de seis maneiras diferentes, seguindo a sugestão de Huws (2017): 1) em termos da relação funcional de seu trabalho com o capital; 2) em termos de suas ocupações, ou seja, seu lugar na divisão técnica do trabalho; 3) em termos de sua relação social com a produção, o que envolve, portanto, a propriedade ou não propriedade dos meios de produção; 4) em termos de seu lugar na divisão social do trabalho, que envolve considerar o trabalho reprodutivo; 5) em termos de sua renda relativa, o que configura posição no mercado de consumidores; e 6) em termos de seu status social. Dessas definições, podemos explorar as três primeiras, por nos ajudar a delinear nosso objeto.

Concernente à relação com o capital, no interior das categorias funcionais que as compõem, a que nos interessa (dada a sua convergência com o nosso objeto, a indústria criativa) é a de *design e elaboração do conteúdo para produtos e serviços*. Nessa

categoria, há uma série de ocupações que estão no centro da indústria criativa, como designer, diretor de criação, redator, editor de textos, entre outros. Essa categoria assume uma posição peculiar na cadeia produtiva, pois

(...) faz um incremento ao produto na forma de conhecimento, em grande medida da mesma forma que o artesão qualificado o fazia no passado. Sua existência como uma atividade não manual separada é meramente o reflexo de um aumento da divisão do trabalho. Pode-se argumentar que os trabalhadores nessa categoria contribuem diretamente para a criação de mais-valia, na medida em que o produto de seu trabalho é apropriado pelo empregador. (HUWS, 2017, p. 218)

Ainda sobre essa categoria, há impacto não apenas na divisão do trabalho, mas também nas relações entre as empresas no mercado. Nesse sentido, é perceptível, diante da flexibilização, um olhar para o peso das terceirizações nesse espectro, pois as relações baseadas entre empresas e figuras jurídicas (PJ) criam uma camada que torna nebulosa a relação desses trabalhadores com os empregadores, além de tornar heterogênea toda a cadeia de serviços disponíveis no setor de informação e comunicação.⁴³

Em relação às ocupações dos trabalhadores de conhecimento, o recorte se dá pelo entendimento das tarefas que realizam em seu processo de trabalho. Nesse contexto, o impacto das tecnologias no trabalho de conhecimento se torna fundamental para enxergar os caminhos da divisão de tarefas e como essa divisão compõe, em conjunto, a posição desses trabalhadores. O fato é que as ocupações são socialmente definidas e vão tomando novos contornos (ou mesmo desaparecendo) a partir da divisão técnica e dos processos de trabalho. O que ocorre na contemporaneidade é uma grande convergência do lugar a partir do qual, no contexto do trabalho de conhecimento, essas tarefas são realizadas: o computador. Seja no universo de vendas, do design, do redator, do bibliotecário, entre outros profissionais liberais, basicamente todo trabalho de conhecimento passa por essa ferramenta, o que, segundo Huws, tem impacto na perspectiva das qualificações:

As qualificações necessárias para operar um computador e seus vários acessórios de comunicação não devem, obviamente, ser confundidas com a totalidade das demandas de um determinado trabalho. Frequentemente elas estão subordinadas a outras qualificações centrais – aquelas necessárias para

⁴³ “Acrescente a isso o impacto da terceirização para companhias externas e chegamos a uma situação na qual as corporações não podem mais ser consideradas como estáveis e homogêneas. Elas devem ser vistas como entidades que se interpenetram mutuamente em um fluxo constante, mantidas unidas por uma teia complexa de contratos em processo de renegociação contínua. A classificação setorial do ‘empregador’, para a qual um determinado trabalhador é designado, é quase um produto acidental de todas essas manipulações” (HUWS, 2017, p. 220).

realizar ‘o trabalho em si’. Entretanto, estas também podem passar por um processo de modificação (que pode assumir a forma da rotinização ou de completa mercadorização) que transforma sua natureza. (HUWS, 2017, p. 222)

Acerca das relações com os meios de produção, há uma demarcação importante sobre o lugar dos trabalhadores autônomos de conhecimento. Embora, na perspectiva da dinâmica do capital, esse lugar seja constituído por pequenos burgueses a serem espremidos pela proletarização e pauperização, os autônomos não “sumiram” na realidade do trabalho de conhecimento. Pelo contrário, há franco crescimento, conectado com a flexibilização e a informalização do trabalho desse perfil, especialmente porque eles assumem diferentes posições de classe, as quais podem ir desde o pequeno empresário com poucos empregados (a própria pequena burguesia), à figura do *freelancer*, que assume a representação clássica do autônomo e atua com diferentes empresas, empregadores e situações, até os autônomos, reflexo das baixas qualificações, mais penderes à informalidade (como *bico*). Nas palavras de Huws, “as tecnologias de informação e de comunicação desempenham um papel central no ofuscamento das fronteiras entre trabalho e consumo, constituindo uma interface para as mudanças entre aqueles que servem e aqueles que são servidos” (HUWS, 2017, p. 231).

Tal situação se torna mais complexa quando, diante da flexibilização, o próprio *staff* (empregado regular) é tratado como autônomo. Isso reforça, em mão dupla, o processo de relações de subordinação: ao mesmo tempo que a flexibilização pode implicar uma relação de subordinação precarizada com o autônomo, espera-se que o trabalhador regulador tenha atitudes e seja gerenciado enquanto um trabalhador flexível. Entre as disposições que entram no jogo, há a expectativa de que este tenha mentalidade flexível, ou adote (e naturalize) práticas de trabalho e gestão marcadas pela flexibilização – como gestão por resultados, remuneração vinculada à performance. Tais disposições contribuem para a criação de um clima generalizado de intensificação do trabalho, receio – e, com isso, agudização da competitividade – de perder vaga de trabalho, corroborando a confusão da relação entre empregador e empregado.

A partir de tais definições em torno da relação com a teoria do valor, podemos definir o que caracteriza o trabalhador de conhecimento em sua constituição particular no interior da cadeia das relações de trabalho a partir da flexibilização. É, assim, como a

qualificação⁴⁴ se torna um elemento para o aprofundamento da alienação na relação de trabalho desse tipo de trabalhador.

O trabalhador de conhecimento é constituído essencialmente pelo uso de seu saber (instrumento cognitivo e intelectual) no processo de trabalho. Esse saber é a qualificação, que é uma composição de três elementos que fazem parte do trabalho de conhecimento: **formação, experiência e vocação**. O encontro dessas três dimensões dá um tom diferente para a concepção sobre esse trabalhador de conhecimento ser ou estar qualificado e pode determinar tanto sua posição como sua ocupação.

Há, no contexto do setor de informação e comunicação em que estamos nos debruçando, a necessidade de qualificação, que é basicamente definida pela capacidade do profissional de mobilizar cognitivamente as ferramentas e o conjunto de saberes. A qualificação é definida pela composição da formação, que pode ser adquirida formalmente em um ensino superior ou técnico⁴⁵, composta de saberes técnicos e teóricos sobre a atividade. A formação é, inclusive, um instrumento de diferenciação de status e posição simbólica de classe à medida que configura como capital cultural acumulado (incluindo a titulação, certificado ou diploma) e pode, a depender das chances de reprodução, ser uma forma de ascensão social⁴⁶. Por suposto, é a formação que gera o primeiro laço de identidade profissional desse trabalhador com a área de atuação.

A experiência é, por sua vez, demarcada pelas possibilidades e oportunidades que o trabalhador possui, a partir da formação⁴⁷, em seu campo de atuação. Ela é

⁴⁴ O uso da “qualificação” é mais amplo do que a definição usada em termos estatísticos e oficiais, como no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no qual a definição de *Profissional qualificado* compreende funcionários e trabalhadores acima de 25 anos, que possuem curso superior completo e atuam no mercado de trabalho privado. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>>. Acesso em out. 2022.

⁴⁵ Ambos são caminhos importantes para o processo de formação do trabalhador de conhecimento. Como vimos em campo, o ensino superior ainda é a maior estratégia de adquirir formação com maiores possibilidades de conversão em emprego e renda e, muitas vezes, de ascensão social, pois, além do diploma, na experiência da universidade são constituídas redes sociais que podem garantir mais oportunidades e acessos no futuro.

⁴⁶ Como estamos analisando especificamente o lugar do trabalhador de conhecimento nas relações de trabalho a partir de regime de exploração, não vamos aprofundar a teoria sobre capitais simbólicos. Para um tratamento mais preciso desses conceitos, ver Bourdieu (2007).

⁴⁷ Não raro ela pode ser anterior, como verificamos em alguns dos entrevistados no campo. Uma experiência profissional de jovem aprendiz ou estágio, ou seja, quando o indivíduo ainda não possui formação técnica dedicada àquele campo de atuação, pode derivar na busca da formação para se estabelecer naquela profissão. No entanto, grande parte dos profissionais que compuseram nosso campo de pesquisa deriva de uma trajetória na qual primeiro vem a formação e depois a experiência.

composta pelas primeiras aplicações técnicas, formas de instrução na atividade e capacidade de, a partir de seu repertório, lidar com questões na atividade e resolvê-las. A experiência, por envolver elementos de instrução do trabalho – contraditoriamente, mais do que a formação, dado o grau de aplicação no cotidiano da atividade e a diferença desta para a formação acadêmica⁴⁸ –, é um dos aspectos que mais incidem na apropriação do trabalho de conhecimento, especialmente pelo fato de a instrução ser o elemento de performance dedicado à tarefa da atividade laboral e, diferentemente da formação, estar inteiramente conectada com as necessidades da empresa ou do empregador. Como veremos mais adiante, é a partir da transfiguração da qualificação em nível de instrucionabilidade que encontramos o processo de degradação substancial do trabalho de conhecimento.

Ainda vale ressaltar que, por ser um setor muito dinâmico de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e ferramentas, há uma mudança volátil de saberes que está conectada com o processo de instrucionabilidade do trabalho. Ganha peso, no processo de constituição da qualificação do profissional, a ideia de "formação contínua" (*lifelong-learning*⁴⁹), que não funciona propriamente como formação, mas como a constituição de uma aptidão instrumental de instruções diante do que seria o contexto de obsolescência dos saberes, técnicas e ferramentas. Nesse sentido, o aprendizado de instrucionabilidade se configura cada vez mais como um saber que não pode ser retransmitido como base de formação daquela atividade ou profissão, ou seja, ela se encerra em si mesma, naquela tarefa, projeto ou mesmo naquela empresa.

Não obstante a formação e a experiência, o trabalho de conhecimento carrega outro elemento de composição da qualificação, que é a vocação. Ao ser especialmente voltada para o setor de comunicação e informação, no qual a porção “criativa” é uma expectativa tanto do trabalhador quanto da empresa, esse elemento se torna um importante caracterizador. A vocação não é um elemento *sine qua non* para o exercício,

⁴⁸ Foi bastante recorrente na pesquisa de campo a fala e a percepção dos entrevistados sobre o caráter obsoleto, ou às vezes “desnecessário”, sobre formação acadêmica. O argumento de muitos é que “na faculdade não se aprende o que precisa para o mercado”, ou “nem as ferramentas de trabalho adequadas aprendemos na universidade”. Ao mesmo tempo, como exploraremos no capítulo 4, acreditamos que essa visão já parte da incorporação do discurso sobre trabalho flexível e a realidade de degradação substancial do trabalho de conhecimento vivenciada por grande parte deles.

⁴⁹ A expressão ganhou espaço e prestígio nos processos de desenvolvimento profissional. Ademais, como discutiremos no capítulo 4, a ideia de uma disposição para formação continuada não é apenas uma necessidade, pois também se configura como um atributo pessoal disseminado pelo discurso do trabalho flexível.

mas tem relevância na maneira como tais trabalhadores se veem. A escolha pelas carreiras e a formação tem em grande parte lugar nisso: um elo de identificação com o agir criativo (na escrita, nas artes, etc.), que converge com a escolha da área como forma de dar vazão a tal vocação. Esse elemento também está por trás da grande identificação que há entre o trabalhador de conhecimento e o produto de seu trabalho. O processo de desefetivação⁵⁰ do produto se torna mais complexo na medida em que o trabalhador “se reconhece” no produto do trabalho como parte de sua vocação para produzir aquele trabalho imaterial. O produto do trabalho, de algum modo, exprime, assim, sua autoexpressão e identidade laboral de si.

Além da composição de qualificação, alguns traços marcam esse trabalho de conhecimento criativo, a saber: a) comprometimento com o trabalho; b) relação tensa entre cooperação e competição; e c) busca de sentido.

O primeiro, e fundamental deles, é o comprometimento com o trabalho. O uso da mente (potencial cognitivo) para resolver problemas é um traço fundamental e que o distingue, em essência, do trabalho manual repetitivo. Nesse esforço, há uma dimensão satisfatória genuína por parte desses trabalhadores, aquilo que os aproxima de um sentido para a tarefa a ser executada – para além, claro, da renda para viver. É essa satisfação que ganha impulso com o discurso do trabalho flexível, de maneira que o apelo à liberdade e à autonomia se torna, para esse trabalhador, um apelo a sua possibilidade de obter mais satisfação e encontro no trabalho. Como aponta Huws, “há uma sensação de que a atividade contém elementos de ‘trabalho realmente livre’, que é *experimentado como não alienado – uma forma de realização pessoal*” (HUWS, 2017, p. 267, grifo nosso). Isso ocorre porque, além da remuneração, é o conteúdo do trabalho que está na centralidade enquanto traço e motivador dessa modalidade⁵¹. Esse traço

⁵⁰ Essa desefetivação é o processo de condução da exploração e do esvaziamento de sua condição de “dono de seu trabalho produzido”, postulado por Marx em seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, que conduz as relações de trabalho assalariadas. O trabalhador de conhecimento, nesse movimento análogo, sofre essa desefetivação à medida que seu conhecimento (base técnica) é desconectado do resultado do produto como algo próprio. Nas palavras de Marx, “A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho (...) A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (Marx, 2004, p. 80-81). No caso do trabalhador de conhecimento, a percepção de “parte de si” coloca uma camada adicional ao estranhamento.

⁵¹ “Mesmo depois de ter sido vendido, pode ainda ser experimentado em certo sentido como algo do qual ele tem a ‘posse–’ algo de que é possível se orgulhar” (HUWS, 2017, p. 267).

também marca a conexão com o ideal histórico do profissional liberal que, além de sua formação e experiência, tem sua trajetória profissional marcada pela relação motivada e comprometida com o trabalho. Essa motivação tem como objetivo não apenas a manutenção e a satisfação de clientes e consumidores – que mantêm a possibilidade de o profissional continuar atuando, possibilitando a expansão de suas atividades e uma ideia de “sucesso profissional” –, mas também sua reputação.

No entanto, é esse traço que prolonga, no interior da cadeia produtiva e de sua atuação nela, a alienação desse trabalhador, ou seja, a ideia de que controla e manipula algo realmente próprio⁵². É o que marca, então, uma realidade contraditória. De um lado, há interesse das empresas no mercado em buscar inovação, tendo, para isso, investimento em propriedade intelectual e gerenciando a força de trabalho criativa, de modo que esses trabalhadores se tornem força de trabalho fundamental nesse campo. De outro, os trabalhadores de conhecimento criativos buscam, diante de suas necessidades particulares, ter equilíbrio entre o exercício da autoexpressão e reconhecimento e a necessidade, como força de trabalho, de obter renda para viver.

Essa situação contraditória coloca tais trabalhadores em um lugar de armadilha na reestruturação do capital, na qual eles se encontram tanto no papel de cúmplices como de vítimas desse processo. Cúmplices porque o produto de seu trabalho é parte do processo de incremento da mercadoria, em que cumplicidade está na realização, que depois é expropriada de si, de seu produto criativo, tendo impacto e importância necessárias para o cliente ou empregador e, conseqüentemente, incrementando o processo de valorização da mercadoria. Nesse sentido, o trabalhador “torce” para que o incremento se realize, pois é como se fosse ele mesmo aquele que garantiu a efetivação desse resultado. Mas eles também são vítimas porque o processo de absorção desse trabalho criativo não só expropria sua criação, como também altera as condições de produção desta, reduzindo a passos largos a criação oriunda da qualificação (do tripé formação, experiência e vocação) a uma tarefa de nível instrucional. Diante do bom

⁵² “Essa forte identificação com o produto do trabalho pode levar os trabalhadores à ilusão da continuidade da posse, mesmo quando forem cedidos os direitos de propriedade intelectual e de controle. Enfrentar a realidade de tal perda pode ser doloroso. A experiência de expropriação pode advir como um choque recorrente, mais próximo da superfície da consciência do que outras formas de trabalho nas quais a alienação é considerada como dada. Na medida em que é genuinamente inovador, pode-se dizer que o trabalho criativo está permanentemente posicionado no momento da alienação, e o trabalhador criativo constantemente no centro de um drama contraditório de expropriação: o trabalho, do modo como vem a ser, tanto pertence a seu gerador como é arrancado dele” (HUWS, 2017, p. 268).

desempenho, o ganho incremental de mais-valor não é destinado a ele; pelo contrário, quanto mais positivo for, maior os processos de desenvolvimento de formas de explorar esse trabalho – o que a flexibilização ajuda a ampliar – e a possibilidade de sua degradação.

Essa contradição ganha contornos trágicos mais aguçados diante do fato que, ao considerar sua obra e produto como parte de si, como aquilo que promove seu reconhecimento, a identificação com o trabalho não se torna mais objeto de satisfação profissional, mas como o próprio trabalhador reconhece a si mesmo. A ideia de “você é seu trabalho” erige como sentido forte dessa pertença, dessa relação contraditória, moldando parte dos discursos do trabalho flexível como estratégia de consentimento e aceitação. A ideia de fracasso ou falha, portanto, se torna uma ideia sobre si – e não apenas de uma situação de trabalho –, o que impõe uma forte carga subjetiva nesse processo.

Esse caráter contratório traz à tona outro traço importante do trabalho de conhecimento criativo: a relação tensa entre cooperação e competitividade. A cooperação faz parte das configurações de trabalho criativo como laços gerados a partir da necessidade de apoio entre atividades e projetos em parte pelo alto grau de atualização das ferramentas e capacidades necessárias para atender demandas, em outra pela complexidade que esse elemento de cooperação assume no interior de uma racionalidade mobilizada pela concorrência e atomização do trabalhador.

Há interesses individuais em jogo do processo de reconhecimento, reputação e valorização de si, mas para que grande parte do trabalho seja bem executada é preciso trabalho coletivo, ou seja, cooperação. No campo, identificamos diversas expressões desse traço, que podem ser tanto um gatilho de tensão e ansiedade – diante, por exemplo, da ideia de que alguém roube uma ideia, ou de fazer time com trabalhadores que não estão no mesmo nível de comprometimento e, assim, a partir da entrega, colocar a reputação em risco – como uma impulsão para a projeção, quando o compartilhamento se torna também estratégia de reconhecimento e reputação, de se tornar uma “referência” naquela cena. Nesse sentido, o traço sobre cooperação e competição se torna uma estratégia da trajetória de cada profissional que, diante da flexibilização, vai matizando parcerias e disputas, aprofundando o senso de fardo ou desafio que o trabalho promove (para além da atividade em si).

O terceiro traço que compõe a atuação dos trabalhadores de conhecimento criativos é a busca de sentido, isto é, imprimir impacto no trabalho realizado, que pode ser ética ou ideologicamente um lugar de tensão para decisões a serem tomadas. Desse traço, especialmente frente à capacidade cada vez mais limitada de estabelecer escolhas, pode derivar sentimentos controversos, como a culpa.⁵³

É também nessa composição da qualificação que podemos explorar o entendimento do lugar desses criativos no processo de trabalho a partir de seu lugar nas interligações entre os componentes da cadeia de valor. Há uma relação funcional entre o trabalho de conhecimento criativo e o desenvolvimento capitalista que configura as pressões e limites que circundam esse tipo de trabalho. Nesse sentido, cinco principais papéis ocupam a posição desses trabalhadores: a) invenção de novos produtos; b) desenvolvimento de novos produtos e processo de customização, aprimoramento ou adaptação; c) fornecimento de conteúdo; d) educação, treinamento e fornecimento de informação ao público; e e) invenção de novos sistemas e processos (ou adaptação de antigos para novos propósitos) (HUWS, 2017). Na indústria criativa encontramos os cinco papéis, mas prioritariamente no terceiro (fornecimento de conteúdo) é onde há maior concentração de atuação e produção. É nesse lugar que os trabalhadores de conhecimento criativos são reconhecidos como *criativos*⁵⁴ e há uma transposição nas tarefas entre incremento da mercadoria e universo de formação criativa desses trabalhadores. Como argumenta Huws,

Muitas dessas atividades têm suas origens nas formas tradicionais de arte e de entretenimento, e os trabalhadores que as produzem cobrem um vasto conjunto de ocupações – escritores, músicos, artistas visuais, produtores e técnicos de filme, designers gráficos, tradutores web designers, e muitas outras –, com atividades solitárias e introspectivas, em um extremo, e outras altamente técnicas, que requerem uma interação e um trabalho coletivo intensos, em outro. Talvez esses sejam os trabalhadores em que a maioria das pessoas pensa quando se usa o termo ‘criativo’. Entretanto, suas atividades estão cada vez mais incorporadas nas cadeias globais de valor de grandes companhias, ou dependem de tais companhias para sua distribuição e seu patrocínio (...) [sendo, portanto, difícil] distinguir claramente esses

⁵³ “Onde os trabalhadores criativos sentem que têm responsabilidade, mas não têm poder, assumir uma posição ética implica em coragem e sacrifício consideráveis. Fracassar nessas questões pode resultar em ser perseguido pela culpa (...) Na medida em que estão ativamente engajados na busca de um sentido para seu trabalho, sentem-se pessoalmente ligados a ele, buscam recompensas morais ou estéticas e investem sua força mental para encarar os desafios que lhes são colocados, estão impossibilitados de empreender as formas simples de transações econômicas que constituem a base do mercado de trabalho – quanto você pagará por meu tempo corporal e meu esforço?–’, sem maiores comprometimentos e qualificações” (HUWS, 2017, p. 270-271).

⁵⁴ Ver nota 11 (p. 24).

trabalhadores das outras categorias de trabalhadores na mesma cadeia de valor. (HUWS, 2017: 263-264)

Essa incorporação nada mais é do que o processo que, por meio da flexibilização, abarca cada vez mais o trabalho de conhecimento na esfera produtiva da acumulação flexível, gerando novas formas de extração do mais-valor e da exploração da força de trabalho, impactando uma questão relevante para a existência da atuação dos trabalhadores criativos de conhecimento: a autonomia.

No trabalho das autoras Freiburger e D’Avila (2018), podemos compreender mais profundamente os limites da ideia de autonomia diante das expectativas e do impacto do desenvolvimento do produto para o cliente ou empregador – que deve ser agradado e aprovar a entrega final. A análise delas é baseada em dados de campo sobre webdesigners⁵⁵, mas encontramos diversas convergências com a indústria criativa, pois, além de ser um trabalho de conhecimento criativo, há uma intersecção entre técnica e criatividade.

A definição de autonomia é o poder de definir estratégias e caminhos no que se refere ao processo de trabalho. Juntamente com o comprometimento do trabalho e a busca de sentido, há uma expectativa desses trabalhadores de que sua atividade ocorra com grande autonomia – em parte, como uma visão de distinção e oposição a atividades repetitivas e manuais que trabalhos criativos teriam. A intenção de ter autonomia ganha mais força diante do trabalho flexibilizado, no qual ela parece ser o grande atributo.⁵⁶

Nesse contexto, a noção de autonomia se torna uma percepção superestimada da liberdade que tais profissionais possuem, pois o trabalho de conhecimento criativo está circunscrito ao modelo de satisfação do cliente. E, para que tal satisfação ocorra, há intervenções constantes no processo – seja por parte do cliente ou do empregador –, que tornam a possibilidade do exercício livre realmente distante⁵⁷. A autonomia se torna, na verdade, apenas um processo de autogestão do trabalho, mais vinculado às horas laborais, mas sempre determinado pelas necessidades do cliente e fundamentalmente

⁵⁵ Webdesigners são categorizados como “trabalhadores informacionais”, do setor de Tecnologia da Informação. No entanto, no campo da indústria criativa, encontramos alguns deles atuando como “diretores de arte”, quando o produto criativo assume resultado de um website ou plataforma digital.

⁵⁶ E, de certo, ela apareceu com frequência nas falas do pesquisados enquanto uma das melhores qualidades em ser autônomo.

⁵⁷ “A noção de flexibilidade passaria uma falsa ideia de que as pessoas teriam mais liberdade para moldar suas vidas, quando na verdade essa nova ordem impõe novos controles” (PIRES, 2018, p. 131).

pelo prazo de entrega. No limite, o trabalhador de conhecimento, com atuação flexível, instrucionalibilizada e mediada pelo cliente, se torna um executor, amadorizado em sua potencialidade de agir (a partir de seu *saber*). A percepção de autonomia, criatividade e dinâmica volitiva daquela atuação fomentada pelo discurso se torna uma realidade de sujeição flexível e de execução instrucionalizada.

A relação entre técnica e criatividade é parte do cotidiano dessa atividade. Para além de entregar um produto que atenda às necessidades do cliente e com qualidade estética, a garantia de satisfação do coordenador do projeto – o recrutador que o contrata é também a conexão com o cliente – é abordada como uma das principais garantias de empregabilidade, ou seja, a garantia de que aquele profissional será incluído em novos projetos. A *empregabilidade* é a capacidade que as pessoas precisam ter para que sejam demandadas por sua qualificação e recrutadas para próximos projetos. Nesse quesito, além das técnicas e capacidades, entra a reputação como figura chave.

Nesse sentido, há também a necessidade de que o profissional possa gerir pessoas enquanto motivador. O *líder do projeto* se configura como a principal figura de motivação dos trabalhadores envolvidos ali, com engajamento, intensidade e eficiência na gestão das competências e capacidades de todos os envolvidos. Ademais, a inclusão do cliente no processo como medidor de satisfação também reduz o horizonte de autonomia para esse trabalhador. Ainda assim, há a expectativa, por ser trabalho criativo, de que o profissional desenvolva plenamente seu potencial criativo e autonomia na tarefa. Criatividade e autonomia marcam as demandas do que se espera do agir do trabalhador de conhecimento criativo.

A criatividade se torna, inclusive, um elemento entregável (*deliverable*⁵⁸), uma composição para além da técnica para pensar soluções e caminhos flexíveis sempre voltados para a entrega, ou seja, para o cliente, enquanto a autonomia reflete a flexibilidade de agir, ou seja, "faça do seu jeito" (*mas faça!*). O imperativo do entregável, da intensidade daquilo que precisa acontecer, carrega, portanto, a criatividade para encontrar saídas para obstáculos e a autonomia para fazer da maneira que precisa ser feito dentro dos objetivos, metas e prazos do projeto.

⁵⁸ A expressão em inglês foi colocada propositalmente porque se configura como uma expressão utilizada nativamente entre os profissionais. Como abordaremos no capítulo 4, há diversas expressões utilizadas em inglês no cotidiano da indústria criativa que, mesmo utilizadas de maneira descontextualizada pelos profissionais, criam um vocabulário de distinção no campo.

Para a execução de sua atividade, o trabalhador de conhecimento criativo tem, então, que desenvolver atributos que envolvem um além-técnica, ou seja, que vão além de sua qualificação. Tornam-se necessários também elementos que comporiam a personalidade e a subjetividade do profissional e que evidenciam a flexibilização como processo de tomada total e ampla das esferas de ser e agir desses trabalhadores. Como aponta a socióloga Aline Pires, essas características seriam a “(...) capacidade de adaptação constantes, autogestão e atuar com pessoas diferentes tempo todo; mas também ser focado em resultados, olhar de curto prazo, desapego e instigado por novos aprendizados e desenvolvimento de novas capacidades” (PIRES, 2018, p. 128).

A liberdade é, assim, a reprodução mistificada da “autonomia” que, na verdade, é a reprodução da dependência, da exploração e do aprofundamento da condição de degradação. É sobre a concretização dessa degradação que trataremos no último tópico deste capítulo.

1.5.1 Evidenciando as perdas: a degradação do trabalho de conhecimento criativo

Como expomos acima, a qualificação é uma das composições fundamentais que constituem o lugar de atuação dos trabalhadores criativos de conhecimento. É nela também que, no interior dos processos de configuração das relações de trabalho flexibilizadas, encontramos chaves de exploração, como o processo de alienação do trabalho. Neste tópico vamos explorar, a partir das conhecidas formas de flexibilidade existentes no trabalho de conhecimento, como se processam concretamente as formas de degradação da condição dos trabalhadores de conhecimento criativo, tanto em suas formas quanto na substância de sua atividade laboral.

O universo do trabalho de conhecimento criativo, no setor de comunicação e informação, possui uma dinâmica própria: criatividade, uso da qualificação de sua força de trabalho e modo de atividade focada na satisfação do cliente, a partir de um resultado aplicável e satisfatória. A flexibilização entra nesse espaço como grande dinamizador não apenas na maneira de organizar as atividades, mas especialmente no impacto sobre o agir e o saber dos trabalhadores.

O locus dessa atuação flexível é a empresa flexibilizada e moderna, com força de trabalho atuando por projeto e organizada em rede, por meio de equipes (*squads*⁵⁹) móveis e voltadas para a satisfação do cliente. Esses projetos estão baseados em metas e prazos, que costumam se intensificar em termos de preço, tempo e demandas atreladas, sempre em uma dinâmica do "dê tudo de si agora". A flexibilização possui, portanto, papel fundamental nessa dinâmica, como aponta Alines Pires:

A questão da flexibilidade (...) tornou-se uma tendência e uma necessidade nas empresas, nos processos de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo (...) 'flexibilidade é a palavra do dia'. A flexibilidade pode ser entendida como a 'habilidade de mudar ou reagir à mudança com a mínima perda possível de tempo gasto ou desempenho', mas envolve uma série de dimensões: competências polivalentes, trabalho em equipe, práticas de alta rotatividade de funcionários, contratação de trabalhadores temporários ou de tempo parcial, subcontratação e o home worker. A flexibilidade do trabalho compreende as rápidas mudanças na quantidade de trabalho e nas habilidades requeridas para a realização do trabalho, sofrendo influência direta das inovações da tecnologia da informação. A flexibilidade nas relações de emprego, caracterizada pelos altos níveis de rotatividade, curtos períodos de emprego e diversidade de contratos, é moldada pelo ambiente legal, institucional e organizacional. (PIRES, 2018, p. 126)

Mas a flexibilização não incide só na dinâmica frenética. O resultado dos processos de flexibilização, que têm tomado corpo nas relações de trabalho do século XXI, possui reflexos que contribuem para a degradação das condições dos trabalhadores criativos de conhecimento. Por trás do diagnóstico da proletarização e da precarização desses trabalhadores, é preciso desvendar como essa degradação ocorre a partir do metabolismo do capital. Há uma analogia que, em termos processuais, o metabolismo antissocial vai se transformando em certa organicidade, ou seja, não como algo abrupto e repentino, mas aos poucos, modificando as condições que remontam à realidade do trabalho. Essa transformação precária assume a condição de degradação a partir não só das formas que envolvem as relações de trabalho, mas também da substância, daquilo que caracteriza o trabalho em si. Por meio da análise dos dados do campo, acreditamos que a compreensão da degradação é fundamental para compreender como se estrutura o discurso sobre trabalho flexível (ou seja, uma racionalização a partir das condições objetivas) e, nas suas contradições com a vivência da força de trabalho, o objeto desta tese, que é o processo de deterioração subjetiva.

⁵⁹ Outro termo utilizado nativamente no campo, que significa "time", isto é, um pequeno grupo de trabalhadores, de diferentes posições, ou ocupações, alocados para atuar em um projeto. As *squads* podem ser formadas por trabalhadores do quadro fixo (*staff*) e temporários (*freelancers*) e são coordenadas por um líder de projeto – que tem o papel de garantir as necessidades do cliente e ser a interface de interesse do negócio (empresa contratada para fazer o projeto).

Trataremos primeiramente sobre os aspectos que caracterizam a degradação das formas, a saber, como a flexibilização incide sobre as relações e contratos de trabalho. Como mencionamos acima, a questão chave envolve a distribuição das horas laborais e, essencialmente, a intensificação do ritmo do trabalho e a apropriação do tempo de não trabalho como hora laboral. Em seguida, abordaremos a degradação substancial, ou como a flexibilização incidiu sobre a transformação “orgânica” da matéria do trabalho de conhecimento criativo. Nesse aspecto, a questão central é a qualificação, que se torna, em sua transfiguração, elemento da reprodução da alienação do trabalho. Ambas as degradações serão fundamentais para compreendermos os discursos e como os afetos da deterioração (medo, ansiedade e vergonha) determinam uma condição cada vez mais generalizada nesse campo de deterioração subjetiva dos trabalhadores.

1.5.1.1 A degradação das formas

A flexibilização do trabalho no setor de comunicação e informação, que abrange o campo da indústria criativa, impõe uma série de transformações nas relações de trabalho, como tratado nos tópicos acima. A transformação da divisão das horas laborais a partir da flexibilização numérica, funcional e temporal gera novas perspectivas para o processo de precarização da condição dos trabalhadores de conhecimento criativo. Nesse processo, queremos destacar o que chamamos de degradação das formas, oriunda da flexibilização dos contratos.

A ampliação da terceirização como modelo de gerenciamento de contratos, na qual a figura dos PJs ou mesmo informais ganha bastante espaço, modifica a relação que os trabalhadores possuem com os vínculos. Apesar da “autonomia”, o que se processa na verdade é uma condição proletária formada a partir dos laços flexíveis. Há, como argumentou Ruy Braga, “um processo de formação de uma condição proletária renovada pela progressiva informatização do mundo do trabalho, pela fragmentação dos coletivos de trabalhadores, pelo crescimento acelerado da oferta de empregos no setor de serviços e pela superação da relação salarial canônica” (BRAGA, 2009, p. 66). A terceirização ganha, assim, protagonismo como gestão dessa força de trabalho, e as relações entre o capital e o trabalho se tornam disfarçadas como relação entre empresas. É nesse sentido que se acompanha um exponencial processo de expansão das empresas

terceirizadas, configurando um grande incremento para produção de valor e de mais-valor⁶⁰.

Todo esse processo marca uma nova organização na empresa neoliberal, marcada pela generalização da terceirização, compressão dos níveis hierárquicos, desenvolvimento de estratégias gerenciais para manter a mobilização permanente da força de trabalho, administração de metas, fragmentação da relação salarial e cooperação constrangida dos assalariados. Essa organização é fomentada pelo modelo de competição, que ocorre na própria cooperação, especialmente por meio das subcontratações, com trabalhadores temporários (sobre regulação PJ ou informais). Nas palavras de Braga,

A concorrência estruturada pelo capital entre trabalhadores subcontratados não é regulada pelo salário, mas pela preservação do emprego. E outra fonte de concorrência entre os trabalhadores deve ser acrescentada: a que deriva do antagonismo entre uma posição privilegiada própria aos que trabalham na empresa contratante e a posição superexplorada. (BRAGA, 2009, p. 69)

É interessante, portanto, perceber que, nessa nova configuração, o trabalho de conhecimento criativo também se subordina à forma mercadoria. De fato, distintas modalidades de trabalho presentes no capitalismo contemporâneo vêm ampliando as formas geradoras de valor, ainda que assumindo a aparência de não-valor. O capital, na busca por sua valorização na interação entre trabalho vivo e trabalho morto,

(...) procura aumentar a produtividade de trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional. Nesse movimento, todos os espaços possíveis se tornam potencialmente geradores de mais-valor. (ANTUNES, 2018, p. 33).

De certo modo, a dimensão volitiva da participação desses trabalhadores nesse processo está estruturada na própria ambivalência da empresa neoliberal que, por um lado, não promove expectativa e horizonte de crescimento e progresso profissional e, por outro, se torna um *locus privilegiado* de participação do mercado contemporâneo. A dimensão volitiva se consubstancia, dessa forma, no discurso sobre trabalho, na sedução que a racionalização desse processo produz nos trabalhadores (ou no espírito desse novo capitalismo).

⁶⁰ “O capitalismo atual apresenta um processo multiforme no qual a informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor” (ANTUNES, 2018, p. 32).

Esses trabalhadores são recrutados não apenas por capacidades técnicas, mas também por qualidades comportamentais, como disponibilidade, flexibilidade, prontidão para aceitar novas regras e inclinação a se subordinar ao sistema (BRAGA, 2009, p. 79). Dessa maneira, há sempre uma configuração de atuação pontual da tarefa, semelhante à empreitada – nomeada de *projeto* com objetivo específico, que configura a atuação desse modelo de empresa. Eles estão sempre engajados em curto prazo com grande intensidade, mantendo um estado de alerta e de tensão, em que mover continuamente sua força de trabalho é objetivo da empresa. As novas modalidades de trabalho flexibilizado geralmente são intensificadas com sistema de metas. O tempo laboral se altera: não se trata mais da unidade “hora-trabalho”, mas em grande medida do trabalho por tarefa, algo que abre precedente para que o tempo de trabalho tome toda a dinâmica da vida, que as fronteiras entre tempo de trabalho e não trabalho fiquem turvas e diluídas.

Nessa realidade, a empresa moderna é cada vez mais flexível. Todas as modalidades possíveis de flexibilização, como pejetização, freelancerização ou *frila fixo* se constituem como caminhos “naturalizados” de estabelecer (semi)vínculo de trabalho. Há ainda a realidade da distância (seja pelos contratos, seja pela dinâmica do teletrabalho) em relação ao ambiente socializado de trabalho. Disto decorre a eliminação dos direitos e da segurança social, a intensificação da dupla jornada (que ganha ares mais drásticos com a composição de gênero e raça, com a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo), do trabalho isolado sem sociabilidade e sem convívio social, que culmina na atomização e na redução da solidariedade entre os trabalhadores. Vivemos, portanto, diante de uma desmedida realidade empresarial das relações de trabalho: a trípole destrutiva da terceirização, informalidade e flexibilidade.

Como vimos acima, as formas de adoção da flexibilização provocam impacto na distribuição das horas laborais. Seja a flexibilidade numérica, funcional ou temporal, a flexibilização se transforma no horizonte solucional das estratégias das empresas na forma de estabelecimento das relações de trabalho. A partir dessa perspectiva, tem-se três situações que atravessam as condições de trabalho, como a adequação da carga laboral às exigências de valorização do capital, o alongamento das jornadas de trabalho (mesmo que de maneira intermitente) e a transformação de horas não laborais em tempo (e espaço) de trabalho, fomentando uma subsunção real ao capital. Essas três situações

dão margem para a degradação das formas da condição de trabalho de conhecimento criativo.

Essa degradação se desenrola a partir de algumas tendências que esse trabalho possui no contexto da reestruturação produtiva e, por consequência, da reestruturação do trabalho de conhecimento. Aqui, o peso da flexibilidade se faz central, apontando para três grandes movimentos de degradação: intensificação, aceleração e padronização.

A intensificação envolve a dimensão do tempo e das tarefas, com ampliação da jornada de trabalho, ocupação dos tempos (principalmente dos tempos de não-trabalho) e aceleração do ritmo. Prazos, metas e necessidade de atender projetos cada vez mais complexos em menor tempo (e muitas vezes menor custo) elevam essa intensificação em níveis cada vez mais dramáticos. Ademais, com esse movimento, há também a expectativa, em muitos casos, da intensificação qualificacional, ou seja, que esse trabalhador execute múltiplas funções e tarefas em um mesmo projeto, o que torna mais desafiador.

A aceleração reflete a elevação do ritmo para conjunção da competitividade e redução dos prazos na busca em curto prazo por resultado. Diretamente associada à tendência da intensificação, a aceleração empurra o processo do trabalho criativo para entregar mais, mais rápido e melhor (e com menos custo), fazendo uma transposição dramática da circulação de mercadorias para o trabalho de conhecimento. A intensificação e a aceleração levam as formas da degradação para a execução do trabalho à medida que os trabalhadores estão suscetíveis a contratos mais curtos e menos consistentes. Além disso, esse processo intervém diretamente, diante dessa realidade difusa do trabalho temporário e esparso, no tempo: o trabalho intensificado e acelerado se apropria do tempo de não trabalho da força de trabalho criativa. O tempo que seria de fruição ou descanso se torna um “tempo de espera” ativo, no qual o trabalhador de conhecimento criativo está executando tarefas, ou buscando formas de se manter “recrutável” para os próximos trabalhos disponíveis.

A intensificação e a aceleração também levam ao empobrecimento da capacidade criativa dos profissionais, algo que tem se buscado sanar pelo processo de ampliação da instrucionabilidade desse trabalho – graças ao desenvolvimento das novas tecnologias. Nesse sentido, há cada vez menos componentes de trabalho vivo criativo e mais corporificação do trabalho morto criativo (em softwares, aplicativos e afins), ou

seja, todo o processo técnico criativo vivo é objetificado, em grande medida, nas tecnologias da informação, o que nos remete à próxima tendência, que é a padronização.

A ampliação do grau de instrução, a partir da aceleração e da intensificação, carrega o trabalho de conhecimento criativo para a padronização e formalização de seus produtos. De certo modo, isso permite não só a realização mais rápida, mais massiva e com menos custo, mas também, em termos de substância, que haja menos adaptações, tornando sua aplicação mais simplificada. Essa tendência é um dos cerne do processo de flexibilização do trabalho, especialmente com a possibilidade de substituição da força de trabalho, ou seja, de tornar os trabalhadores de conhecimento mais substituíveis. Conforme aponta Huws,

A padronização é um pré-requisito para a terceirização e a realocação, mas, uma vez ocorrida, ela facilita ainda mais outras terceirizações e realocações, em um processo recursivo que pode ser descrito como 'efeito bola de neve'. Entretanto, com frequência os gerentes [ou clientes] subestimam a quantidade de conhecimento tácito necessária para permitir que sistemas supostamente padronizados operem tranquilamente. Para realizar seus trabalhos, os trabalhadores têm de utilizar criatividade, qualificações e conhecimentos, dos quais não recebem crédito ou recompensa. Isso resulta, algumas vezes, em um deslocamento invisível de tarefas que vai dos trabalhadores de conhecimento para aqueles mais abaixo na cadeia. (HUWS, 2017, p. 275)

Como exploraremos mais adiante, a degradação a partir da padronização também é substancial, pois promove a transfiguração da qualificação (a experiência) em um nível de instrução, no qual as tarefas podem ser executadas com base na instrução dos trabalhadores, minimizando aspectos de sua formação. A ampliação da terceirização, de contratos temporários e da flexibilização das jornadas apenas dão o tom de como o metabolismo tendencial do capital caminha, também no trabalho criativo, para a degradação das condições de trabalho em prol da ampliação das formas de extração do mais-valor.

Além de todo esse cenário, é importante ressaltar que a degradação das formas estabelece maneiras de controle que se impõem sobre o trabalho criativo, impactando diretamente a esfera da autonomia dessas atividades. Há uma forma de controle pessoal que é exercido por meio de relações e obrigações entre trabalhadores, clientes e empregadores que se conhecem e pode funcionar como uma relação paternalista ou de favores. O ponto importante é que, diante da crescente precariedade do mercado e dos contratos de trabalho, esse controle favorece práticas de exploração, como trabalho não-

remunerado, intensificação e múltipla atuação (de funções e tarefas), descumprimento de termos contratuais, com a esperança de que tais trabalhadores possam se engajar em novos trabalhos e oportunidades. Em casos mais severos, essas práticas podem levar a assédio ou até predação sexual por parte seja dos empregadores, seja dos clientes, em uma relação de subordinação altamente precarizada.

Há também uma espécie que podemos chamar de controle taylorista que, especialmente a partir do trabalho de Braverman (1980)⁶¹, é marcado pela imposição de metas e gestão por resultados. Como indicamos as tendências de intensificação e aceleração como padrão de degradação, esse controle tende a cercear a possibilidade criativa desses trabalhadores, empurrando a atividade para tarefas padronizáveis. Além disso, há também o controle de mercado, que funciona cada vez mais como regulador da mercadoria-trabalho-criativo, no qual, a despeito das qualificações e potenciais desses trabalhadores, na competição por trabalho, eles estão sujeitos às demandas e interesses de contratação, uso e remuneração das empresas.

Os efeitos dessas formas de controle, que não raro acontecem simultaneamente, são variados. Como aponta Huws,

Quando diferentes formas de controle existem, uma ao lado da outra, as pressões contraditórias sobre os trabalhadores parecem ser tão grandes que frequentemente eles se sentem desempoderados para adotar qualquer forma efetiva de resistência. Em vez disso, a resposta pode ser apenas adoecer física ou mentalmente, descarregando a tensão sobre suas famílias (ou se abstendo de qualquer forma de convivência familiar), sofrendo burn-out, abandonando qualquer perspectiva de futuro, assumindo uma postura de cinismo anômico, engajando-se em atos isolados de sabotagem ou para descarregar suas frustrações, ou adotando uma atitude cruel do tipo 'cada um por si', que pode fazer com que passem por cima dos interesses de seus colegas de trabalho. (HUWS, 2017, p. 283)

É importante notar que algumas tendências se desnudam em todos os cenários para essa classe de trabalhadores criativos de conhecimento. Primeiramente, sua padronização e intensificação do trabalho, com constante aceleração do seu ritmo. Tal processo está diretamente conectado com a precarização do trabalho, como temos apontado até aqui, e aparece como evidência apontada fortemente na literatura (HUWS, 2017; ANTUNES, 2018; ROSSO, 2017; ANTUNES & BRAGA, 2009). Uma das consequências é a constituição da auto-responsabilização do trabalhador pela sua própria condição de estar trabalhando, de arregimentar sua condição de subsistência e

⁶¹ Citado também em Huws (2017).

vida, como se a trajetória do trabalhador estivesse apartada da empresa. A esse elemento de responsabilização por seu trabalho e qualificação denomina-se *empregabilidade*, que seria a capacidade que os indivíduos precisam ter para que sejam solicitados em novos projetos (PIRES, 2018).

Há ainda consequências não apenas nas condições de trabalho, mas também na subjetividade desses trabalhadores: ampliação da insegurança e apreensão diante do futuro sem possibilidade de planejamento para si e seus familiares. São consequências de pressões constantes enfrentadas por tais trabalhadores, que envolvem trabalhar a partir de metas estabelecidas externamente (pelos clientes) sem previsão futura de ter mais projetos, tomar horas não laborais para tarefas de trabalho, além da demanda crescente por qualificações emocionais e comunicacionais (chamadas de *soft skills*), não conectadas diretamente com sua atuação.

Essas tendências e formas se manifestam concretamente na distribuição laboral desses trabalhadores em uma sequência de situações que explicitam, no trabalho de conhecimento criativo, a degradação: 1) a exigência de responder (e agradar) as demandas dos clientes – demandas estas que podem ou não estar incorporadas em contratos ou combinações anteriores – e arcar com o impacto da insatisfação destes; 2) a exigência de estar disponível em tempo de trabalho (especialmente cognitivo) o tempo todo; 3) a necessidade de exercer outras qualificações (fora do universo laboral de qualificação), como emocionais e comunicativas; 4) a necessidade de trabalhar a partir de metas, mensurações externas e indicadores de performance; 5) a introdução de novas formas de controle e monitoramento – que envolve aspectos comunicacionais, como o uso de plataformas de tecnologia (como redes sociais) para “expor o trabalho que está sendo realizado”; 6) a cristalização de novas divisões internas, com a reunião de conhecimento especializado em banco de dados mais abrangentes, determinando estruturas de duplo nível, com um pequeno número de super especialistas e um grande contingente de trabalhadores substituíveis (de nível instrucional); 7) o agrupamento de serviços diversos em produtos padronizados comerciáveis – fomentando a padronização dos produtos no campo, commoditizando tanto os trabalhadores quanto as empresas⁶²; e 8) uma casualização generalizada das relações de emprego, com a abordagem (herdeira

⁶² Aqui estamos tratando das empresas pequenas e médias que, no contexto da indústria criativa, fazem a intermediação de projetos para clientes (grandes empresas que as contratam) e trabalhadores criativos de conhecimento.

do toyotismo) *just in time* aos empregados, mantendo a força de trabalho sob estresse contínuo – a intensificação e aceleração das demandas e resultados.⁶³

Portanto, a degradação das formas do trabalho de conhecimento criativo ocorre a partir do modo como a flexibilização dos contratos, incidindo sobre a distribuição das horas laborais, afeta os processos de intensificação, aceleração e padronização do trabalho. O efeito degradante na condição objetiva do trabalhador de conhecimento criativo é o estabelecimento de contratos menos consistentes, tornando sua atuação profissional cada vez mais substituível e precária, especialmente influenciando na apropriação do tempo de não trabalho pelo trabalho. Nesse sentido, a flexibilização também atua na mudança da substância do trabalho criativo. É o que trataremos no próximo tópico.

1.5.1.2 A degradação substancial

A flexibilização do trabalho no setor de comunicação e informação também gerou impactos na substância do trabalho de conhecimento criativo. Além das transformações das formas, a partir da desregulação de contratos, produzindo intensificação e aceleração do ritmo de trabalho, o processo de degradação atingiu a qualificação dos trabalhadores criativos. Vamos explorar esse ponto neste tópico.

O papel dos trabalhadores criativos de conhecimento no desenvolvimento capitalista está no centro das demandas de inovação. Como ela depende de criatividade e trabalho humano, eles se tornam uma força de trabalho bastante integrada a esse desenvolvimento. Porém, no processo da flexibilização do trabalho, além do impacto nas condições laborais (contratos, horas, organização e empregabilidade), há também uma degradação da qualificação. A noção de desqualificação como parte de tal movimento é fundamental, “mostrando que as formas nas quais o conhecimento tácito dos trabalhadores poderia ser capturado pelos gerentes, analisado, padronizado e mecanizado para criar processos simplificados de trabalho, que poderiam ser realizados pelos trabalhadores menos qualificados (e, portanto, mais baratos)” (HUWS, 2017, p. 261).

⁶³ A lista de situações é baseada na abordagem de Huws (HUWS, 2017) sobre trabalho informacional.

Essa desqualificação aponta para umas das questões centrais do processo de degradação: a degradação substancial. A flexibilização atravessa não apenas as formas de organização do trabalho, mas também a matéria da divisão do trabalho, mudando a natureza daquilo para o qual o trabalhador é qualificado e realiza sua atividade. Essa degradação ocorre de maneira conectada com a degradação da forma, pois muitas de suas manifestações advêm da mudança da divisão do trabalho a partir dos processos de flexibilização.

Determinado profissional, a partir, por exemplo, de um *downsizing* na empresa, pode ter suas tarefas remodeladas (ou, como é mais comum, acumuladas), alterando a natureza do seu trabalho. Ainda há a questão de algumas tarefas que, por meio do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, passam a ser rotinizadas e executadas por trabalhadores com qualificação menor – baseadas, portanto, em nível de instrução e não de formação. O que está por trás desse processo é uma das tendências apontadas de degradação: a padronização. A partir do impacto das novas tecnologias e da necessidade de reprodução mais intensa, acelerada e com menor custo, as tarefas do trabalho criativo passam por um processo de padronização que as tornam mais aplicáveis e substituíveis.⁶⁴

A padronização como padrão de desqualificação e simplificação não é uma exclusividade da indústria criativa. Como demonstra a análise de Ruy Braga (2009), a partir do trabalho empírico com atendentes de telemarketing, sobre como a infotaylorização contemporânea “testemunha vigorosamente a presença da simplificação e desqualificação do trabalho exatamente naquele campo outrora tido como refratário ao diagnóstico de Braverman: o trabalho de alta tecnologia, de serviços e de escritórios” (BRAGA, 2009, p. 87).

Essa leitura bravermaniana toma parte também nas análises sobre qualificação de profissionais do TI, como as realizadas pelas pesquisadoras Ieger e Lima (2018).

⁶⁴ Como aponta Huws, a partir da análise sobre trabalho informacional: “Em geral, pode-se afirmar que está crescendo rapidamente o número de tarefas que envolvem qualificações genéricas padronizadas relacionadas à informática, seja isso medido em termos do número de pessoas que têm empregos que demandam exclusivamente essas qualificações, ou em termos da proporção de tempo que é gasto com essas tarefas por trabalhadores cujos empregos também demandam outras qualificações (ou, de fato, ambas). (...) O fato de que as qualificações são agora genéricas tem tornado mais fácil passar lateralmente de um emprego a outro, de companhia para companhia, e de setor a setor. Mas, pela mesma razão, cada trabalhador se tornou mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível (...) A combinação dessa nova mobilidade ocupacional com uma imensa expansão do contingente potencial de trabalho também tornou mais difícil construir grupos identitários estáveis, baseados em qualificações compartilhadas” (HUWS, 2017, p. 223-224).

Desde os anos 1970, como elas demonstram, a partir dos primeiros passos da flexibilização no trabalho informacional, a ideia de *competência* tem superado a de *qualificação* à medida que as demandas e exigências sobre trabalhadores têm sido além das questões técnicas. Nesse sentido, a qualificação tem sido deslocada de uma capacidade baseada em uma formação técnica para uma habilidade desenvolvida a partir de uma instrução focada na execução de uma tarefa (dentro de um projeto). Em outras palavras, há, nesse processo, um fechamento dos saberes, que se constituem cada vez mais alienados e voltados para a execução fragmentada e esvaziada.

As autoras retomam na discussão clássica sobre qualificação, que sempre teve valor social para discutir trabalho no capitalismo, a análise clássica Harry Braverman (1980) que, ao analisar o processo de automação do trabalho como um elemento de desqualificação (ou esvaziamento da qualificação), já apontava para a noção de instrucionabilidade, pois quanto mais repetitiva uma tarefa, menos qualificada seria. Como indicam as autoras,

(...) há um processo crescente de desqualificação com a automação do trabalho. [Para Braverman] o capitalismo destrói as habilidades do trabalhador e provoca o surgimento de qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. A distribuição de conhecimento do processo produtivo entre todos os trabalhadores torna-se uma barreira ao seu modo de funcionamento (...) a qualificação se degrada juntamente com a deterioração do trabalho, e o gabarito pelo qual ele é medido acanhou-se a tal ponto que hoje o trabalhador é considerado como possuindo uma 'qualificação' se ele ou ela desempenham funções que exigem uns poucos dias ou semanas de preparo. (IEGER & LIMA, 2018, p. 274)

Há aqui uma conexão importante com uma releitura das teses de Braverman acerca da degradação do trabalho, na qual "existiria realmente uma tendência do capitalismo a degradar, ou seja, simplificar e desqualificar o trabalho, aumentando assim o controle capitalista sobre o processo de trabalho por meio da separação das atividades de concepção e execução" (BRAGA, 2009, p. 87). Interessante considerar que, juntamente com o processo da divisão do trabalho, houve ampliação dos ramos de especialização, como escolas próprias de formação, associações profissionais, manuais e guias. Trata-se, assim, de certa consolidação desse campo (dentro do setor) de trabalho de escritório. Ao mesmo tempo, especialmente nos ramos que se aproximam mais das artes da indústria criativa, houve um processo de convergência e instrumentalização daquelas atividades menos para fruição artística do que para possibilidades de uso e apropriação no mercado.

De acordo com Braverman (1980), a solução dos problemas para o trabalho de escritório, espelhados na fábrica, concentra-se primeiro na divisão técnica do trabalho e depois na mecanização. A raiz da degradação está, portanto, nos processos de racionalização do trabalho para torná-lo mais controlado e formatado em prol da ampliação do trabalho excedente (à moda da fábrica). Isso incide tanto na configuração da forma (nos contratos e, posteriormente, nas formas de contratação diante da flexibilização – acompanhando processos de reestruturação produtiva do capital), como já tratamos acima, quanto na matéria do trabalho, a partir da divisão técnica e da mecanização. Tal processo implicou o aumento do trabalho manual também vinculado ao escritório: execuções mentais racionalizadas que são quase como execuções manuais da fábrica, dado seu caráter automatizado e repetitivo, sobretudo para a grande massa de trabalhadores⁶⁵:

O trabalho mental é feito no cérebro, mas uma vez que assume a forma no produto externo – símbolos lingüísticos, números e outras formas de representação – implica operações manuais tais como escrever, desenhar, operar máquinas de escrever etc. – para fins de criar o produto. É, portanto, possível separar as funções de concepção e execução: tudo o que se exige é que a escala de trabalho seja suficientemente grande para tornar esta subdivisão econômica para a empresa. (BRAVERMAN, 1980, p. 268)

É nesse movimento de divisão, formatação e operação que encontramos a raiz para compreender o que chamamos de degradação substancial, enquanto, no interior do desenvolvimento do capitalismo, parte da dinâmica da evolução do trabalho mental:

A eliminação progressiva do pensamento no trabalho de escritório assume a forma, assim, da redução do trabalho mental à execução repetitiva da mesma pequena série de funções. O trabalho ainda é feito no cérebro, mas o cérebro é usado como o equivalente da mão do trabalhador de pormenor na produção, pegando ou soltando uma única peça de ‘dados’ uma vez por outra. O passo seguinte é a eliminação do processo pensante inteiramente – ou pelo menos na medida em que é sempre retirado do trabalho humano – e o aumento das categorias burocráticas nas quais nada mais que trabalho manual é executado. (BRAVERMAN, 1980, p. 270)

Ao observarmos as questões concernentes às tarefas dos trabalhadores da indústria criativa, percebemos que há grande convergência desse diagnóstico de Braverman com o processo de degradação substancial. A maquinaria, especialmente o

⁶⁵ Alguns dos caminhos dessa divisão, e a importância do trabalho mental já estavam esboçados em Charles Babbage, no século XIX. Como argumenta Braverman, a partir do trabalho de Babbage: “(...) estava, portanto, aberto o caminho para duas conclusões que o capitalismo acha irresistíveis, sejam quais forem as consequências para a humanidade. A primeira é que o trabalho de pessoas instruídas ou mais bem pagas jamais deve ser ‘desperdiçado’ assuntos que podem ser feitos para eles por pessoas menos instruídas. A segunda é que os de pouca ou nenhuma instrução são superiores para o desempenho de trabalho rotineiro, em primeiro lugar porque podem ser comprados a preço baixo, e em segundo porque imperturbados por coisas em demasia em seus cérebros, farão as rotinas correta e fielmente” (BRAVERMAN, 1980, p. 269).

computador (na sua forma mercadorizada a partir da evolução dos PCs), é a principal ferramenta desse processo de mecanização da atividade criativa. Ademais, da maneira que o trabalho é simplificado, rotinizado e medido, ele persegue a tendência de ser acelerado. Nesse sentido, as exigências de qualificação (formação) se tornam confusas: são demandados títulos como ensino superior, mas o trabalho executado não condiz com tal formação – muitas vezes se torna apenas uma moeda “simbólica” de qualidade. Dá-se, então, o “*vasto proletariado sob forma nova*” (BRAVERMAN, 1980, p. 300).

Essa degradação incide, nesse sentido, na qualificação dos trabalhadores. A execução criativa se torna cada vez mais uma atividade instrucional – ou como Braverman (1980, 304) chama de “processo de formação de dados padronizados universais” –, em que a tarefa (seja de projeção, de texto, de imagem) passa a ser mais e mais formatada. Isso ocorre com ajuda das tecnologias e ferramentas utilizadas, que possuem grande grau de criatividade corporificado nelas e, portanto, é mais executável do ponto de vista “amador” – ou seja, a experiência não significa mais um impeditivo de formação da força de trabalho e menos ainda de custo para que possa ser realizado. Mas o que é corporificado? A experiência dos trabalhadores.

Como tratamos no tópico sobre trabalho de conhecimento criativo, a qualificação é composta de formação, experiência e vocação. Dentre estas, a experiência é a habilidade que é desenvolvida e está mais submetida às necessidades da empresa, ou seja, mas conectada aos objetivos vinculados ao capital, tendo também característica menos “transmissível” do que a formação. Mas a execução da experiência do trabalho criativo, conforme tem desenvolvido formas de resolver e entregar demandas, vai adquirindo, por meio da padronização, novos níveis de instrução que vão sendo corporificados nas ferramentas de trabalho – como softwares, programas, aplicativos. Essas ferramentas, parte do maquinário essencial dos trabalhadores de conhecimento criativo, passam a ditar as maneiras como as tarefas devem ser executadas e circunscrevem a capacidade criativa para se tornarem mais produtivas⁶⁶. Em outras palavras, o trabalhador criativo passa a executar, dentro do ritmo acelerado e

⁶⁶ O olhar de longo alcance da análise de Braverman, feita nos anos 1970, chega a ser impressionante, como neste trecho: “(...) a medida da produtividade do trabalho veio a ser aplicada ao trabalho de todos os tipos, mesmo ao trabalho que não tem produtividade alguma. (...) E a própria ideia de ‘riqueza das nações’ desapareceu, suplanta pelo conceito de ‘prosperidade’, noção que nada tem a ver com a eficácia do trabalho na produção de bens úteis e serviços, mas que se refere à velocidade do fluxo dentro dos circuitos do capital e mercadorias no mercado” (BRAVERMAN, 1980, p. 352).

intenso, tarefas cada vez mais padronizadas, baseadas menos na sua criatividade e experiência (que compõem também a vocação) e mais nas instruções já delimitadas – a partir daquilo que a empresa sabe que dá certo para entregar.

Nesse sentido, a experiência se torna paulatinamente mais objeto de instrução, e a qualificação, por sua vez, dada a sua composição, se transfigura em um nível de instrucionabilidade do trabalho⁶⁷. Esse processo, que atua na substância do trabalho criativo, terá duas consequências diretas para o trabalhador: a ampliação da degradação substancial, de sua substitubilidade, e o engendramento de maior alienação no processo de trabalho.

A substituíbilidade do trabalhador se dá por meio ampliação do caráter substancial amador da tarefa desempenhada. A instrucionabilidade do trabalho que leva à amadorização de toda a cadeia – conectada, em seus postos, à realização das tarefas que vão sendo instrucionalizadas em sua matéria – atinge praticamente todos os postos. O termo *amador* é usado para demarcar uma posição na qual a qualificação está menos baseada na formação e mais na capacidade do trabalhador de seguir instruções do trabalho criativo. Essa instrucionabilidade, seguindo padrões de flexibilização, também colabora para ampliação do mais-valor à medida que desloca o trabalho vivo criativo para a instrução (geralmente em nível maquínico), reduz o custo da força de trabalho e a possibilidade de rotação, além de facilitar o aumento do tempo excedente na jornada desses trabalhadores.

Há outro elemento importante de impacto para o trabalhador de conhecimento criativo a partir da transfiguração substancial da qualificação: ao invés da experiência estar conectada a um processo de cristalização do prestígio (que advém, no contexto do trabalho de conhecimento criativo, na conjunção da formação e vocação), ela se torna espaço para mais exploração, pois a constante atualização das capacidades e a mudança constante das perspectivas no trabalho criativo fazem com que muitos desses trabalhadores atuem em um processo frequente de adaptação. A experiência se torna, portanto, uma forma incessante de "*aprender a fazer*", conjugando-se menos como

⁶⁷ Mais uma vez, uma contribuição pertinente de Braverman para agregarmos à análise: “Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o próprio conceito de qualificação torna-se degradado juntamente com a deterioração do trabalho, e o gabarito pelo qual ele é medido acanhou-se a tal ponto que hoje o trabalhador é considerado como possuindo uma ‘qualificação’ se ele desempenha funções que exigem uns poucos dias ou semanas de preparo” (Braverman, 1980, p. 375).

reconhecimento (no aspecto de uma carreira, do acumulado) e mais como oportunidade nova para novas tarefas.

A socióloga Aline Pires (2018) desenvolve uma discussão interessante sobre os sentidos da qualificação, trazendo um elemento do trabalho informacional que pode nos ajudar a observar criticamente a indústria criativa acerca do deslocamento da qualificação para "competência". O que ela consegue captar é que, para além dos níveis instrucionais, que determinam a qualificação para exercer a atividade laboral, outras capacidades entram em cena e compõem um quadro desejado de demandas sobre o trabalhador de conhecimento. Nesse sentido, a qualificação passa a ser denominada de "competências" ao refletir uma ampliação da medida do trabalho para além da técnica, envolvendo outras formas de enquadramento do controle do trabalho, como elementos subjetivos ou comportamentais.

Tudo passa, portanto, a ser passível de mensuração e verificação e computa (como competência) na ideia de qualificação (ou intenção e necessidade de qualificação) ao qual trabalhador está sujeito, considerando que a auto-responsabilização coloca nele o peso de autogerir tal qualificação. A qualificação não passa mais a ser o *saber* que dá base ao *saber-fazer* (em termos de instruções), mas também o *saber-ser* e o *saber-agir*. É uma ampliação das esferas que depositam perspectivas de controle e formatação do trabalho em grande medida como parte da própria responsabilidade desse trabalhador buscar.

Desse modo, vai se constituindo um processo de degradação substancial do trabalho de conhecimento criativo à medida que é incorporada nas tarefas do trabalho (dentro do projeto) uma perspectiva de instrucionabilidade que tende a relativizar o caráter formal da qualificação, obtida pelas credenciais técnicas e acadêmicas. Tais credenciais se tornam importantes como "entrada", mas cada vez menos decisivas na reprodução da empregabilidade e no desenvolvimento do trabalhador criativo, levado a assumir uma postura de buscar novos aprendizados e capacidades constantes a fim de dar conta das demandas instrucionalizadas que aparecem nos projetos. É a dinâmica do *aprender fazendo*, que serve não apenas como processo da instrução da tarefa a ser executada, mas também como medida no discurso sobre os atributos do trabalhador flexível (como mensuração, por exemplo, de ser resiliente e se adaptar a novas exigências).

É nesse sentido que a experiência, como apontado acima, passa por uma transfiguração: ela não indica mais o depois-da-formação, a consolidação do saber-fazer criativo conectado com a vocação; apenas encaminha a entrada ou as possibilidades de empregabilidade a partir da exploração. A dinâmica flexibilizada dos contratos, projetos temporários ou mesmo do *hope labour* indicam como a experiência se torna base para ampliar a exploração desse trabalhador do conhecimento. De certo, a fungibilidade percebida na razão instrumental do trabalho mercadorizado se reflete aqui na constituição das atividades, baseadas na flexibilização e nas entregas. O trabalhador flexibilizado se torna efêmero em sua própria carreira, mas intensificado nas tarefas e na dinâmica de exploração em cada projeto, em que a experiência de aprendizado, como princípio de instrução, se esgota ali, ao invés de percorrer um caminho de construção. O ponto fundamental é como as habilidades comportamentais entram em campo para a constituição do perfil do trabalhador, o que, sem dúvidas, determina o impacto em sua subjetividade – dado que os afetos acabam envolvidos no processo do trabalho e sua empregabilidade.

A degradação substancial, a partir da reconfiguração da qualificação em níveis de instrução, também aprofunda a alienação do trabalhador criativo. A questão da coisificação é bem relevante pois se conecta com a qualificação e o impacto da instrucionabilidade do trabalho de conhecimento na indústria criativa como critério de alienação – juntamente com o discurso sobre o trabalho⁶⁸. Novas demandas de qualificação envolvem novas formas de reificação do trabalho vivo, requeridas pelas novas ferramentas do maquinário digital.

Em suas considerações sobre a utilização capitalista da maquinaria, ou seja, onde há convergência da relação entre qualificação e reificação do trabalho, a pesquisadora Simone Wolff (2009) aponta que a instrumentalização do trabalho humano marca o fenômeno da reificação do trabalho vivo. Para destrinchar essa abordagem, Wolff (2009) retoma a distinção entre automação rígida e flexível. A automação rígida equivale ao primeiro processo de maquinação do capitalismo, tanto na primeira quanto na Segunda Revolução Industrial, marcada pelo fordismo, até os anos 1970. É rígida por não permitir variações no tipo de informações incorporadas na sua correspondente

⁶⁸ No capítulo 2 aprofundaremos as dimensões do discurso sobre trabalho flexível enquanto processo de racionalização das condições de trabalho diante a flexibilização.

maquinaria (WOLFF, 2009: 92) e possui franca base mecânica. Essa automação corresponde ao primeiro processo de transformação das ferramentas de trabalho em instrumentos mediadores do processo ao ponto de partida, ou como Marx aponta em sua contribuição teórica, aquilo que transforma o homem nele próprio instrumento de produção, em coisa, ao passo que a máquina parece ser complexa e adquirir “vida” (MARX, 2011; 2013). Essa passagem do homem (metamorfose do trabalhador) como mero órgão consciente da máquina a uma mera abstração é o segundo movimento de abstração do trabalho humano – vinculado à reificação do trabalho e à alienação do trabalho.

Os principais movimentos de abstração se configuram como engendramento do fetichismo e da reificação. O primeiro é o do nascimento do trabalho abstrato, que ocorre a partir da alienação sofrida pelo trabalho vivo quando se torna trabalho assalariado – da separação do trabalhador de seus meios de produção. O trabalho abstrato, quantificado, é o trabalho voltado para a produção e reprodução de mercadorias (incluindo, especialmente, a própria mercadoria força de trabalho). É esse trabalho abstrato que cria mais-valor e, segundo Wolff sintetiza,

(...) é trabalho alienado aquele que reifica, ou seja, aquele que, seguindo a lógica da produção capitalista, abstrai (aliena) as qualidades do trabalho vivo para proceder sua transformação em mercadoria (coisa). Assim procedendo, o realiza como peculiar mercadoria cujo consumo gera valor e mais valor que ela própria. (WOLFF, 2009, p. 93)

A abstração oriunda do trabalho assalariado, como Wolff (2009) ressalta, é parte da dimensão ontológica da alienação⁶⁹. Essa inversão priva o trabalho de sua dimensão humana ontológica, transfigurando-a em sua própria negação. É um processo de subtração no qual as qualidades são externalizadas e objetificadas, ficando à mercê da produção de valor para o capital por meio do trabalho assalariado. Nas palavras da autora,

Essa objetivação é fundamental para o processo de valorização, pois é, a partir dela que é possível quantificar os elementos qualitativos do processo produtivo e, dessa forma, efetivar sua padronização e necessária simplificação, o que vai se refletir diretamente na redução do tempo de trabalho não pago e, conseqüentemente, no aumento daquele dedicado à produção de mais-valia. (...) [é o] processo de sucção do trabalho vivo pelo trabalho morto, em que o trabalho passado, já definitivamente organizado e

⁶⁹ “O trabalho assalariado/abstrato impugna a dimensão ontológica do trabalho humano à medida que promove uma cisão do homem com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens. Por ser compulsório e desprover os homens dos meios necessários para realizarem autonomamente sua atividade, a lógica do salário retira a qualidade que lhes diferencia de uma mera atividade animal, ou seja, aquela que lhe confere criatividade, reduzindo-o tão somente à busca pela sobrevivência” (WOLFF, 2009, p. 94).

tornado propriedade do capital, determina o trabalho presente, restringindo, assim, sua autonomia e, por conseguinte, toda a diversidade e criatividade próprias da atividade humana. (WOLFF, 2009: 94).

É nesse sentido que entram os objetos ou ferramentas, isto é, a maquinaria, que concretizam a transformação da força de trabalho em meio de trabalho e, assim, são parte do segundo movimento de alienação (abstração). A maquinaria impõe um controle sobre o trabalho vivo, formado pela padronização e prevalência do trabalho abstrato – pela simplificação realizada por tais ferramentas. Há uma inversão alienante com aprofundamento qualitativo, tornando a máquina possuidora da atividade consciente, enquanto o trabalhador (ser humano) seria o possuidor da atividade mecânica⁷⁰. É por esse viés que podemos relacionar a alienação com a qualificação do trabalho e com a reificação. A maquinaria lança um novo tipo de alienação do trabalho por promover o afastamento da subjetividade do trabalhador. É uma nova abstração, uma segunda abstração, que distingue o novo tipo de alienação operado pela maquinaria que, por sua vez, vai incidir diretamente na qualificação do trabalho vivo.

Como já tratamos acima, os processos de padronização, incorporados nas ferramentas e no maquinário de trabalho, impactam a temporalidade e os procedimentos da execução das tarefas, tornando-as cada vez mais níveis de instruções executáveis. De certo, essa maquinaria possibilita um avanço qualitativo na subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que promove a otimização do controle sobre os processos de trabalho. Nesse movimento, ela metamorfoseia o trabalhador em mero operário, ou seja, torna sua qualificação equivalente à reificação, o que corresponde a um movimento de esvaziamento e generalização da baixa qualificação do trabalho.

Quando observamos o processo laboral no trabalho criativo, na base do processo de instrumentalização do trabalho humano enquanto fenômeno de reificação do trabalho vivo, encontramos algumas consonâncias (ou continuidades) com o que estamos chamando de processo de degradação substancial do trabalho de conhecimento, marcado pela intensa e crescente instrucionabilidade (ou também “amadorização”),

⁷⁰ “Revela-se a reificação do trabalhador igualmente como um fenômeno estreitamente relacionado à expropriação do seu saber, e que encontra no emprego da maquinaria na produção sua expressão mais bem acabada. (...) tal processo tornou-se um processo de separação entre trabalho e conhecimento, entre o fazer e o saber, entre concepção e execução. A reificação é compreendida tanto no trabalho de execução, pela abstração da sua propriedade de planejar e decidir sobre o modus operandi de suas atividades – sentida pela maior parte da força de trabalho –, como dentro do trabalho de concepção, que é suprimido de uma parte fundamental para sua plena realização: a experiência empírica, a qual lhe abre todo um leque de possibilidades colocado fora do caminho unívoco da lucratividade” (WOLFF, 2009, p. 95).

especialmente quando a análise é aplicada ao processo de automação flexível. A automação flexível é designada pelo fato de as informações sobre processo produtivo serem modificadas sem que se altere sua base material. De acordo com Wolff (2009), essa forma de automação compõe o terceiro movimento de abstração, sendo assim também um novo tipo de alienação e reificação do trabalho vivo.

No caso da automação flexível, o que é materializado é a capacidade do trabalhador de produzir informações, ou seja, um processo de “objetivação, pela máquina, de funções abstratas, reflexivas do cérebro” (WOLFF, 2009, p. 101). O que está sendo sugado, usando a metáfora marxiana tratada na automação rígida, são as capacidades cognitivas dos trabalhadores. A informação é matéria-prima e, assim, a divisão entre concepção e execução também é remodelada para alterar o fluxo da informação na cadeia produtiva⁷¹. É a reificação do saber tácito, aquele que exerce papel de trazer diferencial para otimização das inovações incrementais, que se trata esse processo, que ocorre por meio dos softwares e da competição entre empresas. Assim, a reificação, no caso do trabalho criativo, da composição de qualificação, especialmente da formação e vocação, são corporificadas na maquinaria. Wolff (2009) explicita isso neste trecho:

O desafio atual para as empresas de ponta é identificar, conservar, acessar, atualizar, difundir, utilizar, colocar em sinergia e valorizar o conhecimento disponível na organização e fora dela. É desse modo que ocorre o processo de transformação do conhecimento em dado que, dessa forma, converte-se em matéria-prima (softwares) e passa a fazer parte do processo de valorização do capital. (...) a fórmula essencial dessa estratégia [de reduzir custos da produção] é fazer preponderar o trabalho morto sobre o trabalho vivo. No quadro da produção intensiva de tecnologia da informação, essa fórmula acontece pela metamorfose do cognato do trabalhador em um fator de produção que, uma vez coagulado na maquinaria, converte-se em trabalho morto (dados e/ou softwares). Essa transformação é conseguida mediante a codificação do saber-fazer operário e, por isso, pode-se dizer que assinala aquilo que se considera um quarto estágio da divisão capitalista do trabalho visto que repercute diretamente na sua divisão técnica. (WOLFF, 2009, p. 103)

O que está em questão, portanto, é a reificação do conhecimento, ou seja, a transformação do conhecimento construído pelo trabalhador criativo em dados que podem ser reproduzidos e serem base de instruções para serem reaplicados. Nesse

⁷¹ “É assim que a maquinaria informática possui uma peculiaridade essencial quando cotejada com as maquinarias anteriores: a transformação da cognição em insumo do processo produtivo. Desde tal mudança, a reificação do trabalhador deixa de ser expressa pelo intento de convertê-lo em homem-máquina, tal como no taylorismo-fordismo, e se configura como uma tentativa de se humanizar a máquina desde o projeto de uma inteligência artificial que deve ser constantemente alimentada de dados por um 'trabalho informacional'” (WOLFF, 2009, p. 102).

sentido, entendemos que esse processo de reificação atinge e conforma um segundo traço da degradação substancial do trabalho de conhecimento criativo. Ele reifica a cognição criativa e a transforma em modelo que, reaplicado de maneira padronizada nos processos de intensificação e aceleração do trabalho, precariza e degrada a substância do trabalho executado pelo trabalhador criativo.⁷²

Uma das consequências desse processo é a redução do comprometimento com o trabalho e da busca de sentido, dois dos traços distintivos que tratamos acima acerca do trabalho de conhecimento criativo. O profissional se sente esvaziado efetivamente diante da reprodução instrucional operacional, e o trabalho passa a não representar mais a possibilidade de exercício de sua formação e vocação. Esse processo culmina em uma nova forma gerenciamento e simplificação da força de trabalho, corroborando sua desvalorização como resultado de sua padronização. Vale adicionar mais um trecho da análise de Wolff, altamente pertinente para nossa reflexão:

Ao simplificar e submeter o conhecimento do trabalho vivo a um determinado padrão, reduz-se também o tempo necessário à sua formação/qualificação e seu custo (salário ou qualquer outra forma de pagamento pelo exercício de suas funções). Daí que a simplificação (leia-se reificação) do trabalho incorre, necessariamente, em sua desvalorização. Ademais, enquadrado sob os comandos de computador, o processo de trabalho volta a ser rigidamente controlado, ainda que em novas bases (...) a padronização que resulta disso tende a simplificar e desqualificar o trabalho vivo, o que reduz em grande medida o espaço da sua criatividade e das inovações incrementais tão necessárias para garantir a competitividade empresarial. (WOLFF, 2009, p. 106)

⁷² "É a transformação do conhecimento em dados, ou, em outras palavras, é a reificação dos produtos do intelecto humano que vai facultar essa 'transferência', leia-se expropriação, do saber operário para os computadores. (...) Sob a produção informatizada, o trabalho abstrato dá um salto qualitativo relativamente àquele realizado pela mecanização: a alienação da destreza mental do trabalho vivo. Uma alienação que se expressa concretamente pela quantificação, leia-se decodificação e codificação, da habilidade cognitiva do trabalho vivo que se coisifica em dados e/ou softwares. É essa reificação que possibilita que as informações se tornem coisas passíveis de serem apropriadas e comercializadas pela empresa. Logo, a questão de fundo que se coloca é a privatização da informação com vistas à capitalização do conhecimento, uma qualidade que só o trabalho vivo pode criar e desenvolver. Dado nada mais é do que a própria quantificação/reificação do conhecimento (...) Quando algo essencialmente qualitativo passa a ser quantificado, ele se coisifica/ reifica. Uma vez que o conhecimento é uma qualidade fundamentalmente humana/subjetiva, efetivar sua quantificação dentro do processo produtivo enuncia o processo de reificação de novo tipo enetado pelas TICs: a mecanização dos frutos da capacidade cognitiva do trabalho vivo. Uma mecanização que também implica um novo tipo de alienação na medida em que, para se tornar operacional, um terceiro movimento de abstração do trabalho vivo tem de ocorrer, a transferência dos resultados de sua criatividade para a nova maquinaria informacional" (WOLFF, 2009, p. 104-105).

É desse modo que se concretiza a degradação substancial como base do processo de reificação dos trabalhadores criativos.⁷³

O cenário que a flexibilização do trabalho criativo coloca é, portanto, de uma degradação das condições do trabalho. Essa degradação assume uma dimensão das formas, na qual há, a partir da flexibilização da distribuição das horas laborais, há um processo de intensificação e aceleração do ritmo de trabalho. Isso impõe, como desafio para o trabalhador de conhecimento criativo, uma realidade concreta de trabalho menos consistente e garantido e a possibilidade de substituição e apropriação de tempo de não trabalho como tempo laboral. A degradação também assume uma dimensão substancial, em que, a partir da padronização do trabalho criativo, ocorre a transfiguração da qualificação em nível de instrucionabilidade que, além de reduzir o sentido do trabalho e amadorizar o trabalhador, aprofunda a alienação e a reificação no trabalho criativo contemporâneo. Essa degradação contribui para a precarização e proletarização dos trabalhadores criativos, uma vez que se conectam com processos de ampliação das formas de exploração e extração de mais-valor dessa atividade. São essas condições concretas que também vão compor as bases daquilo que vai fomentar uma racionalização sobre o trabalho, o que chamamos de discurso do trabalho flexível. Esse discurso, assumindo forma de toda a cadeia – ou seja, empregadores, clientes e especialmente os trabalhadores – vai constituir a maneira como esses agentes justificam e criam sentido nesses processos. É a partir, então, desse discurso que as contradições vivenciadas pelas formas concretas das relações de trabalho vão culminar no processo que é objeto desta tese: a deterioração da condição subjetiva dos trabalhadores criativos.

Vamos analisar a conformação desse discurso e elementos que constituem essa deterioração no próximo capítulo.

⁷³ “Para além de novas habilidades técnicas, torna-se indispensável um tipo de qualificação de selo generalista de modo a conformar um perfil comunicacional de trabalhador capaz de potencializar a sistemática mercadológica planificada nas redes (...) o trabalhador deve estar apto para lidar e resolver situações imprevistas, deve também ser capaz de trabalhar de forma integrada (...) deve se tornar um elo de integração cada vez mais inserido na relação equipe/sistema (...) [se trata portanto de um novo conceito de trabalho e relações de poder] um conceito que abarca a subjetividade do trabalho, sua dimensão cognitiva, chamado de 'trabalho imaterial'. No espaço da grande empresa contemporânea, o 'trabalho imaterial' é justamente aquele que 'produz o conteúdo informacional da mercadoria', ou seja, é um ofício 'onde as taxas de trabalho imediato são progressivamente subordinadas à capacidade de processamento da informação e da comunicação horizontal e vertical'. o trabalho imaterial ou informacional remete à produção e reprodução da comunicação e seu conteúdo mais importante: a subjetividade, donde deve ser incorporado o conceito de 'cooperação produtiva'” (WOLFF, 2009, p. 108).

CAPÍTULO 2 - Ganhos desejados: o discurso sobre trabalho flexível

e a deterioração subjetiva

*What's wrong n*gga?
I thought you was keeping it gangsta?
I thought this what you wanted?
They say if you scared go to church...
But remember He knows the bible too*
Kendrick Lamar, “For Sale?” (2015)

A economia é o método. O objetivo é mudar a alma.
Margaret Thatcher

*O discurso capitalista é algo
loucamente astucioso (...), anda às mil
maravilhas, não pode andar melhor.
Mas justamente anda rápido demais,
se consome. Consume-se de modo que
se consuma.*

Jacques Lacan

O trecho de uma música de hip-hop do artista Kendrick Lamar⁷⁴, que ilustra o início deste capítulo, sintetiza, de maneira alegórica, o que podemos compreender como movimentos do capitalismo. Mesmo diante de sua negação, por meio das críticas construídas (BOLSTANKI & CHIAPELLO, 2020), tudo se torna e se reconfigura como objeto de manutenção e reprodução sistemática. O capitalismo não se atualiza apenas pelos seus movimentos concretos, mas também pela absorção das vozes, mentes e afetos, uma atualização que tem atingido níveis mais profundos com o neoliberalismo.

O neoliberalismo é um conjunto de práticas políticas e econômicas que colocam a liberdade e as capacidades empreendedoras dos indivíduos no centro da construção do bem-estar humano. Para alcançar uma visão de total liberdade, o neoliberalismo exige desregulação, flexibilização, retirada do Estado e privatização como soluções para questões econômicas, políticas, culturais e sociais. O neoliberalismo é, nesse sentido, a face contemporânea e financeirizada do capitalismo, que enfatiza o sentido das trocas de mercado como um fim em si mesmo, em que a acumulação infinita é o objetivo

⁷⁴ Trecho da música “For Sale?”, presente no álbum *To Pimp a Butterfly* (2015). A discussão realizada na música entre o eu-lírico e um suposto demônio (a quem se refere por He) é uma reflexão de que as dimensões ou saídas do mundo passam pelo conhecimento da figura. As promessas e desejos dos sujeitos acabam se tornando armadilhas de sujeição impostas por esse demônio, dado que Ele conhece, mais do que ninguém, as soluções buscadas pelas pessoas. Em suma, aquilo que parece um escape é um cair para dentro do próprio sistema. Esse diálogo lembra, em certa medida, o diálogo de Fausto e Mefistófeles, em Fausto (GOETHE, 1831), mas o que está em jogo no eu-lírico da música são as armadilhas que a liberdade exercida (e não apenas da escolha) possui.

(HARVEY, 2014). Em suma, o neoliberalismo é um projeto de reorganização e reestruturação do capital que visa revitalizar o regime de acumulação, mas que acaba favorecendo a elite capitalista e prejudicando a classe trabalhadora.

Ademais, o neoliberalismo reorganizou a sociedade, introduzindo a lógica normativa do mercado em várias esferas, como universidades, *think tanks*, governos, corporações e mercado financeiro. Essa ideologia promoveu uma ética de ganhos mútuos, em que a política econômica do gotejamento criou ficções sobre benefícios para toda a sociedade. Essa racionalidade é hegemônica e se tornou uma modalidade de discurso incorporada ao modo como muitas pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo cotidianamente, de maneira que o neoliberalismo instituiu uma racionalidade diagnóstica permanente em relação à produção e ao consumo, além de mudar o padrão de tempo e organização laboral (DARDOT & LAVAL, 2016; FOUCAULT, 2008). Ele também instituiu uma política de cortes sociais e austeridade, com retirada de benefícios, direitos e proteções sociais, vinculada a um regime de acumulação por despossessão.

Apesar de ser enunciado como um liberalismo radicalizado, o neoliberalismo é um regime de enquadramentos, disciplinas e regulações. A política de crédito, o desemprego, as medidas severas de ordenação populacional (austeridade), tudo isso se consolida como uma “política de moldura” e de produção de consensos. A racionalidade neoliberal é uma forma de racionalização que dá sentido à racionalidade presente que orienta os trabalhadores criativos, os quais estão sujeitos a um processo de deterioração de sua condição subjetiva, atrelado aos processos de trabalho a partir das condições trabalhistas flexibilizadas. Esse processo é justificado por meio do discurso sobre trabalho flexível, que atua na cadeia laboral sobre todos os agentes e constrói uma dimensão volitiva de justificação do trabalho e o horizonte de expectativas dos trabalhadores. O saldo é, então, a deterioração.

Neste capítulo, abordaremos as bases e a estrutura do discurso do trabalho flexível, que se constitui como uma racionalização para justificar as mudanças no sistema. Analisaremos como essa racionalização neoliberal enfatiza a individualização e a autorrealização dentro do sistema capitalista e também exploraremos a deterioração subjetiva e o sofrimento dos trabalhadores de conhecimento nesse contexto.

2.1) “*Vou ganhar com isto*”: racionalização por meio do discurso do trabalho flexível

As transformações no mundo do trabalho sob o neoliberalismo geraram uma racionalidade que moldou a conduta dos sujeitos na sociedade, refletindo os objetivos do capital. Essa operação não apenas conformou novos sujeitos, mas também gerou um discurso que racionalizou a experiência das mudanças. Nesse sentido, é importante refletir sobre o capitalismo para além de suas estruturas objetivas, pois permite entender como o sistema se reproduz na experiência subjetiva dos indivíduos.

Walter Benjamin (2013) pensa sobre a possibilidade de considerar o capitalismo como uma religião, argumentando que essa estrutura apresenta traços culturais, permanência do culto e caráter culpabilizador. Diferentemente de outras religiões, que propõem a expiação e a reforma do ser, o capitalismo sugere o esfacelamento do indivíduo, que se encontra em um estado de desespero religioso universal. Além das questões objetivas, a subjetividade dos indivíduos é atravessada por essa dimensão que, segundo Benjamin (2013), está eminente na culpabilização, que absorve a existência dos indivíduos a partir do culto ao capital⁷⁵. As "preocupações", entendidas como uma doença espiritual, são um indicativo dessa consciência de culpa provocada pela situação sem saída de cunho comunitário, ou seja, não individual-material. É, portanto, fundamental considerar a dimensão subjetiva na análise crítica do capitalismo, que atravessa os indivíduos e sua experiência.

A partir da análise de Benjamin (2013) sobre o capitalismo como religião, podemos compreender que o foco não está na religião em si, mas em como essa ideia pode contribuir para nossa análise sociológica. Nesse contexto, o **discurso** é fundamental para entender como a dinâmica do sistema é internalizada e justificada pelas pessoas envolvidas nas relações de trabalho, sejam elas empregadoras ou

⁷⁵ “As preocupações: uma doença do espírito própria da época capitalista. Situação sem saída de cunho espiritual (não material) em forma de pauperismo, vadiagem, mendicância, monarquismo. Uma condição tão sem saída é culpabilizadora. As ‘preocupações’ são o indicativo dessa consciência de culpa provocada pela situação sem saída. ‘Preocupações’ surgem da angústia provocada pela situação sem saída de cunho comunitário, não de cunho individual-material” (BENJAMIN, 2013, p. 24).

trabalhadoras subordinadas, pois é o que impulsiona o "culto constante" e regula a subjetividade a partir da experiência vivida.

As transformações provocadas pela reestruturação do trabalho a partir dos anos 1970 também envolveram transformações ideológicas que deram sentido às práticas e disposições dos trabalhadores. Acreditamos que captar os discursos produzidos sobre a realidade do trabalho flexível nos permite perceber as consequências contraditórias permeadas na degradação do trabalho, conforme descrevemos no capítulo anterior, e sua conexão com a deterioração subjetiva.

Podemos ilustrar o que designamos como discurso com o que coletamos no campo. Esse discurso aparece explícito especialmente quando os entrevistados tratam das questões positivas sobre ser *freelancer* e as negativas (que processam, a partir do discurso, como eles experimentam aquela realidade). Nas perguntas sobre o universo *freelancer*⁷⁶ feitas no formulário, buscou-se explorar respostas abertas sobre o melhor e o pior desse universo. Tais perguntas visavam observar de maneira mais explícita e aberta caminhos para compreender como o discurso em torno do trabalho autônomo se manifestava, ou seja, aquilo que estava colocado na superfície capturável das falas e argumentos, tangibilizados pela experiência dos trabalhadores. Na sequência, as respostas nos levaram à compreensão de uma gama de temas ou tópicos de relevância para os trabalhadores autônomos que podem ser categorizados em: liberdade, relação de trabalho, tempo de trabalho, remuneração e gestão do trabalho.

- **Liberdade** se refere a uma perspectiva mais ideológica. Reflete o ideal projetado de liberdade, de livre exercício de escolha e de individualidade. Apesar de envolver quase todas as categorias, incluímos esse tema quando há abordagem mais geral ou abstrata.
- **Relação de trabalho** se refere à relação com pessoas (clientes, colegas, chefe) no contexto do trabalho.
- **Tempo de trabalho** se refere a elementos do dia a dia do tempo usado/ apropriado no trabalho, seja carga horária (geralmente em oposição ao período

⁷⁶ O termo “universo freelancer” foi utilizado no campo por se tratar de termo nativo, com o qual os trabalhadores autônomos iriam se identificar. Como percebemos por meio da análise do material secundário – especialmente as produções culturais sobre o tema, incluindo imagens, postagens em redes sociais e podcasts –, esse termo teria melhor aderência para captarmos as informações que foram analisadas.

9-17h) ou deslocamento/espço. Incluímos "espço" como elemento dentro do tempo de trabalho porque se trata de uma ocupação específica do espço (escritório/sala comercial, etc.) dentro do tempo de trabalho.

- **Remuneração** se refere a valores, preços, ganhos no e do trabalho.

- **Gestão do trabalho** se refere a todas as atividades não vinculadas especificamente ao trabalho de qualificação.

A questão que envolve a parte da dimensão volitiva do trabalho como *freelancer* é em torno da liberdade e do tempo de trabalho, englobando a flexibilidade como condição de bem-estar, da possibilidade de controlar seu tempo e fazer atividades em horários determinados por ela. É exatamente ali que pudemos captar que são motivações muito conectadas com discursos sobre trabalho flexível porque fazem parte de um desejo potencial de ganhos, mas não designam totalmente a experiência – apenas dá sentido a ela. Isso fica explícito diante das questões que envolviam problemas em ser *freelancer*, geralmente organizadas em torno dos tópicos remuneração, instabilidade (como reflexo da falta de liberdade), seguidas de questões que englobam tempo, relações de trabalho e Gestão do Trabalho, a qual incorpora as atividades não conectadas com a expertise daqueles trabalhadores.

A ideia de flexibilidade, como parte do discurso, aparece de maneira dúbia. Ela significa positivamente tanto a noção de liberdade que o regime flexível possibilitaria quanto ao tempo (distribuição das horas laborais) e ao espço (possibilidade de atuar fora do escritório). Já em sua dimensão nomeadamente negativa, a flexibilidade aparece como sinônimo de segurança e instabilidade, tanto de trabalho (incapacidade de prever quando terá projetos) quanto de remuneração (insegurança financeira acerca de renda). A flexibilidade aparece, nesse quesito, como a grande contraposição daquilo que marca o trabalho regular (CLT ou *staff*), no qual potencialmente não se possui liberdade de tempo e espço, mas há alguma constância e segurança sobre trabalho e renda.

A maioria dos entrevistados aponta a liberdade como uma qualidade positiva de ser *freelancer*, referindo-se à flexibilidade de tempo e espço e à possibilidade de escolher trabalhos. É interessante notar que a menção ao home office é feita em oposição ao escritório, lugar de trabalho do *staff*, o que sugere uma circunscrição do espço a partir do discurso. Além disso, os entrevistados demonstram preocupação com

a divisão entre horas laborais e atividades da vida, como tarefas domésticas, lazer e hobbies. A ideia de liberdade de espaço parece estar associada à permanência em casa, o que contrasta com a noção de subordinação em ambientes tradicionais de trabalho⁷⁷. A dinâmica de não pertencer a uma equipe ou empresa e as complicações envolvendo a circulação em cidades médias e grandes podem favorecer o desejo de não estar necessariamente em um espaço físico, o que não mudou com a pandemia.⁷⁸

De acordo com o discurso dos respondentes, a "liberdade" está associada a um controle individual sobre o mundo externo, que permite retomar o trabalho para si, sem subordinação a outras pessoas. Dessa forma, há uma relação clara entre flexibilidade e controle, em que a liberdade é vista como uma forma de expressão ideológica da vontade individual contra as normas que regem a sociedade rígida do trabalho. Podemos verificar isso em algumas das verbalizações coletadas no campo:

«Liberdade de escolher a hora de começar e de parar de trabalhar durante o dia, de conciliar com atividades pessoais. E poder trabalhar de casa.»

"Poder trabalhar com o que eu curto de verdade, sem ficar atrelada a uma particularidade de escritório."

"Ter horários flexíveis. Nossa é muito bom poder fazer sua rotina e poder resolver pendências de "cidade" sem ter que escolher entre almoçar ou ir no banco. Todos os freela que peguei sempre trabalhei de casa, então principalmente é poder ter uma alimentação melhor, maior contato com a família e animais de estimação."

"Eu não sou 100% freela, mas acredito que o melhor é trabalhar pra você.»

«Não ter chefe, ter maior autonomia, ter maior flexibilidade e ter controle sobre o meu trabalho.»

«Fazer o meu horário, não gastar com transporte ou alimentação fora de casa, trabalhar do lado da minha esposa, fazer pausas para dar beijinhos (haha) e alisar os cães.» (Cadernos do campo)

Nesse discurso, a liberdade é vista como uma aceitação das transformações no mundo do trabalho de conhecimento que acontecem independentemente das escolhas individuais. Existe uma necessidade de desejar a liberdade porque ela define o lugar do indivíduo na sociedade atual, mas também há uma sensação de alívio ao perceber que o

⁷⁷ Essa perspectiva aparece atrelada a ideia do nômade digital, que é a modalidade de trabalhador de conhecimento autônomo que vive, como estilo de vida, morando de maneira nômade em diversos lugares. A imagem do nômade digital tem sido explorada como o supassumo do que é viver uma vida de trabalho flexível. Como veremos no capítulo 4, muitas das produções sobre trabalho freelancer são realizadas por esses profissionais – como se, a partir dessa experiência nômade, eles tivessem as credenciais para transmitir o conhecimento sobre esse universo.

⁷⁸ Vale ressaltar que, mesmo diante da pandemia de Covid-19 [2020-2022], essa perspectiva não alterou o senso do escritório como "lugar estranho de obrigação". Nesse sentido, a percepção sobre a não necessidade de trabalhar fora de casa e ter que circular pela cidade teve peso também no questionário exploratório – feito em 2019, antes da pandemia – e, portanto, conseguimos inferir que há uma constância nessa posição do discurso.

tempo não é totalmente controlado pelas obrigações do trabalho. É um dilema trágico enfrentado pelo trabalhador contemporâneo: ser submetido a uma dinâmica de vigilância e disciplina não é bom, mas a flexibilidade está ligada a um conjunto de fatores que podem ser ainda piores.

Os discursos dos trabalhadores autônomos criativos enfatizam a não subordinação e a diversidade de experiências em novos projetos como aspectos positivos. Eles também veem o trabalho em diferentes equipes e a dinâmica de projetos como oportunidades para interagir com diferentes profissionais e adquirir novas experiências. No entanto, os elementos negativos incluem a falta de segurança e estabilidade, a dificuldade de encontrar novos clientes, a falta de reconhecimento de sua qualificação e a pressão para estar disponível em tempo integral.

Essencialmente, a construção de aspectos positivos sobre a flexibilidade no trabalho autônomo reforça a oposição idealizada ao trabalho subordinado, mas, na realidade, a expectativa produtiva é baseada em tarefas e metas de projeto em vez de horas trabalhadas. Dessa maneira, a ideia positiva construída em oposição ao trabalho subordinado não reflete necessariamente a realidade da distribuição do tempo de trabalho dos trabalhadores autônomos criativos.

Tais questões preliminares nos ajudam a compreender que o discurso em torno da experiência do trabalho flexível carrega elementos de desejo e de resultado. Na nossa visão, tanto um quanto outro trazem aportes do que seria o espírito do capitalismo contemporâneo e dão a dimensão de sentido que justificam as práticas a que esses trabalhadores estão submetidos, bem como dá uma noção de como podem ler as suas experiências a partir daquilo que é vivido.

De acordo com Boltanski e Chiapello (2020), o discurso sobre trabalho flexível dá forma a uma nova ideologia que reflete o espírito do mundo capitalista, influenciando crenças, ações e instituições sociais. Esse discurso é coordenado e promovido pelos capitalistas, que buscam a acumulação exponencial de mais-valor. Em outras palavras, a ideologia do trabalho flexível é construída para atender aos interesses dos detentores de capital, moldando a forma como as pessoas vivenciam e percebem o mundo do trabalho.

O discurso se torna fundamental porque confere engajamento e promove consentimento em relação às dinâmicas do sistema ao justificar e atribuir sentido às práticas, evitando, portanto, a coerção explícita. De acordo com os autores, o discurso contemporâneo sobre trabalho envolve a adesão pessoal e o envolvimento próprio de cada indivíduo na cadeia produtiva, de maneira que as justificativas para esse comportamento devem ser baseadas em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número grande de pessoas. Essas justificativas formam o espírito do capitalismo, que é o conjunto de crenças que legitimam os modos de ação e disposições coerentes com a ordem capitalista, dando respaldo ao cumprimento de tarefas e à adesão a um estilo de vida favorável à ordem. A maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, se apoia nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem capitalista na qual estão mergulhados. Essas justificativas são expressas em termos de virtude ou de justiça e são locais ou globais, gerais ou práticas, contribuindo para conter ou superar o desespero ou o niilismo que o sistema capitalista inspira.

Os três pilares fundamentais de justificação do espírito do capitalismo são a) progresso material; 2) eficiência e eficácia na satisfação das necessidades; 3) modo de organização social favorável ao exercício das liberdades. São exatamente esses pilares que podemos depreender do discurso sobre trabalho proferido pelos trabalhadores autônomos. Na questão do progresso material, há a “possibilidade” de ganhos maiores enquanto autônomo, ao contrário do *staff*, marcado por uma renda regular; a eficiência de satisfação das necessidades a partir da ideia de liberdade e flexibilidade – como mencionadas acima –; a “possibilidade” de estruturar o tempo e o espaço laborais de acordo com a vontade e, como modo de organização favorável, a “possibilidade” da ampliação de experiências a partir dos projetos e da integração em diferentes equipes. Algumas verbalizações que aparecem nas respostas dos formulários acerca das vantagens em ser *freelancer* ilustram esse ponto:

“1) respeito. Eu escolho em que termos eu vou trabalhar a cada projeto. Se os termos combinados comigo mudam, eu posso pular fora e isso não pega mal. Se os termos não são honrados, eu posso optar por nunca mais trabalhar com aquela empresa. Um contrato de trabalho sempre é bilateral - tem que ser bom pra quem contrata e pra quem é contratado - e eu sinto que isso é muito mais claro em conversas sobre freela. 2) variedade. Como os projetos são curtos, dá pra pegar trabalhos com entregas diferentes, em agências diferentes, com marcas de segmentos diferentes. Essa variedade permite um ganho de repertório muito rápido. Em outras palavras, eu

costumo dizer que ser freela é receber dinheiro pra aprender uma coisa nova.”

“Não ter que ir e vir pro trabalho, pegar horas de trânsito e ter que ficar até tarde cumprindo horas extras sem ser pago, chefe achando que você faz trabalho voluntário.”

“Trabalhar de casa e, assim, poder cozinhar, usar a roupa que quiser e não enfrentar o trânsito. Além disso, faz meus horários serem mais flexíveis.”
(Cadernos do campo)

O discurso contemporâneo sobre trabalho flexível é regido pela perspectiva da empresa, na qual é construída a significação de gerenciamento empresarial e não da relação trabalhador-empresa. Segundo Boltanski e Chiapello (2020), o discurso da gestão empresarial, que tem se difundido amplamente na atualidade, é caracterizado pela mistura de preceitos gerais e exemplos paradigmáticos, sendo oferecido como algo que deve ser compartilhado, incorporando o espírito do capitalismo. Esse discurso justifica os sentidos para o bem comum e as motivações pessoais, como a liberdade e a autonomia, mobilizando a construção da adesão ao sistema. Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo precisa obter recursos fora de si mesmo, como nas crenças que possuem poder de persuasão e nas ideologias inseridas no contexto cultural em que evolui. Nesse sentido, o espírito que sustenta o processo de acumulação está impregnado pelas produções culturais contemporâneas que, muitas vezes, visam a fins diferentes daqueles que justificam o capitalismo.

A convergência entre o discurso sobre trabalho flexível e o discurso da gestão empresarial tem implicações importantes que merecem uma análise mais aprofundada. De acordo com Boltanski e Chiapello (2020), a literatura de negócios, voltada para os executivos, é uma forma de normatividade do capitalismo. Essa literatura tem o propósito de atualizar os gestores sobre as últimas inovações e estratégias de gestão empresarial e direção pessoal, com um forte aspecto moral, que a aproxima de uma literatura normativa sobre o que deve ser e não sobre o que é. Como os autores afirmam, "sua orientação não é a constatação, mas a prescrição" (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020, 85), ou seja, parte de exemplos e casos que confirmam sua visão de mundo e a orientação que pretendem prescrever e incentivar. A literatura de negócios é, portanto, um espaço-conteúdo fundamental que contribui para disseminar o espírito do capitalismo e legitimar suas representações mentais em diferentes esferas, desde discursos políticos e sindicais até pesquisas e jornalismo, de modo que essa literatura é um elemento importante na construção do discurso sobre trabalho flexível e suas justificativas (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020).

A literatura de negócios possui um caráter normativo que se justifica pela necessidade de racionalização vulgarizada do sistema, defendendo a atuação empresarial e funcionando como escudo contra possíveis críticas. Essa literatura é orientada para a defesa do capital, mas também busca dar sentido ao trabalho na empresa, conectando possíveis aspectos de aspiração individual com tópicos que conectem com o bem comum, geralmente por meio da revelação de uma mudança. Ela apresenta, ainda, inovação e mudança em relação à nova norma de gestão empresarial que, muitas vezes, é acompanhada por uma crítica do estado anterior. No entanto, há um caráter ideológico e até mesmo ilusório nessa análise da mudança, na qual a visão de um futuro é imposta por meio de casos intencionalmente selecionados e não representativos. Assim, a descrição da mudança é uma ilusão que consiste em tomar a parte pelo todo, sem a confirmação de um estudo empírico sério da realidade presente (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020, p. 88).

O discurso sobre trabalho flexível apresenta um caráter ideológico que o fundamenta em três características principais quanto à experiência: 1) reforço da individualidade; 2) oposição às dinâmicas de trabalho fordista; 3) liberdade do mercado como o melhor contexto para sua emergência. O reforço da individualidade se baseia na construção de sentido sobre as relações de trabalho em termos de "Eu", o que gera uma percepção isolada e individualizada das relações de trabalho e uma transmutação da visão do indivíduo não pela ótica do trabalhador, mas pela ótica da empresa. A oposição às dinâmicas de trabalho advém, por sua vez, da fixação em um regime de trabalho que não serve mais para acumulação escalada do capital, em que o discurso é constituído pela crítica ao trabalho como a solução da flexibilização enquanto aditivo positivado para o trabalho e não para o capital. Outra característica é a ideia de que a liberdade está delimitada pela noção de mercado, uma ideia que se fundamenta na noção de que todas as atividades, em suas potencialidades e desafios, só podem ser realizadas no interior das dinâmicas ideais do sistema capitalista.

Essas três características nos impõem a necessidade de analisarmos mais a fundo os eixos fundamentais que constituem a construção do discurso sobre trabalho flexível no neoliberalismo, ou seja, ele possui características que são compostas de eixos que dão sentido para a racionalidade contemporânea do capitalismo: a) uma **racionalidade neoliberal** que reconfigurou ideológica e disciplinarmente a força de trabalho a partir

de uma lógica normativa de competitividade e modelo existencial de empresa; b) aprofundamento do horizonte de possibilidades tão somente circunscrito ao capitalismo, aquilo que denominamos **realismo capitalista**.

São estes dois eixos que exploraremos na sequência.

2.1.1 Eixos do discurso sobre trabalho: racionalidade neoliberal

O neoliberalismo também pode ser analisado como uma racionalidade política. Nessa perspectiva, compreende-se o neoliberalismo como um conjunto de normativas que dá sentido e contexto a condutas tanto de si quanto dos outros, baseadas no princípio de economicização da vida e da introjeção de normas do mercado na interação social. É, portanto, um projeto que empreendeu uma nova racionalidade e, conseqüentemente, um novo modelo de sujeito, como aparece na crítica de Michel Foucault (2008), seguido por outros autores na contemporaneidade, como Wendy Brown (2005, 2006, 2018), Pierre Dardot e Christian Laval (2016) e Thomas Lemke (2017, 2018).

Foucault (2008) iniciou uma perspectiva crítica ao neoliberalismo a partir de suas raízes liberais e suas conexões com a noção de governo, especialmente no curso de 1978-1979. Ele destaca a ideia de capital humano no neoliberalismo estadunidense e argumenta que o neoliberalismo surge como resposta aos pactos de segurança social e de emprego estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial, que tinham o Estado como protagonista. Nesse sentido, Foucault caracteriza o liberalismo estadunidense como uma reivindicação global, ambígua e em constante transformação, que inclui tanto a direita quanto a esquerda política.

Foucault percebe também que o liberalismo não apenas penetra na economia política, mas também se constitui como um estilo de pensamento, análise e imaginação, responsável por novas utopias, de maneira que a problemática da governança como processo de condução parece fundamental em seu trabalho. Ele empreendeu dois projetos de pesquisa, um acerca da genealogia do Estado e outro acerca da genealogia do sujeito, que são conectados pela problemática do governo. Para Foucault, não seria possível entender tecnologias de poder sem a compreensão da racionalidade política que as sustenta. Ele analisa, então, dispositivos de segurança a partir do conceito de

população e da relação entre segurança, população e governo, construindo uma reflexão sobre os sentidos apreendidos pela arte de governar desde o século XVI.

A governança, entendida como a condução de si e do outro, aparece como um dos temas centrais nesse trabalho de Michel Foucault. Nesse contexto, a governamentalidade emerge como uma perspectiva de poder que se concentra na conduta das condutas, vinculando tecnologias de si a tecnologias de dominação e a constituição do sujeito à formação do Estado. Essa perspectiva permite diferenciar o poder de dominação e deslocar o foco do modelo de leis e legitimação, vontade e consenso, para ideias de guerra e conquista.

A governamentalidade é constituída por instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer um modo bastante específico e complexo de poder, que tem por alvo a população e a economia política como forma principal de saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos essenciais. Ela é orientada por uma tendência que conduziu, durante muito tempo, a preeminência do tipo de poder que se pode chamar de governo sobre todos os outros, levando ao desenvolvimento de um conjunto de saberes e aparelhos específicos de governo. A governamentalidade é também resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou Estado administrativo nos séculos XV e XVI, foi pouco a pouco governamentalizado. A análise de Foucault permite perceber as interações entre os tipos de técnicas que determinam a governança que estrutura um campo de ações possíveis dos sujeitos e a relação entre a autonomia do indivíduo e as formas de regulação política e exploração econômica.

Na construção do método de análise do mundo trazido pelo neoliberalismo, Foucault destaca a teoria do capital humano como um dos tópicos a serem considerados. Ele argumenta que essa ideia representa uma incursão de análises econômicas em um campo não explorado por esse universo e que permite uma reinterpretação de análises de fatos não econômicos. O método neoliberal reconfigura, portanto, uma nova ótica sobre todas as esferas do mundo a partir de categorias do mundo econômico.

De acordo com Foucault, a perspectiva neoliberal considera que o trabalho foi tratado apenas como uma variável quantitativa e que a teoria econômica clássica falhou em explorar esse campo adequadamente. A solução dos neoliberais foi reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica, mas a partir de uma perspectiva qualitativa, na

qual a noção de capital humano ganha destaque. Essa mutação epistemológica realizada pela teoria neoliberal representa uma mudança na concepção do trabalho e de toda análise econômica. Além disso, Foucault aponta que, para os neoliberais, a análise econômica deve se concentrar no estudo da natureza e das consequências das opções substituíveis, que são a alocação de recursos raros para fins concorrentes e alternativos. A análise econômica deve, dessa maneira, ter como ponto de partida o estudo da maneira como os indivíduos fazem a alocação desses recursos raros para fins que são alternativos.

A teoria neoliberal se concentra na análise do comportamento humano e da racionalidade interna que envolve o trabalho, buscando entender, em termos econômicos, como os indivíduos utilizam os recursos que dispõem, deslocando a lógica das condições para o indivíduo e sua conduta econômica. A visão neoliberal considera que todos possuem capital, ou seja, tudo que pode se tornar um rendimento, denominado de capital humano. Essa visão individualizada coloca o trabalhador como uma *empresa de si mesmo*, em que o capital é uma competência que rende para quem o executa, o que esvazia uma dinâmica de relações, poder e exploração, ou seja, é um olhar de condução de si e dos outros a partir da empresa. Como aponta Foucault (2008, p. 310), “uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia”.

O conceito do *homo economicus* do neoliberalismo se baseia na ideia de que cada indivíduo é seu próprio empresário, cujo capital humano é composto pelas suas competências, que são aplicadas e investidas em busca de rendimento no universo do trabalho. A noção de risco está presente nesse movimento de investimento, em que o indivíduo coloca seus recursos à prova. Foucault indica que esse capital humano está conectado com o desenvolvimento do sistema econômico, pois a criatividade e a inovação são oriundas da disposição do capital humano nas relações de trabalho. Essa perspectiva é relevante para a indústria criativa, na qual o capital humano é um elemento que pode ser capturado e padronizado para a ampliação do tempo excedente, justificando, assim, processos de intensificação e padronização do trabalho tanto para empregadores quanto para trabalhadores. Há uma relação entre “empresários”, em que

um mobiliza seu capital como trabalho e introduz o componente criativo, enquanto outro enxerga valor na alocação e investe nela, o que se traduz pela apropriação do trabalho criativo no produto final.

A análise que Foucault realizou sobre governamentalidade e capital humano é fundamental para entendermos a construção da racionalidade neoliberal que caracteriza o capitalismo contemporâneo. Essa racionalidade é um dos pilares do discurso do trabalho flexível, que se sustenta em três dimensões principais: a) a governamentalidade da concorrência e da competição; b) a criação de um Estado gestor; c) a emergência do sujeito-empresarial. A partir dessas dimensões, é possível compreender a essência do discurso sobre trabalho flexível, que se concentra nas ideias de competição e empreendedorismo individual.

Em relação à dimensão de governamentalidade, Wendy Brown (2005) argumenta que a compreensão do neoliberalismo não pode se limitar a vê-lo como um simples "regime capitalista com esteróides", caracterizado por políticas econômicas que geram efeitos sociais. Embora esses efeitos sejam importantes, eles não abrangem a totalidade do fenômeno. Brown destaca que é fundamental compreender o neoliberalismo como uma racionalidade política que se manifesta em esferas que vão além do universo do mercado. A autora defende que o neoliberalismo opera como uma forma de governamentalidade que se estende desde a subjetividade do indivíduo até as práticas do império, implicando a difusão de valores de mercado para todas as instituições e ações sociais.

Nesse sentido, a racionalidade neoliberal não se concentra apenas na economia, pois é capaz de dominar as estruturas de governo de si e dos outros por meio de processos de formação e subjetivação que estão além do discurso ideológico. Como Brown afirma,

A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que coloca o mercado em primeiro plano, não se concentra apenas ou mesmo principalmente na economia; envolve estender e disseminar valores de mercado a todas as instituições e ações sociais, mesmo que o próprio mercado continue sendo um ator diferenciador. (BROWN, 2005, p. 39-40)

A análise de Foucault (2008) sobre a governamentalidade e o capital humano é, por sua vez, central para compreender a constituição da racionalidade neoliberal e suas dimensões, especialmente a primeira e a terceira, que são fundamentais para o discurso sobre trabalho flexível.

O neoliberalismo submete todas as dimensões da vida à racionalidade econômica, criando a perspectiva de sujeitos *homo economicus* que agem em todas as esferas com base no cálculo racional e na maximização do interesse individual. Essa racionalidade é institucionalizada e recompensada, resultando na institucionalização de pessoas e na pessoalização de instituições. Wendy Brown (2005) argumenta que o neoliberalismo é uma forma específica de razão política normativa que impõe a racionalidade de mercado na esfera política, nas práticas de governança e na cidadania, levando à despolitização e à falta de comprometimento com a democracia. É um projeto construtivista que institucionaliza a racionalidade econômica como norma, o que significa que ela não é uma ontologia fixa e imutável, mas uma perspectiva de regras e tarefas a serem implementadas. A ideia de governamentalidade e neoliberalismo como racionalidade política é, assim, útil para entender que os indivíduos são controlados por meio da liberdade e da moralização das consequências da liberdade, o que mina a autonomia de instituições e implica a erosão de reivindicações políticas, morais ou subjetivas de oposição localizadas fora da racionalidade capitalista.

A análise de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) complementa a perspectiva de Brown ao entender o neoliberalismo como uma racionalidade que impõe a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação. O neoliberalismo promove uma nova lógica normativa que orienta políticas, pensamentos e comportamentos por meio de discursos, práticas e dispositivos que instauram novas condições e justificam uma nova forma de sujeito. Essa racionalidade se configura como uma "estratégia sem sujeito", difundida em ideias, perspectivas e desejos presentes na voz tanto da classe trabalhadora quanto da classe patronal. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17).

De acordo com Dardot e Laval, o neoliberalismo estabelece um novo conjunto de regras que não apenas define um novo regime de acumulação, mas também uma nova sociedade baseada na norma da concorrência e no modelo empresarial como modo geral de governo. Essa norma é uma resposta à crise econômica e parte de um projeto político conectado com transformações endógenas ao sistema, incluindo tecnologia, comércio e produção. Embora tenha suas raízes em transformações culturais dos anos

1960, a norma da concorrência é endossada e disseminada por discursos racionalizadores que justificam e impõem novos sentidos às práticas das relações de produção. Dessa forma, a racionalidade neoliberal é vista como constituindo uma normativa de concorrência que engendra o sujeito-empresarial.

A orientação neoliberal surge da crise econômica dos anos 1970 e se caracteriza pela privatização e desregulamentação da economia, valorizando a liberdade dos atores privados e a concorrência como regra suprema. Isso resultou em mudanças estruturais nas relações de trabalho, com a criação da classe gerencial e a pressão de acionistas para aumentar dividendos e cotações na bolsa. Conforme Dardot e Laval (2016), a criação de valor acionário é o principal critério de gestão dos dirigentes, e a governança da empresa está diretamente ligada à vontade dos acionistas de assumir o controle da gestão das empresas.

O mercado financeiro se torna, por sua vez, um agente disciplinador da cadeia de trabalho, havendo uma mudança dos sujeitos na maneira como eles se veem, em que a lógica financeirizada das transformações do capitalista leva ao aprofundamento da noção de capital humano. Isso é evidenciado pelo fato de que cada sujeito é levado a conceber-se e comportar-se como um capital que deve se valorizar, erodindo as lógicas de solidariedade.

A lógica da concorrência se infiltrou na subjetividade dos sujeitos, afetando tanto sua auto-identificação quanto suas interações e expectativas. A contribuição de Dardot e Laval oferece, nesse sentido, um esquema conceitual para entender os discursos sobre trabalho, que envolve ideologia, disciplina e racionalidade. A ideologia subjacente inclui a crença no capitalismo como promotor da liberdade e na desmoralização do indivíduo pelo Estado enquanto produtor e portador de capital humano. Esse "falseamento" não é uma mentira, mas uma forma de dar sentido e explicação às práticas da realidade (ZIZEK, 2016).

A ideologia do capitalismo livre ganhou destaque com as teorias neoliberais de pensadores como Hayek, Mises e Friedman, que defenderam a eficiência dos mercados em detrimento do controle e da opressão estatal. Essas ideias se fortaleceram em momentos de crise econômica e foram aplicadas politicamente em governos como o de Pinochet no Chile, Reagan nos EUA e Thatcher no Reino Unido. A crítica central é que o Estado é a raiz dos problemas sociais e morais, como desemprego, inflação e

criminalidade. A ideologia neoliberal sustenta que o Estado destrói as virtudes da sociedade civil e promove a dependência assistencialista, enquanto o capitalismo é visto como promotor do esforço individual e da prosperidade. Essa ideologia propõe que todos os domínios da vida social sejam baseados em cálculos econômicos individuais, o que permitiria a moralização dos comportamentos e maior eficiência dos sistemas sociais.

Encontramos nessa ideologia, portanto, as bases para características que marcam o discurso sobre trabalho flexível. A ideia do capitalismo como centro da liberdade aviva a perspectiva de que é via mercado que se pode constituir caminhos para a autonomia. Já a crítica ao Estado como desmoralizador dos indivíduos dá base à visão opositora da regulação do trabalho integral, pois seria o Estado, ao promover “garantias” para o trabalho, que diminuiria as condições de eficiência e o exercício pleno das virtudes dos trabalhadores mais livres e “desregulados” no mercado.

A ideologia neoliberal busca estabelecer uma sociedade que promove a plena responsabilidade dos indivíduos, baseada em um "capitalismo popular" ou "democracia de proprietários". Nessa concepção, os indivíduos são os únicos responsáveis por garantir a eficácia do sistema, seja nas empresas, com a figura do acionista, seja nas relações comerciais, com a figura do cliente. A noção de risco é fundamental nessa ideologia, uma vez que a proteção é pautada em decisões que deslocam a noção de "garantia", trazida pelo Estado, para a de "seguro", mercadorizável, que cobre os interesses do indivíduo. O indivíduo deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência, em uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. Nesse sentido, a palavra-chave da sociedade do risco é autorregulação.

Embora essa ideologia possa parecer utópica e deslocada da realidade, ela tem permeado diversos agentes políticos, técnicos e econômicos desde os anos 1970, obtendo grande respaldo como ideologia para o mundo do trabalho. Assim, a partir dessa ideologia neoliberal, se constitui o discurso sobre trabalho. No entanto, para justificar as dinâmicas correntes das transformações no universo laboral, é necessário também um sistema de disciplinas que conduzam as práticas e comportamentos dos indivíduos.

O discurso sobre trabalho flexível é, dessa forma, produto de um processo de racionalização e justificação das transformações sociais em que a disciplina é um fator importante para sua constituição. O disciplinamento implica coerções de mercado para que os indivíduos se adaptem a ele, o que se manifesta em práticas de cálculo e governo de si como indivíduos responsáveis. Esse processo de condução indireta da conduta dos indivíduos é realizado no interior das estratégias ideológicas do neoliberalismo, que se baseia na ideia de "liberdade para escolher".⁷⁹

A disciplina imposta pela ideologia neoliberal atua em diferentes esferas da vida, incluindo o trabalho. Essa disciplina busca responsabilizar o indivíduo por suas próprias escolhas e por sua situação de vida, creditando a eles a incapacidade de tomar decisões "acertadas". Esse discurso promove a ideia de que o trabalhador é responsável por garantir sua empregabilidade, incentivando inclusive a adoção de práticas de "autoemprego". A disciplina também está relacionada à obrigação de escolher, colocando os indivíduos em situação de mercado e promovendo a disposição para que eles sejam protagonistas de suas próprias escolhas em todas as esferas da vida. Esse processo se realiza por meio da disseminação de mensagens que promovem a liberdade de escolha e o empreendedorismo.

No contexto empresarial, a disciplina neoliberal é implementada de maneira intensa, promovendo uma gestão voltada para obtenção de resultados cada vez maiores e acentuando o disciplinamento dos trabalhadores. Essa gestão promove a introjeção das modalidades da disciplina neoliberal por meio de afetos específicos que condicionam os

⁷⁹ Para tanto, "(...) a liberdade dos sujeitos econômicos pressupõe, em primeiro lugar, a segurança dos contratos e o estabelecimento de um quadro estável. A disciplina neoliberal conduz a estender o campo de ação que se deve estabilizar mediante regras fixas, organizadas pelo mercado. A constituição de um quadro não somente legal, mas também orçamentário e monetário, deve impedir os sujeitos de prever variações de política econômica, isto é, fazer dessas variações objetos de antecipação. Isso significa que o cálculo individual deve poder apoiar-se numa ordem de mercado estável, o que exclui fazer do próprio quadro um objeto de cálculo. A estratégia neoliberal consistirá em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, 'mercadorização' de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a 'obrigação de escolher' para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como 'realidade', isto é, como a única 'regra do jogo', e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder 'no jogo' e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida. Por fim, dispositivos de recompensas e punições, sistemas de estímulo e 'desestímulo' substituirão as sanções do mercado para guiar as escolhas e a conduta dos indivíduos quando as situações mercantis ou quase mercantis não são inteiramente realizáveis. Serão construídos sistemas de controle e avaliação de conduta cuja pontuação condicionará a obtenção das recompensas e a evitação das punições. A expansão da tecnologia avaliativa como modo disciplinar repousa sobre o fato de que quanto mais livre para escolher é supostamente o indivíduo calculador, mais ele deve ser vigiado e avaliado para obstar seu oportunismo intrínseco e forçá-lo a conjuntar seu interesse ao da organização que o emprega" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 217).

trabalhadores, da pressão por resultados pautada na figura do cliente e de uma nova gestão baseada na concorrência, fomentada pela flexibilização e pela terceirização.

A dinâmica neoliberal molda a subjetividade dos trabalhadores, o que os conduz a internalizar perspectivas de desempenho individual e normas de eficiência produtiva. O aumento do desemprego e precariedade do trabalho são poderosas alavancas para o disciplinamento dos trabalhadores por meio do medo, o que os leva a se auto responsabilizarem pelos objetivos a serem alcançados no trabalho, visando o interesse do capital. Esse imperativo disciplinar promove a individualização dos objetivos e recompensas.

O cliente é, por sua vez, a medida de exigência de prazo e qualidade, externalizando o que deve ser cumprido e retirando a figura do patrão de cena. Agradar o cliente se torna um imperativo do mercado, eliminando a possibilidade de discordância ou organização acerca do trabalho a partir das relações empregador-empregado. A competição interna entre empresas é fomentada, o que leva cada empresa e seus trabalhadores a criarem valor para a satisfação do cliente.

A nova gestão se organiza em torno da flexibilização e da terceirização, que já estavam em andamento conforme as reestruturações do mundo do trabalho. Nesse modelo, a força de trabalho se conforma a essa dinâmica, com dissolução das fronteiras entre "dentro" e "fora" da empresa, expansão da força de trabalho subcontratada, autonomização de setores e atividades, contratos temporários e estruturas de trabalho por projetos. Esse modelo imprime a ideia de autonomia dos times e equipes, de polivalência e unidades mobilizadas e descentralizadas.⁸⁰

Nesse contexto, a terceirização amplia os métodos de avaliação da força de trabalho, que é avaliada por projeto constantemente a partir dos resultados apresentados. Essa prática disciplinar intensifica o trabalho, reduz os prazos e individualiza as

⁸⁰ Nas palavras dos autores: "As novas formas de disciplina da empresa neoliberal são exercidas a uma maior distância, de maneira indireta, antes ou depois da ação produtiva. O controle é feito por registro de resultados, por rastreabilidade dos diferentes momentos da produção, por uma vigilância mais difusa dos comportamentos, das maneiras de ser, dos modos de relacionamento com os outros, em especial em todos os locais de produção de serviços que tenham contato com a clientela e em todas as organizações em que a operação do trabalho pressupõe cooperação e troca de informações. Essa gestão mais 'personalizada' e mais difusa joga com a concorrência entre assalariados e entre segmentos da empresa para constrangê-los, mediante uma comparação de métodos e resultados (benchmarking), a alinhar-se aos desempenhos máximos e às melhores práticas num processo sem fim. A concorrência torna-se, assim, um modo de interiorização das exigências de rentabilidade do capital que permite o afrouxamento das linhas hierárquicas e dos controles permanentes realizados pelo pessoal intermediário, introduzindo uma pressão disciplinar ilimitada" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 227-228).

remunerações, corroborando a dissolução das possibilidades de constituição de identidade coletiva e solidariedade entre os trabalhadores.

De fato, a ideologia da liberdade no capitalismo se realiza por meio de estratégias de disciplina que moldam a força de trabalho e justificam a racionalização desse processo como escolha e caminho a serem seguidos pelos trabalhadores. A adesão voluntária ao trabalho criativo é influenciada por essa ideologia e pelos sistemas disciplinares, que se expressam na forma como o discurso sobre o trabalho é construído.

A ideologia de liberdade do capitalismo se realiza na conformação disciplinar da força de trabalho, que passa a perceber essa disciplina como uma escolha e um caminho a ser seguido. As estratégias de disciplina reforçam esse processo ao garantir o alinhamento entre o produto da produção e a realização pessoal da força de trabalho, mantendo a motivação como elemento interno, apesar de ser, em essência, coercitivo.

No contexto do trabalho flexível, em que há contratos solúveis, alta rotatividade e responsabilização do trabalhador pela própria empregabilidade, o discurso sobre trabalho flexível se dissemina como racionalização desse processo concreto e como portador do espírito do capitalismo contemporâneo. Nesse cenário, os discursos sobre trabalho constituem uma racionalidade que orienta a percepção dos trabalhadores sobre suas relações de trabalho, condicionando sua experiência.

Dessa forma, o discurso não é apenas uma ilusão ou desconexão da força de trabalho com a realidade, mas também uma racionalização que dá sentido e justifica as práticas, condicionando processos de disciplinamento da força de trabalho. A constituição desses discursos, por meio do processo de ideologia e disciplina, se dissemina de maneira generalizada na base das relações de trabalho e ganha forma na percepção dos trabalhadores.

A racionalidade que organiza a experiência dos trabalhadores é propagada por meio da composição do capital humano e reforça a posição do neoliberalismo como a própria razão, o que promove a total privatização da conduta dos trabalhadores, individualizando completamente sua atuação. Essa ideologia reverbera a forma mais eficaz e técnica de estruturação das relações de trabalho, atingindo todos os setores e esferas. No contexto do trabalho de conhecimento criativo, a expectativa de exercício da vocação e de experiência demarca uma trajetória rentável de seu capital humano. Apesar

das limitações da degradação substancial, é a partir dessa expectativa que o discurso se organiza e se dissemina de maneira generalizada na base das relações de trabalho.

A racionalidade neoliberal promove não só a flexibilização do trabalho, mas também a construção de um novo tipo de sujeito: o sujeito-empresarial. Esse sujeito é interpelado como empreendedor de sua própria vida e deve ser capaz de prover suas próprias necessidades e serviços. Isso implica a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso tanto em âmbito social quanto em âmbito pessoal e resulta na despolitização dos poderes econômicos e sociais, bem como na redução da cidadania política. O discurso sobre trabalho flexível contribui para a disseminação dessa racionalidade, que se amplifica no contexto do trabalho de conhecimento criativo.

Nesse contexto, tem sido estabelecida uma forma de individualismo moderno, marcada pela contratualização das interações⁸¹. Conforme discutido anteriormente, a conformação do novo sujeito é efetuada por meio de dispositivos disciplinares que operam a partir de uma ideologia que é racional. A gestão da subjetividade desses sujeitos é a principal forma de condicionamento à experiência proporcionada pela reestruturação das relações de trabalho, em que a degradação se torna uma dimensão esperada para a realização da liberdade. Nesse sentido, a figura da empresa é central nesse projeto. O novo sujeito emerge da homogeneização promovida pelo neoliberalismo em torno do discurso da empresa, de maneira que é necessária uma condução dos sujeitos que têm sua subjetividade totalmente imersa na atividade laboral, transformando a habilidade de "saber fazer" em uma identidade de "saber ser", na qual o sujeito está envolvido por completo em si mesmo por meio do trabalho.⁸²

A alienação é agravada quando o eu-trabalhador se funde com o outro-empresa, isto é, quando o desejo do indivíduo se torna o desejo da empresa. A empresa se

⁸¹ Segundo os autores, "o contrato tornou-se mais do que nunca a medida de todas as relações humanas, de modo que o indivíduo passou a experimentar cada vez mais na relação com o outro sua plena e total liberdade de compromisso voluntário e a perceber a 'sociedade' como um conjunto de relações de associação entre pessoas dotadas de direitos sagrados" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 324).

⁸² Trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o 'colaborador' da empresa, enfim, o desejo – com todos os nomes que se queira dar a ele –, é o alvo do novo poder (...) é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir" (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 327).

transforma, então, em um local onde a satisfação pessoal e os desejos dos trabalhadores são alcançados, ao mesmo tempo que outras esferas da vida são também submetidas à lógica empresarial. A empresa se apresenta como um espaço onde se pode realizar tanto a satisfação pessoal quanto o bem-estar financeiro da comunidade de trabalho, contribuindo para a prosperidade geral da sociedade. Esse processo de submissão à racionalidade imperativa culmina na configuração de um novo sujeito, cuja definição é articulada em todas as esferas da vida e que é orientado a buscar o sucesso pessoal por meio da competição e da maximização de seus resultados, assumindo total responsabilidade por eventuais fracassos. Dessa forma, o governo de si mesmo na era neoliberal pode ser identificado com a lógica empresarial. Conforme observado por Foucault (2008, p. 328), “‘Empresa’ é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal”.

As transformações no mundo do trabalho têm acompanhado a implementação de técnicas de controle que promovem uma gestão sofisticada e individualizada de condutas competitivas, sendo a empresa um espaço em que todas as inovações, criações e processos de mudança permanente e adaptativa ocorrem. Diante desse contexto, o sujeito atua como promotor de si mesmo, de sua própria ação e empregabilidade, criando e empreendendo-se de acordo com as necessidades de constante adaptação e flexibilização. Essa racionalidade se torna um imperativo para que o sujeito atue sobre si mesmo, se fortalecendo e sobrevivendo na competição social, em que a economia passa a ser, assim, uma disciplina pessoal para moldar a si mesmo. Essa racionalidade tem a capacidade de unir todas as relações de poder em um único discurso, de maneira que a empresa é um *locus* que representa uma nova ética, uma disposição arraigada de condução de si mesmo e, conseqüentemente, um modelo social valorizado por todas as pessoas, a ser imitado, inculcado e reproduzido em todas as instâncias sociais e culturais da experiência. A ética da empresa é a ética do autodesenvolvimento e autorregulação, uma perspectiva de "autoajuda" para cada indivíduo.

A noção de indivíduo como uma empresa de si mesmo é uma normativa presente em muitas empresas atualmente, onde a autovalorização é fundamental para se destacar em um ambiente altamente competitivo. Para manter-se valorizado, o sujeito precisa constantemente investir em seu capital humano e aprimorar seus desempenhos e resultados por meio de treinamentos e de formação contínua ao longo da vida. A

empresa se torna, assim, um espaço para a formação dos sujeitos, onde a sabedoria prática é adquirida para a valorização do capital. A qualificação dos trabalhadores também é uma prática importante, mas cada vez mais focada em elementos de controle da subjetividade para adaptação e calibração dos sujeitos na dinâmica laboral. Por essa razão, figuras de gestão da formação e desenvolvimento de si, como o coaching, ganham espaço e se utilizam de saberes psicológicos e metodologias voltadas para o desenvolvimento de competências sociais e comportamentais. Em resumo, a lógica da empresa se torna uma totalização da experiência do saber, uma “ascese do desempenho”.⁸³

Como resultado da disseminação do neoliberalismo, o sujeito contemporâneo é moldado pelo dispositivo do desempenho e do gozo, sendo que é necessário produzir não somente mais, mas também gozar mais a partir do próprio desempenho. A internalização da racionalidade e a reconfiguração da dimensão subjetiva desse novo sujeito são uma forma de alcançar uma experiência desejada de superação constante, uma condição que se aplica tanto aos indivíduos como às empresas. Como resultado, a liberdade é vista como uma obrigação de desempenho.

Essa composição tem efeitos em várias esferas da vida. No ambiente de trabalho, pode gerar sofrimento diante de uma autonomia restringida. Além disso, pode levar à corrupção da personalidade, à desmoralização e deterioração dos laços sociais, à depressão generalizada, à dessimbolização⁸⁴ e à produção de uma identidade como produto consumível (que é produzido e consumido no trabalho), ou seja, a instrumentalização do simbólico, bem como a perversão comum.

O neoliberalismo não apenas impacta aspectos sociológicos e políticos, mas também tem um efeito significativo na esfera subjetiva. A competição em todos os níveis sociais enfraquece os sentimentos de ação coletiva e solidariedade que,

⁸³ “Essa ‘ascética’ encontra sua justificação última numa ordem econômica que ultrapassa o indivíduo, uma vez que é expressamente concebida para conformar a conduta do indivíduo à ‘ordem cosmológica’ da competição mundial que o envolve. (...) [indivíduo] trabalha para se tornar mais produtivo a fim de tornar a empresa – que é a entidade de referência – mais produtiva. (...) os exercícios que supostamente melhoram a conduta do sujeito visam a transformá-lo num ‘microcosmo’ em perfeita harmonia com o mundo da empresa e, para além dele, com o ‘macrocosmo’ do mercado mundial” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 343).

⁸⁴ Esse termo carrega alguns sentidos amplos. Aqui, na abordagem acerca da racionalidade neoliberal, ele remete ao esvaziamento da identidade do trabalhador, não mais conectada a uma condição coletiva de trabalho. Como veremos mais à frente neste capítulo, a ideia de dessimbolização também pode remeter à ressignificação do imaginário, processo este também gerado pelo neoliberalismo.

juntamente com novas formas de gestão empresarial, desemprego, precarização, endividamento e avaliações, tornam-se poderosos impulsionadores para novos modos de subjetivação baseados na competição. Tanto a normatividade da competição quanto o modelo de subjetivação baseado na empresa disseminam os valores de mercado e a mercantilização das esferas da vida. A competição generalizada fragmenta os laços de solidariedade, enquanto a subjetivação empresarial faz com que os indivíduos se vejam e se moldem como unidades empresariais. Esse novo sujeito, o sujeito empresarial, é fruto da produção de uma “subjetividade contábil”, criada pela competição sistêmica entre os indivíduos, em que a competitividade se torna o "único remédio possível", estendendo, assim, o neoliberalismo para todos os setores.

É relevante destacar que o contexto de competição difundido em várias esferas da vida é responsável por gerar uma condição subjetiva degradada. As emoções que emergem nesse contexto são a base de um sofrimento constantemente experimentado pelos sujeitos, que se sentem acuados, ansiosos, depressivos, estressados e "pifados". Essas condições não são exceções; tornam-se a norma. A racionalidade neoliberal, como estruturadora de uma subjetividade que se submete às normas da competição e se identifica com o modelo empresarial, é também responsável por gerir esse sofrimento que resulta das formas de vida e trabalho impostas.

Nesse contexto, o sofrimento não é um obstáculo paralisante; ao contrário, torna-se uma mola propulsora para novas circunstâncias de acumulação, como veremos adiante. A questão central aqui é como o discurso sobre trabalho flexível, fundamentado na racionalidade neoliberal, favorece a deterioração subjetiva que decorre dos conflitos experimentados na realidade da degradação. O resultado desse processo é a deterioração subjetiva, que não se limita ao indivíduo, pois é coletiva e difundida socialmente, podendo ser percebida em alguns afetos.

Mas antes de tratarmos desse processo, precisamos tratar de outro eixo fundamental para constituição do discurso sobre trabalho flexível. Diante da racionalidade neoliberal, que impõe a norma de concorrência constante, o modelo empresa de subjetivação e a emergência do sujeito empresarial como um novo sujeito, há ainda outro eixo que constitui o horizonte ideológico do discurso: o realismo capitalista. A não possibilidade de enxergar qualquer instância fora desse sistema

também possui consequências determinantes para o discurso do trabalho. Vamos tratar dessa questão agora.

2.1.2 Eixos do discurso do trabalho: realismo capitalista e empreendedorismo

Em 2008, uma empresa de pesquisa de tendências comportamentais⁸⁵ chamada Voltage lançou em seu relatório de tendências comportamentais o que acreditava ser as tendências que demarcariam o universo do consumo a partir dos jovens. O relatório continha uma tendência comportamental denominada "*OntoBusiness*", que dizia, em linhas gerais, que os jovens naquele momento da história estavam focados em criarem soluções a partir de apenas um espectro de mundo: o capitalismo. Não havia mais outra possibilidade desde 1989, com a queda do muro de Berlim, e era via capitalismo que os jovens construiriam suas perspectivas e soluções "para mudar o mundo". O capitalismo seria, portanto, embebido na vida das pessoas como "Onto", isto é, como parte de Ser delas.

Em nosso campo, essa visão também foi de algum modo encontrada. Em diversas manifestações coletadas de trabalhadores criativos autônomos de conhecimento percebemos a convergência entre possibilidade de exercer plenamente seu trabalho e vocação e o capitalismo como espaço e forma para que isso ocorra. Mas não era apenas no sentido de trabalho remunerado, ou seja, da intenção de ter aquela qualificação como forma de venda de trabalho; era no sentido do capitalismo como melhor realidade, "apesar dos pesares", para que seu ofício seja exercido com sucesso e reconhecimento. Essa perspectiva, na teoria social, não é uma novidade. Pode ser facilmente conectada com a visão do filósofo de viés liberalista Francis Fukuyama (2015), com a sua chamada "tese do fim da História". Nela, Fukuyama discute que as democracias liberais

⁸⁵ Esse tipo de trabalho está inserido na Indústria criativa como parte de fornecimento de subsídios estratégicos para tomada de decisões de empresas – em áreas de marketing, inteligência de negócio, planejamento, entre outras. Aqui citamos um exemplo (Voltage, empresa que não existe mais – funcionou de 2005 a 2012), que conhecemos por termos experimentado esse trabalho, mas há muitas outras, que traremos no próximo capítulo. Basicamente, o trabalho realizado por empresas de tendências comportamentais é utilizar ferramentas de pesquisa de mercado em empresas – pesquisa de referências e em sites (*desk research*), entrevistas em profundidade e *focus group* – não apenas para munir as empresas de informações sobre questões do presente, mas também para conseguir detectar ondas de tendências comportamentais a se consolidarem em médio e longo prazo. Era uma crença – tipo de promessa que ainda se vende por aí – de que era possível usar as ferramentas provenientes das Ciências Sociais (especialmente sociologia e antropologia) como forma de prever movimentos de mercado e, claro, empresas se adiantarem e oferecerem antes de todas as soluções e produtos. As tendências de futuro, de comportamentos emergentes, vinham em um relatório que era consolidado com dados levantados nas pesquisas feitas durante o ano, analisados criticamente por acadêmicos de diferentes áreas (sempre havia predileção por semióticos, filósofos e antropólogos).

capitalistas seriam, em linhas gerais, um processo terminal da história. O capitalismo venceu, e não haveria para onde correr.

Essa visão, que tem sido objeto de amplos debates e confrontações por pensadores de diferentes espectros políticos e teóricos, não parece distante de algumas narrativas sobre como o neoliberalismo foi estabelecido e que tipo de discurso histórico de convencimento esteve associado a ele. Em discussões contemporâneas, essa narrativa é frequentemente referida como TINA: *THERE'S NO ALTERNATIVE* (NÃO HÁ ALTERNATIVA), sugerindo que só há um caminho possível, e este é o capitalismo. Esse slogan foi atribuído a Margaret Thatcher durante seu governo na Inglaterra nos anos 1980 que, juntamente com a experiência estadunidense de Ronald Reagan e a versão preparatória do neoliberalismo na periferia do capitalismo, durante o regime de Pinochet no Chile (HARVEY, 2014), é reconhecido como um marco da virada neoliberal.

Apesar de parecer um prognóstico absurdo, essa perspectiva construiu um simulacro sobre a realidade que opera com força e impacto no neoliberalismo, que é a construção de um consenso em torno do capitalismo como único caminho. E ele é um dos eixos constituintes do discurso sobre trabalho flexível à medida que a satisfação do sujeito neoliberal, voltado à liberdade e à autonomia, só seria alcançada dentro do capitalismo. O que podemos chamar de *Realismo Capitalista*, como apresentado por Mark Fisher (2009/2020)⁸⁶, é o estabelecimento de um processo ideológico no qual não se consegue enxergar nenhum horizonte, pois todas as gramáticas que estruturam possíveis linguagens de transformação foram capturadas por uma racionalidade, um modelo normativo de ser, agir e pensar que é orientado pelo capital: a racionalidade política neoliberal. O sentido difundido é de que não há outro sistema viável, seja política ou economicamente falando e, portanto, não há maneira de se pensar outro modo de vida.

Vivemos num contexto em que a frase, supostamente atribuída a Jameson e Zizek, “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”, preenche o imaginário. A partir disso, o realismo capitalista implica um sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sem nenhuma outra

⁸⁶ Utilizamos duas versões do livro *Realism Capitalist*: versão original em inglês (Verso, 2009 - em versão Kindle), e a tradução recente em português (Autonomia Literária, 2020). Especificamos por meio do ano qual versão está sendo utilizada em cada menção.

alternativa a ele. O neoliberalismo é, nesse sentido, um regime do realismo capitalista por excelência. Como afirma Fisher (2020, p. 12), “O poder do realismo capitalista deriva, em parte, da maneira pela qual ele resume e consome toda a história anterior. Trata-se de um efeito de seu ‘sistema de equivalência geral’, capaz de transformar todos os objetos em valor monetário”.

O realismo capitalista não é um tipo particular de realismo, é o realismo em si. Para Fisher, essa perspectiva advém do poder que o capitalismo possui em subsumir e consumir tudo em sua volta, inclusive sua própria história. De certo modo, o capitalismo absorve, dessimboliza e torna tudo objeto de equivalência disposto à troca, a circulação. Nesse sentido, o que fica quando crenças são abaladas e colapsadas e símbolos são esvaziados é a realidade mediada pelo consumo e pelo espetáculo. Como ressalta Fisher (2009, Kindle Edition), “Quando de fato chega, o capitalismo traz consigo uma enorme dessacralização da cultura”. O realismo capitalista se apresenta, então, como um escudo que nos protege dos perigos impostos pela própria crença.

A ideia de *dessimbolização* vale um aprofundamento. Na perspectiva do psicanalista Dany-Robert Dufour (2005), na atualidade do neoliberalismo, os sujeitos são solicitados a se livrar de todas as sobrecargas simbólicas que garantiriam suas trocas. Assim, o valor simbólico é desmantelado, em proveito do simples e neutro valor monetário da mercadoria, de tal forma que nenhuma outra consideração, moral ou tradicional, possa entrar sua livre circulação. Esse processo é o da "dessimbolização do mundo", no qual os sujeitos não devem mais entrar em acordo com os valores simbólicos transcendentais; devem simplesmente se dobrar ao jogo da circulação infinita e expandida da mercadoria.

É importante reconhecer que o capitalismo é um sistema que não apenas integra corpos biológicos no processo de produção, mas também reduz a mentalidade e o espírito. Como afirma Dufour, o neoliberalismo promove a eliminação de todas as trocas que antes eram garantidas por um poder superior de ordem transcendental ou moral, tornando as trocas comerciais a única forma de relacionamento. Segundo ele, “a troca mercadológica tende a dessimbolizar o mundo” (DUFOR, 2005, p. 12). Esse processo de dessimbolização tem como base a eliminação de trocas que antes eram garantidas por um poder superior, o que leva a uma redução da vida social e das relações humanas a uma lógica mercadológica. Dessa maneira, é necessário

compreender que o neoliberalismo tem como objetivo promover a livre circulação das trocas econômicas, o que implica a redução da complexidade da vida social e das relações humanas a uma lógica mercantil.

Conforme analisado anteriormente, o neoliberalismo não apenas difunde uma ideologia e uma disciplina que submetem os sujeitos a uma lógica normativa da concorrência e a um modelo de subjetivação empresarial, mas também traz consigo uma alteração simbólica que gera sofrimento em amplas camadas da sociedade. A dessimbolização implica, então, a internalização de restrições e limitações antes marcadas por esses símbolos. Dufour, por sua vez, reforça a tese de que o neoliberalismo engendra um novo sujeito por meio da introdução de um novo estatuto do objeto mercadoria e espera que os sujeitos se adaptem a essa única alternativa, ou seja, ao próprio mercado. Nesse sentido, diferentemente da crítica de outros autores sobre a racionalidade neoliberal, Dufour identifica a transformação de dois modelos de sujeito da modernidade, o sujeito crítico (kantiano) e o sujeito neurótico (freudiano), dando lugar à figura do sujeito medíocre neoliberal. Esse sujeito é precário, acríptico e psicotizante, estando aberto a todas as flutuações identitárias e, conseqüentemente, pronto para todas as conexões mercadológicas, especialmente no âmbito do consumo, que se torna o repositório de possibilidades de "ser e agir".⁸⁷

O discurso do trabalho flexível se baseia na realidade do sujeito medíocre, que é precário, instável e inseguro. A dessimbolização do mundo promove uma instabilidade moral e uma deterioração do sujeito precarizado, que é produto do processo de adaptação a valores que dão corpo aos sujeitos. A crença de que um sujeito pode ser liberado de toda ligação a valores se torna, então, um princípio liberal, e os valores morais não têm valor mercadológico.

O realismo capitalista não é, portanto, só a limitação do horizonte e a delimitação de dessimbolização, mas também o preenchimento de valores orientados pelo mercado. É como uma atmosfera persuasiva, condicionando a produção de cultura e valores e regulando o trabalho e a educação, uma espécie de barreira invisível que delimita o pensamento e a ação. Há um elemento de "dissolução de sonhos" que o

⁸⁷ "O novo capitalismo estava descobrindo e impondo uma maneira muito menos constrangedora e menos onerosa de garantir a sua sorte: não mais continuar a reforçar a dominação segundo a que produzia sujeitos submissos, mas quebrar as instituições e assim acabar com o tomar o encargo da dominação primeira de maneira a obter indivíduos dóceis, precários, instáveis, abertos a todos os modos e todas as variações do mercado" (DUFOUR, 2005, p. 197).

realismo capitalista reivindica: é como se mostrasse a realidade como ela é, e a realidade em si é dentro do sistema.⁸⁸

Seus problemas e sua crueza não são, no entanto, escondidos; pelo contrário, compõem o enredo que gera mais adesão e aceitação às dinâmicas de concorrência entre os sujeitos. O realismo capitalista no contexto de base do discurso flexível do trabalho não significa que é apenas única e exclusivamente via capitalismo – por meio da mercadorização da vocação do trabalho criativo – que o trabalho pode se realizar, mas também dentro de uma dinâmica de todos contra todos, da concorrência e da dureza da flexibilidade. É, portanto, um processo de dessensibilização da realidade, que forma e molda o sujeito neoliberal. É a aceitação ‘realista’ do capitalismo como único jogo a ser jogado.

O realismo capitalista implantou uma espécie de “ontologia empresarial”, a partir do qual tudo parece óbvio de ser administrado como empresa. Vale ressaltar uma diferença importante, mesmo que complementar, em relação à racionalidade neoliberal: enquanto esta é responsável pela constituição de uma ideologia e um sistema de disciplinamento em torno do modelo empresa, o realismo capitalista é sobre “olhar de dentro”, da inescapabilidade da existência mediada pelo capital. Fisher (2020) traz a perspectiva de Lacan sobre oposição entre Real e realidade para dar conta de como o realismo capitalista se constitui. Enquanto o Real representa o irrepresentável, um vazio traumático que só pode ser vislumbrado nas fraturas e inconsistências no campo da realidade aparente, a realidade é aquilo que tenta suprimir o Real, é a mediação de aparência que se apresenta para nós. O capitalismo constitui, nesse sentido, uma realidade na qual e da qual parece impossível escapar por ela se apresentar como “se é”. É nessa realidade que ele se coloca como uma fantasia: fantasia de liberdade, fantasia de autonomia, fantasia de eficácia e de realização pelo trabalho. É dessa maneira que o realismo capitalista se constitui como dimensão de tragédia para os sujeitos no neoliberalismo, ou seja, tudo leva a ele e a partir dele.

Segundo Fisher, uma das consequências do realismo capitalista é a imposição de uma impotência reflexiva, na qual as pessoas sabem que as coisas vão mal, mas

⁸⁸ “O realismo capitalista (...) trata-se mais de uma atmosfera penetrante, que condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e da educação – agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação” (FISHER, 2020, p. 33).

acreditam que não podem fazer nada a respeito. Esse estado se manifesta como uma hedonia depressiva, em que a busca constante pelo prazer se torna um imperativo existencial, mas nunca é realizada. Esse sentimento orienta algumas perspectivas da realização do trabalho, levando os trabalhadores a trilharem um caminho sem fim de ações e reações às dinâmicas do sistema, em uma posição ambígua de realização na não realização. Nesse sentido, os sujeitos entram em um processo de "postergação indefinida" no qual tudo é arrastado e parece não ter fim. Fisher aponta que uma consequência desse modo "indefinido" de poder é que a vigilância externa é sucedida pelo policiamento interno, enquanto o controle só funciona se o indivíduo for cúmplice. Essa visão de mundo não explicitada e a hedonia depressiva fazem parte, assim, do discurso sobre trabalho flexível, abrindo caminho para processos de deterioração subjetiva dos sujeitos (FISHER, 2020, p. 43-45).

Nesse sentido, a burocracia do realismo capitalista é o controle para manutenção do "além-mais" constante: o bastante não é mais suficiente; ser avaliado como "satisfatório" já não é mais uma forma de satisfação. Quando olhamos para cenários atuais, isso fica bastante expresso no mundo do trabalho. Recentemente, em 2022, houve um movimento de trabalhadores de conhecimento (com baixo e médio nível de qualificação) que ficou conhecido como "*quiet quitting*"⁸⁹. Na verdade, o movimento exposto em redes sociais é externamente nomeado, pois o único elemento colocado pelos próprios trabalhadores era apenas se recusar a fazer mais do que o necessário. A mídia (e as empresas) compreenderam esse movimento – que, vale ressaltar, não foi organizado em nenhuma instituição ou sindicato – como equivalente à "desistência", ou seja, como se esses trabalhadores estivessem silenciosamente se demitindo. Novamente: o bastante não é mais aceitável.

Além disso, no contexto do realismo capitalista, são estabelecidos objetivos de controle de resultados que buscam mensurar o que é essencialmente imensurável. Como efeito disso, não se obtém uma comparação direta do desempenho ou rendimento do trabalho, mas uma comparação entre representações auditadas de desempenho ou rendimento. Conforme aponta Fisher, o trabalho é direcionado para a produção e a manipulação dessas representações em vez de focar nos próprios objetivos oficiais do trabalho. Esse fenômeno é descrito por Fisher como o "stalinismo de mercado", em que

⁸⁹ Cf. <<https://www.nytimes.com/2022/08/23/style/quiet-quitting-tiktok.html>>. Acesso em out. 2022.

a valorização dos símbolos e as representações dos resultados são mais importante do que o próprio resultado efetivo. No mundo do trabalho, isso pode ser observado nas metas, que deixam de ser um meio de avaliação para se tornarem uma finalidade em si mesmas. De acordo com Fisher, a produção orientada às relações públicas é uma característica definidora do capitalismo tardio, assim como a imposição de mecanismos de mercado.

No contexto do realismo capitalista, ser realista significa se subordinar a uma realidade em constante transformação, plástica e mutável. Frente a essa realidade, o cinismo da conformidade é a resposta ideal por parte dos sujeitos, uma forma de denegação que marca o realismo, o que envolve uma contestação e antipatia internas, mas conformidade externa na realização dos procedimentos. É um desinvestimento subjetivo que permite a realização cotidiana das atividades e a manutenção dos discursos, mas que, com o tempo, pode gerar fissuras que reorganizam subjetivamente a deterioração.

Uma crítica moral do capitalismo, que enfatiza seu papel no sofrimento humano, reforça o realismo capitalista e a resignação diante da realidade. Os valores de mercado são incompatíveis com os valores que sustentam a vida familiar, e a ideia de que a mudança é impossível gera impotência reflexiva. O que é importante é que o realismo capitalista, como parte essencial do discurso sobre trabalho flexível, é o alicerce sistêmico para difusão da deterioração das subjetividades. A quebra de laços, a perda dos sentidos e significados, são "operações sociais" que, sob a ótica do realismo capitalista, encontramos lastro com o neoliberalismo. De certo modo, o realismo capitalista faz, em analogia ao que aponta Achille Mbembe (2018) sobre a razão negra, uma fabulação e enclausuramento do mundo na perspectiva de que não há outro caminho.

O realismo capitalista não é um sistema guiado pela moral, mas pelas emoções, pelos afetos. Os sentimentos tomaram o lugar da moralidade porque são eles que são conduzidos efetivamente nas relações após a dessimbolização. Byung Chul Han (2018), por sua vez, também reforça essa abordagem. Para ele, é fundamental, ao se falar de neoliberalismo, abordar o que chama de "capitalismo das emoções", compreendendo, em primeiro lugar, que existe uma estrutura de separação entre "sentimentos" e "emoções". As emoções (e afetos) são de ordem subjetiva, e os sentimentos da ordem

objetiva, porque estes permitem uma narração, possuem duração e uma profundidade narrativa, o que os ancora a uma lógica de simbologias e significações estruturadas, diferentemente das emoções, que não são narráveis e tão pouco constatáveis. A emoção tem caráter performático, que remete à ação, intenção ou finalidade e, justamente por não ter uma duração e ser possível de ser implicada de intenções, é que as emoções não são efeitos colaterais, mas estratégias de reprodução do neoliberalismo.

A temporalidade das emoções se diferencia da temporalidade dos sentimentos, uma vez que as primeiras não são duráveis, mas podem ser reativadas e exploradas devido à sua natureza solúvel. Um exemplo é a ansiedade, que se torna persistente ao ser gerenciada e reativada para explorar suas dimensões performativas. O neoliberalismo se utiliza dos afetos como recursos para aumentar a produtividade e o desempenho, celebrando as emoções como expressões da subjetividade livre e explorando-as como uma técnica de poder. A emocionalidade é, portanto, subjetiva, situacional e volátil e possui caráter fungível, surgindo com a mudança de estado ou de percepção. De acordo com Han,

As emoções são o fermento para motivação. São performativas no sentido que evocam ações: como tendências representam a base energética ou mesmo sensível da ação. As emoções são controladas pelo sistema límbico, no qual também se assentam os impulsos. Eles formam o nível pré-reflexivo, semi consciente e corporalmente impulsivo da ação, do qual frequentemente não se tem consciência de forma expressiva. A psicopolítica neoliberal se ocupa da emoção para influenciar ações sobre esse nível pré-reflexivo. Através de emoções, as pessoas são profundamente atingidas. (HAN, 2018, p. 68)

É nesse contexto que a realidade capitalista estrutura o discurso sobre trabalho flexível. Ela não apenas encerra o horizonte a partir da inescapabilidade do capitalismo, mas produz, por meio de dessimbolização e da impotência reflexiva, um rearranjo afetivo que vai sendo gerido a partir das premissas ideológicas e disciplinares inculcadas pela racionalidade neoliberal. O discurso sobre trabalho flexível é a racionalização de justificação das reestruturações do mundo do trabalho, causadoras do processo de degradação. Esse discurso contém em sua base dois eixos que envolvem a adesão, a reprodução e a formatação dos trabalhadores flexíveis a uma racionalidade da concorrência, à subjetivação da empresa e ao realismo capitalista, conformando uma lógica inescapável de mercado e configurando um novo sujeito, que se realiza (e busca se realizar) no interior dessa dinâmica.

Mas há outro elemento central, que desagua a partir desse eixo, que é a convergência para um **discurso sobre empreendedorismo**. O discurso em torno do empreendedorismo tem ganhado cada vez mais força na gramática social em torno das ideias de liberdade e autodeterminação, bem como conquista e realização. Como aponta Ehrenberg (2010), esse discurso promove, na atualidade, uma noção de "empresa-paixão", ou seja, a empresa como espaço de realização pessoal. Nesse cenário, com o crescimento da concorrência no ambiente privado do mercado, cresce também o sistema de representações sociais baseado na figura do "vencedor", das figuras conquistadoras, que aparecem tangibilizadas nessa prática própria do mercado.

Ehrenberg trabalha analiticamente com a figura do esportista-vencedor conectada ao empreendedor, que ganha visibilidade em todas as sociedades capitalistas. "A aventura é utilizada no contexto de sessões de formação permanente", com "percursos audaciosos", aprendendo a "assumir riscos, tanto individualmente quanto coletivamente, num ambiente econômico imprevisível" (EHRENBERG, 2010, p. 10). A conexão entre esporte, aventura e empresa promove uma noção de "espírito de conquista" que se torna a marca na transformação da mitologia da autorrealização. Não cabe mais aos sujeitos apenas observarem e contemplarem seus heróis: agora são também convocados a exercerem sua individualidade por meio da ação, ou seja, "o ponto de vista do ator domina, de agora em diante, a mitologia da autorrealização: cada um deve aprender a se governar por si mesmo e a encontrar as orientações para sua existência em si mesmo" (EHRENBERG, 2010, p. 11).

O heroísmo contemporâneo se converge na figura do empreendedor, uma vez que ele resume e representa um estilo de vida de tomada de riscos em uma realidade na qual a competição entre sujeitos é o modo de governança ideal. Empreender torna-se uma forma de exercício generalizado do heroísmo, de maneira que a mudança como a empresa é vista fornece elementos novos de significação social e individual e envolve a maneira como o esporte também sofreu ressignificação no imaginário. O impacto do esporte, aproximado de uma conotação de realização individual via consumo, se daria em dois níveis simultâneos: tanto em nível macro da sociedade, a partir de mudança de atitudes acerca do sucesso social, como em nível micro, das empresas, a partir dos "modos de ação empreendedora, afetando as concepções sobre as políticas de gestão de pessoal, ao mesmo tempo em que reorganiza as políticas de demissão e de reinserção

profissional” (EHRENBERG, 2010, p. 14). O esporte se tornou uma referência a partir de uma dupla transformação de seus sentidos em razão de uma multiplicação dos usos não esportivos do esporte, bem como de uma esportização da aventura.⁹⁰

O esporte se torna uma forma de disseminar a visão de assumir a responsabilidade por si mesmo em uma realidade de pouco acesso a emprego, como um diagnóstico e a solução concomitantes. Uma das consequências que denota esse processo é a adesão à perspectiva de que a performance depende da identidade, ou seja, da aceitação de si a partir de sua autonomia. O esporte se torna, portanto, representação da independência e da autonomia em ser empreendedor de sua própria existência:

A independência é obtida sendo o empreendedor de si mesmo, em que ‘si mesmo’ é o produto e a imagem do produto, até mesmo a empresa e a imagem da empresa (...). O esporte é, de agora em diante, alguma coisa inerente ao desejo de ser sujeito por si mesmo e não objeto de qualquer coisa, é por isso que ele passa mais por um ideal de libertação do que por uma moral de assujeitamento ou uma alienação. (EHRENBERG, 2010, p. 24-25)

A aventura estaria, assim, ao alcance de todos e de cada um e consiste em criar regras num contexto imprevisível ou desconhecido, ou seja, é um processo da tentativa de determinação e controle, um empreendimento que depende de um regime de mudanças em situações instáveis diante do futuro incerto e plástico.

Há, então, a emergência de um novo tipo de herói, que carrega o ideal competitivo do esporte e um modelo antigo de empreendedor como culto à ascensão social, em uma realidade na qual a ação da empresa está em toda parte da vida societal. Decerto, a própria ideia de empresa também se modificou, uma vez que passa a ser uma ideia sobre a maneira de se conduzir, ou seja, da possibilidade de empreender qualquer coisa e que pode ser realizada por qualquer um. Há uma generalização da empresa como modo de ser e modelo de ser da sociedade:

Essa súbita promoção da ação de empreender como valor e princípio de ação no domínio da vida privada como no da vida profissional faz do sucesso, sobretudo do sucesso empresarial, a exemplo do esporte-aventura, um verdadeiro sistema de normas que se endereça a todos, qualquer que seja o lugar de cada um na hierarquia social (...) Ser bem-sucedido, hoje, é poder inventar seu próprio modelo, desenhar sua unicidade, ainda que idêntica à de

⁹⁰ “[A extensão do esporte a outros domínios] é um aspecto de uma modificação que afeta o próprio estatuto e a significação do esporte no seu relacionamento com a sociedade (...) o esporte está a tal ponto ancorado no cotidiano que ele não constitui apenas uma forma de lazer ou uma atividade corporal específica pensada e organizada em vista de performances a se alcançar, mas a manifestação de uma relação generalizada com a existência: empregado na qualidade de referente, de metáfora ou de princípio de ação em registros cada vez mais vastos de nossa realidade contemporânea (...) [o esporte] é um sistema de condutas de si que consiste em implicar o indivíduo na formação de sua autonomia e de sua responsabilidade” (EHRENBERG, 2010, p. 18).

todos os outros. Ser bem-sucedido é tornar-se si mesmo tornando-se alguém. (...) uma relação inédita que assimila, numa mesma retórica, a conquista de sua identidade pessoal à da ascensão pública, a busca da autenticidade à da visibilidade. Dinâmica dupla de exteriorização do íntimo – isso seria sua 'publicização–' e de incorporação do social – isso seria sua 'privatização–' que forma a trama da ambição contemporânea. (EHRENBERG, 2010, p. 49-50)

A ideia de ser bem-sucedido passa por uma construção de ser uma figura de jornada de si, ou seja, apenas sua própria trajetória, a forma como o indivíduo fez a si mesmo, conta. Nas palavras do autor, “(...) o homem que tem sucesso é o que fabrica para si mesmo uma genealogia ao inverso: sua própria história é a única que importa” (EHRENBERG, 2010, p. 53). Emerge daí uma espécie de heroicização de si mesmo, que aprofunda um modelo de conduta que parte do indivíduo não como objeto de anonimato, mas como modelo de singularização e diferença. É na dessemelhança que todos se encontram, e é a partir de si enquanto modelo de autenticidade que os processos de condução de si são constituídos. Essa mensagem ganha força, por óbvio, nas estruturas cotidianas do mundo do trabalho, como vimos no campo com os *freelancers*. O discurso sobre sua trajetória se torna nas entrelinhas – mas também, às vezes, de maneira mais explícita –, um discurso sobre como essa trajetória de fazer-se-a-si-mesmo é um caminho de determinação e liberdade. Vejamos uma das falas nessa direção:

"Quando eu decidi sair da empresa, não era mais sobre cargo, era sobre ter qualidade de vida, era sobre eu ser dona da minha agenda, dona da minha vida e dona do meu salário, porque sou eu que digo qual é meu preço, as pessoas não precificam, eu dou o meu preço. Eu sei qual o valor do meu trabalho, então era uma série de coisas [que a motivaram a se tornar freelancer]. É sobre eu tomar a liderança, sabe? Eu não quero mais uma empresa me liderando. A diferença é tudo! É o sentimento, a sensação que tenho de liberdade. A sensação de que estou escolhendo aquilo, sabe? Eu sei o que não está me fazendo bem, eu sou responsável por isso também. Podia ter dito 'não' para aquele projeto, mas eu disse sim porque eu queria ganhar uma grana a mais, porque eu achei que ia rolar (...) Nesse modelo me sinto muito mais preenchida no todo. Uma coisa também que, para mim, era muito importante era alterar os rankings das caixinhas da vida.” (Cadernos do campo)

O processo de flexibilização e constituição da autonomia e liberdade (dos trabalhadores, mas não do trabalho) é atravessado por essa perspectiva do indivíduo como modelo de si para busca do sucesso. Mais forte do que o modelo de empreendedor é a busca por essa realização de si a partir do que se é ou pode ser. É essa lógica que aparece expressa na produção dos discursos sobre empreendedorismo (e suas derivações

como intra-empendedorismo⁹¹) e que, na verdade, responde ao modo de buscar ser e reconhecer a quem se é numa estrutura que publiciza o privado e impele que este se realize, via mercado, na vida pública como modelo de empresa. Dessa maneira, a fala sobre si toma um aspecto “inevitável”, ou uma dimensão trágica em que apenas as virtudes da ação empreendedora tomam forma, como podemos ver neste trecho do campo:

"Minha jornada freelancer começou dessa vontade de querer fazer as coisas do jeito que eu queria. Eu descobri, e tem muito de autoconhecimento, que eu era uma pessoa que não gostava de rotinas, da mesma rotina todo santo dia, eu não gostava da mesmice, eu não gostava enfim de seguir regras e, vamos falar francamente, eu não gostava de seguir as regras corporativas das empresas que eu tinha trabalhado. Então me senti deslocado e muito deslocado até entender com muita terapia (e faço terapia até hoje), o que de fato eu queria e o que eu queria encarar, porque eu não queria isso."
(Cadernos do campo)

Ainda que a oposição explícita à rigidez representada pelo trabalho em tempo integral esteja sempre sublinhada nessas trajetórias narradas, a figura do chefe da empresa passa a não mais ser uma representação de exploração em si, mas de igualdade – todos podem se tornar um. Como aponta Ehrenberg (2010, p. 57), “o empreendedor é menos o poderoso que domina os humildes do que o homem que desarranja a rotina e domina a situação em vez de a ela se submeter”. Esse empreendedor, que modifica e reconstitui a imagem do patrão, performa como uma revanche ao *establishment*, com uma trajetória construída como se fosse um espetáculo de massas, tornando-se modelo de igualdade e de indivíduo:

O empreendedor satisfaz as condições para ser um herói popular porque ele encarna o homem voltado ao futuro, que enxerga no incerto, está engajado na ação arriscada, subverte as hierarquias instituídas, abrindo novos mercados ou lançando novos produtos. (...) eles trocam a ilegitimidade da hereditariedade pela legitimidade da meritocracia. (EHRENBERG, 2020, p. 61)

É, assim, um discurso promovido que, mesmo no reconhecimento (teatral) do fracasso, não admite toda dimensão da tragédia. Tudo é fruto do possível e realizável esforço individual, num discurso que desmonta as teias e âncoras possíveis que um sujeito pode ter, tanto dos bons como dos maus elementos, nas tramas da sociedade. A

⁹¹ Que é basicamente emular os atributos de um empreendedor, como proatividade, senso de comprometimento, dedicação extrema, entre outros, em um contexto no qual se é assalariado. Na realidade da empresa, há uma nova forma de tratar e conceber os trabalhadores não como executores, mas como “parceiros”. Segundo Ehrenberg (2010, p. 78) aponta, “o esporte-aventura é um meio de assentar o espírito de empresa na empresa, de ancorar a cultura empreendedora nos comportamentos de cada um dos empregados, independentemente de sua posição hierárquica”. Há, portanto, o esvaziamento da noção de disciplina em um cenário no qual o sistema de representação eficaz consiste em transformar a força de trabalho em empreendedora de suas próprias tarefas, pois é na figura do empreendedor que se instrumentaliza a autonomia.

retórica sobre a imagem, ou o que parece (e aparece), se torna o que importa para ilustrar esses discursos. O resultado disso é uma espécie de "show meritocrático" que possui dois fenômenos que ampliam a dimensão da individualidade, a saber: 1) a deshierarquização das atividades sociais e econômicas, ou seja, é possível vencer e ser bem-sucedido em qualquer ramo – o importante, portanto, é vencer, não importa onde; 2) a generalização dos públicos do sucesso, criando a expectativa de que qualquer um pode se tornar um líder de sucesso. Essa “expectativa” é alimentada pela massiva conexão feita pela literatura de negócios entre vencer e ter uma mentalidade específica (tendo menos peso as questões sociais, ou a própria técnica). Tal visão tem impacto na identidade das pessoas:

Essa voga dos ganhadores assinala o quanto a identidade social tem tendência a se construir fora dos pertencimentos coletivos tradicionais que fechava cada um em uma predestinação laicizada, desempenhando o papel de ancoragem identitária (...) A profissionalização da identidade sob a égide da imagem esfumaça a diferenciação entre o espaço interno da identidade (quem sou eu?) e o espaço público do sucesso (o que eu faço?). Ela assimila a identidade e sua aparência em que eu sou o que eu pareço – já que a imagem de minha performance é a única coisa que importa. (EHRENBERG, 2010, p. 68-69)

Não é supérflua, dessa maneira, a constante aparição da ideia de “autoconhecimento” nos discursos desses trabalhadores criativos. Essa identidade de si, de modo a ser feita nessa trajetória, precisa ser encontrada por meio de dispositivos (como autoconhecimento) que permitem que esses trabalhadores enxerguem a si mesmos da maneira como gostariam e, assim, se posicionem na sua trajetória por meio desse princípio autodeterminado. Vejamos mais um trecho coletado em campo, no qual essa relação aparece bem delineada:

"A base da nossa vida somos nós mesmos. Não é egoísta, mas é olhar para gente enquanto indivíduos que conseguem ser preenchidos por si mesmos, pelos seus sonhos, suas aspirações, por suas conquistas sem ter que provar nada para ninguém, e isso é um processo. A vida de freela me ajuda e me ajudou muito inclusive a olhar para dentro, sabe? Olhar para mim mesma, me deu espaço para olhar para dentro do que eu sou, para o que eu quero, sabe? Eu sempre amei dançar, eu parei de dançar porque não tinha tempo para fazer aula [por causa do trabalho]. Não é sobre descobrir o entorno né, é sobre descobrir quem a gente é, o que a gente gosta de fazer, sabe? Tipo, eu não abro mão mais das minhas aulas de circo, não abro, não abro. Se eu precisar inclusive parar de trabalhar, sei lá, tipo 7 horas da noite, para fazer minha aula de circo até às 8 horas e voltar e continuar trabalhando, eu vou fazer, mas o máximo que eu puder fazer para não quebrar esse compromisso que eu tenho comigo mesmo eu vou fazer. A vida de freela me deu isso, sabe? Eu sinto assim. Para o que eu precisava, para mim enquanto indivíduo, a vida de freela tem me alimentado." (Cadernos do campo)

Esse discurso sobre o indivíduo marca uma ficção sobre ser indivíduo puro, ou seja, ter origem e referência tão somente em suas obras, em ser aquilo que faz, com uma

visão que será um ponto forte do discurso do indivíduo que constrói as bases do discurso do trabalho flexível. Uma das razões fundamentais para que o trabalhador criativo seja melhor em modalidades flexíveis, consentindo em atuar nesse regime, é a possibilidade (potencialmente idealizada) de ser ele indivíduo de si mesmo e de ter seu trabalho (produto dele, fruto de sua vocação e busca de reconhecimento) mais bem reconhecido em sua autenticidade por ele ser quem é – e não como resultado da exigência subordinada ao *staff*. É nesse contexto que toda a dimensão da degradação, especialmente das formas, na intensificação e aceleração do trabalho, parece diminuída ou amenizada para esses trabalhadores na medida que o discurso subverte a própria noção sobre o significado desse tempo laboral. De fato, “o único tempo que importa verdadeiramente é aquele no qual nos fazemos, não aquele que nos é transmitido: nós nos construímos, no sentido próprio de um espaço-tempo pessoal e móvel” (EHRENBERG, 2020, p. 72).

A visão do individualismo presente na perspectiva heróica do empreendedor parte de um radicalismo subjetivo no qual cada um é responsável por si mesmo, mas sem possuir as ferramentas (objetivas e subjetivas) para tanto. Nessa forma, a analogia com o esporte “ajuda” a compreender como a noção de concorrência mobiliza esse sujeito em busca de referencial:

(...) a concorrência é uma das formas sociais que assume a resposta a esse problema quando o outro só funciona como ponto de comparação e de diferenciação, no qual ele é apenas o padrão de medida, à semelhança dos mecanismos em ação na comparação esportiva (...) a popularização do empreendedor abre uma multiplicação das vias de acesso à individualidade. Ela simboliza a ruptura de uma representação da sociedade em termos de alto e de baixo, da qual o empreendedor seria doravante o emblema, em benefício de uma representação em termos de mobilidade. (EHRENBERG, 2010, p. 74-75)

Vale retomarmos as características que marcam o discurso do trabalho flexível:

- 1) reforço da individualidade como base das relações;
- 2) oposição às dinâmicas de trabalho baseadas no modelo fordista – trabalho de jornada integral;
- 3) liberdade do mercado como melhor contexto para sua emergência.

A partir dessa caracterização e compreendendo o papel que a racionalidade neoliberal e o realismo capitalista possuem nele, o discurso sobre trabalho flexível se reproduz de duas maneiras: a) **por uma ascese do desempenho**, por meio dos processos que alimentam tópicos sobre a formação dos trabalhadores, não apenas do ponto de vista da técnica instrumental, mas também de sua subjetividade (como

competências e capacidades geridas por profissionais como coaching ou presentes na literatura de negócios; b) **por uma exemplificação modelar da realidade**, por meio dos conteúdos que circulam de maneira diluída nos elementos que constituem o discurso. Na ascensão do desempenho, percebemos como os elementos ideológicos e disciplinares vão sendo introjetados, enquanto na exemplificação modelar a realidade parece se constituir por ela mesma (em uma lógica de que “só há essa alternativa”). No próximo capítulo, vamos explorar as especificidades do discurso sobre trabalho flexível na indústria criativa e analisar como cada uma dessas maneiras aparecem no campo.

O discurso do trabalho é utilizado como justificativa para a consolidação de um regime de acumulação e um modelo de desenvolvimento específicos, como apontado por Braga (2017). No caso do trabalho flexível, há uma tentativa de construir relações menos conflituosas entre trabalhadores e empregadores, com os trabalhadores flexibilizados vendo-se como parte do mesmo projeto empresarial. No entanto, o discurso sobre trabalho flexível carrega elementos manipulativos, como a ideia de liberdade e autonomia, que visam dar sentido à experiência de degradação do trabalho e aumentar a alienação dos trabalhadores, colocando-os em um processo contínuo de realização que resulta em sua deterioração.

Essa deterioração envolve processos de sofrimento – manifestações que podem ser percebidas no próprio discurso –, mas fundamentalmente reorganiza os afetos em prol da reprodução do capital. Tal perspectiva não colapsa o sofrimento, mas o envelopa em um semblante de aceitação e consenso, lido superficialmente como pertencimento, que assume a única forma possível do modelo de subjetivação neoliberal: empresa. Uma sociedade de empresas. É sobre esse processo de deterioração que vamos tratar agora.

2.2 “*Mas eu preciso conseguir ganhar com isso*”: A deterioração da condição subjetiva dos trabalhadores

O discurso do trabalho flexível é utilizado como meio de difundir a ideologia neoliberal e disciplinar os trabalhadores de acordo com uma norma de concorrência e subjetivação empresarial. Esse discurso tem impacto significativo no trabalho de conhecimento, especialmente nos setores de informação e comunicação, contribuindo para a deterioração da condição subjetiva dos trabalhadores. O rearranjo de afetos na força de trabalho ocorre de forma orgânica e gradual, arregimentando ideologias, formas disciplinares e a subjetividade dos trabalhadores, tornando-se parte da

reprodução das formas de exploração do mais-valor, o que afeta a vida e a condição produtiva dos trabalhadores em suas esferas pessoais e profissionais.

O discurso sobre trabalho, como apontamos, também é uma posição na qual conseguimos adentrar esse rearranjo e captar, especialmente a partir dos problemas que aparecem no campo, a realidade de ser trabalhador flexível. Como mencionamos mais acima, alguns tópicos se manifestaram mais importantes acerca das questões que envolvem o mundo do trabalho flexível para os trabalhadores autônomos pesquisados, como liberdade, tempo de trabalho, gestão do trabalho, relações de trabalho e remuneração. Além disso, como mencionado, por meio da percepção de elementos positivos sobre vida de *freelancer* a noção de flexibilidade como expressão de liberdade e autonomia nos deu subsídios para uma leitura mais crítica a respeito dos eixos que estruturam o discurso sobre trabalho flexível em sua dimensão ideológica e disciplinar do espírito do capitalismo. Mas não só. Quando observarmos os comentários e percepções desses trabalhadores em torno dos elementos negativos, também conseguimos enxergar a ponte entre o discurso do trabalho e o processo de rearranjo de afetos, ou seja, a deterioração.

De acordo com nossa pesquisa em campo, os problemas sobre ser *freelancer* aparecem associados a condições concretas de reprodução de vida a partir do trabalho. Em grande parte, a remuneração não fixa e/ou adequada, bem como a inconstância de disponibilidade de trabalho, aparece com frequência consistente entre os respondentes. As palavras *incerteza* e *instabilidade*⁹² são usadas, demarcando o que é percebido na experiência como o mais difícil em ser *freelancer*. Vale expor algumas verbalizações do campo que evidenciam isso:

"Lidar com a frequência de projetos que acabam se acumulando em determinadas épocas."

"Situações abusivas de prazos e horários. É difícil trabalhar com algumas pessoas em relação a "horário comercial". Teve uma época que eu tinha fobia de olhar as notificações do WhatsApp pelo bombardeio de informações. Outra questão é a não saber o futuro em relação a novos projetos. Passei períodos em que fazia turno de 12/14h diárias para dar conta dos projetos e meses sem nada."

⁹² Como nos lembra Sennett, "(...) o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. 'Não há mais longo prazo' desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento" (SENNETT, 2009, Kindle edition).

"Não fechar a quantidade de trabalho que eu realmente gostaria e ficar lidando com irresponsabilidades mesquinhas dos clientes."

"Não saber se mês que vem vai ter trabalho."

"Não ter nenhum benefício como férias ou 13º, não ter segurança na renda.»

"Solidão, incerteza do trabalho e falta de estrutura (onde termina a minha vida pessoal e onde começa o trabalho?)"

"Trabalhar em casa (rs), a incerteza, a falta de previsibilidade (de tempo e dinheiro), ter que estar sempre se mexendo atrás de trabalho, ser meu próprio "produto".

"A parte financeira é muito, muito difícil no início, além de sua reputação ser algo frágil e você ficar muito dependente da aprovação dos clientes - isso te deixa suscetível a aceitar condições ruins." (Cadernos do campo)

A questão em torno da instabilidade de remuneração aparece também associada aos direitos trabalhistas, o que revela uma contradição entre o discurso do trabalho e a realidade da experiência. Enquanto o discurso do trabalho flexível atrela o trabalho subordinado ao regime inflexível, à incapacidade de se realizar, de organizar e controlar a própria vida – criando uma oposição polarizada com essa modalidade –, a realidade da experiência de flexibilização coloca em evidência, pela percepção dos próprios trabalhadores, a falta que direitos e benefícios trabalhistas *aparentes* faz para eles. Quando mencionamos "aparentes" estamos falando do que geralmente é computado de maneira explícita, como férias, 13º salário ou benefícios (como vale transporte e vale refeição), direitos e benefícios frutos da luta coletiva por direitos e qualidade de vida aos trabalhadores. Dessa maneira, nas demarcações sobre o “lado mais difícil⁹³ em ser *freelancer*”, mesmo com a valorização da flexibilidade, a questão da ausência de direitos e benefícios é bem presente entre os respondentes.

Outra demarcação de dificuldade é acúmulo de tarefas e projetos, que pode ocorrer – especialmente como apontado – por gerar uma sensação de pressão e ansiedade. Esse acúmulo, vinculado ao que tratamos sobre a degradação do trabalho envolver intensificação e flexibilidade funcional, pode acontecer por motivos individuais – pela forma como profissional organizou sua distribuição do tempo laboral, por exemplo –, ou contextuais – quando o profissional estava em um momento de poucos trabalhos, acumulando mais do que costuma para garantir que não fique sem renda em um período posterior. Essa demarcação é importante porque coloca

⁹³ Vale um apontamento sobre o uso dos termos. No primeiro formulário preliminar utilizamos a palavra “parte ruim” para captar percepções dos respondentes, mas percebemos que o termo, pelo teor das respostas no teste, levava mais à projeção das impressões do que ao retrato da experiência vivida – o que sabíamos, pelas primeiras investigações, que seria obtido com essa pergunta. Dessa maneira, alteramos no formulário definitivo (que teve mais respondentes) para “lado mais difícil”, de modo a obter um retorno mais conectado com a experiência desses trabalhadores.

concretamente um obstáculo para o exercício da flexibilidade positiva do tempo, ou seja, na própria experiência de ser *freelancer*, há uma demarcação que pode, em essência, impedir a realização do potencial do melhor que aparece expresso em discurso.

Há também outros destaques, que aparecem com menor peso nas verbalizações dos respondentes, mas são frutos da experiência vivenciada com a degradação do trabalho, como a questão do tempo, sobre a qual aparece bastante a queixa sobre abusos de demanda de clientes "fora do horário comercial" (ou seja, de apropriação do tempo de não trabalho). Mais uma vez há uma contradição entre a possibilidade de flexibilidade de tempo e a realidade da experiência diante das demandas. Ou ainda outras questões menos recorrentes, mas presentes entre os respondentes, como a dinâmica de trabalho marcada pela "solidão" que o trabalho autônomo pode representar. Trabalhar em casa (fora de um ambiente de sociabilidade como um escritório) significa estar trabalhando fora de um espaço de compartilhamento de experiências, trocas e vivências, o que amplia a sensação de isolamento do trabalhador.

O que pudemos perceber ao analisar os problemas apontados em torno da experiência em ser *freelancer* é que a flexibilização do trabalhador (e não do trabalho) coloca como chave algumas experiências que vão culminar na contradição entre discurso e realidade⁹⁴. O trabalhador estaria, nesse caso, em constante movimento pela garantia (ou tentativa de garantia) de condições de reprodução de vida para conseguir trabalho (projetos) e remuneração adequada – o que interfere na própria percepção do tempo, porque não se trata apenas do tempo-laboral-de-execução-do-trabalho, mas também do tempo-laboral-em-movimento-para-conseguir-trabalho –, dinâmica que amplia mais a percepção do trabalhador flexibilizado sobre a dissolução entre tempos de trabalho e tempos de não trabalho.

Ademais, emerge de forma explícita entre os respondentes as contradições expressas quanto aos aspectos positivos e negativos em ser *freelancer*. Ao mesmo tempo que se configura, por exemplo, como positivo "*não ter relação com empresa*" (por conta da ideia de subordinação, expressa pela oposição ao trabalho rígido), aparece

⁹⁴ Como aponta Rosso, "A flexibilização (...) requer a flexibilização dos trabalhadores. As empresas necessitam de trabalhadores flexíveis, que se sintam como se não fossem flexibilizados por uma força externa, mas que eles mesmos se compreendam como tais. Exige flexibilidade dos corpos e das mentes. E seus próprios comportamentos devem passar de rígidos para flexíveis" (ROSSO, 2017, p. 268).

também como negativo, em intensidade parecida, o "*não ter reconhecimento*". Ora, como obter reconhecimento sem estabelecer uma relação contínua com a empresa?

O que vimos, portanto, é que o discurso é explícito nos elementos positivados, desejados e colocados como potencial, enquanto na realidade da experiência vivida as questões negativas se sobrepõem⁹⁵. No limite, são estas que afetam e corroboram a deterioração subjetiva desses trabalhadores. No conflito da disseminação do discurso, que lhes fornece condições para percepção e justificação da experiência diante do saldo da experiência vivida, podemos perceber como os afetos são impulsionados como forma de vida no interior dessa lógica de trabalho. É uma relação do trabalho de "*Quero-Não-Posso*" que pode estar na base das questões envolvendo afetos rearranjados da deterioração, como medo, ansiedade e vergonha. É nessa contradição que a dimensão trágica do trabalho flexível fica analiticamente perceptível.

Nossa tese argumenta que o discurso do trabalho flexível, associado às condições degradadas do trabalho, leva, portanto, à deterioração subjetiva, caracterizada pela experiência de medo, ansiedade e vergonha. A normatividade subjetiva gerada por essa deterioração engloba um sentimento de insegurança e vulnerabilidade em relação às situações vivenciadas pelos trabalhadores. A dessimbolização massiva, que é a perda de laços e significados, é uma característica desse processo, não um efeito colateral do capitalismo. De fato, a experiência de sofrimento está ligada às novas modalidades de regulação e regime de acumulação do capital e serve como impulso para essas formas de organização.

A dinâmica em que os discursos são construídos pode ser compreendida como um processo que envolve a sustentação da coerência, a auto-referência e a contradição do sujeito, conforme afirmado por Christian Dunker (SAFATLE; SILVA JUNIOR & DUNKER, 2021). O discurso funciona, assim, como um laço social que preenche o vazio deixado pela dessimbolização, sendo um dispositivo de reconhecimento de desejo, baseado em operações de linguagem que produzem algo. Cada discurso é sustentado por uma verdade que lhe confere autoridade e legitimidade, e o discurso

⁹⁵ É claro que, em grande medida, há várias das experiências vividas nas verbalizações acerca das boas motivações de ser *freelancer*. O que queremos reforçar é que a forma como essa experiência positiva aparece no discurso dos trabalhadores flexíveis é altamente envelopada pelas noções projetadas pelo discurso sobre trabalho flexível. Não se trata, portanto, de uma oposição simples entre "desejado positivo" e o "vivido negativo", mas em como o vivido positivamente é mediado, de modo ideológico, pelo desejado, ao passo que as experiências negativas reforçam o caráter de vivência que não aparece nos positivados.

sobre trabalho, por sua vez, cria uma aparência de unidade para sustentar sua verdade e experiência vivida.⁹⁶

O neoliberalismo funciona como um mecanismo de capitalização de identidades ao impor o individualismo e a liberdade como condições fundamentais. Essa mobilidade do sujeito faz com que o discurso capitalista seja capaz de se associar a qualquer visão de mundo, desde que aceite suas premissas. No entanto, é importante compreender a noção de sofrimento no trabalho para identificar como essas posições negativas podem refletir o processo de deterioração subjetiva. No contexto do trabalho flexível, o sofrimento é incorporado como forma de fazer-ser do trabalhador e impulsionar sua implicação na produção, ao contrário da dinâmica fordista-industrial, em que o sofrimento era um obstáculo. É necessário, então, compreender a relação entre os afetos socialmente constituintes do processo de deterioração e o fenômeno do sofrimento.

De acordo com as reflexões de Eva Illouz e Edgar Cabanas (2021), o neoliberalismo gerencia processos afetivos por meio de duas dinâmicas: a) o sofrimento é utilizado como um estímulo para aumentar a produtividade; b) a positividade é utilizada como uma imitação da acumulação infinita do positivo. Ambas as dinâmicas, relacionadas ao discurso da positividade e da liberdade, estão intimamente ligadas às condições degradantes do trabalho e ampliam a deterioração subjetiva dos trabalhadores. Nesse contexto, é importante focarmos em compreender melhor as dinâmicas possíveis de sofrimento.

No século XX, houve um aumento do interesse pelas emoções, o que gerou um mercado de análise destas envolvendo pesquisadores, profissionais e especialistas. Nesse contexto, como destacam Illouz e Alaluf (2020),

(...) a formação da subjetividade emocional por especialistas do psiquismo é incontestavelmente um dos traços característicos da subjetividade moderna e mudou radicalmente a relação que as emoções mantêm com a subjetividade, em particular com a racionalidade, que foi tradicionalmente pensada como antiética às emoções. (ILLOUZ & ALALUF, 2020, p. 74)

⁹⁶ “O neoliberalismo requer indivíduos fixados como semblante de uma lei, que eles escolhem livremente e a cada vez [(S1)]. O indivíduo age e escolhe racional e livremente respeitando o princípio de maximização de satisfação. Este cálculo deve ser indiferente ou refratário à coletivização. Toda forma de sofrimento deve ser individualizada, seja moralmente sob a forma de culpa, seja juridicamente sob a forma de responsabilidade, seja negocialmente sob a forma de resultados. A liberdade é realizada como exercício positivo de escolha ou de decisões, conforme seus interesses. Seus interesses são sempre enunciáveis e hierarquizáveis, na forma de significantes mestres. Todo mal-estar é passível de nomeação, gerenciamento ou tratamento de acordo com uma gramática de consumo. As pessoas são divididas em 2 grupos: as que elegem para si própria a lei e a determinação, e as que renunciam a se colocar como indivíduos aproveitando-se do trabalho, do sacrifício e da coragem” (SAFATLE; SILVA JUNIOR & DUNKER, 2021, p. 90).

Como sistema econômico e cultural, o capitalismo tem um papel importante na formação e gestão das emoções dos indivíduos, o que se deve ao chamado capitalismo emocional, que faz com que as emoções sejam canalizadas para as estruturas organizacionais das empresas e para o mercado de consumo, além de serem utilizadas para aumentar a eficácia dos processos de trabalho. Nas palavras dos autores,

a) o apelo e a exploração das emoções para aumentar a eficácia dos processos de trabalho nas empresas capitalistas, cujo exemplo mais flagrante certamente reside no papel desempenhado pela psicologia positiva na formação de uma nova ética, a do ‘trabalhador feliz’; b) a penetração das metáforas econômicas e da lógica de mercado nas percepções e nas práticas da intimidade, especialmente como elas se manifestam nos sites de encontros; c) a manipulação e a mobilização ativas e conscientes das emoções na cultura dos consumidores, visíveis na maneira como são utilizadas na comercialização das mercadorias, na expansão de uma economia afetiva em rede, ou ainda na mercantilização das emoções. (ILLOUZ & ALALUF, 2020, p. 76).

Em relação à indústria criativa, temos a dimensão da primeira e da terceira característica das formas de exploração das emoções. A primeira está diretamente associada ao trabalho, em que o discurso empreendedorista serve de base para constituição da “felicidade” do trabalho criativo, especialmente ao conectar formas de identificação e reconhecimento de si por meio da atividade laboral criativa no interior desse campo. E a terceira se encontra no produto do trabalho criativo que, atravessado pela força centrípeta da publicidade, dissemina conteúdos emocionalmente orientados para consumidores e produtores desse trabalho.

O capitalismo emocional transformou as emoções em objetos de controle especializado, o que permitiu padronizá-las e utilizá-las de maneira estratégica para aumentar a eficácia da empresa, implicando uma transformação das emoções em categorias objetivas que podem ser classificadas e quantificadas. Como resultado, a economia foi emocionalizada e feminizada, enfatizando a comunicação e a empatia no local de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo que as emoções foram incorporadas no interior da empresa, a lógica da troca econômica e das relações recíprocas tornou-se crucial para compreender e influenciar a vida emocional. A terapia, por sua vez, deu origem a concepções e imagens mentais dos processos de trabalho, ao passo que o ethos utilitarista invadiu a cultura e também colonizou a terapia. Como apontam Illouz e Alaluf (2020), o discurso psicológico transferiu a responsabilidade dos déficits estruturais do local de trabalho para a gestão emocional do trabalhador individual,

ensinando-o a gerir o risco, a incerteza e a competição utilizando a linguagem da autonomia pessoal.

A psicologia positiva tem um papel importante na reformulação da construção da identidade do trabalhador, visando melhor adaptar seu comportamento, sua imagem de si mesmo e as expectativas às novas exigências de controle organizacional e distribuição de poder na empresa. Isso envolve uma lógica de produtividade que inclui as emoções, em que atributos como autonomia, flexibilidade, interpessoalidade e saturação emocional ganham preeminência. A resiliência é, por exemplo, considerada uma capacidade importante para a adaptação do trabalhador ao mundo dos negócios, que exige uma capacidade de gestão da incerteza, hiperconectividade e pressão pelo alto desempenho. Assim, a psicologia positiva se combina com a exigência utilitarista de autocontrole para alcançar fins, reformulando a noção de racionalidade no capitalismo emocional (ILLOUZ & ALALUF, 2020).

Ademais, as pressões exercidas pela dimensão objetiva na experiência do trabalho se inserem em várias camadas subjetivas da vida dos trabalhadores. Algumas noções nos ajudam a mapeá-las, como a ideia de **precariedade subjetiva** (LINHART, 2014). Na literatura sociológica, e mais fortemente na psicanálise e na filosofia, tem se discutido os efeitos sintomáticos dessa precariedade, enxergada em suas manifestações psicopatológicas, como *burnout* e *depressão* (HAN, 2018; DUNKER, 2016; 2021; SAFATLE; SILVA JUNIOR & DUNKER, 2021). Mas é preciso também se debruçar sobre os aspectos da subjetividade a partir dos afetos que condicionam socialmente uma experiência generalizada e coletiva de trabalho. A precariedade subjetiva é uma expressão disso, na qual o trabalhador se sente impotente e sozinho para lidar com todas as demandas que precisa tratar.

Tal noção é fruto da intensificação e da aceleração do trabalho promovida pela flexibilização e pode ser compreendida como um sentimento de confronto constante de exigências cada vez maiores e a preocupação em não conseguir dar conta. Essa situação subjetiva do limiar de "poder falhar" está conectada com a culpa disseminada pelo "culto do capitalismo" (BENJAMIN, 2013) e atinge fronteiras cada vez mais flagrantes no contexto neoliberal.

Na pesquisa sobre trabalhadores criativos, foi identificada uma conexão concreta entre a precariedade subjetiva e a realidade contraditória experimentada por eles, que estão não apenas sobrecarregados pela intensificação do trabalho e pela insegurança em relação ao futuro, mas também angustiados pelo medo de não conseguir entregar mais trabalho e, conseqüentemente, perder sua posição profissional. Essa sensação de desconforto é um elemento central na experiência desses trabalhadores, que difere das condições de trabalho do século XX, sob o fordismo. No contexto atual, com os laços afetivos de pertencimento ao trabalho rearranjados, a exploração do desconforto e da responsabilização se torna uma maneira de ser e estar da força do trabalho. A dinâmica cotidiana assume uma lógica de jogo de eliminação em que os trabalhadores devem entregar metas e objetivos mesmo sem possuir todas as ferramentas necessárias para realizá-los.

O fenômeno de precariedade subjetiva dos trabalhadores criativos está diretamente relacionado à realidade contraditória de intensificação do trabalho e insegurança quanto ao futuro. O medo de não ter mais trabalho gera uma angústia constante, apesar do acúmulo de tarefas e da sobrecarga de trabalho. Nesse contexto, a sensação de desconforto e desengajamento se torna uma aposta e uma exploração cotidiana da força de trabalho, diferentemente da lógica de pertencimento ao trabalho que existia no contexto fordista do século XX.

A gestão moderna do trabalho, que impõe a todos os assalariados a administração das disfunções organizacionais e intensifica os ritmos de trabalho, tem como resultado o medo, a ansiedade e a sensação de insegurança dos trabalhadores. Esse sentimento de precariedade subjetiva se soma à precariedade objetiva, que se refere à instabilidade do emprego. Dois elementos importantes contribuem para esse fenômeno de precariedade subjetiva: a mudança da lógica coletiva de trabalho para uma profunda personalização que beneficia apenas os empregadores e a pretensão das empresas em formatar e mobilizar a subjetividade de seus empregados. A hiperindividualização no mundo do trabalho é resultado de uma gestão sistemática da força de trabalho e se manifesta não apenas nas dinâmicas da atividade de trabalho, mas também na relação com salários, formações personalizadas e critérios pessoais na grade de qualificação das convenções coletivas (LINHART, 2014).

Do lado das empresas, esse processo possui algumas vantagens: responder às aspirações de atender expectativas e necessidades de maneira mais particular aos trabalhadores – discurso que, segundo Boltanski e Chiapello (2020), está conectado ao legado de maio de 1968 e tem eco no discurso sobre trabalho flexível – e inverter a relação de forças a partir da dissolução dos laços de solidariedade que embasam lutas coletivas, como sindicatos.

O processo de introjeção subjetiva no trabalhador atomizado é uma forma de fazer com que ele se identifique com a causa da empresa, diluindo a distinção entre seus desejos e os objetivos do empregador. Esse processo, que é reforçado pela narrativa neoliberal dominante, visa moldar a subjetividade do trabalhador de acordo com as finalidades da empresa, como se estas fossem suas próprias finalidades. Como apontado por Linhart (2014), o discurso empresarial denuncia as rotinas e as conquistas como arcaísmos contraproducentes, o que torna a postura profissional mais fluida, adaptável e necessária. Essa canalização da subjetividade é uma forma de tornar a força de trabalho cada vez mais móvel, disponível e flexível, valores que acabam por corroer a identidade dos trabalhadores (SENNETT, 2009).

Na dinâmica do trabalho contemporâneo, a empresa procura mobilizar a individualização da força de trabalho de duas formas: por um lado, promove uma relação de dependência e adesão do trabalhador à empresa e, por outro, permite que o trabalhador explore seu ego, jogando com sua busca por reconhecimento e desejo de superação. Em ambas as condições, a energia da força de trabalho se mantém voltada para a produção, conformando a precariedade subjetiva. Além disso, os trabalhadores são impulsionados a trabalhar em situações-limite, sozinhos e sem suporte e com a sensação de que não podem compartilhar seus problemas e sofrimentos devido ao crescente isolamento. A subordinação passa, então, por um crivo moral no qual os trabalhadores são testados constantemente e precisam provar sua competência e justificar sua empregabilidade. Nessa realidade, a competição entre os trabalhadores é fomentada para garantir sua permanência, que é vista como uma possibilidade efêmera de não ser eliminado do jogo (VIANA, 2013).

O estado de excitação e alerta, bem como de insegurança e medo, são emoções que envolvem as condições de trabalho flexibilizado e, portanto, se tornam estratégias empresariais no contexto contemporâneo. A sensação constante de estarem sendo

avaliados, julgados, tendo que provar que merecem e justificar sua presença naquele espaço, promove amplamente essa precariedade subjetiva. Ademais, há um movimento de alteração constante, que muda o sentido e o léxico das referências nas situações de trabalho: não se trata mais de “progresso”, mas de uma “mudança constante” dos processos. É o mudar permanente que sustenta a situação de suspensão e mantém, de maneira alerta, os trabalhadores em estado de impermanência.⁹⁷

É possível investigar a relação entre os afetos e as dinâmicas de trabalho associadas à flexibilidade e à precarização a partir da noção de sofrimento. Dentre os afetos levantados pelos trabalhadores, destacam-se a raiva, a ansiedade, a frustração e o medo, decorrentes da experiência objetiva de trabalho marcada por insegurança, instabilidade e flexibilização compulsória (STANDING, 2013; VIANA, 2015; BRAGA, 2012). Os trabalhos em questão são frequentemente mal remunerados, temporários e não possibilitam a construção de relações de confiança e de redes significativas, deixando o trabalhador flexível em um estado de profunda autoexploração e desengajamento.

O sofrimento está no centro do sistema de acumulação do neoliberalismo, que explora a subjetividade e as emoções dos trabalhadores. Além de degradar as condições de trabalho, o neoliberalismo é um sistema gestor do sofrimento, que extrai produção e gozo do próprio sofrimento, de maneira que a compreensão desses processos é fundamental para entender a reprodução e o aprofundamento do sistema neoliberal.

A frase de Thatcher, “A economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito”, ilustra a conformação dos sujeitos à solubilidade e à descartabilidade, consequências da precarização do trabalho. Essa condição gera sofrimento, que é ativado no sistema, e “encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento do trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo do risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica” (SAFATLE; SILVA JUNIOR & DUNKER, 2021: 13). O sofrimento é,

⁹⁷ “Eliminar as referências, acabar com os hábitos é evitar que se recriem os coletivos com seus poderes de contestação, é manter os assalariados em estado de insegurança, obrigá-los a trabalhar sempre no limite de suas possibilidades, buscar permanentemente a superação e só contar com eles mesmos” (LINHART, 2014, p. 53).

portanto, explorado como um modo de aprofundamento das formas de acumulação, e a forma de vida neoliberal busca extrair mais produção e gozo do próprio sofrimento.

A administração do sofrimento é incorporada pelo neoliberalismo como uma maneira de aumentar a produtividade. Esse sofrimento é gerenciado por meio da criação de retóricas de desempenho e controle interiorizado e organização de gramáticas de reconhecimento e produção de experiências. No entanto, é importante entender que, para o discurso neoliberal, o sofrimento é tratado como uma questão individual, apesar de ser estruturado por processos sociais e condicionantes. As estratégias de gestão do sofrimento, que incluem normatização, autodisciplina, estratégias retóricas de autojustificação e uso dos prazeres, acompanham os caminhos do discurso sobre trabalho. O sofrimento é o lugar de encontro entre a moralidade e a economia, e a performatividade neoliberal tem efeitos ontológicos na determinação e na produção do sofrimento.

A dinâmica do trabalho flexível promove um conflito entre o discurso e a realidade de degradação, resultando na fragmentação da experiência social e em um sentido geral de dessocialização. A identidade de trabalho é desconstruída, o que leva à "dessimbolização" do trabalho. Essa flexibilização afeta cada vez mais trabalhadores, resultando em uma narrativa trágica de expectativas distantes e sofrimento possível. No entanto, esse fenômeno é frequentemente percebido como individual, o que causa uma profusão de emoções e a deterioração da subjetividade do trabalhador, em que a dessimbolização recodifica identidades, valores e modos de vida, afetando a forma como os sujeitos absorvem e modificam a si próprios.

A gestão do sofrimento no neoliberalismo também está ligada à confiança no mercado como uma totalidade acabada, conforme previsto na visão do realismo capitalista. O sujeito neoliberal se coloca em uma posição anterior em relação às suas escolhas, agindo com uma implicação dividida entre seu conhecimento sobre seus próprios interesses e seu conhecimento parcial sobre o conjunto dos interesses do mercado. Isso cria um déficit estrutural de conhecimento, mantendo o sujeito em constante posição de aprendizado, auto-aperfeiçoamento e inadequação em relação a si mesmo. Essa posição é imposta pela degradação substancial que, ao longo do tempo, tende a esvaziar a possibilidade de reconhecimento do trabalhador por meio de sua qualificação.

Por fim, a gestão do sofrimento é uma ferramenta utilizada pelo neoliberalismo para aumentar a produtividade. O gozo, considerado como satisfação prometida pelo discurso do trabalho, é uma diferença entre a satisfação prometida e a satisfação garantida, mas pode se tornar insatisfatório e insuficiente, levando a sintomas de sofrimento que podem se manifestar de várias formas, como insônia, desatenção, agressividade e indiferença. O neoliberalismo agencia uma subjetividade que atua em regime de servidão voluntária ao sistema, interpretando-o como legítima escolha individual. O sujeito neoliberal se torna, então, a própria mercadoria, produzindo e colocando em circulação a si mesmo, aumentando ainda mais o sofrimento da condição e do discurso.

O sofrimento no contexto do trabalho é uma questão central e presente na organização do trabalho, que pode levar o trabalhador à deterioração de sua saúde mental. Para se proteger desse sofrimento, surgem estratégias defensivas que criam uma situação de "normalidade sofrente", tornando o sofrimento aceitável e insensibilizando o sujeito contra aquilo que poderia fazê-lo sofrer. Christophe Dejours (2015) afirma que, entre os trabalhadores, há uma 'ideologia defensiva', um grande sentimento coletivo de vergonha que impede a discussão aberta sobre o sofrimento no trabalho. É importante entender que essas estratégias defensivas são elaboradas e alimentadas pelos trabalhadores contra determinadas angústias e riscos reais em seu trabalho. No entanto, essa "normalidade sofrente" contribui para evitar a desestabilização psíquica do trabalhador (CAPPELLANO & CARRAMENHA, 2019, p. 38).

O neoliberalismo não apenas explora o sofrimento como força de produção, mas também se apropria de psicopatologias para fins produtivos. Exemplos disso são as mudanças nos manuais de diagnóstico psiquiátrico e a incorporação instrumentalizada da mania e da depressão no discurso sobre trabalho, em que o mercado positiva essas patologias como forma de justificar e dar sentido aos processos de intensificação e aceleração do trabalho. A mania é associada a um comportamento ideal voltado à produção, enquanto a depressão é vista como o comportamento do mal, um obstáculo à realização. Ambas são politizadas como questões de responsabilidade individual, enquanto a estrutura do sistema permanece intocada. A medicalização se torna, então,

uma forma de reajuste que se concentra exclusivamente no indivíduo e não no sistema ao qual ele serve.⁹⁸

O processo de degradação do trabalho provoca uma divisão e isolamento crescentes entre os trabalhadores, especialmente com o aumento da terceirização e dos contratos temporários e intermitentes. Nesse contexto, os trabalhadores se veem cada vez mais sozinhos e identificados com a empresa que representam. Dejours (2015) destaca que, embora a individualização uniformize e apague iniciativas espontâneas, ela leva paradoxalmente a uma diferenciação do sofrimento entre os trabalhadores, pois o fracionamento da coletividade operária torna o sofrimento resultante da organização do trabalho mais pessoal e exige defesas personalizadas. Como consequência disso, as defesas coletivas perdem espaço, tornando cada trabalhador mais vulnerável a uma situação de sofrimento no trabalho: "Por causa do fracionamento da coletividade operária, o sofrimento que a organização do trabalho engendra exige respostas defensivas fortemente personalizadas. Não há mais lugar praticamente para as defesas coletivas" (DEJOURS, 2015, p. 50).

Em relação às modalidades de sofrimento do trabalhador, há, segundo Dejours (2015), dois sofrimentos fundamentais organizados e dois sintomas: *insatisfação* e *ansiedade*. Isso não significa dizer que são dois tipos distintos de sofrimento. Esses dois sofrimentos aparecem mascarados pelo discurso sobre trabalho flexível na dinâmica do trabalho criativo, sendo possível conectar a ansiedade com o processo de degradação das formas – especialmente pela distribuição das horas laborais – e com a ampliação do tempo de trabalho.

A insatisfação corresponde, por sua vez, à degradação substancial. Aliás, a insatisfação se desdobra em duas manifestações, próprias das consequências do trabalho transfigurado pela instrucionabilidade da qualificação: a) *indignidade*, um sentimento de ser robotizado, de se tornar um apêndice da máquina, que nasce do contato forçado com uma tarefa desinteressante e instrucional; b) *inutilidade*, que remete à falta de significação, à frustração narcísica do esvaziamento da qualificação (em especial da formação e da vocação), à inutilidade dos gestos, à falta de reconhecimento da

⁹⁸ “Mesmo se eles partilham coletivamente da vivência do local de trabalho, do barulho, da cadência e da disciplina, o fato é que, pela própria estrutura desta organização do trabalho, os operários são confrontados um por um individualmente e na solidão às violências da produtividade. Tal é o paradoxo do sistema que dilui as diferenças, cria o anonimato e o intercâmbio enquanto individualiza os homens frente ao sofrimento” (DEJOURS, 2015, p. 49).

qualificação e finalidade do trabalho. Ambos os elementos podem ser colocados em paridade com um grau de qualidade na organização do trabalho que vai de "aplicável a qualquer coisa" ao "irrelevante".

De acordo com Dejours (2015), o sofrimento no trabalho pode estar relacionado à sensação de inutilidade e desqualificação, quando a tarefa realizada não possui significado humano e não é valorizada pelos outros nem mesmo como parte de um ideal social. Essas queixas de desqualificação, que atingem a imagem que o indivíduo tem de si mesmo, podem ser ainda mais intensas quando a tarefa é complexa e exige um alto grau de responsabilidade e risco. Além disso, Dejours observa que o sofrimento dos trabalhadores pode ser utilizado como meio de aumentar a produtividade. Por exemplo, ele menciona o caso de telefonistas que se tornam mais ansiosas e nervosas, o que leva a um aumento da velocidade e eficiência das chamadas. Dessa forma, as emoções desempenhadas pelos trabalhadores no contexto do trabalho podem ser transferidas para outros aspectos da vida, reforçando a adoção do comportamento eu-empresa, que é útil para a produção e é mantido fora do contexto do trabalho. As emoções, como medo e ansiedade, contribuem para manter o controle e a vigilância sobre o trabalhador, que acaba adotando uma linguagem própria do mundo do trabalho, legitimando essa postura.

Há uma relação entre tensão nervosa e produtividade, entre canalização dos afetos na organização do trabalho e uma orientação da energia para adaptação à tarefa: a agressividade vira culpa, em um reforço contra si mesmo, num círculo vicioso em que a frustração alimenta a disciplina⁹⁹, ou seja, o trabalhador é convocado a ser artesão do próprio condicionamento. Isso se conecta fortemente com a realidade do trabalhador criativo flexível, que é um autogerenciador de seu tempo, de sua própria organização de trabalho e dos meios de implementá-lo.

⁹⁹ Na visão de Dejours, esse processo alimenta a alienação do trabalho: "Alienação no sentido em que Marx a compreendia nos Manuscritos de 1844, isto é, a tolerância graduada segundo os trabalhadores de uma organização de trabalho que vai contra seus desejos, suas necessidades e sua saúde. Alienação no sentido psiquiátrico também, de substituição da vontade própria do sujeito pela Objeto. Trata-se de uma alienação que passa pelas ideologias defensivas de modo que o trabalhador acaba por confundir com seus desejos próprios a injunção organizacional que substituiu seu livre arbítrio. Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele acaba por usar todos os seus esforços para tolerar esse enxerto contra sua natureza, em vez de fazer triunfar sua própria vontade. Instalado o circuito, é a fadiga que assegura sua perenidade, espécie de chave necessária para fechar o cadeado do círculo vicioso" (DEJOURS, 2012, p. 178).

O sofrimento do trabalhador surge, nesse sentido, quando suas aspirações em relação ao trabalho são frustradas. Isso é especialmente importante para entender a situação dos trabalhadores flexibilizados, uma vez que o discurso do trabalho flexível é usado como um mecanismo simbólico de defesa que atenua o sofrimento decorrente da falta de significado e insatisfação no trabalho por meio da ideia de liberdade e autogerenciamento. Contudo, na prática, essa atividade acaba gerando uma lógica de protagonismo que amplifica o sofrimento, levando a uma maior carga de trabalho para tentar mascará-lo novamente.

Os trabalhadores dificilmente expressam, de forma efetiva, o sofrimento. Em seus discursos, são os afetos como ansiedade, medo e vergonha que dominam uma espécie de tensão nervosa constante. O que ocorre é criação de uma fachada, uma espécie de pseudo inconsciência do perigo, que é um sistema defensivo para controlar esses afetos. É na experiência compartilhada da degradação que o processo de deterioração se consolida por meio dos afetos que vão sendo mobilizados de maneira coletiva. A importância de compreender que esses afetos rearranjados são um fenômeno social nos possibilita enxergar as implicações do sofrimento para além da instância fragmentada da experiência de trabalho.

Os principais afetos que fazem parte do processo de deterioração da condição subjetiva analisados aqui são: **medo, ansiedade e vergonha**. Antes de mergulharmos em suas particularidades no trabalho criativo, vale abordarmos um pouco cada um desses afetos.

A compreensão dos termos medo e ansiedade frequentemente gera confusão. Courtine (2020), historiador, identifica essa confusão na história, particularmente após a introdução da psicologia por Freud. Embora os afetos como a ansiedade sejam cada vez mais comuns na sociedade contemporânea neoliberal, eles não são uma novidade na história dos afetos. Conforme afirma o autor: "A ansiedade é em geral compreendida como uma espécie de humor ou de sentimento coletivos que se manifestariam em períodos históricos dados, batizados" (COURTINE, 2020, p. 419).

O autor propõe a necessidade de compreender as formas contemporâneas de mal-estar a partir de uma "história das possibilidades de angústia na cultura" (COURTINE, 2020, 425), com base na abordagem de Freud em *Mal-Estar na Civilização*, mas no contexto de uma história da ansiedade. A ansiedade é vista como

um sentimento coletivo que tem sua intensidade variável ao longo da história e não deve ser considerada apenas como um sintoma individual de uma psicopatologia. A ansiedade, em sua dimensão ampla e social, reflete um sentimento coletivo indefinível de insegurança, que é diferente do medo, que sempre se refere a um objeto determinado. A ansiedade comum possui traços discursivos recorrentes, como permanência, ubiquidade, intensidade variável, indiferença à realidade dos perigos, natureza cumulativa e relação particular com o tempo. A adição das ameaças, a soma dos medos ou a multiplicidade de seus objetos constituem a prova de sua existência, tornando o futuro ansiosamente incerto (COURTINE, 2020, p. 424).

É a dimensão trágica do inevitável e sua conexão com o horizonte temporal que nos é, então, pertinente para compreender o lugar da ansiedade como um afeto da deterioração subjetiva. Essa ansiedade se materializa em discursos do medo, mas reflete um horizonte temporal específico da experiência. No universo do trabalho criativo, atravessado pelo discurso sobre trabalho flexível, esse horizonte é o do controle e da autonomia.

A não possibilidade de exercício pleno do controle e da autonomia por parte dos trabalhadores criativos diante da flexibilização, ou seja, da degradação do trabalho, orienta um afeto da ansiedade na atividade laboral. A ansiedade é um afeto coletivo que atravessa a experiência a partir das dinâmicas no trabalho, concretizadas pela distribuição das horas laborais, aparecendo no discurso em diversas formas: problemas com cliente, extensão de entrega, retrabalho e até em elementos envolvendo gestão ou remuneração. A ansiedade retrata, portanto, o afeto coletivo vivenciado pelo trabalhador criativo quanto à impossibilidade de exercer autodeterminação na experiência do trabalho.

Na análise da ansiedade como um processo histórico, é importante destacar a presença do medo no imaginário capitalista ocidental. As crises geradas pelo sistema capitalista são responsáveis por gerar medos, como do desemprego, precariedade e colapso, que se tornam difusos e nebulosos no tempo, adquirindo diversas matizes. A ansiedade é, por sua vez, uma emoção vaga e difusa que reflete um sentimento coletivo e permanente, que não possui um objeto determinado como no caso do medo. No entanto, a ansiedade pode se precipitar em medos em momentos históricos específicos. Como aponta Courtine (2020, p. 429), "o medo alivia a ansiedade, quando finalmente

ele ocorre. Porque o medo tem um objeto, no medo sabemos o que nos ameaça, enquanto a ansiedade não tem objeto”. A ansiedade é, nesse sentido, uma emoção fluida e nômade que se manifesta de forma nebulosa e se cristaliza em medos em determinadas circunstâncias históricas.

A ansiedade, como uma sensação difusa e nebulosa, pode ser mobilizada como um sentido de identidade em grupos sociais, constituindo-se como um discurso pré-construído do enunciado do medo. A ansiedade enquanto discurso coletivo é formada por sedimentos discursivos na memória coletiva, os quais são o fantasma de medos antigos e o presságio de medos vindouros, segundo Courtine (2020). Os discursos são responsáveis por inserir a experiência vivida pelos sujeitos na subjetividade, e a ansiedade, como sintoma de massa, pode capturar cada um de nós. Essa noção de discurso é fundamental para compreendermos a dimensão social da ansiedade e seu contágio em grupos sociais.

Para falarmos de vergonha, por sua vez, é preciso ver sua conexão com a humilhação. Apesar de serem conceituadas de maneira diferentes, há muitos mais processos na forma como esse afeto atravessa a experiência dos sujeitos do que diferenças. A vergonha se torna uma espécie de saldo perante um “possível” erro que, a partir disso, torna o sujeito suscetível à humilhação. A humilhação se conecta com signos de submissão e impacta o orgulho, a honra e a dignidade, de maneira que a vergonha, no universo do trabalho e como um afeto da deterioração subjetiva perante a flexibilização, parte desse lugar.

Em uma perspectiva sociológica, o sentimento de vergonha está conectado à intenção de pertencer e só é possível a partir de uma posição presumida de igualdade. A história da humilhação e da vergonha está conectada com o desenvolvimento do colonialismo e do capitalismo, que constituíram processos de humilhação em sua face contemporânea, menos circunscrita e mais difusa. A vergonha é utilizada como sanção em um sistema cultural e político, implicando sinais tanto de quem a inflige como de quem a sente, pretendendo ser um espetáculo acentuado por demonstrações, gritos e urros. Conforme destaca Claudine Haroche (2020), a vergonha é uma experiência que pode resultar em uma resignação ou em um orgulho e coragem em relação à sanção, marcando profundamente as relações familiares, comunitárias, tribais, sociais e políticas.

O sujeito da vergonha, ou melhor, seu protagonista, é sempre o indivíduo. Ela pode ser oriunda de um erro que realmente aconteceu, ou simplesmente da expectativa que, na experiência, projeta esse erro, ou desadequação. Nesse sentido, o sujeito sente vergonha pela sua suposta fraqueza, condição subalterna ou evidente fracasso. É por essa via que a vergonha se torna um afeto importante na deterioração subjetiva dos trabalhadores criativos.

As expectativas de exercer autonomia e controle e, assim, adquirir reconhecimento e prestígio a partir de sua atuação individual, baseado em sua qualificação e talento, são fortemente atravessadas pela experiência da degradação substancial. A alteração da substância do trabalho em níveis cada vez mais instrucionais não remete apenas à mudança das tarefas e à redistribuição das horas laborais, pois também incide sobre a possibilidade de reconhecimento desses criativos em torno de quem são e como atuam. A vergonha é, portanto, baseada na humilhação difusa quando uma tarefa criativa passa a ser desmembrada e amadorizada, e na expectativa da dinâmica do mercado de que o profissional se adeque a essa normativa. Tudo isso na inspiração do discurso sobre trabalho flexível que o convoca a mediar sua expectativa e atuação a partir do propósito, da governança-de-si e de ser o dono-do-negócio.

Poderíamos falar sobre a ideia de frustração, mas ela não representa o horizonte de massa em torno da experiência da deterioração subjetiva, de acordo com o que vimos em campo. Apesar dessa frustração estar presente em diversas falas, em especial em torno dos problemas que envolvem o universo *freelancer*, ou mesmo na representação das palavras que significa ser *freelancer*, a frustração dá conta, em grande medida, de um universo restrito da experiência. Ela atinge uma parcela dos criativos, mas ela também não resiste discursivamente à mentalidade do trabalho flexível, que tende a transpor as questões estruturais em desafios individuais. Decerto, como aponta Haroche (2020), o eu envergonhado pode buscar refúgio em algo que ajude a entrever alguma esperança. É o discurso sobre trabalho flexível que dirime as frustrações e as torna, na base da resiliência e da gestão de si, um desafio.

A vergonha e a humilhação são afetos que estão, portanto, presentes na experiência dos criativos autônomos, que sofrem com a degradação do trabalho. A humilhação, que é o objeto dessa degradação, ainda regula esses processos e se mantém como uma experiência coletivamente compartilhada. Haroche (2020) aponta que a

humilhação, em sociedades contemporâneas, tende a ser mais desregulada politicamente por meio dos processos de individualização que desprotegem os indivíduos e os submetem a uma desqualificação profissional, social e psíquica. Dessa forma, a humilhação pode tocar o próprio estatuto de ser humano, o que revela a dimensão da violência que ela carrega.

O processo de individualização do trabalhador, catalisado pelo neoliberalismo em seu discurso empreendedorista, também corrobora as bases dessa humilhação. O isolamento por meio da figura do empreendedor-de-si, ou seja, o isolamento em relação a uma ideia compartilhada de corpo social de classe trabalhadora, facilita a humilhação e se torna uma condição repleta de ameaças.

Nesse sentido, a humilhação assume caráter de vergonha projetada a partir dos medos derivados da condição histórica colocada pelo capitalismo. Um deles é, por exemplo, o medo de ser eliminado, isto é, perder seu trabalho e, assim, não ser mais passível de obter reconhecimento por sua inutilidade. Este não é um medo novo, mas é ressignificado na dinâmica do trabalho flexível a partir dos medos associados ao ser trabalhador autônomo. O que o discurso sobre trabalho flexível constitui na subjetividade desses criativos é uma mistura entre onipotência narcisista (projetada no empreendedor) e impotência profunda (vivida pelo trabalhador, prestador de serviços).

A vergonha assume, nesse sentido, uma dimensão afetiva da humilhação de ser ultrapassado. A ideia de desatualização, inutilidade ou descartabilidade, a partir da experiência da degradação, é uma fonte da vergonha como processo social afetivamente constituído e que coloca esse afeto a serviço da exploração, pois, diante da vergonha, o criativo vai buscar se reconstituir por meio do consentimento das novas práticas, ou seja, adaptar-se e ser resiliente àquilo que imprime em seu trabalho criativo. No entanto, ao mesmo tempo que aprofunda sua atuação, as formas de insatisfação vão ganhando vida em suas narrativas, mesmo que dificilmente superadas como crítica ao sistema, justamente pelos sentidos impostos pela narrativa empreendedorista.

A ansiedade é, então, um afeto mobilizado a partir da insatisfação das dinâmicas do trabalho. Em grande parte, no interior dos processos de degradação, ela é alimentada pela intensificação e aceleração do trabalho, em conflito com as expectativas de autonomia colocadas pelo discurso. Há uma ansiedade proveniente do rendimento que se exige do ritmo e das cotas de produção a serem respeitadas, que podemos enxergar,

no contexto do trabalhador de conhecimento, com o estabelecimento de metas e “deadlines” (prazo de entrega dos *jobs*).

O medo¹⁰⁰ é, por sua vez, um afeto mobilizado pelas consequências da descartabilidade e solubilidade dos trabalhadores diante da dinâmica flexível de conseguir trabalho (ser empregável em projetos). O medo preenche a lacuna da experiência temporal entre o término de um trabalho e a espera para conseguir outros, as mobilizações e contatos para se manter disponível e a reputação construída milimetricamente (existência e interação baseada no cálculo) para manter-se empregável. O afeto do medo também reduz o horizonte de expectativas do trabalhador para o curto prazo na medida que as decisões só podem ser realizadas a partir daquilo que é palpável e tende a se reverter em uma oportunidade de trabalho¹⁰¹. A percepção de inutilidade como sofrimento é, portanto, movimentado pelo afeto do medo. Vale ressaltar que tanto a ansiedade quanto o medo envolvem a relação do conflito entre discurso do trabalho flexível e a experiência a partir da degradação das formas.

A vergonha talvez seja um dos afetos menos mencionados acerca das dinâmicas do mundo do trabalho. No entanto, acreditamos ser um afeto bastante expressivo, decorrente especialmente do sofrimento como indignidade das condições de trabalho. Como tratamos no capítulo anterior, o processo de degradação substancial gera esvaziamento da qualificação a partir da transfiguração da formação e da experiência por meio da ampliação dos níveis de instrucionabilidade do trabalho, um efeito da padronização. A vergonha emerge, assim, como afeto da desconexão entre as expectativas de realização de si – a partir da formação, experiência e vocação, inspiradas no discurso sobre trabalho em torná-los únicos e singulares – e a realidade da experiência do trabalho padronizado, ou seja, cada vez mais tributário de níveis de instrução – que também corrobora o afeto do medo diante da possível descartabilidade do trabalhador. No contexto do trabalho criativo, como exploraremos no capítulo 5, esse afeto da vergonha ganha um ar mais trágico à medida que, na composição das

¹⁰⁰ É importante ressaltar a diferença entre medo e angústia. Angústia resulta de um conflito intrapsíquico de uma contradição entre dois impulsos inconciliáveis. Nesse sentido, torna-se mais objeto da psicanálise. O que observamos no trabalhador não é angústia, mas medo, com o caráter melancólico da falta como expressão da deterioração subjetiva. É o medo que responde a aspectos concretos da realidade e exige, portanto, sistemas defensivos específicos, compondo o sistema defensivo do trabalhador e aparecendo como sinais indiretos no discurso do trabalhador.

¹⁰¹ Nas palavras de Dejours, “o medo é parte integrante da carga de trabalho. O medo, seja proveniente de ritmos de trabalho, ou de riscos originários das más condições de trabalho, destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável” (DEJOURS, 2012: 96).

expectativas de atuação profissional, o trabalhador criativo se identifica mais como um profissional liberal do que com um trabalhador-peça dentro de um sistema no qual ele se torna cada vez mais substituível.

A partir da verificação sobre como se estrutura o discurso em torno do trabalho flexível e sua conexão, com base na experiência vivida, com o processo de deterioração da condição subjetiva dos trabalhadores no contexto contemporâneo, vamos adentrar mais especificamente no universo da indústria criativa. Nesta primeira parte, nos dois capítulos que a constituem, pudemos compreender quais elementos conceituais dão base para compreendermos, na sequência, os fundamentos pelos quais podemos explorar o material empírico e apreender, a partir da experiência dos trabalhadores criativos *freelancers* a degradação das formas e da substância vivenciadas e, com a especificidade do discurso do trabalho (em sua operação no campo da indústria criativa), orientarmos para as formas da deterioração subjetiva nesse extrato de trabalhadores analisados.

Para construir essa análise, vamos primeiramente mergulhar sobre a constituição da indústria criativa como um campo dentro do setor de informação e comunicação. Na sequência, nos debruçaremos sobre especificidades do discurso do trabalho nesse campo, que tomam a forma do que denominamos *mentalidade empreendedorialista*. Este será o objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - Ilusões no campo (I): a indústria criativa de mercado

e o freelancer criativo

Mas todos, sem exceção, estão em busca de situações que aplaquem seus egos eventualmente massageados e cotidianamente destruídos numa atividade que se utiliza da arte, mas na verdade é comércio.

Washington Olivetto, publicitário

Em 2009, o documentário *Lemonade*¹⁰², do diretor Marc Colucci, trazia histórias sobre a consequência das demissões que ocorreram no mercado de trabalho por conta da crise financeira de 2008 nos EUA. Feito basicamente de depoimentos dos trabalhadores demitidos, em um tom que vai da tristeza à apoteose da auto-realização, nos deparamos com frases como “nós saímos de uma demissão para fazer algo que realmente importa”, e outras do gênero. Mais do que um produto cultural que serviria como uma espécie de conforto para milhões de pessoas que perderam seus empregos no contexto de crise, o documentário tem outra razão de ser por trás. Recheado de discursos sobre a vida tomar outra direção, em conexão com a autodeterminação, com aquilo que faz sentido (*really matters*) na vida desses trabalhadores, percebe-se que outros elementos estão em jogo.

O trabalho estável aparece, por exemplo, em oposição a esse status de uma vida autodeterminada. Há um discurso presente de que a demissão foi uma espécie de "experiência traumática necessária", como uma separação, um corte de vínculo, mas que não era benéfico, ou seja, um vínculo que não constituía caminhos conectados ao propósito desses trabalhadores. Aí se encontra a chave do que está na essência do que se pretende tratar ali, das frases enunciadas como “o dia que caminhei para fora [do meu trabalho] foi quando eu caminhei para dentro de minha própria empresa”.

O discurso projeta uma percepção de que o corte de laços com o trabalho formal é um despertar para o empreendedorismo de uma forma genérica. Os trabalhadores, agora "novos empreendedores" presentes no documentário, foram atuar em diversas áreas não necessariamente relacionadas com a indústria criativa na qual atuavam – mais especificamente a publicidade. Ali, vimos como as pessoas, diante da situação de crise e desemprego, transformaram gostos pessoais e hobbies em novas alternativas de trabalho, mas essa escolha é apenas um atalho “otimista” para a mensagem de fundo

¹⁰² Disponível em: <<https://youtu.be/G1tBzwLETLE>>. Acesso em out. 2022.

que é mais importante: o caminho definitivo é o empreendedorismo, é sua capacidade de transformar um limão em limonada, como indica o próprio título sugestivo do documentário.

A partir disso, o filme constrói narrativas que abordam a autorrealização, o encontro com o propósito, com o que faz sentido na vida dos trabalhadores. Ou frases como "não seja a pessoa que está por aí procurando emprego, seja a pessoa que faz algo interessante", "ponha energia nas coisas que você ama, e veja o que acontecerá!", "se você faz o que você ama, o dinheiro te seguirá", entre outras que parecem ser retiradas de palestras de coach ou manuais de autoajuda.

O ponto é que esse documentário nos inspira para tratarmos de algumas das principais questões que envolvem discutir os processos de transformação do trabalho na indústria criativa, bem como o discurso que atravessa esse campo. Não à toa, como trataremos adiante, a "origem profissional" dessas pessoas na publicidade e marketing também traz elementos importantes acerca da constituição desse campo.

O campo da indústria criativa está fortemente atravessado pelos processos de precarização e flexibilização do trabalho, como temos demonstrado nos capítulos anteriores, o que envolve a degradação do trabalho e a consequente disseminação do discurso sobre trabalho flexível, culminando na ampliação dos processos de deterioração subjetiva dos trabalhadores criativos. No entanto, é importante circunscrever melhor as particularidades desse campo, bem como quais sentidos que o discurso sobre trabalho toma nessa realidade a partir do que pudemos capturar na pesquisa no campo feita com trabalhadores criativos.

Neste capítulo, além de compreender quais elementos conformam esse campo, vamos explorar as particularidades do discurso, que pode ser remontado por meio do que chamamos de uma "mentalidade empreendedorista" e suas formas de disseminação, que se encontram presentes tanto na literatura de negócios quanto na produção cultural.

3.1 A indústria criativa (de mercado) como campo

A discussão sobre indústrias criativas não é inédita, mas também não tão amplamente desenvolvida. Confundida com frequência com “indústria cultural”, teve seus primeiros investimentos críticos e delineamentos nos anos 1990, com maior concentração nos anos 2000. A grande conformação de sua definição gira em torno da ideia de *criatividade*, ou seja, setores da atividade que têm a criatividade como dimensão essencial do negócio.

A visão sobre a indústria criativa aparece de maneira mais abrangente no relatório das Nações Unidas de 2008 e de 2010 (UNCTAD, 2008; 2010). A criatividade, componente fundamental, é um atributo visto como individual e um recurso econômico de importância crescente para a valorização da economia. Vale ressaltar que tal perspectiva endossa o valor do trabalho imaterial diante das transformações sociais e econômicas das últimas décadas e dos rumos de crescimento e concentração em setores de trabalho de conhecimento. Na ótica das Nações Unidas, a chamada indústria criativa se organiza em torno de alguns campos, dentre estes cinco são relevantes para estabelecer a análise do nosso campo: a) mídia impressa e publicações; b) design; c) serviços criativos; d) novas mídias digitais; e) Audiovisual (conforme podemos ver na fig. 1). Ademais, a economia criativa é tida como desenvolvida na dinâmica de grandes cidades, onde há disponibilidade de profissionais diversos, capital humano, circulação de informação e acúmulo de investimentos e conhecimento:

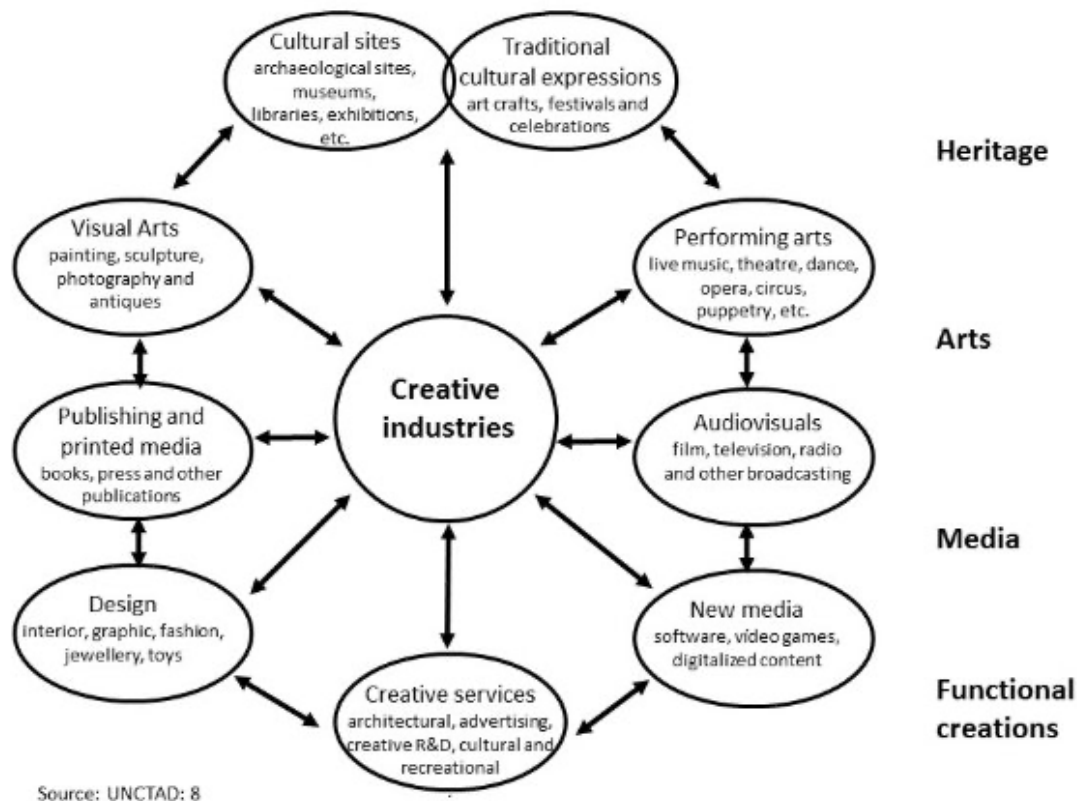


Figura 1 - Esquema explicativo da Indústria criativa, retirado de UNCTAD, 2008.

Esses campos se tornam ferramentas no interior de uma composição do trabalho na Indústria Criativa, com preeminência dos chamados “serviços criativos”, que envolvem publicidade, pesquisa e desenvolvimento criativos, cultura e recreação.

De acordo com Bendassolli et al (2009), as definições ainda estão em disputa, mas há alguns elementos que possibilitam delinear alguns consensos em torno do que é essa indústria. Em termos contextuais, as indústrias criativas teriam lugar na virada do século XX para XXI a partir das transformações sociais e econômicas nas sociedades capitalistas. Entre outros fenômenos, a emergência da sociedade da informação (ou do conhecimento), com a constituição de conhecimento inserida nas relações de capital e trabalho, seria definitiva para o surgimento dessas indústrias. Nesse sentido, há um caráter bastante pertinente a se ressaltar, que é a característica “individual” a partir da qual essas indústrias estariam baseadas, ou seja, elas seriam a consequência da mudança de uma sociedade industrial e de massa para a sociedade do trabalho imaterial fundamentada no indivíduo.

Por meio dessa determinação de um setor com atividades baseadas no conhecimento e criatividade, é possível traçar os principais setores considerados

criativos: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, design de moda, cinema, software, softwares interativos para lazer, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias e as atividades relacionadas às tradições culturais (BENDASSOLLI et al., 2009; DCMS, 2005).

As definições em torno da indústria criativa levam em conta quatro aspectos fundamentais: 1) a criatividade como elemento central, conectada à geração de propriedade intelectual; 2) a mercadorização da cultura, ou seja, a cultura tangibilizada em objetos culturais passíveis de atribuição de valor e consumíveis; 3) a transformação da propriedade intelectual e do valor econômico e 4) a convergência entre artes, negócios e tecnologia. Com esses quatro elementos podemos conceber a organização da indústria criativa e, portanto, a apropriação econômica da criatividade, conectada ao uso intensivo de novas tecnologias, à descentralização de atividades – voltadas para o setor de informação e comunicação – e ao uso de equipes polivalentes pela natureza ampla e múltipla das atividades envolvidas.

É importante destacar a relação intrínseca entre a indústria criativa e a indústria não criativa. É nessa chave que podemos compreender que a dinâmica do trabalho criativo está associada ao incremento do valor da mercadoria produzida nessas indústrias tradicionais. Na interação das relações de trabalho, a indústria tradicional aparece como *cliente* que demanda serviços criativos das empresas da indústria criativa, em especial agências de publicidade, estúdios de design e empresas de consultoria, pesquisa e inovação. Há nessa relação um papel relevante para os mecanismos de transferência de ideias e de valorização econômica (COUTO, 2014), que se conecta com o desenvolvimento econômico e a geração de trabalho.

Bendassolli et al (2009) delinea as principais definições desenvolvidas até aquele momento (2009) e que não tiveram outros acréscimos, conforme verificamos. A primeira definição é a do DCMS (Departamento de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido) que, em 2005, produziu um relatório com fins de investimentos e de conexão com políticas públicas culturais. Neste, define-se a indústria criativa da seguinte maneira:

Atividades que têm a sua origem na criatividade, competência e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza por meio da geração e exploração de propriedade intelectual [...] As indústrias criativas têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, em aliança com gestores e profissionais da área tecnológica, que fazem produtos

vendáveis e cujo valor econômico reside nas suas propriedades culturais (ou intelectuais). (DCMS, 2005, p. 11)

Um dos elementos essenciais dessa definição é o lugar do **indivíduo** nela. Como tratamos a respeito do discurso do trabalho flexível, há um processo de individualização da responsabilidade nas relações de trabalho que ocorre tanto na racionalidade, impondo ideologias e disciplinamentos, bem como no horizonte do realismo capitalista, que a condiciona. Nesse sentido, o discurso do trabalho recebe uma inflexão importante quando se volta a um campo que, além das formas de mercadorização estabelecidas entre arte, negócios e tecnologia, tem por pressuposto o reconhecimento da apropriação do resultado do trabalho criativo individual, ou seja, o conjunto de produtos mercadorizados nesse campo são derivados do trabalho executado a partir das qualificações individuais.

A essa definição bastante abrangente, mas ao menos mais circunscrita em torno dos setores que envolvem a indústria criativa conforme o nosso estudo, podemos somar duas outras definições que são bem complementares. Uma das definições é de Hartley (2005), em um trabalho que visa definir de maneira ampla o que são indústrias criativas:

A idéia de indústrias criativas busca descrever a convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com as indústrias culturais (escala de massa), no contexto de novas tecnologias midiáticas (TIs) e no escopo de uma nova economia do conhecimento, tendo em vista seu uso por parte de novos consumidores cidadãos interativo. (HARTLEY, 2005, p. 5)

Nela há um elemento importante de posicionamento produtivo, vinculado à chamada "economia do conhecimento", que é a adoção das tecnologias da informação. Como vimos também acima, há diversos processos de transformação das relações de trabalho já analisados no setor das TICs que são bastante adjacentes ao que observamos em nossa pesquisa. A complementariedade dessa definição é, portanto, importante para essa localização.

Por fim, temos a definição esboçada por Jaguaribe (2006) com a intenção de circunscrever, para o mercado brasileiro, a importância dessas indústrias e seu potencial de investimento para o século XXI. Segundo Jaguaribe,

[Indústrias criativas] produzem bens e serviços que utilizam imagens, textos e símbolos como meio. São indústrias guiadas por um regime de propriedade intelectual e [...] empurram a fronteira tecnológica das novas tecnologias da informação. Em geral, existe uma espécie de acordo que as indústrias criativas têm um coregroup, um coração, que seria composto de música, audiovisual, multimídia, software, broadcasting e todos os processos de editoria em geral. No entanto, a coisa curiosa é que a fronteira das indústrias criativas não é nítida. As pessoas utilizam o termo como sinônimo de

indústrias de conteúdo, mas o que se vê cada vez mais é que uma grande gama de processos, produtos e serviços que são baseados na criatividade, mas que têm as suas origens em coisas muito mais tradicionais, como o craft, folclore ou artesanato, estão cada vez mais utilizando tecnologias de management, de informática para se transformarem em bens, produtos e serviços de grande distribuição. (JAGUARIBE, 2006¹⁰³)

A relevância complementar dessa definição se associa a sua proximidade com a literatura de negócios. O contexto no qual ela é empregada é da aplicação, isto é, de um entendimento instrumental (e não analítico) sobre o campo. Isso nos é relevante na medida que aplica termos que podem ser conectados às formas como encontramos também no discurso a identificação no campo com o modo como os trabalhadores criativos se reconhecem nessa dinâmica.

Tal definição apresentada nos ajuda a compreender as definições que circulam, mas ainda é preciso circunscrever a indústria criativa enquanto campo de acordo com a maneira pela qual absorvemos na pesquisa empírica a partir do contexto do qual os trabalhadores criativos entrevistados se percebem fazendo parte. Esta é uma perspectiva ainda bastante ampla e que dá insumo para definição de atividades que *per si* não envolvem a produção em que os agentes – os trabalhadores criativos estudados – estão propriamente envolvidos. Um elemento que não é analisado por nenhuma dessas referências – e que é bastante fundamental em nossa pesquisa – é sobre como as transformações do capitalismo contemporâneo incidem na conformação desse setor. Em outras palavras, como podemos delinear uma definição do campo que parte não apenas dos elementos presentes (como a noção da criatividade), mas também das relações de produção do trabalho criativo ali empregadas?

Nesse sentido, estabelecemos uma definição que visa contemplar não só o que é o campo, mas também como ele se organiza, os movimentos concretos que possibilitam inclusive compreender as dimensões de degradação e deterioração colocadas no trabalho criativo. O campo da indústria criativa é um mercado que se constitui a partir da relação com a mercadoria, ou melhor, do incremento qualitativo (criatividade ou inovação são formas de nomear esse processo) da mercadoria em circulação. Sua origem constitutiva é o mercado de publicidade, ou seja, toda orientação profissional se deu em torno desse mercado. Ademais, há uma órbita centrífuga de absorção de outras áreas, que envolve design, texto/editorial, arte, pesquisa e afins para esse círculo. É um mercado que nasce e se reproduz, portanto, por meio das dinâmicas transformadoras

¹⁰³ Disponível em <<http://www.portalliberal.com.br>>. Acesso em out. 2022.

desse setor. Desde a linguagem até a estruturação e gestão empresarial, a indústria criativa vai absorvendo e acompanhando as transformações que ocorrem nesse setor de incremento do capital, a publicidade e o marketing. Na figura (fig. 2) abaixo, esquematizamos graficamente, grosso modo, como a Indústria criativa está colocada no cenário pesquisado:

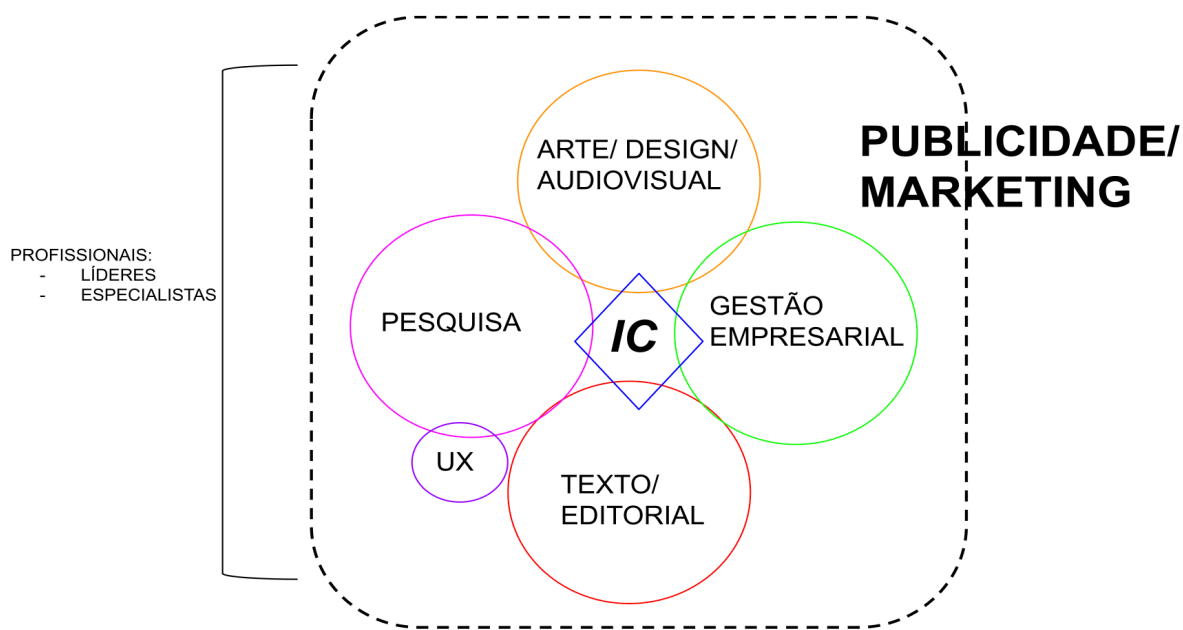


Figura 2 - Esquema feito por nós a partir de nossa análise.

As grandes áreas que compõem o trabalho na indústria criativa são: área das Artes (arte, design, audiovisual), área da Pesquisa (pesquisa de mercado, produção de dados e modalidade mais atuais, como *User Experience*, mais conhecido como UX), área Editorial (produção de textos, editorações, redação) e área de Gestão (gestão empresarial, planejamento estratégico, inovação, *business intelligence*, entre outros). O ponto importante para delinear concretamente como se dão as atividades desse campo é compreender como essas áreas e, conseqüentemente, o trabalho, a dinâmica, as tarefas e a atuação laboral estão entrelaçadas com o campo da publicidade¹⁰⁴. Esse setor não é um “reductor” em si do campo, mas organiza dinâmicas e dita sentidos para grande parte dos produtos criativos gerados, bem como a própria relação empresa-cliente-trabalhadores se estabelece. Dessa forma, para diferenciarmos o campo, vamos denominá-lo de agora em diante como *Indústria Criativa de Mercado* (ICM). A ICM

¹⁰⁴ Ademais, há uma forma específica na qual os trabalhadores criativos autônomos nesse campo e a partir dessa configuração são recrutados: em geral, como líderes ou como especialistas. Vamos voltar mais adiante a essa questão.

une, de modo genérico, principalmente essas áreas, configurando trabalhos e qualificações para a grande área da publicidade e marketing. Para compreendermos melhor esse processo, vale aprofundarmos de maneira sucinta o que é o campo da publicidade no mercado brasileiro.

3.1.1 Publicidade como força centrípeta do campo da ICM

A publicidade possui lugar central na narrativa da sociedade contemporânea, uma vez que ela produz e coloca em circulação temas e assuntos que impactam subjetividades e oferece componentes para o estabelecimento dos signos e práticas que conectam produção e consumo. Ela se realiza em um conjunto de instituições, sujeitos e identidades que produzem acontecimentos e objetos definidos por si mesmos, como a narrativa publicitária, tangibilizada no anúncio (AUCAR, 2016). De fato, há

o lugar da publicidade como uma narrativa central no tempo presente, uma vez que ela produz um tipo de acontecimento – o anúncio – que modela, define e transforma nossas experiências, representações e práticas de consumo. (...) a publicidade é um discurso que projeta uma interpretação da realidade, que articula e hierarquiza sujeitos e comportamentos, visando o acontecimento do consumo. (AUCAR, 2016, p. 13)

São, portanto, apesar do nome no singular, atividades coletivas em constante processo de negociação e formatação de significados, identidades e poderes estabelecidos na mediação entre produção e consumo. Para compreendermos melhor a dinâmica de como a publicidade se estruturou como campo e se tornou uma força centrípeta da ICM, vale retomarmos sua história no contexto brasileiro.

Na visão do Pyr Marcondes, que reconstituiu de maneira bastante apologética a história da publicidade brasileira no século XX, a publicidade possui seu sentido mais essencial em “falar sobre produtos e marcas, ser entendida e apreendida como um tipo de verdade (...) [e] a partir daí, mobilizar e vender” (MARCONDES, 2001, p. 11). A publicidade, como parte do setor da comunicação e informação, é estruturada em três pilares: agências de propaganda, empresas anunciantes e veículos de comunicação. Nessa estrutura, dois modelos normativos de empresa se sobressaem: a *empresa-agência*, de médio ou pequeno porte que atua na prestação de serviços criativos; e a *empresa-cliente*, geralmente de grande porte (e da indústria não criativa, ou tradicional), que contrata tais serviços. Toda uma órbita de atividades envolvendo publicidade, marketing, design, editoração, pesquisa, audiovisual – áreas, portanto, da indústria criativa, efetivamente falando – gira em torno desse modelo de relação entre empresas

que dá movimento ao que compreendemos como ICM, de maneira que a ICM é um corpo de áreas e negócios que voltado ao modelo fomentado pela “indústria publicitária”.

Dessa forma, compreende-se que a publicidade ocupa um lugar um pouco além de mera prestação de serviços, ou seja, da criação de anúncios. Como um braço informativo do sistema econômico no qual se insere, a publicidade assumiu um lugar fundamental de projeção e aspiração em torno do consumo, que ela o realizou ao se tornar uma ferramenta de incremento da mercadoria em sua circulação. A forma anúncio é, nesse sentido, historicamente importante, e a publicidade, em sua estrutura, agrega uma série de produtos culturais que são até hoje base ferramental da indústria criativa: arte (desenho, ilustração, foto, design e música), texto (redação, poema, descrição, slogan) e produto (marketing, gestão de negócios).¹⁰⁵

Na visão publicitária, em seu discurso, o anúncio no decorrer da história se “autonomizaria” de seu próprio uso instrumental e se tornaria um ícone cultural da sociedade. Na verdade, como enxergamos no movimento do próprio capitalismo, o anúncio tornou-se uma mercadoria em si, uma vez que não apenas vende ou comunica um produto, mas também carrega a mensagem do espírito do capitalismo, seus valores e estilos de vida.

Juntamente com o anúncio, há também o desenvolvimento do negócio publicidade: as agências de propaganda, que datam, no Brasil, desde 1913 (a primeira agência chamava Eclética e existia em São Paulo), expressam o quanto, como negócio, o campo foi estruturado. Além da empresa-agência, há sobressalto da empresa-cliente, criando um universo de conexões e caminhos da sociedade e do mundo do trabalho. Esse universo advém, reforçado pelos modelos de reestruturação do trabalho a partir dos anos 1980, da prestação de serviços e da terceirização. A publicidade, como uma profissão liberal, sempre foi prestação de serviços; no entanto, ela absorve e reconfigura sua dinâmica de trabalho a partir da lógica neoliberal do *outsourcing*, que não apenas é de fora (relação cliente-agência), mas também de dentro, com trabalhadores criativos.

¹⁰⁵ “O anúncio, formato tão habitual na mídia impressa contemporânea, nasce assim de uma colagem de recursos e manifestações preexistentes e conhecidos. Da literatura e do jornalismo, a publicidade importou o texto; do desenho e da pintura, trouxe as ilustrações – dando origem a algo diverso e novo, mas de certa forma já incorporado ao universo conhecido das pessoas. Uma armadilha para assegurar eficácia aos objetivos publicitários de comunicar e vender” (MARCONDES, 2001, p. 16).

Vale mencionar ainda que, até meados do século XX, as grandes empresas detinham departamentos de publicidade nas suas próprias companhias; assim, o processo de reestruturação do capital das grandes empresas também se disseminava nesse mercado. Em outras palavras, no centro da indústria criativa, o que a estrutura não é na verdade a criatividade ou a sua veia artística, mas a mercadoria e como ela é envelopada por elementos de conhecimento (criação, design, etc), mas fundamentalmente de produto e, mais ainda, pelo circuito de incremento valorativo do produto em circulação.

A publicidade como negócio começa a ganhar tração a partir dos anos 1950 com desenvolvimentismo industrial e com avanço do setor de comunicação – especialmente com a TV e as revistas, além dos já consagrados jornais e rádio. Porém, em termos de modelo de estruturação daquilo que vem a ser a indústria criativa, ela se potencializa nos anos 1990, quando o mercado publicitário se reconfigura nas empresas-agências maiores, tocadas por publicitários brasileiros de destaque, reorganizando a lógica de trabalho desse setor. Os anos 1990 são marcados pela abertura e globalização econômica, pelo advento de novas tecnologias (como a internet) e um processo de fusões e aquisições no capital internacional com impacto direto nesse setor de comunicação. Na fala de Marcondes,

A retomada dos investimentos em propaganda (nos anos 1990), a competição acirrada com a chegada ao país de produtos importados e de um sem número de novos fabricantes internacionais fazem da propaganda não mais uma arma de comunicação, mas um componente empresarial estratégico para conquista de novos mercados e a garantia de desempenho das empresas. (MARCONDES, 2001, p. 57)

A indústria criativa de mercado vai, então, se conformando não como acessório, mas como peça importante da circulação da mercadoria na economia de consumo que se estabelece a partir desse período, o que tem consequências nas relações de trabalho e com mais força a partir dos anos 2000, quando esse campo vai se tornando força de órbita (ou um “atrativo”) para diversas categorias profissionais que atuavam direta ou indiretamente nesse campo. Para compreendermos essa órbita, é importante contextualizar o campo publicitário e as empresas que se formavam em torno dele.

A agência, modelo instituição empresa-agência, é o *locus* responsável pela reprodução dos arranjos profissionais, pelo reconhecimento público e pelo fluxo da produção criativa, que impacta toda a cadeia do trabalho criativo. Vale ressaltar que o mercado publicitário brasileiro, segundo dados da revista Meio e Mensagem (AUCAR,

2016), é o quinto maior do mundo, movimentando cerca de 33 bilhões de reais de acordo com a Associação Brasileira de Agências de Propaganda (ABAP, 2021¹⁰⁶). A publicidade forma um campo que teve como resultado ser um dos setores mais lucrativos da economia brasileira e atuante em praticamente todos os segmentos da indústria nacional, pois a “publicidade moderna estaria ligada a fatores como o incremento da produção capitalista, o desenvolvimento tecnológico, a formação da vida urbana, a expansão do mercado consumidor, dos meios de comunicação e a organização de uma cadeia de atividades profissionais” (AUCAR, 2017, p. 21).

A divisão do trabalho criativo interno à agência se deu na conformação de quatro núcleos principais: Atendimento, Planejamento, Mídia e Criação. Há também, em diversos contextos, a Produção¹⁰⁷, mas esta aparece geralmente conectada à Criação. O Atendimento é o segmento responsável pelo atendimento e contato com o cliente, tendo, portanto, a responsabilidade pelo olhar do negócio, pela interpretação das vontades e necessidades do cliente, pela rentabilidade do projeto e custos, além de ser a “imagem externa” da agência. Dessa área, em termos efetivos de influência na ICM, temos o campo da Gestão Empresarial, com elementos de empreendedorismo – vender, gerir, saber vender, conectar-se com a satisfação do cliente. Dela deriva a presença representativa dos projetos de trabalho criativo do “gerente de projetos” (*account manager*), que assume uma posição de liderança e supervisão quanto à conexão entre o negócio (cliente) e a equipe de criativos.

A área de Planejamento é a área que traça o plano de marketing, as estratégias de comunicação para execução do projeto e os caminhos para solução ao cliente. São os trabalhadores criativos que fornecem ideias e referências a outras áreas, sendo uma área que se vincula ao “científico” por buscar referências em pesquisas de mercado, análises de produtos, dados e tudo que corrobore a conexão entre a solução do problema e a realidade social –há inclusive mais abertura à interação com teorias e conhecimentos acadêmicos, por exemplo. Essa área influencia a atuação da ICM por meio da ampliação dos serviços destinados à estratégia e planejamento, à pesquisa e outras novas

¹⁰⁶ Cf. Associação Brasileira de Agências de Propaganda. O impacto da publicidade na economia brasileira. Deloitte, 2021. Disponível: < <https://www.abap.com.br/wp-content/uploads/2021/07/impactodapublicidadenaeconomiodobrasil.pdf> >. Acesso em out. 2022.

¹⁰⁷ Ademais, há as empresas que terão sua atividade voltada para essa Produção, como os estúdios de design e os institutos de pesquisa de mercado.

modalidades que foram criadas no mercado contemporâneo, como workshops estratégicos ou curadoria de conhecimento.¹⁰⁸

A área de Mídia é uma área que também carrega “elementos científicos”, como a busca de dados e estatísticas, mas voltados para a propagação do produto criativo criado pela agência. Ela se conecta com diferentes canais de comunicação e analisa detalhada e estrategicamente os investimentos para veiculação que serão aplicados. É uma área que mescla elementos do negócio, como Atendimento (pelo gerenciamento de recursos e capacidade de conversão positiva do investimento alocado), com referencial (como Planejamento), pois ela precisa estar amparada em números e dados que respaldem suas decisões.

A área de Criação é, por sua vez, um dos principais vetores da noção de criatividade que reflete, até então, a publicidade e a indústria criativa. É geralmente o departamento mais prestigiado, especialmente após a revolução criativa dos anos 1960¹⁰⁹, de modo que seus profissionais têm maior poder simbólico no campo. Ela está interligada a outras áreas da agência e, frequentemente, também tem conexão direta com o negócio e os clientes – o movimento contemporâneo do mercado publicitário tem como principais executivos empresários de ramo profissionais oriundos dessa área). É dela que deriva a força da ideia de *criativo* para trabalhadores criativos, bem como a expectativa que a noção de criatividade impõe sobre tais profissionais – como curiosidade, entrega, capacidade de se arriscar e inovar, inquietação, flexibilidade, questionamento, não comodismo, proatividade, entre outros. São essas capacidades que, como veremos, vão compor arsenal de atributos daquilo que é esperado do trabalhador criativo da ICM que, mesmo atuando em outras áreas do campo, serão demandados destes (CROCCO, 2019). Como aponta Aucar,

¹⁰⁸ Grande parte das empresas criadas nessa configuração faz parte do chamado empreendedorismo criativo, que seriam negócios pautados pelo propósito de seus criadores, ou seja, não visam apenas ao lucro, mas também o desenvolvimento de atividades baseadas na paixão. Tais empresas atuam no universo de geração e organização de conhecimentos estratégicos e podem extrapolar esse universo ao compor outras áreas mais criativas. Mais adiante, discutiremos alguns elementos que estão inseridos nesse discurso e como eles atravessam a ICM. Para o tema em específico, ver Castro (2014).

¹⁰⁹ A revolução criativa, ou virada criativa, foi o processo de reestruturação do modelo de trabalho nas agências de publicidade ocorrido nos anos 1960 nos EUA, que privilegiava a Criação como base do trabalho de uma agência. Dentre as mudanças, que impactam até hoje o trabalho publicitário – e, de modo geral, a ICM –, estão a desburocratização interna de processos, o aumento da informalidade nas relações dentro da agência, a horizontalidade, a adoção de padrões mais flexíveis para composição de times de trabalho e a adoção da configuração de trabalho criativo com Redator + Diretor de arte como duplas.

Nas agências contemporâneas, fica nítido o predomínio hierárquico do Departamento de Criação, visto como o setor que alimenta todos os outros. Neste sentido, há uma inclinação dos demais segmentos em atender suas demandas, uma vez que a integralidade do negócio estaria dependente do talento criativo. O acúmulo de funções do cargo é conjeturado como uma demanda dos novos tempos, marcados por um ritmo intenso e convergências nas transações comerciais, e não como uma perda de autonomia. Mesmo que a Criação assuma um papel que outrora foi desempenhado por outro setor, os profissionais buscam ressignificar a função, a fim de embutir uma nobreza, um prestígio à atividade. (AUCAR, 2016, p. 269)

Na configuração mercado brasileiro, é importante destacar a atividade das agências. As agências, a partir de seus principais e destacados profissionais (como Washington Olivetto, Duda Mendonça e Nizam Guanaes¹¹⁰), ampliam o processo de internacionalização¹¹¹ e de reconfiguração do trabalho criativo. A lógica das concorrências entre contas e a intensificação do trabalho, regido também por meio de uma glamourização do estilo de vida “flexível e agitado” dos publicitários, impõe um ritmo de trabalho que vai determinar até a atualidade o labor no campo. Ademais, o estilo de fazer publicidade, marcado por essas figuras como Olivetto e Guanaes, era da “Criação” em primeiro plano, o que determinou uma estrutura diferente na forma de produzir o trabalho criativo.

Ainda, a partir dos anos 1990, houve uma reconfiguração simbólica da presença no mercado dos chamados "criativos", que passaram a ter mais voz e prestígio, participando cada vez mais das decisões estratégicas, inclusive em indústrias não criativas¹¹². Não se trata, no entanto, de uma reconfiguração do mercado; pelo contrário, o criativo vai assumindo cada vez mais uma lógica empresarial de gestor, o que foi corroborado também pela disseminação cultural, com programas de TV e presença na mídia dessas figuras oriundas do mercado de publicidade.

¹¹⁰ No livro de Marcondes (2001) há uma história apologética da publicidade, em que as saídas de Olivetto e Guanaes de agências, fundando suas próprias, são caracterizadas como “grandes momentos da publicidade brasileira”. Sem dúvidas, são epopéias forjadas, mas que dão o tom da reconfiguração e da história que esse campo passa a contar sobre si mesmo e, como estamos demonstrando, acabam sendo base para o discurso que organiza a ICM a partir dos anos 2000.

¹¹¹ No final dos anos 1990, 10 dos maiores grupos eram de grupos internacionais, ou seja, estavam nas mãos do capital global (MARCONDES, 2001; AUCAR, 2016). Como aponta Aucar: “As fusões e aquisições marcam um intenso processo de globalização da publicidade brasileira. O campo passa a conviver de forma acentuada com novos atores e funções espalhadas por empresas localizadas em diferentes espaços e com rotinas produtivas específicas” (AUCAR, 2016, p. 277).

¹¹² É notório o próprio trânsito dos grandes publicitários por outros setores da comunicação, como Nizam Guanaes, que assume a presidência do portal iG de internet; ou Roberto Justus, que vai assumir um programa de TV, de origem estadunidense, sobre empreendedorismo, “O Aprendiz”; ou ainda diversas entrevistas com Washington Olivetto como referência de “grande empresário” em publicações do mercado.

Quando observamos a publicidade na estruturação dos moldes de seu trabalho, por dentro e ao longo de sua história, percebemos melhor como ela delinea as transformações mais amplas e, ao mesmo tempo, adianta algumas mudanças nessa esfera do trabalho de conhecimento criativo. O campo da publicidade já tinha alguns elementos de flexibilização, especialmente após a “virada criativa” no Brasil a partir dos 1980, mas recebe um incremento de acordo com a maior participação desse mercado no capital global, quando os conglomerados internacionais ampliam a participação no mercado brasileiro – por meio de fusão e aquisição de agências brasileiras. Dessa maneira, o mercado da ICM vai se estabelecendo, a partir dos anos 1990, em grande consonância com o capitalismo global, atravessado pela globalização e pelo advento produtivo das novas tecnologias de informação e comunicação. A presença de tais conglomerados, como Casaqui et al (2011) aponta, implementa sistematicamente o trabalho flexível nesse campo, em paralelo com relações tradicionais de emprego, como trabalho temporário, *freelancer*, terceirizados, home office e treinamento ou estágio.

Além da divisão do trabalho, há alguns elementos próprios ao mundo da publicidade que enxergamos como influência e reflexo na ICM, como trabalho por projeto, com cada projeto dedicado a um cliente – geralmente único naquele segmento, para evitar o compartilhamento de informações estratégicas –; ambientes informais e abertos de trabalho, com equipes alocadas para cada projeto; flexibilização das horas laborais (com ampla intensificação do trabalho) como parte do trabalho criativo – carregando o imaginário cultivado de que o trabalhador criativo trabalha por prazer e seu trabalho é como um lazer, por isso não precisa ser rígido –; além do estabelecimento da agência enxuta (desde os anos 1980, devido à crise econômica). Em todos esses elementos, o grande justificador discursivo é a criatividade: sem flexibilidade, sem dedicação, sem ambiente mais leve e de entretenimento e com espaços mais articulados e menores, a criatividade, “razão de ser” desse trabalho, se perderia. Ademais, a extrapolação do processo de publicização não está apenas no campo da indústria criativa, mas também nos meios de massa e na ampliação do “complexo comercial publicitário” (CASAQUI et al., 2011) nas outras esferas de sociabilidade, influenciando outras indústrias e empresas, bem como as subjetividades dos sujeitos e o imaginário social sob o capitalismo.

A publicidade é, nesse sentido, o elemento mediador entre produção e consumo (CASAQUI et al., 2011; CROCCO, 2019; ROCHA, 2011). O ponto fundamental é compreender que, quando apontamos que o eixo preponderante das atividades da ICM gira em torno da publicidade, estamos apontando para um processo em que as atividades desse campo estão sendo incorporadas ao elemento mediador entre produção e consumo. O que podemos apreender, ao investigar essa conformação do campo publicitário contemporâneo como base para as relações de trabalho na ICM, é que as novas formas flexibilizadas contribuíram, desde esse momento, para a transformação da lógica, em termos de qualificação, da experiência como instrumento de apropriação e exploração do trabalho, reduzindo, portanto, seu custo.

A experiência passa a ser menos um elemento de consolidação da trajetória para empresa (ainda que, nas narrativas dos trabalhadores, ela seja importante) do que uma forma de explorar o trabalho “antes” (ou na ausência) de contratos e vínculos estabelecidos. As formas de treinamento, estágio, concorrência são formas no campo da publicidade que vão assumindo cada vez mais espaço (e novas modalidades) na ICM como maneira de expropriar a força de trabalho, sem vínculos e pagando pouco (ou nada) por ela. A participação volitiva desses trabalhadores se dá também de acordo com o modo como a compreendemos nas narrativas dos trabalhadores e com história do campo em função do misto entre o investimento na própria carreira – em uma perspectiva de assumir o *empreendedorismo de si* como parte do discurso sobre trabalho na ICM – e a inevitabilidade – diante da ampla concorrência e do desemprego crescente – de passar por essas “provações” na expectativa de obter trabalho.

O argumento da força centrípeta da publicidade na estruturação do campo de trabalho contemporâneo da ICM pode ser corroborada se nos determos sobre os processos de trabalho flexível. No artigo de Fabio Crocco (2019), o sociólogo explora como o trabalho publicitário tem sido base, na discussão sobre inovação e modernização do trabalho em outros setores, para ideias de flexibilização. Crocco analisa, assim, como a criatividade e a flexibilidade são, na verdade, a porta de relações instáveis e precarizadas, conduzidas por uma alta intensificação do trabalho e pelo sofrimento por parte dos trabalhadores criativos.

Sem dúvidas, a preeminência da publicidade se conecta com sua posição diante da circulação da mercadoria. Como mencionamos, além de comunicar, esse campo tem

sido cada vez mais absorvido como parte do processo de incremento da valorização, tendo inclusive seus processos e profissionais participando de outros segmentos do mercado. O mercado publicitário, desde muito tempo – algumas práticas já estavam presentes nos anos 1960 (AUCAR, 2016; CASAQUI et al, 2011) –, possui características valorizadas pelo discurso moderno do trabalho flexível, como a valorização da criatividade, da flexibilidade e da inovação. Nesse sentido, trabalho com estruturas horizontalizadas, por projeto e altamente dinâmicos, já compunham o cenário do campo e têm sido, a partir da literatura de negócios, utilizada como inspiração para grandes empresas dos mais diversos ramos. As atividades criativas e artísticas têm sido utilizadas, no contexto da reestruturação do trabalho e da acumulação flexível, como laboratórios das novas relações de produção¹¹³, ou seja, o estabelecimento cada vez mais disseminado do trabalho flexível e precário baseado na incorporação da criatividade como elemento da produção.

Apesar do campo seguir as conformações da acumulação flexível, algum movimento no sentido de flexibilização já ocorria anteriormente. Nos anos 1960, nos EUA, a publicidade já estava passando pela chamada “revolução criativa”, que consistia em desburocratizar estruturas organizacionais, tornando-as mais enxutas e horizontalizadas, incluindo em seus métodos laborais equipes autônomas e colaborativas (CASAQUI et al, 2011). Desde a mudança do padrão da “dupla de criação”, até a transformação espacial (retirada das baias e estabelecimento de ambientes abertos, com bancadas e equipes integradas), a flexibilização do trabalho nesse universo criativo foi se tornando o padrão como ideal de informalidade e de inovação criativa. Alguns desses processos foram integrados em outros meios de trabalho, como o *brainstorm*, um método de criação publicitária que passou, a partir dos anos 1990, a fazer parte de diversos campos das indústrias não criativas como modelo de geração de ideias e insights.

Ademais, a publicidade se estabelece, por meio dessa “revolução criativa”, como modelo de trabalho coletivo, que tece uma relação paradoxal entre cooperação necessária e competição iminente. Os profissionais são conduzidos em direção à cooperação pela natureza multidisciplinar das tarefas, mas ao mesmo tempo são

¹¹³ De acordo com Crocco (2019), o campo de trabalho das economias criativas e culturais são como “laboratório de flexibilidades”, que serve como modelo para outras atividades profissionais em processo de transformação das relações de trabalho.

constantemente instigados à competição entre pares e times. Modelos de premiação, reconhecimento e até de assédio são a base desse processo que, na verdade, é um movimento de captura total da participação do trabalhador criativo, que não apenas participa tecnicamente, mas também se implica subjetivamente nesse trabalho. E, claro, essa modalidade de cooperação-competição também se torna modelo de gerenciamento e controle do trabalho à medida que, baseado na entrega e no desempenho, os trabalhadores são constantemente avaliados e, assim, punidos ou recompensados.

É também próprio do campo a presença maciça de trabalhadores autônomos, freelancers e prestadores de serviço. A flexibilização do trabalho no campo publicitário envolve métodos de trabalho, mas principalmente a organização fluida de trabalhadores que atuam por projeto, numa rotatividade constante que se torna norma nesse ambiente. Ainda, a competição constante no trabalho favorece a internalização e a responsabilização do trabalhador em sua participação nesse processo, de maneira que se introjeta (e se justifica) a partir dos discursos que “as coisas são mesmo desta maneira”.

É nesse sentido que a questão em torno da criatividade do trabalho criativo ganha um elemento relevante de reprodução das condições postas. A criatividade é, como caráter subjetivo, altamente associada a capacidades e habilidades individuais, vindas do que se nomeia como talento ou vocação. Estando, portanto, a criatividade no meio desse processo, ela se torna um elemento-chave para justificar a aceitação desses processos de flexibilização, que se tornam, simbolicamente, um elemento de "seleção natural". Da criatividade, temos também o reconhecimento, pois é a partir do quanto o profissional é ou pode ser reconhecido enquanto criativo que suas possibilidades de empregabilidade e sucesso serão mantidas.

Nesse sentido, vale a pena explorarmos um pouco o sentido do *criativo* à luz da maneira como ele se conforma no campo publicitário e do que vimos no nosso campo empírico. A palavra carrega força a partir da revolução criativa dos anos 1960, quando a área de Criação vai se tornando a “base suprema” em torno da qual todo o trabalho da agência publicitária se organiza. O *criativo* é o profissional que tem as credenciais mais efetivas do poder de criação, inovação, reconhecimento (demarcado pelo papel destacado em premiações e na entrega com clientes) e, fundamentalmente, de negócios. A revolução criativa reorganiza o trabalho não só dentro das empresas-agências, mas também fora: por dentro, é a preeminência da criação, mas que estava altamente

conectada com fluxos de decisão e interesse de fora, isto é, dos clientes. Negócios e a capacidade de atestar o trabalho criativo a partir das performances e resultados para ganhos dos clientes se tornam, então, um elemento importante de conformação desse campo.

É nessa estrutura de “criação e negócios” que outras áreas correlatas vão sendo absorvidas e inseridas como parte da ICM. Um exemplo disso é o design (na forma empresa-estúdio), que vai tornando parte auxiliar do processo de criação a partir da própria mercadoria, do produto; ou a pesquisa de mercado (na forma empresa-instituto), que vai ampliando formas e técnicas de coleta e análise de informações sobre comportamentos do consumidor, de modo a suprir e calibrar formas de maximização dos interesses do consumidor com os interesses das empresas. Essas áreas vão sendo absorvidas, em grande parte, como fornecedoras e prestadoras de serviço tanto para as empresas-clientes quanto para as empresas-agências.

Ademais, há o elemento de flexibilidade que marca a maneira como esses negócios são geridos: por projetos. Essas empresas e profissionais da indústria criativa dependem da busca incessante por novas atividades, novos clientes, novos financiamentos, imperando no campo uma relação de trabalho e de vida determinantemente instáveis. E, sem dúvidas, tal estado de impermanência tem impactos não apenas na configuração do trabalho, mas também na subjetividade da força de trabalho envolvida.

Há outro elemento importante sobre o trabalho na publicidade que influencia modos de trabalho na ICM: a juniorização da força de trabalho. Os modelos flexíveis e instáveis, conectados via discurso à inovação e à alta criatividade, são modelos que estabelecem uma “cultura da jovialidade”, que se manifesta da seguinte forma:

a cultura da jovialidade está associada à novidade, à atualidade e é destacada pelos profissionais e pelos empresários do setor como sinônimo de flexibilidade, criatividade e inovação. Neste sentido, é mérito anunciar, como é divulgado por algumas agências, que “somos uma agência jovem formada por jovens talentos”, que produzimos “marketing jovem” e que somos uma “agência jovem e vibrante”. O trabalho publicitário se aproxima da cultura juvenil por associar o labor da profissão à diversão, à fruição, ao jogo/brincadeira e ao consumo. A concentração de jovens no setor de criação publicitária, entretanto, pode ser explicada pelas condições cotidianas de trabalho relacionadas ao emprego flexível e inseguro, à intensificação e à expansão da jornada de trabalho (habitualmente não remuneradas), que são suportadas pelos jovens e até vangloriadas por alguns como ato heroico do gênio criativo, mas questionadas e suportadas com dificuldade (e por necessidade) a longo prazo. (CROCCO, 2019, p. 149-150)

Esse elemento da juniorização se relaciona ao glamour, que destila uma realidade de intensificação e aceleração do ritmo de trabalho, com excesso e extensão das jornadas laborais (incluindo relatos constantes dos profissionais de “virar a noite na agência”) e prazos cada vez mais curtos para os projetos. Essa mesma dinâmica no interior da agência se expande para fora dela com a flexibilização, na qual a intensificação e a aceleração se tornam padrões para profissionais que atuam na indústria criativa. Em outras palavras, o mercado de publicidade se torna um centro referencial das dinâmicas do modo como a acumulação flexível e a reestruturação das relações de trabalho se colocam para ICM, como podemos verificar nesta passagem:

a profunda flexibilização dos contratos de trabalho e o convívio constante com formas atípicas de assalariamento demonstram que o publicitário está inserido num mercado de trabalho concorrencial de prestadores de serviços, no qual parte atua diretamente nas agências, via contratos formais sem tempo determinado, e muitos trabalham de forma flexibilizada, principalmente como autônomos (PJs) nas agências ou como freelancers em projetos de curta duração (...) As próprias agências de publicidade, assim como muitas empresas do setor cultural, estruturam-se de forma flexível e até mesmo temporária, aproximando-se, no extremo, do que podemos denominar de empresas projeto. Atuam de acordo com a quantidade de contratos firmados e, conseqüentemente, empregam e demitem funcionários com muita constância, de acordo com as demandas do mercado. (CROCCO, 2019, p. 152)

A publicidade ainda possui um elemento que nos possibilita apreender o fenômeno da exploração de trabalho na ICM que dá abertura a esses processos de mais-trabalho como elemento de experiência e que pode ser denominado de “propaganda-fantasma” (CASAQUI et al., 2011). Esta consiste no desenvolvimento de peças que não são vinculadas a demandas concretas de clientes, mas servem como estímulos aos criativos das agências para conquista de prêmios ou visibilidade. Esse trabalho é exercido por trabalhadores criativos, sem remuneração extra e como forma, segundo o discurso empresarial, de angariar mais atenção e visibilidade (e talvez prêmios), ampliando, assim, a cartela de clientes. Essa dinâmica, projetada em uma perspectiva mais individualizada na força de trabalho e operando de maneira flexível como autônoma ou *freelancer*, pode ser identificada no fenômeno mais contemporâneo do *hope labour*.

Hope Labour é o trabalho que é executado de maneira mal remunerada, ou gratuita, na expectativa de que, com a visibilidade daquele que recebeu o produto do trabalho ou os possíveis clientes, se possa obter mais chances de empregabilidade, funcionando, assim, como um “aperitivo” ou “teste” do que aquela força de trabalho

criativo pode oferecer. No entanto, conforme a pesquisa de Kuehn e Corrigan (2013), o que se configuraria como uma promessa se transforma em um *modus operandi* de exploração. É a partir dessa expectativa de ser contratado que as empresas se beneficiam da exploração da força de trabalho criativa.

No caso da publicidade, que traz em seu histórico exemplos que são mais próximos da realidade que encontramos nos trabalhadores entrevistados para nossa pesquisa, podemos observar algumas manifestações disso: construção de portfólio com cases fantasmas; elaboração de trabalho criativo (visual, escrita, audiovisual) antes de ser contratado como forma de teste; participação em parceria com empresas-agências de processos de concorrência em empresas-clientes, na qual o trabalho desenvolvido será apenas remunerado *caso* a concorrência seja vencida, entre outros.

Como mencionamos, apesar de certa reclamação ou desconforto, os trabalhadores do campo são envolvidos nesse processo, em grande medida, de maneira voluntária, compreendendo que é um processo a se passar para garantir crescimento na carreira, melhores posições e reconhecimento profissional, além de rendimentos. Há, nessa dinâmica, a ideia de que aceitar as regras do jogo promove a alavancagem de uma possibilidade de demonstrar seu trabalho e ser reconhecido por sua vocação e talento, promessas que envolvem a expectativa de participação dos trabalhadores criativos nesse processo. Ao mesmo tempo – e isso tem se aprimorado com o discurso do trabalho flexível nos anos 2000 –, essa posição de trabalhar *por esperança* é envolvida pelo discurso do empreendedorismo, em que o risco e a constante necessidade de elaborar saídas criativas para lidar com adversidade são formas de testar a capacidade do sujeito de ser empreendedor de sua própria carreira.

O discurso sobre trabalho flexível estava disposto entre os trabalhadores publicitários há algum tempo, conectando a flexibilidade a um estilo de vida criativo e eficaz, vinculado a uma dinâmica de vida de satisfação e prazer, ainda que sendo parte de um discurso de autoajuda ou coaching desses profissionais. Como Casaquei et al aponta, reproduzindo um anúncio dos anos 1980:

Ganho mais como freelancer do que quando trabalhava como vice-presidente e diretor de criação da J. Walter Thompson Adorei o período que passei na JWT. Mas gosto mais do que estou vivendo agora. Moro onde quero. Trabalho apenas 3 dias por semana. Trabalho em casa e tenho muitas férias. Para fazer o mesmo, leia meu livro incisivo, *Secrets of Successful Freelancing*. Mande US\$ 10 para Prosper Press, 123, Alto Street, San Rafael, CA

Como veremos mais adiante, ao tratarmos sobre a literatura de negócios como uma das disseminadoras do discurso sobre trabalho flexível na ICM, é exatamente a tônica desse anúncio do livro de um publicitário que veremos se disseminar por todo o campo. Vale ressaltar que a forma flexível não é uma novidade exclusiva da Publicidade, como é verificável ao observarmos outras áreas que compõem a ICM, como o jornalismo (GROHMANN, 2012; COHEN, 2019) e o design (DENIS, 2000), apesar destas serem profissionalmente mais antigas do que a publicidade.

No entanto, por sua relação mais explícita de mediação entre produção e consumo, é esse campo que influencia a conformação daquilo que se delimita e entende na atualidade como indústria criativa de mercado. As formas históricas laborais apresentadas na publicidade nos anos 1980 e 1990 são mais próximas das que encontramos na composição da ICM do século XXI, tanto nas atividades da forma como estrutura e divisão do trabalho, como nas modalidades de flexibilidade, imperativo criativo e relação com o negócio que as constitui.

Dessa conformação do campo, quatro elementos se sobressaem e marcam as definições do universo de trabalho na ICM: **flexibilidade, criatividade, autonomia e empreendedorismo**. Esses elementos se tornam não apenas características desejadas no profissional criativo, mas também marcas dos processos formais de organização do trabalho em todo esse campo. Ademais, são esses elementos que vão nutrir a influência em todo mercado por meio do discurso sobre trabalho flexível e dos criativos ou da literatura de negócios. O *criativo* acaba representando o “ideal de trabalhador do futuro” (CROCCO, 2019), expressando um modelo imaginado de profissional criativo, autônomo e flexível, sempre motivado e que sabe lidar com as incertezas – que, como trataremos mais adiante, se configura como “resiliência”, parte do discurso nesse campo.

Mas a realidade, no interior do campo, é de estabelecimento das bases de um processo de precarização que se manifesta de múltiplas formas.¹¹⁴

Outro elemento oriundo da publicidade que influencia a conformação da ICM contemporânea, relacionado aos processos produtivos, é a conexão discursiva entre “arte” e “ciência”. Tal vínculo se dá pela forma como a produção tida como artística (criativa) é inserida em métodos cada vez mais organizados e controlados de exploração de seu potencial criativo (como uma “ciência”). Não deixa de ser curioso que, em 1923, o publicitário estadunidense, Claude Hopkins, atuando no incipiente mercado brasileiro, tenha publicado um livro que pretendia estabelecer as bases científicas da produção publicitária (*A ciência da propaganda*). Nesse trabalho, o foco de Hopkins era conectar cientificamente o exercício do fazer publicitário com sua eficiência de retorno financeiro para os clientes (empresas-clientes), algo que, mesmo diante da posterior revolução criativa do campo, quando a sua importância laboral pendeu para o lado da arte, manteve-se no trabalho criativo como elemento de ampliação rentável para clientes contratantes.

A primeira dimensão dessa perspectiva “científica” foi o estabelecimento de uma divisão do trabalho interna ao campo de ampla inspiração taylorista, em que cada área seria fundamental para a eficácia do processo produtivo criativo. Na ICM vemos esse olhar na forma como resultados e metas, frutos da transformação das relações, vêm se impondo nas relações entre agências e trabalhadores criativos e seus clientes. As noções como “marketing de resultado” e a ampliação valorativa do marketing na indústria não criativa respondem a esse elemento.

¹¹⁴ “(...) [a flexibilização] promove o enriquecimento de tarefas, o trabalho em equipes e outras estratégias gerenciais de envolvimento do trabalhador, e tende a intensificar o trabalho ao responsabilizar o trabalhador pelo resultado alcançado. No caso dos publicitários, a flexibilização interna está relacionada com a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho sem o devido reconhecimento e o pagamento de horas extras. Assim como a frequente sobrecarga de trabalho e os curtos prazos para as entregas, que forçam os publicitários a dedicarem-se, integralmente, à conclusão dos jobs. (...) a subcontratação é observada como uma estratégia de gestão comum às agências de publicidade, que no cotidiano resulta em perda de direitos para os trabalhadores. (...) A precariedade associada à dimensão subjetiva está presente no cotidiano dos publicitários a partir da insegurança laboral e financeira, ou seja, da dificuldade de projetar o futuro na profissão e da incerteza da composição da renda. Essa instabilidade laboral percebida a partir da alta rotatividade de empregos, da necessidade de assumir diversos papéis no mercado de trabalho, do risco que impõe o estado de alerta e a disposição para assumir a maior quantidade possível de empregos e jobs e, por fim, do convívio com momentos de desemprego. A dimensão objetiva está relacionada, principalmente, ao mercado de trabalho profundamente concorrencial, marcado pela disputa por empregos e jobs, e à progressiva diminuição dos contratos de trabalho estáveis (com maiores garantias e proteção social), cujos principais exemplos são o avanço dos trabalhadores autônomos nas agências e dos *freelancers* em projetos de curta duração” (CROCCO, 2019, p. 154-155).

A ampla influência se reflete também na formação do profissional, que vai influenciar a expectativa de multidisciplinaridade nos tempos atuais. A publicidade, no exercício da prática laboral, forma e deseja profissionais *bricoleurs* (ROCHA, 2011), ou seja, não especialistas que compõem, absorvem e editam saberes estabelecidos de diversas áreas de conhecimento, representações da vida social e experiência subjetivas. Esse olhar ampliado de composições vai erigir um campo com capacidade e sede de absorção de conhecimentos diversos e, como tratamos, de incorporação do trabalho de conhecimento de diversos segmentos. Entretanto, é um processo de incorporação como parte da construção do incremento produtivo, voltado, portanto, ao capital, não à ampla capacidade criativa ou construtiva desses trabalhadores. Conforme aponta Casaqui et al,

a publicidade [se posiciona] como um operador totêmico, mediadora do domínio da produção (no qual o humano se ausenta e o trabalhador se aliena) e do domínio do consumo (em que o produto ganha identidade e distinção). (...) é através do trabalho dos publicitários que os produtos se humanizam. Por isso, independentemente do quanto valorizem sua atividade, buscando associá-la ao bem comum (para aumentar seu poder na hierarquização interna e externa do campo), eles continuam (...) desenvolvendo atividades diretamente vinculadas aos interesses das classes sociais dominantes. (CASAQUI et al., 2011, p. 9)

Na atualidade, isso pode ser objeto de crítica de alguns trabalhadores criativos, como vimos na pesquisa, quando se percebe que o ofício de qualificação (por meio da formação e experiência) está sendo exercido de maneira superficial por outros profissionais. Nas palavras de um dos entrevistados, que trata sobre a mudança do universo das pesquisas de mercado, na qual podemos perceber como a degradação substancial por meio da padronização tem alterado a dinâmica e empregabilidade de pesquisadores com formação mais consistente, o

“(...) mercado começou a ficar capenga (...) o que eu percebi é que tinha gente do design fazendo pesquisa e os designers só desenham pesquisa sem métodos, sem saber como faz uma pesquisa, fazendo bobagem e nós, antropólogos e sociólogos, ali olhando do lado, sem fazer nada e sem espaço.”¹¹⁵ (Caderno de Campo)

Evidentemente, essa influência constituinte da publicidade na conformação da ICM não deve ser feita sem um olhar crítico e distante, especialmente pelo fato de construir para si um discurso sobre ofício que, como faz com a mercadoria, é entalhado mais por percepções produzidas favoráveis do que pela verdade. É como se este

¹¹⁵ Como mencionamos na Introdução, não vamos discriminar o nome dos entrevistados por se tratarem de profissionais na ativa e para preservar o anonimato deles. No anexo final, faremos uma descrição em termos mais gerais das áreas, idades e gêneros. Para manter a distinção gráfica no texto, utilizaremos daqui em diante as citações dos entrevistados em itálico, discriminando sua origem (Caderno do campo).

estivesse, assim como com os produtos, vendendo a si próprio, sua atividade, superdimensionando seus ganhos e a sua importância.

Não obstante esse olhar atento, também podemos perceber a constituição de um discurso auto valorativo na ICM, mas por meio do discurso de viés empreendedor, de maneira que a importância de si e de sua atividade está amplamente dimensionada pela capacidade individual daquele profissional em exercer sua atividade, impactando de modo positivo, assim, a cadeia e o bem comum. A contradição nesse processo se estabelece entre as expectativas de autodeterminação, reconhecimento do profissional e a necessidade, impressa pela flexibilização, de justificar sua presença no processo produtivo, ou seja, como estratégia de sobrevivência laboral. Como percebemos nessa fala:

“O profissional que nasceu para empreender, ele é esse tipo de profissional muito inquietante, muito curioso, muito proativo. O freelancer é aquele profissional que ele sabe que ele é tão bom mas tão bom que ele pode seguir sua própria jornada. então é uma coisa muito mais de empoderamento, na minha visão, do que qualquer outra coisa.” (Caderno do campo)

É importante reconhecer que a conexão do trabalho criativo com o discurso sobre empreendedorismo é diferente daquela que está presente na crítica sobre o precariado (ANTUNES, 2018; 2019; ABILIO, 2017), que é a gestão da sobrevivência. O empreendedorismo, no caso dos *freelancers*, encontra base na busca por uma perspectiva de autodeterminação e de diferenciação (identidade) diante de uma referência conectada aos profissionais liberais, oriundo dos campos anteriores à constituição da ICM, como a própria publicidade. O profissional liberal possui uma posição histórica de prestígio e liberdade que marca algumas profissões, como advogados, engenheiros, médicos, e que, no caso dos trabalhadores criativos, se projetaria para designers, redatores, pesquisadores UX e afins.

É nesse sentido, como apontamos na fig. 2, que a atuação dos profissionais criativos na ICM ocorre em geral sob duas bases: enquanto líder de projeto, no processo de supervisão e gerenciamento de processos; e especialistas, que são mais tecnicamente aplicados nas tarefas, ou seja, desempenham funções pré-estabelecidas nos projetos. No entanto, quando utilizamos o termo *especialista*, são precisos alguns cuidados para sua plena compreensão. Como vimos no capítulo 1, as formas de qualificação na atividade criativa são: instrução, formação e experiência. A instrução envolve o nível mais

automatizado da tarefa; a formação, preparação formal e, geralmente, formação acadêmica ou técnica; e a experiência, a conexão disso com o tempo desempenhado.

A questão, como pudemos absorver da pesquisa de campo, é que os *especialistas* têm sido cada vez mais submetidos em suas condições de trabalho à *padronização*, resultando na degradação substancial do trabalho. A padronização é um processo de tornar o exercício e as tarefas da atividade laboral cada vez mais passíveis de a) *rotinização* e b) *amadorização*, num processo que denominamos anteriormente de **transfiguração da qualificação** do trabalho criativo.

A rotinização é a transformação do processo criativo em elementos instrucionais (metódicos e racionalizados), ou seja, menos dependentes da capacidade individual criativa do profissional – seja de seu talento ou qualidade. A amadorização é, por sua vez, a redução do espaço de experiência e a minimização da importância da formação como forma de recrutamento e desempenho das atividades criativas, tendo o saber mais fiado em elementos de instrucionabilidade. A reconfiguração da experiência para o trabalhador criativo pode se manifestar em trabalho não remunerado, seja como diagnóstico (que ele faz antes para conseguir cavar oportunidade de trabalho) no *hope labour*; seja como realização de propostas, tudo anterior ao contrato e ao trabalho a ser remunerado por si.

Na ICM, a amadorização está vinculada a uma espécie de "juniorização" do trabalho, que é a relação entre técnica fragmentada facilitada (menos onerosa de experiência e formação para ser reproduzida) e conformação do sujeito específico para o trabalho (a partir de uma imagem fantasiada do jovem). Ambos são latentes no discurso sobre trabalho e produzem expectativas sobre os profissionais esperados.

Um exemplo da cristalização da amadorização é uma expressão nativa do campo, o *sobrinho*. O *sobrinho* se refere ao profissional não especializado em algum tópico, mas que possui níveis instrucionais para execução de atividades. Assim, o que poderia ser algo em torno da validação de múltiplos saberes ou até uma perspectiva profissional socrática ("só sei que nada sei") se configura como redução da experiência e esvaziamento da formação em prol da transformação de saberes laborais do trabalho criativo em instruções instrumentais aplicáveis e replicáveis, como vemos nesse trecho captado no campo:

“O sobrinho é um termo muito pejorativo para a pessoa que tá iniciando. [e] precisamos ser todos amadores, o amador é um eterno aprendiz, ele tá sempre aprendendo coisas novas (...) você vai entender que você precisa estar em eterno movimento, eternamente pegando novas fontes, absorvendo novos conhecimentos, até inclusive em diversas áreas correlacionadas e às vezes de áreas completamente diferentes daquelas que você atua, porque isso aumenta seu background, aumenta sua bagagem de conhecimento, sua bagagem de referências né, de inspiração. Na verdade, um bom profissional é um sobrinho que continua estudando! Então, o sobrinho nunca vai acabar; a gente entende que enquanto viver dentro de um mercado capitalista – e a gente vai viver eu acredito por muitas e muitas gerações, não acredito que a gente vai ver o capitalismo mudando etc. –, a gente vai ter pessoas com qualidades diferentes de entrega, e a gente vai ter os espertinhos, a gente vai ter as pessoas que vão te entregar logos prontas e vender aquilo ali por cinquenta ou até talvez por mil reais, e essas características que denotam a personalidade das pessoas, o caráter das pessoas, é confundido muitas vezes com o cara que é iniciante. (...) isso existe em qualquer comunidade, qualquer área profissional, a gente vai ter o o amador de certa forma (...) gosto de dizer que, com muito orgulho, sou eternamente sobrinho, vou continuar sendo. E além disso, a gente sabe que diploma é um papel que você imprime numa impressora em casa.” (Caderno do campo - grifo nosso)

Por fim, a ICM é a capitalização, a mercadorização e o assalariamento de atividades conectadas com trabalho de conhecimento criativo em seus múltiplos eixos (Arte, Texto, Pesquisa, Publicidade), vinculada diretamente ao produto produzido pela empresa-cliente, numa relação mediada geralmente por uma empresa-agência. É um processo, portanto, associado ao incremento da mercadoria, da produção no interior da circulação, de maneira que o valor não está no produto criado pelo *criativo*, mas no produto criado pelo serviço oferecido que adiciona e foca no produto do cliente – processo de apropriação e incremento para mercadoria deste. Nesse sentido, o *criativo* é a figura que possui seu trabalho organizado em torno do produto e serviço do cliente e não de si mesmo.

Porém, podemos captar nesse universo algumas especificidades do discurso sobre trabalho flexível que vão derivar em formas de disciplinamento e de entendimento sobre a experiência de trabalho que são importantes de compreender. Denominamos a modalidade singular desse discurso na ICM de *mentalidade empreendedorialista*, pois o discurso sobre trabalho flexível nesse campo concebe o trabalho criativo como parte do próprio profissional, fazendo-o olhar para si e aprofundando os laços de alienação do profissional na cadeia produtiva diante dos processos de degradação do trabalho. Esse olhar para si é algo que, na aparência, parece ser uma forma de desenvolver autoconhecimento e uma gestão empreendedora, que ganha cena com o discurso do indivíduo ou do empresário de si, mas na verdade aprofunda o estranhamento desses trabalhadores em relação à sua própria condição e aos processos de degradação e deterioração do trabalho criativo em seu regime flexível autônomo. É sobre essa

mentalidade que trataremos no capítulo a seguir. Antes, porém, vamos delimitar, a partir do que analisamos em campo, quem é o trabalhador criativo autônomo, o *freelancer*.

3.2 O *freelancer* criativo: mapeando a constituição do trabalhador criativo autônomo no campo

Compreendemos o campo da ICM como ambiente marcado pelo trabalho criativo – com ênfase na criatividade e na autonomia da mediação entre produção e consumo – e pela sua conformação por meio da publicidade. A partir dessa abordagem, é necessário tratar dos trabalhadores criativos autônomos, denominados *freelancers*, e como essa classificação está inserida no campo e dá margem ao discurso sobre trabalho flexível na ICM.

Não é possível precisar ao certo quantos são os trabalhadores autônomos na ICM. Eles estão distribuídos, de acordo com os dados mais amplos que possuímos, entre os 25,6 milhões de trabalhadores que atuam por conta própria (IBGE, 2021). Nesse número estão distribuídos tanto os quase 6 milhões que possuem CNPJ (ou seja, alguma formalidade) quanto os 19 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2021). Dentre os informais, podemos aprofundar um pouco de acordo com o estudo realizado pela Fundação Arymax e pelo Instituto Veredas¹¹⁶, que registra a categoria de “informais por oportunidade”, quando “caracterizado por ocupações de melhor qualidade e que poderiam ser realizadas nos marcos da formalidade, mas que encontram na informalidade uma oportunidade de manutenção de rendimentos maiores” (VAHDAT et al., 2022, p. 122). Nessa categoria há cerca de 736 mil indivíduos atuando por conta

¹¹⁶ Cf. VAHDAT ET AL., 2022.

própria, divididos entre empregadores¹¹⁷, trabalhadores por conta própria¹¹⁸ e assalariados¹¹⁹, com concentração no setor de informação, comunicação e finanças (no qual a ICM está inserida) de 22,5%, 38,9% e 37%, respectivamente. Além da renda mais alta (em média cinco salários mínimos), grande parte dos indivíduos nessa categoria possui ensino superior. Vale ressaltar também que nesta categoria há maior presença de sujeitos brancos, homens, de idade entre 30 e 49 anos.

Apesar de detectarmos alguns dos pesquisados em situação de informalidade – fazendo, por exemplo, projetos, mas sendo pagos diretamente por outro profissional

¹¹⁷ De acordo com a pesquisa, “(...) os empregadores deste tipo operam unidades produtivas que, apesar do pequeno porte, possuem produtividade e faturamento médio mais elevados e que tendem a ser suficientes para se formalizarem. No entanto, e apesar de existirem situações bastante diversas, estar na informalidade representa uma estratégia competitiva para parte dos negócios informais por opção, considerando a redução de custos possibilitada. Ao mesmo tempo, a unidade produtiva informal tem desvantagens competitivas, como por exemplo o menor acesso ao crédito, o risco de fiscalização e a perda de oportunidades comerciais com parceiros formais (fornecedores, clientes, setor público etc.). Portanto, o “cálculo” de vantagens e desvantagens não é linear e, em geral, não é realizado minuciosamente pelos empreendedores, que operam pela experiência e com perspectivas de curto prazo em termos de custos. A escala de produção dos negócios informais por opção pode variar bastante, bem como os níveis de produtividade e faturamento. Os produtos e serviços dessas unidades também podem apresentar valor agregado parecido ou superior aos de seus pares que operam na formalidade e algum nível de diferenciação, o que pode indicar algum grau de barreira de entrada para novas empresas” (VAHDAT et al., 2022, p. 124).

¹¹⁸ De acordo com a pesquisa, “Trabalhadores por conta própria deste tipo, do mesmo modo, apresentam condições para a formalização, mas encontram na informalidade uma oportunidade de manutenção de uma margem de renda maior. Estes trabalhadores não possuem registro enquanto pessoa jurídica, assim como os de subsistência e potencialmente produtivos, mas, diferentemente desses, possuem rendimentos mais elevados, acima de cinco salários mínimos. A não conformidade legal permite a redução dos custos com impostos e descontos obrigatórios associados à realização da atividade laboral. Para a maior parte dos trabalhadores por conta própria deste tipo, o volume de rendimentos percebidos não lhe confere a possibilidade de recorrer à política do Microempreendedor Individual (MEI), o que implicaria em uma formalização custosa em termos de recolhimento de tributos. A situação de informalidade, além de apresentar empecilhos para o crescimento do negócio, como a dificuldade de celebrar contratos de prestação de serviços para empresas formais, também cria obstáculos no acesso a direitos e benefícios garantidos pelo Estado. Os rendimentos mais altos e o acesso à informação institucional permitem, no entanto, que estes trabalhadores alcancem outras redes de auxílio e assistência social, como por exemplo aposentadorias e planos de saúde privados. No que se refere à produtividade, esta pode variar bastante entre os trabalhadores por conta própria por opção e são, em geral, mais elevadas que a dos tipos anteriores. A perspectiva de crescimento também é mais elevada devido ao acesso a recursos financeiros e à possibilidade de aprimoramento profissional via formação complementar. As ocupações exigem um conhecimento especializado e uma formação profissional qualificada que permitem a consolidação de trajetórias mais estáveis, dentro de uma mesma área de atuação. Os trabalhadores deste tipo representam menos de 2% do total de ocupados por conta própria informais” (VAHDAT et al., 2022, p. 124).

¹¹⁹ De acordo com a pesquisa, “os empregados assalariados deste tipo, em que pese não possuírem garantia de acesso aos direitos trabalhistas e aos benefícios da previdência social assegurados pela carteira de trabalho, possuem altos rendimentos. Podemos identificar os empregados nesta situação como aqueles conhecidos como trabalhadores intelectuais das ciências e das artes e/ou em cargos de gestão. Estas atividades se diferem por exigirem um conhecimento especializado e uma maior formação profissional. Trata-se, portanto, de um tipo caracterizado por trajetórias profissionais estruturadas amparadas pelo acesso à formação escolar até o nível superior. A qualificação profissional especializada permite uma trajetória mais estável, dentro de uma mesma área de formação, escolhida segundo a aptidão do empregado. A escolha pela informalidade pode se dar pela falta de oportunidades na formalidade ou por não encontrar as mesmas possibilidades de crescimento. Os rendimentos mais altos e o acesso à informação institucional permitem que estes empregados, apesar de não possuírem formalmente os direitos trabalhistas e os benefícios da previdência, alcancem redes privadas de proteção” (VAHDAT et al., 2022, p. 124-125).

autônomo, que emitiu nota –, a maioria dos pesquisados tinha algum nível de formalidade. É importante demarcar esse aspecto, pois é comum, mesmo na literatura, tratar a precarização do trabalho como fenômeno muito conectado com a informalidade e seus desenlaces da flexibilização. A informalidade carrega como características o desamparo da legislação, além de elementos constituintes da degradação, como baixa estrutura, falta de limites para a saúde física e mental, baixo controle de qualidade (tanto do trabalho em si quanto do produto no contexto do setor de serviços) e muitos riscos e inseguranças, especialmente para esse trabalhador (ANTUNES, 2019; BRAGA, 2013; 2017). É sabido que a realidade da informalidade no Brasil é escaldante, uma vez que cerca de 40% dos ocupados, de acordo com o IBGE (2021), atuam na informalidade. São trabalhadores que atuam no setor privado ou doméstico sem carteira assinada; empregadores sem registro de CNPJ; trabalhadores autônomos sem registro de CNPJ, ou trabalhadores familiares auxiliares. Uma realidade histórica que está, sem sombra de dúvidas, relacionada ao traço de sermos uma sociedade periférica que malogrou sua adoção do capitalismo, mantendo posições e perspectivas peculiares entre o arcaico e o moderno (FERNANDES, 2008; 2020; OLIVEIRA, 2003). No contexto contemporâneo, após a crise de 2008 (e seu rebote no Brasil após 2014) e o incremento das tecnologias vinculadas ao capitalismo de plataforma, temos parte dessa população de informais atuando nos aplicativos de serviços, como aplicativos de transporte privado ou de entrega de comida e produtos, configurando uma nova realidade: a de um proletariado da era de serviços (ANTUNES & BRAGA: 2009; ANTUNES, 2020; GROHMANN, 2021).

Não obstante a compreensão desse quadro, a informalidade não é o caso do recorte do objeto desta pesquisa, mas é preciso considerar seus impactos (ou “seu espírito”) para o trabalho autônomo por conta própria. Primeiramente, pelo caráter histórico: apesar de ter conexão com elementos das profissões liberais que ocupam posições qualificadas e de certo prestígio, o movimento em relação ao mercado de trabalho, pela maneira como impacta autônomos, tem sido de uma degradação que lembra mais princípios da informalização, ou do que podemos chamar de *bicoalização do trabalho*, o que significa que o trabalho qualificado assume cada vez mais características presentes no trabalho informal, que geralmente envolve baixa qualificação, alta rotatividade e baixo nível de estabilidade. A característica da

bicoalização, como tem demonstrado autoras como Ludmila Abílio (2017) e Vera Telles (2006), não é nova, mas chama a atenção seu fôlego crescente entre as camadas médias e qualificadas. Em segundo lugar, pelo contexto histórico atual: especialmente com a pandemia de 2020-2022, acrescida da crise econômica desde 2013, parte da população ocupada não cai no desemprego por conta do trabalho autônomo à medida que não consegue mais trabalho com carteira assinada. Como demonstrou a PNAD de 2021, cerca de 661 mil trabalhadores migraram em 2020 para o trabalho por conta própria, garantindo que os dados de desemprego (crescentes por conta da pandemia) não fossem ainda maiores. Em outras palavras, como forma de driblar as dificuldades de manutenção no mercado de trabalho, seja por conta de registro ou de colocação em vagas, o trabalho por conta própria adquire mais traços de necessidade diante da sobrevivência do que de prestígio.

O tema da informalidade tem sido amplamente discutido na sociologia brasileira. Na economia capitalista periférica, a informalidade é uma forma de expropriação dos trabalhadores que não possuem acesso aos direitos trabalhistas e à proteção social. Esse fenômeno é comum em muitos países em desenvolvimento, onde as condições econômicas e políticas muitas vezes contribuem para a exploração dos trabalhadores, permitindo que os empregadores evitem o pagamento de salários justos, benefícios sociais e impostos, além de fugir das leis trabalhistas. Além disso, os trabalhadores informais frequentemente não possuem contratos de trabalho formais, o que os priva de garantias de estabilidade ou segurança no emprego e de acesso à proteção social, como seguro saúde ou aposentadoria, tornando-os vulneráveis a eventos inesperados, como doenças ou acidentes. A informalidade também perpetua a desigualdade social e econômica, afetando principalmente os trabalhadores mais pobres e vulneráveis da sociedade, incluindo mulheres, migrantes e trabalhadores rurais, que são geralmente excluídos do mercado formal de trabalho por causa da falta de educação, qualificação e oportunidade.

De acordo com Kowarick (2019) e Francisco Oliveira (2003), a informalização do trabalho tem sido uma tendência crescente no Brasil por várias décadas, afetando sobretudo trabalhadores autônomos e informais, que representam uma parcela significativa da força de trabalho no país. Kowarick (2019) argumenta que a informalidade está relacionada ao processo de desregulamentação do mercado de

trabalho que tem ocorrido nas últimas décadas e que promoveu a flexibilização das leis trabalhistas. Oliveira (2003), por sua vez, aponta que a informalidade é consequência da exclusão social e da falta de oportunidades formais de emprego, especialmente para as camadas mais pobres da população. Além disso, a informalidade tende a se concentrar em setores da economia que demandam baixa qualificação e oferecem baixos salários, o que contribui para a perpetuação de desigualdades socioeconômicas no país.

Mas não só. Como mencionamos, a informalidade também atravessa o trabalho por conta própria com alguma qualificação. Segundo estimativas do IBGE, cerca de 75% dos trabalhadores por conta própria são informais. É claro que, nesse montante, existem os que se utilizam do RPA, mas a regra – como o caminhar histórico das relações de trabalho brasileiras mostra – é que a grande massa desses 19,4 mi de trabalhadores seja parte da informalidade, destituídos, portanto, de qualquer garantia atrelada ao trabalho regulamentado.

De qualquer maneira, nosso olhar se debruça sobre a outra parte: os autônomos com CNPJ, formalizados, que se distribuem em Micro Empresa Individual (MEI), Empresas Individuais (EIRELI), Micro Empresas (ME) ou Simples. Parte pode ser empregadora, mas a maioria é de trabalhadores únicos – ou seja, trabalham sozinhos prestando serviços, ou com outros autônomos (formalizados ou não). No caso dos microempreendedores, encontramos os profissionais que estavam em início de carreira, mais jovens e de origem social mais baixa – evidentemente com rendimentos menores, uma vez que o valor máximo declarável via MEI anualmente é de R\$ 81 mil.

A forma maciça de trabalho como *freelancer* na ICM, de acordo com o campo, é via PJ. Ainda há algumas adaptações, especialmente quando se dão relações assalariadas com os trabalhadores criativos. Uma delas é o “PJ com benefícios”, um modelo comum de contratação flexível na qual o trabalhador presta serviços com jornada muito próxima de um trabalhador regular, mas não como celetista. Nesse caso, “com benefícios” advém das negociações extras de remuneração, que incluem possibilidade de um 13o salário ou algum período de férias (nem sempre inteiramente remunerado). São formas de flexibilização que se desenvolvem a partir de um movimento anterior (Pejotização), de uma flexibilização dada nessa modalidade. Como vimos em grande parte dos casos, essa modalidade reflete a degradação da forma, que tem o fenômeno do pejotizado como “regra”. Esse ponto nos remete à definição feita por Abílio (ABÍLIO, 2017) da

uberização como generalização da viração: da existência de uma disposição concreta e historicamente dada de relações de trabalho que permitem a difusão de um modelo que não é bem inventado nos processos contemporâneos de flexibilização.

Além disso, o fenômeno de pejetização segue cada vez mais padrões de degradação a partir das transformações que envolvem a ICM. Seja o pejetizado assalariado (ou seja, aquele que mimetiza uma relação de jornada integral, mas não é celetista), seja o pejetizado por projeto (que presta serviços, e tende, como vimos, a se identificar mais com o empreendedor), a degradação estabelece padrões cada vez mais precarizados para realidade desses *freelancers*. No caso do PJ por projeto (uma espécie de *freelancer puro*), as formas de degradação envolvem, por exemplo, intensificação das horas de trabalho em projetos com demandas mais complexas e menores prazos, além da dificuldade de receber – pois as empresas-clientes têm imposto padrões de pagamento “para empresas” cada vez mais longos, chegando a 180 dias de pagamento após a emissão da nota¹²⁰. Nesse sentido, a característica de formalização não implica necessariamente melhor qualidade das relações, uma vez que, na “relação entre empresas”, esses trabalhadores criativos pendem para o lado mais fraco da interação econômica.

No entanto, há um elemento importante de configuração desses trabalhadores criativos por desempenharem atividades com grau de qualificação alto: a expectativa de prestígio por serem profissões que se aproximam do que é um profissional liberal. Há uma intersecção importante entre as duas categorias (profissional autônomo e profissional liberal) que dá sentidos próprios para esses trabalhadores criativos. Podemos entender o profissional autônomo como aquele que não possui vínculo empregatício com nenhuma empresa, podendo figurar como pessoa física¹²¹ ou jurídica. Esse profissional tem, idealmente, plena autonomia financeira e profissional, ao contrário do funcionário CLT, sendo, então, o profissional que desenvolve sua própria

¹²⁰ Essa discussão aparece com frequência no campo. As grandes empresas (empresas-clientes) estabelecem um padrão na cadeia produtiva, que vai cascadeando para as fornecedoras destas (empresas-agências), as quais repassam as condições aos seus fornecedores (quarteirizadas, ou *freelancers* nos projetos). Tudo, apesar da evidente disparidade de poder e possibilidade, justificado como “relação entre empresas”.

¹²¹ No caso de pessoa física, é via Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), que se trata de um documento que deve ser emitido por quem contratou o serviço e permite comprovar o pagamento a pessoas físicas (autônomos) sem caracterizar o vínculo CLT.

atividade¹²² e que pode, teoricamente, escolher o lugar, o modo, o tempo e a forma de execução. Assim, o trabalhador autônomo preenche os seguintes requisitos:

- Possui liberdade para organizar e executar o próprio trabalho;
- Pode contar com o auxílio de ajudantes e substitutos;
- Possui, idealmente, liberdade para dispor do resultado do próprio trabalho, diferentemente do profissional subordinado (aliena a força de trabalho sem assumir os riscos, mas está sob o poder da direção empresarial);
- Possui autonomia de prestador de serviço (seu trabalho é resultado da manifestação de uma habilidade).

Já os profissionais liberais podem, por sua vez, serem definidos como aqueles que têm formação técnica ou acadêmica em determinada área. Eles também possuem autonomia para exercer suas atividades, que são regulamentadas e legalizadas. Tais profissionais são representados por conselhos ou sindicatos e, por terem total responsabilidade pelo produto ou serviço que oferece, devem ser capacitados. Um profissional liberal também pode ter ou não vínculo empregatício, ou seja, exercer atividades no próprio negócio ou em negócio de terceiros. De acordo com a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL¹²³), algumas das profissões listadas encontramos na ICM, como publicitários, jornalistas, tradutores, sociólogos e arquitetos.¹²⁴

A diferença entre profissional liberal e autônomo não é, porém, tão simples, principalmente porque ambos, idealmente, seriam donos de seus próprios negócios. Algumas diferenças se apresentam: na questão da forma de atuação, pois o profissional autônomo atua sem vínculo empregatício, ao passo que o liberal pode ter ou não vínculo com terceiros; na formação, uma vez que o autônomo não precisa ter formação na área em que atua, ao contrário do profissional liberal, que deve ter formação acadêmica em

¹²² Uma definição parecida é utilizada pela importante rede social de trabalho, LinkedIn, acerca dos tipos de trabalho disponíveis nessa rede: “Autônomo: trabalhando para si mesmos, pode se referir a proprietários únicos, empresários, proprietários de pequenos negócios, freelancers, etc.”. Em “freelancer”, temos a seguinte definição: “Prestadores de serviço autônomos que não estão comprometidos com um único empregador a longo prazo. Pode-se referir a trabalhadores de shows, fotógrafos, autônomos etc.”. Cf. <<https://www.linkedin.com/help/linkedin/answer/123303>>. Acesso em mai. 2022.

¹²³ Cf. <<https://www.cnpl.org.br/o-profissional-liberal/>>. Acesso em mai. 2022.

¹²⁴ Encontra-se sociólogos e outros cientistas sociais atuando com pesquisa de mercado e UX Research na ICM, enquanto arquitetos aparecem atuando como designers na ICM.

sua área; e de registro, uma vez que o profissional liberal, devido à sua formação, só pode atuar se estiver registrado no conselho de sua classe econômica (OAB, CREA, CRM etc.).

O que vemos na ICM é uma atuação de profissionais liberais de maneira autônoma, ou seja, possuem qualificação e não possuem vínculos empregatícios (pelo menos não de forma regular e explícita), mas nem sempre, mesmo em carreiras que têm algum tipo de representação, se veem representados. No caso das representações, geralmente há a questão do vínculo, que não satisfaz a condição na qual esses trabalhadores criativos estão atuando.

Os profissionais que encontramos na ICM são de carreiras oriundas de profissões liberais, como publicitários, jornalistas, designers, entre outros. Há também profissionais oriundos de áreas menos conectadas com a ICM, mas que atuam na órbita como cientistas sociais¹²⁵, tradutores, administradores, arquitetos e artistas (ilustradores). Como abordamos acima (fig. 2), a ICM possui alguns núcleos (Arte/Design, Pesquisa/UX¹²⁶, Editorial¹²⁷ e Gestão Empresarial) operando sob influência das esferas da Publicidade e do Marketing, e profissionais de diversas formações e qualificações são distribuídos nesses núcleos.

Essa influência também se reflete concretamente no espaço de trabalho. Em nossa pesquisa de campo, coletamos imagens e impressões sobre o espaço de trabalho

¹²⁵ Em grande parte sociólogos e antropólogos.

¹²⁶ A área que envolve pesquisa e UX é uma das mais abrangentes em termos de recrutamento de profissionais. Destacam-se ali profissionais que vêm das humanidades, especialmente Ciências Sociais, Psicologia, História e Filosofia (mesmo que essa formação, em específico, não traga caracteres de formação para pesquisa de campo, como há nas outras duas carreiras). Nessa esfera ainda, as formações em Antropologia e Psicologia ganham lugar simbólico de destaque porque os projetos envolvendo pesquisa geralmente estão vinculados ao comportamento do consumidor – e, por livre associação, essas duas áreas estariam mais conectadas com isso. Vale destacar que mereceria uma pesquisa adicional o campo da chamada “Pesquisa de mercado” na ICM. Apesar de esse campo também ser atravessado, como ficou explícito em menor espectro pela amadorização (que envolve todo o campo da ICM), com processos de digitalização – transformando a pesquisa em “UX research” ou “Pesquisa da experiência do usuário” e convergindo boa parte dos profissionais para essa atuação – é, sem dúvidas, uma das atividades da ICM mais diretamente impactadas pelas transformações da digitalização e da plataformação do mercado.

¹²⁷ Na produção de textos e conteúdo, encontramos profissionais do jornalismo, das letras, da tradução e do audiovisual (com foco em roteiro). A produção textual envolve prioritariamente redação, roteiro, revisão, tradução, entre outros.

desses profissionais criativos¹²⁸. Embora não seja nossa intenção analisar a ergonomia de trabalho, alguns objetos ajudam a entender a composição espacial de flexibilização do trabalho, ou seja, a estrutura mínima para composição do trabalho de conhecimento corrobora processos de flexibilização na substância da ICM.

A estrutura mínima para produção – com variações poucas incrementais – na ICM é um lugar de apoio (geralmente uma mesa dedicada e cadeira), computador e internet – “*lugar dedicado e tranquilo, sem atrapalhar a concentração*”. De certo modo, a necessidade de concentração parece um elemento psicológico e ergonômico do trabalho criativo que está em jogo para muitos dos *freelancers*. A flexibilidade para não ter que estar num escritório como *staff* envolve também a possibilidade de trabalhar em um ambiente menos barulhento. Mesmo que seja contraditório com a abordagem dos nômades digitais – que reduzem o mínimo necessário ao computador e mesa –, a questão da concentração ainda é um ponto.

Ainda assim, a referência de organização do trabalho parte do *locus* escritório, mais especificamente do escritório da empresa-agência. Um espaço bem disposto, com elementos de decoração para maior fruição da criatividade e, muitas das vezes, itens tecnológicos associados com esse universo (como uso de computadores da Apple) aparecem nas imagens enviadas que analisamos¹²⁹.

O espaço de trabalho dos trabalhadores criativos autônomos gira em torno do

- Escritório-agência, quando há necessidade de estar em espaço compartilhado, seja por demanda do projeto ou por subordinação;

¹²⁸ Importante ressaltar que a questão do espaço foi bastante impactada no campo pelo contexto da pandemia que, a partir de março de 2020, restringiu por muitos meses a circulação de trabalhadores mundialmente. Segundo uma pesquisa feita pelo IPEA, 11% da força de trabalho brasileira exerceu suas atividades de trabalho de modo remoto entre maio e novembro de 2020. No caso dos trabalhadores criativos autônomos, essa restrição foi mantida mesmo após afrouxamento das regras de isolamento a partir de 2021 por conta da característica do trabalho, que não exigia sempre presença física nos escritórios. De fato, os trabalhadores criativos autônomos já trabalhavam em sua maioria em casa – mesmo antes da pandemia. O diferencial para alguns foi perceber a necessidade de, a partir do momento que ficaram tão somente em casa, organizar melhor um espaço em casa para o trabalho. Essa necessidade foi ressaltada como percepção de que, mesmo com uma realidade de atuação anterior naquele espaço, havia uma demanda diferente diante da reorganização do tempo e do espaço imposta pela pandemia.

¹²⁹ Entendemos que houve, em alguns casos, também uma composição estética sobre o espaço. Como as fotos foram solicitadas voluntariamente, acreditamos que em algumas situações houve espontaneidade em enviar a foto, mas em outras houve uma “preparação estética do ambiente” de modo a se demonstrar o que gostaria de passar. Esse comportamento, muito presente nas redes sociais – de explicitar a fachada de identidade (TURKLE, 2012) – corrobora o que estamos trabalhando, no discurso, sobre a identidade como elemento de diferenciação no contexto da ICM. Não vamos, como falado anteriormente, nos ater aos aspectos ergonômicos do espaço de trabalho, mas vale a pena ressaltar esse elemento que abre possibilidades analíticas ao discurso que está já sendo analisado nesta pesquisa.

- Escritório co-work, com escritório individualizado ou espaço compartilhado, condição de trabalho não subordinado;
- Casa do trabalhador criativo, que se configura como espaço completamente individualizado, condição de trabalho tanto subordinado quanto não subordinado.

Apesar das situações envolvendo os três espaços, há maior reflexão por parte dos autônomos sobre o trabalho feito no espaço caseiro por ser a modalidade mais presente entre os criativos. Nas narrativas dos trabalhadores criativos, algumas considerações sobre o espaço de trabalho foram tecidas:

“Preciso de uma mesa, cadeira, computador e um bom acesso à internet (100 megas), certo silêncio e pouco movimento para facilitar a concentração e algum espaço para livros e outros materiais de consulta. Atualmente, minha estação de trabalho fica no quarto, pois na sala não tenho muita iluminação natural, mas preferia que fosse em outro ambiente que não o que eu durmo.”

“Ter um espaço reservado ao trabalho dá um ar de profissionalidade ao freelancer. Pra mim uma mesa de trabalho ampla com uma cadeira confortável é o suficiente, pois consigo colocar o notebook e o caderno. Fiquei desempregado em dez/2019 e em Jan/2020 retornei ao freelance e estava trabalhando na cama, totalmente desconfortável, então decidi pegar o dinheiro e investir numa mesa de trabalho, seguindo os padrões acima, no meu quarto, e investi em alguns cursos porque tive que transformar meu trabalho presencial em virtual.”

“A importância é enorme. Acho importante ter um cômodo exclusivo de onde se trabalha, um lugar onde o cotidiano da casa não interfere no trabalho e vice-versa, sobretudo se seu ‘home office’ é permanente. No trabalho tradicional existe todo um ritual (acordar, sair de casa, pegar transporte) para se chegar no escritório, fábrica ou comércio. Em casa essas esferas tendem a se confundir e isso se torna extremamente desgastante.”

“Fundamental ter um espaço próprio de trabalho, faz falta não ter. Às vezes é insano o multi-tarefas: trabalho na sala de casa, na mesa de refeição, atendendo filho ao mesmo tempo, em meio ao barulho do dia a dia da casa. A mesa se divide entre brinquedos, pratos e material de trabalho. Não tenho privacidade nem silêncio.”

“Bom, eu sou home officer há muitos anos, né? Acho que desde que eu comecei como freela eu sempre trabalhei em casa. Tem que ser um espaço confortável, um lugar que você goste de estar. Isso pra mim é o meu espaço de trabalho. Pra quem é freelancer é ainda mais importante porque o seu espaço de trabalho precisa representar os seus gostos pessoais, porque é um local confortável, ao mesmo tempo que ele precisa representar essa sua forma de ver o trabalho. Então se eu sou freela, se eu escolhi ter o espaço de trabalho em casa, por exemplo, que ele seja o meu espaço de trabalho, que ele represente a minha cara. A alternativa ideal pra quem não pode ter um espaço de trabalho ou investir num espaço de trabalho em casa porque não tem cômodo ou alguma coisa assim é o co-worker. Eu ainda acredito no co-worker, eu ainda acredito sim que é necessário ter um espaço de trabalho separado da sua cama, por exemplo. A cama não deveria ser um espaço de trabalho, a cama, o sofá, nada disso deveria, talvez a sua cozinha por falta de opções, mas a cama e o sofá de jeito nenhum. O espaço de trabalho tem que ser um espaço de saúde mental legal se você se sentir confortavelmente falando, como também fisicamente.” (Cadernos do campo).

Para evidenciar essas posições, vale observamos algumas das imagens coletadas:



Figura 3 - Espaço de trabalho de um dos entrevistados.



Figura 4 - Espaço de trabalho de um dos entrevistados.



Figura 5 - Espaço de trabalho de um dos entrevistados.



Figura 6 - Espaço de trabalho de um dos entrevistados.



Figura 7 - Espaço de trabalho de um dos entrevistados.

Como podemos perceber, nessas imagens há uma estética que remete ao estilo de vida ou de ser do *freelancer* da ICM. Não são apenas espaços de trabalho em si, o lugar onde o trabalho criativo é executado, pois representam também o estilo de vida que esse criativo autônomo assume, ou seja, como vive e faz-viver seu cotidiano. A escolha dos objetos e do maquinário e a disposição das referências – que dialoga com a perspectiva do espaço artístico, ou melhor, do espaço de inspiração de um artista –

convocam uma leitura que compreende a intersecção entre o ser e o fazer como elementos quase indissociáveis.

Em suma, o universo da ICM é um campo de profissionais liberais autonomizados que, por conta da flexibilização, tem se tornado uma espécie de *autonomia subordinada*, ou como a expressão em alemão *Nachgeschmack*¹³⁰ retrata, uma vez que os sujeitos estão cada vez mais subordinados à alienação da força de trabalho criativo, ao assalariamento de suas tarefas, em conjunto com um processo de amadorização do trabalho (daquilo que envolveria a formação técnica qualificada específica) e mais precarização dos vínculos contratuais – pois mesmo que seja por projeto, eles ficam mais subordinados aos ditames dos clientes finais. Em suma, o profissional criativo autônomo tem cada vez mais seu trabalho proletarizado, condicionado à alienação da força de trabalho, dependente mais da direção empresarial e da instrução e menos da habilidade.

Mas a percepção que circula no campo, por meio das narrativas coletadas, não é explicitamente esta. Por trás da atuação do trabalho criativo autônomo há um discurso tributário de uma visão sobre empreendedorismo que coloca esses sujeitos em uma mistura de volição e estranhamento. No caso específico da ICM, há cada vez mais a adoção da expressão *Open Talent Market*, que se refere ao mercado disponível de profissionais autônomos altamente qualificados e criativos para atuação com empresas-agências e empresas-clientes. Essa expressão, que mistifica e esconde os processos de degradação e deterioração nesse campo, corrobora para aproximar o entendimento de grande parte desses trabalhadores criativos autônomos ao exercício empreendedor do que à percepção compreendida da prática subordinada. A partir desse discurso, a aproximação entre ser *freelancer* e empreendedor aparece de modo comum no campo, muitas vezes com a diferenciação entre ser “*freela subordinado*” (fazer bicos) e “*freela de verdade*” (algo próximo ao empreendedor):

“No meu entendimento, ser freela é ser um prestador de serviço informal. Empreendedor é um freela com projetos de crescimento, com uma espécie de plano de carreira em sua área de atuação.”

“No momento que tu abraça o freela é como se estivesse ‘sendo a sua própria empresa’ ou de certo modo ‘abrindo seu próprio negócio’, então estaria empreendendo. Mas também é diferente, por outro lado, no meu caso, por exemplo, me tornei freela porque foi que sobrou e não porque eu quis ‘empreender de fato’. Hoje já me vejo mais empreendendo. Acho que vai variar da situação de cada um também. Tem gente que tem a carreira feita e

¹³⁰ Sensação de um gosto amargo na boca.

opta por virar freela porque sabe que já tem uma rede de contatos e vai ter demanda; tem gente que é freela porque não conseguiu um emprego fixo ou o emprego fixo não vale o stress pelo salário oferecido.”

“Acredito que ser freelancer é ser empreendedor na verdade. Apesar de ser um projeto de uma pessoa, é como se fosse uma empresa. Eu vendo o meu serviço para as pessoas. Já investi nesse negócio, comprando notebook, escrivaninha, buscando ter um melhor rendimento pessoal e buscando um maior retorno financeiro.” (Cadernos do campo)

Esse modo de agir e pensar tem sido disseminado nos discursos e nos manuais¹³¹ como forma de fazer uma iniciativa dar certo: mais do que intenção ou talento, o modo-empresa é a única maneira correta para uma iniciativa funcionar bem. O termo “empreender” significa, nesse discurso, construir algo concreto e também simbólico como se o mundo fosse um lugar de empreendedores (protagonistas) e apenas assim seria possível contribuir com o mundo.

De qualquer modo, na pesquisa de campo percebemos uma inclinação maior para a diferenciação entre essas duas noções, mas também um entendimento de que “freela” é algo além ou a mais do que um trabalhador. Há certa busca por elementos híbridos para tentar responder a essa visão que demarcam a flexibilização como paradigma que desmancha o trabalhador em uma visão do *staff*, do celetista, mas que não se reconstitui totalmente na figura do empresário – algo difícil de sustentar com a realidade e os obstáculos que o trabalho criativo autônomo impõe. Há mais certezas sobre ser flexível, mas algumas perspectivas dúbias sobre o lugar de “dono”. Há, portanto, uma definição de si que parece em movimento, puxado pelas leituras via discurso sobre trabalho flexível que esses trabalhadores criativos fazem de sua própria experiência:

“Freelancer é, muito provavelmente, um profissional prestador de serviços que prefere a liberdade de não ter um emprego fixo. Ser freelancer não se equipara aos trabalhos precarizados pela gig economy - acredito que é uma escolha privilegiada, justamente porque é uma escolha, não um “é o que tem pra hoje”. Ainda assim, ser freelancer é ser multitarefa/multi-departamento, pois é preciso fazer muito mais que o próprio ofício, tendo que saber lidar com a parte administrativa e burocrática, financeira e até legal (em termos de lei mesmo), que vai desde a valoração do serviço prestado até a elaboração de contratos de trabalho.”

“Ser freela é empreender a você mesmo. Você se vende, faz relacionamento, administra financeiramente e etc. É uma Eupresa. Porque é necessário ser empreendedor de si mesmo, ver e vender o próprio trabalho como um produto.”

“Sim. Empreender é ir em busca dos seus objetivos, dos seus sonhos. É estar intensamente comprometido com a sua causa individual, causa está que vai gerar valor para o coletivo, empreender é ser resiliência para levar um “NÃO” e mesmo assim não baixar a guarda.” (Cadernos do campo)

¹³¹ Abordaremos a literatura de negócios no próximo capítulo.

O que verificamos a partir das narrativas é que esse “entre lugar” é menos sobre uma indefinição, um “não lugar”, e mais, segundo as perspectivas dos criativos autônomos, um “pós-lugar”, ou aquilo que representaria o futuro. De algum modo, o agir empreendedor que representa o trabalho autônomo contaria, por sua motivação na liberdade, na autodeterminação e na autonomia, com uma perspectiva de transcender o sistema, de rebeldia às normas, ou ainda, um futuro ideal do que serão as relações de trabalho, olhando, nesse caso, apenas para os aspectos positivos e potenciais dessa modalidade:

"Aí quando surgiu a pandemia eu falei vou fazer um curso online, porque eu comecei a ver que estava tendo uma demanda muito grande das pessoas se virarem, esta coisa do home office muita gente lidando com isso de uma forma pela primeira vez. E cada vez mais a cultura ou sei lá a atividade freelancer sempre existiu, mas cada vez mais está virando algo que as pessoas estão entendendo que você não é um fracassado porque você é um freela. Você pode escolher ser freela e ser bem-sucedido e ganhar bem. É muito legal mostrar este lado, as dificuldades e tal, mas mostrar que você pode ser um freela bem-sucedido." (Cadernos do campo)

A aproximação com ser empreendedor também se expressa, por exemplo, nas narrativas dos entrevistados sobre a experiência com a gestão do trabalho criativo não só pelo volume de atividades não associadas ao ofício (como gestão administrativa, burocracias e afins), mas também pelo fato de essa gestão ser uma forma de reconhecimento como profissional liberal (o “*ter que lidar*”). No sentido do profissional liberal, essa gestão significa controle, domínio e delegação de tarefas essenciais para a manutenção do negócio. No caso de grande parte dos criativos autônomos, isso significa o simples acúmulo de funções, para muitas das quais eles não dispõem de acesso de informações e instrução de execução, ou ainda não possuem profissionais disponíveis o suficiente para executá-las. Novamente: a flexibilização é do trabalhador, que precisará se desdobrar em mais tarefas (sem a redução da carga de trabalho a ser executada para seus clientes) para atender a manutenção da parte “empresa-autônoma”. Esse desdobrar de si passa a fazer parte do discurso sobre o trabalho:

"então, sempre consumi muito conteúdo sobre isso, pra entender como me estruturar e como crescer, como me vender e um milhão de coisas, mas acho que a coisa que eu mais consumo são as pessoas que trabalham comigo, de trocar, de entender, de falar sobre dinheiro, de falar sobre, sei lá, no cinema era sobre regulamentação, na publicidade era como repensar as planilhas, enfim, vai evoluindo. Maluco isso de me considerar uma empreendedora, mas acho que sim, porque a gente tem essa cultura de empreendedor de si, que eu acho que vem muita culpa e todo o peso do mundo, e o jogo é absolutamente desigual. Eu acho muito ruim que toda a culpa que não deveria ser minha de ganhar o que eu ganho, de fazer o que eu faço, seja toda minha, teoricamente não faz sentido porque a gente não tem um jeito de parar, mas toda a garantia da minha vida é culpa minha? Toda ela, tipo, a

partir do momento que sou freela eu tenho que me organizar pra ter um plano de saúde, teoricamente, quando eu poderia ter isso mais garantido. É bem bizarro assim, passar toda a culpa, toda a responsabilidade da própria vida, para exclusivamente a pessoa, é a “uberização” da vida. Então, poder profissionalizar isso pra mim é maravilhoso, e essa organização, essa experiência toda me colocou nesse lugar de finalmente trabalhar com quem eu sou, então eu transformo quem eu sou em trabalho, que é horrível, porque não tem limite, é muito difícil trabalhar esse limite. Eu não sei que horas eu estou só pensando, e que horas que eu estou descansando, ou como eu faço pra descansar, se eu estou lendo uma coisa, já estou elaborando, tudo que eu leio é antropologia, que horas que eu pauso e paro de pensar na antropologia? Isso é muito difícil, mas, gostando disso, dá uma facilitada na vida.” (Cadernos do campo)

É interessante perceber como a ideia de ‘uberização’ aparece no depoimento, colocada ali como uma clivagem entre uma atuação não profissionalizada, beirando ao “bico”, e uma realidade estruturada, que o criativo busca como representação de ser *freelancer*. Mas mesmo diante de uma estabilização enquanto profissional liberal, ou seja, mais próximo de algo estruturado, a tendência se mantém, reforçando, por meio do discurso, a ideia de que ter prosperidade ou problemas depende apenas desse sujeito. O discurso sobre ser empreendedor envolve a ação esperada do sujeito-empresarial da racionalidade neoliberal, que aparece aqui não como baliza explícita de uma competição, mas como condicionador da ação e reação do criativo autônomo, como podemos verificar nesse trecho:

“O meu objetivo agora é trabalhar sozinho, estruturar bem. Eu sei que tem coisas que precisam melhorar ainda principalmente em relação a processos, organização de algumas etapas, mas hoje eu tenho mais confiança no meu trabalho, as pessoas reconhecem o meu trabalho, não fico dependendo de outras pessoas, não tenho insegurança de que uma entrega não ficou legal, por conta de outra pessoa, hoje se não ficar legal a responsabilidade é minha, então os louros da Glória e os problemas que acontecem eu que tenho que encarar, então quando acontece algum perrengue, é difícil porque eu tenho que encarar sozinho (...) mas para mim valeu a pena de ter saído da sociedade, ter criado meu próprio negócio exatamente como eu fiz. Às vezes você acaba sendo um péssimo chefe para si mesmo, semana passada eu trabalhei passando do horário muitas vezes. Como eu sou apaixonado pelo que eu faço às vezes eu não tenho noção do tempo (...) Estou nesse momento de me disciplinar novamente por causa dessa pandemia também vem o estresse muito alto, para poder ter mais disciplina de horário, poder falar não para as pessoas. Esse é outro ponto. Ao longo do tempo, com a experiência, a gente começa a aprender a dizer não.” (Cadernos do campo)

Na experiência efetiva dos trabalhadores criativos autônomos, verificamos que a gestão do trabalho se torna um processo de exploração de si mesmo, que vai se configurando a partir do discurso do trabalho flexível como elemento volitivo, do "gostar", ou ainda pela ideia de talento e de autorrealização – algo que se conecta principalmente ao propósito e à normativa empresa –, ou seja, realizar-se no trabalho e somente pelo trabalho enquanto “dono do negócio”. A perspectiva que parece associar o

trabalhador ao seu trabalho e à sua subjetividade pode, na verdade, aprofundar a alienação dos trabalhadores, já que eles muitas vezes não percebem como os processos de flexibilização podem deteriorar e degradar suas condições de vida.

Essa abordagem ilusória do trabalho como uma forma de autoexpressão e realização pessoal pode fazer com que os trabalhadores não realcem a experiência de precarização das condições de trabalho e a ausência de garantias laborais, como estabilidade, segurança e proteção social, como se fosse um preço justo a se pagar pelo suposto “prazer” ou “liberdade” que o trabalho criativo e empreendedor pode oferecer. No entanto, essa visão romantizada do trabalho como autoexpressão e liberdade não só obscurece a realidade da exploração e da precariedade, mas também perpetua a ideologia neoliberal da meritocracia e do individualismo, que é inerente à racionalidade neoliberal.

De maneira mais palpável, a ideia de liberdade aparece representada em pequenos movimentos, como a *possibilidade de falar “não”* para pessoas e projetos, mas sempre relacionada a uma condição de planejamento e resguarda (o que aparece na fala de diversos entrevistados, como “*em tempos de vacas magras é difícil negar job*”). Porém, essa liberdade ainda fica sujeita à condição do *freelancer* como um “entre-lugar”, um *mix de mundos* entre trabalhador e empreendedor. É exatamente nas brechas desse entendimento que o discurso acaba sendo uma mistura entre crítica aos excessos que o discurso do empreendedor possui na vida desses criativos e aceitação de que muitos processos envolvem a empreitada de ser dono do negócio e, assim, alguma relação naturalizada com isso. De certo modo, por trás do discurso das dificuldades, reside um senso de distinção e diferenciação que engloba a identidade do criativo autônomo sobre ser “diferente” dos outros. Pudemos captar essa visão no campo, como nesse trecho:

"Eu acho que nós tivemos um endeusamento do empreendedor, eu acho que isso foi péssimo, porque as pessoas têm a percepção que é o melhor dos mundos [ser empreendedor]. Criou-se uma aversão à CLT. Eu acho que um freelancer é um mix dos dois, mas eu não tenho aquela audácia que as pessoas têm de colocar no meu cartão de visita CEO (...) Eu sou fundador da empresa, sou designer, gerencio tudo, mas eu sou humilde de reconhecer que eu sou um profissional, que tenta trabalhar, não fico me endeusando, de achar que me encaixo naqueles empreendedores milionários. Porque cada vez mais a gente tem modelos de 'escravos modernos' e muito por conta desse discurso, tipo "faz seu horário". Eu acho que abrir um negócio não é pra todo mundo. Eu acho que a pessoa precisa ter um preparo psicológico e técnico, e acho que o mercado endeusou muito, tanto que na pandemia o número de MEIs abertos foi muito grande, e essas pessoas estão

empreendendo por necessidade, não por oportunidade. Estão ferradas, com o chefe fazendo pressão, falando pra você sair da pessoa física e ir pra jurídica “para ganhar mais” porque, no final das contas, as pessoas não têm disciplina pra guardar o dinheiro que o INSS poderia guardar, hoje eu sou bem consciente de que ser empreendedor não é o melhor dos mundos mesmo que hoje eu ganhe mais do que quando eu era funcionário. O fato de ter essa maturidade em relação ao trabalho me ajuda, por exemplo, eu contribuo pro INSS porque eu tenho uma percepção clara de que se acontecer algo ruim, eu posso recorrer a ele, tenho outras estratégias para a reserva, e eu acho ruim esse negócio de “faça seu horário”, esse endeusamento. Sim, você pode fazer seu horário pra que as pessoas saibam a sua rotina de trabalho, eventualmente acaba respondendo fora do horário, mas, eu acho que é um profissional autônomo. Eu acho que o empreender é mais uma atitude do que um selo, um marcador social, a pessoa pode trabalhar como CLT e pode empreender, o intra-empendedorismo, de ser inquieta, de ir atrás, de ser proativa.” (Cadernos do campo)

É interessante que, mesmo com uma crítica acerca dos desvios ou falsas percepções que o discurso público promove sobre a ideia de “empreendedor”, a pessoa entrevistada entende a atuação como empreendedor não como condição de relações de trabalho, mas como conjunto de elementos presentes na “personalidade do sujeito” (*empreender é mais uma atitude*). Tal visão compõe o discurso do trabalho flexível e seus sentidos de empreender, caracterizando a atividade de muitos dos criativos autônomos. Mesmo na crítica, essa visão é tomada por elementos que nutrem e conectam esse pensamento com a racionalidade neoliberal e com o realismo capitalista.

A diferenciação como identidade dos criativos autônomos também se configura como um discurso de prestígio, ou seja, de busca por reconhecimento enquanto profissional liberal, em uma convergência entre liberdade e singularidade. O prestígio pode receber pesos diferentes na ICM, com algumas posições (consultor, por exemplo), que assumem maior destaque, pois seu trabalho é reconhecido de acordo com sua formação e experiência agregadas. Nesse sentido, o reconhecimento e a expectativa de prestígio se manifestam pelo tipo de demanda (volumes, valores e contextos) que obtém do trabalho. Esse discurso do prestígio ganha mais força na conexão projetada do criativo autônomo como um empreendedor:

“Eu me vejo como uma pessoa que não se encaixou no modelo formal de trabalho porque ele não foi muito receptivo para mim, ele não me fez bem e eu me vejo uma pessoa que buscou outra alternativa para ter um maior cuidado comigo, resumindo assim. Você tem certa relevância no mercado depois que eu entendi a minha própria marca como este lugar. Tipo, um dos KPIs que eu tinha como sucesso próprio e carreira em freela era índice de recompra, sempre tive um retorno das empresas em que eu trabalhei. Embora ainda não seja fácil, ainda fica muito esse sentimento, se eu for botar na conta: a falta de grana, instabilidade. Mas aí eu vou dificultar um pouco, eu vou falar que eu vejo um pouco dessas características do que é dito desse empreendedorismo nessa função de freela. Infelizmente não tem trabalho para todo mundo e você precisa pegar um pouco dessas características empreendedoras e absorver elas como estratégia de

sobrevivência. É como uma identidade, que eu vejo mais como escape mesmo. E eu tenho noção clara do posicionamento que eu queria ter quanto freela: eu não queria ser freela que as pessoas chamam para fazer remendinho no trabalho, eu queria ser o freela que chamavam para tocar os trabalhos.” (Cadernos do campo)

Tal visão gera certo senso de pertencimento à condição de ser autônomo, bem como ajuda a recorrer a estratégias de amenização de problemas e a estabelecer o reconhecimento como categoria. A noção de categoria não parte, no entanto, de um lugar de trabalho e de exercício apenas, mas de identidade. “*Se assumir como freela*” se assemelha a uma condição que verbalmente remete não ao que se faz, mas àquilo que se é. Essa distinção entre “necessidade” e “oportunidade” aparece como categoria de análise em alguns relatórios sobre empreendedorismo¹³². Nessa perspectiva, existe não só uma constatação de ordem socioeconômica sobre o que leva as pessoas a criarem um negócio (geralmente enquanto microempreendedores) e que abrange concretamente a situação das pessoas, mas existe também um elemento moral: o empreendedor por oportunidade é aquele que cria a partir de uma ideia, de um propósito, que vai além da necessidade de sobreviver.

Percebemos, de maneira ampla na pesquisa, que no trabalho de conhecimento e na indústria criativa em específico há uma constante conexão entre *o que eu faço* e a identidade de si (*porque eu sou assim*). Isso é um ponto importante, que demarca a identidade no contexto do trabalho de conhecimento como elemento de diferenciação e não de comunidade. Atribuído ao discurso do indivíduo e da normatividade de concorrência da racionalidade neoliberal, os trabalhadores criativos autônomos se utilizam de princípios individuais como forma de constituir distinção acerca do “porque sou diferente do outro” como forma de demarcar posição no campo.

O discurso sobre empreendedorismo como normativa de protagonismo na sociedade é um discurso que esvazia as necessidades de reprodução do centro da conversa e da análise. Parte-se da ideia de completude, de satisfação do indivíduo, aquele que “quer e pode” realizar, que se inicia na conjunção entre propósito (sentido) e capacidade de sacrifício ou autorregulação diante das adversidades (resiliência), como vimos no capítulo sobre mentalidade *freela*. Nesse quesito, o empreendedorismo por necessidade é o empreender limitado, sem inovação, sem prestígio possível diante das

¹³² Dados de GEM, índices do Sebrae, disponível em < [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal Sebrae/ Sebrae 50+50/Noticias/gem-fev-2022.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Noticias/gem-fev-2022.pdf) > Acessado em Outubro de 2022.

decisões que são baseadas na conversão de curto prazo, ao contrário do empreendedorismo por oportunidade, que conecta propósito, ideia e criatividade.

Estas são distinções arbitrárias e ideológicas, mas que organizam a forma como o discurso de liberdade vê o trabalho. O trabalho do *freelancer* da indústria criativa idealmente deveria, na flexibilização, se aproximar dos elementos que compõem o trabalho do empreendedor por oportunidade. Uma das manifestações disso, por exemplo, é que se demanda que os *freelancers* falem de suas paixões e daquilo que os move, não sobre dinheiro ou remuneração. Há um imperativo moral sobre quem deseja falar e expor sobre dinheiro, sobre remuneração, como se, ao trazer à tona um elemento que explicita a degradação das condições de trabalho flexibilizado, estivesse escapando do ideal de criativo autônomo desejado.

De algum modo, essas distinções orientam, no discurso da liberdade, a noção que a *escolha* assume. Esta funciona como uma mística da flexibilidade positiva. Escolher funciona como um ponto que se opõe à necessidade e, portanto, se aproxima do prestígio que os autônomos e empreendedores (por oportunidade) poderiam usufruir por exercerem, idealmente, a escolha como base das relações de trabalho. A escolha se aproxima, assim, da possibilidade de exercer prestígio no trabalho.

Essa noção da escolha vinculada ao *freelancer* é reforçada como forma de distinção em relação ao trabalhador informal (do “bico”, “da viração”), ou seja, aquele que “dá seus pulos para pagar as contas”. É interessante considerar que as condições concretas de trabalho na ICM estão cada vez mais degradadas diante da flexibilidade, e a dificuldade da capacidade de reprodução da vida (como “pagar contas”) seja mencionada frequentemente como uma questão de preocupação e medo por parte dos *freelancers*, como verificamos na pesquisa. No entanto, no discurso, a ideia da identidade a partir da diferenciação supera a percepção dessa realidade e transfigura o próprio sentido da experiência.

Essa visão põe mais peso nas expectativas criadas em torno do reconhecimento dos criativos e menos nas relações de trabalho às quais estão sujeitos, ou seja, os mecanismos de trabalho e produção em que estão inseridos. Assim, os problemas do trabalho flexibilizado são minimizados ao torná-los problemas de ser um empreendedor e de ter certo prestígio, uma vez que seriam problemas que pessoas em determinado patamar possuem:

“É muito importante no freela ser autogestor e ser dono de si. Não ficar contando que as outras pessoas vão ficar resolvendo as coisas por você. O freela no fim das contas é uma empresa de uma pessoa só. A pessoa que vai ter que emitir nota, fazer seu controle financeiro, que vai fazer atendimento dos clientes, fazer o seu trabalho, que é o que importa. Tudo muito separado durante o seu dia então querendo ou não você tem que pensar em um milhão de coisas. Pensar se você estivesse ali sentadinho na sua cadeira com carteira assinada então passando por estes lugares eu tive que pensar em muitas coisas e fui desenvolvendo estes outros lados. Mas acho que é meio isso este lado empreendedor. Eu percebo que a maioria dos freelas não se dá conta de que tem que pensar em muitas coisas além do seu próprio trabalho. Eu sempre gostei deste lado mais gestão, de planilhas e controles, mas tem gente que não consegue mesmo e não nasceu para isso. Por isso você tem que se conhecer e criar ferramentas ou formas de lidar com isso que sejam benéficas para você. Acho que o processo de ser freelancer também é assim ‘Eu não sou muito boa em trabalhar com planilha’ e aceitar isso, pensar ‘o que eu posso fazer para lidar com isso e me liberar deste lado que eu não gosto, não suporto, para conseguir fazer o que eu faço agora?’. É muito difícil porque no momento que você precisa sentar e delegar isso para alguma pessoa é que isso vai impactar no seu orçamento, que você vai ter que ter um fluxo para aquilo. É um pouco complexo também porque você começa a perceber que você é uma empresa. Que não é só você e quando você da conta que você é uma empresa é um pouco difícil de aceitar.”
(Cadernos do campo)

Nesse sentido, as definições de “empreender” e “empreendedor/a” são importantes porque ajudam a criar lugares sociais a partir de onde o discurso sobre trabalho se situa. As narrativas sobre trabalho na ICM são uma espécie de transfiguração do empreendedor por meio da superação do *staff* e da constituição de um lugar que não é de todo do empresário. A flexibilidade daria novos movimentos, no que tange a esse discurso, para ser e agir no trabalho. Se o negócio é conectado consigo, com elementos para além da formação (como propósito e sentido), os postos de ocupação desse trabalho flexível exercido também são fluentes e respondem à dimensão do simbólico, ou daquilo que não poderia (ou deveria) ser formalizado.

Na dinâmica dos projetos, vimos uma atuação mais direcionada em duas principais formas de desempenho: a) *freelancer* generalista, ou líder de projeto; e b) *freelancer*-especialista, com atuação específica e tarefas designadas. O generalista atende como gerente e, portanto, além de desempenhar atividades de especialização, gerencia outros *freelancers* que são envolvidos no projeto – de acordo com o tamanho e a complexidade da demanda.

“Um outro aspecto: tem profissionais que trabalham comigo, por exemplo, quando eu preciso de um roteiro. Ao invés de eu contratar ou entrar como sócio, eu optei por contratar as pessoas de acordo com o projeto. A pessoa executa aquele projeto, pago o valor para ela com a nota fiscal gerada. Isso é uma coisa que desde o início eu prezava. Gerar nota, ter o contrato, porque não adianta: você só é respeitado quando você tem um CNPJ, (...) quando tem essas questões de contrato, porque as pessoas irão perceber que você é um profissional mais maduro, que vai entregar mais segurança.”

“Cheguei a um ponto de ser freelancer estar quase como um pequeno estúdio. Eu funciono como um pequeno estúdio porque eu pego mais coisas do que eu posso entregar sozinha, então sempre chamo outras pessoas para colaborar. Então é funcionar como um estúdio nas costas, tipo qualquer lugar que eu estiver hoje eu tenho um problema que é dar conta de responder clientes a tempo, fazer a parte administrativa, atendimento, produção, ser criativa, ilustrar, enfim, ter uma vida normal.”

“Eu era a grande responsável, era líder do projeto no termo de pesquisa, então eu tinha pessoas abaixo de mim que eu tinha que liderar além de gerenciar o projeto, a organização, o andamento. Além das funções de moderador e analista, eu tinha essa função mais gerencial, eu meio que acumulei funções –

que não é o ideal – mas que a consultoria me empurrou e acabei aceitando. Eu fiz esses dois papéis. Eu me considero muito mais na função de especialista, mas posso conduzir um projeto sozinha, inclusive gerenciar o projeto. Esse negócio de gerenciar outras pessoas, esse cargo mais generalista, não combina muito comigo porque eu acredito que eu seja uma pessoa mais de foco, de mergulho e aí tinha hora que meu cérebro também dava uma bugada porque eu tinha que ter muita concentração em alguns momentos de análise, mas estavam me exigindo o tempo todo, no dia a dia, essas interrupções.” (Cadernos do campo)

Há uma qualificação mais instrucional, que marca o *especialista*. Apesar de o termo sugerir um profissional dotado de uma especialidade (capacidade e formação) técnica específica, o que percebemos na realidade da ICM é a condução cada vez mais voltada para seguir instruções, ou seja, ser designado para tarefas pontuais no projeto. É nesse lugar que os profissionais percebem também maior abertura para atuação “*onde oportunidades vão aparecendo*”. A diferenciação envolve qualificação, em termos de formação e experiência, mas também, em grande medida, classe e faixa etária. Os profissionais mais velhos e pertencentes à classe média alta (com formação formal maior, capital cultural e social) são designados para tarefas mais amplas, para lugares de liderança, de maneira que acabam não aceitando qualquer “oportunidade”. Já para os mais jovens, com menor capital social e oriundos de classes baixas, é nesse espaço de especialista que as possibilidades de trabalho vão se constituindo.

Vale demarcar a condição dessas duas posições em termos de formalidade. Enquanto os profissionais autônomos que atuam enquanto líderes possuem maior grau de formalização (possuem CNPJ, geralmente como LTDA ou EIRELLI), no caso de especialista vimos maior incidência de trabalho informal, sendo geralmente contratado pelo *freelancer* generalista para atuar pontualmente em projetos. Essa divisão também determina a formação das redes de contato entre esses criativos autônomos, em que a construção das redes entre os *freelancers* é também uma maneira de construir referencial e inspiração – referencial porque um aprende com outro, ou seja, há uma cadeia de trocas e aprendizados que fortaleceria a atuação dos *freelancers* na ICM.

Nesse sentido, a atuação envolve elementos estruturais do trabalho autônomo e flexível e não o cargo ou área específica de atuação.

Há dois tipos de movimento que agrega na competição por conquista de trabalho entre os *freelancers*: 1) por indicação, que é o mais explícito e mais disseminado e depende de redes de sociabilidade mais estabelecidas (experiência profissional prévia e capital social); e 2) por nichos, que têm aparecido por conta do crescimento de organização de pessoas a partir de identidades específicas, marcadas por determinadas experiências de vida e que são absorvidas como estratégias para ampliar redes de trabalho (por exemplo, grupo de publicitários negros, rede de “mães empreendedoras”). Geralmente, esse segundo tipo é beneficiado por indivíduos que possuem capital social forte (sujeitos, portanto, à indicação) e que expandem seus laços e influência para círculos de identidade.

Há também a importante motivação de encontrar trabalhos por meio das redes. Estas também organizam as possibilidades de indicações para os *freelancers*, as quais expressam a realidade da ICM como um campo de trabalho qualificado ainda restrito a grupos, padrões de acesso e capitais. O discurso da liberdade, embebido de categorias místicas como *escolha*, *vontade*, *propósito* e *meritocracia*, acaba revelando uma realidade de poucos acessos, em que antes do talento ou da vontade de formação, vem as redes e os contatos que são estabelecidos. Não é muito diferente de outros campos do mercado de trabalho, mas nesse campo criativo se torna um catalisador importante de carreiras e oportunidades:

"Lugares que eu trabalhei e foram necessários para eu me tornar um freelancer. Eu não teria nada se não fosse as pessoas que eu conheci e que eu trabalho até hoje. Foram os eventos da área que eu frequentei, os lugares que eu trabalhei fixo ou freela mesmo. Esse convívio é uma coisa que pesa demais quando você trabalha como autônomo por trabalhos. Se não é 100% , é 99,9% das pessoas que eu converso no meio que também falam isso. O mercado de designer para branding é um mercado muito semelhante. Os clientes são iguais às agências, têm a mesma marcação de quem estudou em tal faculdade. Quem conheceu tal pessoa ou é filho de não sei quem. O mercado é fechado, uma coisa que eu sinto muito, mas dificilmente isso vai ser diferente. O que eu acho muito fechado nesses mercados é porque inclusive em alguns eventos que eu já estive e as pessoas falam isso meio que como piada meio tragicômica assim porque: 'ah, se cair uma bomba aqui no bar agora acabou o mercado de branding'. Porque tem 50 pessoas no mercado aqui em SP que ganham muito em cargos altos e que trabalham há 10 anos com isso. Elas que vão perpetuar, elas que vão escolher quem vem depois, quem vai ganhar a grana gorda mesmo sendo em fixo ou freela."

"Geralmente a maioria das coisas que eu consigo é indicação. Aí tenho medo mesmo quando vai chegando no fim do mês e eu não consegui nada para o outro mês. Assim né, é um medo que eu tenho porque é isso: para receber no

mês se eu começar uma semana depois vai ser uma semana a menos de salário, então eu gosto de me planejar muito bem.” (Cadernos do campo)

Os laços pessoais em áreas mais restritas, como ocorre com a ICM, determinam processos de recrutamento e empregabilidade que, muitas vezes, passam pelas relações pessoais, ou seja, estão baseados na reputação a partir das conexões. Isso impacta na percepção de que, além da atuação profissional, é preciso investir na construção de redes para garantia de trabalho, que são pautadas pela confiança que se tem nos profissionais de que nada de errado aconteça:

"Eu acho que é complexo, eu acho que é puxado sim, principalmente porque um freelancer tem esse lugar na confiança que é muito chato, né? Você indica e busca pessoas que você confia e aí você pede indicação, você vai fechando o ciclo porque confiança é baseada em que, né? Se não numa relação de identificação e proximidade, você só indica coisas que são muito parecidas com você. É muito difícil você quebrar esse ciclo, eu sinto que tão quebrando agora por muita culpa branca e olhe lá também, mas que não é baseado em confiança, é baseado no sentido de, sei lá né, na imagem de pegar bem ou não (...) Enfim, só pra você entender também um pouco disso, mas super acho chato, super acho que essa galera não oficialmente tá pensando no trabalho, na melhor coisa que se pode desenvolver, sabe? Tá pensando em como fazer, sei lá, nesse momento, eles estão pensando, sei lá, em "renovar a forma de trabalhar", e você não quer trabalhar com pessoas que você não conhece, você não quer (eu tô falando eles, pessoas donas e tal), você não quer construir relações, você não quer ter esse trabalho agora no momento de insegurança, de entender como o corpo diferente trabalha. Você quer aliviar tua imagem! Você vai criando suas panelas, é um grande círculo de panelinhas, meio que só entra quem 'nossa, desponta muito' e entra também num lugar muito horrível assim de despertar uma necessidade, sabe? Às vezes, não é pela capacidade da pessoa, mas é porque aquela pessoa viu o quanto aquilo vale, é antes, o valor tá antes do trabalho em si da pessoa, sabe?" (Cadernos do campo)

Nesse sentido, a composição dessas redes se torna estratégica para a garantia de trabalhos. Particularmente para os trabalhadores criativos oriundos de classes mais baixas ou com marcadores raciais minorizados (como pessoas negras e indígenas), essas redes se tornam uma estratégia de inclusão e ascensão social. De fato, é um circuito que se organiza pelo prestígio, ou melhor, pelo prestígio esperado e pelo reconhecimento.

Outra questão perceptível na experiência dos autônomos, que se conecta com o comportamento esperado a partir das redes, é a de “se vender”. Uma vez que as relações criam laços de indicação, das quais surgem muitos trabalhos, estar em sociabilidade é estar, constantemente, se vendendo, ou seja, mostrando que é a pessoa ideal e adequada para realizar trabalhos e estar naquele espaço. Essa expectativa de “tenho que me vender” é um imperativo do discurso de empreender, associada à competição e à circulação de si como dono de um produto a disputar espaço. Em outras palavras, a formação e o talento – que aparecem no discurso como parte da escolha e quase destino

do profissional ao estar na indústria criativa – aparecem esvaziados pela própria dinâmica concreta das relações nesse espaço, em que as indicações entre pessoas e empresas com prestígio dão a tônica sobre ser empregável (e reconhecido) ou não.

A partir dessa formatação, podemos compreender uma divisão analítica entre os freelancers em três esferas, todas atravessadas pelo movimento do discurso sobre trabalho flexível acerca da condição de empreendedor:

- ***Freelancer Profissional (freela puro)***: é o profissional criativo autônomo que se posiciona de modo mais próximo do empreendedor e do profissional liberal. Ele geralmente se compreende como um empreendedor, mesmo demarcando os desafios sobre ter um negócio próprio (de uma pessoa só), e atua geralmente como líder de projetos, sendo responsável por contratar, de acordo com a demanda, outros *freelancers*. Em alguns casos, já teve experiência com empreender (o que significa ter uma empresa com sócios), mas a preferência por atuar sozinho é vista como atrativo. Também atua em projetos de maneira menos subordinada, o que não significa que não seja atravessado pelas dinâmicas de degradação do campo, como intensificação e aceleração do ritmo de trabalho nas demandas e prazos dos projetos, padronização (que afeta a substância do trabalho, bem como a remuneração cada vez mais decrescente) e constante processo de assalariamento, que tende a reduzir o escopo de sua autonomia enquanto profissional criativo autônomo. Percebemos que, muitas vezes, é o profissional que atua como *missionário* no campo: há forte discurso sobre as qualidades do trabalho flexível a partir do qual enuncia ou mesmo produz conteúdos (produção, cursos, etc.), para ensinar outros trabalhadores autônomos sobre a atuação como *freelancer*.
- ***Freelancer Pejotizado (freela subordinado)***: é o profissional autônomo que se aproxima mais das condições de subordinação e assalariamento no campo. Geralmente atua como especialista, mas com vínculos mais longos e menores condições de negociação ou barganha. Apesar de ser também atravessado pelo discurso do trabalho de valorização do empreendedorismo, é quem tem menos conexão com esse lugar, mas mantém oposição ao que considera dinâmicas rígidas e menos interessantes do trabalho regular. Possui formalização (CNPJ), geralmente como MEI e, em alguns contextos, pode atuar na informalidade.

- ***Freelancer Amadorizado (freela sobrinho)***: é o profissional autônomo que atua como especialista de maneira pontual em projetos, mas em áreas que não necessariamente detém expertise. Esse tipo de freelancer é o que demonstra mais os processos de degradação substancial do trabalho na ICM, de modo que ele atua em atividades baseadas em níveis de instrucionabilidade que apreendeu por meio de cursos, experiências ou oportunidades. Pode, de acordo com a atividade, substituir os profissionais por projeto ou os pejetizados, indicando a tendência de atuação a partir da rotinização de uma tarefa (especialmente quando há trabalho criativo morto repousado sobre alguma tecnologia, como pesquisa de mercado, produção de textos ou algumas tarefas envolvendo design), tornando sua realização “mais básica”, ou seja, apesar de ainda exigir alguma experiência, ela é menor ou mais acessível do que uma formação mais densa ou complexa.

A complexidade das relações entre esses três tipos no campo se dá em múltiplas facetas: enquanto o “freela puro” é, muitas vezes, objeto de inspiração do “freela pejetizado”, também acaba se tornando, por causa das dificuldades impostas pela flexibilização, ministrante de cursos e formações que vão ser usadas pelos “freela-sobrinhos”. Em termos de uma perspectiva ou configuração simbólica baseada nas relações, o trabalhador criativo autônomo por projeto se aproxima mais da configuração do profissional liberal, enquanto os dois outros tipos representam mais explicitamente o movimento de degradação e deterioração promovido pelo trabalho nas últimas décadas. O *freelancer* pejetizado reflete o modelo de assalariamento conectado com a terceirização e a precarização das relações, em grande parte das formas de contratação e das condições laborais, e o *freelancer* amadorizado reflete, por sua vez, o processo substancial da amadorização, movimento que substituiria a especialização do profissional por tarefas fragmentadas atribuídas ou resolvidas pelo trabalho criativo morto repousado na tecnologia.

Há, assim, uma retroalimentação precarizante que impõe condições difíceis para os *freelancers* profissionais, maior nível de insatisfação para os *freelancers* pejetizados e maior conversão de trabalhadores criativos em *freelancers* amadorizados. Na contramão dessa experiência, há o discurso sobre trabalho flexível que mobiliza ideais em torno da autonomia, flexibilidade, criatividade e empreendedorismo, que levam à adesão e volição desses trabalhadores em quaisquer dessas condições. Dessa forma, o

discurso do trabalho flexível assume uma perspectiva específica na ICM que movimenta e justifica a experiência dos trabalhadores criativos autônomos. É sobre esse discurso que falaremos em seguida.

CAPÍTULO 4 - Ilusões no campo(II): a mentalidade “empreendedorista”

“*Ne Travaillez Jamais.*”¹³³

Na ICM, o discurso sobre trabalho flexível assume nuances particulares, especialmente quando se refere à ótica dos trabalhadores criativos autônomos. Conforme discutido no capítulo anterior, esse discurso ecoa sob duas formas: por meio da valorização do desempenho e da exemplificação modelar da realidade. Essas formas assumem três características distintas: (a) reforço da individualidade como base das relações; (b) oposição ao trabalho em período integral e com horários rígidos; (c) reconhecimento do mercado como contexto de exercício de liberdade.

Embora todas essas características estejam presentes no discurso sobre trabalho flexível na indústria criativa, como verbalizado pelos trabalhadores criativos autônomos ao escutarmos suas visões sobre o significado e as motivações do trabalho autônomo criativo, percebemos a presença de elementos adicionais que compõem o discurso sobre *freelance*. É sobre essa especificidade que discorreremos neste capítulo, no qual também exploraremos como a mentalidade própria desse discurso se encontra disseminada em alguns conteúdos que são referências para os criativos autônomos, como a literatura de negócios e a produção cultural.

4.1 - Discurso empreendedorista como discurso do trabalho na ICM

Como abordamos acima, os quatro elementos mais característicos para a projeção de um profissional na ICM são flexibilidade, criatividade, autonomia e empreendedorismo. Eles nos ajudam a enxergar no discurso quais as principais questões que estão na ordem da compreensão acerca das condições de trabalho em que esses profissionais vivem, bem como o conjunto ideológico e disciplinar que orienta suas perspectivas. De modo ilustrativo e explícito, esses termos aparecem frequentemente na

¹³³ Grafite feito em 1953 nas ruas de Paris, que inspirou reflexões de diversos intelectuais, como Guy Debord (2016).

fala dos trabalhadores quando perguntados “Que palavras representam ser freelancer para você?”¹³⁴, como podemos ver algumas das verbalizações abaixo:

"Inconstância. Liberdade. Novidade. Entregas. Prazos."

"Responsabilidade, instabilidade, muitas horas de trabalho, prazer no trabalho, liberdade de escolha, medo, muita grana, pouca grana."

"Flexibilidade, fluxo financeiro difícil, solidão de trabalhar sozinho."

"Aprendizado, desconstrução, liberdade, responsabilidade, dificuldade, paciência, desafios, possibilidades."

"Liberdade de horários, de local, trabalhar por demanda. Poder escolher não trabalhar, precariedade, valores baixos, instabilidade financeira."

"Qualidade de vida, ser financeiramente flutuante, informal, flexibilidade, resiliente, boa comunicação."

"Instabilidade financeira, liberdade, 'desempregada, mas trabalhando'."

"Muito trabalho, pouca remuneração e muita liberdade de tempo."

"É um misto de sensação de autonomia e controle sobre o próprio trabalho com insegurança e incerteza. Tipo 'sou eu que mando em mim, eu sou o trabalho' com 'se não aparecer um freela em até 10 dias como vou sobreviver até o fim do mês?'"

"Ser independente, autonomia, dona de mim, flexibilidade, liberdade, autoconfiança, autorresponsabilidade, cansaço, frustração, sem saber quanto terei de dinheiro no mês, sem saber quando vou ter clientes."

"Flexibilidade, autonomia, independência, dificuldade, planejamento, organização, trabalho remoto."

"Liberdade, disciplina, qualidade de vida, resiliência - esta última porque é muito difícil no início, ganhava 200/mês, às vezes menos, e tinha contas a pagar. Éramos pobres e muitas vezes quase ficamos endividados. Não é fácil persistir." (Caderno de campo)

Como podemos perceber, os termos “liberdade”, “flexibilidade”, “autonomia”, “independência”, entre alguns outros, nos informam que esta é uma inflexão importante para o significado de atuar como autônomo e que se conecta a uma dimensão de autodeterminação dos trabalhadores criativos.

A liberdade e a **flexibilidade** aparecem para os trabalhadores como desejadas em termos de distribuição das horas laborais, de modo que o trabalho flexível representaria a amenização da rigidez do trabalho integral e com direitos. Há uma dimensão de controle, portanto, que rege a ideia de tempo, em que o elemento essencial no argumento em torno do trabalho como autônomo é a ideia de controle da vida e da carreira. Isso envolve a ideia de exercício da liberdade por meio, no interior desse discurso, do elemento fundamental e potencializador em uma sociedade capitalista: trabalho e renda. A ideia de liberdade por trás desse discurso é de uma liberdade

¹³⁴ Essa pergunta estava presente tanto no formulário definitivo [FORM. 2], com 334 respondentes, quanto nas entrevistas em profundidade realizadas com 30 respondentes.

fundamentalmente ancorada no e pelo capital. Não há nada além disso e é por ele que as possibilidades de exercer a liberdade devem ser construídas.

De certo, o controle sobre o trabalho criativo não é uma preocupação apenas de foro íntimo ou discursivo dos trabalhadores criativos. O discurso que envolve controle se localiza em uma dinâmica mais relacionada ao próprio modo de trabalho na ICM, em que há um jogo de forças acerca de quem controla os processos e o resultado desse trabalho que é denominado de “controle criativo” (SICILIANO, 2021). Esse conceito é abrangente para toda a indústria cultural e criativa, mas pode ser utilizado para enxergarmos as relações internas à ICM entre condição de produção, empresa-agência, trabalhadores criativos e empresa-cliente. No limite, refere-se às tensões entre o trabalho criativo e os interesses da empresa, ou seja, entre capital e trabalho na indústria criativa.

Do lado dos processos de trabalho, quando se trata de controle sobre o trabalho, ele pode ser exercido de diversas maneiras, como a supervisão simples ou direta, a direção técnica – como na governança mecânica da linha de montagem –, o controle burocrático por meio de regras, o controle normativo, em que as crenças propagadas pela gerência governam o processo de trabalho (por exemplo, a “cultura corporativa” ou slogans da empresa) e, por fim, a estética organizacional ou a cultura material de uma organização (SICILIANO, 2021). O foco, ao se analisar o controle sobre o trabalho criativo, deve repousar neste último, na estética organizacional, observando como se imprime uma cultura material da organização tanto da empresa-agência quanto da empresa-cliente.

De acordo com Siciliano (2021), apesar da relação que os trabalhadores criativos possuem com o produto de seu trabalho, há um tipo de relação distinta de alienação com esse produto. As tecnologias contemporâneas de trabalho promovem uma experiência estética de encantamento a partir da qual o trabalho e os trabalhadores “desaparecem” nesses objetos em sua busca por sentido, ou seja, trabalhadores criativos parecem encantados pelas máquinas que possibilitam e estendem suas habilidades de performar o trabalho criativo. As interações repetidas com tecnologia tornam o trabalho, mesmo que cada vez mais precário, “sensualmente aprazível”, afetando a ligação dos trabalhadores com seu trabalho criativo. Trata-se de uma 'experiência estética' na qual o sujeito desaparece em um objeto para desbloquear os significados que parecem estar dentro, ou

seja, o afeto ou a estética leva do caminho do consentimento à dominação tanto quanto as experiências sentidas podem levar à recusa do processo laboral. Novamente, a demanda organizacional pelo trabalho criativo dos trabalhadores coincidiu com um certo envolvimento incorporado em relação à tecnologia – por isso a importância da ideia de controle presente nas narrativas dos trabalhadores.

Há diversas situações nas quais o controle sobre o trabalho criativo pode criar fricções entre a expectativa de desempenho do criativo (esta baseada em sua vocação e contribuição, ou melhor, na sua auto-expressão) e as demandas de controle diante das necessidades do cliente (da relação entre empresa-agência e empresa-cliente), que limitam e intervêm sobre esse trabalho. A ICM se organiza em uma lógica de operação da “lógica de publicação” (*publishing logic*), comum também à indústria criativa e à mídia mais convencional, que tende a organizar o fluxo de trabalho em torno de projetos de curta duração, com uma rede de pequenas empresas e trabalhadores autônomos que produzem uma miríade de produtos sobre os quais esperam que alguns tenham sucesso suficiente em termos de vendas ou status para apoiar outros projetos menos bem-sucedidos. Nesse regime social de trabalho criativo, como denomina Siciliano (2021), o controle social do trabalho ocorre pelo gerenciamento de como o trabalho faz sentir por meio da sociabilidade dos locais de trabalho e da estética ou materialidade dos espaços de trabalho. Assim, o trabalho é supostamente regulado ou controlado pela mobilização capitalista das paixões, afetos ou sentimentos dos trabalhadores, isto é, o poder sobre o trabalho opera supostamente no nível do afeto, da sensação, do sentimento.

Isso se torna mais determinante quando analisamos o sentido de autonomia de maneira mais ampla, como aparece em grande parte das verbalizações dos criativos. A ideia de autonomia pode se conectar tanto com a liberdade como também com outro componente importante do discurso: a paixão, a ideia de fazer algo que se gosta, ou seja, a paixão como motivação do exercício do trabalho. A noção de paixão não se aplica apenas como base do que se entende por propósito, pois também é um elemento de ordem subjetiva utilizado no discurso em oposição ao trabalho regular – que seria tão somente motivado pelo dinheiro.

De acordo com Erin Cech (2021), há uma tensão estabelecida, característica ao capitalismo contemporâneo, entre demandas para dedicação ao trabalho e uma expectativa cultural ubíqua em favor do individualismo e da autorrealização. Os

sentidos culturais por trás da ideia de paixão formatam a maneira como trabalhadores tomam decisões sobre suas carreiras e como entendem de modo geral a força de trabalho, seja em suas qualidades e possibilidades, seja em suas limitações. As oportunidades de auto-expressão e construção de sentido que esses trabalhadores criativos validam em seu discurso refletem o quão central se torna a ideia de “motivação apaixonada” para o trabalho na ICM. Como aponta Cech,

O princípio da paixão é um esquema cultural moralmente carregado que eleva a autoexpressão e a realização – na forma de conexões intelectuais, emocionais e pessoais com um campo ocupacional – como o princípio orientador central para decisões de carreira, especialmente, mas não exclusivamente entre os que possuem formação universitária. Insta os indivíduos a buscar um trabalho significativo e a priorizar o investimento pessoal em seu trabalho. (CECH, 2021, Kindle edition)

A ideia de paixão envolve o profundo engajamento com um campo profissional ou uma tarefa produtiva e o sentido individual de conexão e o sentido de autorrealização para e de suas carreiras profissionais substantivas. De fato, as paixões dos sujeitos são parte de suas auto-concepções e estas não surgem arbitrariamente, uma vez que quem os sujeitos pensam ser é parte determinada de posições sociais e de experiências e ambientes aos quais estiveram expostos. Ter sentimento de paixão em relação a uma atividade laboral é, decerto, sobre os sentidos de possuir um significado pessoal, autêntico e profundo de conexão com o trabalho:

O princípio da paixão muitas vezes parece agêntico e positivo para os indivíduos que acreditam nele: promete oportunidades de autoexpressão e realização prolongadas, ao mesmo tempo em que proporciona alívio da potencial laboriosidade de uma vida de participação na força de trabalho remunerada. (CECH, 2021, Kindle edition)

Essa visão de paixão está bastante presente na literatura de negócios, especialmente a partir dos anos 2000, ainda que diante das transformações degradantes do universo do trabalho, no qual tem imperado a generalização da incerteza, ou seja, trabalhadores de diversos níveis de qualificação e background estão em face da possibilidade de instabilidade do trabalho e da insegurança financeira. Perante tal perspectiva, a autodeterminação como expressão de si se torna uma expectativa moral para si mesmo e outros, uma forma de conduta que modela as expectativas das pessoas diante do comportamento e serve como régua afetiva que direciona o que elas querem sentir sobre si mesmas e suas circunstâncias. Nesse caso, os sujeitos desse momento histórico buscam encontrar sentido em um projeto reflexivo de si, em uma narrativa pessoal em que determinam o próprio curso de suas atividades e decisões.

Apesar de este princípio da paixão parecer ser benéfico enquanto elemento de autodeterminação dos sujeitos, ele se configura, na verdade, como um esquema de reprodução de desigualdades e exploração no universo laboral, empurrando cada vez mais os sujeitos (mesmo com alta qualificação, mas de background social de classes baixas) para a precarização. Por trás do discurso que enaltece a paixão, há o constante desenvolvimento de práticas de intensificação do trabalho, bem como a própria descaracterização das atividades por meio da padronização que atravessa o trabalho na ICM.

Há também a questão em torno da criatividade. Elemento central naquilo que configura o trabalho criativo, a criatividade aparece no discurso dando suporte aos processos que engendram a reprodução da precarização nesse campo. Na ICM, a ideia de “criatividade” substitui e engole a ideia de “cultura” – presente nas noções anteriores de indústria cultural (MCROBBIE, 2016) –, e esta se torna uma espécie de personificação do sistema, com o potencial de passar a ser uma gama de habilidades. A criatividade se expressa nos trabalhadores, tido como *criativos* ou *talentosos*, que surgem e podem ser utilizados em um mercado de trabalho agora orientado por uma “economia de talentos”. A criatividade atua, portanto, como um dispositivo ideológico e disciplinar que está inserido em diversos meios e instrumentos, como manuais, guias, toolkits, esquemas de mentoria, produtos culturais na TV, internet ou podcasts.

Ademais, com o processo de aumento da formação universitária e técnica¹³⁵, há um processo de “classe medialização”¹³⁶ que ocorre conectada diretamente com o auto-empendedorismo como um ideal. Não obstante, como aponta McRobbie (2016), não se trata plenamente de um processo de ascensão social, mas do efeito ideológico produzido nessa nova massa de trabalhadores criativos, que se sente, aspiracionalmente, como parte da classe média. A criatividade tem papel definitivo nisso, pois é por conta dessa “vocação criativa” que a visão sobre a trajetória de busca de ascensão e reconhecimento como classe média vai ser formada. Tal perspectiva aparece no campo,

¹³⁵ No caso do Brasil, com crescimento após os anos 2000 com as políticas de inclusão no Ensino Superior (SISU, Reuni, ações afirmativas) e no ensino técnico.

¹³⁶ No Brasil esse fenômeno envolveu processos mais complexos sobre definições de “classe média”, a partir de um debate público e da visão do mercado em torno das chamadas “classe C”. Como é um ponto adjacente ao argumento, não vamos explorar esse tópico, que pode ser conhecido com pesquisas mais recentes (até controversas) sobre o tema, cf. Costa (2018), Pochmann (2016), Souza (2010).

quando escutamos as posições de alguns dos trabalhadores criativos pesquisados que vieram de classes baixas¹³⁷:

“Comecei a fazer freelancer e foi a melhor coisa que fiz. Porque estava trabalhando em loja, e se eu não tivesse ido para essa área, eu continuaria trabalhando com aquilo. De onde eu venho, da periferia, seria o que teria para mim (...) No meio do freelancer, eu pedi demissão (do emprego formal anterior) e não foi porque eu não estava recebendo bem, foi porque entendi que se eu quero fazer isso [trabalho criativo], eu preciso de um tempo. Eu não estava trabalhando com uma coisa que eu gostava na loja. (...) Eu tinha esse objetivo de trabalhar com isso e entrar na faculdade. Eu pensei se estou pagando 300 de cursinho e estou recebendo 500 reais [de freelancer], que vai para meu portfólio, então vou ter tempo para poder estudar e aí eu falei ‘vai ser isso que eu vou fazer’. E para explicar para meu pai, que não conseguia entender que ia ser muito bom para mim? (...) Então foi complicado, só que foi muito bom porque isso mudou tudo, assim. Eu sei que minha vida mudou ali quando eu resolvi fazer essa mudança, porque eu penso às vezes que se eu não tivesse feito essas coisas talvez eu estaria até hoje trabalhando em loja. Essa decisão foi a mudança para tudo.” (Caderno de campo)

McRobbie (2016) propõe uma pertinente interpretação para esse processo, no qual a criatividade se torna não um atributo, mas um dispositivo que engendra novas formas de lidar e conceber o trabalho diante da flexibilidade:

O neoliberalismo tem sucesso em sua missão a esse respeito se uma classe média jovem agora muito inchada ignorar o emprego principal com seus sindicatos e suas parcelas de bem-estar e proteção em favor do desafio e da emoção de ser um empreendedor criativo (...) O papel do dispositivo é gerenciar e supervisionar os aspectos aparentemente emocionantes e gratificantes dessa transição, o que, de fato, significa que ele faz parte do trabalho. Essa criação de uma nova classe média jovem também é a criação de uma "classe de risco"; funciona como um modelo futuro para ser classe média e aprender a viver sem proteção social e segurança social. (...) Aqui o dispositivo está incorporado na transmissão da própria narrativa e nas decisões de produção que a sustentam. Entrar na classe de risco e embarcar em uma carreira criativa significa ouvir a voz do dispositivo como diz 'Aqui está a sua chance; aproveite agora e prove a si mesmo que [fazer isso] é algo que você pode fazer. (McROBBIE, 2016, Kindle edition)

O imperativo em torno de “ser criativo” envolve uma mistura entre prazer-vocação e disciplina a uma ordem marcada pela transformação das relações de trabalho, sem garantias e regulamentação. O paradoxo do atual processo de precarização é, de um lado, a promessa de liberdade ao sujeito para se atualizar e, de outro, a subjugação dele diante da normalização e da privatização do risco e da incerteza. A insegurança se torna, assim, parte da aventura.

¹³⁷ Como mencionamos, não discriminaremos os nomes dos profissionais para manter a identidade resguardada. No entanto, quando elementos decisivos em relação a marcadores de classe, gênero, raça ou idade forem fundamentais para compreensão de alguns dos tópicos, ressaltaremos no texto. Em termos de tratamento do material do campo, não foi preciso isolar nenhuma dessas variáveis para compor as conclusões que estão aqui expressas.

O campo da ICM tem promovido profundamente a perspectiva do auto-emprego como discurso de criatividade empreendedora. A criatividade como elemento da atividade laboral é, então, um dispositivo que impulsiona esse campo em uma função ampla: ela supervisiona novas formas de criação de emprego (em tempos de desemprego e subemprego), cujas características definidoras são posições de curto prazo, baseadas em projetos e temporárias, orquestrando também uma expansão das “classes médias” à luz das políticas adotadas nos últimos anos para aumentar o número de estudantes que frequentam universidades. A criatividade é designada pelos modos ideológicos atuais, como o contexto para implementar a criação de empregos e a transformação das relações trabalhistas, bem como a transformação da cultura em um instrumento de competição e disciplina trabalhista. A palavra cultura desaparece, sendo substituída pela criatividade, como parte de um arranjo de uma “nova classe média”, com instrumentos e ferramentas desenhados a partir dessas novas condições de mercado de trabalho. Ao observar as novas formas e estratégias de trabalho envolvendo o *freelancing*, os empresários de si mesmo, McRobbie constatou que,

O que encontramos a longo prazo são combinações integradas de atividades e ocupações de alto e baixo status. A compensação aparentemente emocional pelo trabalho sem proteção é a recompensa pessoal de 'ser criativo'. Os talentos e habilidades internos de umas pessoas, em vez de serem perdidos ou gastos ou não utilizados na rotina diária do trabalho de escritório ou de rotina, nunca encontrando uma saída por causa de nove a cinco demandas, são hoje em dia usados, de fato cultivados, diariamente.(...) O profissionalismo, um complemento ao status de classe média, é estendido a essas atividades informais, como trabalho freelancer e precário, onde no passado era associado apenas a ocupações como ensino, direito, medicina etc. (McROBBIE, 2016, Kindle edition)

A criatividade no mercado se torna uma prática de auto-romanticismo, compreendendo-o como o desejo de escapar de uma rotina de trabalho e o desejo de ter uma vida autodeterminada em termos de trabalho e carreira.

De modo geral, como podemos perceber até aqui, todos os componentes que envolvem e dão sentido para as noções de *flexibilidade (e controle)*, *autonomia (e paixão)* e *criatividade* convergem em direção à **autodeterminação**, que tem encontrado expressão a partir do discurso sobre **empreendedorismo**. Ser empreendedor, ou adotar uma perspectiva de empreendedorismo, se torna, portanto, um diferencial, como podemos ver indicado nas falas de alguns dos pesquisados:

“Eu já sou freela há um tempo. Eu sei que minha concorrência vai aumentar, e para mim não é legal que as pessoas virem freela, pensando no meu ganho. Mas ao mesmo tempo eu sei que é um movimento que é inevitável e eu

sei que eu também vou ter que começar a pensar em outras coisas e vender de outra forma e me reinventar. E, por outro lado, quanto mais pessoas entenderem que podem ser empreendedoras e chefes de si mesmas mais trabalhos e serviços qualificados a gente vai ter. Cada pessoa, cada nuance de suas vivências, independente de ter diploma ou não, as tornam únicas, Você pediu um perfil muito específico para uma coisa, então você precisa de um videomaker de periferia que tem um conteúdo tal e você vai conseguir encontrar este cara porque ele é um freela, um microempreendedor. Então, de certo modo vamos conseguir ter uma representatividade dos trabalhos e uma qualidade maior do que a gente estava procurando. Porque vai ter mais gente fazendo isso. Vamos ter mais opções e habilidades qualificadas do que a gente está procurando. (...) Quanto mais a gente conseguir desenvolver esse lado do freela do empreendedorismo e mostrar para as pessoas que elas podem ser bem-sucedidas e feliz em trabalhar deste jeito, mais a gente vai ter gente de todos os tipos e conseguir acessar diferentes lugares, contextos,”

“[Ser freelancer] é ser empreendedor de si mesmo, né? A gente é a nossa empresa, a gente tem que entender os riscos, entender os investimentos, os gastos em planejar o mês, para sair do vermelho. A minha empresa sou eu, então eu preciso planejar direitinho para não quebrar.”

“o que é ser freelancer para mim é basicamente alguém que é empreendedor, a princípio empreendedor que tem que cuidar de tudo. Ele tem que cuidar do próprio posicionamento, tem que cuidar da sua área de vendas, do seu financeiro, mas ele também vira um intra empreendedor para o cliente. Ele entra como um profissional sob demanda, então esse profissional sob demanda pode trabalhar com N projetos.” (Caderno de campo)

A ideia de *empreendedor* na normativa da empresa como lógica ideal tem menos a ver com a capacidade de criar e ser dono de algo (como se circula no discurso) e mais com a exploração do trabalho assalariado em uma dinâmica constante. No universo dos trabalhadores *freelancers*, percebemos que o campo é constituído não apenas pelas relações concretas vinculadas à lógica flexível dos contratos, mas primordialmente pelos discursos que trazem sentido para os agentes no campo e que se relacionam com o tema de empreendedorismo. Como tratamos no capítulo 2, o empreendedorismo acaba por convergir a racionalidade neoliberal e o realismo capitalista no discurso do trabalho flexível, engendrando não só o *como-agir*, mas o *como-ser* do criativo autônomo, em uma espécie de diferenciação perante outros profissionais na ICM.

A convergência para o ideal do empreendedorismo faculta uma nova forma de *fazer-se a si*, de égide do indivíduo, e assume fundamentalmente um caráter de mentalidade. Essa mentalidade (*mindset*) orienta a maneira como o discurso do trabalho flexível é desenvolvido e disseminado na ICM, ou seja, erige uma especificidade nesse campo. A particularidade dela está na forma como trabalhadores criativos, diante da degradação, são levados a desenvolver uma mentalidade empreendedora para lidar com a precariedade crescente nas relações de trabalho. No âmbito da ICM, esta é uma realidade palpável.

Podemos denominar essa mentalidade, seguindo a análise feita por Silvio Lorusso (2019; 2023) acerca da realidade dos “empreendedores precarizados” (que ele denomina de *emprecariado*), de *empreendedorismo*. Os sentidos do “empreendedorismo” se aplicam a uma razão prática orientada pelo realismo capitalista, com uma difusão de valores ideológicos pautados por uma espécie de “naturalismo empreendedor”. No entanto, a realidade deste *emprecariado* é marcada pela degradação das condições de trabalho. De acordo com Lorusso, esse contexto resulta em um sentimento baseado simultaneamente no medo ou entusiasmo cego, marcados pela incapacidade de determinar completamente o futuro, radicalizando a experiência do presente.¹³⁸

O *empreendedorismo* é o espírito do empreendedorismo regendo movimentos de todas as esferas da vida, concentradas na visão do indivíduo na forma de se conduzir. Ele corresponde a um sistema de valores reforçado por uma colonização da linguagem que acontece na internalização de seu discurso, em que o empreendedorismo clama pela iniciativa, a ação e o risco individuais, equiparando-os à autonomia e à liberdade quando, na realidade, as restrições e limites estão postos a esses trabalhadores autônomos. Essa mentalidade é disseminada pela presença na mídia e na produção cultural que toma o empreendedorismo como uma “pedagogia performática”, mas que não escapa, no limite do concreto, da dimensão trágica que tenta abafar:

Descobrimos que, longe de ser espíritos livres alimentados pelo zelo empreendedor, os participantes são muitas vezes indivíduos hesitantes ou até frágeis que optam por sofrer o assédio sádico daqueles que realmente tomam as ordens: os investidores. Se olharmos mais de perto, percebemos que a mentalidade empreendedora tem seu ponto cego: viés de sobrevivência. A tendência é se concentrar de forma otimista nos sucessos, ignorando os fracassos, embora sejam mais frequentes e, portanto, estatisticamente mais relevantes. (LORUSSO, 2019, p. 25)

A figura empreendedora seria singular por conta de sua mentalidade, de sua coragem de enfrentar riscos e de sua habilidade de imprimir influência sobre a

¹³⁸ “Empreendedor ou trabalhador precário? Estes são os termos da dissonância cognitiva experimentada por novos trabalhadores (não exclusivamente aqueles cujo trabalho é predominantemente cognitivo), imersos como estão em uma espécie de hipnose coletiva que transforma a existência em um projeto instável em fase perene de inicialização. Dentro dessa configuração, é o próprio tempo que implode, já que a medição cada vez mais detalhada de um conceito abstrato de produtividade marca os períodos fragmentados de autoemprego, oferecendo-nos uma impressão fugaz de controle. Enquanto os espaços informais de trabalho nômade (aerportos, estações, bares, cozinhas e quartos) transformam a cidade em um escritório permanente, o local de trabalho real se torna um playground para estudantes universitários eternos. A pressão do *emprecariado* não exige apenas a atualização constante das habilidades profissionais tradicionais, mas invade o reino do caráter, tornando o bom humor, otimismo e cordialidade uma vantagem competitiva para cultivar através de práticas meditativas e psicologia comportamental na forma de aplicativos móveis” (LORUSSO, 2019, p. 18).

sociedade em diversas esferas. Decerto, esses atributos do empreendedor ganhariam certa universalidade, o que o tornaria um modelo social. No entanto, a ideia de empreendedor como uma mentalidade se conecta com a representação de um dissidente, de um rebelde. É interessante perceber como esse atributo aparece vinculado ao autônomo na medida que tal figura é conduzida por tal *mentalidade empreendedorialista*, que é contestadora e inovadora, mas ao mesmo tempo é o “gás” que catalisa e dinamiza o sistema. É razão de ser e desenvolver do mercado, mas também não seria encontrada em todas as pessoas, ainda “presas” às normativas do trabalho rígido e estável.

O *empreendedorialismo* se difere da perspectiva gerencial do capitalismo monopolista à medida que ele é focado no desenvolvimento conjunto de uma ideologia e no conjunto de disciplinamentos aplicáveis a todas as esferas da vida, seja particular ou pública. Essa mentalidade que advoga pela instituição de uma sociedade empreendedora (empreendedorialista, mais exatamente) é também a que constrói sua argumentação a partir de um inimigo: o trabalho regular assalariado. Uma sociedade empreendedora só seria possível diante de uma “transformação permanente”, baseada na flexibilidade, no aprendizado contínuo e na aceitação da mudança como norma e oportunidade.

A mentalidade empreendedorialista institui no discurso os quatro elementos que compõem o ser empreendedor: *especulação, inovação, risco e coordenação*. Todos esses elementos são, no entanto, formalizações etéreas que pretendem conformar uma mentalidade que estaria em constante adaptação ativa e criativa para lidar com a instabilidade e a escassez e que nutrem as relações laborais no contexto neoliberal. Afinal, como vemos na ICM, o advento da flexibilidade, ampliando a esfera de precarização, é marcado pelo colapso da trajetória linear e pelas perdas do valor da experiência, da autoridade e da visibilidade das relações de poder. Há, nesse sentido, um fator importante que compõe o empreendedorialismo, que é o status indistinto daqueles que o acolhem:

Dado que, como regra, o empregado não tem como se identificar com seu trabalho, ele experimenta uma ‘desordem de status’, um contraste entre um status imaginado (talvez em relação aos seus próprios padrões familiares e nível educacional) e o real, com baixa renda, instabilidade e falta de reconhecimento profissional. Uma distinção importante também surge entre o trabalho e o papel profissional: não é suficiente garantir aos trabalhadores temporários um emprego permanente, a menos que o papel seja adequado às

suas habilidades e ambições. O papel é crucial, já que vai além do trabalho real: a identidade como um todo hoje em dia tende a coincidir com o próprio treinamento, e quando isso não corresponde à função do trabalho, há uma sensação de disfunção. (LORUSSO, 2019, p. 46)

A questão da experiência em contraposição à expectativa é um dos pontos fundamentais para compreender como a deterioração subjetiva se institui diante das expectativas criadas e disseminadas pelo discurso empreendedorista na realidade da experiência laboral marcada pela degradação. Assim, a precariedade representa a forma como o trabalho se apresenta na realidade atual, em processo de generalização para toda a sociedade. Vale ressaltar que a precariedade difere, nesse contexto, da pobreza, pois se relaciona às condições de degradação que o avanço do trabalho de conhecimento criativo possui na ICM. É essa porção de trabalhadores criativos que, diante da precarização, precisam fazer as escolhas trágicas entre trabalhos temporários e constituição de uma carreira autônoma e, apesar de parecer uma escolha, esses caminhos se encontram efusivamente no exercício da atividade. Porém, a mentalidade dissemina e transforma, via discurso, essa situação em inovação e em risco naquilo que seria próprio do caminho de pessoas que “tomam as rédeas da própria vida”.

Não é apenas a paixão pelo trabalho que tolhe o antagonismo dos criativos precarizados, pois é principalmente o imperativo empreendedorista que o bane. Esse profissional autônomo se torna uma espécie de status sacrificial perfeito, uma vez que é uma vítima que está constantemente sendo impelida a se afirmar dessa maneira. Há, portanto, uma dissociação na experiência, ou seja, o que distingue o atual impasse profissional (e existencial) é uma dissonância cognitiva generalizada de um grupo de trabalhadores que, a despeito dos caminhos da precarização, se sentem ricos (ou próximos das classes altas) e precisam se mostrar para si mesmos enquanto sujeitos ricos em potencial diante da escassez de oportunidades para aplicar suas habilidades. Nesse meio, os trabalhadores criativos são um dos grupos que, por razões concretas, mais abraçam a razão empreendedorista:

A fragmentação resultante desestabiliza a autoimagem e limita sua construção. Muitos simplesmente ignoram ou até rejeitam as circunstâncias que determinam sua própria história. Ao fazer isso, eles muitas vezes criam uma narrativa pessoal idealizada em detrimento da realidade material por trás dela. Em outras palavras, eles afirmam ser artistas, jornalistas ou empreendedores, independentemente da renda que essas atividades realmente geram. Nesse sentido, a questão da precariedade parece estar ligada não apenas ao trabalho, mas também à necessidade de construir e manter a identidade.

O desalinhamento entre as expectativas individuais e a realidade material (o que antes chamamos de desequilíbrio de status e depois disforia de classe)

amplia a lacuna entre cooperação e competição. Lutas internas fomentadas pela competição profissional, atomização social e divisão artificial em castas e subclasses impedem que estes trabalhadores se tornem um movimento coeso. O maior problema do empregariado, o de criar um 'nós', entra em conflito com o esmagador imperativo empreendedor de produzir, afirmar e gerenciar um 'Eu'." (LORUSSO, 2019, p. 55)

Esse movimento tem consequências psicológicas, emocionais e afetivas para os trabalhadores criativos. Eles se tornam um produto incompleto em constante otimização que recorre a um otimismo que salta à vista para se apresentarem como autônomos para os outros (e para si mesmos) na esperança de se tornarem exatamente isso. Embora seja necessário reconhecer que sejam os “mestres de seus próprios destinos”, é importante ressaltar que as responsabilidades por seus fracassos recaem apenas sobre eles mesmos.

A mentalidade empreendedorista encoraja, na essência, a precariedade e ativa deliberadamente mecanismos precarizantes. O destino para o “sucesso” é ser adaptável à instabilidade e lidar com mudanças e dismantelamentos. No entanto, essa perspectiva precária é caracterizada por sentimentos opostos ao discurso, ou seja, uma percepção e expressão de desconforto e desorientação, que são faces do mesmo processo de degradação. Enquanto o discurso empreendedorista realça o entusiasmo da mudança, a percepção da precariedade dá vida ao medo e à insatisfação diante desse quadro. Porém, o empreendedorismo, com sua abordagem proativa e aparentemente construtiva, deslegitima as reivindicações da precariedade. O empreendedorismo não admite suas razões (“não há nada a temer, o risco é bom”), mas essa atitude em relação à mudança não é em si imutável, pois é um discurso.

O discurso empreendedorista é, portanto, sobre a autodeterminação de si diante de um regime supradeterminado pela subordinação flexível. É o discurso que destila a possibilidade de realização profissional, bem como um senso de agência e controle sobre destino. Como aponta Lorusso,

A lógica do empregariado é mais sutil, sendo antes de tudo uma visão de mundo, uma interpretação da realidade que orienta o comportamento. Ao combinar exploração e libertação, o empregariado constitui uma exploração da libertação. A liberdade ilusória oferecida por um trabalho desprotegido ou por um título que não produz renda, mas apenas benefícios simbólicos é na verdade uma gaiola mais apertada, uma gaiola na qual se deve se auto-administrar incansavelmente sua própria aposta no futuro, em que a ação especulativa é uma obrigação. (LORUSSO, 2019, p. 71)

Na dinâmica do tempo, do uso e do preenchimento dele, o empreendedorismo atua aprofundando a dimensão da culpa nos sujeitos para que estejam a todo momento produzindo. Todo tempo deve ser preenchido produtivamente, de modo que ele se torna

o *momentum* no qual tarefas produtivas são desempenhadas e somente para isso o tempo é medido. A produtividade pessoal assume, assim, uma forma estética da ética do trabalho, em que se cria uma impressão de autocontrole, mas com o objetivo de aumentar a eficiência e materializar o trabalho do criativo. No entanto, é nessa ocupação e sentido do tempo que também está posta a contradição: o tempo do empreendedor é um tempo previsível, controlado e, portanto, um discurso sobre esse tempo é importante, ao passo que a atividade laboral em degradação, isto é, precarizada, é tempo incerto, fragmentado, sem possibilidade de controle.

O discurso empreendedorista se dissemina de diversas formas. Vamos adiante repassar por duas instâncias delas, que têm impacto direto na forma como o discurso é articulado na ICM por meio das narrativas dos trabalhadores criativos. Uma das instâncias é a literatura de negócios, que tem uma dimensão de disciplinamento e inculcação dos principais elementos dessa mentalidade no exercício do trabalho criativo. Outra está na produção cultural que, além de difundir os elementos, possui caráter “diluído” e mastigado daquilo que circula e se torna, quase prontamente, “frases feitas” proferidas por esses profissionais.

4.2 Inspirando mentalidades: a literatura de negócios

A literatura de negócios e gestão empresarial é uma das grandes responsáveis pela disseminação da mentalidade empreendedorista no campo da ICM. Seja diretamente, por seus livros (em grande parte best-sellers), seja pelas ideias e frases de efeito que circulam e podem ser encontradas nas narrativas dos trabalhadores criativos, olhar para essa literatura nos ajuda a situar a produção e a circulação dessas ideias que conformam a visão do campo.

O tratamento desse tipo de literatura não é uma novidade no campo dos estudos sobre trabalho ou capitalismo. Seja em Braverman (1980), que analisou a literatura de gestores, ou em Boltanski e Chiapello (2020), que analisaram a conformação da *corpora* de literatura de negócios em dois períodos, observar a produção que gera ideias, regras e formas de ser e agir, muitas vezes enunciadas enquanto “material técnico”, é um caminho que já foi percorrido.

Nosso estudo se inspira metodologicamente, de modo a medir o impacto dessa literatura naquilo que coletamos no campo com as entrevistas, em Boltanski e Chiapello (2020). Conforme sugestão metodológica desses autores, a melhor maneira de estudar metodologias é o método comparativo. A partir disso, eles estabelecem dois *corpora* da literatura de negócios: dos anos 1960 e dos anos 1990. Dado o empreendimento crítico já construído pelos autores ser aderente aos propósitos analíticos deste trabalho, vamos, em nossa análise, estabelecer a comparação do *corpora* apresentado pelos autores dos anos 1990 com o analisado por nós dos anos 2000 (2000-2019) como *corpora* que representa mais efetivamente a literatura de negócios que impacta o discurso do trabalho flexível no contexto da ICM.

Apesar do discurso sobre racionalidade e eficácia presentes na literatura de negócios, ou seja, sobre decisões embasadas, o que podemos verificar é que boa parte dos trabalhos dessa literatura são focados na “experiência dos agentes”, baseando-se em relatos, histórias e cases¹³⁹. Há a preeminência da valorização discursiva do *vivido* sobre o *teorizado*. Nesse sentido, os trabalhos dos líderes do pensamento trazem um componente relevante porque unem a percepção da valorização da experiência com alguma forma de validação e de argumento de autoridade.

Essa literatura foca no integral, em que a técnica é parte de um conjunto de competências, que também são afetivas e mentais, de modo a engendrar uma mentalidade específica que vê, pensa e age de acordo com as normativas do mercado. Como verificamos no campo, essa literatura atravessa de forma ampla a experiência dos criativos autônomos:

"Acho que é uma crise que eu tenho também porque eu faço o que eu queria fazer lá atrás e hoje eu consigo. Existe uma crise do tipo 'ai, mas é uma animação, parece besta'. Então que eu diria para mim mesmo, que estou lendo esse livro, para ver se me ajuda. Eu não estava buscando esse tipo de ajuda, estava mais pensando em como melhorar a parte de negócios, e o livro começou a me cativar; me sinto mais confiante. Então sinto que de certa maneira em um trabalho pessoal não estou simplesmente vendendo minha hora de trabalho, estou realmente me doando por uma causa que eu gosto."
(Cadernos do campo)

Como vemos nesse trecho, o criativo aponta que sua inspiração profissional (guia do que fazer) está na literatura que lê, o que de algum modo conecta a sua atividade profissional e a leitura como "algo de si", isto é, personalizado. Nesse discurso,

¹³⁹ Geralmente são apresentados experimentados realizados em departamentos de economia comportamental ou neurociência, com pouca ou nenhuma validação de pares.

o trabalho vira algo a mais, que se relaciona com o sentido das coisas que ela acredita e defende – “uma causa”. Assim como nesse trecho, encontramos diversas manifestações na pesquisa que remeteram à importância da literatura de negócios como disseminador da mentalidade empreendedorista.

Vale apontar, antes de adentrarmos na análise desta literatura, dois pontos importantes que configuraram o entendimento sobre essa *corpora* tanto na sua construção como nas escolhas – dada a vastíssima quantidade de trabalho publicada no período mencionado. Sobre a produção, é importante estabelecer uma visão crítica sobre *quem são os autores* dessa literatura. Apesar de não ser nosso foco aqui se debruçar sobre uma sociologia da cultura da literatura de negócios, a noção de *autoria* é determinante para a legitimidade que essas obras obtêm no campo e a forma como circulam.

Podemos considerar os principais autores dessa literatura como *líderes do pensamento* (*thoughtleaders*). Esse termo aparece no trabalho de Giridharadas (2018) e parece interessante para circundarmos quem são os produtores da literatura de negócios, que podem ser manuais, livros de autoajuda, entre outros. Geralmente são profissionais e pesquisadores que possuem credenciais acadêmicas em suas áreas e usam parte do resultado de suas pesquisas ou investigações (às vezes, meras especulações) para converter um público à adoção de suas ideias.

A questão fundamental acerca dos líderes de pensamento é que eles respaldam o conteúdo como algo “certificado”, com credenciais críveis, como argumento de autoridade. Porém, há ao mesmo tempo uma perspectiva que beneficia (e não critica) processos em desenvolvimento e a implementação no universo dos negócios e do trabalho. Essa noção é utilizada para explicar como que os mesmos beneficiadores das desigualdades e da destruição sistêmica do mundo seriam também aqueles que teriam condições de salvá-los e, nesse movimento, quem desenvolve o pensamento de justificativa ou entendimento ideológico dessa realidade seriam os líderes do pensamento. É relevante a questão das credenciais, pois elas de algum modo viabilizam que a pessoa e suas ideias sejam consideradas “qualificadas”, mas, assim como nos processos de degradação substancial, é uma qualificação que serve como instruções para a realidade. Nos trabalhos dos líderes de pensamento encontramos as ideias motrizes que movimentam o campo, ou seja, que dão forma ao pensamento e ao

discurso da mentalidade empreendedorista e circulam com bastante força não só entre trabalhadores, mas também entre empresários e gestores (presentes nas empresas-agências e empresas-clientes). Os líderes do pensamento têm suas obras geralmente bastante vendidas, consideradas best-sellers, participando constantemente de fóruns, publicações e palestras (como TEDs¹⁴⁰) voltados profissionais do mercado – algumas vezes sendo até tratados como “celebridades”¹⁴¹.

Em seguida aos líderes de pensamento, temos os trabalhos dos *experts*, que funcionam como argumento de autoridade técnica, ou seja, pela experiência e prática vividas no mercado. São profissionais que atuam nas áreas sobre as quais escrevem – no caso da ICM, designers, publicitários, jornalistas, entre outros –, de modo a transmitir o *know-how*. Seus trabalhos circulam menos no campo e são direcionados para os trabalhadores criativos. Não obstante essa autoridade de qualificação, seus trabalhos não apenas ensinam e dão dicas, mas também conformam padrões morais, ou o “fazer-sentir”, que os trabalhadores criativos devem possuir.

Tanto os líderes de pensamento quanto os *experts* inscrevem com certa moral as diretrizes dos principais elementos que constituem o discurso em circulação. É necessário não apenas “saber-fazer”, mas também “saber-agir” e sentir. As formas de inscrição dessa literatura na subjetividade dos trabalhadores, dando forma ao discurso do trabalho flexível, aparecem como elementos técnicos de um “De-Para” – “aprenda ISSO para fazer AQUILO”, “faça ISSO pensando AQUILO”. Há, portanto, um efeito que vai além do técnico ou de uma orientação de formação continuada: são trabalhos que produzem um efeito de verdade e, por isso, conferem legitimidade ao discurso produzido e disseminado.

Ademais, duas circunstâncias corroboram esse efeito produzido. Primeiramente, o próprio desenvolvimento do capitalismo que, como discursos de racionalização, têm se valido de “figuras críveis” para estabelecer laços legítimos. Essas figuras também são

¹⁴⁰ Plataforma de palestras, a TED (acrônimo para Tecnologia, Entretenimento e Planejamento [Design]) se tornou mundialmente famosa pela proposta de “ideias que merecem ser compartilhadas”. Criada em 1984, tem sido o fórum de maior divulgação e influência de líderes de pensamento, possuindo forte legitimidade no universo do mercado e atingindo um grande público. Acadêmicos, profissionais, cientistas, políticos, escritores: toda sorte de agentes sociais passou por essa plataforma, que tem uma versão “local” (chamada TEDx), para difusão em contextos nacionais, segundo a obra que é referência sobre a plataforma, escrita pelo líder do pensamento Chris Anderson (2016).

¹⁴¹ Em pesquisa prévia sobre trajetória e biografia de alguns destes líderes do pensamento, encontramos muitos deles fazendo “carreira” apenas com esse trabalho voltado para executivos, seja como palestrantes, consultores, ou até como coaches.

responsáveis, diante dos processos de flexibilização, pela formação ampla (ou seja, técnica e subjetiva) da força de trabalho. Em segundo plano, há a característica demandada à força de trabalho flexível: *lifelong learning*. A partir da necessidade de busca de referências constantes frente às mudanças e de internalização de novas formas e comportamentos da atividade laboral, essa literatura possui lugar primordial para a atualização profissional. De fato, a ideia de *lifelong learning* no campo da ICM é a inserção da lógica de *amadorização* no trabalho de conhecimento criativo. A formação contínua atua na transformação da experiência não enquanto elemento de aprofundamento em um conjunto de saberes específicos (da figura do especialista), mas enquanto uma perspectiva de jornada de formação constante baseada na instrução, isto é, mais conectada a elementos instrumentais, que transfiguram a qualificação. É nesse sentido que cresce, com a disseminação da *mentalidade empreendedorista* pela produção cultural e pela literatura de negócios, as figuras do profissional generalista ou *nexialista*¹⁴².

A partir da compreensão do cenário de produção, é importante falar sobre as escolhas. Como mencionamos, há um conjunto vastíssimo de materiais públicos nos últimos 20 anos. Geralmente, por conta do ritmo e do apetite do mercado editorial (uma vez que muitos desses trabalhos se tornam best-sellers), há ritmo exponencial de lançamentos, divulgação e oferta. Para selecionarmos os trabalhos que embasaram nossa análise dessa literatura, seguimos o padrão de produção: 1) elegemos trabalhos de líderes de pensamento com ideias-chave que apareceram no campo, algumas vezes citados explicitamente, outros nas entrelinhas; 2) elegemos trabalhos de experts que foram diretamente citados como referências, seja de manuais ou “como aprender mais sobre ser freelancer”, tanto pelos trabalhadores criativos que entrevistamos quanto pelas plataformas e páginas de redes sociais destinadas a trabalhadores criativos autônomos.

¹⁴² Essa expressão tem sido utilizada com frequência no campo e ganhou força a partir dos anos 2010. Teria sua origem em um livro dos anos 1950, *Voyage of the Space Beagle*, escrito por Van Vogt, e sido apropriado no contexto do mercado como “profissional capaz de estabelecer as conexões necessárias para resolver problemas que surgem no dia a dia”. Tem sido usado, no discurso produzido pelo mercado, como ideal de “profissional desejado”, com atributos (idealizados) em relação a habilidades como visão holística; entendimento sobre mentalidade e comportamento; habilidade para motivar pessoas com base em clareza e objetividade; capacidade de inspirar pelo exemplo; capacidade de provocar transformações na vida das pessoas; crença no aprendizado contínuo; persuasão; e comunicação assertiva. No entanto, em um exame mais detalhado desses sentidos, percebemos que os atributos do *nexialista* são próximos das qualidades do empreendedor na perspectiva empreendedorista.

Em relação à produção dos líderes do pensamento, analisamos seis obras relevantes do campo¹⁴³, por meio das quais apreendemos alguns elementos-chave da mentalidade empreendedorista. Quanto às obras dos experts, analisamos sete obras¹⁴⁴, que continham desdobramentos dos elementos-chave, voltados especialmente para *freelancers* e trabalhadores autônomos e, em grande parte, para ICM. Todas elas, cada um em sua medida, dão conta dos principais aspectos que representam o *corpora* da literatura de negócios dos últimos 20 anos e impactam o discurso sobre trabalho na ICM.

Para compormos o *corpora* desse período pós-2000, vale retomar alguns aspectos da literatura de negócios dos anos 1990, pois ela lega alguns elementos importantes para o universo do trabalho de conhecimento criativo que estamos tratando. Nesse período, o foco dessa literatura estava sobre o quadro gerencial das grandes corporações¹⁴⁵. Voltado para a motivação desse quadro, envolvendo um engajamento necessário e ampliando o escopo para a mobilização geral de todos os empregados, ali a empresa se tornava um lugar de construção de sentidos e finalidades compartilhadas por todos os envolvidos nas relações, de modo que houvesse o desenvolvimento de autonomia pessoal para enriquecimento e contribuição com um projeto coletivo – que é, na verdade, projeto da empresa. No caso da literatura dos anos 1990, o objeto da crítica era a rigidez e a hierarquização das grandes corporações, elemento que continuará presente na literatura do período subsequente. Além da hierarquia, a crítica também se debruça sobre a planificação e as instâncias associadas à autoridade.

O período dos anos 1990 também é marcado pela entrada das tecnologias, trazendo uma abordagem sobre “mudanças permanentes” e, com isso, a valorização da concorrência. Decerto, elementos que englobam um discurso carregado pelo neoliberalismo entram em voga nesse momento, implicando a ideia de “organização

¹⁴³ As obras são: *Trabalhe 4 horas, Comece pelo Porquê, Antifrágil, Roube como um Artista, Reinvente sua empresa e Porque generalistas vencem em um mundo de especialistas*.

¹⁴⁴ As obras são: *The Freelance Manifesto, Redator Freelancer, Nômade Digital, O Grande Salto, Seja Livre, Manual do Freela e Negócios para Criativos*.

¹⁴⁵ “Pode-se considerar a história da gestão empresarial como a história da sofisticação permanente dos meios de dominar aquilo que corre na empresa e em seu ambiente (...) Com a estratégia empresarial, desenvolveu-se o domínio dos mercados e da concorrência; com o marketing, o domínio do circuito de distribuição, dos clientes e de seus comportamentos aquisitivos; com gestão de compras, o controle dos fornecedores, com relações públicas, o da imprensa e dos poderes políticos” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020, p. 109).

flexível”, “inovações”, “novas ondas” e atualização do pessoal frente às mudanças tecnológicas, tudo bastante orientado pela noção de concorrência. A ideias-chave que caracteriza esse período é da empresa enxuta, que trabalha em rede, com a organização de trabalho em equipes voltadas para a execução de projetos orientados para a satisfação do cliente e com trabalhadores orientados pela visão de seus líderes. O trabalho em rede, conformado na empresa enxuta, é a senha para a terceirização: redução de quadros fixos e a contratação de uma multidão de trabalhadores como prestadores de serviços, servindo a uma dinâmica flexível focada no *just-in-time* (na forma de projeto), melhoramento contínuo e equipes autônomas. Como apontam Boltanski e Chiapello,

a imagem típica da empresa moderna [naquele momento] é de um núcleo enxuto rodeado por uma miríade de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços e trabalhadores temporários que possibilitam variar os efetivos segundo a atividade, empresas coligadas (...) rede de empresas. Os próprios trabalhadores devem ser organizados em pequenas equipes pluridisciplinares (pois elas são mais competentes, flexíveis, inventivas e autônomas do que as seções especializadas) cujo verdadeiro patrão é o cliente, tendo um coordenador, mas não um chefe. (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020, p. 103)

Esse processo de reengenharia da dinâmica do trabalho dá lugar a certa indistinção das fronteiras da empresa, cada vez mais compostas de um acúmulo variado de vínculos contratuais de diferentes tipos de duração e marcadas por equipes com forte senso de autogestão e autocontrole. Esse contexto é especialmente importante para as empresas da ICM, pois a busca por inovação gera grande fluxo de informações, que ganham protagonismo como fonte de produtividade e lucro pela capacidade exercida pelas empresas de se apropriar dos conhecimentos mais diversificados, interpretando, combinando e colocando inovações em circulação. Além disso, muda a noção laboral, que se torna centrada na noção de empregabilidade, algo que exerce forte efeito regulador, pois além de serem julgados pela forma de atuação em determinada atividade (desempenho técnico, eficiência, capacidade de entrega), entra em jogo a reputação (pautada pela “forma-de-ser”, comportamentos e habilidades emocionais), que vai impactar a empregabilidade da força de trabalho, especialmente dos flexibilizados.

O modelo da empresa enxuta e horizontal, que trabalha por projetos, a partir do que essa literatura dos anos 1990 realça, traz à tona uma nova figura, em oposição ao chefe hierárquico dos anos 1960: o *líder de projetos*. O líder não manda; motiva; é uma figura que, segundo a literatura tenta compor (uma vez que, nas relações reais, a subordinação e certa coesão ainda persistem), é uma espécie de “maestro regente” da

multiplicidade de forças e expertises de trabalho envolvidas em um projeto, controlando a qualidade, mantendo a motivação das pessoas e, sobretudo, sendo interface para garantir a satisfação do cliente. A importância da emergência dessa figura é que ela carrega na visão e na ação (como coordena) o espírito do capitalismo, pois ecoa o discurso que tem como objeto fundamental manter o engajamento de todos no trabalho, dando sentido ao trabalho de cada um.¹⁴⁶

Um ponto fundamental sobre esses líderes (ou gerentes de projeto, *manager*) é que deles serão esperados alguns atributos e qualidades, as mesmas que serão demandadas para profissionais qualificados que não estão nas mesmas posições de liderança. Em outras palavras, o engajamento se deslocará, como vai se desenhando a partir dos anos 1990, da *forma-de-agir* para *forma-de-ser* por meio da adesão a atributos (chamados de “competências”), como carisma, capacidade de fomentar e manter redes de relações pessoais no contexto do trabalho, visão mobilizadora, fomentadores de criatividade e de talentos. Nesse modelo, a autoridade advém da confiança criada pelo líder e não explicitamente do poder e da coerção – que não deixa de existir, mas se “desloca” de algum modo para a figura do cliente –, ou seja, os *managers* são idealmente intuitivos, humanistas, inspirados (e inspiradores), visionários, generalistas e criativos.

Quando olhamos para a configuração esquemática da ICM¹⁴⁷, um dos “tipos” de profissional do campo é oriundo dessa figura de *líder de projeto*. Em seu papel generalista e de supervisão, é a figura responsável pela gestão e condução das atividades desempenhadas pela equipe de criativos e, nessa posição, precisa promover os atributos desejados e motivar e garantir a extração do trabalho criativo de acordo com o prazo e as necessidades do cliente. Ademais, como fica evidente a partir da mentalidade empreendedorista, todo escopo de atributos positivos do *líder*, no contexto atual, é atribuído à figura do empreendedor: quanto mais próximo da “forma-de-ser” empreendedora, mais o criativo se aproxima da visão ideal do *líder de projeto*.

¹⁴⁶ “Graças a esse sentido compartilhado [dado pelo líder] ao qual todos aderem, cada um sabe aquilo que deve fazer sem que ninguém precise mandar. Imprime-se com firmeza uma direção, sem ser preciso recorrer a ordens, e o pessoal pode continuar a autogerir-se. Nada lhe é imposto, pois [o trabalhador] adere ao projeto. O ponto fundamental desse dispositivo é o líder, precisamente aquele que sabe ter uma visão, transmiti-la e obter adesão dos outros” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020, p. 105).

¹⁴⁷ Cf. fig. 2 do capítulo anterior.

Como esse modelo de trabalho e gestão envolvem fortemente a "forma-de-ser" dos trabalhadores, outra figura também ganha forma e destaque por meio da literatura de negócios dos anos 1990: o *coach*. Muitas vezes tratado no senso comum como um profissional de autoajuda e, mais atualmente, até como um conselheiro superficial, a literatura de negócios explicita a importância que essa figura possui ao emergir a partir da necessidade de desenvolvimento de competências dos executivos e suas equipes. Nesse sentido, assim como o próprio movimento representativo dos anos 1990 de expansão do discurso, com o espírito do capitalismo para toda a empresa, a figura do coach assume um lugar de protagonismo por ser quem carrega, nos treinamentos e materiais, a influência pública por causa do foco atrativo que o desenvolvimento pessoal das capacidades humanas possui agora não só para os executivos, mas também para toda a cadeia.

Uma terceira figura também aparece, embora com menor destaque: o *especialista técnico*, que se trata do profissional com maior nível de qualificação, mas sem as mesmas características do gerente de liderança. Esse especialista se torna relevante, pois é o lugar ideal – enquanto consultor, ou seja, prestador de serviço associado a projetos específicos –, que desenha as relações terceirizadas a partir desse momento no trabalho de conhecimento. Essa figura é o modelo de profissional especializado, mas que, na flexibilização, passa a ser prestador de serviços ou autônomo.

No contexto dos anos 2000, há um movimento duplo de mobilização geral da empresa por meio da ampliação da dimensão subjetiva e da generalização da mobilização para todos os sujeitos também fora da empresa. Nesse contexto, o objeto da crítica de grande parte da literatura de negócios é a própria relação de trabalho regular (*staff*) e toda configuração que a envolve, como "mentalidade", e a necessidade do intraempreendedorismo e da iniciativa por parte dos trabalhadores – pela força que a noção de empresário de si adquire nesse momento. Além disso, esse movimento preconiza a absorção total de todas as esferas possíveis da vida do trabalhador, em que toda existência é vista como parte implicada e decisiva para o agir-do-trabalho.

As palavras de ordem nesse momento são criatividade, reatividade e flexibilidade. No limite, o *saber-ser* (forma-de-ser) ganha mais força do que o *saber-fazer* que, como verificamos tendencialmente no trabalho criativo, tem cada vez mais

assumido a forma de instrucionabilidade. Decerto, tais atributos já estavam em cena em maio de 1968, mas assumiram novos sentidos para o mercado no contexto empresarial a partir dos anos 1990¹⁴⁸. Nesse sentido, os ingredientes da liturgia da empresa, de acordo com a literatura de gestão dos novos tempos, são: reforma, implicação, motivação, flexibilidade, qualidade, responsabilidade, autonomia, participação, comunicação. A essa forma que assume a literatura de negócios após os anos 2000 podemos discriminá-la como literatura da mentalidade empreendedorista.

A literatura de negócios da mentalidade empreendedorista tem em seu discurso três eixos, que emulam, no sentido da racionalidade capitalista, um jogo, uma competição.:

- **Propósito (sentido do trabalho):** Há todo um desenvolvimento de ideias para a instituição do Ser em torno do trabalho; conexão entre ser e fazer, ou seja, **aquilo que é necessário para entrar no campo.**
- **Gestão:** Envolve tempo e ferramental sobre fazer, ou seja, **aquilo que é necessário para ficar no campo.**
- **Qualidade e posicionamento para reconhecimento:** Não é sobre preço apenas do que se cobra ou ganha, ou ainda a gestão financeira, mas como o resultado desse valor pode ser entendido como “sucesso” ou reconhecimento desse profissional – inclusive como *upgrade* para se tornar empreendedor –, ou seja, **aquilo que faz "vencer" no campo (ou não ser eliminado).**

Os três eixos aparecem bem representados na literatura e, paralelamente, na narrativa dos trabalhadores criativos entrevistados. Nas obras dos líderes do pensamento encontramos posições que dão subsídio para a formação de noções e perspectivas sobre os três eixos, mas com maior relevância ao propósito, à qualidade e ao posicionamento.

Podemos analisar, por exemplo, a questão do propósito, bastante forte em dois dos principais líderes do pensamento: Simon Sinek e Nassim Taleb.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Sobre os anos 1990, "Autonomia, espontaneidade, mobilidade, capacidade rizomática, polivalência, comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, intuição visionária, sensibilidade para as diferenças, capacidade de dar atenção à vivência alheia, aceitação de múltiplas experiências, atração pelo informal e busca por contatos interpessoais" (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020, p. 130).

¹⁴⁹ Vale ressaltar que Nassim Taleb possui credenciais acadêmicas de prestígio, em uma trajetória que mescla atuação acadêmica em instituições de ponta como NYU e atuação na bolsa de valores como trader. É reconhecido como especialista em probabilidade e incerteza.

Os trabalhos de Simon Sinek são bastante reconhecidos e mencionados na ICM. Famoso pela “teoria do Golden Circle”, que preconiza que a essência do sucesso das empresas e marcas não se dá pelo o que ou como fazem, mas pelo “porquê”, ou seja, pelo motivo de determinado produto ter sido criado, Sinek é um dos líderes do pensamento de grande expressão. Na obra que dá base para esse Golden Circle (SINEK, 2018) – que ficou mais famoso pelo TED, no qual explica, de maneira pontual, instrumental e resumida a ideia central de sua tese¹⁵⁰ –, Sinek explicita uma abordagem bastante aderente ao mercado: uma mensagem que parece destinada às grandes corporações, mas com elementos a serem absorvidos do ponto de vista do indivíduo. É sempre “com você” que ele interage, em que o “indivíduo” (aquele “empresário de si mesmo”) é o grande interlocutor de sua obra.

O foco central do “porquê” é a ideia de propósito. O propósito é apresentado como base para a inovação e também para certa *contracultura*, pois na perspectiva desse líder do pensamento apenas aqueles que ousaram “fazer diferente dos outros” conseguiram o sucesso. Ao mesmo tempo, essa *contracultura* é uma imagem projetada de dentro do sistema: apenas como empresa, ou via produto, que esse “porquê” pode ser expressado. Como tratamos no capítulo anterior, a disseminação do “não há alternativa” (TINA) é parte importante desse discurso.

O propósito é, assim, tratado como busca de sentido e de inspiração, que está no centro do autoconhecimento. Essa inspiração teria um fundo sacrificial à medida que o indivíduo devidamente inspirado seria capaz de superar “inconveniências e sofrimentos”, de maneira que uma abordagem que teria sentido técnico e de aplicação é totalmente mobilizada por elementos de aspiração e subjetividade. O que está em jogo, não é, portanto, uma aplicação De-Para do “porquê”, mas a capacidade do indivíduo, do trabalhador, em ter um porquê. Esse propósito é o que torna, no discurso dos trabalhadores criativos, o incentivo que justifica e dá sentido às dificuldades promovidas pela experiência de degradação.

Na visão propagada por Sinek, a dedicação ao propósito, ou seja, a fidelidade a ele, proporcionaria “paz de espírito”. No entanto, diante da flexibilidade, a ideia de

¹⁵⁰ Essa palestra pode ser conferida em: <https://www.ted.com/talks/simon_sinek_how_great_leaders_inspire_action?utm_campaign=tedsread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare>. Acesso em nov. 2022.

fidelidade é deslocada do emprego ou trabalho em si e depositada na inspiração e na motivação que o trabalhador criativo tem na sua capacidade e vocação, assim como em que medida ele se dedicará inteiramente a cada projeto e iniciativa de que toma parte. Em outras palavras, o discurso que teria sentido de uma linha perene, como uma carreira, é redimensionado para a intensidade fragmentada de cada projeto: é preciso impor a realização do seu propósito em cada atividade, em cada iniciativa. O discurso se torna, então, uma visão de relações transacionais de algo a ser reconhecido e experimentado em curto prazo (como gratificação instantâneo) e manipulado pelos interesses do capital e não voltado ao bem comum – como no discurso acerca das empresas mestres do Golden Circle.

Quando verificamos a experiência laboral dos trabalhos criativos, a questão do propósito dá contornos palpáveis para a contradição entre o que se deseja e a realidade em que o trabalho acontece. Como consequência da execução de tarefas cada vez mais padronizadas e fragmentadas dos sentidos vocacionais dos trabalhadores criativos, a desconexão entre aquilo que se faz e o sentido do fazer tem aumentado na ICM – geralmente em alto grau de associação com seu assalariamento e precarização –, de modo que poder fazer “coisas legais” é a promessa de conectar trabalho e propósito. O tema do propósito está, dessa maneira, bastante disseminado no discurso da mentalidade empreendedorista, pois esse universo de trabalho tem buscado conectar questões da esfera do trabalho com a esfera pessoal: não há separação. Idealmente, aquilo que te faz feliz é aquilo com que se trabalha; você trabalha com aquilo que te faz feliz. Apesar de uma crescente visão crítica sobre esse discurso, especialmente diante da percepção de aumento de problemas de renda e precarização, bem como de saúde (mental), a ideia de propósito é largamente defendida como a cola entre ser e agir, entre o ser e o estar: você está *freelancer* porque você é determinado tipo de pessoa (ou tem determinado desejo).

O propósito aparece primordialmente no termo “porquê” pelo fato de que o porquê é o grande motivador para que o *freelancer* viva a vida de flexibilidade. Essa noção aparece frequentemente verbalizada na pesquisa de campo, como podemos ver nas seguintes verbalizações:

“[O melhor de ser freelancer] é ter um propósito além do lucro. Benefícios. Flexibilidade de horário e poder trabalhar de casa de vez em quando.”

“Eu acho que meu maior medo é não fazer algo relevante para mim. Acho que muito da minha pessoa não tem a ver com o profissional. Tenho medo de

ter que fazer isso [freelancer] para pagar as minhas contas e não fazer isso por algo maior assim. De perder o propósito da coisa, sabe? Que acho que quando você sai do emprego fixo para ir para um freela você tem um propósito muito grande que é ter um equilíbrio na vida profissional e pessoal, cuidar mais de mim. Eu acho que tem este lugar da qualidade de vida, que quando você se torna freela, depois de um tempo que você se torna freela, que você encontra sua qualidade de vida, que você já se estabeleceu como freela, pode ser que você banalize um pouco isso. A minha vida já é incrível, eu já tenho tudo o que eu quero, mas aí qual é o próximo passo? Pode ser que eu perca o valor com toda essa vida que eu tenho. E pode ser esse medo de se acomodar nesse lugar que eu estou e perder um pouco disso. Eu vim aqui, mas para quê? E sonhos, eu acho que seja legal você ser freela e autônomo [porque] que você pode fazer qualquer coisa. O tempo todo você pode se reinventar – isso claro vai depender de você, mas é um pouco mais fácil. Então uma coisa que vejo para mim que está acontecendo muito é que o fato de eu ser freela e autônoma nada me impede de eu falhar amanhã no meio do caminho.” (Cadernos do campo)

A ideia de propósito também orienta, em uma perspectiva diferente, a abordagem de Nassim Taleb em seus trabalhos. Em *Anti-frágil*, ele dá menos espaço à motivação e mais à gestão de si a partir de uma teoria sobre o que é necessário para se beneficiar do caos. Para Taleb (2012[2021]), o mundo é conformado de sistemas complexos que os sujeitos seriam incapazes de controlar, os quais estão dispostos a riscos de todas as esferas. É bastante aderente a visão de “caos” para o leitor dessa literatura que, diante das transformações flexíveis do capitalismo, se enxerga em uma realidade na qual possui quase nenhum controle ou previsibilidade. A solução trabalhada por Taleb é o conceito de *anti-frágil*, que não apenas tem capacidade de suportar a aventura, a incerteza e o risco, como também cresce e se aperfeiçoa por meio do caos.

O propósito, a busca de sentido, são, então, vestidos pela possibilidade de suportar as incertezas, em que a anti-fragilidade é constituída em um ambiente de aleatoriedade e incerteza. Podemos compreender essa visão a partir de um termo bastante frequente em diversos discursos: *resiliência*. Apesar de Taleb afirmar que o anti-frágil estaria além da resiliência, é sobre essa característica que ele trata em seu trabalho. O anti-frágil, na realidade do discurso empreendedorista, é uma “Super resiliência”, pois não se trata apenas de não quebrar ou sucumbir diante da adversidade, mas também de se fortalecer com ela. A resiliência assume, então, um caráter *contracultural* na medida em que, segundo o autor, o mundo estaria tomado por “fragilistas”, que desejam controlar e reduzir o risco em todas as esferas, especialmente políticas e econômicas. A fragilidade é sinônimo de estabilidade, previsão e planejamento, de não desejar a volatilidade, elementos que tornariam os sujeitos cada

vez mais frágeis para lidar com o imponderado, enquanto o anti-frágil representa a inovação, o risco, a super resiliência e possui proximidade com a figura do empreendedor¹⁵¹.

A resiliência aparece, a partir da ideia disseminada no discurso dos trabalhadores criativos, como um ativo necessário para lidar com a ICM. A essa capacidade de “envergar sem quebrar” e de resistir, se conectam as noções de multifuncionalidade e novos aprendizados. Em face da realidade da flexibilidade, com a degradação das formas e da substância do trabalho, a resiliência se torna um elemento necessário para fazer parte do “jogo”. Ademais, lidar com a inconstância de renda, de disponibilidade de projetos e a imprevisibilidade do futuro transformam a resiliência em uma palavra constantemente acionada e valorizada pelos trabalhadores criativos em suas narrativas:

“Acho que as palavras que mais representam ser freelancer, atuando na indústria criativa, são liberdade, disciplina, qualidade de vida, resiliência - esta última porque é muito difícil no início, ganhava 200/mês, às vezes menos, e tinha contas a pagar. Éramos pobres e muitas vezes quase ficamos endividados. Não é fácil persistir.”

“Isso é muito característico da vida freela, a gente vai se adaptando ao momento. Por mais que a gente se planeje não dá para se planejar por muito tempo, então a gente vai se adaptando.”

“Olha, vou listar para você tudo que um freelancer precisa ter. A multipotencialidade, que você vai ter que ser um pouco bom em cada coisa que você vai fazer - você vende, você entrega, você é seu próprio contador, seu próprio financeiro, seu próprio atendimento, enfim. A multidisciplinaridade é uma habilidade que você vai ter que desenvolver se você já não tem. É comum da nossa geração e principalmente das gerações mais novas a multidisciplinaridade, que já é uma habilidade quase inata, principalmente porque da mesma forma que a gente impacta a tecnologia a tecnologia nos impacta, e quanto mais rápido ela é, mais diversa ela é, mais rápido a gente vai ficando, do lado positivo da coisa. A visão empreendedora, que envolve, na verdade, como se fosse um conjunto, um pack de ferramentas, tá dentro da visão empreendedora. Você vai ter que desenvolver uma visão de negócio, olhar para frente e etc. E paixão e a resiliência, aprender a gostar daquilo que você faz. Com o tempo se você ainda não tá fazendo aquilo que gosta, transitando para aquilo que gosta oficialmente, é a resiliência que é uma soft skill que você vai ter que aprender para ser resiliente, para atender clientes, para passar por altos e baixos, enfim.” (Cadernos do campo).

Sobre qualidade e posicionamento, ser reconhecido e bem-sucedido no campo é um eixo predominante nessa literatura, que precisa ser aprendido e introjetado geralmente na forma de dicas e exemplos (“cases de sucesso”), muitas vezes ilustrados

¹⁵¹ Em determinado momento (TALEB, 2012, p. 33-35), em uma tabela arbitrária de classificações, o autor opõe sistemas que seriam representativos do frágil e do anti-frágil. Na primeira categoria há *teoria, solidariedade, mundo acadêmico (!), burocracia, indústria, regulamentação*, entre outros, ao passo que na categoria anti-frágil há *empreendedor, experimentações, erudição, pequeno não-especializado*, entre outros. De fato, em grande maneira esta se torna uma teoria moral de condução da sociedade.

na vida e trajetória do próprio líder de pensamento – como na obra bastante citada *Roube Como um Artista*, de Austin Kleon (2012). Um livro *au concours* na ICM, Kleon traz um manual de dicas para ativar a criatividade, mas aquilo que aparece como sugestões de ação (sobre *fazer*) se torna, em grande parte, um manual comportamental sobre quais qualidades o trabalhador criativo deve buscar desenvolver para ser, de fato, criativo.

A premissa básica de Kleon é que nada é processo original, pois tudo é fruto de cópia, ou, como ele mesmo diz, roubo. Entretanto, o “roubo” ali é representado de uma maneira discursiva e positiva: é sobre a capacidade de arregimentar referências e, ao mesmo tempo, não ter um senso absoluto de propriedade sobre o que se produz. Essa visão conecta, de maneira instrucional, que o reconhecimento no trabalho criativo não estaria vinculado à originalidade da vocação do criativo, mas à capacidade deste de manipular as referências que já estão em jogo e tirar proveito disso. Para tanto, ocupar todo o tempo para produzir – ou seja, estar sempre buscando referências e transformando-as em produtos criativos – e “abrir mão do senso de autoria” (o autor chama de “entregar os segredos”) são qualidades e formas de se posicionar que poderiam atrair a criatividade para o processo e, com isso, obter reconhecimento.

Diante da realidade das transformações da ICM, esse direcionamento converge com a absorção e a justificação de condições que fazem parte do processo de flexibilização. De um lado, ocupar todo o tempo produzindo justifica, na experiência concreta dos trabalhadores criativos, a intensificação do trabalho que tende a tomar o tempo de não trabalho. De outro, “entregar os segredos” se torna a corporificação do trabalho em algo passível de ser reproduzido, convergindo, portanto, com o processo de padronização e degradação substancial do trabalho criativo.

Ainda no tópico qualidade, há o trabalho de David Epstein, *Por que os generalistas vencem em um mundo de especialistas* (2020). O discurso que toma parte da literatura de negócios não apenas dissemina ideologias do espírito capitalista e implementam perspectivas de disciplinamento, mas também atua sobre a lógica da qualidade e qualificação. Em conjunção com processos concretos nas relações de trabalho de conhecimento criativo que temos chamado de degradação substancial, podemos encontrar nessa literatura abordagens e formulações que dão escopo e justificativa para tais processos. É o que vemos nesse trabalho de Epstein. Como

aparece em muitos dos textos desse gênero, os exemplos e cases são geralmente construídos em torno do universo do esporte e de histórias pessoais, nas quais a lógica de competição e excelência se tornam bases para a perspectiva do desempenho no mundo laboral (EHRENBERG, 2011). A tese de Epstein é que, diferentemente da crença acerca da especialização – ideia que permeou manuais técnicos envolvendo a “prática deliberada”, ou seja, 10 mil horas de prática especializada como princípio para se tornar bom em qualquer campo –, que norteia em grande parte a ideia de formação e experiência em uma lógica empresarial fordista, a experiência generalista é mais eficaz e pertinente para o mundo atual por tornar possível conciliar interesses diversos, ser mais criativo e ágil e deter maior capacidade de raciocínio, algo bastante conveniente para tempos de trabalho flexível.

A premissa por trás dessa ideia é de que 1) uma experimentação ampla inicial e 2) o desenvolvimento, por conta dessa experimentação, de amplas habilidades, tendem a converter a performance de sujeitos em especialistas tardios mais criativos e mais realizados. Na visão postulada por esse autor, a “experiência”¹⁵² serve para que tenhamos sempre as mesmas formas e perspectivas para resolução de um problema, mas isso não é o suficiente para um mundo (na verdade, “ambiente de negócios”) no qual os problemas nunca serão os mesmos, mas cada vez mais complexos. Para tanto, o autor se utiliza de uma seara ampla de exemplos baseados no esporte, em lideranças do mundo dos negócios e supostas pesquisas científicas (geralmente nas áreas de psicologia cognitiva ou neurociência), que visam dar respaldo para a abordagem.

Assim como em Taleb (2012), a premissa do caos influencia fortemente seu discurso. Ora, essa mensagem em um mundo do trabalho cada vez mais flexível funcionalmente “cai como uma luva” no sentido de os profissionais procurarem justificar e respaldar a necessidade de buscarem novas habilidades e de lidarem com o acúmulo de tarefas gradativamente mais demandadas. Ademais, sobretudo na posição de liderança, a ideia de generalista é bastante aderente a de um “generalista-gerencial”. A ideia de “especialista tardio” funciona, portanto, menos como um lugar específico do que como uma forma de perceber a experiência de mudanças e a flexibilidade funcional como positivas.

¹⁵² “O desafio que todos enfrentamos é como manter os benefícios da amplitude, da experiência diversificada, do pensamento interdisciplinar e da concentração tardia em um mundo que cada vez mais incentiva (e até exige) a hiperespecialização” (EPSTEIN, 2020, p. 23).

Vale apontar – como é frequente na literatura de negócios que dá insumo ao discurso do trabalho flexível – que a crítica à “hiperespecialização” tem como foco duas esferas: a) da formação formal, da ideia de que regime “rígidos” (taylor-fordistas do século XX) formam especialistas com visão reduzida de mundo, e b) do trabalho integral regular (*staff*), que é vinculado a um tipo de trabalho específico e especializado executado pelo trabalhador – o que sabemos ser mero discurso, pois os processos de flexibilização funcional atingem também o trabalhador integral. Ser generalista é, dessa maneira, uma qualidade colocada como essencial para se obter sucesso e reconhecimento no mundo do trabalho.

Mas a qualidade também aparece conectada com o eixo de gestão, ou seja, das formas de se manter no campo. Dois dos trabalhos de referência de líderes de pensamento exploram isso: *Reinvente sua empresa* (famoso pelo título original, em inglês, *Rework*, 2012) de Jason Fried, e *Trabalhe 4 horas por semana* (2007[2021]) de Timothy Ferriss.

O trabalho de Fried trata de uma ideia de reconfiguração do trabalho, baseada em eficácia e eficiência. Tais noções estariam, na perspectiva do autor, dissociadas da realidade do trabalho regular e das empresas, em que muita burocracia e rigidez seriam promotoras de muito tempo desperdiçado. É, portanto, necessário reconfigurar, daí o sentido de “Rework”. Diferentemente de uma tradução literal, que significaria, como o termo usado na ICM, “refazer um trabalho” (re-trabalho), o contexto aplicado por Fried é de reconfiguração, reprogramação.

Em seu discurso há forte conotação da qualidade como atributo de ser empreendedor. No entanto, até nesse sentido é preciso reconfigurar: o autor dispensa o uso “generalizado” do termo, ressignificando-o com base na ideia de “impulsionador”, pois seriam sujeitos proativos, criativos e determinados impulsionando novas ideias e projetos em uma sociedade de pessimistas e estressados. Novamente, uma qualidade que apontaria para critérios técnicos se torna uma leitura moral sobre trabalho e negócios. A partir disso, o livro apresenta frases imperativas sobre o que se deve fazer – que assumem o sentido de como se deve ser e pensar. A noção de gestão, de ferramentas práticas para atuação como trabalhador autônomo, se torna um manual de qualidades que tornam um profissional reconhecido e bem-sucedido.

As sugestões de Fried navegam por um discurso empreendedorista bastante aderente ao universo das startups e empresas de tecnologia. Falas como “erre rápido para errar melhor”, “planejar é apenas um palpite, é preciso improvisar”, “atue em curto prazo”, entre outras, parecem direcionadas à empresa, mas na verdade são reconfigurações propostas aos indivíduos, ou seja, aos trabalhadores. O constante foco, em termos de gestão, de fazer sempre o mínimo, o menor, de forma mais rápida e menos elaborada, abre precedentes para que a leitura do discurso seja facilmente digerida em termos individuais e não amplos. Os trabalhadores criativos são orientados, nessa dinâmica do discurso, a organizar seu modo de trabalho de acordo com a maneira como a gestão de uma empresa é colocada ali, ampliando, no caso dos autônomos, o senso de proximidade com o empreendedor e não com trabalhador subordinado. Podemos notar como essa perspectiva ressoa também nas narrativas do campo:

"[freelancer] é empreendedor com certeza, porque envolve estes três pilares que a gente conversou de gestão da própria marca, gestão do próprio negócio e de conhecimento técnico. Um trabalhador autônomo só é contratado se ele entrega. Ele é contratado e entrega; não há nenhuma complexidade maior que a própria tarefa. No caso do freelancer, é uma jornada mesmo, é uma escolha de carreira. Então, é como abrir um negócio, com certeza é um empreendedor. Inclusive o perfil comportamental, o soft skills, a gente vê muita similaridade." (Cadernos do campo)

Um princípio de autodeterminação de si – próximo a um empreendedor – como qualidade e gestão também está presente na obra bastante conhecida na ICM, *Trabalhe 4 horas por semana*. Dos trabalhos da literatura de negócios atuais, o livro de Timothy Ferriss (2020) é um dos mais bem-sucedidos. Grande best-seller, que carrega mais um conteúdo recheado de frases feitas de autoajuda, ele é considerado um dos trabalhos mais influentes sobre viver e trabalhar de modo flexível. Construído sobre um acrônimo forjado, DEAL (de Definição, Eliminação, Automação e Liberação), esse trabalho, originalmente de 2007¹⁵³, é um grande tratado contra o trabalho regular. Seu subtítulo original (que foi alterado por motivos mercadológicos, com o sucesso das vendas) era “escape do 9-5” (expressão utilizada como sinônimo de “trabalho das 9 da manhã às 17h).

Ferriss preconiza – em um discurso que é *pari passu* com o que encontramos em muitas das verbalizações no campo em torno do discurso sobre trabalho flexível – a visão da trajetória de vida não como uma longa carreira, marcada por início, meio e fim

¹⁵³ Utilizamos a edição mais recente, de 2020, a 2a edição revista e ampliada (5a reimpressão).

e com uma aposentadoria, mas como um projeto. A ideia de projeto, além de mimetizar a própria dinâmica do trabalho nas condições contemporâneas, transmite a ideia de uma continuidade impermanente e da transformação contínua por toda a vida, marcada pelo *lifelong learning*. Em sua visão:

O conceito de projeto de vida como um substituto para um planejamento de carreira em várias etapas é válido. É mais flexível e permite que você teste diferentes estilos de vida sem se comprometer com um plano de aposentadoria de 10 ou 20 anos que pode não dar certo devido a flutuações do mercado que escapam ao seu controle. As pessoas estão abertas a alternativas (e mais dispostas a aceitar que os outros façam o mesmo) já que muitas das outras opções – que antes eram as opções 'seguras' – não deram certo. (FERRISS, 2020, p. 11-12)

Esse discurso postula que a aposentadoria não deve ser “adiada” – “*aposentadoria é o ouro dos tolos*” (FERRISS, 2020, p. 46) –, mas “parcelada” para se aproveitar muitos bons momentos durante a vida corrente. No entanto, o que é possível perceber, indo à raiz de sua fundamentação a partir da experiência contemporânea de degradação, é, na verdade, o prolongamento do trabalho para o resto da vida, pois o trabalho flexível toma mais instâncias que antes eram mais “protegidas” pelo não trabalho. Para tanto, na perspectiva do autor, é necessário estabelecer um novo projeto de vida, baseado no perfil que ele denomina de “Novos Ricos”: profissionais autônomos, empreendedores, que vivem e trabalham de maneira flexível, são livres e fazem o que desejam.

É muito interessante que a premissa defendida por trás dessa ideia esteja também carregada de elementos *contraculturais*, como encontramos na análise de Boltanski & Chiapello (2020), em que a crítica ao sistema capitalista é incorporada como parte dos discursos de justificação do capitalismo. A contracultura é, nesse sentido, a oposição de disposições e expectativas de uma ordem anteriormente estabelecida, no caso, o trabalho integral regulamentado. A obra de Ferriss é um exemplo explícito disso na medida em que o Novo Rico, esse profissional autônomo, é delineado como um rebelde “quase” revolucionário por fazer aquilo que nem todos enxergam como possível. É um discurso que dá sentido ao senso prático das transformações correntes por meio da qualidade de ser um empreendedor e de dicas para a gestão dessa nova “vida-projeto”.

Como grande parte desses trabalhos da literatura de negócios, a chave da liberdade está expressa no grande vilão: o trabalho regular, de 40 horas semanais, no qual se executa uma única atividade de maneira rígida e subordinada. O mantra do autor

(“a vida não tem que ser tão difícil”) poderia ser facilmente entoado pelas manifestações contra o sistema, com a diferença que é o sistema a resposta para esse dilema, pois é pelo capitalismo, na atividade empreendedora, que se conquistaria essa autonomia. São os protagonistas desse movimento os Novos Ricos, “aqueles que abandonam os planos de uma vida adiada e criam estilos de vida luxuosos no presente, usando a moeda dos Novos Ricos: tempo e mobilidade. Isso é uma arte e uma ciência a que nos referimos como Projeto de Vida” (FERRISS, 2020, p. 19). Observa-se como os termos “arte” e “ciência” são mobilizados, construindo uma percepção para os leitores dessa literatura de que tudo que está ali possui viés de autoridade e verdade.

De acordo com o autor, os três ingredientes de um projeto de vida bem-sucedido são tempo, renda e mobilidade. É uma vida regida pela habilidade de escolher, ou seja, pelo exercício da liberdade como imperativo disciplinar, que embasa o discurso do trabalho, como vimos, na sua constituição de racionalidade neoliberal. Escolher é exercer poder, que é a base da liberdade conquistada. O tempo se torna, então, um padrão de uso produtivo e livre, diferente da lógica do trabalho integral, que usaria o tempo de maneira tóxica, baseado em hábitos ruins e imitação. A renda deixa de ser focada naquilo que se chama de “absoluta” (oriunda diretamente da remuneração pelo trabalho) e se torna “relativa” (medida, portanto, pela disponibilidade de tempo que se tem para fazer as coisas que deseja, ou, “qual é a renda mínima que se precisa para se atingir os objetivos de vida”). A mobilidade se reflete em minimizar ao máximo as “raízes” e da possibilidade estabelecer uma vida em diversos lugares, de acordo com os interesses e oportunidades. Como verificamos, essa visão ecoa nos discursos proferidos entre os trabalhadores criativos:

“Eu já trabalhei fixo aí eu voltava ficar com freelancer porque eu gostava. Eu cansava de sempre fazer o mesmo projeto, ter o mesmo chefe, não aguento rotina. (...) eu não quis [mais trabalho fixo], eu fiz essa troca para poder continuar como freelancer e não ter chefe e trabalhar no meu ritmo caótico, mas eu faço os meus horários e tem um lado bom e o lado ruim de tudo. Que eu continue nessa vida de freelancer não foi por dinheiro, foi realmente por não me sentir presa, então agora esse retrato é de uma pessoa que trabalha sozinha, que sente falta de trabalhar com pessoas, que trabalha com pessoas remotamente.”

“A agência era tudo garantido, no papel, CLT. Mas quando eu mensurava as coisas, eu mensurava coisas não-tangíveis, como meu tempo e o prazer de estar em casa e gerir meu tempo. É uma sensação de que você é dono de sua vida, do seu tempo (...) [mas] o principal de ser freela é isso: você tem que se acostumar com as incertezas”. (Cadernos do campo)

Por outro lado, o emprego representa o *medo*: medo de não viver livremente, o medo de se libertar da “fantasia do seguro”. A ideia de risco é quase um componente moral que diferencia aqueles que aderem ao Projeto de Vida contra os *Adiadores* – ou seja, os que permanecem buscando emprego regular. O ponto essencial é como esse discurso marca as formas de autodeterminação que são perseguidas pelos trabalhadores criativos, sujeitos às condições de flexibilidade e que enxergam no caminho “desenhado pelos Novos Ricos” uma forma de encontrar liberdade, autonomia e reconhecimento. Estes, como já mencionamos, são termos altamente vinculados ao que significa ser *freelancer*.

O caminho, assim como no discurso, é recheado de receitas que envolvem o indivíduo, sua autoresponsabilização e riscos, como a noção de propósito e resiliência. Há também nesse discurso uma ideia de “sentido da vida” que aborda um falso existencialismo, voltado à busca da compreensão (de maneira instrumentalizada) do propósito do trabalho. Porém, essa compreensão, ou mesmo a ideia de “liberdade”, não envolve a superação da alienação do trabalho, mas a reordenação da substância do sentido do trabalho, ocupando mais tempo da vida. É dessa maneira que a questão da qualidade e do reconhecimento também é interpretada no campo sobre a experiência de ser *freelancer*, como vemos nessa verbalização:

“eu sempre me reconheci muito como freelancer, como empreendedor livre né, como alguém que decidiu por conta própria, ou que, no meu caso inevitavelmente foi jogado no mundo freelancer, mas depois eu tive a opção e decidi por me manter como freelancer. Eu percebi que esse nome me representava e tinha algum tipo de empoderamento (...) mas essa não era a percepção que o mercado tem, que outros freelancers às vezes tem na mesma categoria que eu, designer, web, branding, criativos né, das áreas que são consideradas criativas, também não se reconheciam dessa forma, não se viam empoderados como empreendedores e etc. E aí eu comecei a perceber que existia uma diferença entre ser e estar freelancer, quando você se reconhece, você é um empreendedor autônomo liberal e você entende todas as nuances que existe dentro dessa categoria, como ter contabilidade. Talvez você tenha que contratar outros fornecedores, outros freelancers, tem que atender cliente, lidar com aspectos emocionais e físicos né, burocráticos, enquanto que existia uma diferença entre o estar freelancer, que é aquele profissional que geralmente tem CLT, está dentro de uma categoria CLT, mas presta serviços ocasionais e pontuais para algumas empresas, sem a intenção por n motivos de se tornar o empreendedor.” (Cadernos do campo)

Portanto, podemos perceber como, a partir das referências exploradas, os elementos de propósito, gestão e qualidade e posicionamento são trabalhados no discurso a partir da mentalidade empreendedorista presente nos trabalhos dos líderes de pensamento. Há uma convergência fundamental para a noção, enquanto identidade e imperativo, em torno do modelo empresa e do empreendedor, que determina em termos

de técnicas, competências, atributos – e também moralmente – modos de racionalização e justificação da experiência vivenciada pelos trabalhadores criativos.

Nos trabalhos dos *experts*, os três eixos aparecem de maneira incisiva (na forma de dicas ou manuais), com maior peso na gestão e na qualidade e posicionamento. Nesses trabalhos, encontramos posições mais diretivas, voltadas para trabalhadores autônomos, mas conectando-os ao exercício de empreendedorismo e não ao trabalho subordinado. Assim como na literatura dos líderes de pensamento, há forte conotação moral em torno do “como-ser” em linguagem de “como-fazer”.

O constante caráter de manual desses trabalhos envolve não apenas o caráter pragmático e executivo dessa literatura, mas efetivamente a mentalidade que precisa ser com frequência desenvolvida e atitudes que conformam certo disciplinamento. O agir se torna consequência de uma mentalidade adquirida e, além do caráter de construção de um agir, uma forma de conduta, há o “quem pode fazer isso”: a constituição do lugar de referências e figuras de inspiração que se enquadram ao modelo de competitividade do mercado da ICM: para ser uma inspiração, é preciso ser (ou parecer ser) alguém que venceu, que conquistou. Vamos passar, então, sucintamente para os principais tópicos abordados nas obras selecionadas.

O livro do designer de motion, Joey Korenman (2017), se pretende um guia para inserir e ensinar trabalhadores criativos da ICM a serem *freelancers*, ou seja, a construir por si só sua própria carreira. O livro é dividido em duas partes: na primeira, ele realiza um “estado de espírito” sobre o trabalho *freelancer*, o que dá nome ao livro *Manifesto Freelancer*, e, na segunda, ele foca nas dicas e recomendações, elaborando um “guia de campo”. É nesse sentido que a obra se torna interessante analiticamente: ela pretende ser um manifesto de produção de sentido do porquê se tornar *freelancer*.

O *Manifesto freelancer* é constituído de três eixos: os dilemas em ser *freelancer*, as oportunidades em ser *freelancer* e os mitos em torno do *freelance*. O elemento essencial no argumento para ser *freelancer* é a ideia de controle da vida e da carreira, o que envolve a ideia de exercício da liberdade por meio, no interior desse discurso, do elemento fundamental potencializador em uma sociedade capitalista: trabalho e renda. A ideia de liberdade por trás desse discurso é de uma liberdade fundamentalmente

ancorada no e pelo capital. De acordo com o autor, não há nada além disso; é pelo capital que as possibilidades de exercer a liberdade devem ser construídas.

Porém, para exercer essa liberdade, deve haver uma forma certa de se governar e se adequar às normas do corpo idealmente mais livre nessa ordem: a empresa. O sujeito deve ser e agir, então, como uma empresa e operar numa lógica que sirva aos ditames dessa relação. Nas palavras de Korenman (2017, Kindle edition), o “conforto é inimigo do crescimento”, ou seja, há um processo de desconforto e instabilidade que é o caminho prático e adequado para chegar no vir a ser do controle e da liberdade. Nesse sentido, Korenman justifica que ser *freelancer* é algo que traz muito mais dinheiro do que ser um trabalhador fixo (*staff*), além de ter mais liberdade e de fazer trabalhos mais legais. Por isso, as questões em torno de gestão e posicionamento são fundamentais.

Sobre o dinheiro há uma relação projetada entre trabalho e rendimento, no sentido de que seria possível para o autônomo receber mais se trabalhar mais. Essa conexão aparece, em discurso, muito próxima ao que seria do empreendedor, mas desconsidera, em sua projeção, uma realidade em que esses trabalhos criativos têm sido cada vez mais assalariados – ou seja, mais parte da cadeia e, conseqüentemente, barateados como força de trabalho. Assim, a projeção entre quantidade de trabalho e renda não segue, em termos reais, sempre a projeção discursiva de que ser *freelancer* pode significar ganhar mais dinheiro.

A questão do dinheiro pode ser um pouco mais óbvia, mas não se deve subestimar a questão da liberdade e das “coisas legais”. A liberdade traz a memória efetiva do trabalhador fordista, vinculado a padrões rígidos de vigilância e controle, em que tinha seu tempo totalmente controlado (de maneira explícita) pelo trabalho. A liberdade conectada ao *freelancer* seria, portanto, a liberdade de executar o trabalho em um tempo fora do espaço regulamentado da *hora-trabalho-fabril*. Esse elemento é um importante item para trabalhadores criativos, como temos demonstrado, pois, por executarem tarefas intelectuais (escrita, desenho, leitura, etc.), a possibilidade de exercer o trabalho em momentos “mais frutíferos” é tida como mais produtora e conveniente. Novamente, a liberdade funciona nos termos do trabalho, não fora dele.

Em suma, a capacidade de o *freelancer* sobreviver de trabalho autônomo estaria associada ao fato de executar um trabalho que saiba fazer. Isso não significa, entretanto,

que ele não tenha que se aperfeiçoar constantemente – com base na ideia de *lifelong learning* –, de modo que a necessidade do aprimoramento contínuo envolve cada vez mais a apropriação do tempo de não trabalho, destinado agora ao trabalho. Essa abordagem vem também com a abertura para o trabalho não (ou pouco) remunerado, que pode ocorrer até que se adquira experiência. A experiência se torna, dessa maneira, a chave para compreender uma lacuna entre o desejo e a expectativa de sucesso e reconhecimento (mediante o controle) do trabalho autônomo, e a realidade do trabalho executado por muito pouco e cada vez mais assalariado, garantindo a apropriação de mais-valor na cadeia pelos grandes agentes. É na experiência que se efetiva a exploração da mercadoria da força de trabalho do criativo, que aprofunda o grau de necessidade à medida que a função executada se torna mais assalariada – com algumas funções pontuais que, no regime de experiência do montante de trabalho imputado ali, vai se concretizando nas ferramentas, cursos, etc.

Na visão de Korenman, enquanto posicionamento, o lugar do trabalho gratuito ou mal remunerado é tratado como o melhor lugar (que ele chama de *Rainbow*) para que o trabalho realmente criativo seja executado. Para Korenman, é nesse tipo de trabalho que o criativo vai executar o melhor, com mais liberdade, o que consequentemente vai elevar seu *skill* para que possa, nos próximos trabalhos, receber mais por trabalhos mais bem pagos (que ele chama de *Pain*). O próprio fato de Korenman e muitos outros – como vimos no campo – se reconhecerem como artistas dá tônica da importância que ser criativo produz. Inclusive, o autor conecta a arte ao negócio, afirmando que “fazer negócios é a arte de prover valor aos clientes” (KORENMAN, 2017, Kindle edition). Esse “melhor lugar” responderia a um dilema que atravessaria a atuação de todo *freelancer*: por um lado, o trabalho mal remunerado vai dar mais liberdade para adquirir experiência, possibilitando que o profissional adquira reputação, o que vai aumentar seu preço no futuro; por outro, o tempo é a moeda do *freelancer* e não o dinheiro. Em outras palavras, todo o tempo do *freelancer* deve estar voltado para atividades que, no médio e longo prazo, convertam mais possibilidades para ganhos e controle – “você não vai ser pago por algo que você nunca fez” (KORENMAN, 2017, Kindle edition).

Na perspectiva de Korenman, o dilema do *freelancer* reside entre a escolha entre dor e satisfação. De um lado, a Dor está relacionada a trabalhos que envolvam um

montante de dinheiro (e apenas isso, por esse motivo a dor). De outro, trabalhos que garantem satisfação criativa, mas nem sempre são remunerados. Quanto mais dinheiro um cliente tem e paga, menos controle o profissional *freelancer* detém sobre o processo e menos criativo o projeto será. No entanto, esta seria a compensação, pois são em projetos assim que a maior parte da renda é recebida. A equação seria, então, ponderar entre projetos de Dor (projetos bem-remunerados, mas com baixo nível de criatividade ou satisfação) e projetos de Arco-Íris, que são de pouco (ou nenhum dinheiro), mas com grande liberdade e possibilidade inovadora¹⁵⁴. É nesse sentido que gestão e posicionamento se combinam na abordagem de Korenman que, contudo, encobre e justifica o processo de degradação corrente na ICM, na qual se é cada vez menos bem remunerado e há cada vez menos condições de exercer trabalhos realmente criativos.

Como em grande parte da literatura analisada, a crítica de Korenman se direciona com frequência ao trabalhador regularmente empregado (*staff*), ao que chama de “zona do meio” (*No Man's Land*). Esses trabalhos seriam motivados pelo medo, pois pagam regularmente e, ao mesmo tempo, têm baixo nível de criatividade. Eles ajudam a pagar as contas, mas são fonte de grande frustração para os profissionais do trabalho criativo na medida em que há poucos desafios e grande grau acumulado de insatisfação sobre os projetos executados – que só pioram, pois não há criatividade, tampouco controle e não se ganha mais por isso. Para Korenman, os *freelancers* têm a possibilidade de atuar exatamente no universo que os trabalhadores regulares não têm, combinando entre projetos de Dor e projetos de Arco-Íris. O *freelancer* aceitaria, de maneira racional, trabalhos de Dor para ter condições de se dedicar e ter tempo para projetos de Arco-Íris.

Essa visão aparece frequentemente nas narrativas dos trabalhadores criativos pesquisados. Ser *freelancer* se conecta com o potencial de estar na zona do Arco-Íris, mesmo diante das adversidades:

“[Trabalhar de maneira regular integral] foi um período legal de experiência. Porém, minha alma de freela estava ali gritando o tempo todo. Eu comecei a me sentir escravizado, eu tinha que estar lá todos os dias, gerenciar 4 pessoas, isso não é de deus. É uma coisa complexa. Para mim o dinheiro sempre foi consequência do meu trabalho. Eu gostava de fazer design pelo amor e aí eu comecei a me ver fazendo trabalhos por dinheiro. E

¹⁵⁴ “Há o Arco-Íris, no qual você possui controle total. Você pode fazer exatamente o que deseja, criar sua visão e fazer algo realmente legal que você não teria oportunidade de criar em outro contexto. Estes trabalhos de Arco-Íris vão tornar você notado e mover sua carreira adiante” (KORENMAN, 2017: Kindle edition).

isso começou a me deixar triste e desanimado. Não é isso que quero! Não estava feliz. (...) eu era muito mais feliz quando eu era só freela. Juntou as duas coisas e aí eu terminei o casamento, saí da agência e falei: vou voltar a ser freela (...) consegui colocar na minha cabeça que existiam projetos por dinheiro e por amor. Eu não consigo só projetos por amor porque não enchem barriga, mas também não consigo só por dinheiro porque preciso do amor para me motivar e trabalhar.” (Cadernos do campo)

Segundo Korenman, ser *freelancer* oportuniza possibilidades que não estariam, pelo menos para a maioria das pessoas, disponíveis no trabalho regular (*staff*). Afinal, “as melhores empresas criam ambientes que mimetizam o freelance” (KORENMAN, 2017, Kindle edition). As principais oportunidades seriam: 1) fazer mais dinheiro, o que está diretamente associado ao corte de benefícios e de direitos trabalhistas; 2) fazer trabalhos mais legais e interessantes, que estariam associados às escolhas do próprio profissional e não de seu empregador; 3) escolher o quanto deseja trabalhar, com a possibilidade de escolher períodos de intensidade de trabalho; 4) escolher quando deseja trabalhar durante a semana (horários e períodos); 5) escolher onde deseja trabalhar, com a ideia do trabalho remoto; 6) viver em um ambiente livre das políticas do trabalho; 7) escolher para quem deseja trabalhar (clientes), com a pretensa ideia de um “varejo-mercado de clientes”, como se houvesse liberdade plena de escolher para quem deseja vender a força de trabalho; 8) estar mais motivado, com a suposta conexão entre propósito e trabalho realizado, seja nos projetos de Dor, seja principalmente nos projetos Arco-íris, pela possibilidade de controle do trabalho. Nesse conjunto de oportunidades, é importante ressaltar que o princípio de autodeterminação empreendedorialista guia os sentidos de gestão e posicionamento ao qual o *freelancer* deve se dedicar.

A gestão da vida *freelancer* é também tema do livro *Redator Freelancer*, de Paulo Maccido (2020). Apesar do título parecer focado apenas nos criativos que atuam com textos e editorial, o trabalho é citado por profissionais que trabalham em outras áreas da ICM pela gama de dicas que pretendem ensinar trabalhadores autônomos a se tornarem exímios *freelancers*. Como esperado nessa literatura, esse livro, com ares de manual, está embebido da mentalidade empreendedorialista, com elementos que são voltados para a formação de uma mentalidade específica em torno da expectativa e de valores que envolvem o universo do trabalho criativo. A obra segue a linha comum nessa literatura de negócios, que é a mistura entre dicas (manual, *how-to*), histórias

peçoais e linguagem com frases de efeito e encantamento, estabelecendo um cruzamento de áreas como Internet, Publicidade, Administração, Economia e Negócios.

O profissional freelancer é descrito como o *guerreiro dos tempos modernos*, o que, como temos visto em outros trabalhos, aproxima discursivamente a ideia de ser *freelancer* a algo de *contracultura*. Maccedo também tem preocupação de definir o que significa *freelancer*, com uma delimitação muito baseada na experiência da ICM¹⁵⁵. Tanto os pontos elencados como os prós em ser *freelancer* – “*liberdade de horário, liberdade geográfica e flexibilidade de orçamentos*” (MACCEDO, 2020, Kindle edition) – quanto os contras – a “*falta de liquidez financeira, pouco valor reconhecido e dificuldade para captação de novos projetos*” –, além do esperado do agir desse profissional – “*desenvolver uma mentalidade empreendedora e tomar atitudes diferenciadas, para conseguir alcançar mais facilmente resultados profissionais e financeiros atuando como freelancer*” –, são elementos que aparecem bastante associados nos discursos que vimos em campo nos formulários e nas entrevistas.

O autor também posiciona o ofício do *freelancer* em um lugar demarcado da Venda, daquilo que agrega conexão entre quem vende e quem compra. Por isso, a atividade deve estar vinculada à performance e à capacidade de entrega para o cliente naquilo que Maccedo denomina de tríade do resultado: a) *posicionamento de marca ou produto*; b) *relacionamento com consumidores e interessados ou influenciadores*; c) *conversão ou efetivação do consumo*. O interessante é que, nessa definição, além da perspectiva empreendedorialista, há uma circunscrição maior do que significa atuar na ICM com a publicidade (conforme tratamos no capítulo anterior).¹⁵⁶

Ademais, em termos de posicionamento, Maccedo aponta que, além de olhar para Vendas (“*Vender é uma atividade essencial em qualquer profissão*”), a conexão da atividade com propósito e vocação, a amplitude de ação (“*seja especialista, mas em um*

¹⁵⁵ “O freelancer, também conhecido popularmente no Brasil como freela ou “frila”, é o termo que denomina o profissional autônomo que se auto emprega em diferentes empresas ou, ainda, que guia seus trabalhos por projetos, captando e atendendo seus clientes de forma independente. (...) freelancer é um profissional que tem horários de trabalho flexíveis e apresenta engajamento maior em projetos que demandam dedicação diferenciada, e visões abrangentes ou independentes da cultura dos clientes” (MACCEDO, 2020, Kindle edition).

¹⁵⁶ “O produtor de conteúdo é o termo mais indicado [para denominar o *freelancer*]. Este é o profissional responsável por produzir aquilo que sua empresa precisa falar e o que seu consumidor precisa ouvir” (MACCEDO, 2020, Kindle edition).

pouco de tudo”) e o uso do tempo para construção de experiência e capacidade de ter alta performance são caminhos para se posicionar como um *freelancer* bem-sucedido.

Os tópicos em torno de gestão e posicionamento também podem trazer abordagens inoperacionais acerca da representação e atuação de *freelancers*. Uma das figuras que parece representar, de forma unânime no campo, essa posição é a do *nômade digital*. Este é o profissional que atua na ICM, mas vive em deslocamento geográfico, atuando livremente em projetos e sendo, idealmente, “dono de seu tempo e espaço”. A autodeterminação empreendedorista é exaltada nessa figura, que tem ganhado atenção na literatura de negócios e em matérias e artigos de mídias voltadas para o público. Na literatura, há como referência de expert¹⁵⁷ *Nômade Digital*, de Matheus Souza (2019), que escreve um manual baseado em sua experiência como trabalhador criativo autônomo.

A perspectiva mais interessante do livro, que contribui para apreendermos a composição da mentalidade empreendedorista, é o que Souza denomina de *viver deliberadamente*. Souza constrói um trabalho em que vincula o emprego formal a uma vida vivida “parcialmente”, repleta de não realizações, falta de controle e insatisfação. Na visão do autor, para viver uma vida plena, na qual o trabalho também representa (e não somente) essa plenitude, é preciso buscar viver de modo deliberado, o que livro faz ao conectar a ideia de “viver deliberadamente” com a contracultura¹⁵⁸. Como tem sido contínuo nesse tipo de literatura, a sugestão de uma vida laboral pautada no empreendedorismo e na autodeterminação possui relação com uma cultura de rebeldia e

¹⁵⁷ Na produção dos líderes de pensamento, o trabalho de Ferriss talvez seja o que mais solidifique o referencial do *nômade digital*.

¹⁵⁸ É muito relevante ver como há conexão simbólica com a ideia da contracultura dos hippies estadunidenses, na perspectiva de um grupo que teria sublevado contra as instituições fixas e tradicionais (mas teriam, na visão ingênua e moralista dessa leitura, se perdido nas drogas), como emprego fixo e consumo. Vale lembrar da crítica de Eugene Morozov (2018) sobre o universo empresarial tecnológico do Vale do Silício, o qual teria se inspirado nas perspectivas da contracultura estadunidense, baseado em ideias individualistas e pró-sistema, ou seja, a crítica às instituições tradicionais não se verificou como uma crítica ao capitalismo. Desse modo, muitas das soluções supostamente “revolucionárias” pautadas nas tecnologias surgidas desse contexto (como Apple, Facebook, Google e afins) são soluções dentro do capitalismo, aprofundando e se apropriando das lacunas e da exploração geradas no sistema. A arte de esvaziar sentidos acompanhou essa visão: inundou o capitalismo de “revoluções” que a nada mais serviram do que fortalecer e ampliar os elos concretos e simbólicos com o sistema.

de transformação – e não de conformidade. É nessa esteira que, no sentido de “valorizar” o universo do *freelancer*, Souza inscreve a ideia de contracultura.¹⁵⁹

O *viver deliberadamente* como parte do ideal de ser um *freelancer* parece enfraquecer o sentido de prazer e repousar em uma ode à intensificação do trabalho, justificando práticas e experiências diante das transformações do trabalho. A gestão do trabalho e posicionamento, na abordagem de Souza, não foge a esse padrão quando ele caracteriza o que é ser um bom *freelancer*:

As maiores características de um bom freelancer são organização, boa comunicação, vontade de aprender, proatividade, disposição e capacidade de solucionar problemas, além da abertura para ouvir feedbacks e se desenvolver a partir deles. Caso você se enquadre nesse perfil, construir uma carreira como freelancer pode ser uma ótima opção (...) Isso significa que por um período de tempo, longo ou não, você dormirá pouco, não terá vida social e terá que ser extremamente produtivo. Isso vai totalmente contra viver deliberadamente, mas, em algum momento do seu projeto de nomadismo digital, será necessário viver como um workaholic. (SOUZA, 2019, Kindle)

Essa visão se torna bastante aderente nos discursos dos criativos, que reconhecem (e naturalizam) a ideia de que, mesmo que ser *freelancer* represente autodeterminação de suas escolhas, liberdade e autonomia, a responsabilidade, o trabalho e a necessidade de executar múltiplas tarefas se tornam fundamentais:

“Eu acho a gente muito primário, quase todos os influenciadores, produtores [de conteúdo]. Eu lido com pessoas do país inteiro, os programadores, ilustradores, eu sinto que todo mundo é muito desorganizado no sentido de entender que ele agora é um freela e que ele precisa ter esta organização, responsabilidade e entender qual o espírito de ser um freela. O povo acha que ser freela é trabalhar menos. Você trabalha dobrado! O povo acha que você tem flexibilidade e não que você pega 10 projetos ao mesmo tempo, e aí você vai ter que dar conta e trabalhar no final de semana (...) Ou você se joga para o trabalho ou você fica no CLT. Esta ideia de que freela é uma vida mais fácil... as pessoas são muito primárias.” (Cadernos do campo)

O trabalho de Martina Flor, *O Grande Salto: Guia para você se lançar como freelancer nas Indústrias Criativas* (2020), segue uma linha parecida com outros trabalhos nesse universo da literatura de negócios. Em um livro que mais parece um

¹⁵⁹ “Esse brilho nos olhos, aliás, é comum em todos os nômades digitais que encontrei pela estrada ou que entrevistei para esse livro. Todos nós, cujos valores nos tornam símbolos da contracultura do século XXI, decidimos não esperar mais pelos finais de semana ou por um período de férias para aproveitarmos nossas vidas. Ao trocarmos o mercado de trabalho tradicional por um estilo de vida que nos permite trabalhar e viajar pelo mundo ao mesmo tempo, aproveitamos a tecnologia para atuar de acordo com nossos próprios termos e condições (...) Hoje, trabalho por projetos, não mais por horas. Estipulo meus prazos e, para o cliente, tanto faz se eu tirar uma folga na segunda-feira e trabalhar 10 horas no dia seguinte, desde que a demanda seja entregue na data combinada. O que importa é o resultado, não o número de horas trabalhadas” (SOUZA, 2019, Kindle).

portfólio para vender seu nome e trabalho¹⁶⁰ do que propriamente uma obra para intervenção técnica no campo, ele carrega uma série de pressupostos da mentalidade *freelancer* a partir do lugar de “manual”, com dicas e passos para se tornar *freelancer*.

Flor também entra na disputa simbólica da definição de *freelancer*, vinculando-o à figura do “empreendedor” por ser este “*proprietário de seu próprio negócio*”. Essa definição é carregada de responsabilidades (“*por menor que seja [seu negócio] você vai definir o caminho a seguir, tomar as decisões, como também será quem vai executar o trabalho, procurar clientes e falar com eles, emitir faturas e pagar as contas*”) e visão de mundo (“*isso exigirá uma mudança de atitude de sua parte*”), sempre em oposição presumida ao trabalhador formalmente empregado. As duas características que marcariam a realidade do *freelancer* (em oposição ao *staff*) são as mesmas que aparecem recorrentemente na literatura de negócios e nas narrativas dos trabalhadores criativos: a) tempo totalmente ocupado¹⁶¹; b) necessidade de educação constante, o *lifelong learning*.

O diferencial na abordagem de Flor, em relação a outros trabalhos, é conectar elementos de gestão com o tópico do propósito. A partir da insatisfação que marcaria a vida de um trabalho regular que tem um patrão, a mudança para ser *freelancer* seria motivada pela busca da satisfação e da realização do propósito no trabalho, apontado como impossível para o *staff*.

Propósito é também um elemento importante nos processos de gestão e posicionamento de ser *freelancer* no livro de Marianne Cantwell, *Seja Livre* (2020)¹⁶². O trabalho, que aparece como referência de leitura em diversos portais e comunidades

¹⁶⁰ Algo que não é incomum ao campo. Como verificamos na pesquisa, uma das formas dos profissionais se destacarem e ampliarem sua reputação – consequentemente, obtendo mais trabalho – é se lançando para dar cursos ou escrever trabalhos que, de algum modo, coloquem seu nome em evidência e, muitas vezes, os transforme em autoridade no assunto. Conforme ouvimos de uma especialista em plataformas de trabalho para *freelancers*: “*A partir do momento que uma pessoa dá um curso, ela já é vista como um especialista, isso gera uma autoridade na área, isso gera muita conexão, muitas propostas na área. A gente costuma convidar alguns freelancers para dar palestras, webinar e isso dá um retorno positivo para eles muito rápido. Não há nada melhor que você mostrar autoridade ensinando o assunto que você trabalha*” (Cadernos do campo).

¹⁶¹ “Como freelancer, as coisas são diferentes: não há momento sem trabalho, pois não se trata apenas de trabalho criativo, mas também de muitos outros aspectos com os quais você talvez não tenha precisado lidar até agora. Quando não estiver desenvolvendo trabalhos para clientes, estará atualizando seu site com o projeto mais recente, pagando uma fatura ou tentando conseguir um novo cliente (...) você precisa estar em ‘em plantão’ a maior parte do tempo” (FLOR, 2020, p. 10).

¹⁶² A autora possui dois livros traduzidos no Brasil – este de 2020, e outro, chamado *Vida de Profissional Freelancer*, de 2013. Ambos possuem basicamente o mesmo texto, o que atesta, como mencionamos, a voracidade do mercado editorial em lançar títulos no gênero literatura de negócios.

destinados a *freelancers*, trilha na defesa da vida flexível, conectada com a busca e a realização da liberdade, satisfação e propósito. Cantwell segue os mantras presentes na mentalidade empreendedorista, baseados na autodeterminação, de “*criar a vida de acordo com seus termos*”, em uma perspectiva autocentrada do indivíduo.¹⁶³

O mundo do trabalho regular (na lógica do escritório, das 8h por dia) é descrito como uma vida sem sentido, como uma *jaula do trabalho*¹⁶⁴. Cantwell usa a imagem da *jaula* para tudo que configuraria esse “mundo antigo” e, para superar isso e viver plenamente, é preciso buscar liberdade e satisfação. O que sua perspectiva traz, portanto, é a construção de um ideal de liberdade conectado à vida *freelancer* em oposição ao trabalho integral.

O discurso de Cantwell persegue os grandes tópicos presentes no discurso do trabalho flexível: o trabalho flexível como liberdade, a não fronteira entre “trabalho” e “diversão”, oposição ao trabalho convencional, entre outros. É uma narrativa recheada de questões em torno da liberdade e da realização que prometeriam ao sujeito, ao aderir a essa trilha de maneira empreendedora, sua plena satisfação. No discurso da autora, há mais peso para o caráter de liberdade do que para o fazer empreendedor em si, mas o livro é repleto de dicas e instruções para como instituir a autodeterminação por meio do autoconhecimento. Decerto, a autora chega a delinear o universo *freelancer* como uma “terceira via”.¹⁶⁵

Ser livre é ser profissional autônomo; é por esse caminho que ela constrói o discurso do trabalho flexível. Porém, mesmo contendo dicas, o livro funciona mais como um “manual moral” de oposição ao emprego estável. Ela trabalha com a lógica de “mitos construídos sobre trabalho” e como quebrá-los para estabelecer o trabalho livre autodeterminado.

¹⁶³ “A ideia de mudar sua vida e fazer uma coisa com que você se identificasse nunca foi sobre criar algo que fosse impressionante para estranhos na internet ou para comitê de críticos em sua cabeça – era sobre tornar-se livre para criar algo que lhe coubesse bem. Algo que realmente funcionasse para você” (CANTWELL, 2020, p. 11).

¹⁶⁴ “Os humanos vão da jaula de deslocamento para a jaula da carreira, quando tudo o que eu quero fazer é sair de lá, passar pelos edifícios e passear livre ao sol. (...) Eu quero ser um humano livre (...) Os humanos livres trabalham quando, onde e como eles querem e são pagos para fazer o que gostam” (CANTWELL, 2020, p. 13).

¹⁶⁵ “A vida livre é a terceira via entre empregos e empreendedorismo de alto risco. Esse é um jogo novo, com regras novas. Sem fundos, sem grandes investimentos arriscados, sem instalações ou pessoal, mas com personalidade e liberdade: isso é um negócio livre” (CANTWELL, 2020, p. 20).

O primeiro mito é o do “emprego seguro”. Como vimos anteriormente, essa visão, que também é disseminada no campo, é a noção de que o trabalho regular é falsamente seguro. Na verdade, ao invés de “segurança” por conta do contrato de tempo indeterminado, da regulamentação e dos direitos trabalhistas – que, nessa perspectiva, são “falsos ganhos” –, o trabalho estável representaria prisão, sofrimento e ilusão da permanência eterna. É importante considerar que esse discurso parte de uma perspectiva de que não seria possível para o sujeito do trabalho contemporâneo obter autodeterminação por meio do trabalho regular, fonte de sofrimento e subordinação. O trabalho regular (também chamado de “exército bege”¹⁶⁶) é tido como aquilo que restringe as possibilidades de exercer autonomia e, por isso, traz insatisfação às pessoas. Nesse sentido, o trabalho autônomo não apenas é condição para a liberdade, como contém ar de contraposição ao sistema – mas dentro do sistema. Não deixa de ser interessante, apesar das falas moralizantes e completamente sem lastro histórico concreto, que haja um elemento de relação entre subordinação X liberdade que nos remete aos anseios emergentes nos anos 1960 (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020) de apelo pela autonomia e autodeterminação das pessoas e ecos do espírito do capitalismo no discurso.

De modo explícito, a visão de que CLT, isto é, o trabalho regular, representa uma ilusão de segurança também ecoa entre os trabalhadores criativos, como vimos no campo:

“Eu acho que tem uma sensação de insegurança de direito garantido na demissão, (...) aí eu queria ser CLT porque nas contas que eu fazia eu pensava: 'eu vou ter um VR, eu vou ter um quarto de férias', sabe? Tipo na conta aqui, talvez eu não ganhe a curto prazo, salário PJ, no salário mensal diminui, mas quando eu olho para o todo, a conta fecha. E se eu for demitida, eu tenho meu FGTS, tenho minhas contas garantidas, meu mensal diminui, mas eu tenho garantias. O que é uma falsa ilusão, essa segurança, essa sensação de segurança, hoje você tem emprego e amanhã você não tem, e para ser CLT eu aceitei que diminuíssem meu salário, eu virei sete mil CLT, tiraram seiscentos reais do meu salário. E aí eu fiquei com muito pouco dinheiro mensal, aí eu fiquei com aquela sensação, sabe? Por que eu deixei diminuir o meu salário por conta de um CLT? Parece que para ter um benefício precisa tirar uma grana que você ganhava antes para diminuir. São uns acordos muito sem sentido, sabe?” (Cadernos do campo)

¹⁶⁶ “A maior arma do exército bege é a sua pretensão de que representa todos. Na sua visão de mundo, todos têm emprego. (...) É difícil fazer algo contra o que a maioria das pessoas faz e não ser estranho ou não muito normal, não é? É nesse desejo humano de aceitação e inclusão que o exército bege aposta para mantê-lo na linha (...) São pessoas tristes e reprimidas que vivem quase sem sentir nada” (CANTWELL, 2020, p. 161).

Outro elemento apontado como mito é a ideia de que *“trabalho é sobre o que precisa ser feito e não o que se gosta”*. Sobre esse ponto, a autora postula que trabalhar fazendo o que se ama é inegociável para a liberdade e a autodeterminação. É o ponto de partida e de manutenção na vida laboral e também o único caminho para o sucesso. Outro mito a ser derrubado é o da originalidade que, na visão da autora, só seria possível com o projeto em andamento. Nesse tópico, o discurso do *“nada é original, tudo é cópia, copie e faça do seu jeito”*¹⁶⁷ dá base para processos de padronização do trabalho criativo como parte da flexibilização.

Há ainda o mito do *“trabalhe com uma coisa”*, que pretende disseminar a importância da flexibilidade funcional e do acúmulo de funções e saberes. Nesse sentido, *“ser seu próprio chefe”* significa ter que fazer muitas tarefas e atribuições que não estão pontualmente vinculadas à remuneração do trabalho. Além disso, para constituir essa forma de trabalho, é preciso experimentar e testar (*“fazer sem pensar demais”*), tratando a experiência de trabalho como um produto da modalidade contemporânea de startups e empresas de tecnologia, que precisa ser prototipado e colocado em uso sem qualquer traço definitivo. A ideia de empreender uma carreira se coloca, então, como caminho definitivo para a liberdade.

Esse tópico se relaciona com outro mito a ser derrubado: o da especialidade e da formação. O trabalhador flexível, na visão da autora, deve pensar para além do título profissional: *“fora da jaula da carreira, ninguém lhe dá dinheiro por anos de experiência e qualificações”* (CANTWELL, 2020, p. 108). Ademais, conforme orienta a autora, saberes absorvidos em todas as instâncias – e não apenas técnicas – podem ser incorporados ao trabalho em sua modalidade *“livre”*, ou seja, tudo pode ser parte do processo de utilização como produto, de venda, de produção para o trabalho criativo autônomo, pois todas as esferas da vida estão disponíveis para os negócios¹⁶⁸.

O esvaziamento do valor da formação e da experiência é bastante convergente com processos de degradação substancial, uma visão que também ecoa no campo:

¹⁶⁷ Ressoando a ideia presente em *Roube como Artista* (2012), que comentamos anteriormente.

¹⁶⁸ “Quando se está livre, tudo conta; nada é deixado de fora. As próprias características que o tornam diferente podem muito bem ser a sua vantagem. Tenha em mente que a sua vantagem externa não tem de ser especificamente relacionada a trabalho, mas à sua personalidade ou aos seus interesses” (CANTWELL, 2020, p. 111).

“minha formação é muito multidisciplinar, com ênfase neste mundo [da indústria criativa] mesmo. Porque eu realmente não tenho uma formação muito específica em todas estas áreas e porque eu sou uma pessoa muito autônoma, sabe? Eu gosto de pesquisar muito a fundo qualquer tipo de coisa. Então isso me permite não ter a melhor formação em determinado produto, mas eu acho que tenho uma ideia de como isso é feito, como são os processos e como eu posso desempenhar ele (...) eu costumo dizer que eu substituí a faculdade por um monte de curso livre porque, sei lá, para mim a questão da multidisciplinaridade tem muito a ver com que eu sou, com a minha vida. Eu gosto de aprender muito o tempo inteiro.”

“A gente sabe que diploma é um papel que você imprime numa impressora em casa. É um papel que você imprime na sua casa e tem a mesma validade que um papel higiênico. A diferença é que o papel higiênico é mais útil, que ele tem papel mais fundamental, específico e você sabe para que ele vai servir, o diploma, não. A gente precisa entender que existem alguns know-how que, principalmente dentro das áreas criativas, que não são o que importa. Importa estudar, sempre continuar estudando. Keep learning. Porque a sociedade ela evolui, a tecnologia evolui, e se você ficar parado no tempo, não evolui. Você não vai ter diferenciais em especial.” (Cadernos do campo)

O livro do designer André Beltrão, *Manual do Freela* (2019), é um produto do que encontramos no campo com frequência: um material derivado de um workshop que se torna um livro enquanto uma maneira de demarcar a posição do profissional naquele campo¹⁶⁹, ou seja, o material, o livro em si, já é produto do trabalho que está sendo vendido no mercado. A obra foi desenvolvida para ajudar trabalhadores criativos a organizar uma perspectiva empreendedora de seu trabalho, a ter consciência e a cobrar pelo seu trabalho. Enquanto manual, o livro percorre as etapas que seriam importantes para se estabelecer o negócio dos *freelancers*, desde o que significa ser trabalhador autônomo, noções básicas de finanças e administração (custo, hora-trabalho), além de regimes de empresa, propostas, relação com clientes, entre outros – ou seja, elementos de gestão e posicionamento.

Apesar de internamente conectar aquela expertise com um “saber empreendedor” (*“Nossa profissão [de designer] é essencialmente empreendedora”*) (BELTRÃO, 2019, p. 8), a descrição se refere a um “manual, guia para trabalhadores autônomos”, o que explicita, de certa forma, que o discurso em torno do empreendedorismo aqui reforça mais a racionalidade do “dever agir” do que a realidade de fato na qual se enquadrariam os *freelancers* na mentalidade empreendedorialista.

Em linhas gerais, o que marca esse trabalho são mais as noções básicas de operação, ou o “how-to”, e menos a abordagem sobre o sentido e o propósito – que marca a discussão em torno da mentalidade. Para o autor, um modo de ser eficiente no

¹⁶⁹ Cf. Nota 29.

trabalho enquanto *freelancer* é focar em três elementos: tempo, preço e qualidade. A conjunção disso garantiria o manejo de uma carreira de *freelancer* bem-sucedida, especialmente esses três elementos conectados a uma atividade empreendedora. Essa marca fica explícita pelo uso da expressão "Você Ltda" para se referir ao leitor. É bastante peculiar a listagem de "atividades" (que podem ser traduzidas como habilidades) que o autor determina como fundamentais para se "acumular" na atuação como *freelancer*: atendimento, financeiro, criação, arte-finalista, produtor gráfico, orçamentista, estrategista, psicólogo, guru, entre outros (BELTRÃO, 2019).

É possível, nesse conjunto, identificarmos dois grupos que compõem esse arsenal empreendedor desejado ao *freelancer*: a) habilidades conectadas à gestão do negócio, ou seja, a expectativa, enquanto empreendedor, de lidar e conciliar diferentes habilidades de gestão de finanças, de clientes e da atividade em si; b) habilidades conectadas ao exercício laboral proveniente da organização do trabalho da empresa-agência, conforme tratamos acima, com uma divisão do trabalho (por habilidades) que leva em conta a organização da publicidade, como atendimento, produção e criação. Outros elementos, como "psicólogo" ou guru, envolvem o conjunto de habilidades que pretende dar conta não apenas dos elementos técnicos e gerenciais, mas também subjetivos, da maneira como é esperado, pelo discurso, que esse profissional, no exercício de sua atividade, esteja preparado emocionalmente para lidar com as adversidades e gerir as emoções da cadeia (clientes, fornecedores, parceiros).

A composição do *Manual do Freela* apresenta lições e caminhos baseados em uma atividade empreendedora. Há tamanha importância para a compreensão sobre atividade comercial, sentido do cliente, administração das finanças, noções de marketing e frequentes menções a "gerenciamento" e "administração" que em muitos momentos parece que estamos diante de um texto do curso de Administração de Empresas. A atividade criativa se encontra no meio disso enquanto uma habilidade a ser administrada por tais ferramentas gerenciais.

De fato, esse olhar gerencial para a atividade *freelancer* do trabalhador criativo é um dos elementos que compõem a base da literatura de negócios e se desenvolve como base do discurso do trabalho flexível nesse campo. O "*freela profissional*" é um empreendedor – "*Você é seu chefe! Organize-se!*" (BELTRÃO, 2019, p. 17). Isso é expresso não apenas na noção de atividade, mas também de espaço. O modelo empresa-

agência aparece como um respaldo para essa atividade, mesmo que haja diferenciação¹⁷⁰. No que pese o discurso sobre flexibilidade espacial, a abordagem sobre o espaço envolve a noção de valor percebido: o profissional autônomo que se estrutura como empresa deve estruturar seu espaço de trabalho de modo a agregar valor na percepção que ele passa ao mercado (quer dizer, clientes). O primeiro passo virtual disso é a marca, ou seja, ser, além do profissional, alguém que representa a marca da empresa-agência, pois isso pode colocá-lo em um lugar diferente em relação a outros *freelancers*, o que ecoa explicitamente na fala dos pesquisados:

“Uma vez que eu tenha uma roupagem institucional que possa cobrar mais caro, porque um site ou um perfil em uma rede social traz uma segurança para a empresa de que sei lá. A pessoa é a mesa, mas aquela roupagem é um impeditivo para os clientes finais contratarem freelas. É uma ilusão engraçada e curiosa do mercado, mas a gente está neste processo de institucionalizar, criar a marca, registrar a marca, criar o site.” (Cadernos do campo)

A noção de gerenciamento empresarial do trabalho criativo também é um elemento bastante presente no trabalho de Kiko Loureiro, *Negócios para Criativos* (2021). Coincidentemente, a origem de “expert” de Loureiro advém da música, e seu trabalho, destinado a todos profissionais da ICM, estaria respaldado em seu sucesso pessoal como empresário. Nele, Loureiro concentra também uma série de questões relevantes acerca da transformação do trabalhador criativo em um empreendedor de si. O livro contém altas doses de discurso de coaching e autoajuda e se coloca como um manual para ajudar profissionais do universo criativo a desenvolverem suas carreiras e seu potencial (pautado na vocação e na dedicação) enquanto empreendedores e donos de seu negócio.

Em sua visão, a noção de *criativo* é circunscrita e, ao mesmo tempo, retoricamente, ampliada¹⁷¹. Ele expande e centraliza a criatividade no discurso do

¹⁷⁰ “Para o freela, o escritório é a extensão natural, o passo seguinte (...) [mas] abrir empresa é diferente de abrir escritório” (BELTRÃO, 2019, p. 103).

¹⁷¹ “[São] criativos todos os profissionais que desenvolvem atividades relacionadas à arte em geral, relacionadas à economia criativa (...) [porém] em toda e qualquer profissão, a criatividade deveria ser estimulada, afinal, quanto mais a exercitamos, independentemente da área de atuação, mais desenvolvemos a capacidade de criar soluções para qualquer tipo de problema. A criatividade nada mais é do que uma forma de desatar nós, resolver problemas, desenvolver soluções, pensar ‘fora da caixa’, agregar valor e até mesmo inspirar” (LOUREIRO, 2021, p. 28).

trabalho, tanto como elemento fundamental de consideração sobre a experiência do trabalhador criativo, como de aplicação ampla e generalizada para todo o mercado.¹⁷²

A definição que gira em torno de *criativo* o coloca, no discurso, em um lugar híbrido, uma ilusão de forma superior vigente no mercado e de uma separação dos limites entre ser artista e empreendedor. Ganhar a vida usando a criatividade é uma definição aberta para desenvolver uma experiência de trabalho que seja baseada nos pressupostos do modelo empresa. No entanto, no discurso sobre trabalho, há uma naturalização desse processo, como uma “equação” de fácil depuração: Arte + Business = Carreira, a partir do qual o autor afirma que a única ponte entre trabalho artístico e seu público é o empreendedorismo. Nesse sentido, “ser empreendedor no meio criativo é transformar a arte em negócio, em algo rentável e acessível” (LOUREIRO, 2021, p. 113).

Esse trabalho se enquadra no elemento presente no discurso da mentalidade empreendedorista de que a melhor maneira de realização de seu lugar e de reconhecimento é por meio da normatividade empresarial, do modelo empresa. É preciso, em sua perspectiva, “tangibilizar a arte” (produtizá-la) para viver dela, o que só pode ser obtido com uma visão empreendedora sobre trabalho criativo.¹⁷³

Em outras palavras, é por meio de uma conformidade da produção do trabalhador criativo com as necessidades projetadas do mercado (das empresas-cliente) que o trabalhador precisa, assim, buscar a maneira de realização e de reconhecimento. Agregar valor é sobre a mercadoria que circula, e não sobre o trabalho do criativo. De certa maneira, é a esse cenário que ele deve se conformar, afinal: “ser um solucionador é estar disposto a se adaptar ao mercado para continuar gerando e entregando valor com o que você faz” (LOUREIRO, 2021, p. 130). Não como uma solução sem saída, mas como autodeterminação, o trabalho criativo deve se realizar nesse processo, e não à revelia dele. Dessa maneira, há uma mistura de frases de autoajuda e de uma percepção individualista em torno dos caminhos que cada profissional precisa determinar para construir seu sucesso.

¹⁷² “Precisamos utilizar a criatividade como virtude para gerarmos conexões. Para nos desenvolvermos e, à vista disso, gerarmos negócios que façam sentido e nos levem aonde gostaríamos de chegar” (LOUREIRO, 2021, p. 13).

¹⁷³ “O criativo deve estar atento ao valor que agrega toda vez que sua obra ou produto é vinculada a outro produto ou serviço. Atentar-se a isso é o primeiro passo para ter sua profissão reconhecida, estável e segura” (LOUREIRO, 2021, p. 29).

Nesse ponto, há duas dimensões importantes do discurso do trabalho flexível sendo mobilizadas na configuração do discurso ali: a contraposição ao modelo de “sucesso” conectado com dinheiro, que faz parte da representação, nesse discurso, contra o modelo de trabalho tido como rígido, no qual apenas a questão financeira – e não de realização estaria em pauta –; e a perspectiva de autodeterminação dos sujeitos, processo este vinculado ao empreendedorismo. Ser empreendedor de si é, nesse caso, ser protagonista de sua própria vida na medida em que o sujeito é capaz de gerenciar sua atividade de acordo com as necessidades que o mercado demanda.¹⁷⁴

A crítica ao modelo do trabalho integral está delineada como interlocutor primevo das perspectivas de sucesso, liberdade e autonomia do trabalho criativo. Na orientação do autor, que endossa fortemente esse componente do discurso do trabalho flexível, o trabalho integral está associado ao comodismo, à rigidez e a não realização de si. É com a dissociação desse modelo, atendendo a prerrogativa da empresa, da autonomia e do risco, que é possível construir a realização.¹⁷⁵

Por meio dessa percepção, os modelos que dão base a condições de degradação, como a intensificação do trabalho e a extensão da jornada laboral, se tornam parte de um processo de autodeterminação e de encontro consigo e com seu propósito. De fato, todo processo de sucesso (ou fracasso) estaria determinado pela capacidade individual do profissional estabelecer estratégias e de estar motivado para compô-las de acordo com as necessidades do mercado, do cliente. Afinal, “o trabalho criativo tem o seu valor e deve ser mensurado” (LOUREIRO, 2021, p. 53), cuja métrica é dada pelo mercado, pelos interesses constituídos na esfera produtiva.

Há também, nesse sentido, um forte elemento de construção de uma identidade laboral baseada no indivíduo. Essa individualidade se compõe como fator de diferenciação em relação ao outro, seja pela particularidade intrínseca do trabalho criativo (ou seja, sua vocação e talento próprios), seja – e esse é um ponto importante – como configuração de uma concorrência entre os trabalhadores, com a ideia de que está “cada um por si”. A identidade postulada sobre ser um trabalhador criativo autônomo

¹⁷⁴ “Diferente dos que usam apenas a paixão como bússola, os que fazem sucesso são aqueles capazes de desenvolver uma visão ampla do negócio e das oportunidades que o mercado oferece” (LOUREIRO, 2021, p. 17).

¹⁷⁵ “Para descobrir o que te torna único, é preciso encontrar algumas respostas. Você prefere trabalhar oito horas por dia em algo que você não gosta ou trabalhar de 12 a 14 horas em algo pelo qual é apaixonado? ‘Fazer o que ama’ é mais profundo do que parece” (LOUREIRO, 2021, p. 38).

não se dá por meio da condição e, de certa maneira, de como as experiências diante do trabalho instável e flexível poderiam configurar formas de solidariedade. Ao contrário, a autodeterminação de cada trabalhador conforma um elo de diferenciação em face do outro. A mensagem é “*seja um desigual*”, o que implica na valorização da autenticidade e daquilo que se diferencia dos outros.

Outro elemento importante mobilizado no discurso do autor é a resiliência. Na perspectiva elencada, a capacidade de se adaptar aparece como estratégia decisiva para navegar no universo do trabalho¹⁷⁶. A resiliência se torna uma forma de vida, no sentido de que a ilusão em torno do reconhecimento e da autodeterminação deve se condicionar à constante adaptação ao ter que se “reinventar diversas vezes” – sempre como imperativo de performance, de disponibilidade de se adaptar e entregar mais.

Em conjunto com a abordagem da resiliência, há o “aprendizado constante”. Como mencionamos, a necessidade de estar sempre disponível ao aprendizado de novas habilidades e capacidades aparece alinhada, no discurso da mentalidade empreendedorista, com a justificação dos processos de degradação substancial. Estar sempre voltado ao novo é uma forma de buscar a responsabilidade do indivíduo, com constantes e novas formas instrucionais das atividades conectadas ao trabalho criativo. Esse discurso, do desenvolvimento pessoal atrelado a ser uma empresa, é um dos mais explícitos e que mais ressoa na fala dos trabalhadores criativos entrevistados. É também relevante ressaltar que um ponto central das habilidades a serem aprendidas, da importância de desenvolver competências, está não apenas na questão técnica instrumental de seu uso, mas também no alto grau de subjetivação que tais habilidades demandadas possuem, em que a palavra geralmente utilizada para essa demanda é *autoconhecimento*. Em sua perspectiva altamente individualista, tais habilidades tratam também de um “recondicionamento do espírito”, ou seja, de imprimir em si os graus de

¹⁷⁶ “Para não desistir no meio do caminho, um comportamento é fundamental: a resiliência – a capacidade de se reinventar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. (...) A resiliência nada mais é do que não se abalar com as dificuldades e se moldar às circunstâncias (...) essa percepção do entorno e rápida busca por adaptação às adversidades, mantendo o foco no propósito e objetivo final, é o que faz toda diferença para as pessoas que continuam no mercado” (LOUREIRO, 2021, p. 65).

disciplinamento necessário para atuar na ICM, o que ocorre com certo grau de moralização e responsabilização individual.¹⁷⁷

Nesse sentido, o discurso sugere que o trabalhador criativo esteja sempre produzindo para se tornar relevante: produzir e exibir como maneira de formar um “legado” daquilo que será reconhecido. Essa produção constante não é só ímpeto em relação ao trabalho intensificado, mas também a disposição do criativo de produzir mesmo em condições nas quais, de imediato, ele não será remunerado. Como já abordamos, é a narrativa do trabalho de esperança que compõe um dos quadros do discurso flexível, isto é, a expectativa de que o trabalho, após realizado, seja reconhecido e, assim, haja oportunidades de ser remunerado (ou ter empregabilidade). A resiliência e o propósito aparecem novamente como mediação: a disposição de produzir deve ser amparada na adaptação e na motivação do criativo em conquistar.

A autodeterminação empreendedora é central nesse discurso, pois levaria ao ápice da trajetória do criativo empreendedor: a liberdade tanto intelectual quanto financeira. Ela se apresenta como força potencial que o discurso, nas suas fórmulas e métodos, dispõe àquele que a utiliza como maneira de guiar seu fazer profissional, num processo que deve passar, invariavelmente, pela aceitação da flexibilidade¹⁷⁸.

Não obstante, o que esse discurso promove é uma universalização da exceção, com o constante “você pode” utilizado em meio a narrativas selecionadas e pontuais sobre pessoas que atingiram as recompensas de uma “vida empreendedora planejada”, com liberdade de criação e financeira. A autodeterminação e o imperativo de diferenciação implicam, inclusive, na distinção (novamente moralizada) entre ser criativo empreendedor e criativo “prestador de serviços” – visto como subordinado, sem liberdade e limitado. O criativo empreendedor funciona, nesse sentido, como figura de

¹⁷⁷ “As pessoas que chegam aqui são as que não inventam desculpas ou desistem. Aquelas com pouca eficiência, que evitam desafios e, nas menores dificuldades, acreditam que não darão conta, vestem a camisa da ‘síndrome do impostor’. (...) São as que observam os outros chegarem onde gostariam, mas tornam-se críticas, e não protagonistas da própria história. Focam apenas o que há de errado e não se valorizam. Essas precisam ser resilientes e acreditar mais em si, não se deixando atingir pela autossabotagem, pelos medos paralisantes ou pelas adversidades que poderiam restringir sua performance” (LOUREIRO, 2021, p. 75).

¹⁷⁸ “A segurança de uma renda mensal fixa, acrescida de todos os benefícios, é muito valorizada. [são as] convenções definidas pela sociedade. Não é fácil nadar contra a corrente, nunca foi. Com as transformações do século XXI, entretanto, a ideia de ter ‘algo garantido’ já perdeu muita força. (...) Não existem garantias e esse formato não funciona mais. (...) a estabilidade realmente não existe; sempre que quiser alçar voos maiores, terá que abrir mão da falsa sensação de segurança, porque, na prática, ela não existe” (LOUREIRO, 2021, p. 138-139).

exceção que baliza esse discurso e justifica, em um plano amplo, as condições de degradação presentes na experiência do trabalho flexível dos criativos.¹⁷⁹

Como vimos em todos os trabalhos comentados, há uma grande profusão de temas, que são de forma geral debatidos. A partir dos eixos propósito, gestão e qualidade e posicionamento, a literatura de negócios da mentalidade empreendedorista reforça a noção de autodeterminação por meio de alguns tópicos:

- educação e formação, com esvaziamento da formação e da experiência (a partir do *lifelong learning*) em prol da instrução, ou do conhecimento adquirido especificamente para a prática;
- substância do trabalho, com a amadorização, abordada a partir da multiplicidade de tarefas e atividades que o *freelancer*, enquanto um empreendedor, precisa executar;
- constituição do sujeito, base de um discurso sobre indivíduo e da junção entre profissional e pessoal, uma vez que não se trata apenas de técnicas, mas também de um condicionamento de mentalidade para operar de forma bem-sucedida na ICM;
- novas formas de trabalho, degradação das formas como condição ideal, flexibilidade de tempo e espaço, marcadas na experiência pela intensificação e aceleração do ritmo de trabalho;
- prestígio e distinção, com o protagonismo de si, pautado na figura do empreendedor, e a busca de reconhecimento tão somente no processo produtivo.

Na mentalidade empreendedorista, a flexibilidade se torna uma “causa justa” e *contracultural* que, de algum modo une, todos os autônomos. As obras de literatura de negócios que constituem elementos da mentalidade empreendedorista nascem não de forma externa, à parte do mercado, mas dentro dele como uma espécie de *anjo rebelde*, um transgressor contracultural que promete uma revolução na forma de fazer negócios. É como se o trabalho em si, ou melhor, a modalidade de trabalho fosse parte de algo maior, de um movimento positivo e inovador de mudança. Apesar dos efeitos sentidos pela degradação, no discurso o “sacrifício” em jogo representa a liberdade, de maneira que a causa justa é a base do empreendedorismo, representado como força suprema da

¹⁷⁹ “O empreendedor nada mais é do que aquele que busca por oportunidades e fornece valor ao público. Todo criativo deve ser um empreendedor. O empreendedorismo [criativo], entretanto, deve realmente mudar a vida das pessoas, trazer sentimentos e valores intangíveis que moldam cultura e sociedade” (LOUREIRO, 2021, p. 204).

liberdade. Na verdade, é uma nova etapa da perspectiva do capital sendo racionalizada e servindo como base de justificação para processos em andamento, que é contra a separação das esferas público e privado (trabalho e vida pessoal), a favor da governança do tempo (apropriação integral pelo tempo de trabalho) e do espírito totalmente voltados para a produção. É nesse lugar que se engendra a mentalidade empreendedorialista, em que o trabalhador criativo autônomo ganha ares de identificação com o empreendedorismo enquanto um profissional criativo.

Em conjunção com a literatura de negócios, também verificamos na pesquisa a presença maciça de mensagens e narrativas recheadas do discurso da mentalidade empreendedorialista na produção cultural. Trataremos sobre esse tópico a seguir.

4.3 - Disseminando mentalidades: a produção cultural (imagens e podcasts)

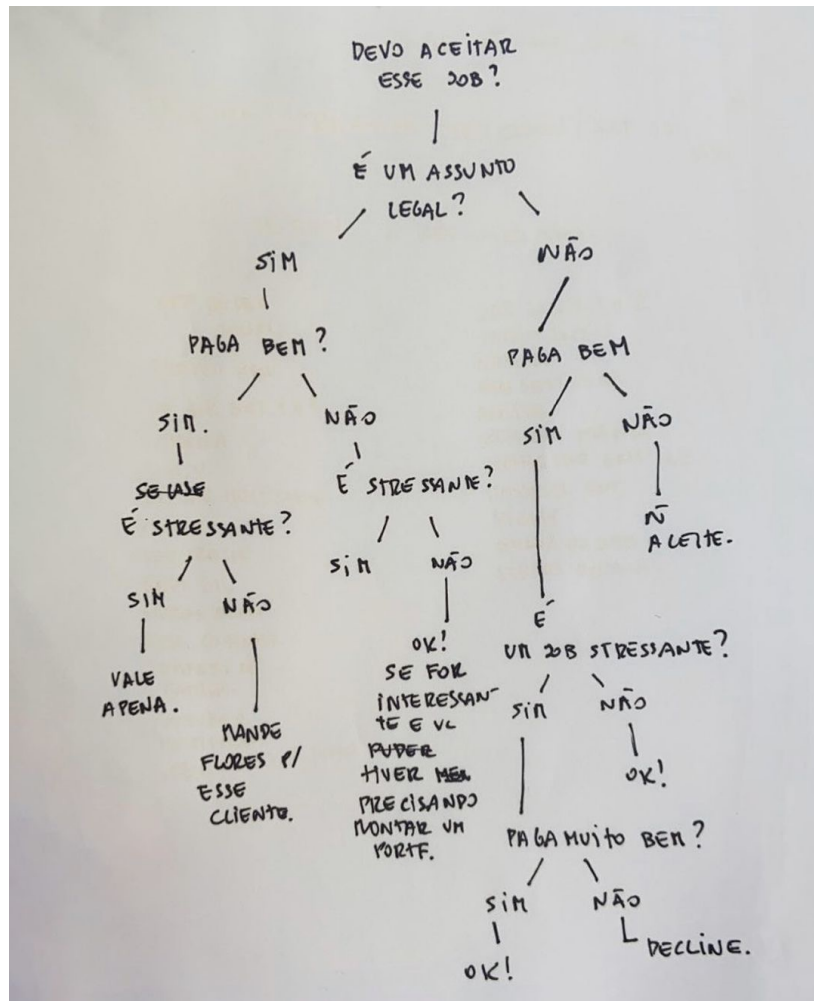


Figura 8 - Fluxograma idealizado sobre decisão de *freelancer* aceitar um trabalho.
Fonte: Instagram.

A produção cultural que circula nas mídias também é uma forma de disseminação da mentalidade empreendedorista. Por meio de imagens ou de conteúdo audiovisual (como vídeos, podcasts), mensagens circulam e reafirmam a mentalidade vigente na ICM, mesmo quando envolvem críticas. Há uma espécie de reafirmação de identidade da condição de trabalho flexível que atravessam essas produções e que vale a pena observarmos, pois esses conteúdos estão nas narrativas dos *freelancers*.

Sobre as imagens, vale ressaltar que não se trata de uma análise imagética sobre o trabalho, mas de uma representação de campo da ICM. As imagens reforçam essa perspectiva de identidade ao delimitar os problemas e desafios na modalidade de

trabalho flexibilizado, mas apartado de todo um conjunto ou sistema mais amplo no qual essa flexibilização está envolvida. Em outras palavras, mesmo quando apresentam os obstáculos e desafios de ser *freelancer*, isso é feito de uma maneira que reafirma, em vez de negar, o discurso do trabalho flexível.

No geral, essas imagens correspondem a uma representação conectada a três aspectos da experiência dos trabalhadores criativos: (a) situações de trabalho; (b) demandas e expectativas sobre ser *freelancer* e, mais implicitamente, (c) a constituição de uma identidade baseada em trabalho, mas não em uma carreira baseada em relações laborais regulares. O interessante da representação do *freelancer* é que não se trata de uma relação de trabalho que abrange todos os trabalhadores autônomos, mas uma circunscrição simbólica para trabalhadores autônomos em profissões ou áreas da ICM.

Também foram coletadas no campo – especialmente em páginas das redes com conteúdos voltados para os trabalhadores criativos autônomos – imagens que expressam condições de trabalho. Estas passam por expressar visualmente as mesmas pautas recorrentes nas conversas públicas e conteúdos sobre ser *freelancer*: diferenças das situações de trabalho entre ser *freelancer* e um *staff*; uso de linguagens específicas do universo da indústria criativa; exposição de situações negativas de trabalho.

Importante pontuar que grande parte dessas imagens são *memes*, postagens feitas em redes sociais como Twitter (na qual a postagem, apesar de ser texto, circula como uma imagem) ou ilustrações. Richard Dawkins¹⁸⁰ (2007), ao falar sobre o processo de replicação dos memes (definido como *unidades de transmissão*), coloca uma pergunta pertinente para pensar os sentidos de outros enunciados que estão em jogo na replicação das imagens: *O que há nesta ideia [replicada] que lhe confere a estabilidade e penetração no ambiente cultural?* No caso das imagens sobre trabalho, são os sentidos e as expectativas em torno da liberdade (prometida ou frustrada) que dão base às mensagens do discurso que são transmitidas. O discurso da mentalidade empreendedorista que circula por meio das imagens é o discurso que encontra e replica padrões subjetivos daquilo que se pode esperar, do que vai ou pode ser realizado no mundo da produção, ou seja, esse discurso também se combina com elementos de preenchimento de sentido, de fruição para os trabalhadores da ICM. Como estamos

¹⁸⁰ Cf. Dawkins (2007), especialmente capítulo 11.

argumentando, o discurso do trabalho flexível propõe uma racionalidade que captura todas as esferas da vida.



Figura 9 - “Freelancers fingindo ser um trabalhador regular em reuniões da agência”. Esse meme explicita a realidade de “estranhamento” da experiência que *freelancers* possuem (como trabalhadores temporários) diante de outros trabalhadores (empregados regulares) em uma empresa. Há oposição constante ao *staff* como parte da narrativa sobre ser *freelancer*.

Para ter uma transmissão eficaz, segundo Dawkins, é necessário ter longevidade, fecundidade e fidelidade de cópia. Aplicado para o discurso da mentalidade empreendedorista, a longevidade pode nos ajudar a pensar sobre como o tempo (o sentido de tempo) assume sentidos de liberdade no discurso; sobre a fecundidade acerca dos elos de identificação (por que é tão próspero pensar ou aceitar esse discurso) e sobre a fidelidade à consonância do discurso, com a possibilidade de enxergar concretamente exemplos na vida real – ou seja, certa verossimilhança das narrativas presentes nesse discurso. Apesar do caráter de mutabilidade constante dos memes, o centro e essência de sua mensagem se adequa e se mantém no interior da mensagem que está sendo passada. É isso que encontramos com as imagens que são veiculadas no contexto dos discursos sobre trabalho.

Papagaio aprende a falar “budget, job e deadline” e fecha projeto com agência de Publicidade

Por Éricles Batista

13/12/2021 10:00 · Atualizado há 5 minutos



Figura 10 - Meme que faz uma piada sobre “linguagem hermética” do universo da ICM.

A importância disso é que são imagens que carregam discursos sobre o campo da ICM¹⁸¹ e que ajudam a tecer e a organizar elementos presentes no discurso da *mentalidade empreendedorista*. Seja como crítica a condições ruins, no sentido de se contrapor ao que deveria ser o ideal (a partir do discurso de liberdade), seja por meio do humor como reforço das expectativas de situações de trabalho desejáveis (ou seja, mais dignas) para *freelancers*, essas imagens representam e projetam o ser “freelancer” a partir de imagens concretas de situações de trabalho.

As imagens que representam “situação de trabalho” refletem as condições que envolvem concretamente a experiência cotidiana das relações dos *freelancers* em cada projeto, a maneira como executam suas tarefas e as formas de interação (desde contato, contratação, passando por entrega e remuneração). São frequentes, nas mensagens que

¹⁸¹ “Esses memes não podem simplesmente ser caracterizados como “brincadeiras” dentro de uma relação dialógica e responsiva. Os memes virtuais podem atingir propagação em massa, embora não mantenham sempre o mesmo formato, léxico, imagem ou temática; ao serem replicados, passam a ser reinventados (uma das características desse gênero é a mutabilidade). Os memes, enquanto enunciados, apresentam-se como uma resposta que refuta ou concorda com o que foi dito em enunciados anteriores. Longe de ser uma simples brincadeira ou ironia, o gênero meme evoca nos interlocutores desse processo dialógico, situado historicamente, uma relação de valorização do signo ideológico. Em tempos de cerceamento da palavra e de tensão política, os memes constituem um importante recurso de comunicação entre os diversos sujeitos e merecem estudos que se proponham a refletir sobre a formação e as diversas orientações ideológicas que constituem esses discursos.”. Cf. Moreira, Marta M. S. *Os Memes como Gênero Discursivo*. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Curso de Pós-Graduação em Linguagens e Educação a Distância, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203427/TCC_Marta_final_assinado%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em mar. 2023.

envolvem tais imagens, uma abordagem sobre a relação com outros trabalhadores – considerando, no discurso empreendedorista, a oposição com o *staff* –, questões sobre duração e remuneração dos trabalhos, relações com clientes e tempo e jornada laborais.

...

Cobrei uma merreca no freela e agora
me encontro fazendo e chorando,
puta merda

16:00 · 07/05/2022 · [Twitter for iPhone](#)

Figura 11 - Em torno de situações de trabalho e remuneração: a ideia de que *freelancers* enfrentam dificuldades para determinar o preço a ser cobrado e expectativas de barganha. A questão sobre remuneração é objeto constante de menção por partes dos profissionais criativos.

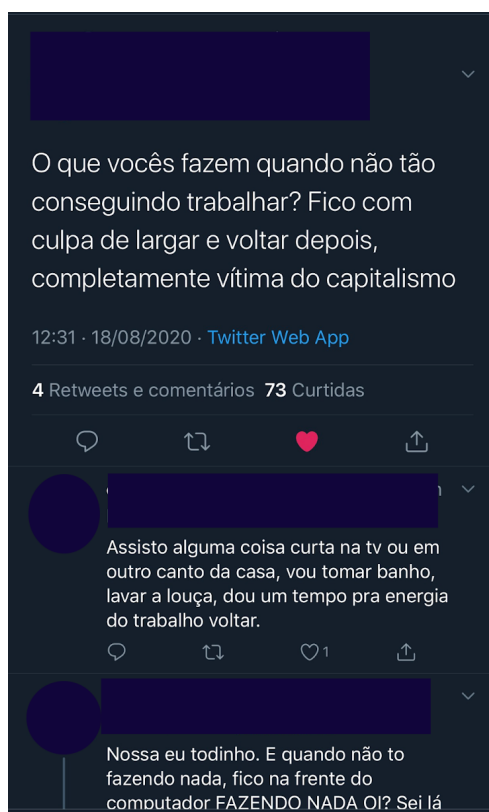


Figura 12 - Situações de trabalho: tempo e jornada.

A evolução do profissional



Figura 13 - Imagem que lista atributos que marcam o profissional flexível, consonantes com o discurso empreendedorista.

Fonte: site de artigos sobre negócios e cursos empresariais.

...

Sou PJ. Automaticamente não tenho vínculos com a empresa.

Não fui trabalhar pq não estava me sentindo bem.

Me pediram pra levar atestado 🤔

Figura 14 - Situações de trabalho, e expectativa de tratamento como “livre”, mas caracterizado como subordinação.



Figura 15 - Imagem sobre ritmo e intensidade de trabalho da vida de *freelancer*. Há uma analogia com uma “maratona corrida na esteira”.
Fonte: Rede social Instagram

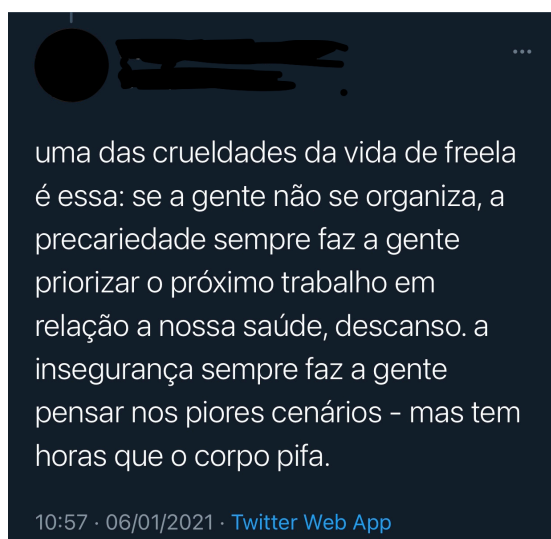


Figura 16 - Intensificação de trabalho



Figura 17 - Meme sobre ser “Eupreendedora”
Fonte: Rede social Twitter.



Figura 18 - Intensificação e acúmulo de trabalho.
Fonte: Redes social Twitter.



Figura 19 –Condições de flexibilidade

Nessa série de imagens a seguir, retiradas de um post da rede social Instagram, de uma página dedicada a produzir conteúdos sobre *freelancers*, podemos ver o uso de uma data comemorativa (Halloween) como mote para fazer post sobre situações de trabalho a partir das quais *freelancers* se identificam. É possível perceber como, por meio dessas mensagens, além das críticas em torno das dificuldades encontradas na experiência de ser *freelancer* na ICM, há uma formação de identidade, que não se pretende, no discurso, como mote para uma solidariedade coletiva, mas como um diagnóstico do que é.



Figura 20 - Analogia de situações de trabalho de freelancers como histórias de terror.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 21 - Analogia de situações de trabalho de freelancers como histórias de terror.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 22 - Analogia de situações de trabalho de freelancers como histórias de terror.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 23 - Analogia de situações de trabalho de freelancers como histórias de terror.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

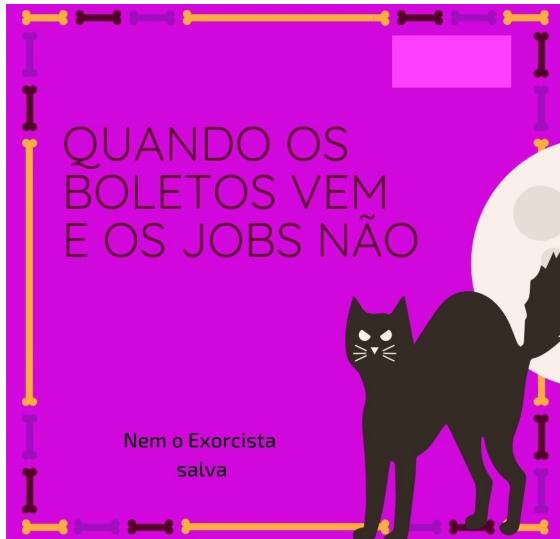


Figura 24 - Analogia de situações de trabalho de freelancers como histórias de terror.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 25 - Analogia de situações de trabalho de freelancers como histórias de terror.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

Em outra página relevante de produção de conteúdos, também encontramos a abordagem sobre problemas de maneira enunciativa. As problematizações giram em torno do diagnóstico do que existe, mas não de uma crítica sobre como esse processo está conectado com a degradação do trabalho flexível na ICM. O fundamental é perceber que são questões apresentadas como “problemas de empreendedores” e não de trabalhadores, o que conjuga a mentalidade empreendedorista na difusão dessas mensagens. Ademais, é possível notar o uso de memes como forma de trazer tom humor para as situações.



Figura 26 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

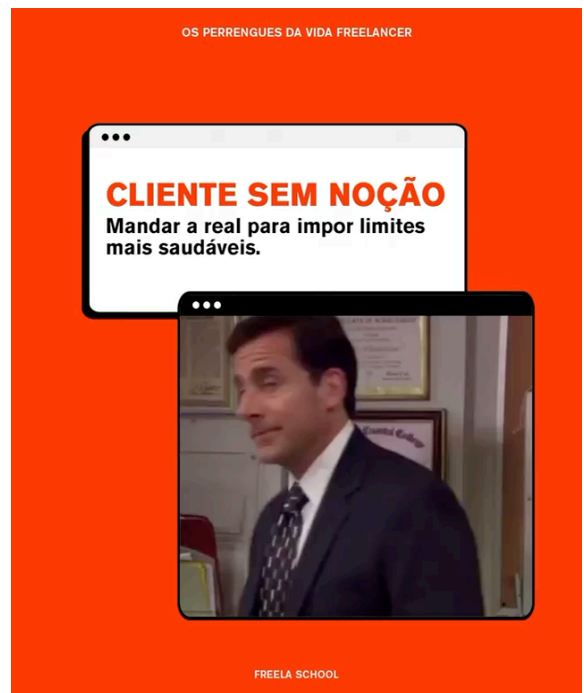


Figura 27 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 28 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 29 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

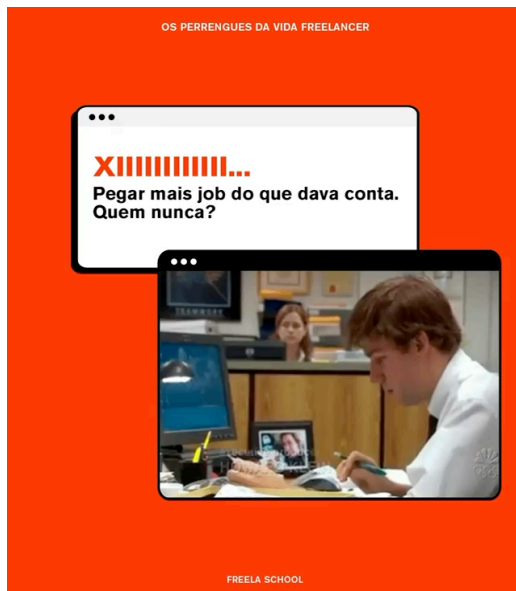


Figura 30 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 31 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 32 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 33 - Dificuldades (“perrengues”) da vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

As imagens encontradas também expressam as demandas e expectativas de ser dos trabalhadores criativos autônomos. Nelas, observamos mensagens que envolvem definições sobre ser *freelancer* (identidade) e elementos de expectativas sobre situações de trabalho.

Em relação à formação de identidade e reconhecimento, percebemos mensagens que disseminam grande parte dos tópicos presente na literatura de negócios em formato de dicas para ajudar o público-alvo a se posicionar como *freelancer* e se diferenciar. A

identidade é demarcada pela diferenciação, aquilo que torna, na mesma condição de autônomo, cada criativo diferente de si. Nesse sentido, a perspectiva da identificação como empreendedor é essencial.



Figura 34 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 35 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 36 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 37 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 38 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 39 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 40 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

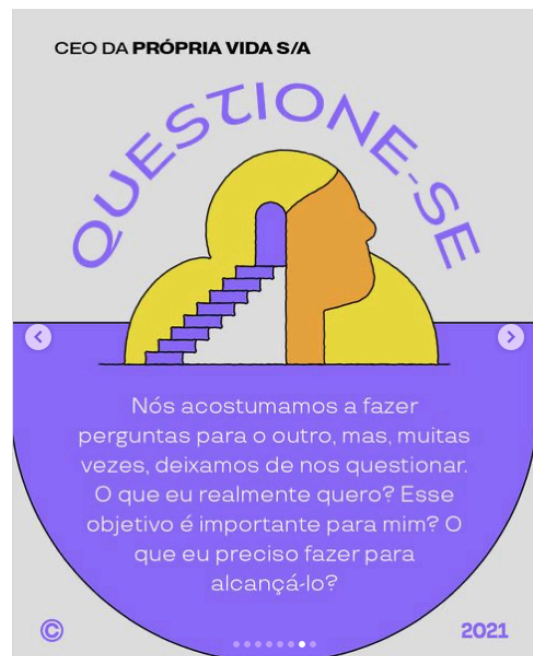


Figura 41 - Construção da identidade de ser freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 42 - Expectativas sobre vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

Figura 43 - Expectativas sobre vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

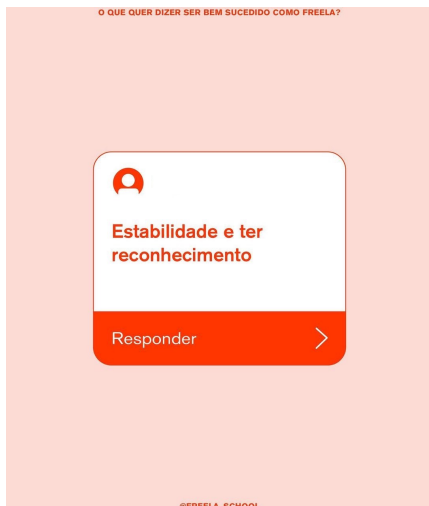


Figura 44 - Expectativas sobre vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

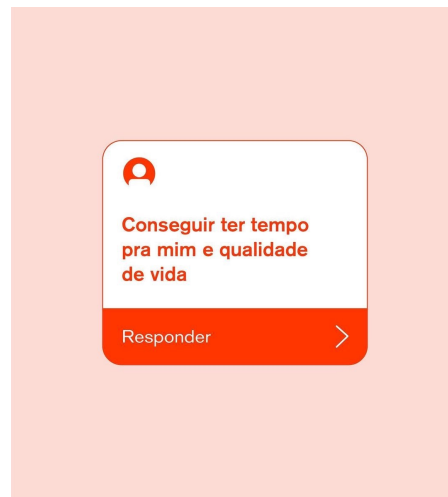


Figura 45 - Expectativas sobre vida freelancer.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

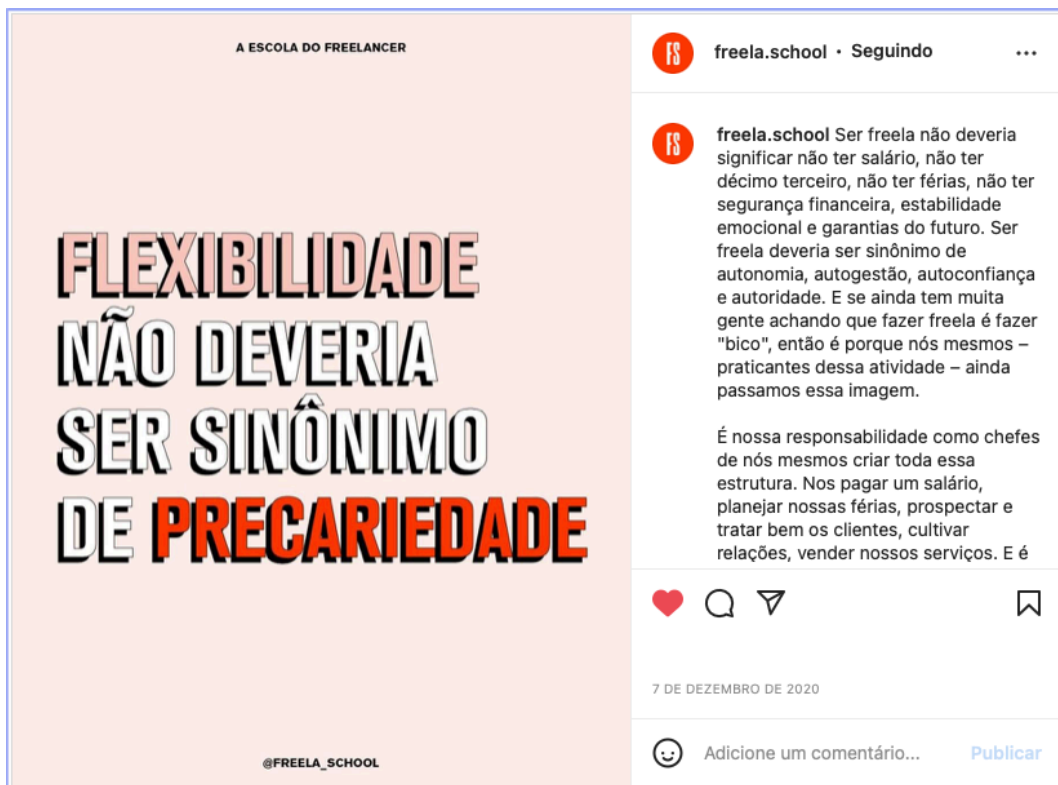


Figura 46 - Entre as imagens, há também discursos críticos sobre experiência vivida.

Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 47 - Desafios da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

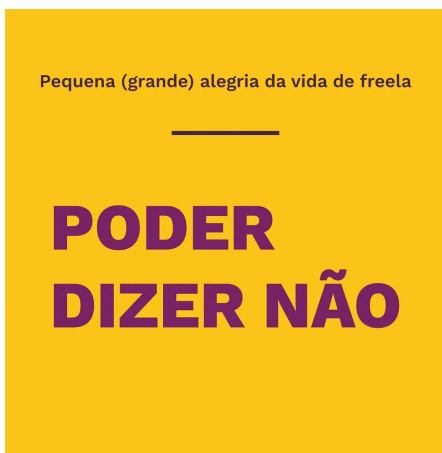


Figura 48 - Alegrias e conquistas da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

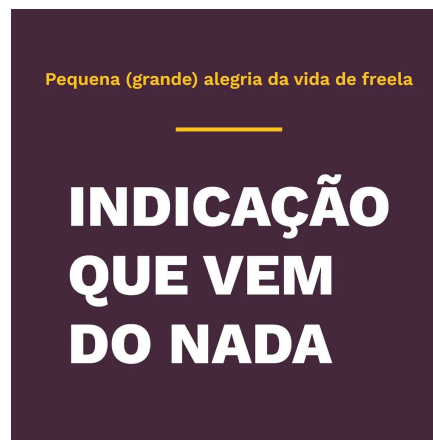


Figura 49 - Alegrias e conquistas da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

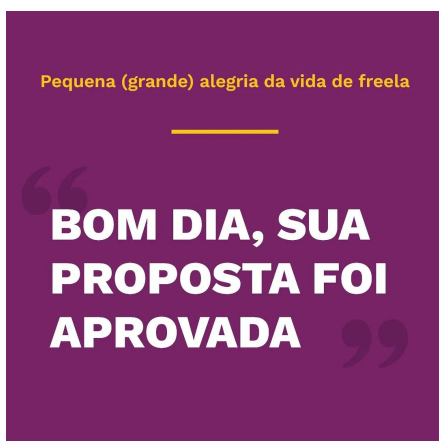


Figura 50 - Alegrias e conquistas da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.



Figura 51 - Alegrias e conquistas da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

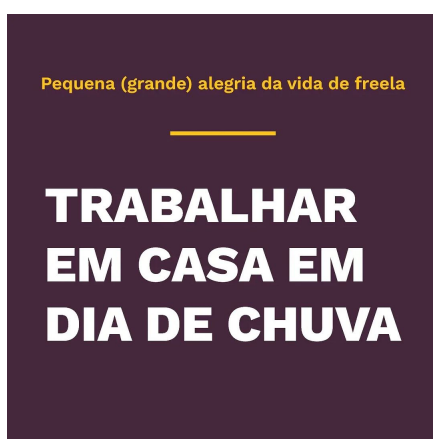


Figura 52 - Alegrias e conquistas da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

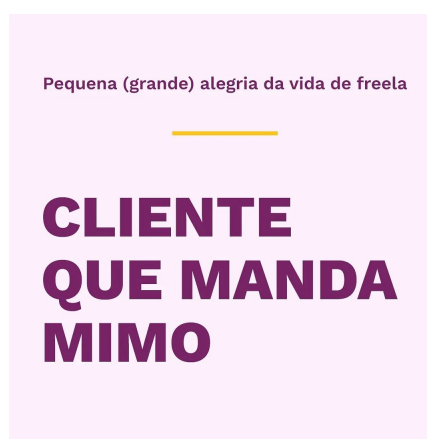


Figura 53 - Alegrias e conquistas da vida freelancer.
Fonte: Instagram de um perfil voltado para freelancers.

O que fica explícito nas imagens é a conexão entre o universo *freelancer* e a reafirmação do lugar de empreendedor. Seja por meio de mensagens diretas, memes ou frases (que acabam sendo reproduzidas nas narrativas dos criativos), a mentalidade empreendedorista é disseminada a partir dessas imagens.

Na produção cultural também encontramos a disseminação dessas imagens por meio do conteúdo audiovisual, como podcasts. Escolhemos analisar quatro podcasts, com produção consistente na temática *freelancer*: Frila Podcast¹⁸², Freela Talks¹⁸³, Aparelho Elétrico¹⁸⁴ e Vida de Freela¹⁸⁵. O perfil desses podcasts se divide entre entrevistas (Frila Podcast, Aparelho Elétrico), mesas redondas, com profissionais freelancers discutindo um tema proposto de modo livre (Frila Podcast, Aparelho Elétrico e Vida de Freela), e tema guiado por um ou dois apresentadores (Freela Talks, Vida de Freela).

Nos diversos episódios foi possível captar a mentalidade empreendedorialista por meio dos temas que são abordados. A maioria desses conteúdos são parte da intenção de seus produtores e participantes em compartilhar com a audiência interessada – “*freelancers* ou interessados em se tornar *freelancers*” – as grandes questões, dicas e dilemas dessa modalidade de trabalho e são voltados para a ICM. De algum modo, os temas abordados acabam sendo próximos ao que se encontra disponível na literatura de negócios, em especial feita por *experts*, com destaque para propósito, gestão do trabalho, dificuldades e desafios e identidade-empendedor.

Em torno do propósito, especialmente nos episódios de entrevistas individuais, há exploração sobre o que motiva os *freelancers* a atuarem como *freelancers*. O propósito é sempre abordado em torno da relação de sonhos e vocação e em oposição à possibilidade de auto-realização no trabalho regular. Nesse sentido, ser *freelancer* aparece nas diversas narrativas como meio de se realizar e autodeterminar:

“*Enxergo a vida de freelancer como um meio, não o fim.*” (Episódio 8 - Aparelho Elétrico)¹⁸⁶

¹⁸² Disponível em <<https://open.spotify.com/show/2rapuh26lFyald6ZKWCHHp?si=a1336e03b7c34cdd>> (Acesso em out. 2022). Dos atuais 91 episódios disponíveis (dezembro de 2022), analisamos 75, que foram lançados até o período de novembro de 2021.

¹⁸³ Disponível em <<https://open.spotify.com/show/6pCzEDBbmEcPCnF1TMqleP?si=8fd81d4dc099423c>>. Acesso em out. 2022. Analisamos os 34 episódios disponíveis até novembro de 2021.

¹⁸⁴ O podcast teve a maioria dos episódios retirados do ar – a partir da desistência de seu criador. O único disponível (foi o último programa, em setembro de 2019) pode ser acessado aqui: <<https://open.spotify.com/show/1bTTtK81FngCik5TVx5jDX?si=f79eb88a91674921>>. Antes da retirada, conseguimos acessar os 89 episódios que estavam disponíveis, dos quais analisamos 40.

¹⁸⁵ Disponível em <<https://open.spotify.com/show/45NOFdp8jzQQspvxO7HXAY?si=efa515a17d664aa8>>. (Acesso em out. 2022). Analisamos os 30 episódios disponíveis até agosto de 2020.

¹⁸⁶ Como mencionamos, os programas do podcast foram retirados do ar. O link original era: <<https://open.spotify.com/episode/0dFbM4TarXCDeWEhYBZoin?si=906a9969fe204548>>. Acesso em abr. 2021.

“Freela tem que fazer acontecer. Depende do quanto você quer fazer algo.” (Episódio 4 - Vida de Freela)¹⁸⁷

“Me vejo como empresa. Acho que todo mundo tinha que ter aula de empreendedorismo.” (Episódio 10 - Frila Podcast)¹⁸⁸

Sobre gestão do trabalho, além das dicas de costume (separe financeiramente sua vida individual da empresa, organize seu tempo, etc.), as falas giram em torno da importância das conexões e do networking. Grande parte dos *freelancers*, como vimos em campo, consegue novos trabalhos a partir dessa rede, de modo que esse tópico se torna bastante importante para a categoria. Ao mesmo tempo, há uma perspectiva empreendedorista na abordagem, que tira o sentido explicitamente instrumental dessas relações em favor de uma dinâmica mais individualizada, como se os contatos fossem de fato parte do círculo pessoal do trabalhador criativo autônomo:

“Não tenho contatos, tenho amigos.” (Episódio 1 – Frila Podcast)¹⁸⁹

“Nós que somos Freelas temos que saber a diferença de Comunidade X Networking. Nós temos comunidade, porque nos ajudamos, trocamos coisas, networking é uma coisa vazia, de quem está nas empresas, não é nosso caso. Minhas conexões estão na comunidade que eu faço parte.” (Episódio 8 - Frila Podcast)¹⁹⁰

Em suma, grande parte das interações giram em torno na identidade com com ser empreendedor. Tanto os desafios (como lidar com clientes, questões de pagamento e como estabelecer remuneração adequada, tempo entre projetos – chamado “vazio de jobs”) quanto as possibilidades, a auto-determinação é o elemento mais marcante nesta produção. Algumas verbalizações:

“Ser freela não é uma categoria e sim modelo/ contrato de trabalho. Freela está nesse entre-lugar. Tipo, apesar de serem diferentes nossos ofícios (jornalista, designer, fotógrafos) geralmente são os mesmos clientes (agência de publicidade, grandes empresas). A questão é sobre para quem você

¹⁸⁷ Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/57YtRV1FX5JITtfG8KRJh0?si=4Kp-AOoNQo2XcHpXDrhJQA>>. Acesso em mai. 2021.

¹⁸⁸ Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/0mJfzn9x2o1OaY4oZBpe63?si=fu7QDX-aSr2bLK-FaF47HQ&context=spotify%3Ashow%3A2rapuh26lFyald6ZKWCHp>>. Acesso em abril 2021.

¹⁸⁹ Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/1cQjiRFkrWVjrmqbsLkySL?si=aIOZLz18RMOXkFIpKT5CDw>>. Acesso em mar. 2021.

¹⁹⁰ Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/0mKOMwqeQGBDSwgbwsYCF0?si=6tMT46tLSWqMocGrQcxexg>>. Acesso em mar. 2021.

trabalha, e as situações criadas por essa cadeia.” (Episódio especial Papo Frila 8 - Frila Podcast)¹⁹¹

“A gente precisa saber diferença do tamanho entre ser freela e ser empresa. Se você fatura 30k como freela é legal, mas como empresa isso não é nada.” (Episódio 24 - Frila Podcast)¹⁹²

“Sou uma artista na pele de uma garota de negócios.” (Episódio 13 - Frila Podcast)¹⁹³

O discurso da mentalidade empreendedorista dá forma às intenções e práticas, bem como às expectativas tanto dos profissionais autônomos quanto de seus empregadores. Ele está presente na literatura de negócios e na produção cultural contemporânea sobre o tema, como canais de vídeos (em redes sociais como Youtube), perfis de redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook e LinkedIn) ou materiais audiovisuais, como podcasts (em plataformas diversas, como Spotify). A importância desse material e dos discursos ali proferidos é de que eles dão forma e substância à mentalidade que os *freelancers* assumem, ou seja, um conjunto de perspectivas e visões que orientam as ações e as expectativas deles e dá sentido explicativo à experiência vivenciada no trabalho flexível. Ao mesmo tempo, esse discurso serve para delimitar o trabalhador criativo autônomo a partir da ICM como um “nicho a parte”, uma vez que o recorte de experiências e repertórios é todo específico nesse universo.

À guisa de conclusão deste capítulo, no qual abordamos de forma ampla a constituição da mentalidade empreendedorista e suas formas de disseminação entre os trabalhadores da ICM por meio da literatura de negócios e da produção cultural (imagens e podcasts), podemos afirmar que a mentalidade empreendedorista é demarcada por uma posição *entre*, ou seja, a constituição de uma identidade e de uma racionalidade que se localizariam em um “*entre mundos*”, entre ser empreendedor e ser um profissional liberal (a partir das diversas profissões qualificadas que constituem o

¹⁹¹ Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/4TI7KYDxHe09cqiQeUEMyU?si=tL1NMZ13TWWldW_Ba5ajLQ&context=spotify%3Ashow%3A2rapuh26lFyald6ZKWCHHp>. Acesso em nov. 2021.

¹⁹² Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/3GT041541hefEkWjJVBFYQ?si=BPJ3bDKEQzmUUoUR2_M3fg&context=spotify%3Ashow%3A2rapuh26lFyald6ZKWCHHp>. Acesso em mai. 2021.

¹⁹³ Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/7eCa9XxiUprcTYhY7aw9dl?si=ztsDrjL_TfOJ232sfTycjA&context=spotify%3Ashow%3A2rapuh26lFyald6ZKWCHHp>. Acesso em abr. 2021.

campo). Essa identidade é constituída no discurso nas vozes dos próprios profissionais e daquilo que circula no campo e na produção que organiza esse discurso, marcada pela produção cultural – como podcast – e pela literatura de negócios, voltada para esse público.

No entanto, a forma como o discurso sobre trabalho é organizada parece de fora, a partir da adoção de uma perspectiva *contracultural*, como forma de demarcar uma identidade de contestação e do diferente com base no empreendedorismo. Podemos verificar nas narrativas dos criativos autônomos que o empreendedorismo assume um lugar diferente a partir do discurso empreendedorista. O empreendedorismo é frequentemente visto como uma forma de exploração e precarização do trabalho, de acordo com Antunes (2018) e outros estudiosos críticos ao modelo econômico neoliberal. No entanto, nosso campo de pesquisa com *freelancers* sugere que o empreendedorismo é visto como um elemento da contracultura, encapsulando o discurso sobre liberdade e autonomia que surgiu no movimento contracultural das décadas de 1960 e 1970.

Ao adotarem o empreendedorismo como uma forma de fazer-ser e viver, os *freelancers* da ICM reivindicam uma liberdade individual que pode ser vista como contracultural em relação aos modelos tradicionais de emprego. Eles se veem como proprietários de seus próprios negócios, com a capacidade de definir seus próprios termos e condições de trabalho. Essa perspectiva é uma continuação do discurso sobre liberdade individual e empreendedorismo que surgiu no movimento contracultural, em que a autoexpressão, a autonomia e a inovação eram altamente valorizadas.

Porém, essa visão do empreendedorismo como um elemento da contracultura mascara algumas das experiências concretas de degradação enfrentadas pelos criativos autônomos, marcadas pelo compasso da flexibilização expressa na intensificação, aceleração e padronização do trabalho criativo. A falta de proteção social, a instabilidade do trabalho e a competição acirrada são apenas alguns dos desafios que os *freelancers* enfrentam em seu trabalho. Além disso, a ênfase na liberdade individual pode obscurecer a natureza estrutural da desigualdade e da exploração e a expropriação presentes na economia capitalista.

É a partir dessa perspectiva que se cria uma oposição constante ao *staff* (emprego formal) como maneira de construir os elementos dessa mentalidade. É,

portanto, um discurso que dá substância à racionalidade que permite, no campo, observar o que está sendo deteriorado, bem como explicar e dar sentidos às práticas de degradação. Ele possui elementos externos do discurso sobre trabalho, que envolvem 1) **governança de si** (como a ideia de resiliência); 2) **propósito** (que implica os sentidos, o autoconhecimento e o discurso sobre onipresença do sentido do trabalho em todas esferas); 3) **ser-dono-do-negócio**, por meio de uma normativa do sujeito empresarial, mas conectado com a dimensão do modelo empresa-agência e influenciada pelo prestígio simbólico de ser um empreendedor.

O ponto diferencial é que a mentalidade empreendedorialista dá base para entendermos a conformação do trabalhador criativo flexibilizado e seus processos de deterioração que atravessam formas de subjetivação por meio dos afetos. Nesse sentido, a deterioração subjetiva é resultado da contradição entre a introjeção desse discurso como organizador de práticas de organização do trabalho desse campo e a experiência vivida de generalização da deterioração, decorrente da ampliação desse discurso, disseminado em várias esferas.

No próximo capítulo vamos analisar, a partir das experiências analisadas no campo, como as formas de degradação aparecem latentes na experiência desses trabalhadores e quais os principais afetos que determinam a deterioração subjetiva do trabalho criativo.

CAPÍTULO 5 - Ilusões perdidas: degradação e deterioração na ICM

“Cada experiência de sofrimento é uma história que se transforma na medida em que é contada.”

- Christian Dunker

Nos capítulos anteriores, percorremos uma abordagem sobre as consequências da flexibilização no trabalho criativo por meio das noções de *degradação* e *deterioração* das condições de trabalho, bem como um olhar sobre o campo da indústria criativa de mercado (ICM) e a conformação, no interior de suas especificidades, de uma *mentalidade empreendedorialista*. Neste capítulo, analisaremos como a experiência de trabalho é percebida pelos trabalhadores criativos diante do discurso empreendedorialista. Nesse sentido, percorreremos tanto a percepção da experiência da degradação, abordando suas duas dimensões (forma e substância), quanto os efeitos da deterioração subjetiva, por meio dos afetos engendrados na realidade laboral.

Vale retomar a origem dos dados em que estamos nos debruçando – como expusemos na introdução – e têm sido utilizados nos capítulos anteriores. Partimos de um formulário respondido por cerca de 533 respondentes (trabalhadores criativos autônomos), dentre os quais, para essa análise apresentada no capítulo, focaremos nos 325 respondentes que são parte da ICM¹⁹⁴. Esse material também se tornou a base para formulação das questões de referência das 30 entrevistas em profundidade feitas com profissionais *freelancers* da ICM. Nessas conversas, pudemos explorar não apenas as trajetórias de cada um dos profissionais e suas percepções sobre a experiência vivida na ICM, mas também capturar a forma como o discurso da mentalidade empreendedorialista subjaz a produção de sentidos e racionalizações em torno das transformações promovidas pela flexibilização constante desse campo criativo.

Antes de entrarmos nos tópicos deste capítulo, vale sublinhar algumas informações coletadas a partir desse campo. Mais da metade dos trabalhadores que responderam os formulários (60%) são *freelancers* há mais de três anos; em relação aos que foram entrevistados, todos trabalham há mais de três anos como *freelancers*. Esse

¹⁹⁴ Os outros 208 restantes se dividem entre trabalhadores autônomos indiretamente relacionados com a ICM (91) e outros que não atuam na ICM (117), mas são trabalhadores de conhecimento. Apesar da divulgação dos formulários terem ocorrido em espaços de maior visibilidade para profissionais da ICM, ainda assim tivemos essa quantidade expressiva de trabalhadores autônomos que não eram da ICM e desejaram responder. De certo modo, as informações destes nos possibilitou balizar o que era discurso próprio à ICM e o que estava disseminado de maneira mais ampla, ou seja, não era específico àquele campo.

dado é relevante por causa do momento em que foi feita a coleta (2020/2021) para de algum modo “isolar” o fenômeno da pandemia¹⁹⁵ que, de fato, teve impacto no mercado de trabalho. Grande parte dos relatos de trabalhadores autônomos que estavam entre um e dois anos atuando como *freelancers* apareceu associado à pandemia, como consequência direta de *layoffs* e da reestruturação de empresas que trabalhavam nesse período.

Um parâmetro desse movimento pode ser percebido ao analisar, a partir das narrativas coletadas, como esses profissionais se tornaram *freelancers*. Se, de um lado, temos o discurso em torno da experiência que carrega coisas boas e negativas em ser *freela*; por outro, as condições de se tornar um profissional autônomo revelam mais a realidade na qual esses trabalhadores criativos estão inseridos. Podemos dividir em dois grandes motivos essa entrada no campo de ICM:

- A) a necessidade de conseguir atuar na área, ou seja, a indisponibilidade de emprego regular. Nesse contexto, a questão “*freelancer compulsório*”, ou seja, da obrigação, pesa mais no discurso. Nas motivações positivas, nesse caso, a flexibilidade e a autonomia são mencionadas, mas há grande ênfase na questão negativa da falta de estabilidade financeira. Os trabalhadores que “tiveram que se tornar *freelancers*” são os que mais responderam que topariam um trabalho CLT (sim ou talvez), especialmente se as condições de remuneração, estabilidade e ambiente de trabalho fossem favoráveis.
- B) a oportunidade de atuar em um trabalho que fazia mais sentido às intenções do profissional, que vai desde “emprego anterior não satisfazia” à “mudança de área”. Nesse contexto, a ideia de “escolha” em ser *freelancer* aparece mais forte no discurso, reforçando os aspectos positivos da experiência, ou melhor, a possibilidade que a experiência de ser *freelancer* possui, vinculada à flexibilidade e à autonomia.

Tanto em um quanto no outro perfil a questão da autonomia (e da autodeterminação) fica explícita. Os três elementos do discurso empreendedorista (governança-de-si, propósito e ser dono do negócio) organizam as formas como essa

¹⁹⁵ Acreditamos, como mencionamos na introdução, que não é possível isolar de todo um fenômeno que teve grande impacto em toda a sociedade (e em escala global). No entanto, ao garantir que maior parte dos trabalhadores criativos pesquisados atuassem há mais tempo do que o período da pandemia, conseguimos coletar dados mais vinculados à realidade do trabalho criativo autônomo na ICM.

experiência aparece, mesmo diante do "tive que me tornar". Ademais, encontramos recorrentemente no discurso, que possui raiz no empreendedorismo, a questão de "se provar". De fato, a vontade de se "provar" como capaz de erigir uma carreira criativa autônoma possui ressonância do discurso acerca de ser dono de próprio negócio, de ter autonomia.

Há um elemento importante no discurso associado à amenização dos problemas provenientes da flexibilização: quando a experiência anterior de trabalho regular foi marcada por assédios ou mesmo efeitos psicológicos (como *burnout*). É possível perceber a atribuição das questões que envolvem a degradação do trabalho como autônomo como "parte do jogo" ou "menores" frente aos problemas que enfrentavam anteriormente. Como vimos a partir da forma de disseminação do discurso empreendedorista, a oposição ao trabalho regular aparece como encaixe perfeito para o modo como esses trabalhadores criativos compreendem e justificam sua posição.

Apesar de ser menos representativo, percebemos uma parcela de trabalhadores criativos autônomos que eram empreendedores (donos de agências, estúdios, com sociedade), saíram de suas sociedades, venderam ou fecharam suas agências e passaram a trabalhar como autônomos. Mesmo diante de uma condição diferente dos trabalhadores oriundos do trabalho regular CLT, as justificativas são parecidas, envolvendo autonomia, flexibilidade e não ter de lidar com grandes burocracias que regem um negócio, entre outros motivos. O interessante é que o discurso empreendedorista ali é um aporte para o processo de autodeterminação de si, ou seja, não é apenas ser dono de negócios (que de fato já foram), mas ser mais autônomo em relação aos caminhos profissionais que desejam traçar e buscar elos de reconhecimento e identificação.

Em relação ao ritmo de trabalho, a maioria diz pegar "*quantos projetos estiverem disponíveis*" (55%), contra 22,5% que aceitam apenas um projeto por vez, e 22,5% apenas o suficiente para fechar as contas. A maior justificativa é "*não sei se terei trabalhos no amanhã, então é melhor garantir*". O que podemos notar é que, "por escolha", muitos desses trabalhadores criativos estão sujeitos aos processos de intensificação e aceleração do ritmo de trabalho.

Em relação à permanência na atividade laboral como *freelancer*, há certa adequação ao universo do autônomo. A maior parte dos trabalhadores criativos está “ok” com essa modalidade (20% dos pesquisados menciona que ser *freelancer* é o ideal, contra outros 20% que não desejam mais ser *freelancer*). No entanto, a maioria “talvez” optaria por um trabalho CLT, dependendo das condições que esse trabalho oferecesse. Nesse caso, a remuneração, o ambiente de trabalho e a flexibilidade (tempo e espaço de trabalho – possibilidade de fazer os próprios horários e trabalhar em casa ou outra cidade, por exemplo) são os grandes motivadores da possibilidade de conectar a estabilidade (promovida por um trabalho regular) com as motivações positivas em ser autônomo.

A remuneração aparece vinculada aos benefícios que uma CLT promoveria, como plano de saúde, férias e 13o salário – ou seja, benefícios aparentes do trabalho regular. A questão do ambiente também tem uma importante parcela nessa posição. Como tratamos anteriormente, a dimensão do propósito, da conexão do trabalho com o sentido e o reconhecimento, parece tangibilizar a expectativa de adquirir um trabalho CLT caso a empresa conjugue de valores e ambiente de trabalho que dessem vazão à visão de mundo desses trabalhadores. Assim, não se trata apenas da redução das expectativas de subordinação e exploração (relação com chefe, excessos de trabalho X remuneração e relação com colegas de trabalho), mas também da possibilidade de realização de si no ambiente profissional, isto é, a empresa como lugar de realização da autodeterminação, uma perspectiva empreendedorista transportada para a visão do trabalho ideal – sem a instabilidade do universo autônomo.

Vale ressaltarmos também quem esses *freelancers* atendem – seus clientes. Os clientes desses trabalhadores criativos autônomos são, em sua maioria, antigos empregadores, pequenas empresas (empresas-agências) e rede de contatos (*networking*). Em grande parte, ter antigos empregadores denota o processo de flexibilização do trabalho nas formas, quando esses trabalhadores passam a ter vínculos pejetizados para continuar atuando em suas áreas. A rede de contatos é outra característica importante, pois demonstra que os elos de trabalho e oportunidades na ICM, no circuito entre empresas-agência e trabalhadores criativos autônomos, se constituem fortemente baseados nos contatos pessoais e na reputação – ou seja, reconhecimento é um elemento importante para obter mais possibilidades de trabalho.

Em menor grau, vemos trabalhadores criativos que atuam diretamente com grandes empresas e, em menor grau ainda – mas que não indica, como pudemos perceber na pesquisa, uma tendência explícita –, a atuação direta via plataformas de *freelancers*. Isso não significa dizer que esses trabalhadores não acessem e utilizem essas plataformas, mas que elas não parecem constituir o caminho primordial para a construção de reputação dos trabalhadores na ICM. Como afirmamos em capítulos anteriores, a tendência de padronização do trabalho criativo, que leva à degradação substancial, pode afetar diretamente o crescimento da atuação mediada por tais plataformas. No entanto, elas, no momento da pesquisa, não constituíam espaço de construção de jornada, ou seja, de busca por reconhecimento e realização no trabalho criativo.

A questão da reputação, por sua vez, se mistura com oferta e possibilidade de empregabilidade por meio das redes de contato de trabalho. Grande parte dos respondentes apontam ter outros *freelancers* com quem trabalham em conjunto, seja dividindo tarefas, ou alternando projetos, para garantir, em face dos clientes, que podem pegar trabalho constantemente. Essa rede também pode ser entendida consideravelmente pelo caráter coletivo que o trabalho criativo possui. Ademais, na experiência compartilhada pelos trabalhadores criativos, ela também se torna uma estratégia de reputação – estar sempre disponível e ter profissionais certos (que entregam) para compartilhar demandas maiores ou mais complexas.

Entretanto, podemos observar a partir dos dados analisados na pesquisa que há um movimento de precarização das condições de trabalho na ICM. Esse movimento corresponde a dinâmicas globais do capitalismo e a sua face de exploração do trabalho de conhecimento, ao mesmo tempo que assume suas especificidades nesse campo. Percebemos um processo de *bicoalização* do profissional criativo, que se cristaliza em dois movimentos: degradação das condições de trabalho e deterioração subjetiva dos trabalhadores a partir dos discursos. De um lado, a fragmentação, a intensificação e a aceleração dos ritmos de trabalho impõem condições cada vez mais adversas para os trabalhadores criativos. De outro, como processo concomitante, o discurso da mentalidade empreendedorista rechaça o estigma do *freelancer como bico*, como alguém que não sabe o que quer ou não é “bom o suficiente”, projetando uma posição de empreendedor por meio do qual se configura o lugar moral de prestígio.

Ao analisar os pontos trazidos pelos pesquisados, vamos entender como os processos de degradação aparecem atravessados pela mentalidade empreendedorista e como a deterioração subjetiva se mostra, vendo como ela é capturável na análise das condições das experiências vivenciadas por esses trabalhadores criativos a partir de afetos específicos. De certo modo, o discurso empreendedorista impacta a maneira como a experiência de degradação é sentida pelos trabalhadores criativos.

Neste capítulo, exploraremos as narrativas em torno dos processos de degradação, de acordo com a maneira como eles aparecem encobertos por tal discurso. Os modos de expressão da degradação do trabalho da ICM aparecem nas narrativas desses trabalhadores, apesar de muitas vezes estarem mascarados como “desafio” ou “obstáculo”.

Na sequência, abordaremos como o processo de deterioração subjetiva também aparece nessas narrativas, analisando-o a partir dos três afetos mais frequentes: medo, ansiedade e vergonha. Nossa hipótese sobre o processo de degradação das condições de trabalho do trabalhador criativo autônomo estar conectada com a deterioração da condição subjetiva está vinculada aos afetos gerados pela experiência concreta. Percebemos que, na degradação da forma, o medo se apresenta por meio do medo de não conseguir trabalho, enquanto a ansiedade se apresenta a partir do tempo fora do trabalho e da conexão da vida com o trabalho (ou como o tempo de não trabalho é apropriado pelo tempo de trabalho). Já na degradação substancial, percebemos como a vergonha se manifesta por meio da expectativa de status ou reconhecimento, ou seja, do prestígio em relação ao trabalho exercido (“*o que eu faço X o que ou como percebem o que eu faço*”), que é impactada pela amadorização do trabalho criativo.

5.1 - A degradação na experiência do trabalho criativo

O processo de degradação das condições de trabalho na ICM possui dois eixos vinculados à flexibilização, que podemos observar a partir dos dados e conformam eixos aparentes diferentes do trabalho criativo autônomo. Um é a **degradação pela forma**, que incide sobre contratos e regimes de trabalho, em que temos, por exemplo, o trabalhador pejetizado ou a figura do *freela-fixo*, caracterizando a flexibilização do trabalhador a partir de uma relação desfigurada de CLT. É uma forma de precarização, mesmo nas formas alternativas de “PJ com benefícios”, que reduz o horizonte não

percebido de benefícios e direitos do trabalhador, mantendo-o em um regime de exploração mais fechado.

Outro eixo é a **degradação pela substância**, quando a flexibilização incide na redução e na ressignificação do escopo da formação e experiência dos TCA, minimizando alguns aspectos da sua expertise técnica e qualificada a elementos de instrução (ou de instrumentalidade aplicada). A amadorização é o processo que torna mais executável esse trabalho – antes ocupado por um especialista qualificado – e, ao reduzi-lo a algo “mais possível de se fazer”, amplia seu grau de exploração, desatrela o trabalho do valor da experiência (esvaziando o valor e o prestígio do profissional liberal, ou seja, sua singularidade) e corrobora o processo de assalariamento, que nutre também as posições do pejetizado. Essa discussão é mais ampla porque também envolve, no caso da ICM, o desenvolvimento tecnológico da substância do trabalho, ou seja, as ferramentas de trabalho se tornam cada vez mais padronizadas, e o produto desse trabalho criativo também, o que faz com que este seja cada vez mais baseado em instruções (e menos próprio ou singularmente criativo) para a execução do trabalho.

Os processos de degradação podem, nesse sentido, ser observados no discurso dos trabalhadores criativos a partir da experiência vivenciada. É o que vamos explorar agora.

5.1.1 - Experiência na degradação das formas

A degradação das formas é percebida no discurso dos trabalhadores criativos em quatro dimensões da experiência: 1) na oposição ao trabalho regular; 2) na experiência de flexibilização quantitativa; 3) na experiência de flexibilização qualitativa; 4) a partir dos relatos de intensificação e aceleração dos ritmos de trabalho. Toda essa experiência, como temos tratado neste trabalho, é ressignificada por meio do discurso empreendedorista, que insere as práticas laborais em uma justificação do espírito do capitalismo com base no protagonismo e na forma de ser do empreendedor.

5.1.1.1 - A oposição ao trabalho regular

A ideia de oposição ao trabalho regular aparece refletida no discurso dos criativos autônomos em alguns elementos de sua experiência laboral, como a) na relação com o autoconhecimento; b) como melhor forma de exercício da criatividade; c)

na realização da escolha em ser *freelancer*; d) na impossibilidade de construção de uma carreira linear na ICM.

A oposição ao trabalho regular, ou seja, mediado pela regulação trabalhista (CLT), aparece constantemente no discurso dos trabalhadores criativos autônomos conectada à autonomia e à liberdade do trabalhador. Um dos sentidos mais precisos que aparece e dá sentido ao movimento concreto de flexibilização de contratos é o de autonomia, que pode ser alcançada e gerida a partir do autoconhecimento.

Podemos compreender o sentido de autoconhecimento no discurso dos *freelancers* como o olhar que cada trabalhador criativo autônomo deve ter para si, de modo a buscar em si mesmo os elementos que podem alçá-lo a melhores condições e oportunidades de trabalho. A ideia de autoconhecimento direciona a percepção desses criativos para a flexibilidade como solução, sem questionar o sistema em que estão inseridos, possuindo, assim, grande viés da racionalidade neoliberal e do realismo capitalista. De certo modo, a solução sempre passa pelo fomento ou atualização das formas de produzir mercadoria e, nesse âmbito, o autoconhecimento significa se auto converter em um operador ou produtor mais eficaz. Mesmo no universo da ICM, do trabalho criativo, esse imperativo se torna base para a expectativa dos trabalhadores. Ir além é ir em direção à reprodução mais significativa do sistema, não à superação dele. A readequação de si passa a ser uma estratégia de flexibilidade que **melhorará** a produtividade do criativo enquanto um profissional autônomo e, por isso, não a questionam. Como vemos neste trecho extraído do campo:

“Eu sempre entendi que eu não conseguia ficar muito tempo nos empregos porque acho que é uma característica minha mesmo. Eu gosto muito de explorar e fazer coisas diferentes. Então eu cansava e depois de um ano eu já queria mudar. Eu percebia que com freela eu ia conseguir trabalhar com coisas diferentes, clientes diferentes e ser um pouco mais bem resolvida com isso. Eu acho que o trabalho criativo, com relação à arte, tem muito de autoconhecimento, porque é sobre criatividade, mas tem uma abordagem muito de autoconhecimento mesmo, tem uma experiência de autorreflexão. Tem muito a ver com o lado artista para você entender quem você é, sua expressão ou o que você quer expressar no mundo. Então, eu me entendi certa de que eu não conseguiria trabalhar das 09h00 às 18h00 em um lugar fixo. Logo eu já tinha um freela e aí eu fui emendando, emendando e quando eu fui ver, eu já tinha virado freela. Foi algo que eu me organizei muito para acontecer, acho que isso é muito comum. Em alguma circunstância isso acontece e você começa a fazer freela e aparece um atrás do outro e quando você vai ver já aconteceu.” (Cadernos do campo)

O autoconhecimento como exercício de autonomia parece se cristalizar, portanto, no sentido oposto do que o profissional criativo é ou deseja estar: no “lugar

fixo das 9h às 18h”. O trabalho de *staff* – a ideia do trabalho formal com contrato determinado – se torna a representação de uma vida sem o diferente, sem estímulos, sem possibilidades de ser livre, inflexível e sem experiências diversas. Essa mesma representação não fica no plano apenas da experiência de trabalho, pois ela também é “avessa” ao que a pessoa é, àquilo que a caracteriza.

Nesse sentido, a ideia de autoconhecimento compõe o hall de elementos que dão base para a mentalidade empreendedorista, como a governança-de-si e o senso de propósito. O autoconhecimento conecta atributos subjetivos de si com técnicas ou talentos (vistos como inatos) que o trabalhador acredita possuir, colocando tais dimensões, de forma mais eficaz, a serviço do trabalho criativo. Ademais, o autoconhecimento constrói o discurso que justifica para si e para os outros – porque a identidade, nessa mentalidade, é uma forma de distinção e, por isso, precisa ser expressada e comunicada – o sentido e o propósito sobre determinado trabalho.

O autoconhecimento também oferece sustentação a uma ideia de “molde do sujeito” não acerca do que é supostamente externo e imposto, mas das suas vontades e daquilo que traria satisfação, justificando, assim, a resiliência. Em conformidade com o modelo normativo da empresa, o autoconhecimento se torna a bússola do ideal do negócio, do chamado *mantra*. Como vimos na literatura contemporânea de negócios em autores como Sinek (2018), a noção do *círculo dourado* identifica e expõe explicitamente a razão que justifica e dá propósito a uma empresa. Essa iniciativa estaria repousada em um produto ou serviço e, no contexto de grandes companhias, carrega mensagens mais amplas e genéricas desses porquês. No entanto, a reprodução desses discursos no âmbito da experiência do trabalhador criativo autônomo passa a ser um discurso sobre si projetado de modo explícito em seu trabalho, isto é, no serviço prestado. Por isso, a ideia de *autoconhecimento* se torna uma âncora direta da mentalidade empreendedorista.

A oposição ao trabalho regular também aparece como plataforma de incremento e exercício da criatividade. Há uma questão sobre autonomia para a produção, que envolve o trabalho criativo, e o discurso dos criativos autônomos identifica que a modalidade freelancer possibilita essa autonomia, diferentemente de um trabalho regular:

“Tem dias por exemplo que as coisas fluem mais, tem a coisa da experiência. Depois de alguns anos, eu sei que no processo de criação de uma identidade para um vídeo, para uma animação, escolher paleta de cores, escolher estilo de visual, começar desenhar as cenas, eu vou demorar um pouquinho para chegar nesse processo. Por isso que eu prefiro trabalhar para mim mesmo, porque se fosse trabalhar para um chefe, ele iria querer que eu fizesse o trabalho de dias em algumas horas. E aí eu tento me respeitar no meu processo lento (criativo). Aí o dia muito bom de trabalho é quanto tudo está aprovado, quando tudo está fluindo e o cliente ama o que você está fazendo, o que você manda, aí a aprovação vem de cara. A palavra mais tesão do mundo é a palavra aprovado!” (Cadernos do campo).

É perceptível, no entanto, que mesmo diante dessa “liberdade” para criar como uma atividade desatrelada da subordinação de um chefe, a visão de um dia positivo de trabalho envolve outras instâncias de subordinação, no caso, a aprovação do cliente. Em muitas das narrativas sobre o cotidiano de trabalho dos criativos autônomos, a oposição ao trabalho regular não supera a existência de uma figura mediadora do controle, em grande parte o cliente. É a este, que pode ser a própria empresa-agência contratante ou um cliente direto, que prestam contas, mas, pela dinâmica laboral mais aberta, menos fixada em horários, não se tem a percepção de estar subordinado.

Essa percepção de não estar subordinado aparece também como mote da escolha em ser *freelancer*, ou seja, a explicitação da oposição ao trabalho regular a partir do exercício de trabalho autônomo como fruto de escolha. Há no discurso uma conexão entre valores pessoais do profissional e a condição de trabalho como algo tributário da dimensão individual e não de uma dimensão sistêmica. Nesse sentido, ser *freelancer* aparece mais diretamente vinculado a ser um empreendedor de sua própria carreira e agir de maneira que conviesse a seus próprios valores e visão de mundo, como podemos verificar nesse trecho retirado do campo:

“Os meus princípios e os meus valores como freela é ter liberdade geográfica, né? Eu conseguir dizer sim ou não quando eu quiser e não depender de um chefe, uma coisa assim. Então, o meu contexto é bem diferente porque eu escolhi ser freelancer, eu tive oportunidade de trabalhar em empresas no formato CLT, e aí eu fui entendendo que isso não funcionava para mim, né, pra minha pessoa, minha personalidade. Eu sou um cara hiperativo, eu tenho déficit de atenção, eu tenho dislexia, e eu descobri que trabalhando e seguindo regras, tendo que bater cartão, tendo que prestar atenção em coisas que eu não queria prestar atenção, em reuniões chatas, essas coisas eu não me adaptava.” (Cadernos do campo)

Não deixa de chamar atenção nesta fala, como vimos em muitas outras narrativas no campo, essa conexão entre o estilo de ser e valores e certa banalização de psicopatologias, como dislexia ou TDAH. De certa maneira, podemos atribuir esse tipo de abordagem no discurso a uma banalização que ocorreu no discurso do trabalho, em especial como aparece na produção cultural sobre mercado, que desde os anos 1990 tem

explorado como algo “positivo” a ideia de *doenças comportamentais de mercado*. Uma delas, como demarca Dunker (DUNKER et al, 2021) foi a “mania”, apontada nos anos 1990 e 2000 como “doença de CEO” em função da característica altamente produtiva, de *workaholic*, desse tipo de profissional. No caso dos trabalhadores criativos, a hiperatividade e TDAH são sugeridas no discurso como “doença do profissional flexível”.

A vida no trabalho autônomo e flexível se torna uma oportunidade, na visão de muitos dos criativos, de reorganizar o cronograma da vida e horários e readequar agendas de uma maneira que se aproxima do interesse pessoal da distribuição das horas laborais. A dinâmica de transformação do trabalho na ICM e as tecnologias envolvidas nessa mudança permitem que grande parte do trabalho criativo seja realizado a distância do espaço físico da empresa-agência, o que colaborou para que o próprio modelo dos projetos fosse redistribuído em tempos assíncronos. Dessa maneira, os tipos de projetos desenvolvidos por trabalhadores criativos autônomos continuam muito parecidos com os do tempo regular¹⁹⁶, com dinâmicas próximas, mas, na percepção desses trabalhadores, aliviadas das pressões que o regime *staff* coloca. No discurso desses criativos, o trabalho de *staff* funciona como uma redoma que o fecha para o mundo e reduz as possibilidades de exploração e contato – com ideias, pessoas, perspectivas:

“Eu sinto que às vezes você fala num emprego fixo, [sic] às vezes fico muito imersa, não sabia o que tava acontecendo no mundo. Tanto que depois que virei freela e que eu divulguei meu portfólio, o tanto de gente que me mandou mensagem assim foram umas 6 pessoas. Chegaram e pediram para fazer call, para conversar... Me abriu um mundo de contato com outras pessoas. Eu comecei a conversar mais com outras pessoas, sabe? Porque às vezes quando você tá muito imersa no trabalho você fica fora de mercado, né? Você fica muito imerso ali.” (Cedemos do campo)

Juntamente com o fato da escolha em ser *freelancer*, o discurso de oposição ao trabalho regular também é reforçado pela impossibilidade de fazer carreira na ICM, especialmente nas empresas-agências. É nessa configuração contemporânea de alta rotatividade que o processo de degradação e deterioração vai se sobressaindo entre os criativos, o que se torna perceptível na mudança do discurso das próprias empresas-agências: a perspectiva do passado, da empresa como lugar para fazer carreira, sai de cena, dando espaço (e aceitação) para o processo de alta rotatividade de trabalho. As agências assumem “*não ser um lugar para fazer carreira*” e, nesse sentido, os criativos

¹⁹⁶ Vale lembrar a convergência da distribuição das horas laborais diante da flexibilização como ainda em grande medida pautada pelo trabalho regular, conforme indica Rosso (2017).

aprendem esse processo como parte da constituição do trabalho autônomo, como podemos ver neste trecho:

“Eu via isso e tem as insatisfações, então via muito gente com essa insatisfação, porque também era uma atuação jogada meio de lado. É muito difícil você conseguir fazer um plano de carreira. É muito comum um criativo receber mensagens dos chefes, tipo ‘vai lá e brilha’, mas, tá ligado, a pessoa faz o corre dela para crescer e tal e nunca sobe, nunca chega numa posição. Então assim, não é plano de carreira, né? A pessoa quer crescer há muito tempo e nada acontece. São casos que eu estou te contando que ilustram um pouco dessa percepção, sabe? De não tem um trauma de jogar as pessoas para fazer um monte de trabalho sem perspectiva de sair do lugar. Hoje você coloca coisas de sênior, e aí você vai dando responsabilidade e você não tem o retorno financeiro, daí eu me pergunto: tem plano na publicidade inteira, nas digitais? Eu acho que não! Por isso que a rotatividade do mercado é muito grande. Se você for pesquisar rotatividade na indústria criativa você vai ver, não sei se tem pesquisa disso, mas, enfim, é uma coisa constante que vai aparecer. Então eu acho que se assumiu que é essa a ideia, né? De que se não posso ir contra ele, eu abraço ele. Se não posso promover todo mundo que transforma isso no negócio e deixo as pessoas irem embora... E às vezes as pessoas saem insatisfeitas, né? Porque nunca tiveram um reconhecimento ali. Às vezes as pessoas até gostavam de agência, mas saíam, ou saíam muito puta da vida, ou saíam tipo, há ‘OK é isso mesmo, não tem lugar’.” (Cadernos do campo)

Essa rotatividade reflete a estrutura da distribuição laboral pautada em projetos, conectados com clientes específicos, o que permite uma experiência fragmentada, decorrente do processo de assalariamento e amadorização técnica na indústria criativa. A lógica do negócio da ICM é da juniorização, mantendo grande parte dos profissionais em uma base com pouquíssima mobilidade profissional, ou seja, acumulando tarefas e responsabilidades, mas sem o devido reconhecimento para crescer, o que implica condições de trabalho que geram sofrimento para muitos desses trabalhadores criativos. De fato, esse sofrimento, uma espécie de “insatisfação constante”, é administrado como parte do negócio, da engrenagem da “*máquina de moer gente*” que a ICM, em suas empresas-agências, acaba representando para muitos dos trabalhadores criativos:

“Cada vez mais assim, e como discurso, [se] falava ‘não somos agências de fazer carreira’. Internamente aqui as pessoas entram e saem, então era assim: ‘ó, é porta de entrada, eu pago um pouco, eu tenho galera que faz estágio aprendendo e tal’. Tem cada vez mais uma mão de obra barata, digamos assim, que dá conta da porrada do dia a dia, sabe? Tem algumas pessoas até que são mais seniores, mais criativos, que estão com projetos e tudo mais, só que largavam as meninas de 20 e pouquinhos anos no atendimento que, para mim, é uma profissão super complicada porque você tem que ter um controle emocional muito grande, e largavam elas lá. E tipo assim, minha vida era parar choro de atendimento, sabe? De umas minas muito mal. Aí eu fico pensando, se eu na idade que eu tinha quando cheguei em São Paulo, dormia no trabalho. Trabalhei muito e tal, mas a galera hoje está num ritmo que é assustador! Às vezes, sabe o quanto você tem de falta de compreensão também, né? Sei lá cara, eu via muito isso: uma agência que escutava sim, mas que, quando o cliente apertava, o cliente apertava, porque o digital é a lei do cliente, entendeu? Então, assim, ele quer e ele quer agora e é simples de fazer, e a agência tem esse caráter um pouco da internet que

todo mundo sabe mexer, né? Tinha essas complicações que tinha que resolver não importa o horário” (Cadernos do campo).

Percebe-se, no discurso, que a dimensão crítica da realidade é vista como parte de um jogo no qual a impossibilidade de se fazer carreira justifica um cotidiano de intensidade e alta carga de trabalho, bem como de dificuldades e sofrimento por parte de alguns trabalhadores criativos. É uma visão do “faz parte do jogo que estamos jogando”, e, conseqüentemente, não se enxerga uma possibilidade de modificar essa dinâmica que não seja pelo trabalho autônomo. O discurso sobre a liberdade do trabalho se sobressai, vislumbrando o trabalho autônomo como uma *desintoxicação do staff* e das demandas que uma relação contratual cotidiana impõe. Em outras palavras, para além do regime de contrato e da relação com benefícios, é a dinâmica de distribuição laboral que afeta a percepção sobre as dinâmicas tidas como negativas na interação do trabalho e, portanto, geradoras de queixa e sofrimento, evidentes no discurso crítico ao *staff*. Assim, a vida de autônomo, apesar da máquina de moer gente, é uma forma, no discurso dos criativos, de escapar disso e da sensação de vigilância que marca o trabalho regular:

“Então eu falo que a vida de freela é uma desintoxicação que você vai passando, sabe? Eu acho que demorou um ano para eu me desintoxicar de que quando uma pessoa que está me mandando uma mensagem sobre aquele job, ela não está me cobrando do jeito que as pessoas que trabalhavam comigo me cobravam. Então, já estou fazendo um freela aqui, eu tenho meu prazo e eu posso fazer qualquer coisa no meu dia, eu conheço o horário. Foram negociações, sabe? Quando a cabecinha 'você precisa' fica de alarme... Então foi um processo muito dolorido sair desse lugar. Eu acho que mudou a relação, não tenho mais a sensação de que estou devendo algo para alguém o tempo todo. Eu tenho mais liberdade nesse sentido, que é uma liberdade de você postar um stories 3h da tarde. Sabe, eu ainda me pego falando assim 'nossa, o que as pessoas vão pensar que ao me ver postando isso aqui, que tô lendo um livro às 3 da tarde?', sabe? Que louco. E tipo, se a pessoa tá como freela, não tem mais esse domínio sobre mim. Eu tenho um acordo com ela, eu vou entregar no prazo o que eu faço, no horário que eu faço. Se eu não tenho reunião, eu não tenho 8 horas para cumprir; então me dou um pouco mais de liberdade. Me abriu um pouco essa liberdade de mostrar quem eu sou, assim politicamente, falando. Quando estava dentro de uma empresa bem grande minhas redes sociais eram todas fechadas. Fui abrir agora. Então, eu acho que tem esse desapego. Parece que o emprego formal é uma constante vigilância, sabe? Mas foi muito bom porque eu consegui o que eu queria, que era um distanciamento: eu continuo trabalhando do ponto de vista da publicidade das marcas, só que eu tive um distanciamento desse lugar da agência. Então consigo, acho que foi essa a forma de não surtar.” (Cadernos do campo)

A liberdade afirmada acerca da vida como *freelancer* é endossada no discurso por uma suposta crítica sobre a segurança ilusória do trabalho regular. A mentalidade empreendedorista não apenas dá, no discurso dos criativos, um sentido de exposição ao trabalho regular, mas também o ressignifica, ao projetar nessa modalidade as ilusões

que a ideia desejada de autonomia apenas seria possível na flexibilidade. O *staff* é uma “segurança ilusória”, pois “*eu prefiro ter domínio do meu dinheiro do que deixar para o governo decidir como que eu aplico ou não este dinheiro futuramente se eu vier a ser demitido*” (Cadernos do campo).

A autodeterminação é, novamente, o guia do fazer-ser e do agir. É essa autodeterminação, a partir da negação do trabalho regular, que orienta a justificação dos processos de degradação, da aceitação de mais trabalho, da amenização da importância de direitos ou qualquer forma de regulação que não seja pautada pela noção de liberdade e autonomia individuais, como podemos verificar nesse outro trecho do campo:

“Eu gosto desta pegada de ser freela porque você tem essa liberdade. E como freela, eu me desprendi de muitas coisas do mundo profissional que impactam na vida pessoal. 5 dias de trabalho e 2 de lazer ou até mesmo a carga horária, que não dá para questionar. Enfim, tem várias empresas que fazem isso [trabalham menos horas ou dias] e têm resultado positivo na diminuição da carga horária. Mas pra mim como freela isso é um pouquinho sensível no sentido de que quanto mais eu trabalho mais eu ganho, diferente de ser funcionário em uma empresa que quanto mais você trabalha, mais você trabalha.” (Cadernos do campo)

Nesse sentido, o discurso em torno da oposição ao trabalho regular desloca para o indivíduo a responsabilidade de sua condição, como uma questão de si que estaria por trás das questões de trabalho:

“Eu acredito em uma jornada freelancer. Para mim é a jornada de um verdadeiro empoderamento, sabe? Você entende como você é muito bom e porque você é muito bom. Você pode servir os outros de uma forma que te traz liberdade e liberdade financeira (...) você tem que se entender como alguém muito fora da curva. Eu descobri que essa galera [que reclama das dificuldades de ser freelancer] dos freela que eu converso precisa muito de terapia. Precisa de alguma terapia, precisa muito tirar um pouco da síndrome do impostor, precisa muito saber e realmente se amar assim como profissional.” (Cadernos do campo).

O discurso empreendido por esse entrevistado compreende o processo de formação de um *freelancer* menos como um processo técnico de formação e experiência e mais como um processo de autoconhecimento, ou seja, como processo de condução de si. De certo modo, a responsabilização do indivíduo e a ideia de uma “economia freelance” (como se fosse possível estabelecer um fluxo exclusivo de mercado baseado nessa modalidade em si) reforçam o aprofundamento da condição de alienação que, diante do discurso, está colocada nas condições do trabalho flexível. O trabalho flexibilizado aprofunda a alienação como parte do capitalismo, e o discurso empreendedorista, por sua vez, intensifica a relação em que esses profissionais

autônomos estão inseridos, a ponto de não conseguirem enxergar a dinâmica de degradação do trabalho e das relações de exploração.

É nesse sentido que o discurso empreendedorialista reforça o lugar do empreendedorismo como uma contracultura, ou seja, como uma jornada de transformações em relação ao *mainstream*, ou a uma ideia de tradição. Esse laço contracultural residira não apenas no exercício do trabalho autônomo, mas também no modo como esse discurso se conecta com as formas de ser do sujeito, ancoradas por um ideal de liberdade, autonomia e autodeterminação. Justifica-se a condição, mas, principalmente, o modo de ser, sentir e se reconhecer. Todas essas questões, a partir do discurso dos trabalhadores criativos, criam uma naturalização da oposição ao trabalho regular e ampliam a expectativa de atuação nas modalidades de trabalho flexibilizado.

5.1.1.2 - A experiência de flexibilização quantitativa

O discurso empreendedorialista, que desloca a regulação do trabalho como condição ideal em favor de um suposto exercício da liberdade de autonomia, é também o discurso que naturaliza as condições de flexibilização quantitativa do universo do trabalho criativo. Por flexibilização quantitativa, como tratamos no capítulo 1, podemos compreender o impacto da flexibilização na redução de espaços e vagas de trabalho, bem como na transformação das horas laborais. A experiência de flexibilização quantitativa aparece no discurso a partir de três elementos: a) percepção sobre o tempo de trabalho; b) sobre o tempo de não-trabalho; c) questões em torno de produtividade. De alguma maneira, os três elementos aparecem bastante entrelaçados, dado que afetam diretamente a dinâmica da distribuição das horas laborais dos criativos autônomos.

Em relação às percepções sobre o tempo de trabalho, há um entendimento em torno de como a condição de ser autônomo exige uma outra visão de tempo laboral. Existe, em parte das narrativas, um elemento crítico disso, mas que aparece mais atrelado à dinâmica das exigências da vida e do perfil do próprio profissional do que propriamente das condições de degradação do mercado da ICM, como podemos verificar neste trecho do campo:

“Porque esse é um lugar também horrórico, porque você acha que nunca merece férias porque você precisa ganhar dinheiro, e atualmente a única função na vida é ganhar dinheiro. E aí você vai vivendo, você paga aluguel, e quando você vê, você não pode descansar nunca, porque sua vida é essa. Então é muito difícil se planejar pra isso e aceitar o descanso também, porque parece que não tem esse botão quando você é freela. Na verdade,

passa o tempo assim e você vai dando uma acostumada com a vida de freela e esquece que existe uma vida que não é essa. Vejo o povo comentando 'ah freela pode parar de trabalhar quando quiser' (...) Aí o pessoal falava que você pode ir para praia de terça-feira. Sim, eu posso, mas eu não vou, eu preciso trabalhar. Só aparece job dia de semana.” (Cadernos do campo)

Tais dinâmicas se tornam determinantes para organização da própria vida. De um lado, como temos ressaltado, há a ideia da disposição e a expectativa dos criativos de que, com a liberdade da vida autônoma, é possível distribuir as horas laborais de forma mais conveniente com as necessidades da vida. De outro, essa mesma liberdade parece ser determinante para a tomada mais intensiva das horas laborais. A crença é de que trabalhar autonomamente permite trabalhar menos horas, desatrelada da obrigação rígida das oito horas diárias. Aliás, a percepção de que o tempo é mal utilizado na realidade de *staff*, com baixa produtividade e obrigação de se estar em um espaço e tempo pré-determinados por um contrato, *não faz nenhum sentido* na visão do trabalho flexível. De certo modo, essa visão ganha força na ICM por se tratar de trabalho criativo, ou seja, não é sempre – mesmo que a tendência de amadorização modifique isso – executável de maneira mecânica, no momento desejado. A necessidade de inspiração e referências criativas acaba colaborando para que sejam, em grande parte, trabalhos executados em horários além do “expediente comercial”¹⁹⁷.

“Esta divisão trabalho-lazer é complicada tanto do ponto de vista físico quanto do trabalho. Físico porque quando você vai em uma empresa e fica ali no computador, você deixa os arquivos lá e tudo bem - você não tem fotos da sua avó. Mas quando você trabalha em casa sozinho está tudo junto: o WhatsApp está ali, chegando coisas do seu amigo, e tem as pastas que eu preciso organizar do domingo em família e do lado tem a pasta do job para amanhã. Fica tudo mesclado, não tem como. E tem os horários. Como eu falei, essas indústrias são meio marcadas com a coisa de sempre passar do horário, com aquela coisa de jornada excessiva, de não só de normalizar, mas também romantizar. Ir embora cedo de um escritório é uma derrota e tem muito a ver com este discurso empreendedor que estávamos falando há pouco. Oito horas é uma convenção nada a ver; isso veio do Fordismo e eu não tenho nenhuma herança boa disso! Tem dia que vai, mas tem dia que rende menos e tudo bem! Eu não fico mais até às duas da manhã esgotando minha cabeça e meu corpo porque aquele dia rendeu menos. Eu posso recuperar no outro dia e aceitar, e tem uma certa humanidade nisso. Mesmo assim, eu uso uma ferramenta para contar: já indiquei ela várias vezes porque ela mostra as horas de rendimento de trabalho e tento diferenciar ao máximo essas horas quando estou no trabalho ou no escritório porque ninguém fica das 09h às 18h 100% concentrado, não existe isso. Eu comecei a ver que tinha dia que eu trabalhava cinco horas e rendia quatro, mas tinha dia que eu trabalhava 9 horas e rendia 4. Eu preciso focar nas quatro horas serem focadas, porque no resto do dia eu consigo lavar uma louça sem tá desesperado ou sentar e assistir um filme e não ficar horas em frente ao computador sem focar. É uma coisa que é desestimulada em empresas que eu

¹⁹⁷ Juntamente à mudança substancial da matéria do trabalho na indústria criativa, com o esvaziamento da formação e da experiência a partir da ampliação de tarefas instrucionais (instrumentais) que geram amadorização, temos também o aumento de soluções (produtos) da própria indústria criativa para tentar apreender e tornar instruíveis as noções de criatividade – workshops, cursos etc.

acho um absurdo: 'enrola aí porque não deu o seu horário.' É o tipo de coisa que você sendo autônomo dá para desconstruir.” (Cadernos do campo)

No entanto, a realidade, em grande parte do cotidiano desses criativos, é outra. O senso de que precisa ser mais produtivo o tempo todo e de que é de única e exclusiva responsabilidade do criativo o gerenciamento do trabalho laboral acaba por orientar a ocupação do tempo de não trabalho como um tempo a ser instrumentalizado para agregar elementos ao trabalho – um curso, um conteúdo, um treino, uma nova experiência. Em outras palavras, nem estamos tratando aqui da ocupação do tempo de não trabalho, que seria utilizado para fruição ou descanso, por atividades diretamente conectadas ao trabalho. Trata-se da auto-exigência, disseminada pela necessidade de busca de qualificação constante em prol de sua empregabilidade, de estar atualizado, de ter cursos e novas qualificações que podem ser aplicadas em novos projetos – em suma, em mais trabalho. Esse senso de auto-exigência por meio da responsabilização individual do trabalhador autônomo diante da degradação do trabalho, da necessidade de ser produtivo, promove angústia e ansiedade. Podemos verificar essa cobrança de si quando manifestam, por exemplo, acerca dos motivos positivos de ser *freelancer*:

“A melhor de ser freelancer é também a pior: o tempo de trabalho pode ser mais flexível. É a melhor porque permite que eu consiga manejar minha agenda de acordo com minha disposição e necessidade, porém, diversas vezes sinto que nunca saio do raciocínio do trabalho. A linha que divide a vida profissional da vida pessoal está cada vez mais confusa. Do lado negativo, a insegurança: você não está no dia a dia do cliente, você não está imerso na cultura, e os parceiros mais comuns a gente até entende né, já faz parte, mas para os clientes novos você não sabe o estilo de entrega, se você pode falar aquilo ou não. Existe essa insegurança que gera essa ansiedade. Eu preciso trabalhar mais para garantir que aquilo ali será uma boa entrega, porque sou freela e aí mês que vem não terá o projeto.” (Cadernos do campo).

É sabido que a ideia de de ser produtivo não é exclusividade do discurso empreendedorista da ICM, ou seja, não se trata de um discurso para *freelancers* somente, mas também para toda a sociedade. A ideia de *produtividade* está diretamente atrelada à racionalidade neoliberal, que organiza as expectativas das experiências dos indivíduos em todas as esferas sociais e do trabalho, corroborando a disseminação de um discurso do sujeito empresarial, do *homo economicus* por excelência, da competição constante como norma (DARDOT & LAVAL, 2016; BROWN, 2005). É essa normativa produtiva que afeta, via discurso empreendedorista, a experiência vivenciada pelos criativos autônomos diante da flexibilização quantitativa: as horas, como um conjunto, tendem a ser apropriadas como horas de atividade laboral.

A extensão da distribuição das horas laborais – quando se é preciso trabalhar mais horas e em mais dias da semana (como aos finais de semana –, mas fundamentalmente o modo como o tempo de não trabalho passa a ser tomado de tarefas que estão indiretamente vinculadas ao trabalho, como cursos e outras ações, em vistas de “reinvesti-las” (lembrando a noção que tratamos acima sobre capital humano¹⁹⁸) para atuação profissional, explicitam a degradação por meio da flexibilização quantitativa, o que fica mais explícito no discurso dos criativos autônomos a partir dessa dimensão, como podemos verificar nesse trecho do campo:

“Acho que a gente vive uma sociedade cada vez mais paranóica com a questão de produtividade. Há cinco anos atrás eu só ouvia esta palavra uma vez por mês no escritório e agora é o tempo todo. E aí tudo vira um jogo sem fim. Você não faz mais exercício porque é legal ou porque é saudável, você faz porque vai aumentar a sua produtividade. Você não medita porque você gosta de meditar ou porque você acredita ou vai ser bom para você, mas porque você vai conseguir ficar mais horas em frente ao computador sem se desconcentrar. Eu sinto que essa é uma grande questão para a indústria criativa. Se você olhar e comparar a fábrica nunca fecha e você acha que não pode parar também. É uma coisa exacerbada nas redes sociais. Eu, na minha área de ilustração, design, é um negócio que já mexeu demais comigo, principalmente quando eu era mais novo. Era um negócio meio desesperador ‘meu deus, este cara é um gênio com 20 anos, eu tenho 21, então já era!’. Mas com o tempo também entendi que era mais sobre como posso usar meu tipo a meu favor, para me tornar aquele profissional que eu desejava ser, e hoje acho que sou.” (Cadernos do campo)

Dessa maneira, podemos observar que a flexibilização quantitativa é experienciada pelos criativos autônomos por meio da redistribuição das horas laborais – ou seja, a ideia de que no trabalho autônomo há maior controle sobre essas horas –, mas também do uso do tempo de não trabalho para atividades que sejam importantes para ampliar o repertório, a qualificação e o potencial desses profissionais, de modo a converter esse tempo em tempo de investimento, orientadas por uma lógica de produtividade fortalecida pelo discurso empreendedorista.

5.1.1.3 - A experiência de flexibilização qualitativa

A experiência de degradação das formas para os criativos autônomos também é narrada a partir da flexibilização qualitativa. Essa perspectiva remete à mudança nos tipos de contrato de trabalho, como a ampliação e flexibilização funcional, que pode se manifestar como substituição ou acúmulo de tarefas no interior da atividade laboral. Essa experiência é refletida a partir de alguns elementos, como a) flexibilização dos

¹⁹⁸ Ver capítulo 2.

contratos para adesão de benefícios; b) possibilidade de transição de carreira; c) remuneração.

A flexibilização dos contratos passa pela emulação não regularizada de benefícios vinculados ao CLT. De certo modo, tais benefícios costumam ser aparentes, ou seja, aqueles que são comumente mencionados quando de regulação trabalhista, como férias, 13o, vale alimentação e transporte – em raros casos, algum tipo de subsídio para o plano de saúde¹⁹⁹. Esses benefícios seriam “aparentes” por duas razões: por haver uma confusão no discurso desses trabalhadores entre o que são direitos e o que são benefícios trabalhistas, gerando um abordagem baseada na ideia de controle e “capital”, isto é, aquilo que pode ser diretamente (de modo aparente) utilizado por eles; e por ignorar o contexto social, uma perspectiva coletiva de proteção aos trabalhadores, pois os benefícios são vistos por uma ótica individualista do profissional, não como categoria, o que de certa maneira também é alimentado pela mentalidade empreendedorista.

Nas narrativas dos criativos autônomos, a modalidade desses contratos flexíveis que mais é mencionada é o “PJ com benefícios”. Essa modalidade reflete uma contratação do profissional como PJ (com emissão de nota) e a adição de alguns benefícios, como possibilidade de ter férias (parcialmente remunerada ou não remunerada) e vale-transporte ou alimentação. No caso de benefícios como vales, eles costumam ser incluídos no valor da nota emitida – para exemplificar: se o profissional recebeu R\$ 2.000,00 pelo projeto, a nota é emitida no valor de R\$ 2200, sendo esses 200 reais adicionais integrados como um vale (alimentação e/ou transporte). O “PJ com benefícios” funciona como espécie de “troco”, pois são apenas benefícios aparentes – não envolve previdência social, por exemplo –, extraindo o necessário do trabalhador a revelia das convenções de garantia e proteção.

Esse tipo de contratação é mais experienciada por *freelancers* do tipo subordinado ou amadorizado, por ser uma espécie do que se chama de *Freela-fixo*. Na verdade, o trabalhador criativo nessa condição tem o trabalho subordinado a uma dinâmica muito parecida com o trabalho regular (presta contas de horários e algumas obrigações, algo próprio de um trabalhador regular), mas sem as mesmas garantias.

¹⁹⁹ A questão em torno do plano de saúde ganhou bastante evidência, como percebemos no campo, por conta da pandemia. Ela aparece mencionada como um benefício importante, mas a crise sanitária agravou a percepção dos trabalhadores criativos acerca do valor deste benefício.

Ademais, mesmo com o “acrécimo” emitido em nota, ainda há transferência de custos para o trabalhador, pois a empresa deixa de pagar os impostos, de maneira que o trabalhador precisa pagar as taxas (a partir do valor emitido²⁰⁰). Para os criativos autônomos, o cotidiano de ser um *Freela-fixo* se configura como uma espécie de limbo, como podemos verificar neste trecho:

“Ser PJ com benefícios, o que é muito comum nesse mercado. Você vai emitir uma Nota, você vira um MEI, aí você negocia. Eu já trabalhei até num esquema de ter décimo terceiro garantido; era um PJ com benefícios. Você não tinha um vínculo, mas tinha benefícios. Você faz a negociação e joga dentro do salário, ‘ah eu vou pegar o décimo terceiro, vou colocar dentro do salário e diluir em doze meses’, vou pegar o valor que seria qualquer benefício, aí você segue nessa lógica de PJ com benefício, que é um negócio que você não tem vínculo, mas você tem. É um acordo do mercado publicitário isso, é normal. Agora, tem umas coisas complicadas que você acaba vivendo nesse esquema. Tipo, o fato de que eu era meio que confundido com um funcionário. Eu trabalhava como PJ, mas meu regime era como se fosse CLT, até porque ficava hora extra, virava a madrugada fazendo trabalho. Chegaram a me fazer três propostas para trabalhar na agência. Eu não aceitei porque vi que o volume era muito grande e o valor não valia a pena. E outra: eu ia perder contatos que eu estava formando como freela.” (Cadernos do campo)

O evento descrito narra uma situação de assalariamento típico, no qual a flexibilização do trabalho atendia a um processo de flexibilização do trabalhador, que continuava arcando com as demandas daquele contexto, estando “aberto” para atender outros clientes – em uma dinâmica de mais trabalho, não de equilíbrio. Inclusive, no discurso da *mentalidade empreendedorista*, a própria condição de proposta de trabalho se enquadra com a percepção de que estar como *staff* (se ele tivesse aceitado a proposta de emprego) significaria mais trabalho e menos remuneração. Dessa maneira, percebe-se que o movimento de degradação empurra os criativos para o empreendedorismo no sentido de concretização de ser um profissional com autonomia, ou seja, como um modo de escape das formas de precarização do assalariamento (como pejetizado).

Vale ressaltar que o “PJ com benefícios”, a partir de suas narrativas, parece fazer sentido para o trabalhador no contexto da ICM à medida que os processos de flexibilização do trabalho, as quebras do padrão de solidariedade e a representação sindical revelam uma realidade cada vez mais fragmentada. É muito comum que cada trabalhador criativo não saiba quanto o outro recebe e menos ainda em qual regime ele

²⁰⁰ Essa condição muda quando é regime MEI, pois, devido ao teto anual baixo (cerca de R\$ 130 mil), o profissional paga um valor fixo de impostos, mas no regime Simples (PJ com empresa EIRELI ou LTDA), o valor dos impostos é deduzido a partir do faturamento (estimado ou emitido).

está contratado. Nessa realidade, com o aumento da crescente despolitização desses trabalhadores (a partir do próprio discurso empreendedorista), a compreensão de que o regime CLT é mais do que os benefícios explícitos ou férias se torna mais difícil.

O sentido de “troco” ou de “escolha” – que geralmente se configura como uma imposição velada – também é observado no lado do trabalhador que, na competição pelo trabalho, enxerga vantagens adicionais em ser um “PJ com benefícios”. Essa posição de perceber o “PJ com benefícios” ou simplesmente PJ de forma positiva, em detrimento da CLT, incorpora com mais força o discurso acerca da liberdade do trabalho, operado nas narrativas atuais de flexibilização:

“Pois é. Você vai para uma vaga e pergunta: ‘é PJ ou CLT?’. ‘Ah é PJ. Então tá’. Eu acho que as pessoas começaram a olhar mais para isso agora, né? As pessoas começaram a negar trabalho por conta da CLT, começou essa movimentação, porque aí você controla o que você recebe. Então, no final das contas, se a gente for resumir aqui, o que conta mais: valorização ou valor do salário? Valor do salário! Pode até ser bacana ser CLT, mas no final das contas o que vai gritar para todo mundo é o dinheiro no final do mês, e o dinheiro é quanto você ganha. O dinheiro PJ vem sem descontos, né? Não é então que todo mundo vai estar insatisfeito como CLT, mas rolou uma insatisfação [da minha parte]. Então tem esse universo aí que é bem complexo. Na publicidade está todo mundo infeliz; basicamente é isso é isso.” (Cadernos do campo)

Em outras palavras, é como se, nesse discurso empreendedorista, a CLT tivesse uma “insegurança real” em sua essência, ao contrário do contrato como autônomo. Para esses criativos autônomos, tornar-se CLT não reduz a maior insegurança de todas, como Antunes ressalta (2018): a do desemprego. A possibilidade explícita e latente de ser eliminado do mercado (ANTUNES, 2018; VIANA, 2013) se coloca à frente do desejo de ter benefícios e direitos. Embora haja um discurso que fala da valorização em termos de reconhecimento e propósito, no frígido da realidade, o valor da remuneração acaba falando mais alto.

Ao mesmo tempo, encontramos no campo, em menor grau, alguns casos em que a passagem pelo regime CLT pode ser uma forma de estabilidade passageira para se tornar autônomo. Nesse caso, a condição social de origem do trabalhador criativo é determinante, ou seja, o acesso a alguns direitos e benefícios básicos se tornam formas de sobrevivência para ele. Verificamos alguns casos entre os mais “juniores” (menor grau de experiência), que usufruíam plenamente dos benefícios adquiridos com a CLT, o que aponta mais como algumas faixas de trabalhadores criativos, ao possuírem acesso a direitos, conseguem ter algo melhor do que tinham em seu background, do que tinha sua

família. É uma questão de origem socioeconômica – atravessada por outros marcadores, como raça e território –, de estratégia para adentrar o campo, de maneira que a CLT (mesmo com forte oposição no discurso) participa das estratégias de segurança no trabalho como uma espécie de “promoção na carreira”. Para esse perfil, em face da generalização da condição de pejetizados, as pessoas que conseguiam converter seus contratos em CLT eram vistas como “alguém que subiu, que foi valorizado”. Nesse sentido, no discurso de liberdade do trabalho autônomo, o PJ pode representar a liberdade de vínculos; porém, no cotidiano dessas relações de trabalho, a partir dos efeitos da flexibilização e das necessidades de reprodução da vida dos trabalhadores de origem social mais baixa, a CLT pode se tornar um elemento de distinção de acesso aos benefícios:

“eu via um movimento muito forte, das pessoas mais juniores que estavam na [agência], que se alguém virava CLT antes de uma das pessoas que estavam há muito tempo lá, tinha uma coisa de você falar assim 'ah não me valorizam!'. Então a CLT, dentro daquele contexto, tinha uma coisa de valorização. Eu lembro [de um conhecido] quando virou CLT teve aquela coisa de 'ah agora me valorizam'. Muita coisa do que está rolando agora, trabalhar com clientes, aquelas causas, não pode PJ, só vai CLT²⁰¹. Muita gente foi para lá [trabalhar com cliente grande] 'ah, agora eu vou ser CLT'. Então tem também essa questão do CLT, tanto do direito do plano de saúde, do VR, dos extras ali que envolve, né? Do 'meu deus se me mandarem embora' e da valorização do trabalho, porque o PJ que é mais junior, tipo início de carreira, ele é meio jogado de lado, porque 'eu tô aqui e amanhã não sei se vou estar', e se você é CLT, é tipo 'você quer casar comigo, você me valoriza, né?' (Cadernos do campo)

Esse exemplo não coloca em contradição o movimento tendencial gerado pela flexibilização, que reforça o consentimento dos trabalhadores criativos em torno das “vantagens em contratos flexíveis”. Na verdade, em nosso entendimento, essa representação pontual da CLT como “alavanca de promoção” ou reconhecimento realça o discurso da mentalidade empreendedorista. Ao elencar como etapa da promoção – rumo a um caminho que finda em se tornar um empreendedor de sua própria carreira –, o modelo de contrato é transfigurado: de algo que se conecta a direitos para ser percebido como *privilégio*, sendo, assim, na mentalidade empreendedorista, uma

²⁰¹ Vale notar que essas situações ocorrem em grande medida por demanda dos grandes clientes (grandes corporações, em geral de capital aberto). Devido às demandas por conta de *compliance* com fornecedores e parceiros, eles visam, no estabelecimento de contrato de serviços com fornecedores, garantir que pessoas em contratos irregulares (que podem gerar passivos trabalhistas ou crise de reputação) não estejam envolvidas ou associadas com projetos para aquela corporação. O nome desse tipos de acordo (nunca divulgado) é *Non-disclosure agreement* (Acordo de não-divulgação), que engloba sigilo sobre temas e conteúdos a serem trabalhados – o que é importante no universo da ICM, que lida com o trabalho de conhecimento criativo estratégico –, bem como condições para garantia de *fair trade* e padrão de exigências (geralmente internacionais). Dessa forma, mesmo mantendo o conjunto dos criativos como pejetizados, um ou outro envolvido (geralmente o trabalhador contratado ou alocado no espaço do cliente) passa para o regime CLT.

forma de distinção e não de conexão. A flexibilização das relações de trabalho implica, portanto, também em parte desses trabalhadores criativos (especialmente os com pouca experiência), a transfiguração da CLT (e não propriamente sua eliminação total), pois ela pode ressignificar laços de exploração no trabalho em outras perspectivas.

Outro elemento que configura a experiência a partir da flexibilização qualitativa é a transição de carreira. De algum modo, ela é possibilitada pela ideia de construção de novos caminhos, de acúmulo de novos saberes – a partir das expectativas de renovação desses criativos autônomos – e do próprio empreender a si mesmo. Esse movimento se conecta com *freelancers* mais estabelecidos (*freela puro*), mas que, diante da mudança de rota, acabam atuando em novos projetos como amadorizados. De fato, a flexibilização nos modelos de contratação de trabalho por projeto amplia as possibilidades para mudança e flutuação de carreiras na ICM.

Com a variedade e a possibilidade de fazer diferentes coisas constantemente apontadas como positivas, a realidade de flexibilização também se impõe para as funções. Desse modo, encontramos entre os pesquisados diversos profissionais que se encontravam ou se definiam como em transição de carreira, possibilitada pelas formas flexíveis de exercer trabalho como *freelancer*. Ainda, há uma conexão nos discursos entre a transição de carreira e o desenvolvimento de novas técnicas, acrescidas ao talento, para a nova atuação, com interesse no maior reconhecimento enquanto um *criativo*, ou seja, o processo de transição se configura como movimentação para autodeterminação de sua própria carreira como trabalhador criativo. Podemos verificar esse aspecto nesse trecho, que ilustra narrativas parecidas encontradas no campo:

“Nesse momento eu tô justamente transacionando de profissão e me estabelecendo como estrategista de inovação. Venho de uma grande carreira de alguns anos de produtora, produtora de eventos e tudo mais. Então, tô me apropriando desse lugar e construindo esse corpo de estrategista que já existe há um tempo, mas oficialmente enquanto trabalho; tá sendo construído recentemente. E para além de estrategista, um lugar de pesquisadora de tendências, consultora de propósitos para marcas, empresas, projetos e tudo mais, me apropriando do lugar de criativa também porque por muito tempo a produção foi vista e colocada num lugar muito operacional e nada criativo. Essa transição toda ocorreu porque eu justamente percebi essa camada de criação, porque eu era retirada de produção como uma pessoa que não poderia opinar no lugar de direção criativa e construir esse lugar pra mim e nos projetos que eu tenho feito. Então, esse lugar de aprofundamento de uma estrategista e pesquisadora vem conectado a grupos de estudos. Ando pensando em mestrado e intercalando esse lugar da academia e a publicidade, o que é uma maluquice.” (Cadernos do campo)

Esse lugar de transição constante demonstra que, como verificamos com a literatura, a liberdade de trabalho, ou a flexibilização do trabalho, se configura na verdade como flexibilidade do próprio trabalhador. No discurso, funciona como a possibilidade de mudanças e descobertas no trabalho, atrelada a interesses e novas perspectivas. Na realidade, coloca-se como desdobramento dos criativos em diversas funções e formações, de maneira a garantir maior espaço, reconhecimento e possibilidade de empregabilidade de seu trabalho criativo.

Nesse sentido, a flexibilidade funcional torna cada vez mais explícita a questão da intensificação e da subordinação à medida que expectativas e instrumentos de vigilância do trabalho, demandados pelas empresas contratantes, tomam o tempo e a preocupação dos criativos autônomos:

“Minha cabeça fica muito ligada nisso. Separar meio a mente para outras coisas é bem difícil, com o agravante de que, como eu sou freelancer, tem uma questão aí, acho que tecnológica, que vale a pena mencionar. Se sou freelancer de uma empresa e essa empresa me dá um e-mail dela, aí tenho meu gmail, e tenho e-mail dessa empresa. Às vezes surge um outro projeto que eu tenho que ter um outro email, daí eu fico gerenciando essas milhares de caixas de e-mail. Isso cansa muito a nossa cabeça, essa multiplataforma.”
(Cadernos do campo)

A ideia de transição é interessante porque descreve um profissional em movimento e, por isso, flexibilizado. O que percebemos pelas tendências do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo é que essa transição deixa de ser pontual (ROSS, 201; WOLFF, 2009; PIRES, 2018), ou um estado de passagem, para ser permanente – como a ideia de crise e de reestruturação do capital. Essa qualidade permanente da transição dá sentido de “liberdade” e abertura para os trabalhadores como face positivamente lida dessa realidade, o que é a lente ideológica da mentalidade empreendedorista, impondo-se como forma de leitura da realidade. O discurso que responde à ideia de transição vem carregado de verbos de ação – “escolher”, “decidir”, “optar”, “abrir mão” – que revelam menos o exercício pleno da liberdade e mais uma condição trágica de possibilidades pré-programadas:

“Um outro aspecto que me agrada é a possibilidade de variar os temas com os quais trabalho, pois interajo com pessoas de campos bem diversos. Em uma empresa com clientes fixos, num geral, os trabalhos são mais operacionais e pouco inspiradores. Tem um sentimento de liberdade, da autonomia, da sensação de poder de escolha. Claro que tem a coisa de eu às vezes ser refém de alguns projetos, porque eu não crio nada, mas ainda geralmente eu tenho o poder de escolha de dizer qual o projeto que quero trabalhar. Eu consigo modular minha vida profissional com aquilo que eu quero, de acordo com a minha vida pessoal e o reconhecimento também.”
(Cadernos do campo)

Diante dessa flexibilidade, torna-se imperativo aparecer e ser visto. O trabalho criativo se concretiza enquanto um produto que, para ser consumido (ou seja, ser empregável), precisa aparecer e vender, tornando-se atrativo. Portfólios, trabalhos anteriores organizados (que demonstrem uma experiência de circulação construída na área), acabam sendo aplicados como referências que ajudam na construção desse *se vender*. Além das redes de indicação, há um sentimento do trabalhador criativo autônomo de estar criando algo de si e novo a partir de seu trabalho. É nesse sentido que o *freelancer* por projeto acredita se aproximar também da lógica do profissional liberal, ou, na lente do discurso, do empreendedor de si:

“Eu entendi que eu precisava ter um portfólio porque aí você começa a vida de freela. As pessoas não chegam para você e falam ‘Oi, você gostaria de um emprego?’ Você tem uma coisa que é meio empreendedora e que para mim é muito difícil porque eu não sou uma pessoa que gosta de falar muito do meu trabalho. Eu nunca fui a pessoa de ficar aparecendo porque não gosto, não quero. Assim mesmo, se vai virar freela, tive que mudar um pouco essa coisa aí, porque é isso, sabe? Eu preciso bater na porta das pessoas para apresentar, e aí a carta de entrada é você ter um bom portfólio, porque é isso que é importante também. Eu tinha consciência mais que essa moeda social não é o grupo que vai te dar, mas a sua história, é você conseguir ter um primeiro impacto, que é o portfólio. Aí eu acho que isso é muito importante para o freelancer porque eu só queria fazer aquele post se eu tivesse um bom portfólio e nem é pra questão da criatividade para quem é diretor de arte e tudo mais. Eu acho que tem esse lugar, essa necessidade de se mostrar. Tem os grupos, tem as redes, tem as pessoas que já trabalharam, tem as suas próprias redes sociais pessoais, tem o LinkedIn, tem um portfólio, então são muitos deles, muitas frentes, sabe, para você construir essa sua imagem.”
(Cadernos do campo)

Não obstante o impacto da flexibilização dos contratos e das ampliações funcionais ou da transição de carreira, que marcam a flexibilidade qualitativa, um dos elementos cruciais da experiência narrada pelos criativos autônomos à luz do discurso empreendedorista é a questão da remuneração. Ela vai além das questões sobre ser CLT, ter benefícios ou retornos, denotando a capacidade de subsistir no projeto empreendedorista da jornada *freelancer*.

A remuneração se torna um ponto importante na flexibilização a partir de suas próprias condições. A inconstância e a instabilidade são interpretadas como parte de um jogo que colabora para que a remuneração seja flutuante. Ao mesmo tempo que é instável, ela é vista no discurso empreendedorista como mais potencialmente próspera do que no trabalho regular, uma vez que, idealmente, o *freelancer* tem a possibilidade de ganhar mais se trabalhar mais – o que é diferente do subordinado, que apenas trabalha mais e não recebe por isso.

Há, especialmente para os *freelancers* profissionais (*freela puro*), uma relação sobre a vida *staff* falsamente representar uma vida de estabilidade financeira à medida que o padrão de gastos e de manutenção de uma “vida esperada” é maior. Em outras palavras, ser um profissional autônomo permitiria ter mais controle e cuidado com os gastos, pois a flexibilidade traria uma sensação de urgência e prioridade que a vida de *staff* não possui, como podemos verificar neste trecho:

“No último trabalho como CLT que tive fui um pouco iludida de que eu teria uma vida estável e muito garantida em um emprego fixo. E aí eu trabalhava em um bairro nobre da cidade e comecei a desenhar uma vida que eu sempre quis: morar em um bairro legal, em uma casa legal, ter um emprego legal, poder falar que sou diretora de criação, aquela coisa meio egóica assim. E aí eu comecei a gastar muito dinheiro. E aí eu comecei a fazer dívidas, uma coisa que nunca tinha acontecido na minha vida. E quando eu fui ver, eu tive que pegar um empréstimo para pagar estas dívidas e aí eu fui ver que eu estava na merda. Quando eu não tinha estabilidade financeira, não sabia quanto eu ia ganhar no dia seguinte, eu não fazia dívida. Porque quando eu era freela, eu tinha um padrão de escassez muito grande, eu não vou gastar hoje ou não vou fazer isso porque amanhã não sei o que vai acontecer. Então eu me privava muito dos luxos da vida porque eu não sabia o que ia acontecer amanhã. Então, focava naquela questão da escassez.” (Cadernos do campo)

É interessante perceber que, apesar de parcial, esse argumento nos leva a compreender que o que está em jogo não é a flexibilidade da renda, mas do trabalhador. Cabe ao trabalhador, na essência desse discurso, saber lidar com o fluxo de renda instável e ajustar sua gama de necessidades a partir disso. A trajetória profissional passa, a partir da perspectiva de remuneração, a ser lida como parte “naturalizada” sobre conectar trabalho e bem-estar ou a atividade que dê prazer, ou ainda a ideia de que trabalhar com aquilo que gera bem-estar pode significar momentaneamente ganhar menos.

O discurso empreendedorista amplia, nesse sentido, a perspectiva de que a atuação como autônomo é uma forma mais rentável de ganhar melhor, sobretudo em médio e longo prazo, com a constituição de um lugar de reconhecimento do profissional. No entanto, essa jornada tem dois desafios, que expressam o processo de degradação nas narrativas dos criativos: escolhas que precisam abrir mão para chegar onde gostariam e a dificuldade de precificar e cobrar o próprio trabalho.

A escolha em torno do abrir mão é constantemente apresentada no discurso como uma escolha pelo caminho do propósito e daquilo que preenche de sentido a vida profissional do criativo. A ideia de “você abre mão” está bastante presente, seja na condução da mudança de carreira, seja na necessidade de atuar fora do contexto do

trabalho regular. Nas narrativas, a remuneração passa a representar, nesse aspecto, uma mudança de mentalidade:

“Aí eu fui um pouco me encontrando nessa dinâmica. Você não vai receber trabalho todo dia. Você desapega do salário mensal. De um lado você ganha, de outro perde. Você tem, né, o que que pesa mais. Meu custo de vida diminuiu, então estou me mudando desse apartamento que eu morava com a diretora da agência. Estou me mudando esse mês, não consigo mais pagar, tem dores de cabeça que não são o que eu quero para minha vida. Não vou pagar mais esse apartamento nesse bairro caro, porque a vida agora é outra. Então, você abre mão de umas coisas e ganha outras.” (Cadernos do campo)

Já as questões em torno “saber cobrar” aparecem muito vinculados à mentalidade de ser uma empresa. Por trás do discurso de gestão empresarial acerca do saber cobrar como elemento de eficácia do trabalho – ou seja, vender a mercadoria-trabalho –, há uma expectativa entre os criativos autônomos da ICM de obter reconhecimento e prestígio. Diante do movimento de barateamento do trabalho criativo a partir da amadorização, há um conflito posto de que saber cobrar é resultado direto do reconhecimento que aproxima esse criativo autônomo de um profissional liberal que é dono de seu próprio negócio, como podemos observar neste trecho:

“No momento que você vai para este lugar de freela você tem de começar a pensar como uma empresa mesmo. Você tem que pensar que você tem que ter um fluxo de caixa. Não adianta você cobrar o que você cobraria sendo um CLT; você precisa de uma renda para sobrar. Você ganhar o seu ganha pão e ainda sobrar. Talvez seja o reconhecimento que eu tenho da forma como as pessoas me percebem. No começo talvez pela forma que eu me vendia e fazia meu trabalho. Hoje eu me vejo como freelancer e ponto. Sabe, um reconhecimento de que eu sou essa pessoa, de que sou boa, de que sou assim. As pessoas já me reconhecem, já entenderam e me reconhecem dessa forma. Hoje consigo mostrar para as pessoas que eu consigo ganhar melhor sendo freela do que CLT ou PJ fixo e ter uma qualidade de vida muito maior e sendo mais feliz. Então, tipo a percepção que eu consegui colocar no mundo é de que sou uma pessoa mais bem-sucedida e, conseqüentemente, consigo atrair mais clientes maiores, com mais grana. Porque é meio isso: a maior parte dos clientes que vem até mim já sabe que eu vou cobrar um pouco mais caro. Então, tipo, a galera não vem querendo mil reais por um logo, antes acontecia, mas agora eu já encontrei o meu lugar de reconhecimento, então eu tenho uma certa autoridade. Eles já entendem qual é o meu valor, qual o tipo de valor que eu agrego a ele e qual que é o meu preço. E talvez tenha um pouco mais de uma voz de consultor.” (Cadernos do campo).

Dessa maneira, o assunto em torno da remuneração, do “quanto cobrar”, leva para a ideia de reconhecimento e distinção do criativo, a partir de uma ideia de autoconhecimento do indivíduo, um elemento fomentado pelo discurso empreendedorista. No entanto, o aumento da flexibilização gera mais trabalhadores pejetizados ou amadores do que *freelancers* profissionais, ou seja, o próprio movimento tendencial da degradação é contrário às condições de reconhecimento nesses termos. O discurso vai, nesse sentido, se tornando mais friccionado entre as expectativas e a

realidade do cotidiano. As dificuldades são reconhecidas, mas de algum modo se mantém a percepção de que o trabalho criativo autônomo promove mais oportunidades e possibilidades de reconhecimento para o profissional criativo:

“A indústria criativa paga bem, mas quase num sentido desproporcional de te arrancar o couro, arrancar o sono, tudo, mas, no geral, nada no mundo freelancer paga bem porque tem esse lugar de que - se compra muito esse discurso, que infelizmente foi vendido, e vai ser cada vez mais vendido, que é muito americano - de a gente ser vendedor de si, tip, ‘a lei da organização é sua, se vira, estou pagando e é o que tem’. Se eu não pegar alguém vai pegar; porque a gente está no Brasil, porque não é justo, então é obvio que sempre alguém vai pegar, e aí você fica no lugar quase um pouco de prostituição. Hoje, muito tempo depois de um certo sofrimento, de organização e também de construção de um lugar, de conseguir trabalhar com redes que olham pro trabalho de uma forma mais parecida comigo, de posses, eu ganho bem. Sei valorar o meu trabalho. Depende muito de como a empresa olha para o serviço que ela está comprando, ou para o projeto em si, o valor que ela dá pra aquele serviço, aquele projeto, que é horrível. E tem esse lugar horrível, que é muito praticado, de ‘você saber quanto deveria ser o seu valor’, você tem que falar um valor; tem que negociar, mas você sabe que vai diminuir, e é uma frustração horrível. Ou você manda o orçamento e a pessoa some, não tem uma maturidade pra lidar com isso ainda. A galera não fala sobre dinheiro, e precisava falar, no sentido de saber o quanto as pessoas ganham e o quanto você pode pedir, o quanto vale.” (Cadernos do campo).

Portanto, as práticas em torno da flexibilidade qualitativa se ampliam diante de contratos flexibilizados ou da circulação funcional que os criativos autônomos desenvolvem. Em qualquer dos casos, essa experiência é lida a partir do discurso empreendedorista como uma construção da trajetória de si, rumo ao exercício pleno de liberdade, autonomia e autodeterminação da própria carreira.

5.1.1.4 A intensificação e aceleração do ritmo de trabalho na pandemia

Como tratamos acima²⁰², a intensificação e a aceleração do ritmo de trabalho na ICM são consequências das formas de flexibilização, tanto quantitativa quanto qualitativa, no campo. No entanto, alguns elementos aparecem na narrativa da experiência desses criativos, atravessados pelo discurso empreendedorista e diretamente associados a esse processo, que vale a pena ressaltarmos. A intensificação do trabalho aparece sublinhada na experiência do campo a partir das transformações do mercado da ICM que são, de certo modo, aguçadas pela pandemia.

A intensificação do trabalho e a aceleração do ritmo nos projetos aparecem nas narrativas dos criativos conectadas com as transformações da própria ICM em suas dinâmicas internas. Há um ponto fundamental dessa transformação, marcada na relação

²⁰² Cf. Capítulo 1.

entre empresa-agência e empresa-cliente. Apesar da força do discurso da liberdade e da autonomia imperar nas relações entre criativos autônomos e agências e outras pequenas empresas da ICM, é na relação entre empresa-agência e empresa-cliente que as pressões e desgastes da relação de trabalho ficam mais explícitas. As queixas e reclamações ficam mais evidentes, de maneira que esses clientes aparecem taxados como “*máquina de moer gente, máquina de moer terceirizados/quarteirizados*”.

Nesse sentido, pelos modelos de relação e gestão, a degradação do trabalho na ICM aparece nas narrativas por meio da constante menção de que “*todo mundo está pressionado*”. Essa pressão estaria conectada com novos modelos de trabalho a partir da “tecnologização da indústria criativa”, muito por conta do impacto da internet e das novas tecnologias nesse campo. Haveria, portanto, uma ICM anterior à internet, *offline*, marcada pelo glamour da publicidade, da relevância que o prestígio do profissional dessa área tinha. No entanto, o quadro contemporâneo é outro: um processo de precarização demarcado pelo *online*, como podemos observar:

“Eu acho que a indústria criativa a gente divide ela em dois momentos, né? Isso se divide com off também. Então você tem uma publicidade que promete muita coisa ali nos anos [19]90, onde teve o seu ápice a publicidade offline. Ela te promete muita coisa, e você vai trabalhar de maneira criativa do jeito que você quiser. É uma profissão egóica, uma profissão que te dá prêmio, que te leva para Cannes, te premia por algo que você fez, é uma profissão onde estão, onde [quando] você é contratado, você sai no jornal falando 'olha, nossas novas aquisições'. Então, a indústria criativa tem essa coisa do palco, né? Não à toa que ela está muito com o cinema, então quem é criativo de agência se acha o cineasta. Tem essa coisa da globalização que vem desses grandes nomes [e escritórios], desses caras que constrói essa história da publicidade nisso... Corta. Você tem a digitalização das coisas, e aí a gente vê hoje o neoliberalismo, os lucros, a coisa apertada, Brasil em crise [e os profissionais falando] 'vem vamos fazer mais com menos', 'agora é tudo no digital', não se dê ao trabalho de fazer um filme. Então apertada até quanto dá, [sic] o que a gente viu do mercado, da economia do mundo, os clientes com menos dinheiro, com menos investimentos [exigindo mais de nós].”
(Cadernos do campo)

Sabemos que o movimento de flexibilização, especialmente nos anos 2000, acompanhou transformações globais do capitalismo no campo da ICM, puxada pelas empresas-cliente e empresas-agências de publicidade, em especial na relação entre seus produtos, resultado do trabalho criativo realizado a partir das novas tecnologias. Do glamour projetado à precarização palpável, essas transformações afetaram a estrutura das empresas, as relações de trabalho e o sentido dos produtos dessa indústria. Ainda que muitas mudanças tenham ocorrido, entendemos que parte do prestígio do período anterior, atribuído ao profissional criativo, ainda estaria configurada como elemento importante nas novas condições de trabalho. É justamente esse prestígio, funcionando

como motor de recrutamento e encantamento, que está presente na mentalidade empreendedorialista como uma espécie de *dividendo do trabalho flexível*:

“Eu ando com muita gente nova, mais nova que eu. Quando eu tô falando mais nova eu tô falando 10 anos mais novo que eu, o que é uma galera que já não é tão nova assim. Não é tão nova, mas é uma galera também que comprou muito essa ideia do ego do trabalho criativo, ainda tem uma coisa de ‘estou aqui também’. Meu, ninguém tira foto que trabalha no consultório, né? Tipo assim, não tem isso. Agora, em agência... Então é muito doido isso: ao mesmo tempo que tá pesado o rolê, muita pressão, sabe, ainda tem um restinho desse glamour. Mas as pessoas estão trabalhando demais, as pessoas não param de trabalhar; tem assédios rolando a mil, tem várias pesquisas de assédio, de tudo mais, mas o povo tá tirando foto, tá postando na rede que tá fazendo freela para tal agência, para tal marca.” (Caderno do campo)

A percepção sobre a intensificação do trabalho ganha ares mais drásticos com a pandemia. Tanto os criativos autônomos que atuam há mais de 5 anos nessa modalidade, bem como os mais recentes (entre um e dois anos atuando como *freelancer*), mencionam que a pandemia de 2020 teve impacto dramático na experiência laboral. Em grande medida, uma consequência da pandemia foi a reconfiguração do tempo de trabalho, transformando mais tempo de não trabalho em mais trabalho, derrubando de vez as barreiras entre vida pessoal e vida profissional, que já não eram muito bem delineadas na experiência autônoma anterior à crise sanitária. No discurso dos criativos, a palavra *sobrecarga* nomeia esse período:

“Para te falar uma coisa, há algum tempo a vida de freela é bem corrida. Tenho percebido uma piora na condição de trabalho da minha área. Agora na pandemia eu acho que trabalhei mais porque eu deveria ter trabalhado, mas porque eu também não tinha outra coisa para fazer. A verdade é essa. Porque se fosse numa vida comum, eu teria cursos à tarde, talvez teria mais viagem, não poderia ter pego algum projeto que eu peguei e acabei pegando porque estava aqui de bobeira. De bobeira não, né? Tava trabalhando, mas dava para pegar. Porque eu aceitei tantas coisas até aqui que me sobrecarregaram em determinados momentos. Mas é isso: a gente quer um pouco ocupar a cabeça e acaba fazendo esse tipo de coisa. Eu não costumo negar projetos, né? Essa é uma questão também. Apenas quando eu acho que não tem nada a ver, mas no geral é difícil eu negar e aí veio a pandemia e com essa situação acabei pegando mais do que eu imaginava que fosse pegar. A pandemia fez com que todas as solicitações se tornassem tudo muito urgente, até por não poder ocorrer as tradicionais reuniões presenciais. Me sinto um Sísifo que nunca chegava ao topo da montanha. Isso me passou bastante insegurança, pois os clientes estavam instáveis, cancelando ou desistindo de projetos. Aí fui pegando tudo que aparecia.” (Cadernos do campo)

Em suma, são esses tópicos que envolvem a experiência dos criativos autônomos a partir da degradação das formas do trabalho. Não à toa, as narrativas em torno desses tópicos são marcadas pela intensificação e aceleração do trabalho, pelo consentimento diante das novas modalidades de contratos e de uma distribuição mais difusa das horas laborais, ao mesmo tempo que apropriadora do tempo de não trabalho, além das

questões sobre as formas de remuneração desse trabalho, que concentram essa experiência *freelancer* à luz do discurso empreendedorista. A governança-de-si e ser dono-do-negócio orientam a significação desse processo de degradação como parte do construir-se-a-si rumo à autonomia e autodeterminação, em uma jornada que é lida como individual, própria e única. As consequências do conflito entre expectativa e realidade, nas formas e condições que o trabalho criativo apresenta, são base para o processo de deterioração subjetiva. Antes, porém, é preciso compreender como a degradação da substância do trabalho também compõe, de maneira profunda, a experiência laboral dos criativos autônomos.

5.1.2 - A experiência da degradação substancial

A degradação como efeito do processo de flexibilização do trabalho criativo também ocorre na substância desse trabalho. Além das formas, que alteram dinâmicas de intensificação e aceleração do ritmo, há mudanças significativas sentidas pelos criativos autônomos em torno da natureza do trabalho criativo. Esse processo é efeito da padronização do trabalho criativo, que gera consequências na identidade desses trabalhadores e é fortemente atravessado pelo discurso empreendedorista. De algum modo, quanto mais o trabalho criativo é padronizado, maior a necessidade da busca por se aproximar da figura do empreendedor, ou seja, ter domínio (governança de si e ser dono do negócio) sobre o próprio trabalho se intensifica na narrativa dos criativos.

Como mencionamos anteriormente²⁰³, a qualificação é um elemento constituinte diferenciador importante no trabalho criativo. A junção entre formação, experiência e vocação projeta os profissionais do campo da ICM de uma forma diferenciada, na qual a categoria “criativo” ressalta o potencial da atividade bastante vinculado às individualidades de cada profissional. O discurso da mentalidade empreendedorista conecta o processo de formação de um *freelancer* menos a um processo técnico de formação e experiência e mais ao autoconhecimento, isto é, como processo de condução de si, o que corrobora a justificção tanto da responsabilização de si quanto a atribuição de sentido às práticas de degradação substancial. Dessa maneira, o processo de mudança das atividades no trabalho estaria mais vinculado à capacidade de adaptação do profissional em si do que à transfiguração do trabalho para gerar mais excedente, na dinâmica de exploração e expropriação do trabalho criativo. A possibilidade de

²⁰³ Cf. Capítulo 1.

enfrentar novos desafios e aprender coisas novas acaba sendo a percepção de como a degradação substancial atravessa o trabalho. A padronização acaba, assim, sendo vista como parte do jogo porque estaria inserida em um contexto em que novas experiências estariam sendo promovidas:

“Pra mim a melhor coisa de ser freela é ter a abertura para ser convidada pra participar de projetos muito diferentes e muito interessantes. Dá a oportunidade de experimentar diversas coisas e força uma capacidade de autogestão e autoorganização enormes, o que ajuda muito no amadurecimento profissional.” (Cadernos do campo)

A degradação substancial está associada a três movimentos, a saber: a padronização do trabalho criativo, bastante conectada ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e ao acúmulo de funções, possibilitada não só pela flexibilização funcional, mas também por tarefas cada vez mais instrucionáveis. Dos profissionais que conversamos, pudemos captar o movimento na ICM de centralização e mudança de setor a partir das necessidades e transformações. Um deles é, por exemplo, o setor de pesquisa de mercado, que vem cada vez mais sendo transformado em UX (experiência do usuário, de acordo com as tecnologias e a plataforma cada vez mais presentes). Os profissionais que têm experiência em pesquisa, a partir das técnicas mais clássicas de pesquisa quantitativa ou qualitativa, têm realizado uma migração, por necessidade e oportunidade, para o universo do UX. As transformações no universo do mundo da pesquisa ilustram a degradação substancial da ICM, como podemos verificar neste trecho:

“A pesquisa, acho que você deve imaginar, foi comida pela questão da tecnologia. Então o SurveyMonkey²⁰⁴ da vida hoje faz tudo para você. Às vezes, você nem precisa contratar uma pessoa, se tiver um pouco mais de sei lá, você consegue fazer minimamente uma pesquisa. Você consegue em sites ali sozinho, só com a tecnologia que já é fornecida pelo computador e pelas redes. Eu vi que a fatia do mercado foi comida, muita gente perdendo emprego, as empresas estavam enxugando.” (Cadernos do campo).

A questão do UX envolve não apenas a ampliação do uso da tecnologia para coleta e análise de dados e informações, mas também própria natureza dessa coleta. Ao contrário do que ocorre no tradicional setor de pesquisa de mercado, no qual a ideia de comportamento do consumidor orienta as buscas e a geração de informações, a base de UX é vinculada a investigações mais fragmentadas e pontuais, que refletem a busca sobre as atividades dos usuários em plataformas tecnológicas. Com o processo da

²⁰⁴ Plataforma utilizada para fazer pesquisas de opinião e consumidor de maneira automatizada. Além de possibilitar atingir mais pessoas (por ser online), os dados são automaticamente tabulados e, em alguns casos (com uso de outros softwares), já pré-analisados para uso dos analistas.

tecnologia e a ampliação do mercado digital, essa área tem sido cada vez mais tornada parte da instrução, ou seja, juniorizada e amadorizada por meio de processo de diluição dos institutos, amadorização das técnicas, esvaziamento do referencial teórico de formação e constituição de novas vagas, como *UX-researcher* (pesquisador de experiência de usuário, de interface). Essa conversão de nicho de mercado tem a ver com o poder financeiro implementado pelas Big Techs e por uma cultura de plataforma dos negócios que vem adentrando com mais relevância o mercado (GROHMANN, 2020; MOROZOV, 2016).

Nesse sentido, a forma fragmentada da coleta e análise parte de aspectos mais vinculados à capacidade de seguir instruções dessas ferramentas e plataformas do que propriamente a uma experiência guiada no interior da pesquisa de mercado. O olhar do pesquisador, baseado em sua formação e qualificação, é, portanto, menos determinante para os resultados buscados nesse tipo de trabalho criativo.

O impacto disso no próprio mercado para esses trabalhadores criativos é o processo de amadorização do trabalho criativo. Amadorização aqui, ressaltando a definição que apresentamos anteriormente²⁰⁵, trata da ampliação do trabalho criativo, que passa a ser realizado a partir de níveis instrucionais, ou seja, de forma cada vez mais padronizada e menos tributária da criatividade própria e baseada na qualificação individual do profissional criativo. Esse processo gera uma transfiguração da qualificação, que passa, no cotidiano do exercício das atividades e exigências para conseguir novos trabalhos, a tornar parte relevante dos espaços de trabalho na ICM como próprios para *freelancers* amadorizados, afastando, assim, o *freelancer* profissional da atividade tida como mais rentável. Podemos perceber esse processo na forma como são descritos alguns movimentos mais contemporâneos no campo:

“Então vamos criar ali a figura do social mídia, que foi a figura mais explorada desse rolê, porque você pagava 1500 PJtinhas, que era o que queriam pagar. Era um bordão do mercado ‘1500 para PJtinha’. Isso então começou no digital, e tipo, virou uma bagunça. E aí começa a infelicidade das pessoas obviamente, né? A infelicidade dos figurões que ganhavam 50 a 100 mil reais que agora tiveram uma grana diminuída estão concorrendo com esse tal digital que ganha 1500 PJtinhas, com as agências disputando os clientes, as contas dessa maneira, porque é mais barato.” (Cadernos do campo)

Apesar do discurso de muitos dos criativos autônomos diferenciar esses tipos de tarefas a partir de uma perspectiva individual de posicionamento de si e de carreira, é

²⁰⁵ Cf. Capítulo 1.

flagrante que há uma convergência da ICM para a padronização enquanto forma de exploração e exportação do trabalho criativo no campo. Esse processo reforça o conflito entre o discurso empreendedorista e a dinâmica de degradação que marca esse campo em favor dos processos de flexibilização e de precarização que atravessam o capitalismo global. É no resíduo dessa experiência, cada vez mais evidente para muitos desses profissionais autônomos, que as fissuras da ICM vão ficando mais explícitas. O acúmulo de funções e a flexibilização funcional revelam esse processo, enxergado pelos criativos como tributário de maior vínculo e subordinação:

“O mercado hoje está totalmente informal. Vejo uma precarização maior, mas vejo também maior profissionalização. Você se amarra a uma empresa, você não tem vínculos empregatícios, mas você tem um compromisso a zelar. Tá mais precarizado porque tem mais gente. Não se tem tabela de preços, cada um cobra alguma coisa. Crise sempre vira uma desculpa para baixar os valores. E hoje as coisas tecnológicas também, você está mais amarrado: tem reunião, Slack, email. Exige muito mais. São coisas do trabalho fixo que invadiram o freelancer.” (Cadernos do campo)

É interessante que a atribuição do problema, ou seja, a forma como ele é percebido, esteja mais debruçada em como o trabalho autônomo está sendo “invadido” pelas dinâmicas do trabalho regular e não em como características de processos de exploração se inserem no próprio campo da ICM. Assim, o discurso empreendedorista lê a padronização como um processo individualizado e fragmentado, que seria uma “herança” negativa do trabalho regular, não uma consequência da flexibilização – que expropria o trabalho criativo por meio da ampliação de sua forma autônoma, indicando a intensificação e a aceleração dos ritmos de trabalho – e da padronização, uma espécie de mortificação do trabalho criativo vivo, que o amadora e permite que ele seja replicado em com um menor custo de produção. De fato, esses elementos, adicionados à degradação substancial, são formas de assalariamento e precarização colocados na dinâmica de trabalho na ICM.

Esse movimento acaba impactando a maneira como os criativos autônomos são percebidos no mercado a partir das relações entre empresas-agências e empresas-clientes, que estabelecem estratégias para “aumentar seu valor” diante dessa padronização. De fato, em relação a clientes, os criativos autônomos geralmente estão colocados em uma cadeia na qual as relações são mais frequentes com os intermediários da ICM, ou seja, as empresas-agências e pequenas empresas. Há alguns casos de relação

direta com grandes clientes²⁰⁶, quando o criativo autônomo já se consolidou como um *freelancer* profissional e líder de projetos (nesse caso, já está compondo equipes de outros criativos autônomos, funcionando como uma empresa-agência flexível). Ainda nesse caso, podemos chamar a atenção para diferentes graus de qualificação e, conseqüentemente, prestígio, que uma pessoa intermediária pode ter:

“A consultoria entra com outro patamar ali. Ela entra diferente, ela entra com muito mais respeito do que uma agência de publicidade. Então, eu chegava e falava assim ‘ai, é da consultoria famosa de diversidade’²⁰⁷, as pessoas ficavam quietas, ‘ah é da consultoria famosa sobre internet’. As pessoas ficavam na reta. Você tem domínio do que você tá falando, então a consultoria te dá esse lugar.” (Cadernos do campo).

Há um lugar de qualificação de algumas dessas intermediárias que se aproxima mais do prestígio desejado pelo *freelancer* profissional, como as consultorias, boutiques de inovação e pesquisa, ainda que não tenham passado totalmente pelos mesmos processos de amadorização e juniorização – como as agências de publicidade.

A degradação substancial não impacta somente a amadorização do trabalho e o barateamento do custo do trabalho criativo na ICM, pois ela também atravessa diretamente um tópico bastante fundamental para os criativos autônomos: a identidade. Enquanto o discurso empreendedorista dá bases para conformação de uma identidade baseada na governança de si, no propósito e em ser dono do negócio, a realidade das transformações da ICM coloca constantemente xeque tal identidade, de modo que se torna uma questão frequente para os criativos autônomos. Eles estão a todo momento pensando sobre si, em busca de uma definição que é muito fragmentada dada a construção individualizada do campo.

A identidade entre os criativos autônomos não é, nesse sentido, objeto de construção de solidariedade, mas de distinção. A identidade de ser um criativo está conectada a uma dimensão individual, a uma identidade que é utilizada para diferenciação do outro, que está na base de um discurso sobre o indivíduo informado pela racionalidade neoliberal, na qual cada unidade está em confronto, em concorrência com a outra:

²⁰⁶ Conforme o formulário da pesquisa, bem como as entrevistas com os criativos autônomos, a imensa maioria trabalha com intermediários da ICM. Menos de 15% dos criativos autônomos pesquisados trabalham diretamente para grandes clientes (empresas de grandes corporações).

²⁰⁷ Os nomes das empresas foram ocultados para proteger a identidade do profissional entrevistado. São empresas pequenas, com poucos profissionais que atuam (como autônomos) para elas, mas de reputação demarcada na ICM, o que facilitaria a identificação se expuséssemos os nomes.

“Eu não sinto que há uma comunidade de freelance, pelo menos eu não me sinto em uma e não vi acontecer. Não conheço ninguém que sinta somos freelancer ou somos designer, somos redatores, somos criadores de conteúdo. Não sei se é uma pretensão, mas o que eu busco com o podcast é meio o parecido. A gente tem coisa para falar e a gente pode trocar ideia, se confortar mesmo que não seja com a intenção do networking. Dificilmente a oceanógrafa vai conseguir um trabalho de ilustrador para mim, mas podemos nos identificar com situações que o outro já viveu. A gente pode se entender como parte deste grupo que é o grupo de freelancers, que não é de uma área só. Eu vejo que ao mesmo tempo que eu recebo muito direct assim, tem muito designer; tem muita galera da comunicação, porque você não chama um engenheiro.” (Cadernos do campo)

Por fim, a degradação substancial afeta a identidade e o sentido do trabalho criativo. A amadorização, especialmente para os *freelancers* especialistas (tanto os pejotizados quanto amadorizados), tende a implicar uma espécie de perda do sentido no trabalho, ou seja, aquilo que tratamos²⁰⁸ acerca da insatisfação com o trabalho como base de precariedade subjetiva. Dentre inúmeros relatos que coletamos no campo, podemos ilustrar esse sentimento a partir de uma profissional criativa que trabalha com produção de textos. Para ela, que divide o trabalho criativo autônomo com o desenvolvimento de um mestrado, escrever sobre qualquer coisa, em uma linguagem que ela não considera ideal, traz a percepção de que produz algo sem sentido:

“Eu acho que trabalhar com escrita... Eu sempre gostei de escrever, se eu pudesse sentar e escrever, eu acho que seria ótimo. Por exemplo, eu sempre escrevo minha dissertação, eu gosto, perco noção do tempo e estou escrevendo, tô lendo isso, eu gosto de fazer. Mas a escrita do blog, ela é do tipo que você vai olhar na internet, procurar referência em lugares que não são referência. E você tem que repetir coisas que não fazem nenhum sentido. Dá aquela sensação de trabalho sem sentido. Do tipo, aí você vê às vezes um texto super detalhado sobre alguma coisa. Hoje em dia eu faço texto de qualquer coisa, já escrevi sobre máquina agrícola, TI... Sabe, mas é um texto para você que é leigo, está ótimo, mas aí você tem que escrever outro que tem que ser igual, mas tem que ser diferente. Dá uma sensação de trabalho sem sentido total. Você fica no automático.” (Cadernos do campo).

É da insatisfação crescente a partir da degradação do trabalho criativo, entre as brechas da experiência do trabalho e as expectativas que o discurso empreendedorista promove, que podemos apreender o processo de deterioração subjetiva, sobre a qual trataremos agora.

5.2 - A deterioração subjetiva a partir da experiência do trabalho criativo

Com as narrativas em torno da experiência laboral, conseguimos demonstrar os processos de degradação na ICM a partir da flexibilização do trabalho. No entanto,

²⁰⁸ Cf. Capítulo 2.

nossa pesquisa compreende que esse processo também leva, a partir da contradição entre a experiência e o discurso em torno do trabalho, um movimento de deterioração subjetiva dos trabalhadores autônomos desse campo. Os discursos sobre trabalho promovem uma espécie de uma racionalidade específica que dá sentido às práticas e expectativas, a que denominamos de mentalidade empreendedorista.

O ponto fértil para nossa análise é perceber como há um atravessamento de afetos a partir da conjunção entre propósito e governança de si. O discurso empreendedorista mascara o sofrimento vinculado à insatisfação da degradação, mas não o resolve na experiência concreta, propiciando, na análise dos discursos dos criativos autônomos, na possibilidade de apreender como esse sofrimento é vivenciado, de maneira direta ou indireta, por meio dos afetos implicados na experiência laboral.

A dificuldade para encontrar satisfação e realizar seu propósito gera ansiedade (pelo que pode vir) e medo (pela insegurança), além da vergonha por não se realizar e não obter reconhecimento na competição com outro. A racionalidade neoliberal imputa a essa mentalidade e forma de viver não apenas uma forma de vida voltada para a ocupação do trabalho como desígnio, mas também uma lógica de competição que faz com que o sujeito se sinta em constante “insuficiência” diante daquilo que precisa fazer, demonstrar e entregar.

Essa insuficiência contrasta diretamente com dois importantes elementos estruturados pelo discurso empreendedorista: a autodeterminação e a visão de mundo do *freelancer*. O princípio acerca da autodeterminação atinge, como já mencionamos, a questão da criação, do exercício do trabalho criativo. A autonomia do *freelancer*, apesar de circunscrita às demandas dos clientes e dos projetos, aparece em discurso como mais ampla e menos sujeita à subordinação em comparação com o trabalho formal. Nesse sentido, uma certa diferenciação percebida entre “cliente” e “chefe” marca bastante a percepção que esses trabalhadores possuem sobre a substância de seu trabalho enquanto autônomos. Já a visão de mundo – o “ter a mentalidade de freelancer” – apareceu com frequência nos discursos, de maneira que, para muitos criativos autônomos, apenas fazer “freelas” não significava muito “ser freelancer”, ao contrário de ter e viver uma vida plena de trabalho autônomo. Muitos relataram que já atuavam como *freelancers* pontuais (com caráter de “bico qualificado”) enquanto eram trabalhadores regulares,

seja para complementar a renda, seja para explorar novas atuações e carreiras de interesse.

A diferenciação aparece tanto no momento em que se tornam ou decidem se tornar plenamente *freelancers* (como “*freelas puros*”, como tratamos no capítulo anterior²⁰⁹), como também na forma como organizam e planejam seu trabalho – ou seja, o elemento de gestão. O uso de ferramentas de gestão, controle do orçamento e agenda, bem como uma separação mais estabelecida entre “ser pessoa física” e “ser jurídica” fazem parte da percepção do que significa ter a mentalidade de *freelancer*. Decerto, é grande parte do que a mentalidade empreendedorialista imprime a esse discurso na perspectiva de governança-de-si, propósito e, principalmente, de ser dono-de-negócio.

Vale notar que, no campo, percebemos não haver uma relação direta entre ter planejamento da atividade *freelancer* e ter planejamento dos trabalhos aceitos: a maior parte dos trabalhadores criativos, mesmo com a organização das atividades e do orçamento, pega o maior número de trabalhos possível, com receio da instabilidade do futuro. Além disso, por conta da pandemia, a vontade e a importância de construir uma reserva de emergência apareceram constantemente por causa do período ter sido marcado por uma redução drástica de trabalhos e pela insegurança da remuneração.

É nesse sentido da gestão de si que a ideia de insuficiência e insatisfação vai ganhando corpo afetivo para o criativo autônomo. O medo se torna, por exemplo, um afeto constante na atividade desses trabalhadores. Mesmo diante de algum cálculo e planejamento, que é percebido como exercício de autonomia, o afeto do medo em torno de não conseguir um próximo trabalho determina o comportamento constante de estar na maior parte das situações em busca de ou aceitando novos trabalhos para cobrir possíveis lacunas. Em outras palavras, a possibilidade de exercício da autonomia e de controle de sua vida laboral, presente no discurso e reforçada pelo uso de ferramentas de gestão do tempo de trabalho e orçamento, não se confirma na capacidade plena de controle do trabalho a partir da realidade flexível que o trabalho autônomo imprime.

Assim, um processo de deterioração subjetiva se desenvolve, explícito na contradição do discurso entre ter controle e estar disponível para pegar trabalhos por

²⁰⁹ Cf. Capítulo 3.

não saber como será a sua disponibilidade no futuro, de modo que o medo aparece como afeto expressivo em torno da possibilidade de dispor de trabalhos. Vamos discorrer mais sobre isso adiante.

Durante a pesquisa, percebemos manifestações que explicitaram a presença de termos conectados a uma esfera da subjetividade, como forma de, ao narrar a experiência, apresentar e envolver a dimensão subjetiva desses criativos por meio do que eles mesmos trouxeram. Porém, além dos termos que circunscrevem a perspectiva potencial do trabalho autônomo, são nesses significados que encontramos o caminho para apreensão da subjetividade dos trabalhadores. Diversos termos que aparecem são termos em torno de emoções que abrangem o trabalho criativo autônomo a partir da experiência vivenciada por esses trabalhadores, ou seja, um conjunto de percepções da experiência subjetiva. Listamos esses termos: *Falta de reconhecimento profissional; Confiança; Fé; Sofrimento; Coragem; Angústia com a vida financeira; Solidão; Ansiedade e prazos apertados; Ser dono de si; Medo de ficar sem dinheiro, do futuro, de envelhecer; Medo de não fechar as contas; Medo e Fragilidade; Insegurança; Desalento; Desequilíbrio; Mito de Sísifo ao contrário; Pesadelo; Cansaço; Frustração; Pressão; Desamparo; Suspense; Estresse.*

Tais manifestações, que nos possibilitam compreender o processo de deterioração subjetiva, apareceram explicitadas em alguns tópicos, como (a) no significado de ser *freelancer*; (b) em como se tornaram *freelancer*; (c) nas questões de planejamento e gestão do trabalho autônomo; (d) na relação entre ser *freelancer* e ser empreendedor.

Em relação ao significado de ser *freelancer*, as formas de definição por parte dos criativos transcendem os elementos oriundos do discurso empreendedorista, ressaltando a dimensão de liberdade e autonomia, marcadas pela diversidade de experiências e possibilidades. De fato, há uma conexão com a liberdade, mas que aparece entremeada por uma noção de “suspensão”, promovida pela instabilidade e pela insegurança das condições de trabalho. Dessa forma, as potencialidades da vida laboral autônoma são apresentadas também pelas emoções vividas, a partir desse estado de suspensão provocada pela instabilidade. O que pode parecer, à primeira vista, como a realização da contradição, é, na verdade, o caráter de movimento, de ser uma condição

de trabalho que coloca o criativo em permanente estado de mobilidade – algo próprio da flexibilização. Podemos verificar isso em alguns dos relatos analisados no campo:

“Para mim ser freelancer agrupa coisas positivas e negativas. Positivas: questionamento, inovação, liberdade de trabalho, liberdade de rotina, busca por qualidade de vida, controle do meu tempo, ritmo mais saudável de trabalho. Negativas: instabilidade financeira, competitividade, ansiedade, medo (de ficar sem dinheiro, do futuro, de envelhecer). Desalento, desequilíbrio, fachada, insegurança, falta de perspectiva, viver um dia de cada vez, matar um leão por dia.”

“Insegurança, correria, trabalhar sem horários, dinheiro, sem finais de semana, realização, crescimento, autonomia, experiência, senso crítico, transformação, solidão, organização, entendimento total do seu trabalho, visão sistêmica, descanso. Em suma, mais liberdade para viver. Menos segurança para viver.”

“É ser livre; ganhar mais do que acha que vai ganhar naquele mês; ganhar menos do que acha; não se preocupar com segundas-feiras... É também cinema às 11h da manhã, café no meio da tarde, ansiedade, reunião, reunião, reunião, reunião, virote para entregar o projeto que atrasou por causa das 70 reuniões, ansiedade e mais uma reunião. Um mundo de alegria e lágrimas. É padecer num paraíso que nunca existiu. Todo dia, um 7x1. Uma loucura, sabe? Junta tudo: Precarização de trabalho. Dinamismo. Flexibilidade. Instabilidade. Autonomia. Versatilidade. Experimentação. Organização. Desespero. Exaustão. Autoconhecimento. Leveza. Alguns parecem conflitar, mas é porque a rotina pode ser bem contrastante, hehe.”

“Horários mais livres e adaptáveis, não vender meu tempo (bater cartão e cumprir mesmo quando não tem o que fazer, mas sim meu trabalho, diferentes estímulos, sem rotina, mas precário, sempre na dúvida sobre continuidade e sustentação, sem férias pagas, sem direito a ficar doente e sem licença maternidade. Se fosse te dizer só em palavras: Liberdade, flexibilidade, instabilidade, incerteza, esforço, trabalho em rede, networking, futuro, precariedade, informalidade, exploração, medo, tensão, criatividade, marca pessoal.” (Cadernos do campo)

O estado de insegurança e impermanência marca também o momento em que esses criativos se tornam autônomos. Tornar-se *freela* é um movimento caracterizado não só pelas necessidades e expectativas, mas também pelas emoções e intempéries que marcam a condição dos criativos na ICM. Novamente, por meio de relatos, pudemos apreender as emoções envolvidas neste processo:

“Uma mistura de escolha com o tive que ser assim. Depois que saí da agência que trabalhava com uma mão na frente e outra atrás, foi muito difícil me colocar no mercado, porque além de ter sofrido um processo de exploração de mão de obra barata por uma startup descolada, eu estava também em transição de carreira. Era assistente de e-commerce e uma recém-designer com pouco portfólio. Então não conseguia desistir do caminho que havia me colocado, na busca de me inserir no design, para procurar uma vaga de assistente de e-commerce ou qualquer coisa do tipo, e nem conseguia trabalho de design. Tive que trabalhar como produtora por 6 meses até conseguir me manter e otimizar o trabalho com o design. Foi bem chato, mas sei que tem realidades piores.”

“Me tornei freela por escolha e um pouco de oportunidade, um ‘teve que ser assim’ hahahah fui desligada num corte por causa da Covid no que seria meu auge de carreira em termos de cargo e grana. Na real, sempre quis testar minha autoria em projetos como autônoma. Fiz disso um pouco,

pontualmente até, mas sempre despriorizava por razões óbvias de ficar acabada, querendo abraçar o mundo. Também nunca tive a coragem de arriscar: quando sentia meu ciclo fechando num lugar, logo já caía em outra oportunidade interessante/tentadora de manter os boletos em dia e me desenvolver em outros aspectos, escopos e habilidades. Claro que o que sempre me barrava era o lance da grana e, na real, o não querer sair da zona de conforto em termos do investimento feito no estilo de vida criado até ali. Foi também uma bela tomada de consciência e uma espécie de libertação ter que lidar com tudo isso, com muita insegurança. E dale expansão de consciência! hehehe.”

“Senti que era o momento de ter a possibilidade de novas experiências e também porque cansei da forma como o mercado funciona, pois enquanto você é funcionário você é tratado de maneira muito diferente. O freela é, na maioria das vezes, encarado com mais respeito, às vezes por ter um perfil mais especialista ou mais sênior, mas me parece que bastante disso se deve a um certo jogo de ‘conquista’. Como se o funcionário já tivesse sido conquistado e não precisasse ser muito cuidado, e o freela, como circula mais, pode falar bem ou mal da sua empresa por aí, por isso às vezes sinto diferença no tratamento.” (Cadernos do campo)

A insegurança também é refletida na gestão e no planejamento do trabalho autônomo, evidenciando o conflito entre a profissionalização e a instabilidade do trabalho criativo. A expectativa de controle, pelo uso de ferramentas de gestão, ameniza, mas não resolve a imprevisibilidade que marca o trabalho autônomo:

“Primeiro de tudo, sobreviver como freelancer depende de estar constantemente buscando novos trabalhos, então uma parte crucial da rotina é a prospecção, por isso todo dia dedico algumas horas para pesquisar e fazer contatos. Sobre as atividades, faço uma programação semanal e, assim, consigo visualizar todas as demandas previstas para a semana e qual a minha disponibilidade caso surja algum trabalho de última hora (o que é muito comum). Outro aspecto que acho importante é remuneração cobrada. Uma estratégia que uso e recomendo é ser flexível. Independente do nível de senioridade de um freelancer, clientes nem sempre podem manter o mesmo nível de orçamento para todos os projetos, e ser flexível ajuda a criar um relacionamento de mais longo prazo. Não abro mão de uma reserva financeira e muitas vezes pego mais trabalho justamente com medo de deixar a reserva baixa. Uso aplicativos de controle financeiro e busco comprar o que preciso à vista. Mas é certamente uma situação que gera insegurança.” (Cadernos do campo).

Não obstante esses tópicos da experiência, é na percepção sobre se ser *freelancer* é o mesmo que ser empreendedor que as questões em torno da insegurança e da instabilidade se sobressaem. De maneira paradoxal, apesar do empreendedorismo representar o caminho do exercício de autodeterminação, isso não significa explicitamente que o termo é adotado de maneira uníssona entre os trabalhadores criativos. Boa parte dos criativos que pesquisamos assume que ser *freelancer* não significa exatamente a mesma coisa que ser empreendedor, o que aparece no discurso com um significado mais amplo e clássico de “empresário”.

No entanto, os elementos constitutivos do discurso empreendedorista estão presentes na justificativa, o que parece dar um sentido próprio ao que o termo

“freelancer” na ICM assume entre a autonomia e o empreendimento. A proximidade normalmente parece associada à gestão e estilo de vida, formas de agir e responsabilidades (como gerir contas, prospectar clientes), que seriam iguais às de um empreendedor. O afastamento é, em geral, visto pelas condições: ter visão de crescimento, ter produto específico e ter equipe ou funcionários, condições com as quais muitos dos trabalhadores criativos autônomos não se identificam.

Mesmo laureada pelo discurso do empreendedorismo, a percepção em torno da subordinação – ou seja, ser *freelancer* é depender de trabalho ofertado pelas empresas – é o que salta aos olhos sobre a visão dos trabalhadores criativos. Há um espectro amplo, que vai da conexão de ser trabalhador sujeito à precarização, com uma visão crítica e politizada de alguns desses trabalhadores, até uma visão apologética a respeito do empreendedorismo, em que ser *freelancer* é COMO ser empreendedor, em uma escala menor, mas que se utiliza das mesmas ferramentas e formas de protagonismo nos negócios. O que consideramos pertinente – e que atravessa em geral todas essas visões – é a leitura de que a vida *freelancer*, mesmo com seus problemas e limitações, está vinculada à busca da autodeterminação, que pode ser percebida como se livrar de grandes amarras e da rigidez do trabalho regular (ainda que mantendo a crítica sobre a subordinação), ou como uma etapa para se tornar dono-de-negócio. Porém, é nessa busca que a insegurança e a instabilidade ficam evidentes.

Apesar de parte não se ver, explicitamente, como empreendedor, as palavras que demarcam o significado de ser *freelancer* são pautadas pelo discurso empreendedorista. As principais são **Liberdade, Flexibilidade, Autonomia, Instabilidade e Insegurança**. Outros termos, mais conectados com o que vimos a partir da produção do discurso empreendedorista, também aparecem, como **criatividade, propósito, resiliência, e novas experiências** (e oportunidades), além de termos que sugerem a ideia de movimento constante, ou seja, do profissional que nunca está “parado”, como *correria, ralação e perrengue*.

Tanto nas visões que demarcam a diferença entre ser *freelancer* e empreendedor, quanto na visão que enxerga proximidades, são os afetos elencados a partir da experiência que ganham protagonismo nos relatos, como podemos verificar abaixo:

“Ser freela é se submeter a trabalhos muitas vezes bem ruins, sabendo que não valem a pena, pensando que lá na frente talvez isso abra portas para coisas melhores... Agora, ser empreendedor é quem lucra com trabalho dos

outros. Ser freela é viver com ansiedade pra render o tempo todo e ter controle psicológico pra não transparecer a pressão.”

“A partir da minha experiência, ser freela tem sido uma busca por modelos mais diversos e saudáveis por não me encaixar mais no modelo que o mercado de trabalho propõe, limitado, exaustivo, doentio, abusivo. Busco alternativas independentes. Porém, arcando com as consequências que essa escolha traz, que nada tem de “empreendedora”, porque é tudo muito instável.”

“Acho até ingênuo um freela achar que poderá ser visto pelo mercado como um empreendedor. Certamente vai se decepcionar. Pela minha experiência, geralmente, as empresas que contratam um freela já chegam com um orçamento pronto, cronograma feito e buscam apenas quem execute o trabalho (menos estratégico, mais operacional). Além disso, como falei anteriormente, muitas vezes, não são considerados feriados, fins de semana, nem horário comercial na produção. Algumas empresas nem fazem contrato para assegurar os direitos de ambas as partes. Tudo é fechado por e-mail ou até Whatsapp. A área de freela ainda me parece ser vista muito como “improviso”, “quebra-galho”, “apagador de incêndio”, tanto para quem contrata quanto para quem é contratado. Acredito que ser freela pode ser, sim, um passo inicial para se tornar um empreendedor no futuro, mas não acho que os termos representem a mesma forma de trabalho. De forma geral, ainda é um mercado precarizado, em que não há espaço para negociação, apresentação de proposta, contratos longos, liberdade de propor melhorias no trabalho etc. É como andar numa corda bamba!”

“A partir do momento que entendi que meu faturamento não é meu salário passei a entender que é preciso pensar não como pessoa física e sim como pessoa jurídica. Apesar de o termo empreender ter sido banalizado acredito que ser freela tem um quê de empreender, pois eu me torno o único e principal responsável pelos meus resultados e, por isso, preciso estar sempre buscando formas de inovar e de me reinventar. Empreender pra mim é você ter que se desafiar diariamente com o desconhecido, aprender a viver com incertezas, desenvolver um conhecimento mínimo de muitas áreas do negócio para poder se manter com sustentabilidade em vários âmbitos, econômico, realização pessoal, saúde mental, ter resiliência, mindset.” (Cadernos do campo)

A partir dessas abordagens, nas quais percebemos que as questões em torno da insegurança e da instabilidade marcam afetivamente a experiência dos criativos autônomos, podemos compreender os principais afetos que denotam o processo de deterioração subjetiva na ICM. Os afetos são o medo, a ansiedade e a vergonha. Cada um deles possui lugares específicos a partir das dinâmicas de degradação do trabalho criativo e, nesse sentido, podem ser compreendidos não como um efeito colateral, mas como parte do processo de reprodução da exploração e da expropriação do trabalho criativo porque são afetos que não necessariamente desaguam em uma psicopatologia das condições de trabalho, mas mantêm dinâmicas de participação e engajamento dos criativos, mesmo diante da insatisfação.

O primeiro afeto a ser demarcado é o medo. Como vimos, uma das manifestações do discurso sobre trabalho a partir das condições de degradação é a necessidade de se justificar como relevante em um contexto flexível, de alta

descartabilidade. Desse modo, a narrativa de si de “*naturalmente persegui um caminho acerca do que sou e que quis*”, vinculada ao trabalho atual, é uma forma discursiva de se justificar naquele espaço como vocação. No entanto, essa justificação expressa o medo de não conseguir trabalho, de não ser empregável.

O medo é encoberto no discurso empreendedorista a partir da ideia de resiliência, conectada ao propósito. Resistir e não quebrar, ter a capacidade de passar por situações difíceis – como não ter, por exemplo, projetos à vista –, é incorporado como parte do jogo. Porém, o afeto é presente e é mobilizado no interior da degradação a partir das contratações cada vez mais precárias, em projetos que demandam mais e possuem ritmo acelerado. O medo, lido como resiliência, se torna um condutor eficaz para que trabalhadores criativos consentam em trabalhar nas condições degradadas e entendam isso como parte do jogo e de experiências individuais, não como problema sistêmico do campo.

Nas narrativas dos criativos autônomos, o afeto do medo aparece associado a outras emoções, como ansiedade, desânimo, aflição e frustração. Podemos ver um exemplo neste trecho abaixo:

“O pior era a sazonalidade de ficar muito espaçado, você pega um freela um mês, aí já fica ansioso para saber quando será o próximo e aí o próximo não vem (...). Este desespero de não saber quando é o próximo é o que mais me desmotivava, aí eu ficava passando perrengue (...) Uma coisa que me incomodava do freela era a questão de proposta. A proposta me desanimou muito como freela e empreendedora. Era esta questão: eu me dedicava, me debruçava para fazer a proposta. Você fica um tempão na proposta, aí ela não é validada. É um trabalho invisível, porque você trabalhou, mas você não ganhou.” (Cadernos do campo).

A ansiedade aparece como um afeto próprio do processo laboral, ou seja, da dinâmica do trabalho criativo executado. Nos projetos, com a experiência de intensificação e aceleração, a ansiedade mantém os criativos em estado de alerta. A necessidade de entregar grandes demandas, executando-as de forma a trazer a satisfação do cliente e manter a reputação, garante a ansiedade como parte do processo de deterioração subjetiva dos criativos na ICM. Alguns termos que aparecem no discurso dos criativos autônomos associados à ansiedade como afeto de deterioração são *insegurança, pressão, eficiência, eficácia, entregável, satisfação e sucesso*. De algum modo, esse afeto se aproxima do medo, pois a possibilidade de não entregar o coloca em um lugar de não ser mais contratado para futuros trabalhos, como podemos verificar neste trecho:

“Do lado negativo, há insegurança. Você não está no dia a dia da empresa [cliente], você não está imerso na cultura, os parceiros mais comuns a gente até entende né, já faz parte, mas para os clientes novos você não sabe o estilo de entrega, se você pode falar aquilo ou não. Existe esta insegurança que gera essa ansiedade. Eu preciso trabalhar mais para garantir que aquilo ali será uma boa entrega, porque sou freela e aí mês que vem não terá o projeto” (Cadernos do campo)

Em outras palavras, é perceptível que, na experiência do trabalho, os elementos de ansiedade no trato com o cliente e na expectativa de entrega ideal se relacionam com o medo (de não ter mais trabalhos), marcando a atividade na ICM. Desse modo, a experiência de intensificação também se torna consentida à medida que o criativo autônomo não deseja ser reconhecido como ineficiente ou incapaz de entregar – preenchendo, então, todo o tempo de trabalho disponível para o projeto.

A ansiedade também é um afeto que marca, na experiência de degradação, o modo como o tempo de não trabalho é preenchido. A expectativa de produtividade e governança de si, presentes no discurso empreendedorista, orienta a ansiedade de ocupar todo o tempo de não trabalho em atividades que possam ser convertidas em atuação laboral. Cursos, novas iniciativas, leituras, etc., tomam o tempo de fruição e descanso e mantêm uma relação ansiosa do criativo com o universo de qualificação que ele acredita precisar nutrir para ser mais empregável na ICM. No entanto, essa experiência é lida a partir de elementos de individualização e responsabilização de si, ou seja, cabe tão somente ao criativo garantir individualmente sua qualificação.

Por fim, temos o afeto da vergonha. De fato, medo e ansiedade são termos que, tanto analítica quanto nativamente, aparecem de maneira mais explícita nos estudos sobre flexibilização e precarização do trabalho, mas, ao analisarmos os criativos autônomos da ICM, percebemos que o afeto da vergonha também é fundamental para a compreensão da deterioração subjetiva. A vergonha se associa diretamente à questão da identidade do *freelancer*, um dos pontos fundamentais na expressão da mentalidade empreendedorista: a identidade não é aquilo que conecta o sujeito com os outros, mas aquilo que o diferencia.

No caso do *freelancer*, a identidade se expressa em duas esferas: em como o profissional aparece, ou seja, na presença dentro das redes, contatos e clientes e como tal presença denota relações e valor simbólico; e no produto do trabalho, daquilo que o profissional produz. O plano de atuação do trabalho envolve: 1) o que se pode fazer (habilidades que são captadas pela mercadoria de trabalho a ser vendida), respondendo à

relevância e pertencimento ao campo no qual pretende atuar; 2) o que se quer fazer, ou seja, o que realiza, o que traz sentido e propósito. A promessa da realização e de controle que a vida de criativo autônomo promoveria seria, então, a conciliação desses dois pólos. É nas expectativas oriundas da dinâmica concreta que determina as relações flexibilizadas de trabalho criativo que podemos detectar os afetos que expressam a deterioração das condições subjetivas pela vergonha.

Na mistura entre aquilo que é trabalho e aquilo que o realiza, há uma linha borrada que transforma a ilusão de propósito em alimento para a vergonha. A ideia de que é possível (e imperativo) exercer liberdade e autonomia e a realização de que se trabalha quando, como e onde se deseja, sendo pago para fazer o que gosta, provocam grande uma expectativa, subjetivada no mundo do trabalho de conhecimento, de que caso não se esteja vivendo essa vida, há algo de errado... com o trabalhador. A vergonha (ou gafe) seria, assim, produto da subjetivação das expectativas individualizadas das relações de trabalho, informadas pelo discurso empreendedorista, promovendo constante desencaixe e sensação de falta de sentido a partir de um contexto no qual “*não estou usufruindo daquilo que deveria*”. A liberdade se torna um imperativo regressivo, que deteriora a subjetividade e aprofunda a angústia e a vergonha dos trabalhadores por não ser a imagem refletida pelos discursos.

A ideia do criativo seguir um plano para sua vida envolve, nesse sentido, um elemento de subjetivação constante do trabalho. Não à toa, a abordagem do trabalho no campo criativo demonstra que, no discurso empreendedorista, manifesto na literatura de negócios, nos manuais ou palestras, há constante subjetivação acerca do que significa trabalhar, fazer ou produzir.

Como aponta Graeber (2022), há um valor social percebido no trabalho que afeta a experiência do trabalhador. Quando o profissional percebe que aquilo que realiza não possui impacto ou utilidade, sua experiência tende a se deteriorar. No caso do trabalho criativo, com base na degradação substancial, podemos entender que o conflito entre a experiência vivida pela padronização e amadorização crescentes e as expectativas da realização e reconhecimento a partir do trabalho realizado tende a permear o afeto da vergonha como uma das condições derivadas dessa deterioração. Amplia-se, com a transfiguração da qualificação, a insatisfação diante dos resultados do produto do trabalho criativo. Aquilo para qual o profissional foi qualificado e possui

capacidade de fazer (e, em grande medida, para isso foi contratado) nunca é realmente colocado em prática ou permitido pelas circunstâncias padronizadas em prol da satisfação do cliente que são encontradas.

Assim, não há uma falta de sentido na ICM, mas a questão de como a dimensão subjetiva é deteriorada pela contradição, na experiência, entre os processos concretos degradantes do trabalho e as expectativas, a partir dos discursos empreendedoristas, que dão sentido a essa experiência. Ainda como Graeber (2022) nos indica, a sensação de inutilidade pode agravar não apenas o tédio, mas também a ansiedade. No entanto, a ansiedade pode ser vinculada à vergonha sobre não estar exercendo plenamente aquilo que se proporia a realizar.

Nesse sentido, o afeto da vergonha se conecta com as formas de reconhecimento e reputação buscadas pelo criativo autônomo. O reconhecimento não apenas atravessa as experiências de trabalho e pode garantir novos trabalhos, mas também é uma forma de conciliação buscada entre a imagem projetada e a realidade vivida. O termo que sublinha as narrativas em torno do afeto da vergonha é, por sua vez, *prestígio*. O prestígio que cada profissional carrega precisa ser garantido por si (sendo um profissional que não erra ou não entrega) e por indicações. É desse prestígio esperado e a ser sustentado que os processos subjetivos dão margem à vergonha.

O prestígio pode ser performado em atitudes menores, mas simbólicas, como no consumo de objetos que denotam prestígio na ICM, como marca de telefones específicos (geralmente caros) ou marcas específicas de computador. É a ideia de que, para pertencer, é preciso “compartilhar os códigos”, ou seja, além da capacidade técnica e da formação, dos laços e contatos pessoais que garantam que o criativo autônomo seja uma opção de indicação, se torna importante o uso de objetos específicos, demonstrando que faz parte daquele espaço:

“Mas eu tenho que compartilhar esses códigos aqui, e aí eu decidi comprar um iPhone, Eu preciso ser aceita para ser reconhecida, e ali eu criei essa chavinha e meio que continuei nisso, tipo até hoje se me perguntam porque que eu comprei iPhone ou Macbook, não sei o que. Eu oficialmente digo que é por isso, pra eu diminuir essas linhas de separação dos universos, sabe? Pra eu sentar numa mesa e a partir do maior número de códigos que eu puder estar falando a mesma língua. Eu acho muito chato, óbvio, mas eu entendo que é o meu jogo em muitos níveis. Se minha aceitação é na base dessa tolerância e de negociação estratégica, então eu absorvi esse lugar da estratégia. Eu me adapto muito, né?” (Cadernos do campo)

O reconhecimento exprime uma condição própria da ICM e que mantém os criativos encerrados no próprio campo: o uso de termos herméticos ao próprio campo, que muitas vezes não fazem nenhum sentido fora daquele conjunto de empresas (pouquíssimas) que o empregam. O maior deles é o termo *criativo*, que tangibiliza todo o arsenal de atributos não só técnicos, mas também de sócio-competências esperadas na ICM, que ganham vida por meio do discurso da *mentalidade empreendedorista*. Mas outros termos aparecem também: *concept*, *creator*, entre outros. O ponto é que muitos desses termos, apesar de fazerem sentido no contexto pontual dessa indústria, quando são aplicados obnubilam de algum modo uma série de outros trabalhos incorporados na jornada do trabalhador criativo autônomo, dos quais eles não se dão conta:

“Essa é outra crise para mim. Toda vez que eu tenho que mandar mini bio ou me apresentar, eu surto. Até recentemente eu tinha três currículos diferentes, e quando me pediam para enviar eu ficava em dúvida. Meu LinkedIn até recentemente tinha quase tudo, e agora que eu decidir ser estrategista eu dei uma editada, mas era meio um pouco de tudo. Hoje eu vejo isso num lugar muito paradoxal. Eu acho que tem um limite, que eu não sei qual é, mas que eu acho que essa galera ultrapassa. Do tipo, quando eu fui fazer um trabalho com uma marca grande tinha outra agência envolvida, uma dessas super legalzonas que estava nesse esquema comigo. Fui me apresentar, mas a vela virou e disse: ‘Essa daqui é a genesis do hype.’ Ai, eu tipo, ‘tá, passamos do limite, passamos muito do limite aqui’. Pelo amor de Deus, isso não diz nada, não faz o menor sentido, vocês não são as genesis do hype, mas, óbvio, vocês podem dizer que são porque são vocês que estão legitimando o discurso, eu entendo, mas que droga, mas sei lá. Por exemplo, concept faz algum sentido, eu acho que diminui muito porque tem uma pesquisa, porque concept teoricamente é uma direção criativa, se você tem uma pesquisa você não é só concept. Então eu acho que tem uma dificuldade ali de dar conta, até pra mim, não sei, não existe uma palavra que diz que eu sou pesquisadora, estrategista e criativa, que é quase uma linha de coisas que eu consigo vender, amarrar e é quem eu sou também, é como eu olho, como me coloco. São as coisas que eu gosto de fazer, e é tudo que eu amava teoricamente ali, mas daí eu acho que a gente está num momento difícil de justamente mudar essa chavinha, essa galera vai passar dos limites porque eles legitimam discursos, mas pra quem está no lugar de precisar se nomear é muito difícil.” (Cadernos do campo)

O prestígio também pode ser lido na perspectiva do trabalho autoral, em como o trabalho feito e criado na realização do trabalho criativo pode apresentar uma expectativa de reconhecimento almejada. A dificuldade, nesse campo, é o crescimento da padronização do trabalho criativo, que tende a minar o potencial autoral dos projetos, pasteurizando a participação dos criativos autônomos, tornando-se menos reconhecível ou possível de ser convertido em prestígio no campo. Assim, o não reconhecimento culmina na frustração. Como o que está em jogo, na relação do trabalho de conhecimento, é a entrega da “mercadoria-serviço”, ou seja, daquilo que se espera que

seja executado pelo trabalhador, a valorização da formação não aparece no produto do trabalho, mas é, antes, condição para maior exploração da extração de trabalho.

No contexto da ICM, a experiência e a formação são elementos que, na flexibilização, tornam mais lucrativa a extração de valor do trabalhador, mas não servem propriamente para valorização da mercadoria. Isso, “à luz do dia”, se configura como não reconhecimento, percebido pelo trabalhador e traduzido negativamente em uma experiência profissional afetada por essa lacuna no prestígio. O prestígio (reconhecimento dentro do lugar esperado de profissional liberal na área) é, então, afetado por esse não reconhecimento. Há uma lacuna encurtada com a redução do espaço de experiência não como algo a agregar, mas como um elemento a ser explorado, em que o afeto da vergonha se nutre desse processo.

À guisa de conclusão deste capítulo, pudemos compreender como os processos de degradação e deterioração estão presentes na experiência dos trabalhadores criativos autônomos da ICM a partir da mediação do entendimento dessa experiência e do discurso empreendedorista. Ao entender esse discurso e cruzá-lo com a realidade de degradação (promovida pela flexibilização) é que percebemos as lacunas e os conflitos que dão movimento à deterioração subjetiva dos trabalhadores, que podem ser observados pelos afetos, ou como os afetos dão sentido a narrativas trágicas sobre trabalho: ansiedade, medo e vergonha. O medo se expressa na possibilidade de conseguir trabalhos, enquanto a ansiedade está relacionada aos processos internos à atividade laboral, seja no consentimento da intensificação do trabalho, seja no preenchimento do tempo de não trabalho por atividades a serem convertidas em trabalho. Já a vergonha, por fim, associada ao reconhecimento e ao prestígio, está diretamente vinculada aos desafios de identidade do criativo autônomo diante da padronização do trabalho criativo desse campo e, assim, ao status ou reconhecimento do trabalho, ao que se está fazendo e como isso é percebido dentro e fora do campo.

Para finalizar este trabalho, vamos retomar algumas das principais conclusões e tratar de elementos que podem ser, em uma leitura preliminar sobre o campo da ICM, formas de resistência à degradação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - para além da deterioração (?)

Chegamos ao final deste trabalho. Acreditamos que uma tese, em suas possibilidades, contém sempre limitações. Tempo, desafios de conciliar a coleta e a análise do campo empírico, a própria tarefa da redação, tudo é um árduo processo. O tema que a pesquisa propôs nos levou aos desafios de conciliar uma abordagem sociológica sobre a racionalidade contemporânea do capitalismo a partir de processos concretos no mundo do trabalho. A tarefa, por meio da escolha de profissionais *freelancers* da indústria criativa de mercado – campo que parece bem restrito, mas ao mesmo tempo profícuo para as análises do problema – se transformou em um universo amplo de questões que tentamos sistematizar e expor nos 5 capítulos anteriores deste trabalho. A partir disso, nossa intenção nesta conclusão é menos fazer um resumo do que foi tratado nas páginas anteriores e mais apontar para algumas das conclusões que a pesquisa, como um todo, pode obter. Sua verificação, bem como a conexão entre teoria e o campo, está distribuída nos capítulos.

Um dos primeiros tópicos que podemos retomar é o olhar sobre o processo de flexibilização. Diversas abordagens sobre a reestruturação do capitalismo a partir do neoliberalismo direcionam para as fraturas que esses momentos, desde os anos 1970, vêm produzido globalmente nas sociedades. Seja pela quebra do padrão de bem-estar social no Norte global, seja pelo aprofundamento das mazelas legadas pelo colonialismo e o lugar periférico do Sul global, o capitalismo tardio é constantemente lido como um momento de choque. De certa maneira, a importância dessas análises pode ocultar também, aos leitores menos atentos, as nuances dessas transformações. A flexibilização no mundo do trabalho é, nesse sentido, um cenário interessante para fazemos uma leitura de um processo de transformação que também se apresenta de modo “orgânico”, ou seja, uma transformação que é radical, mas em um ritmo e em um processo quase imperceptíveis para seus agentes.

Para essa dinâmica contínua e gradual, mas não menos danosa e precarizante, optamos pelo uso do termo “degradação” que, de algum modo, figura imagetivamente aquilo que transformou a configuração do trabalho. Assim, uma conclusão importante emergiu do campo analisado sobre essa degradação: as formas de degradação não respondem apenas às dinâmicas formais, como contratos e modalidades de trabalho,

mas também atravessam, no campo da ICM, a substância do trabalho. A degradação formal responde a uma transfiguração da qualificação do trabalhador criativo, de maneira que cada vez mais, diante da padronização promovida pela flexibilização, há maior nível de instrucionabilidade do trabalho criativo.

Nossa análise sobre o trabalho criativo possibilitou enxergar as diferenças e continuidades nesse processo ao observarmos os trabalhos da literatura sociológica sobre os anos 1960 a 1990 e os trabalhos que têm se debruçado sobre fenômenos mais contemporâneos dessas transformações. Para tanto, foi importante também olharmos não apenas para os elementos que concretamente transformaram o trabalho, mas também o discurso que esteve envolvido e tem sido disseminado nesse processo. A degradação, em sua dinâmica crescente e generalizada, é racionalizada e justificada por meio de um discurso do trabalho flexível, que incute sentido aos processos degradantes, bem como orienta o espírito do capitalismo (para o trabalhador) a partir de uma racionalidade neoliberal e do realismo capitalista.

Esse discurso foi analisado a partir de um campo específico do trabalho, que é a indústria criativa de mercado (ICM). Ao analisarmos também esse campo, tivemos outro achado importante da pesquisa sobre o fato de a ICM ser um campo organizado de maneira centrípeta em torno da publicidade e do marketing. A ICM envolve, portanto, a concentração e a convergência de diversas áreas, que são “sugadas” pelas formas como o trabalho criativo passa a orientar esse campo, algo que também abrange a reorganização do trabalho, a carreira e a qualificação.

O discurso do trabalho flexível assume uma especificidade nesse campo, denominado de “discurso da mentalidade empreendedorista”. Esse discurso incute, por meio da ideia de empreendedorismo, elementos em torno da criatividade, flexibilidade, propósito e autonomia. O discurso empreendedorista assume caráter amplo nas narrativas dos trabalhadores criativos autônomos, de modo que podemos verificar como ele é disseminado em esferas de produção cultural, como na literatura de negócios e nos conteúdos midiáticos (podcasts, imagens, redes sociais), além de fazer parte das interações entre esses profissionais nos fóruns e espaços que frequentam.

Dessa abordagem, chegamos ao centro da hipótese da tese: o processo de degradação em conflito com o discurso do trabalho fomenta um processo de deterioração na subjetividade desses trabalhadores criativos autônomos. A deterioração,

como movimento coletivo, envolve afetos que estão em circuito na experiência de trabalho no campo e orientam a reprodução das formas de exploração. Os afetos não são, portanto, manifestações ou sintomas pontuais ou individuais, mas parte de um processo de reprodução das formas de extração do mais-valor nessa modalidade laboral no trabalho criativo. Os principais afetos identificados na pesquisa de campo foram medo, ansiedade e vergonha.

Feitas as considerações sobre os principais elementos abordados e os achados da pesquisa, gostaríamos de ressaltar dois aspectos, que não couberam de maneira mais extensiva por limites do próprio campo e dos prazos, mas que acreditamos dar insumos para novas análises e para a importância de se prosseguir, em futuros trabalhos na sociologia, observando a ICM. Esses aspectos se referem a um sentido mais amplo que o discurso empreendedorista possui, a nosso ver, como elemento contracultural, e algumas formas insurgentes de resistência na ICM a partir da degradação e deterioração.

Pudemos perceber, pela análise do discurso empreendedorista tanto na literatura de negócios quanto nos conteúdos culturais e, especialmente nas narrativas dos criativos autônomos, que o empreendedorismo assume uma face semântica que vai um pouco além da autodeterminação. De certo modo, ele aparece muito conectado a uma perspectiva de liberdade que parece herdada, simbolicamente, das ideias vinculadas à contracultura dos anos 1960. Fomos, então, pincelando esse argumento durante o trabalho. O discurso sobre trabalho flexível no contexto contemporâneo, atravessado pela mentalidade empreendedorista, é expresso no modo como é moldado de maneira instrumental pelo capital a uma noção contracultural de liberdade em quatro elementos, a serem apropriados: flexibilidade, criatividade, autonomia e empreendedorismo.

No limite, é o empreendedorismo que adquire a força de controle e autodeterminação; é ele, ao engendrar o sujeito que domina a si próprio e obtém controle de seu tempo e de sua atividade laboral, que resume o centro dos discursos que dão sentido ao trabalho e organizam a experiência do trabalho autônomo diante da flexibilização e da reestruturação do trabalho. Na ICM, essa perspectiva assume contornos de conflito entre discurso e experiência que culminam na deterioração que observamos por meio dos afetos. O medo, a ansiedade e a vergonha não são apenas

afetos acerca do que não se realiza, ou de uma impossibilidade do trabalho criativo se realizar no capitalismo, mas são também a forma como esse trabalho se reproduz nas subjetividades a partir dos processos de exploração e assalariamento do trabalho imaterial, ou seja, na forma como o trabalho criativo vai sendo absorvido e sistematizado a partir da intensificação, da aceleração e da padronização, dispondo os trabalhadores a uma realidade de precarização e de redução dos horizontes de realização e reconhecimento.

Em suma – e daí a importância, como demonstramos, do universo da publicidade como estabelecedor de parâmetros para o que entendemos hoje como ICM –, a revolução criativa do trabalho criativo estabeleceu uma ponte transfigurada de sentidos em torno da liberdade e da criatividade como forças potentes de transformação e daquilo que emergiu como contracultura nos anos 1960 para uma realidade do trabalho neoliberal do empreendedorismo, do supertrabalho, da competição e da precarização. A linha histórica que conecta a realidade do trabalho criativo tem, portanto, seu percurso alterado e ressignificado pela mercadoria, pelo capital. Ela continua promovendo ideais de realização, reconhecimento e autodeterminação, mas o faz pelo discurso, não pela experiência, fomentando um entendimento de si e do mundo pelos aspectos que configuram o sujeito a tomar o percurso de si, da própria vida, por meio da sujeição cada vez mais ampla e profunda do trabalho. O realismo capitalista aqui não é um drama, ou algo explicitamente doloroso e insustentável, mas uma tragédia na qual nenhum trabalhador da ICM pode escapar a partir dos percursos e dos desafios para constituir as rédeas do seu fazer criativo, que deve ser avaliado, mercadorizado e remunerado.

Decerto, o percurso desta pesquisa nos possibilitou entender que o **empreendedorismo não é apenas uma mistificação, mas o encapsulamento discursivo da contracultura**. Esse encapsulamento é atravessado pela experiência de degradação, que engendra (e reproduz, não como efeito colateral, mas como forma de reprodução sistemática, a partir dessa justificativa discursiva) um processo de deterioração subjetiva, expressa pelos afetos de medo, ansiedade e vergonha.

O que conseguimos apreender do amplo material analisado nesta pesquisa é que os trabalhadores criativos reconhecem certas dificuldades e mesmo um horizonte de precarização ao qual muitos estão submetidos. Muitos deles acreditam, de fato, ser a

modalidade “real” disponível para atuação na ICM, com altas doses e experiências de precarização – especialmente pela má remuneração ou até calotes. Como pudemos ouvir ou ler em diversos momentos no campo: “*era isso: saber que iria trabalhar precarizado ou freelizado, queira ou não queira*” (Cadernos do campo).

Não há, especialmente por ganhar ampla discussão pública, negação de que a precarização está diretamente associada ao trabalho autônomo. No entanto, o discurso empreendedorista os coloca diante de outra dimensão que, em uma perspectiva discursiva, parece superar essa condição. Essa superação estaria vinculada a um caráter contracultural que o empreendedorismo promoveria, em grande medida, pelas características que compõem um sujeito empreendedor. O trabalhador criativo autônomo, ou *freelancer* se enxerga, portanto, representante da *rebeldia*, da superação do trabalho regular, do exercício potencial da liberdade e autonomia e da realização de si por meio da perspectiva do ser “dono-de-seu-negócio”, mas que, concretamente, pode se dar tão somente em ser dono de seu próprio trabalho, ou não estar submetido diretamente a um chefe. Nesse sentido, o *freelancer* encampa a visão de empreender não como negócio em si, mas como princípio de *autodeterminação contestadora*. Porém, como expusemos neste trabalho, o princípio acaba por ser atravessado pelas condições cada vez mais degradadas da flexibilização e fomenta um processo constante de deterioração a partir de afetos específicos que compõem a experiência laboral.

O que o discurso empreendedorista faz, ao tornar possível a construção projetada de um horizonte de autodeterminação via mercado, é ressignificar a perspectiva contracultural da liberdade e da autonomia. O empreendedorismo tem, assim, a aparência de uma revolução. Não é por menos que durante a pesquisa de falas, textos, imagens sobre a ICM, as palavras “*disrupção*”, “*transformação*”, e mesmo “*revolução*”, aparecem com muita frequência entre os profissionais desse campo, sejam eles os trabalhadores criativos, pequenos empreendedores ou os líderes de pensamento especialistas. A noção de liberdade a partir do espectro do Eu, do indivíduo, é associada, nesse discurso, à transformação do mundo com base em um ponto de vista privilegiado da ação: o indivíduo, aquele que tem vontade, propósito e vocação e vai conduzir esse processo por meio de um empreendimento, uma ação “*revolucionária*” tangibilizada na mercadoria, escalável e passível de acumulação.

A relação da contracultura com o empreendedorismo contemporâneo foi pertinentemente abordada por Evgeny Morozov (2018) quando, em sua análise sobre os conglomerados da tecnologia, foi buscar as raízes dos discursos das Big Techs na contracultura. Nos anos 1960, aponta Morozov, estavam em disputa duas perspectivas narrativas de contracultura, que encontravam sua expressão na apropriação da tecnologia e nos modos de vida: de um lado, a perspectiva coletivista dos hippies hackers europeus, que planejam um universo de tecnologia livre e compartilhada; de outro, os (quase) hippies estadunidenses, que convergiam a ideia de contracultura a partir de uma perspectiva individual, de autodeterminação de si.

Venceu, de fato, esta última, que determinou a partir dos anos 1970 todo o desenvolvimento e os discursos das novas tecnologias da informação e comunicação nos moldes que ainda temos hoje. São estes protagonistas da “revolução tecnológica contemporânea” que são as maiores referências do mercado, especialmente na ICM, seja nas soluções tecnológicas, seja na forma como se adaptaram às demandas e vontades de consumo, seja até na perspectiva estética – vale lembrar o peso que uma das maiores referências desse universo, Steve Jobs (criador da Apple), dava ao design e à estética de seus produtos. Discursos, citações, formas de viver desses criadores tecnológicos são exemplos (ou, para usar a linguagem do campo, “cases e benchmarks”) do padrão a ser seguido, buscado e esperado por boa parte da ICM.

Parece contraintuitivo, mas é a perspectiva de uma mudança cultural que resguarda a essência do discurso empreendedorista, com uma pretensa essência revolucionária, que proclama uma mudança não só no mundo do trabalho, mas especialmente no interior dos indivíduos. É interessante, por exemplo, vermos uma abordagem sobre o que representava a revolução cultural nos anos 1960, em especial no contexto de 1968, e como há uma apropriação dessa visão se encontra no discurso empreendedorista. Para termos a dimensão dessa significância, vale apontar a leitura da filósofa Olgária Matos sobre o processo de sentidos de Maio de 1968:

Toda revolução tem o seguinte de singular, de paradoxal: ela mobiliza as paixões a ponto de fazer a alguns perder – qualquer que seja seu campo – o sentido da distinção do real e do imaginário, do possível e do impossível, e, por outro lado, libera, mesmo naqueles que pouco antes não duvidavam de suas prerrogativas, mas sobretudo naqueles que estavam habituados a submeter-se e calar-se, a vontade de se afirmarem e de estabelecer uma ruptura entre o verdadeiro e o mentiroso. (MATOS, 1989, p. 9-10)

O empreendedorismo, no discurso empreendedorista, seria essa revolução, que modifica a forma de lidar com o trabalho, que altera a dinâmica do tempo, que ressignifica a intensidade da vida e acolhe (e organiza) a noção de propósito e busca de reconhecimento por meio do mercado. É, como se propõe, um recorte “verdadeiro” acerca da autodeterminação, negando, portanto, o mundo do trabalho regular, sua suposta rigidez, leis e tudo que ele representa. O sujeito empreendedor, ainda nesse discurso, é aquele que não se submete, que enxerga à frente e, assim, se autodetermina a partir de uma ideia de liberdade e autonomia projetadas na atividade laboral. O desejo foi capturado pelo capitalismo, de maneira que estudar a ICM nos permitiu, ao olharmos para o trabalho criativo, apreender como essa dimensão foi apropriada enquanto dinâmica cotidiana de exploração e expropriação de mais-valor.

O diagnóstico da captura de outras dimensões humanas pelo capitalismo não é, de fato, uma novidade na teoria social (MARCUSE, 2008; ADORNO & HORKHEIMER, 2007). Porém, olhar para movimentos contemporâneos perpetrados pelo neoliberalismo nos possibilita reconhecer novas nuances dessa captura, inclusive a sua dimensão crítica, ou seja, a contestação como elemento de fomento (e não desmonte) do espírito do capitalismo (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2020). Como aponta Dufour (2005),

O novo capitalismo muito rápido identificou o partido que podia tirar da contestação. É assim que o neoliberalismo promove hoje ‘um imperativo de transgressão dos interditos’ que confere a esse discurso um ‘perfume libertário’, fundado na proclamação da autonomia de cada um e na ‘ampliação indefinida da tolerância em todos os campos’. É preciso (...) menos de tudo o que poderia entrar a circulação da mercadoria. (DUFOUR, 2005, p. 197)

A contestação nutre o movimento ao invés de pará-lo. O discurso empreendedorista aparece, assim, como uma das forças que empurram e subordinam as expectativas dos sujeitos para dentro do sistema, para naturalização de suas dinâmicas, mesmo com todo o sofrimento e a exploração que o metabolismo do capital produz.

Mas não só. Apesar da contestação ter sido, de certo modo, apropriada e sequestrada por uma mentalidade que engole o horizonte de superação da realidade para muitos dos trabalhadores criativos, há brechas e faíscas. Este é o segundo elemento que, embora não exploremos mais – novamente pelas circunstâncias de tempo e fôlego deste trabalho –, surge como uma iminente possibilidade de resistência. O conflito entre a

degradação e o discurso desagua em um processo de deterioração, mas no meio disso há brechas, que são representadas por algumas visões e pequenas ações de resistência.

Quando iniciamos esta pesquisa, a hipótese em torno de uma explicação sociológica para o sofrimento gerado a partir da flexibilização girava em torno do conceito de *niggerization* que, em suma, tratava das consequências de uma apatia diante da deterioração dos laços trazida pelo neoliberalismo. No entanto, ao explorarmos a literatura sociológica, bem como, de forma definitiva, o campo empírico, percebemos que esse conceito não dava conta de explicar os fatos sociais. A percepção sobre um processo orgânico de degradação e, conseqüentemente, de deterioração, exigia um olhar mais conectado sobre a contradição entre a realidade e a expectativa. Nessa contradição, pudemos explicar as raízes da degradação no processo de flexibilização e como as expectativas estavam associadas ao fomento do espírito do capitalismo a partir de um discurso específico, que dá suporte aos processos de flexibilização por meio de uma mentalidade empreendedorista.

Ao mesmo tempo, a própria ideia de apatia, mesmo diante da deterioração, não é total, ou seja, a única realidade possível. O campo também, mesmo que em menor grau de ação, nos trouxe mostras de que um processo de resistência às formas de degradação também emerge na narrativa sobre as experiências dos criativos autônomos. Não acreditamos, porém, que se trata de uma via natural de “a deterioração vai desembocar na resistência”, mas como esse processo gera brechas, e são nessas brechas que a resistência emerge.

Para ilustrarmos algumas evidências disso, passaremos a expor alguns fragmentos consistentemente trazidos no mar de muitas outras narrativas carregadas pelo discurso empreendedorista que obtivemos no campo. De fato, é menos sobre a minoria da existência delas e mais sobre a capacidade de perceber os processos de degradação a partir de uma lente mais desbotada da mentalidade empreendedorista. Nessa brecha, faíscas insurgem e pudemos coletar falas como essas:

“Ser freela é uma vida mais livre, mas também mais insegura. Uma forma de ressignificar o mercado de trabalho, mas também de ser explorada porque o capitalismo é um sistema que te fode por todos os lados.”

“A vida de freela é precariedade, instabilidade, trabalho temporário, e talvez uma fase. Tem também flexibilidade, liberdade, trabalho diversificado. (Embora tenha citado liberdade, não é algo que eu acredite que seja verdadeiro, mas às vezes existe essa sensação).”

“Ser freela é um conjunto de palavras, sabe? Tipo aquela nuvem de palavras? Ai é isso que vejo e vivo: informalidade, insegurança, precarização, ausência de direitos, estresse, sobrecarga, rotina, instabilidade, falta de perspectiva, autonomia, pressão, desemparo.”

“Preocupação com prazos de aluguel, estresse causado pelo acúmulo de trabalhos por medo de não conseguir garantir a sobrevivência. Sensação de alívio ao ter pago o fundamental, e de frustração ao lembrar que sequer tive coragem de pensar: cursos, livros, e afins. Qualquer coisa que me faça pensar que a vida de freela não é pra sempre.”

“Demanda; carga horária exaustiva; divertimento; propício a sofrer abusos; baixa remuneração; sucateamento de recursos de trabalho; quase nenhuma garantia; estresse; crises de ansiedade; clientes arrogantes; aprendizado recorrente; excesso de desafios; ligações inoportunas em horários impróprios; pressão por agilidade; cobrar pagamento dos empregadores; receber menos do que estava previsto; corpo exausto; estafa; dificuldade em organizar o cotidiano; dificuldade em planejar o futuro; viver com medo de não fechar as contas do mês.”

“Ser freela exige uma autogestão com certeza, mas não é a mesma coisa que empreender. Acredito que empreender requer uma dedicação maior, um propósito claro e um senso de propriedade que não sinto nas minhas entregas. Sou contratada para uma entrega que, no final das contas, não é minha. Estou vendendo minha força de trabalho, simplesmente.”

“Penso que ser freela é ser um trabalhador precarizado. Existe um empenho sistêmico em tratar essas pessoas como empreendedoras e glamourizar essa condição de trabalho, mas é uma falácia. Empreender é um privilégio, é ter uma tranquilidade financeira que permita “se arriscar” e deslanchar ideias próprias. Um freela não se enquadra nessa categoria, nesse caso “ir atrás de trabalhos” e “ser seu próprio patrão” não é uma escolha, mas sim uma necessidade de sobrevivência.”

“Jamais haha ser freela é ser empregado sem benefícios, essa é a prática, pelo menos nas agências. Você não tem vínculo, mas tem todos os deveres de um empregado. Essa empresa de onde acabei saindo, por exemplo, foram 7 meses de freela, tendo que “bater cartão” para puxar saco de cliente cretina. Era uma house onde sofri assédio moral da cliente e ela exigia que eu cumprisse horário e desse total satisfação a ela. Minha vida virou um inferno, e isso PJ, só com salário, nada mais. Todo lugar exige isso, 8 horas por dia. Na agência que estou hoje o pessoal é mais tranquilo, mas tô como freela lá vai fazer um ano, e todo mês uma taquicardia para ver se vão renovar ou não. Imagina o que essa “rotina” fez comigo nessa pandemia. Lá é mais uma questão de você estar disponível quando tem o job do que cumprir horário. E já era remoto antes da quarentena, justamente por isso. Mas, na prática, se você tem um negócio, a postura é bem diferente. A gente não tem contrapartida nenhuma e é cobrado de todos os lados.”

“Pode ser que para outras pessoas ser freela é ser empreendedor, mas minha visão é muito mais de uma pessoa que tenta sobreviver no sucateamento da minha área. Não empreendi, não virei CEO, não cresci e não lucrei. Eu apenas sobrevivi e paguei minhas contas. Infelizmente isso é mais do que muita gente tem sido capaz de fazer, mas jamais me vi, me senti ou fui tratado como um empreendedor. A visão perante meu trabalho e minha classe de designer freelancer pende muito mais para a associação com a mão de obra sem direitos, sem vínculo, sem a necessidade de ter o mínimo de cuidado ou respeito e barateada.”

“Na minha visão, não. O que acontece na prática, pelo menos na minha experiência, é uma tentativa de conciliar uma rotina mais dinâmica com uma renda razoável (por vezes bem abaixo do que é preciso para conseguir vencer as contas ou mesmo ter planos). Não sinto que tenho muita escolha nesse meio, como um empreendedor talvez tenha e, portanto, acho que são situações bem diferentes. As relações de trabalho como freela sempre me deixaram claro que estou em uma posição mais vulnerável e abaixo de quem me contata para um serviço (não é regra, mas é bem frequente). Se for empresa, o tratamento fica ainda mais evidente nesse sentido, pois pedem

muito desconto e exploram o máximo porque sabem que precisamos do dinheiro.” (Cadernos do campo)

De certo, as formas de resistência não parecem ainda tomar uma forma definitiva, como vemos nas manifestações do precariado do sul global (BRAGA, 2017; GROHMANN, 2021), mas há caminhos que estão sendo delineados. Primeiramente, pelas formas como a crítica contra o que se concebe como excesso de precarização aparecem também na produção cultural. Ainda que o discurso empreendedorialista arremate e distorça tais ruídos a partir de uma aceitação do “jogo como ele é”, vozes dissonantes vão ganhando forma, seja como denúncia, seja com ironia. No capítulo 4, quando trouxemos algumas das imagens que circulam na disseminação e consolidação da mentalidade empreendedorialista, pudemos perceber esse embrião. Além das imagens, temas e assuntos tratados vão dando espaço à crítica, ao questionamento sobre os excessos, a falta de estabilidade e as condições do trabalho criativo. Há ainda certas movimentações, envolvendo traduções de trabalhos que focalizem a precarização da ICM.²¹⁰

A movimentação mais conectada à organização do campo vem de uma iniciativa chamada “Guilda dos Produtores de Conteúdo”²¹¹, uma espécie de associação-sindicato de *freelancers* e produtores de conteúdos. A inspiração do termo veio de uma associação com mesmo nome, *Guild*, criada nos EUA para representar trabalhadores *freelancers* em todos os tipos de mídia. Nas palavras deles, “*defendemos vigorosamente em nome dos freelancers no mercado, no Legislativo e na mente pública. Trabalhamos para fornecer benefícios, serviços e programas educacionais para todos os nossos membros à medida que a indústria editorial evolui*”.²¹²

A versão nacional da Guilda se descreve como uma associação de *freelancers* de produção de conteúdo, como jornalismo, publicidade, fotografia, tradução, design, ilustração, SEO, social media e mais, ou seja, de profissionais autônomos da ICM, mas sem utilizar explicitamente o termo. Ademais, durante a pesquisa buscamos alguns dos representantes da versão brasileira da Guilda e pudemos obter sua visão:

²¹⁰ Um exemplo é a recente tradução do livro, utilizado aqui neste trabalho, *Entreprecariat*, de Silvio Lorusso (2023), que foi organizada por uma editora de designers como parte das discussões realizadas em um clube do livro de criativos desse campo.

²¹¹ O site da Guilda permaneceu no ar durante todo o período da pesquisa. No final de 2022 ele foi retirado do ar, cf. <<https://guildagpc.org/>>. (Acesso em out. 2020). Já o perfil na rede social Twitter continua acessível, cf. <<https://twitter.com/guildagpc>>. (Acesso em jan. 2023).

²¹² Retirado de <<https://www.guildfreelancers.org/>>. Acesso em out. 2020.

“É um sindicato com um formato um pouco diferente. Você não chama de sindicato porque não são funcionários e sim pessoas que têm uma empresa. Tem alguns que até têm funcionários e estamos discutindo o que a gente faz, pois não queremos ser uma coisa patronal e sim ser individual mesmo. E a função é mais ou menos parecida com a do sindicato; a diferença é que temos algumas necessidades diferentes. Tem que ter contador, assistência jurídica, assistência para cobrar as empresas que atrasam. Uma coisa que a gente queria mudar em lei é proibir contrato de trabalho [com freelancers] que não preveja multa. O cara está te contratando e se ele não paga não tem nada? Não faz sentido!” (Cadernos do campo)

A Guilda, que teria participantes de todo o Brasil, é um encontro de profissionais autônomos que passaram por experiências ruins parecidas, como tomar calote ou ficar sem trabalho por muito tempo. A ideia é estabelecer um laço de solidariedade em torno dessas questões de experiências que são comuns aos *freelancers*. Para seus organizadores, a forma que as relações de trabalho flexibilizadas assumiram no contexto atual, na ICM, “remete” à Idade Média – por isso o nome Guilda:

“A gente não é muito do empreendedorismo. A gente sabe que as pessoas são empurradas para situações assim e às vezes deu sorte em outras situações. A gente adotou este nome Guilda porque de certa forma a relação de trabalho quando você pejetiza, as coisas voltam à Idade Média mesmo. Você tinha um monte de artesãos trabalhando por si e nesta situação em que eles estavam pejetizados na Idade Média como é que eles se viravam? Criaram Guildas assim, que eram sindicatos de trabalhadores livres para se ter um padrão. Guilda é o futuro”.

A percepção acerca da atuação profissional no campo criativo está cada vez mais híbrida, representada na figura do “produtor de conteúdo”. Esse ponto da experiência e percepção corrobora processos de degradação substancial, de como a padronização atua sobre esse campo profissional, como tratamos neste trabalho. Em todas essas situações, o profissional autônomo seria o “elo fraco da balança”, por isso não é um empreendedor:

“Não é empreendedor. Um cara em uma situação igual a minha, que estava dependendo de uma grande empresa para viver e se tem blacklist na sua carreira, tem uma diferença de poder muito grande. Então você está em uma posição muito mais como empregado e trabalhador por causa desta diferença de poder. E ainda você tem posição duplamente desprivilegiada, pois você não tem nenhum tipo de segurança, não pode parar com tudo na hora que quiser; eles (empresa) têm segurança jurídica e podem te processar na hora que eles quiserem, afinal, você é só um freela. Você está solitário, você está isolado do espaço físico da empresa para saber das fofocas, não sabe se está fazendo algo de errado ou algo que não devia, você é um pouco Uber dessas empresas. Nem que você seja um freela bambambam, que seja disputado, ainda assim você é um micro contra uma empresona. Você é uma empresinha prestando serviço para uma empresona”.

De fato, como mencionamos, é uma faísca a percepção relativamente mais organizada de que o caminho para se contrapor aos processos de degradação passa por uma solução coletiva, conectada ao compartilhamento das experiências e ao reconhecimento desses trabalhadores criativos acerca de sua condição de trabalhadores

e não empreendedores. É uma pequena brecha, mas relevante para apontar que há formas nascentes de resistência que herdaram as críticas também contemporâneas sobre as condições de trabalho no neoliberalismo. Sem dúvidas, é um aspecto que merece o nosso olhar atento e derivar novas pesquisas sobre processos de resistência ao rolo compressor do neoliberalismo.

No fim, há também a importância de ressaltarmos um elemento que esteve tão presente nos sentidos desta pesquisa: a liberdade e a autodeterminação. A possibilidade de resistir aos desígnios da degradação e escapar da deterioração não excluem a relevância que as noções de liberdade e autodeterminação possuem. Decerto, é por esse motivo que o empreendedorismo encapsulado como uma ressignificação da contracultura é tão determinante no apelo do discurso empreendedorista. Os tempos são outros, e o trabalho criativo tem forte conexão com esse desejo de expansão e de laços soltos para desenvolver seus trabalhos. Porém, é importante considerar que uma crítica necessária e incisiva sobre a degradação não pode ser confundida com uma negação da dimensão volitiva que a flexibilidade tem na vida da heterogênea classe trabalhadora. Necessidades, desejos e anseios, como ter mais tempo para família, para experimentar novas coisas, para desenvolver outras atividades (mesmo considerando que esse desejo foi apropriado pelo capitalismo, limitando tal exercício ao mais trabalho) ou simplesmente para poder estar em outros lugares (cidades ou países) precisam ser levados a sério. A agência da classe trabalhadora está em instituir estes desejos e, de algum modo, sustentá-los como horizonte de vida desejado.

A tarefa política da luta contra a exploração e a opressão é conectar esses desejos com a dignidade da vida humana, pois o capitalismo se vende como sistema que os realiza, mas coloca a dignidade como uma tinteira falha e, evidentemente, manchada sobre uma parede firme de exploração e sofrimento. A luta que pode ser desenvolvida por parte dos trabalhadores criativos, em iniciativas como Guilda e muitas outras que podem surgir, é uma luta pela dignidade dos desejos realizados. Talvez – mas isso é preciso esperar e investigar mais – essa luta represente a abertura para novos tempos e olhares. Talvez a luta seja a força da ação coletiva e necessária que poderá contrapor, nas diferentes instâncias e esferas do trabalho criativo, a pungência que o discurso empreendedorista possui na produção individualizada (mas coletiva de ilusões).

Talvez – e se de algum modo esperamos que esse trabalho colabore para isso –, seja a forma de desmanchar essas ilusões perdidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, L. C. “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. Blog da Boitempo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- _____. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2018.
- _____. “Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time”. In: ADORNO, M. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- ANTUNES, R. (org.). *Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ALLAN, K. *Contemporary Social and Sociological Theory: Visualizing Social Worlds*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2006.
- ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil: perspectivas para década de 2020. *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2018.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. G. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão - o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- _____. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil Volume III*. São Paulo, Boitempo: 2014.
- _____. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV - trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- _____. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020a - Kindle edition.
- _____. (org.). *Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- _____. A vigência (e a vingança) de Marx: o novo proletariado de serviços, valor e intermitência". *Margem Esquerda*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2018b.
- ARANTES, P. *O Novo Tempo: e outros estudos sobre a era da emergência*. Coleção Estado de Sítio São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- AUCAR, B. S. *A publicidade no Brasil: agências, poderes e modos de trabalho (1914 – 2014)*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2016.
- BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BALZAC, H. *Ilusões Perdidas. Volume 7 - A Comédia Humana: estudos de costumes e cenas da vida provinciana*. São Paulo: Globo, 2013a.
- _____. *Illusion perdues*. Paris: Gallimard, 2013b.

- BENDASSOLLI, P. F. ; WOOD JR.; T., KIRSCHBAUM, C.; CUNHA, M. P. e. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, cidade, v. 49, n. 1, pp. 10-18, 2009. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000100003>>. Acesso em Outubro de 2022.
- BELTRÃO, A. *Manual do Freela: Quanto custa meu design?* Rio de Janeiro: Senac, 2019.
- BENJAMIN, W. *O Capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAGA, R. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *A Rebeldia do Precariado - trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- BRAGA, R.; BURAWOY, M. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. (orgs.). *Flexíveis, Virtuais e Precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- BROWN, W. *Cidadania Sacrificial - Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. São Paulo: Zazie Edições, 2018.
- _____. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization”. *Political Theory*, v. 34, n. 6, pp. 690-714, 2006.
- _____. *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- _____. *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015 (Kindle edition).
- BURAWOY, M. For Public Sociology. *American Sociological Review*, v. 70, n. 4, 4-28, 2005.
- BUTLER, J. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. New York: Verso, 2004.
- _____. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAHEN, M.; BRAGA, R. (org.). *Para além do pós(-)colonial*. São Paulo: Alameda, 2018.
- CANTWELL, M. *Seja Livre: Como trabalhar com autonomia, prazer e ainda pagar suas contas*. Rio de Janeiro: UBook Editora, 2020.
- CAPPELLANO, T.; CARRAMENHA, B. *Trabalho e sofrimento psíquico: histórias que contam essa História*. São Paulo: Atarukas Produção Editorial, 2019.

- CASAQUI, V.; LIMA, M. C.; RIEGEL, V. (org). *Trabalho em Publicidade e Propaganda: História, Formação Profissional, Comunicação e Imaginário*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, B. *As Armadilhas da Flexibilidade: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação*. São Paulo: Annablume, 2016.
- CECH, E. A. *The Trouble with Passion: How Searching for Fulfillment at Work Fosters Inequality*. Oakland: University of California Press, 2021.
- CHAGAS, V. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. *BIB*, São Paulo, n. 95, pp. 1-22, 2021, Disponível em <<https://doi.org/10.17666/bib9506/2021>>. Acesso em
- CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I.. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Cemarx-IFCH-Unicamp, Editora Xamã, 2003.
- COHEN, N. S. *Writers' Rights: Freelance Journalism in a Digital Age*. New York: McGill-Queen's University Press, 2016. (Kindle Edition).
- COLLADO, P. “Os trabalhadores não são imateriais”. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil Volume III*. São Paulo, Boitempo: 2014.
- COURTINE, J-J. *História das Emoções Vol. 3 - Do final do século XIX até hoje*. São Paulo: Vozes, 2020.
- COUTO, A. P. “Economia e cidades criativas em regiões de baixa densidade: reexame e implicações de política pública”. In: BAUDIN, G.; VAZ, D. (org.). *Transação Territorial: Novas relações cidade-campo*. São Paulo: Edições Húmus: 2014.
- CRACRY, J. *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.
- CROCCO, F. L. T. “O trabalho publicitário: um modelo para o mundo do trabalho futuro? *Áskesis* [em linea], v. 8, n. 1, pp. 145-158, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.46269/8119.358>>. Acesso em out. 2022. R
- CUSTÓDIO, T. A vida subalterna em estações. *Jacobin*, São Paulo, n. 2. Especial ‘Revolta da Razão’, 2020.
- _____. “Ninguém viu, ninguém vê: comentários sobre estado da violência na atual democracia (de poucos)”. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FEITO, A. (Org.). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- _____. “Vamos lá: Sentidos do Afropessimismo”. In: Secções, F. (Org.). *Depois do Fim: conversas sobre literatura e antropoceno*. São Paulo: Instante, 2022.
- _____. “Sujeito Oculto” - Apresentação à edição brasileira. In: LORUSSO, S. *Emprecariado: Todo mundo é empreendedor. Ninguém está salvo*. São Paulo: Clube do Livro, 2023.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- DEDECCA, C. S. “Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira”. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. (org.). *Trabalho Flexível, Empregos Precários?* São Paulo: Edusp, 2009.
- DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho - Estudo de Psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- _____. (org.) *Psicodinâmica do Trabalho: Casos Clínicos*. Porto Alegre: DUBLINENSE, 2017 (Kindle Edition).
- _____. *A banalização da injustiça social*. São Paulo: FGV Editora, 1999.
- DENIS, R. C. *Uma introdução à história do design*. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
- DREZNER, D. W. *The Ideas Industry*. London: Oxford University Press, 2017 (Kindle Edition).
- DUFOUR, D. R. *A arte de reduzir as cabeças - sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. São Paulo: Companhia de Freud, 2005.
- DUNKER, C. *Reinvenção da Intimidade - políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- _____. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopolítica de Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014 (Kindle Edition).
- EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.
- EPSTEIN, D. *Por que os generalistas vencem em um mundo de especialistas*. Rio de Janeiro: Globo livros, 2020.
- FERRISS, T. *Trabalhe 4 horas por semana: fuja da rotina, viva onde quiser e fique rico*. São Paulo: Editora Planeta, 2021.
- FILGUEIRAS, V. A. “É tudo novo”, de novo. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FISHER, M. *Capitalism Realism*. Londres: Zero Books, 2009 (Kindle Edition).
- _____. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FLOR, M. *O Grande Salto: guia para você se lançar como freelancer nas indústrias criativas*. Barcelona: GG, 2020.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.
- _____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FRIED, J. *Reinvente sua Empresa [Rework]*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2012.
- FUKUYAMA, F. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- GIRIDHARADAS, A. *Winners Take all: the Elite Charade of Changing the World*. New York: Vintage, 2018 (Kindle Edition).

- GORZ, A. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAEBER, D. *Trabalhos de Merda: uma teoria*. Coimbra: Edições 70, 2022.
- GROHMANN, R. (org.). *Os Laboratórios do Trabalho Digital: entrevistas*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. *As classes sociais na comunicação: sentidos teóricos do conceito*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <doi:10.11606/T.27.2017.tde-17032017-154338>. Acesso em out. 2021.
- _____. *Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <doi:10.11606/D.27.2012.tde-18082012-160234>. Acesso em out. 2021.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- _____. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, 93-107, 2003.
- HAN, B-C. *Sociedade do cansaço*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- _____. *Sociedade da transparência*. São Paulo: Vozes, 2017.
- _____. *Psicopolítica - o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.
- HAROCHE, C. “O sentimento de humilhação: degradar, rebaixar, destruir”. In: COURTINE, J-J (org.). *História das Emoções Vol. 3 - Do final do século XIX até hoje*. São Paulo: Vozes, 2020.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo - história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.
- _____. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford, 2005 (Kindle edition).
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOWE, J. *Crowdsourcing: How the power of the crowd is driving the future of business*. Nova York, Rondon House, 2008.
- HUWS, U. *A Formação do Cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas: Editora Unicamp, 2017.
- ILLOUZ, E. *Amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ILLOUZ, E.; ALALUF, Y. “O Capitalismo emocional”. In: COURTINE, J-J (org.). *História das Emoções Vol. 3 - Do final do século XIX até hoje*. São Paulo: Vozes, 2020.
- ILLOUZ, E.; CABANAS, E. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu, 2022.
- KLEIN, N. *A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008 (Kindle Edition).
- KLEON, A. *Roube como um artista: 10 dicas sobre criatividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

- KORENMAN, J. *The Freelance Manifesto: A Field Guide for the Modern Motion Designer*. New York: Lightning Source Inc, 2017 (Kindle Edition).
- KOWARICK, L. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- KUEHN, K.; CORRIGAN, T. F. Hope Labor: The Role of Employment Prospects in Online Social Production. *The Political Economy of Communication*, [S.l.], v. 1, n. 1, may 2013. Disponível em: <<https://www.polecom.org/index.php/polecom/article/view/9>>. Acesso em set. 2019.
- LEMKE, T. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Editora Politeia, 2017.
- _____. “Foucault, Governmentality, and Critique”. *Rethinking Marxism*, v. 14, n. 3, pp. 49-64, 2002.
- LIMA, M. Raça e pobreza em contextos metropolitanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 2, 233-254, 2012.
- LINHART, D. “Modernização e precarização da vida no trabalho”. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil Volume III*. São Paulo, Boitempo: 2014.
- LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- LORUSSO, S. *Entreprenariat: Everyone Is an Entrepreneur. Nobody Is Safe*. Tallinn: Onomatopee, 2019.
- _____. *Emprecariado: Todo mundo é empreendedor. Ninguém está salvo*. São Paulo: Clube do Livro, 2023.
- LOUREIRO, K. *Negócios para Criativos*. São Paulo: Editora Gente, 2021.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- MACCEDO, Paulo. *Redator Freelancer: dos primeiros clientes ao sucesso no mercado*. Paulo Maccedo, 2020.
- MARCUSE, H. *Ideologia da Sociedade Industrial (One-Dimensional Man)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I - O Processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *O Capital: crítica da economia política. Livro II - O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. *O Capital: crítica da economia política. Livro III - O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- _____. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MCROBBIE, Angela. *Be Creative: Making a Living in the New Culture Industries*. Malden: Polity, 2016 (Kindle Edition).
- MIROWSKI, P. *Never Let s Serious Crisis Go to Waste - How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. New York: editora, 2013.

- MOREIRA, M. M. S. *Os memes como Gênero discursivo*. Monografia (especialização em Linguagens e Educação a Distância) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2019. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203427/TCC_Marta_final_assinado\(1\).pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/203427/TCC_Marta_final_assinado(1).pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em jun. 2022.
- MOROZOV, E. *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULINO, R. A. F. “Perfil sociocultural dos comunicadores: conhecendo quem produz a informação publicitária”. In: CASAQUI, V.; LIMA, M. C.; RIEGEL, V. (org.). *Trabalho em Publicidade e Propaganda: História, Formação Profissional, Comunicação e Imaginário*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- PIKETTY, T. *O Capital do Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- _____. *Capitalismo e Ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. “From hope to hate: the rise of conservative subjectivity in Brazil”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Illinois, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2020.
- PIRES, A. S. “Juventude(s) e o o trabalho na área de TI: uma discussão sobre o discurso da flexibilidade geracional”. In: BRIDI, M. A.; LIMA, J. C. (org.). *Flexíveis, Virtuais e Precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Contraponto, 2020.
- PRANDI, J. R. *O Trabalhador por conta própria sob o Capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.
- RAVENELLE, A. J. *Hustle and Gig: Struggling and Surviving in the Sharing Economy*. San Francisco: University of California Press, 2019 (Kindle Edition).
- ROSENBLAT, A. *Uberland: How Algorithms Are Rewriting the Rules of Work*. San Francisco: University of California Press, 2018 (Kindle Edition).
- ROSSO, S. D. *O Ardil da Flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SAFATLE, V. *O Circuito dos afetos - corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Autêntica, 2017 (Kindle Edition).
- SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SCHOLTZ, T. *Overworked and Underpaid - How Workers are Disrupting the Digital Economy*. New York: Polity, 2017 (Kindle Edition).
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SHAW, J.; BYLER, D. Precarity. *Cultural Anthropology*, volume 27, n. 21, 518-525, 2016.

- SICILIANO, M. L. *Creative Control: The Ambivalence of Work in the Culture industries*. New York: Columbia University Press, 2021.
- SINEK, S. *Comece pelo Porquê: como grandes líderes inspiram pessoas e equipes a agir*. Rio de Janeiro: Sextante, 2018 (Kindle Edition).
- SOUZA, J. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, M. *Nômade Digital: um guia para você viver e trabalhar como e onde quiser*. São Paulo: Autêntica Business, 2019.
- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- _____. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 103, pp. 9-24, 2014a.
- _____. *A Precariat Charter: From Denizens to Citizen*. London: Bloomsbury Academic, 2014b (Kindle Edition).
- STARTUP DA REAL. *Este livro não vai te deixar rico: conheça a verdade sobre empreendedorismo, startups e a arte de ganhar dinheiro*. São Paulo: Editora Planeta, 2019.
- TALEB, N. N. *Antifrágil: coisas que se beneficiam com o caos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.
- TELLES, V. "Mutações do trabalho e experiência urbana". *Tempo social*, São Paulo, n.18, v.1, 2006, pp. 173-95.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum - Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A formação da classe operária inglesa. Volume 1: A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- _____. *A formação da classe operária inglesa. Volume 2: a maldição de Adão*. São Paulo: Paz & Terra, 2012.
- _____. *A Miséria da teoria e outros ensaios*. São Paulo: Vozes, 2021.
- TURKLE, S. *Alone Together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basic Books, 2012.
- UNCTAD. Creative Economy Report. The Challenge of Assessing the Creative Economy towards Informed Policy-making. 2008. Disponível em <http://unctad.org/fr/Docs/ditc20082cer_en.pdf>. Acesso em set. 2022.
- _____. *Creative Economy: A feasible development option*. 2010. Disponível em: <http://unctad.org/es/Docs/ditctab20103_en.pdf>. Acesso em set. 2022.
- VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. *Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução*. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas, 2022.
- VIANA, S. *Rituais de sofrimento*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- WEST, C. *Cornel West Reader*. New York: Basic Civitas Books, 1999 (Kindle Edition).

_____. *Democracy Matters: Winning the Fight Against Imperialism*. New York: Penguin Press, 2004.

_____. *Questão de Raça*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

_____. *Race Matters*. Boston: Beacon Press, 1993.

WOLFF, S. *Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

ZIZEK, S. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.